



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição N° 978

Quarta-feira - 25 de Abril de 2012

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Água Doce	1
Antônio Carlos	2
Biguaçu	2
Braço do Trombudo	3
Caçador	6
Camboriú	10
Campo Alegre	11
Campos Novos	20
Canoinhas	21
Capinzal	22
Catanduvas	22
Chapadão do Lageado	22
Concórdia	23
Cordilheira Alta	39
Forquilha	40
Fraiburgo	45
Garopaba	105
Gaspar	107
Governador Celso Ramos	108
Guaramirim	109
Herval do Oeste	110
Ibiam	111
Imbituba	111
Iomerê	115
Irineópolis	115
Itaiópolis	118
Itapoá	119
Joaçaba	119
Lages	135
Lauro Muller	135
Lebon Regis	145
Leoberto Leal	148
Luzerna	150
Maracajá	154
Massaranduba	155
Meleiro	155
Navegantes	156
Nova Trento	157
Paial	160
Palhoça	161
Passo de Torres	206
Paulo Lopes	208
Pinheiro Preto	208
Porto Belo	218
Porto União	218
Rio do Sul	229
Salto Veloso	232
São Bento do Sul	232
São Lourenço do Oeste	243

São Pedro de Alcântara	244
Schroeder	246
Timbó	250
Tunápolis	259
Turvo	260
Vidal Ramos	260
Videira	261
Vitor Meireles	265

Consórcios

ARIS	271
CINCO	271
CIS/AMUREL	272

Água Doce

PREFEITURA

Decreto N° 047/2012

DECRETO N° 047/2012 - DE 23 DE ABRIL DE 2012

"DECRETA PONTO FACULTATIVO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE - SC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NELCI FÁTIMA TRENTA BORTOLINI, Prefeita Municipal de Água Doce - SC. No uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto no inciso VIII do artigo 72 da Lei Orgânica do Município, e demais normas legais aplicáveis,

DECRETA:

Art. 1º. Fica decretado Ponto Facultativo nas repartições Públicas Municipais em virtude do feriado do Dia do Trabalhador, no dia 30/04/2012 - Segunda-feira.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam - se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 23 de abril de 2012.

NELCI FÁTIMA TRENTA BORTOLINI

Prefeita Municipal

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

João Romão - Presidente • Edinando Brustolin - Diretor Executivo

Emerson Souto - Gerente de Tecnologias da Informação • Guilherme Noronha e Wendel F. R. da Silva - Diagramadores

Rua Santos Saraiva, n° 1546, Estreito - CEP 88070-101 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Extrato Convênio Nº 002/2012

EXTRATO DE CONVÊNIO N. 002/2012 DO MUN. DE ÁGUA DOCE
Município de Água Doce

CONVÊNIO N. 002/2012 de 12/04/2012

CONVENIENTE: Município de Água Doce

CONVENIADO: 8ª SUP. DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL

OBJETO: Disponibilizar, por cessão de uso, os materiais constantes no Anexo Único ao presente convênio, para mobiliar a unidade operacional da Polícia Rodoviária Federal em Água Doce, nas margens da BR-153.

VALOR: A ser definido em processo licitatório.

VIGÊNCIA: 12.04.2012 à 12.04.2022

SIGNATÁRIOS: Pelo CONVENIENTE a Prefeita Sra. Nelci Fátima Trento Bortolini e pelo CONVENIADO o seu Superintendente Inspetor Silvinei Vasques.

Antônio Carlos

PREFEITURA

Decreto Nº 033/2012

DECRETO Nº 033/2012

Abre Crédito Adicional Suplementar - Superávit Financeiro no Orçamento Programa 2012.

GERALDO PAULI, Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei nº. 1370/11 de 12 de Dezembro de 2011.

DECRETA:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 5.000,00 para as seguintes dotações orçamentárias:

05 - SECRETARIA DE SAUDE E ASSISTENCIA SOCIAL

05.03 - FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

05.03.08.241.0006.2.028-3.3.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 5.000,00

Artigo 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total das seguintes dotações orçamentárias:

Subtrair superávit financeiro 5.000,00.

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Antônio Carlos, em 23 de Abril de 2012.

GERALDO PAULI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto na Secretaria da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 23 de Abril de 2012.

MAURO CEZAR DA SILVEIRA

Secretário de Administração e Finanças

Biguaçu

PREFEITURA

Aviso de Pregão (Presencial) 23/2012- FMAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

GERÊNCIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS

AVISO DE PREGÃO (PRESENCIAL) 23/2012- FMA

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA E HIGIENE PARA USO DA CASA LAR, CCI, CRAS, CREAS, RECREIA E FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

Recebimento dos documentos de habilitação e propostas até as 13:30 horas, do dia 10 maio, 2012, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às 14:00 horas, do dia 10 maio, 2012, no Setor de Licitações desta Prefeitura

Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um CD ou pen-drive ou no site da Prefeitura www.bigua.sc.gov.br

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48 3279-8010, 8020 e 8048.

Biguaçu, 23 de abril de 2012.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

EM EXERCÍCIO

Braço do Trombudo

PREFEITURA

Ata de Registro 7/2012

Página: 1/3

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 7/2012

Número do Registro de Preços: 7/2012 Data do Registro: 23/04/2012 Válido até: 23/04/2013

Objeto da Compra: Aquisição de pneus para a frota das diversas Secretaria Municipais do município de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	PNEU 175/70R 13 82T (5726)	UND	TURBO PEÇAS E ACESSÓRIOS LTDA (8446)	ROSAVA BC 11	0	114,0000	1
			GERARDO BASTOS PNEUS E PEÇAS LTDA (8419)	Pirelli / P 400	0	123,0000	2
			LAGB ACESSÓRIOS E PEÇAS LTDA (8417)	Zetum 758	0	125,2200	3
2	Pneu 195/55 R 15 85 H (6672)	UND	TURBO PEÇAS E ACESSÓRIOS LTDA (8446)	WANLI S1200	0	200,0000	1
			GERARDO BASTOS PNEUS E PEÇAS LTDA (8419)	Pirelli / P 7	0	251,0000	2
3	Pneu 185/60 R 14 82 H (6682)	UND	TURBO PEÇAS E ACESSÓRIOS LTDA (8446)	SUNNY SN880	0	145,0000	1
			GERARDO BASTOS PNEUS E PEÇAS LTDA (8419)	Pirelli / P 6	0	179,0000	2
			JK PNEUS LTDA (7955)	Firestone/FH700	0	203,7000	3
4	Pneu 185 R 14 C 102 profundidade de sulco mínima de 9,5 mm (6683)	UND	TURBO PEÇAS E ACESSÓRIOS LTDA (8446)	TRIANGLE TR 64	0	200,0000	1
			LAGB ACESSÓRIOS E PEÇAS LTDA (8417)	Kumho 857	0	221,6400	2
			GERARDO BASTOS PNEUS E PEÇAS LTDA (8419)	Pirelli / Chrono	0	227,0000	3
5	Pneu 18.4x30 com 12 lonas convencional, com câmara. (6965)	UND	COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA (8439)	KING SPEED/MAGNUM	0	2.180,0000	1
			JK PNEUS LTDA (7955)	Firestone/SAT	0	2.190,0000	2
			GERARDO BASTOS PNEUS E PEÇAS LTDA (8419)	Pirelli / TM 95	0	2.316,0000	3
6	Pneu liso convencional 900x20, 14 lonas, profundidade de sulco mínimo de 12,3mm, com câmara e protetor (6968)	UND	TURBO PEÇAS E ACESSÓRIOS LTDA (8446)	BORISTAR PT 39	0	570,0000	1
			GERARDO BASTOS PNEUS E PEÇAS LTDA (8419)	Pirelli / LD 35	0	576,0000	2
7	Pneus borrachudo 900x20, 14 lonas com profundidade mínima de sulco de 19.6mm convencional, com câmara e protetor (6969)	UND	GERARDO BASTOS PNEUS E PEÇAS LTDA (8419)	Pirelli / RT 59	0	678,0000	1
			JK PNEUS LTDA (7955)	Firestone/T615	0	724,5600	2
			MODELO PNEUS LTDA. (8069)	RT59 Pi,Vulcan,Vipal	0	843,0000	3
8	Pneu 1000x20 radial misto, liso, 16 lonas, profundidade mínima de sulco de 15.4mm, com câmara e protetor. (6970)	UND	JK PNEUS LTDA (7955)	Firestone/T819	0	1.037,0000	1
			GERARDO BASTOS PNEUS E PEÇAS LTDA (8419)	Pirelli / FG 85	0	1.040,0000	2
			MODELO PNEUS LTDA. (8069)	T819 Fi,Vulcan,Vipal	0	1.257,0000	3
9	Pneu 1000x20 radial, borrachudo, 16 lonas, profundidade mínima de sulco de 20.0mm câmara e protetor (6971)	UND	JK PNEUS LTDA (7955)	Firestone/T546	0	914,0600	1
			GERARDO BASTOS PNEUS E PEÇAS LTDA (8419)	Pirelli / TR 85	0	1.122,0000	2
			MODELO PNEUS LTDA. (8069)	T546 Fi,Vulcan,Vipal	0	1.162,0000	3
10	Pneu 17.5x25 com 16 lonas convencional, com câmara e protetor (6972)	UND	TURBO PEÇAS E ACESSÓRIOS LTDA (8446)	FOREVER G2/L2	0	2.100,0000	1
			COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA (8439)	FOREVER	0	2.400,0000	2
			JK PNEUS LTDA (7955)	Firestone/SGG	0	2.798,4600	3
11	Pneu 1400x24 com 16 lonas convencional, com câmara e protetor (6973)	UND	COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA (8439)	CHÃO YANG/ ZC RUBBER	0	1.580,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 2/3

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 7/2012

Número do Registro de Preços: 7/2012 Data do Registro: 23/04/2012 Válido até: 23/04/2013

Objeto da Compra: Aquisição de pneus para a frota das diversas Secretarias Municipais do município de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
12	Pneu 1300x24 com 12 lonas convencional, com câmara e protetor (6974)	UND	TURBO PEÇAS E ACESSÓRIOS LTDA (8446)	FUNSA GRL2KM	0	1.588,0000	2
			GERARDO BASTOS PNEUS E PEÇAS LTDA (8419)	Pirelli / PN 14	0	1.868,0000	3
			TURBO PEÇAS E ACESSÓRIOS LTDA (8446)	FUNSA G2-HPK	0	1.290,0000	1
13	Pneu 11L 16TL F3 com 12 lonas convencional, com câmara (6975)	UND	COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA (8439)	WEST LAKE/ ZC RUBBER	0	1.292,0000	2
			GERARDO BASTOS PNEUS E PEÇAS LTDA (8419)	Pirelli / PN 12	0	1.466,0000	3
			COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA (8439)	JETTYRE/TORTUGA	0	650,0000	1
14	Pneu 18.4x34 com 12 lonas convencional, com câmara (6976)	UND	COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA (8439)	PETLAS/MAGNUM	0	2.300,0000	1
			GERARDO BASTOS PNEUS E PEÇAS LTDA (8419)	Pirelli / TM 95	0	2.508,0000	2
			JK PNEUS LTDA (7955)	Firestone/SAT	0	2.976,2800	3
15	Pneu 750x18 F2 com 8 lonas trator dianteiro com três frisos, com câmara (6977)	UND	GERARDO BASTOS PNEUS E PEÇAS LTDA (8419)	Pirelli / TD 500	0	360,0000	1
			JK PNEUS LTDA (7955)	Firestone/GGRIP	0	362,0000	2
			MODELO PNEUS LTDA. (8069)	GGrip 8l Fi, Tortuga	0	482,0000	3
16	Pneu 225/70 R 15 radial liso (9024)	UND	TURBO PEÇAS E ACESSÓRIOS LTDA (8446)	SUNNY SN222	0	310,0000	1
			GERARDO BASTOS PNEUS E PEÇAS LTDA (8419)	Pirelli / Chrono	0	333,0000	2
17	Pneu 275 R 80 22.5 borrachudo (9025)	UND	JK PNEUS LTDA (7955)	Firestone/FD663	0	1.074,0000	1
			GERARDO BASTOS PNEUS E PEÇAS LTDA (8419)	Pirelli / TR 85	0	1.076,0000	2
18	Pneu 275 R 80 22.5 liso (9026)	UND	TURBO PEÇAS E ACESSÓRIOS LTDA (8446)	REGAL TRANSP	0	874,0000	1
			GERARDO BASTOS PNEUS E PEÇAS LTDA (8419)	Pirelli / Fórmula	0	875,0000	2
19	Pneu 16.9 x 24 (9027)	UND	COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA (8439)	ADVANCE	0	1.850,0000	1
			MODELO PNEUS LTDA. (8069)	10l R4 Goodyear	0	3.271,0000	2
20	Pneu 12.5/80 R 18 (9028)	UND	GERARDO BASTOS PNEUS E PEÇAS LTDA (8419)	Pirelli / PN 12	0	806,0000	1
			TURBO PEÇAS E ACESSÓRIOS LTDA (8446)	ADVANCE R4	0	809,0000	2
			COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA (8439)	ADVANCE	0	813,0000	3
21	Pneu 175/70 R 14 88 T (9029)	UND	GERARDO BASTOS PNEUS E PEÇAS LTDA (8419)	Pirelli / Chrono	0	192,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 3/3

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 7/2012**Número do Registro de Preços: 7/2012 Data do Registro: 23/04/2012 Válido até: 23/04/2013****Objeto da Compra:** Aquisição de pneus para a frota das diversas Secretarias Municipais do município de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
		JK PNEUS LTDA (7955)		Firestone/F580	0	194,0000	2

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)**REGISTRO DE PREÇOS Nº 7/2012****PROCESSO Nº 19/2012**

(7955) - JK PNEUS LTDA

(8069) - MODELO PNEUS LTDA.

(8417) - LAGB ACESSÓRIOS E PEÇAS LTDA

(8419) - GERARDO BASTOS PNEUS E PEÇAS LTDA

(8439) - COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA

(8446) - TURBO PEÇAS E ACESSÓRIOS LTDA

BRACO DO TROMBUDO , 23 de Abril de 2012.

Caçador

PREFEITURA

Aviso de Licitação Convite 02-2012 Prefeitura

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR-SC
DIVISÃO DE SEGURANÇA
AVISO DE LICITAÇÃO
EDITAL: CONVITE nº 02/2012- PREFEITURA
TIPO: Menor Preço Global (Materiais e serviços)

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA HABILITADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA EM CABEAMENTO ESTRUTURADO NA SEDE DO 15º BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR EM CAÇADOR.

ENTREGA DOS ENVELOPES: 14h00min do dia 09/05/2012.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 14h10min do dia 09/05/2012.

Maiores Informações e o Edital Completo poderão ser obtidos na Diretoria de Licitações e Contratos, Sítio Av. Santa Catarina, 195, e-mail: licitacoes@cacador.sc.gov.br, no horário de expediente em vigor.

Caçador, 19 de Abril de 2012.

IMAR ROCHA

Prefeito Municipal

Aviso de Licitação Pr 15-2012 FUNDEMA

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAÇADOR
Fundação Municipal do Meio Ambiente - FUNDEMA
AVISO DE LICITAÇÃO
EDITAL: PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2012
TIPO: MENOR PREÇO POR ITE

OBJETO: AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS SENDO UM VEÍCULO TIPO CAMIONETE E UM VEÍCULO TIPO FURGÃO ANO E MODELO 2011/2012.

ENTREGA DOS ENVELOPES: 14h00min do dia 15/05/2012.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 14h10min do dia 15/05/2012.

Maiores Informações e o Edital Completo poderão ser obtidos na Diretoria de Licitações e Contratos, Sítio Av. Santa Catarina, 195, e-mail: licitacoes@cacador.sc.gov.br, no horário de expediente em vigor.

Caçador, 23 de abril de 2012.

DENISE CHIARELLO HARTMANN

Presidente da FUNDEMA

Aviso de Prorrogação de Prazo e Alteração Especificações do Edital Pr 36-2012 Prefeitura

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR-SC
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
AVISO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO E ALTERAÇÕES DAS ESPECIFICAÇÕES
EDITAL: PREGÃO PRESENCIAL Nº 36/2012
TIPO: MENOR PREÇO POR ITE

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE ÓLEO LUBRIFICANTE, HIDRÁULICO E OUTROS DESTINADOS A SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA.

Alterações das especificações do objeto no edital.

ENTREGA DOS ENVELOPES: 16h00min do dia 15/05/2012.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 16h10min do dia 15/05/2012.

Maiores Informações e o Edital Completo poderão ser obtidos na Diretoria de Licitações e Contratos, Sítio Av. Santa Catarina, 195, e-mail: licitacoes@cacador.sc.gov.br, no horário de expediente em vigor.

Caçador, 23 de abril de 2012.

IMAR ROCHA

Prefeito Municipal

Contrato 05-2012 Esporte

Contrato nº 05/2012 – FMEC – Aquisição de medalhas, troféus e placas de homenagem desportivas da FMEC no exercício de 2012. Referente ao processo licitatório nº 03/2012 PR nº 02/2012. Contratado: MONUMENTAL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE TROFÉUS LTDA ME/CNPJ sob nº 02.313.167/0001-38. Valor: R\$ 14.830,00. Prazo: 31/12/2012.

LOTE 01	ITEM	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO	MARCA	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
	1	590	UNID	MEDALHA DE OURO EM ALTO RELEVO, PERFIL OVAL, DIMENSÕES: 75 MM X 55 MM, FITA DE GORGURÃO COM 25 MM DE LARGURA X 80 CM DE COMPRIMENTO MATERIAL: METAL CONFORME MODELO EM ANEXO.	TROFÉU SUL	2,3498	1.386,39
	2	670	UNID	MEDALHA DE PRATA EM ALTO RELEVO, PERFIL OVAL, DIMENSÕES: 75 MM X 55 MM, FITA DE GORGURÃO COM 25 MM DE LARGURA X 80 CM DE COMPRIMENTO MATERIAL: METAL CONFORME MODELO EM ANEXO.	TROFÉU SUL	2,3497	1.574,30
	3	650	UNID	MEDALHA DE BRONZE EM ALTO RELEVO, PERFIL OVAL, DIMENSÕES: 75 MM X 55 MM, FITA DE GORGURÃO COM 25 MM DE LARGURA X 80 CM DE COMPRIMENTO MATERIAL: METAL CONFORME MODELO EM ANEXO.	TROFÉU SUL	2,3497	1.527,31
				TOTAL DO LOTE			4.488,00
LOTE 02	ITEM	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO	MARCA	R\$ UNIT	R\$ TOTAL

4	117	UNID	TROFÉU 1º LUGAR CONFECCIONADO EM MDF, PERFIL IRREGULAR COM DOIS CORTES SOBREPOSTOS PROPORCIONAIS AO TAMANHO DO TROFÉU. BASE RETANGULAR PROPORCIONAL AO TAMANHO DO TROFÉU, PINTURA MARMORIZADA. MEDIDA: ALTURA DE 45 CM, LARGURA E BASE PROPORCIONAIS CONFORME MODELO EM ANEXO.	TROFÉU SUL	31,2776	3.659,48
5	117	UNID	TROFÉU 2º LUGAR CONFECCIONADO EM MDF, PERFIL IRREGULAR COM DOIS CORTES SOBREPOSTOS PROPORCIONAIS AO TAMANHO DO TROFÉU. BASE RETANGULAR PROPORCIONAL AO TAMANHO DO TROFÉU, PINTURA MARMORIZADA. MEDIDA: ALTURA DE 35 CM, LARGURA E BASE PROPORCIONAIS CONFORME MODELO EM ANEXO.	TROFÉU SUL	26,7446	3.129,12
6	117	UNID	TROFÉU 3º LUGAR CONFECCIONADO EM MDF, PERFIL IRREGULAR COM DOIS CORTES SOBREPOSTOS PROPORCIONAIS AO TAMANHO DO TROFÉU. BASE RETANGULAR PROPORCIONAL AO TAMANHO DO TROFÉU, PINTURA MARMORIZADA. MEDIDA: ALTURA DE 25 CM, LARGURA E BASE PROPORCIONAIS CONFORME MODELO EM ANEXO.	TROFÉU SUL	20,3984	2.386,61

7	66	UNID	TROFÉU 4º LUGAR CONFECCIONADO EM MDF, PERFIL IRREGULAR COM DOIS CORTES SOBREPOSTOS PROPORCIONAIS AO TAMANHO DO TROFÉU. BASE RETANGULAR PROPORCIONAL AO TAMANHO DO TROFÉU, PINTURA MARMORIZADA. MEDIDA: ALTURA DE 20 CM, LARGURA E BASE PROPORCIONAIS CONFORME MODELO EM ANEXO.	TROFÉU SUL	17,6786	1.166,79
TOTAL DO LOTE						10.342,00

Contrato 06-2012 Esporte

Contrato nº 06/2012 - FMEC - Aquisição de medalhas, troféus e placas de homenagem desportivas da FMEC no exercício de 2012. Referente ao processo licitatório nº 03/2012 PR nº 02/2012. Contratado: CASA DOS TROFÉUS LTDA EPP/CNPJ sob nº 02.593.018/0001-70. Valor: R\$ 3.558,00. Prazo: 31/12/2012.

LOTE 03						
ITEM	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO	MARCA	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
8	20	UNID	PLACA DE HOMENAGEM DE AÇO INÓX COM TEXTO E LOGOS EM CORROSÃO ACONDICIONADOS EM ESTOJOS- TAMNHO 70 X 111 CONFORME MODELO EM ANEXO	ARTE M	36,4305	728,61
9	20	UNID	PLACA DE HOMENAGEM DE AÇO INÓX COM TEXTO E LOGOS EM CORROSÃO ACONDICIONADOS EM ESTOJOS- TAMNHO 100 X 160 CONFORME MODELO EM ANEXO	ARTE M	53,4307	1.068,61
10	20	UNID	PLACA DE HOMENAGEM DE AÇO INÓX COM TEXTO E LOGOS EM CORROSÃO ACONDICIONADOS EM ESTOJOS- TAMNHO 140 X 200 CONFORME MODELO EM ANEXO	ARTE M	88,0392	1.760,78
TOTAL DO LOTE						3.558,00

Edital de Retificação Nº 03 ao Edital Edital-Cmdca Nº 003/2012

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CAÇADOR - SC
EDITAL DE RETIFICAÇÃO Nº 03 AO EDITAL Edital-CMDCA nº 003/2012

A Presidente do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente, no uso de suas atribuições legais, torna público com base na Lei nº 8.069/90, de 13 de julho de 1990, a qual dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e na Lei Municipal nº 2.436, de 20 de abril de 2007, RETIFICA OS TERMOS DO Edital-CMDCA nº 003/2012, publicado em 18 de abril de 2012.

Os itens abaixo relacionados passam a vigorar com a seguinte redação:

Divulga e torna pública a lista definitiva dos candidatos a Conselheiro Tutelar, gestão 2012/2015 e lista de Entidades, Instituições e Organizações Comunitárias, que se habilitaram a exercer o direito de voto, em conformidade com os itens 4.3.e 5.1. do Edital CMDCA 01/2012 para a eleição dos membros do Conselho Tutelar.

A Presidente do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente, no uso de suas atribuições legais, com base na Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, a qual dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e na Lei Municipal nº 2.436, de 20 de abril de 2007, torna público o presente Edital:

Lista definitiva dos candidatos a membros do Conselho Tutelar, gestão 2012/2015;

- Adriana Pegoraro Donatti;
- Andréia Teresinha de Almeida;
- Caroline Rocha de Paula;
- Elvira Krüger;
- Gleci do Carmo NurillesPiala;
- Janete Aparecida ZaccaronThomazi;
- JoeliseConsoni;
- Luciana Alves de Lima;
- Marcelo dos Santos;
- Maria Elisa Caramori;
- Marilaine Aparecida Chaves Witiuk;
- Simone Casagrande;
- Sirlei Heinemann Weber.

Lista de Entidades, Instituições e Organizações Comunitárias, aptas a exercer o direito de voto:

1. 10ª SDR - Secretaria de Desenvolvimento Regional;
2. Ass. Dos Amigos do Rio Caçador;
3. Ass. Marcos Olsen;
4. Ass. Moradores B. Alto Bonito;
5. Ass. Moradores B. Berger;
6. Ass. Moradores B. Bom Jesus;
7. Ass. Moradores B. Caçanjurê;
8. Ass. Moradores B. dos Municípios;
9. Ass. Moradores B. Figueroa;
10. Ass. Moradores B. Gioppo;
11. Ass. Moradores B. N.S.Salete;
12. Ass. Moradores B. São Cristovão;
13. Ass. Moradores B. Sorgatto;
14. Ass. Moradores B. Sta Clara;
15. Ass. Moradores B. Vila Kurtz;
16. Ass. Moradores B. Vila Paraíso;
17. Ass. Moradores B. Martello;
18. Ass. Moradores C. Linha Cerro Azul;
19. Ass. Moradores C. Linha Cerro Branco;
20. Ass. Moradores C. Linha São Pedro;
21. Ass. Moradores COHAB I (Centro Comunitário Aurélio Costa);
22. Ass. Moradores Jardim Dileta (conselho comunitário Jardim Dileta);

23. Ass. Moradores Ulisses Guimarães;
24. Ass. Moradores Vereda dos Trevos;
25. Ass. Moradores Vila Santa Terezinha;
26. Associação Brasileira Odontológica - Regional Alto Vale do Rio do Peixe;
27. Associação Caçadoreense de Deficientes Físicos;
28. Associação Caçadoreense de Educação Infantil e Assistência Social;
29. Associação Comercial e Industrial de Caçador;
30. Associação das Assistentes Sociais;
31. Associação de Deficientes Visuais Aurélia Bertotto;
32. Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais;
33. Associação dos Pais e Amigos dos Surdos de Caçador;
34. Associação dos Psicólogos de Caçador e região;
35. Associação Maria Rosa.
36. Associação Médica de Caçador;
37. Câmara de Dirigentes Lojistas - CDL;
38. Câmara de Vereadores Mirins;
39. Câmara de Vereadores;
40. Caritas do Brasil;
41. Casa da Amizade;
42. Centro de Educação de Jovens e Adultos;
43. Centro Social Marista Caçador - CESMAR;
44. Colégio Cenecista Marcos Olsen;
45. Colégio de Aplicação;
46. Conselho Comunitário de Segurança - SETOR I;
47. Conselho Comunitário de Segurança - SETOR II;
48. Conselho Comunitário de Segurança - SETOR III;
49. Conselho Comunitário de Segurança - SETOR IV;
50. Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS;
51. Conselho Municipal de Educação - COMED;
52. Conselho Municipal de Saúde - CMS;
53. Conselho Municipal do Idoso - CMI;
54. EEB Dante Mosconi;
55. EEB Domingos da Costa Franco;
56. EEB Graciosa Copetti Pereira;
57. EEB João Santo Damo;
58. EEB Nayá Gonzaga Sampaio;
59. EEB Paulo Schieffler;
60. EEB Thomaz Padilha;
61. EMEB Alcides Tombini;
62. EMEB Alto Bonito;
63. EMEB Castelhana;
64. EMEB Esperança;
65. EMEB Henrique Julio Berger;
66. EMEB Hilda Granemann de Souza;
67. EMEB Irmão Venâncio Jose;
68. EMEB Maria Luiza Barbosa;
69. EMEB Morada do Sol;
70. EMEB Nossa Senhora Salete;
71. EMEB Pe. José Chamot;
72. EMEB PierinaSantinPerret;
73. EMEB Tabajara;
74. EMEB Vereda dos Trevos;
75. EMEB Walsin Nunes Garcia;
76. Escola Primeiros Passos;
77. Gabinete do Prefeito;
78. Grupo Escoteiro Pindorama
79. Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS;
80. Léo Clube;
81. Lions Centro;
82. Lions Universidade;
83. Mitra Diocesana de Caçador;
84. Ordem dos Advogados do Brasil - Subseção de Caçador;
85. Pastoral da Criança;
86. Pastoral da Saúde;
87. Polícia Civil;
88. Polícia Militar;
89. Projeto Pescar;

90. Rede Feminina de Combate ao Câncer;
 91. Rotary Clube;
 92. Rotary Sul Contestado;
 93. Secretaria Municipal da Saúde;
 94. Secretaria Municipal de Assistência Social;
 95. Secretária Municipal de Educação;
 96. Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC;
 97. Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI;
 98. Serviço Social da Indústria - SESI;
 99. Sindicato da Saúde;
 100. Sindicato das Empresas de Contabilidade;
 101. Sindicato dos Empregados do Comércio de Caçador;
 102. Sindicato dos Empregados Rurais;
 103. Sindicato dos Servidores Públicos Municipais;
 104. Sindicato dos Trabalhadores da Indústria do Papel Celulose Pasta Madeira e Papelão;
 105. Sindicato dos Trabalhadores da Indústria e Construção Mobiliários de Caçador;
 106. Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Vestuário e do Calçado;
 107. Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Santa Catarina;
 108. Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Caçador;
 109. Sindicato Trabalhadores da Indústria Metal Mecânica e Material Elétricos;
 110. Sociedade Espírita Jesus de Nazaré;
 111. Tiro de Guerra;
 112. União das Associações de Moradores;
 113. Universidade do Alto Vale do Rio do Peixe - UNIARP.

Conforme estabelece o edital CMDCA 01/2012, ficam os representantes das Entidades, Instituições e Organizações Comunitárias convocadas a comparecer, munido de documento de Identificação, no dia 10.05.12 - na Câmara de Vereadores, no horário das 08h às 15h horas, junto a mesa receptora, para o exercício de seu direito de voto no pleito eleitoral que elegerá os cinco conselheiros titulares e cinco suplentes - gestão de 2012/2015.

Conforme o edital CMDCA 01/2012, às 15h30min proceder-se-ão os atos de escrutínio, sendo conduzido pelos membros da Comissão Eleitoral, nomeados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e fiscalizado por representante do Ministério Público.

Caçador, 23 de abril de 2012.
 EUNICE LINHARES FLECK.
 Presidente CMDCA

Resultado Processo Seletivo Fundação de Esportes - Edital 04/2012

ATA DA COMISSÃO DO PROCESSO DE SELEÇÃO SIMPLIFICADO
 EDITAL Nº 04/2012 – FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES

Aos dezanove dias do mês de Abril de 2012, a Comissão do Processo de Seleção Simplificado para Contratação de Pessoal em Caráter Temporário e Formação de Cadastro de Reserva - Edital nº 04/2012, formada pelas seguintes integrantes, Diala Marchi Gonçalves Bridi, Anemari Socreppa Buscarons, Ivonete Ruppel, Vera Lúcia Lipka Neves e Osmar Pavelski, reunidos no Auditório da Prefeitura Municipal de Caçador, após a análise dos documentos apresentados, atribuíram a seguinte pontuação aos candidatos inscritos:

RESULTADO PARA OS CARGOS DO PROCESSO SELETIVO FME

Nome do Cargo: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA 40 HORAS - HABILITAÇÃO EM HANDEBOL.

		Critérios de Desempate	
--	--	------------------------	--

Classificação	Candidato	Experiência Profissional	Filhos	Idade	Pontuação Final
1º	Leandro José Martelo				63,0
2º	Krishna Serena Zuanazzi				21,0
3º	Juliano Graciano Vaz				18,5

Nome do Cargo: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA 40 HORAS - HABILITAÇÃO EM NATAÇÃO.

Critérios de Desempate					
Classificação	Candidato	Experiência Profissional	Filhos	Idade	Pontuação Final
1º	Paulo Roberto Bordignon				59,0
2º	Soraia Kurtz Zanchi				38,0
3º	Paula Nicoli Bordignon				16,0

Nome do Cargo: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA 40 HORAS - HABILITAÇÃO EM VOLEIBOL.

Critérios de Desempate					
Classificação	Candidato	Experiência Profissional	Filhos	Idade	Pontuação Final
1º	Diego André Bridi				15,0

Nome do Cargo: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA 40 HORAS - HABILITAÇÃO EM ATLETISMO.

Critérios de Desempate					
Classificação	Candidato	Experiência Profissional	Filhos	Idade	Pontuação Final
1º	Antonio Donizete Horbach				63,5

Nome do Cargo: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA 40 HORAS - HABILITAÇÃO EM FUTSAL.

Critérios de Desempate					
Classificação	Candidato	Experiência Profissional	Filhos	Idade	Pontuação Final
1º	Everton Luiz Corrêa				9,8
2º	Aginaldo Pelegrini de Souza				5,0

Nome do Cargo: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA 20 HORAS - HABILITAÇÃO EM BASQUETEBOL.

Critérios de Desempate					
Classificação	Candidato	Experiência Profissional	Filhos	Idade	Pontuação Final
1º	Amur Otávio Soares				51,0
2º	Lucas Fernando Zabot Simão				17,0

Nome do Cargo: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA 20 HORAS - HABILITAÇÃO EM XADREZ.

		Critérios de Desempate			
Classificação	Candidato	Experiência Profissional	Filhos	Idade	Pontuação Final
NENHUM CANDIDATO CLASSIFICADO					

Nome do Cargo: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA 20 HORAS - HABILITAÇÃO EM TÊNIS DE MESA.

		Critérios de Desempate			
Classificação	Candidato	Experiência Profissional	Filhos	Idade	Pontuação Final
1º	Romulo Ramos				6,5

Nome do Cargo: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA 20 HORAS - HABILITAÇÃO EM TÊNIS DE CAMPO.

		Critérios de Desempate			
Classificação	Candidato	Experiência Profissional	Filhos	Idade	Pontuação Final
1º	Odilson Dutra				16,0

Nome do Cargo: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA 20 HORAS - HABILITAÇÃO EM TAEKWONDO.

		Critérios de Desempate			
Classificação	Candidato	Experiência Profissional	Filhos	Idade	Pontuação Final
NENHUM CANDIDATO CLASSIFICADO					

Nome do Cargo: FISIOTERAPEUTA

		Critérios de Desempate			
Classificação	Candidato	Experiência Profissional	Filhos	Idade	Pontuação Final
1º	Sérgio Luiz Figuerôa				88,3
2º	Jaile Torri				62,5
3º	Adriano Luiz Maffessoni				35,0
4º	Talitta Padilha Machado				31,0
5º	Edilaine Criminacio de Oliveira				24,9
6º	Paula Maleske				21,5
7º	Tâmanny Pavelski				12,1

INSCRIÇÕES INDEFERIDAS.

Candidato	Motivo
Gerson José Teles de Souza Junior	Ausência de habilitação mínima para o cargo pretendido - item 5.1.2. do Edital - Curso Superior Completo.

Desta forma, encaminhamos para publicação, abrindo-se, nos termos do item 11.1, do Edital nº 04/2012, o prazo para interposição de recursos.

Caçador (SC), 23 de Abril de 2012.

DIALA MARCHI GONÇALVES BRIDI
Assessora de Gabinete do Prefeito

IVONETE RUPPEL Secretária Escolar	ANEMARI SOCREPPA BUSCARONS Procuradora do Município
VERA LÚCIA LIPKA NEVES Presidente da FMEC	OSMAR PAVELSKI Diretor Técnico da FMEC

Camboriú

PREFEITURA

II 002/12 - FME

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
INEXIGÊNCIA LICITATÓRIA Nº. 002/2012 - FME
Data: 23/04/2012

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE APOIO MÓDULOS E LIVROS PARA UTILIZAÇÃO JUNTO AO PROJETO DE ACELERAÇÃO E ALFABETIZAÇÃO (SE LIGA E ACELERA), PROJETO DE CORREÇÃO DE FLUXO (ATENDIMENTO AO ALUNO NÃO ALFABETIZADO E ADEQUAÇÃO DE IDADE/ SÉRIE).

Valor total: R\$ 8.355,50 (Oito Mil Trezentos e Cinquenta e Cinco Reais e Cinquenta Centavos).

Secretaria: Secretaria Municipal da Educação e Cultura.

Contratada: GLOBAL EDITORA E DISTRIBUIDORA LTDA.

Embasamento legal: artigo 25, inciso "I", da lei Federal 8666/1993, e demais alterações posteriores.

Camboriú, 23 de Abril de 2012.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

Pr 14/12 - PMC

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 014/2012-PM

OBJETO: AQUISIÇÃO DE LÂMINAS, DESTINADAS PARA REPOSIÇÃO NAS MÁQUINAS MOTONIVELADORAS CATERPILLAR 120-H E NEW HOLLAND 140-B, QUE REALIZAM O ESPALHAMENTO DE MACADAME E MANUTENÇÃO DAS ESTRADAS E RUAS MUNICIPAIS NÃO PAVIMENTADAS.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Inicialá às 10:00 horas do dia 08(oito) de Maio de 2012, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú, 23 de Abril de 2012.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

Declaração de Aprovação do Plano Local de Habitação de Interesse Social

DECLARAÇÃO DE APROVAÇÃO DO PLANO LOCAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL DE CAMBORIÚ, SANTA CATARINA.

Nós, membros do Conselho Gestor do Fundo Local de Habitação de Interesse Social - CGFLHIS, da Cidade de Camboriú, Santa Catarina, abaixo relacionados, após reuniões e análise das três fases de produção do Plano Local de Habitação de Interesse Social - PLHIS, quais sejam: Etapa 1 / Produto 1 - "Proposta Metodológica"; Etapa 2 / Produto 2 - "Diagnóstico Habitacional"; Etapa 3 / Produto 3 - "Estratégias de Ação", temos a DECLARAR, conforme a Resolução nº. 37 do Conselho Gestor do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social, que APROVAMOS o PLANO LOCAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL DE CAMBORIÚ. Sendo o referido a expressão da verdade damos fé a documentação produzida que haverá de nortear os trabalhos relativos a habitação de interesse social desta cidade.

CAREN ELISABETH DA SILVA BEZERRA
Presidente do Conselho Gestor do FMHIS

SAMUEL VIOLANTE

CLAUDETE TAVARES JORGE DA ROSA

IVAN DOS SANTOS LEAL

RODRIGO MEIRINHO MORIMOTO

CARLOS ALBERTO GHIORZI

LUCIANE C. DOS SANTOS

MARI STELA DE O. GERVÁSIO

Camboriú/SC, 09 de Abril de 2012.

Campo Alegre

PREFEITURA

Decreto Nº 7.004 de 23 de Abril de 2012

DECRETO Nº 7.004 DE 23 DE ABRIL DE 2012
CONSTITUI E NOMEIA MEMBROS DA COMISSÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 008/2012.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, especialmente o disposto no Artigo 71, Inciso VII da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o Artigo 300 Inciso VII e IX da Lei Complementar Municipal nº 006, de 19 de setembro de 2002; Decreta:

Art.1º) Constituir a Comissão Avaliativa do Processo Seletivo Simplificado Edital nº 008/2012, integrada pelos membros abaixo descritos:

§ 1º) Para Comissão de Avaliação ficam nomeados os seguintes membros:

Maria Maurene Ottvagen May, matrícula nº 000082;
Sirley Dranka de Souza Freitas, matrícula nº. 000069;
José Carlos Neneve Cordeiro, matrícula nº 000084;
Ester Maria Forlin Fritsch, matrícula nº 000141;
Angela Aparecida Reckziegel Hübner, matrícula nº 954715.

§ 2º) Para, sob a Presidência do Primeiro, supervisionar, nos termos do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, para a Seleção do Cargo de Professor VIII - Geografia, objeto do Edital de Processo Seletivo Simplificado Edital nº 008/2012 desta Prefeitura Municipal.

Art.2º) Os membros ora designados, deverão organizar a elaboração do Edital avaliar, supervisionar e fiscalizar o processo de avaliação dos candidatos do citado Processo Seletivo, bem como emitir parecer final acerca do mesmo.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre "SC", 23 de abril de 2012.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 23/04/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Decreto Nº 7.005 de 24 de Abril de 2012

DECRETO Nº 7.005 DE 24 DE ABRIL DE 2012
HOMOLOGAÇÃO DOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 007/2012.

O Prefeito Municipal do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 20 da Lei Municipal Complementar 006 de 19 de setembro de 2002; Decreta:

Art.1º) Homologar a lista dos Classificados do Edital do Processo Seletivo Simplificado Edital nº 007/2012, conforme Anexo Único parte integrante deste Decreto.

Art.2º) Os candidatos classificados serão requisitados para nomeação conforme a necessidade das Secretarias Municipais de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer; Educação de Campo Alegre/SC.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre "SC", 24 de abril de 2012.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 24/04/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

ANEXO ÚNICO

CARGO: PROFESSOR IX - HISTÓRIA - HABILITAÇÃO EM HISTÓRIA

CLASSIFI- CAÇÃO	Nº INS- CRIAÇÃO	NOME	CPF/MF	PONTUA- ÇÃO	DATA NAS- CIMENTO
1º	003	ESTER SUCZECK HEIDEN	076.940.729-38	-	30/10/1990

CARGO: PROFESSOR IX - HISTÓRIA - NÃO HABILITADO - COM PEDAGOGIA

CLASSIFI- CAÇÃO	Nº INS- CRIAÇÃO	NOME	CPF/MF	PONTU- AÇÃO	DATA NAS- CIMENTO
2º	002	TATIANE BUENO DE OLIVEIRA	041.819.209-09	0,45	31/07/1986
3º	005	MARIA NOGUEI- RA DE LIMA SILVA	051.496.089-20	0,35	02/04/1988
4º	007	SHEYLA SUCHO- MEL ALVES	004.053.069-89	-	27/10/1978
5º	006	CAROLINE NEU- MANN	045.626.969-07	-	11/06/1987

Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre "SC", 24 de abril de 2012.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Pregão (Presencial) Nº 69/2012

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO (presencial) Nº 69/2012

A licitação tem como objeto a aquisição de escorregadores, balanços e gangorras, para equipar parque infantil na localidade de Corredeiras neste Município.

- Data/horário/local entrega envelopes documentação/propostas:
ATÉ AS 13HORAS E 45 MINUTOS, DO DIA 10/05/2012, NO PRO-
TOCOLO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE, sito a
Rua Cel. Bueno Franco, 292, em Campo Alegre-SC.

VALOR ESTIMADO

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDA- DE	QUANT	VALOR UNITÁRIO (R\$)	TOTAL (R\$)
------	-----------	--------------	-------	----------------------------	----------------

ESCORREGADOR DE MA-
DEIRA
Estrutura (parte da escada):
Peça individual confeccio-
nada em madeira roliça
de Eucalyptus citryodora
Autoclavado em Base Oxida
(classificado quimicamente
como Arsenato de Cobre
Cromatado - CCA tipo C),
com 5 (cinco) degraus e
corrimão em cano de 1"
galvanizados 'a fogo'.
Escorregador em madeira
de Lei Maracatiara medindo
2,50 x 0,40m.
Pintura da madeira em
esmalte sintético cores
primárias, e ferragem com
pintura epóx.
O produto deverá ser entre-
gue devidamente montado e
instalado em local indicado
pelo Município de Campo
Alegre-SC.
Garantia: A empresa deverá
prestar garantia de no
mínimo 10 (dez) anos para
madeiras e de no mínimo 01
(um) ano para demais aces-
sórios (que deverá constar
da nota fiscal).
O produto será entregue
devidamente pintada com
cores: vermelho, azul, ama-
relo e verde.
O produto será entregue
devidamente montado e
instalado em local indicado
no Edital.

Unid	01	1.459,00	1.459,00
------	----	----------	----------

<p>GANGORRA EUCALIPTO Peça individual confeccionada em madeira de Lei Itaúba, medindo 3,00m de comprimento, 23 cm largura e 4 cm de espessura, com cantos arredondados e com dispositivos anti-impacto (pneus inteiros pintados), atendendo normas ergométricas. Possui pegadores em cano 1" galvanizados à fogo. A base é confeccionada em madeira roliça de Eucalyptus citryodora Autoclavado em Base Óxida (classificado quimicamente como Arseniato de Cobre Cromatado - CCA tipo C) com diâmetro de 12 cm. Pintura da madeira em esmalte sintético cores primárias, e ferragem com pintura epóx.</p> <p>O produto será entregue devidamente pintada com cores: vermelho, azul, amarelo e verde.</p> <p>O produto será entregue devidamente montado e instalado em local indicado no Edital.</p> <p>Garantia: A empresa prestará garantia de no mínimo 10 (dez) anos para madeiras e de no mínimo 01 (um) ano para demais acessórios (que deverá constar da nota fiscal).</p>	Unid	01	551,00	551,00
---	------	----	--------	--------

<p>BALANÇO COM CADEIRA DE BEBÊ Confeccionado em madeira roliça de Eucalyptus citryodora Autoclavado em Base Óxida (classificado quimicamente como Arseniato de Cobre Cromatado - CCA tipo C), com diâmetro entre 15 e 20 cm, medindo 5,00m de comprimento, 1,80m de altura, pés dispostos em formato de "X" medindo 3,00 m. Possui 03 assentos em tábua de madeira de Lei, presos por correntes com Ø 6mm galvanizadas à fogo, 01 cadeira de bebê, em plástico, preso por corda, sistema de engates com buchas de nylon para movimentação, demais ferragens utilizadas galvanizadas à fogo.</p> <p>Pintura da madeira em esmalte sintético cores primárias, e ferragem com pintura epóx.</p> <p>O produto deverá ser entregue devidamente pintada com cores alegres (primárias).</p> <p>O produto deverá ser entregue devidamente montado e instalado em local indicado pelo Município de Campo Alegre-SC.</p>	Unid	01	1.763,00	1.763,00
<p>CARROSSEL 6 LUGARES acento em madeira ou ferro "Diâmetro: 1,40m Raio: 0,70m Altura do Eixo: 1,50m Eixo: cano galvanizado 2", parede 2,60mm Cano central, 2 ¼ ", parede 2,00mm Acento: em madeira de Lei Maracatiara Estrutura em cano 1" Rolamento para movimento Área: 1,50 x 1,50m"</p> <p>O produto será entregue devidamente pintada com cores: vermelho, azul, amarelo e verde.</p> <p>O produto será entregue devidamente montado e instalado em local indicado no Edital.</p> <p>Garantia: A empresa prestará garantia de no mínimo 10 (dez) anos para madeiras e de no mínimo 01 (um) ano para demais acessórios (que deverá constar da nota fiscal).</p>	Unid	01	1.340,00	1.340,00

- As despesas oriundas da contratação correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Entidade: 1 – Prefeitura Municipal de Campo Alegre; Órgão: 11.00 – Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer; Unidade: 11.03 – Coordenadoria de Esporte e lazer; Função: 27 – Desporto e Lazer; Subfunção: 813 – Lazer; Programa: 84 – Integrar para Socializar; Projeto: 2.810 – Criação e Manutenção de Espaços de lazer; Elemento de Despesa: 4.4.90.52.00.00.00.00 – Equipamento e Material Permanente; Recurso: 00.01.0080 – (código reduzido: 279, valor reservado R\$ 5.113,00).

- Qualquer informação, alteração, anulação, revogação ou complemento ao edital será disponibilizado no site do Município (www.campoalegre.sc.gov.br), e é de total responsabilidade da empresa participante a verificação no mesmo.

- Para obter cópia deste Edital e anexos, os interessados deverão acessar o site www.campoalegre.sc.gov.br, no ícone "Licitação" / "Pregão" / "Pregão 69/2012".

- A entrega dos envelopes no Serviço de Protocolo do Município é de total responsabilidade da empresa licitante, excluindo a responsabilidade do Município em receber os envelopes via Correios ou por outro meio, assim como de controlar a tramitação dos documentos até o Serviço de Protocolo do Município.

Campo Alegre, 23 de abril de 2012.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Anexo I - Formulário Para Encaminhamento de Projetos Culturais

ANEXO I

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, TURISMO,
ESPORTE E LAZER

FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA

Lei MUNICIPAL Nº 3.609, de 16 de junho de 2010.

FORMULÁRIO PARA ENCAMINHAMENTO DE PROJETOS CULTURAIS

1. IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO

TÍTULO:	
ÁREA(S):	MODALIDADE(S):
PARA USO DA SECRETARIA DE CULTURA	
NÚMERO DO PROCESSO:	DATA DE RECEBIMENTO DO PROJETO PELO FMC:

2. IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTOR CULTURAL

PESSOA JURÍDICA

	De direito privado sem fins lucrativos ()	De direito privado com fins lucrativos ()
ENTIDADE:	CNPJ/MF	
ENDEREÇO:		
MUNICÍPIO:	UF:	CEP:
CAMPO ALEGRE	SANTA CATARINA	89294-000
TELEFONES:	CELULAR:	E-mail:
(47)	(47)	
DIRIGENTE:		FUNÇÃO:

CI:	ÓRGÃO EXPEDIDOR:	CPF/MF:
-----	------------------	---------

PESSOA FÍSICA

NOME:		
ENDEREÇO:		
MUNICÍPIO:	UF:	CEP:
CAMPO ALEGRE	SANTA CATARINA	89294-000
TELEFONES:	CELULAR:	EMAIL:
(47)	(47)	
CI:	ÓRGÃO EXPEDIDOR:	CPF/MF:

TÍTULO:

PROPONENTE:

3 - OBJETIVO(S)

Descreva de forma resumida o que você pretende realizar:

4 - INFORMAÇÕES TÉCNICAS

1- Local (ou locais) de realização:
2- Bairros/Localidades atingidas:
3- Público-alvo:
4- Duração (no. de dias necessários para realização):
5- No caso de projeto com data definida: Início: Término:
6- Valor unitário do ingresso ou inscrição: R\$
7- No caso de gravação fonográfica ou Cd-rom: Nº. de cópias: Valor unitário de venda: R\$
8- No caso de produção audiovisual: Duração: minutos Tipo de mídia: Valor unitário de venda: R\$
9- No caso de edição de livros: Nº. de exemplares: Editora: Valor unitário de venda: R\$

TÍTULO:

PROPONENTE:

5 - JUSTIFICATIVA

Informe os motivos que o levaram a propor o projeto:

6 - CONTRAPARTIDA SOCIAL

9.2- DA ABERTURA DE CONTA ESPECÍFICA:

Comprometo-me a providenciar a abertura de conta específica, em nome do projeto, para recebimento dos recursos, após a comunicação oficial da aprovação do mesmo, encaminhando à Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer de Campo Alegre/SC os comprovantes da abertura de conta e saldo zerado.

Declaro que não há nenhum impedimento legal para a realização do procedimento de abertura de conta corrente em meu nome e vinculada ao projeto.

Tenho conhecimento de que todos os gastos do projeto deverão ser efetuados através de emissão de cheques nominais.

9.3- DO CUMPRIMENTO DOS ITENS ORÇAMENTÁRIOS E PRESTAÇÃO DE CONTAS:

Comprometo-me a cumprir os itens orçamentários apresentados e/ou aprovados neste projeto, bem como apresentar prestação de contas, na forma e nos limites estabelecidos.

9.4- DA AUTENTICIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS E DO CRÉDITO:

As informações aqui prestadas, tanto no projeto como em seus anexos, são de minha inteira responsabilidade e podem, a qualquer momento, ser comprovadas.

Estou ciente de que caso o apoio ao projeto se concretize, estarei automaticamente obrigado a fazer constar as logomarcas da Prefeitura Municipal de Campo Alegre, Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer e Fundo Municipal de Cultura em todas as peças promocionais, no produto final ou nos serviços realizados, de acordo com o projeto aprovado.

Estou ciente de que a Prefeitura Municipal de Campo Alegre, em todas as suas instâncias, poderá fazer uso das imagens e sons, bem como das contrapartidas sociais relacionadas ao projeto aprovado, por tempo ilimitado, sem quaisquer ônus adicionais.

TERMO DE RESPONSABILIDADE

Manifesto minha concordância com os termos estabelecidos neste formulário, comprometendo-me ao cumprimento das exigências da Lei Municipal nº 3.609 de 16 de junho de 2010 e de seu Decreto de Regulamentação.

Local: Campo Alegre / SC

Data:

Nome:

Assinatura: _____

Cargo/Função:

Editais de Apoio À Cultura Concurso Nº 001/2012**EDITAL DE APOIO À CULTURA
CONCURSO Nº 001/2012**

A SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, TURISMO, ESPORTE E LAZER, situada à Av. Dr. Getúlio Vargas, nº 606, Centro, Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, através do FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA, torna público, através do presente Edital de Concurso, que se encontram abertas, entre 30 de abril de 2012 e 30 de maio de 2012, as inscrições para o EDITAL DE APOIO À CULTURA, que regulamenta a concessão de recursos financeiros no valor total de R\$ 15.610,00 (quinze mil, seiscentos e dez reais), destinados a incentivar atividades culturais no Município de Campo Alegre/SC, nas modalidades de música/dança; artes cênicas; fotografia/vídeo; literatura; artes plásticas; folclore/artesanato; patrimônio cultural, de acordo com o que determinam a Lei Municipal nº 3.609, de 16 de junho de 2010, e o Decreto Municipal nº 6.240, de 19 de outubro de 2010 e as Leis Federais nº 8.666/93; 8.883/94 e suas alterações, bem como as condições estabelecidas neste Edital.

1. Do objeto

1.1 Constitui objeto do presente Edital de Concurso conceder recursos financeiros para a execução de projetos de produção nas modalidades de música/dança; artes cênicas; fotografia/vídeo; literatura; artes plásticas; folclore/artesanato e patrimônio cultural, que sejam executados durante o ano de 2012.

1.2 As despesas do presente Edital de Concurso correrão por conta das dotações: Projeto Atividade 2.136 (Apoio Financeiro a Projetos Artísticos e Culturais) - Contribuições do Orçamento do Fundo Municipal de Incentivo à Cultura, conforme prevê o Art. 2º da Lei Municipal nº 3.609, de 16 de junho de 2010.

2. DA PARTICIPAÇÃO

2.1 Poderão concorrer ao presente Edital de Concurso, os Agentes Culturais e Entidades Privadas de Natureza Cultural com ou sem fins lucrativos, com domicílio ou sede comprovados no Município de Campo Alegre/SC há pelo menos dois anos e que:

- a) não tenham débito com a Fazenda Pública Municipal;
- b) já tendo recebido apoio financeiro, tiveram: projetos executados e a prestação de contas aprovada;
- c) comprovem funcionamento regular (no caso de entidades sem fins lucrativos);
- d) possuam reconhecimento de utilidade pública municipal (no caso de entidades sem fins lucrativos).

2.2 Não poderão concorrer ao edital, conforme Art. 36 do Decreto Municipal nº 6.240, de 19 de outubro de 2010, como proponentes ou participantes indiretos, os servidores públicos municipais detentores de cargos comissionados ou funções gratificadas, nem membros da Comissão de Análise de Projetos - CAP e membros de comissões específicas de julgamento, durante o período de seu mandato, conforme prescreve o Art. 13 do Decreto Municipal nº 6.240 de 19 de outubro de 2010. Também ficam impedidos de concorrer a este edital os proponentes que possuem pendência na prestação de contas de projetos apresentados à administração municipal em anos anteriores.

2.3 A proibição prevista no item anterior não se estende às entidades ou instituições de que faça parte o membro da CAP e das comissões especiais e/ou servidor público municipal detentor de cargo comissionado. O membro da CAP e ou comissão ficará impedido de analisar e votar os projetos apresentados pelas entidades ou instituições de que faça parte.

2.4 O não cumprimento do previsto nos itens anteriores desse Edital, poderá submeter o proponente beneficiado às sanções previstas neste Regulamento, e o servidor às sanções disciplinares previstas em LEI.

2.5 Os demais servidores públicos municipais podem participar dos projetos encaminhados por outros proponentes, desde que não façam parte das comissões de análise.

3. DO PRAZO E LOCAL DE INSCRIÇÕES

3.1 Os projetos, acompanhados de ofício de encaminhamento dirigido à Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer, deverão ser protocolados na Casa da Cultura, localizada à Av. Dr. Getúlio Vargas, nº 606, Centro, Campo Alegre-SC, aos cuidados do Fundo Municipal de Cultura, no período de 30 de abril a 30 de maio de 2012, em horário de expediente (das 8 às 12h e das 13h às 17h).

3.2 Os proponentes deverão apresentar suas propostas em formulário próprio, disponível na Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte ou Lazer e também no site www.campoalegre.sc.gov.br. O projeto deve ser apresentado em duas vias, digitadas,

encadernadas ou grampeadas.

3.3 Somente poderão ser beneficiados pelo FMC projetos de caráter estritamente cultural e que ofereçam contrapartida social, ou seja, promovam algum benefício à comunidade, tais como apresentações, exemplares, vagas e outros produtos de distribuição gratuita.

3.4 Cada empreendedor somente poderá concorrer à obtenção de apoio do Fundo através deste edital com, no máximo, 2 (dois) projetos, mas somente um deles poderá receber apoio financeiro.

3.5 O valor máximo a ser pleiteado para cada projeto cultural será de R\$ 3.000,00 (três mil reais).

3.6 Os orçamentos dos projetos encaminhados ao FMC poderão prever no máximo até 5% (cinco por cento) do montante pleiteado para despesas de administração dos projetos, incluindo coordenação, materiais de expediente, contabilidade e secretaria, e, no máximo, até 10% (dez por cento) para despesas de divulgação.

3.7 Não serão aceitas inscrições apresentadas fora do período estabelecido no item 3.1 deste Edital.

3.8 Somente serão considerados habilitados os concorrentes que apresentarem a seguinte documentação:

I - se pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos:

- a) cópia do cartão de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ/MF;
- b) cópia do registro de identidade e do Cadastro de Pessoas Físicas - CPF/MF do representante legal da instituição;
- c) cópia da ata de constituição da atual diretoria da instituição;
- d) cópia do estatuto e/ou regimento da instituição;
- e) cópia da Lei que declara a instituição como de Utilidade Pública Municipal;
- f) relatório de atividades culturais da instituição no último ano;
- g) cópia das Certidões Negativas de Débito para com a Fazenda Pública Municipal, Estadual e Federal;
- h) cópia das Certidões Negativas de Débito para com o INSS e FGTS;
- i) cópias de comprovantes de domicílio no Município de Campo Alegre/SC há mais de 2 (dois) anos.
- j) Declaração SPC/Serasa completa, com cartório (retirar junto ao SPC/CDL).

II - se pessoa jurídica de direito privado com fins lucrativos:

- a) cópia do cartão de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ/MF;
- b) cópia do registro de identidade e do Cadastro de Pessoas Físicas - CPF/MF do representante legal da empresa;
- c) cópia do contrato social da empresa;
- d) relatório de atividades culturais da empresa no último ano;
- e) cópia das Certidões Negativas de Débito para com a Fazenda Pública Municipal, Estadual e Federal;
- f) cópia das Certidões Negativas de Débito para com o INSS e FGTS;
- g) cópias de comprovantes de domicílio no Município de Campo Alegre há mais de 2 (dois) anos.
- h) Declaração SPC/Serasa completa, com cartório (retirar junto ao SPC/CDL).

III - se pessoa física:

- a) cópia do registro de identidade e do Cadastro de Pessoas Físicas - CPF/MF;
- b) currículo que comprove a atuação no setor cultural;
- c) cópia das Certidões Negativas de Débito para com a Fazenda Pública Municipal, Estadual e Federal;
- d) cópias de comprovantes de residência e domicílio no Município

de Campo Alegre há mais de 2 (dois) anos.

e) Declaração SPC/Serasa completa, com cartório (retirar junto ao SPC/CDL).

3.9 O projeto técnico/plano de trabalho deverá conter em anexo os seguintes itens:

I - para projetos de artesanato, artes plásticas, gráficas e de fotografia:

- a) descrição sucinta das técnicas utilizadas, nome e currículo sucinto do(s) autor(es);
- b) imagens: no mínimo 3 (três) fotografias ou vídeo, em CD ou DVD, de trabalhos anteriores ou dos que se pretende expor.

II - para projetos de dança, dança folclórica, folguedos populares e teatro:

- a) nome e currículo sucinto do coordenador do grupo e ficha técnica (nome dos componentes do grupo, do diretor, coordenador, coreógrafo, figurinista, cenógrafo, autor do texto, da trilha sonora, quando for o caso);
- b) currículo artístico do grupo: incluindo apresentações, premiações;
- c) imagens: fotografias, ou vídeo ou matérias jornalísticas de outras apresentações do grupo, do ensaio ou da produção proposta;
- d) roteiro de itinerância, quando for o caso;
- e) cópia do texto, no caso de teatro.

III - para projetos de bandas, corais, orquestras, grupos, ópera, intérpretes, instrumentistas e gravação fonográfica:

- a) nome e currículo sucinto de todos os componentes do grupo, direção, coordenação, regência e produção, quando for o caso;
- b) currículo artístico: incluindo apresentações, premiações e formação;
- c) cópia em CD demonstração, com no mínimo 2 (duas) músicas executadas pelos proponentes, ou do material a ser gravado, no caso de gravação de CD;
- d) roteiro, local, direção, produção, duração, músicos envolvidos e itinerância, no caso de shows e espetáculos musicais.

IV - para projetos de eventos como feiras, festivais, mostras, festas, encontros, palestras, colóquios, seminários e oficinas:

- a) dados técnicos como: nome e currículo sucinto de todos os envolvidos na organização, direção, coordenação e produção, quando for o caso;
- b) programação prevista e infraestrutura existente;
- c) currículos sucintos de palestrantes, ministrantes ou convidados, bem como do produtor responsável, quando for o caso.

V - para projetos de edição de livros, revistas e catálogos:

- a) cópia integral do texto a ser publicado, redigido em língua portuguesa ou, em casos específicos, contendo sua tradução;
- b) nome e currículo sucinto de todos os envolvidos: autor, tradutor, ilustrador, pesquisador, coordenador editorial, editora e designer gráfico, quando for o caso;
- c) em caso de parceria editorial, relacione detalhadamente a proposta de contrapartida da editora parceira em relação ao produto;
- d) autorização para publicação, quando for o caso;
- e) dados técnicos: dimensões, tipo de impressão, tiragem, papel e número de páginas.

VI - para projetos de produção audiovisual:

- a) cópia integral do roteiro, redigido em língua portuguesa ou, em casos específicos, contendo sua tradução;
- b) proposta e descrição das locações de filmagem;
- c) autorização para utilização de imagens, quando for o caso;
- d) autor, adaptador, roteiro, direção, direção artística, direção de fotografia, pesquisa, figurino, trilha sonora, cenografia e edição, quando for o caso;

- e) autorização do autor ou roteirista, quando for o caso;
f) dados técnicos: características da produção, suporte e duração.

VII - para projetos em CD-ROM, Internet, arte digital e multimídia:

- a) currículo sucinto de todos os envolvidos;
b) autorização para uso de textos e imagens, quando for o caso;
c) simulação da proposta do produto a ser realizado;
d) dados técnicos: características da produção, suporte, duração, veiculação e tiragem.

VIII - para projetos de museus, acervos, bibliotecas, arquivos e radiodifusão cultural:

- a) currículo sucinto do dirigente e de todos os envolvidos no projeto;
b) detalhamento técnico, conceitual, museológico, educativo ou de comunicação do projeto;
c) projetos arquitetônicos e complementares, bem como o memorial descritivo e cronograma físico-financeiro, para obras de ampliação, reforma ou restauração;
d) prévia autorização dos órgãos de preservação do patrimônio cultural, quando for o caso;
e) detalhamento técnico, no caso de aquisição de acervo, mobiliário ou equipamentos, incluindo características e quantidade.

IX - para projetos de restauração e conservação de bens protegidos por legislação de preservação do patrimônio cultural:

- a) currículo sucinto do responsável técnico pelos projetos e sua execução;
b) fotografias detalhadas do estado atual das áreas que sofrerão intervenção;
c) detalhamento técnico das intervenções propostas;
d) projetos arquitetônicos e complementares, bem como o memorial descritivo e cronograma físico financeiro;
e) cópia da notificação, decreto de tombamento ou documento similar;
f) prévia autorização dos órgãos de preservação do patrimônio cultural.

4. DA AVALIAÇÃO E RECEBIMENTO DOS RECURSOS:

4.1 O projeto cultural encaminhado ao FMC para concorrer a este edital, será imediatamente protocolado, recebendo numeração de processo e numeração de ordem, conforme Art. 42, do Decreto Municipal nº 6.240 de 19 de outubro de 2010.

4.2 Ao ser protocolado, o projeto cultural será analisado em seu aspecto formal de preenchimento, compatibilidade de custos orçamentários com os valores de mercado, bem como a legalidade e autenticidade dos documentos acostados.

4.3 A Secretaria de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer encaminhará os projetos culturais à análise da CAP, que terá prazo até 21 de junho de 2012 para emissão de parecer ao Conselho Municipal de Cultura.

4.4 Somente serão considerados habilitados os proponentes que apresentarem todos os documentos exigidos.

4.5 Todos os projetos culturais encaminhados a este Edital serão analisados segundo critérios de relevância e oportunidade, devendo ser emitidos pareceres e classificação por escrito, conforme Art. 46, do Decreto Municipal nº 6.240 de 19 de outubro de 2010.

4.6 Dentre os principais critérios de avaliação, para efeito de pontuação e classificação, deverão ser considerados os itens abaixo, cuja soma de pontuação, aliada às considerações registradas por escrito pelos avaliadores, ordenará a classificação dos projetos, em ordem decrescente:

Critério	Nota
I - o mérito artístico ou cultural	1 a 10
II - viabilidade e coerência orçamentária	1 a 10
III - contrapartida social proposta	1 a 10
IV - caráter multiplicador do projeto	1 a 10
V - imprescindibilidade do incentivo para a realização do projeto	1 a 10
VI - exequibilidade dos prazos propostos	1 a 10
VII - currículo do proponente comprovando sua capacidade de execução para o projeto.	1 a 10

4.6.1. Em caso de empate serão utilizadas as notas obtidas nos critérios de avaliação I, II, III, IV, V, VI e VII, respectivamente, para definir a classificação. Persistindo o empate, o Conselho Municipal de Cultura procederá a escolha.

4.7 A CAP, por ocasião da análise dos projetos, poderá sugerir outras formas de contrapartida social, além da proposta pelo produtor cultural.

4.8 Os pareceres da CAP, juntamente com os projetos analisados, serão encaminhados ao Conselho Municipal de Cultura para seleção, análise e aprovação final.

4.8.1 O membro do Conselho Municipal de Cultura proponente direto ou indireto de projeto cultural fica impedido de analisar e votar projeto de seu próprio interesse.

4.9 Os recursos destinados ao Edital e eventualmente não utilizados por falta de projetos propostos ou qualificados deverão ser destinados a ações da Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer, conforme Art. 26 do Decreto Municipal nº 6.240 de 19 de outubro de 2010.

4.10 Os projetos qualificados no Edital de Apoio à Cultura deverão ser obrigatoriamente listados por ordem de classificação, sendo beneficiados os primeiros da lista até atingir o montante definido neste Edital, ou seja R\$ 15.610,00 (quinze mil, seiscentos e dez reais).

4.11 Os projetos aprovados e seus respectivos valores de apoio deverão constar em portaria expedida pela Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer e publicada no mural da Prefeitura Municipal, mural da Casa da Cultura e no site www.campoalegre.sc.gov.br

4.12 Os resultados serão divulgados entre os dias 22 a 26 de junho de 2012, nos murais da Prefeitura Municipal, da Casa da Cultura e no site www.campoalegre.sc.gov.br

4.13 Da decisão negativa caberá recurso ao Conselho de Administração do FMC, no prazo de 15 (quinze) dias, devendo este submeter o pedido a novo encaminhamento ao Conselho Municipal de Cultura, que deverá deliberar sobre o assunto no mesmo prazo, conforme Art. 47 do Decreto Municipal nº 6.240 de 19 de outubro de 2010.

4.14 O produtor cultural, comunicado da decisão favorável ao projeto, deverá providenciar a abertura de conta corrente específica, em nome do projeto aprovado, conforme Art. 48, do Decreto Municipal nº 6.240 de 19 de outubro de 2010.

5. DO RECEBIMENTO DOS RECURSOS E EXECUÇÃO DOS PROJETOS

5.1 Os contemplados deverão comparecer à Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer, em data a ser agendada com cada um, para firmar CONTRATO com o Fundo Municipal de Cultura.

5.2 Os contemplados receberão o recurso em uma única parcela, que será depositada em conta corrente especialmente aberta para esse fim, em agência bancária de Campo Alegre, conforme cronograma orçamentário estabelecido pela Secretaria de Finanças cabendo-lhes a responsabilidade de executar o projeto aprovado em até doze meses a contar do recebimento dos recursos, conforme prevê o Art. 52 do Decreto Municipal nº 6.240 de 19 de outubro de 2010.

5.3 Durante a execução dos projetos, o beneficiado deverá encaminhar à Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer relatórios parciais, informando datas, locais e público envolvido, com fotografias digitalizadas das ações. As datas das ações que envolvam público devem ser comunicadas com antecedência mínima de quinze dias à Secretaria Municipal de Cultura.

5.4 Em hipótese alguma os beneficiados receberão suplementação de recursos para a execução do projeto.

5.5 Em todos os recursos de mídia e divulgação, na realização dos projetos beneficiados, deverão ser inseridas as logomarcas do Fundo Municipal de Cultura de Campo Alegre, Secretaria de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer e Prefeitura Municipal de Campo Alegre/SC.

5.6 Todos os materiais impressos relacionados ao projeto beneficiado deverão ser submetidos à análise da Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer antes da confecção dos mesmos.

5.7 Toda a divulgação de projetos, realizada através de textos encaminhados à imprensa, por meio radiofônico ou através de apresentações orais, deve citar: "Projeto realizado com o apoio do Fundo Municipal de Cultura de Campo Alegre".

5.8 No caso de o Contratado não cumprir o prazo de produção ou não utilizar a totalidade dos recursos liberados, deverá devolver o montante recebido ou não utilizado ao FMC, corrigido monetariamente, conforme prevê o Art. 60 do Decreto Municipal nº 6.240 de 19 de outubro de 2010.

5.9 Não será permitida a comercialização de produtos apoiados pelo FMC em valores superiores aos aprovados no projeto, sob pena de ação judicial e de devolução dos recursos alocados.

6. DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

6.1 A prestação de contas do projeto beneficiado deve ser encaminhada pelo produtor cultural à Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer em formulário próprio (anexo II do Decreto Municipal nº 6.240 de 19 de outubro 2010) devidamente preenchido e acompanhado da documentação comprobatória das despesas realizadas pelo projeto, em até 60 (sessenta) dias após o término de sua execução, conforme Art. 57 do Decreto Municipal nº 6.240 de 19 de outubro de 2010.

6.2 A documentação da prestação de contas deverá estar em conformidade com o Decreto Municipal nº 5.679, de 22 de maio de 2009, que aprova o Manual de Normas e Orientações sobre Prestação de Contas, Recebimento de Recursos Municipais e estabelece outras providências.

6.3 Conforme o Decreto Municipal nº 5.679 de 22 de maio de 2009, a Prestação de Contas deverá conter os seguintes documentos:

- a) Ofício de encaminhamento da Prestação de Contas;
- b) Balancete demonstrativo devidamente preenchido e assinado pelo proponente;
- c) Extrato bancário da Conta Especial e conciliação do Saldo

(Anexo II do Decreto Municipal nº 5.679 de 22 de maio de 2009), com movimentação completa desde a data do repasse até a saída dos cheques. No caso de cheques não compensados no prazo legal de prestação de contas, efetuar a conciliação bancária;

d) Originais de documentos suportes das despesas, bem legíveis e sem rasuras e entrelinhas (nota fiscal de prestação de serviços com ISS 5%, e, se autônomo ainda a retenção de 11% INSS mais 20% correspondentes ao contratante) ou nota fiscal de compra de material;

e) Declaração do lançamento contábil ratificando o ingresso dos valores na Receita do proponente. (Anexo 3 do Decreto Municipal nº 5.679 de 22 de maio de 2009);

f) Assinatura, nos documentos da Prestação de Contas, do proponente e do contador;

g) Certificação de recebimento de material/serviço: no ato do recebimento do serviço/material, e, após a conferência, as notas deverão conter no verso o carimbo, devidamente preenchido, conforme modelo;

h) Liquidação de pagamento, com cópia do cheque nominal emitido, recibo que comprove a efetivação do pagamento, devidamente preenchido e assinado ou, na ausência deste, poderá ser liquidado o pagamento constando na nota fiscal as seguintes informações;

i) Para fins de comprovação de gastos, deverá ser obedecida a ordem cronológica, ou seja, serão consideradas as despesas efetuadas a partir da data de entrada dos recursos junto à Conta Bancária específica do projeto;

j) Declaração do proponente (ordenador da despesa) de que os recursos foram rigorosamente aplicados aos fins concedidos.

6.4 Recibos não serão aceitos para comprovar despesas sujeitas à incidência de tributos federais, estaduais e municipais. Poderá ser apresentada Nota Fiscal Avulsa, fornecida pela prefeitura, em caso de serviços, observadas as Legislações Tributárias e Previdenciária.

6.5 Todos os pagamentos deverão ser efetuados com cheque nominal, mantendo-se uma cópia de cada cheque para efeito de prestação de contas.

6.6 O Conselho de Administração do FMC encaminhará uma cópia da prestação de contas à análise contábil da Prefeitura Municipal e outra para a CAP, para análise.

6.7 Todos os valores recebidos e não utilizados dentro do prazo de realização do projeto aprovado, bem como eventuais rendimentos financeiros não aplicados no projeto, deverão ser recolhidos ao FMC, conforme Art. 60, do Decreto Municipal nº 6.240 de 19 de outubro de 2010.

6.8 Os valores de despesas glosadas deverão ser recolhidos ao FMC, devidamente atualizados a partir da data da notificação do produtor cultural até a data do efetivo depósito, conforme Art. 61, do Decreto Municipal nº 6.240 de 19 de outubro de 2010.

6.9 Os recolhimentos ao FMC deverão ser efetuados em até 15 (quinze) dias contados da notificação do fato ao produtor cultural, sob pena de rejeição da prestação de contas do projeto, conforme Art. 62, do Decreto Municipal nº 6.240 de 19 de outubro de 2010.

6.10 Na prestação de contas só serão aceitos os comprovantes de despesas efetuadas a partir da data de liberação dos recursos até a data final de execução do projeto prevista no Cronograma de Execução.

6.11 A prestação de contas de projetos de teatro, música, gravação fonográfica, edição de livros, revistas e catálogos, deve conter

a autorização do autor ou detentor dos direitos autorais quando este não for o próprio proponente do projeto.

6.12 Rejeitada a prestação de contas em razão da existência de dolo, fraude, simulação, conluio, desvio dos objetivos ou dos recursos, o produtor cultural estará sujeito à devolução total do apoio financeiro concedido através do FMC, acrescido de multa no mesmo valor do apoio recebido, sem prejuízo de outras sanções civis, penais ou tributárias, bem como a exclusão de qualquer possibilidade de benefício do FMC por um período de 2 (dois) anos após o cumprimento dessas obrigações, conforme disposto no Art. 19 da Lei Municipal nº 3.609 e Art. 63 do Decreto Municipal nº 6.240 de 19 de outubro de 2010.

7. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

7.1 A inscrição do concorrente implica na prévia e integral concordância das normas do presente Edital de Concurso, da Lei nº 3.609 de 16 de junho de 2010 e do Decreto Municipal nº 6.240 de 19 de outubro de 2010.

7.2 A Prefeitura Municipal de Campo Alegre, em todas as suas instâncias e programas, poderá fazer uso das imagens e sons, bem como das contrapartidas sociais relacionadas aos projetos aprovados, por tempo ilimitado, sem quaisquer ônus adicionais, conforme Art. 56, do Decreto Municipal nº 6.240 de 19 de outubro de 2010.

7.3 Os Contratados permitirão que o FMC acompanhe a execução dos projetos.

7.4 Os projetos aprovados ficarão arquivados na Secretaria de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer por tempo indeterminado. Os projetos não aprovados na seleção ficarão à disposição dos proponentes durante 30 dias após a divulgação dos resultados. Após esse período, os projetos serão devidamente inutilizados e encaminhados para a reciclagem.

7.5 Os casos omissos serão decididos pelas instâncias do Fundo Municipal de Cultura de Campo Alegre.

Campo Alegre-SC, 20 de abril de 2012.

MARÍLIA CRISPI DE MORAES

Presidente do Fundo Municipal de Cultura de Campo Alegre

Campos Novos

PREFEITURA

Lei Complementar Nº 03 de 16/04/2012

LEI COMPLEMENTAR Nº 03 DE 16/04/2012

“DISCIPLINA A NOMEAÇÃO PARA CARGOS EM COMISSÃO NO ÂMBITO DOS ÓRGÃOS DO PODER EXECUTIVO E LEGISLATIVO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

Vilivaldo Erich Schmid, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTE MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE SANCIONA A PRESENTE LEI:

Art. 1º. Fica vedada a nomeação para cargos em comissão no âmbito dos órgãos do Poder Executivo e Legislativo do município de Campos Novos, pessoas que estão inseridas nas seguintes

hipóteses:

I - Os que tenham contra sua pessoa representação julgada procedente pela Justiça Eleitoral, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado, em processo de apuração de abuso do poder econômico ou político, desde a decisão até o transcurso do prazo de 8 (oito) anos;

II - Os que forem condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, desde a condenação até o transcurso do prazo de 8 (oito) anos após o cumprimento da pena, pelos crimes:

- a) Contra a economia popular, a fé pública, a administração pública e o patrimônio público;
- b) Contra o patrimônio privado, o sistema financeiro, o mercado de capitais e os previstos na lei que regula a falência;
- c) Contra o meio ambiente e a saúde pública;
- d) Eleitorais, para os quais a lei comine pena privativa de liberdade;
- e) De abuso de autoridade, nos casos em que houver condenação à perda do cargo ou à inabilitação para o exercício de função pública;
- f) De lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores;
- g) De tráfico de entorpecentes e drogas afins, racismo, tortura, terrorismo e hediondos;
- h) De redução à condição análoga à de escravo;
- i) Contra a vida e a dignidade sexual;
- j) praticados por organização criminosa, quadrilha ou bando;

III - Os que forem declarados indignos do oficialato, ou com ele incompatíveis, pelo prazo de 8 (oito) anos;

IV - Os que tiverem suas contas relativas ao exercício de cargos ou funções públicas rejeitadas por irregularidade insanável que configure ato doloso de improbidade administrativa, e por decisão irrecurável do órgão competente, salvo se esta houver sido suspensa ou anulada pelo Poder Judiciário, aplicando-se o disposto no inciso II do art. 71 da Constituição Federal, a todos os ordenadores de despesa, sem exclusão de mandatários que houverem agido nessa condição, desde a decisão até o transcurso do prazo de 8 (oito) anos;

V - Os detentores de cargo na administração pública direta, indireta ou fundacional, que beneficiarem a si ou a terceiros, pelo abuso do poder econômico ou político, que forem condenados em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, desde a decisão até o transcurso do prazo de 8 (oito) anos;

VI - Os que forem condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado da Justiça Eleitoral, por corrupção eleitoral, por captação ilícita de sufrágio, por doação, captação ou gastos ilícitos de recursos de campanha ou por conduta vedada aos agentes públicos em campanhas eleitorais que impliquem cassação do registro ou do diploma, desde a decisão até o transcurso do prazo de 8 (oito) anos;

VII - Os que forem condenados à suspensão dos direitos políticos, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, por ato doloso de improbidade administrativa que importe lesão ao patrimônio público e enriquecimento ilícito, desde a condenação ou o trânsito em julgado até o transcurso do prazo de 8 (oito) anos após o cumprimento da pena;

VIII - Os que forem excluídos do exercício da profissão, por decisão sancionatória do órgão profissional competente, em decorrência de infração ético-profissional, pelo prazo de 8 (oito) anos, salvo se o ato houver sido anulado ou suspenso pelo Poder Judiciário;

IX - Os que forem demitidos do serviço público em decorrência de processo administrativo ou judicial, pelo prazo de 8 (oito) anos, contado da decisão, salvo se o ato houver sido suspenso ou

anulado pelo Poder Judiciário;

X - Os servidores do Poder Executivo e Legislativo, que forem aposentados compulsoriamente por decisão sancionatória, e que tenham perdido o cargo por sentença ou que tenham pedido exoneração ou aposentadoria voluntária na pendência de processo administrativo disciplinar, pelo prazo de 8 (oito) anos.

Parágrafo Único: A vedação prevista na no inciso II do artigo I não se aplica aos crimes culposos e àqueles definidos em lei como de menor potencial ofensivo, nem aos crimes de ação penal privada.

Art. 2º. Todos os atos efetuados em desobediência às vedações previstas nesta Lei serão considerados nulos a partir da sanção desta legislação.

Art. 3º. Caberá ao Poder Executivo Municipal e ao Poder Legislativo, de forma individualizada, a fiscalização de seus atos em obediência a presente lei, com a possibilidade de requerer aos órgãos competentes informações e documentos que entender necessários para o cumprimento das exigências legais.

Art. 4º. O nomeado ou designado, obrigatoriamente antes da posse, terá ciência das restrições e declarará por escrito não se encontrar inserido nas vedações do art. 1º.

Art. 5º. O Prefeito Municipal e o Presidente da Câmara de Vereadores de Campos Novos, dentro do prazo de 90 (noventa) dias, contados da publicação da lei, promoverão a exoneração dos atuais ocupantes de cargos de provimento em comissão, nas situações previstas no art. 1º.

Parágrafo único: Os atos de exoneração produzirão efeitos a contar de suas respectivas publicações.

Art. 6º. As denúncias de descumprimento da lei deverão ser encaminhadas ao Ministério Público que ordenará as providências cabíveis na espécie.

Art. 7º. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Lei em,
16 de abril de 2012.
VILIBALDO ERICH SCHMID
Prefeito Municipal

Decreto Nº 6.515 de 24/04/2012

DECRETO Nº 6.515 DE 24/04/2012
DECRETA PONTO FACULTATIVO

Vilibaldo Erich Schmid, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

DECRETA:

Art. 1º - Fica decretado "Ponto Facultativo" o dia 30/04 (segunda-feira) na Prefeitura Municipal, Secretarias, Fundações e Autarquia, permanecendo em funcionamento os serviços essenciais.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em,
24 de abril de 2012.
VILIBALDO ERICH SCHMID
Prefeito Municipal

Pregão Presencial Nº 07/2012 - Aviso de Licitação

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS
FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. JOSÉ ATHANÁZIO
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2012

A Fundação Hospitalar Drº José Athanázio torna público que fará realizar no dia 08/05/2012 às 14:30 horas, na sala de reuniões da Fundação Hospitalar, Pregão Presencial do Tipo Menor Preço Global, tendo como objeto a AQUISIÇÃO DE PRODUTOS PARA LAVANDERIA HOSPITALAR - LINHA LIQUIDA - COM COMODATO DO DOSADOR, SEM ÔNUS ADICIONAL PARA A FUNDAÇÃO. PARA A LAVAGEM DE ROUPAS CIRURGICAS E DE CAMA E BANHO DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. JOSÉ ATHANÁZIO. O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site www.camposnovos.sc.gov.br ou no Departamento de compras e licitações da Fundação, localizado a Rua Nereu Ramos, 379, no horário das 8h 30min às 12:00 horas e das 13:30 às 18:00 horas diariamente.

Campos Novos, 25 de abril de 2012.

Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio
MARLIÊSE DA CASS MECABÔ
Administradora

Canoinhas

PREFEITURA

Edital de Pregão Presencial Nº FME 04/2012

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE CANOINHAS
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º FME 06/2012
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º FME 04/2012
REGISTRO DE PREÇOS

A Fundação Municipal de Esportes de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 03.914.543/0001-02, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 15/05/2012, às 14:05 horas, a abertura das propostas para Registro de Preços de quilômetros rodados de ônibus, microônibus e vans, destinados ao transporte de atletas do município, apoiados pelos projetos da Fundação Municipal de Esportes de Canoinhas para participarem de competições oficiais, promovidos pela Fesporte e Federações. Informações (47) 3621-7705. Edital disponível no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

RICARDO PEREIRA MARTIN
Presidente

Capinzal

PREFEITURA

Contrato 0106/2012

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO 0106/2012

Pregão Presencial 0024/2012

Processo Licitatório Nº 0049/2012

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAPINZAL

CONTRATADA: SOCIEDADE DE DESEN. VALE DO BANDEIRANTES LTD

OBJETO: Contratação de empresa especializada para a realização de concurso público para provimento de cargos constantes conforme relação em anexo.

VALOR R\$: 13.999,00

VIGÊNCIA: 24/04/2012 A 31/12/2012

Catanduvas

PREFEITURA

Aviso de Licitação - Processo Licitatório Nº 0050/2012 - Edital de Pregão Presencial Nº 0026/2012

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0050/2012

EDITAL DE PREGAO PRESENCIAL Nº 0026/2012

Objeto: Contratação de empresa para serviços eventuais de transporte de passageiros visando o desenvolvimento da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto.

Abertura das Propostas: às 09h15 do dia 09 de maio de 2012.

Da disponibilização do edital: o edital estará disponível em 26 de abril de 2012 no endereço <http://www.catanduvas.sc.gov.br/> e na Prefeitura Municipal de Catanduvas - SC.

Informações: maiores informações, assim como cópia do Edital, poderão ser obtidas no site: www.catanduvas.sc.gov.br e no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Catanduvas - SC, das 8h às 12h e das 13h30 às 17h30, de segunda a sexta-feira, ou pelo telefone (049) 3525-1144 ramal 229.

Catanduvas - SC, 24 de abril de 2012.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal.

Aviso de Licitação - Processo Licitatório Nº 0051/2012 - Edital de Pregão Presencial Nº 0027/2012

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0051/2012

EDITAL DE PREGAO PRESENCIAL Nº 0027/2012

Objeto: Contratação de profissionais habilitados na área de música para ministrar fanfarra e banda municipal e na área de violão visando o desenvolvimento das secretarias de Educação, Cultura e Desporto e Assistência Social.

Abertura das Propostas: às 14h do dia 09 de maio de 2012.

Da disponibilização do edital: o edital estará disponível em 26 de abril de 2012 no endereço <http://www.catanduvas.sc.gov.br/> e na Prefeitura Municipal de Catanduvas - SC.

Informações: maiores informações, assim como cópia do Edital,

poderão ser obtidas no site: www.catanduvas.sc.gov.br e no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Catanduvas - SC, das 8h às 12h e das 13h30 às 17h30, de segunda a sexta-feira, ou pelo telefone (049) 3525-1144 ramal 229.

Catanduvas - SC, 24 de abril de 2012.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal.

Chapadão do Lageado

PREFEITURA

Portaria Nº 211 de 23.04.2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 211/2012

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, de conformidade com a Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, Lei Complementar Nº 007, de 23.12.99, Lei Complementar Nº. 008, de 23.12.99 e Lei Complementar Nº 047 de 01.12.2010,

RESOLVE:

Art.1º. Exonerar a Servidora Pública, MEIRELEIN GRACH MACHADO, ocupante do cargo de Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esportes, na condição de Agente Político, nomeada pela Portaria nº 172/2010 de 08.04.2010.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a partir de 20.04.2012.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO, 23 de abril de 2012.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

Portaria Nº 212 de 24.04.2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 212/2012

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, e de acordo com as disposições do art. 12, e do anexo V da Lei Complementar nº. 007 de 23.12.1999,

RESOLVE:

Art. 1º Designar a Servidora Pública, MEIRELEIN GRACH MACHADO, ocupante do cargo efetivo de Secretária de Escola, para exercer a função gratificada de Chefe de Serviço, na Secretaria Municipal da Fazenda, a partir de 23.04.2012.

Art. 2º Fica acrescido ao salário do cargo efetivo, a gratificação de 30% (trinta por cento), FG-3, prevista no anexo V da Lei Complementar nº 007 de 23.12.1999.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 23.04.2012.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO, 24 de abril de 2012.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

Concórdia

PREFEITURA

Decreto Nº 423/2012, de 11 de Abril de 2012

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 423/2012, DE 11 DE ABRIL DE 2012.

Constitui e designa comissão especial.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI.

DECRETA:

Art. 1º Fica constituída comissão especial com a finalidade de coordenar, inclusive efetuar as compras destinadas à Campanha do Agasalho e do Cobertor 2012 - Enfrente o Frio com Solidariedade.

Art. 2º Ficam designadas, para integrar referida comissão, as seguintes pessoas:

I - coordenadores:

a) DARINE GRACIELE POTTRATZ;

b) NEUSA APARECIDA DAHMER;

II - membros:

a) GELSON ANTONIO GARGHETTI;

b) ITAMAR FRANCISCO FORNARI;

c) JATIR SILVESTRE MARTINI;

d) JULIANA GERHARDT;

e) LUIZIANA KLASSMANN;

f) MARCOS ANTONIO MAGRO;

g) NELSI PRETTO MURASKI;

h) RONEI GARCIA DE MELLO.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

CRISTIANE FERNANDA WERLANG
Secretária Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 11 de abril de 2012.

ELISETTE MARIA PEDOTT
Diretora Administrativa

Decreto Nº 424/2012, de 11 de Abril de 2012

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 424/2012, DE 11 DE ABRIL DE 2012.

Concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, ao servidor ALIANDRO FONTANA DOS SANTOS.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 120 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Ficam concedidos, no mês de abril de 2012, ao servidor ALIANDRO FONTANA DOS SANTOS, ocupante dos cargos de Professor, códigos 10.12, 2 (dois) meses de licença, a título de prêmio por assiduidade, convertidos em pecúnia, equivalentes à remuneração do cargo efetivo, na forma abaixo:

I - 1 (um) mês, pertinente ao quinquênio - período aquisitivo de 18 de fevereiro de 2007 a 17 de fevereiro de 2012, matrícula 91308-01;

II - 1 (um) mês, pertinente ao quinquênio - período aquisitivo de 12 de fevereiro de 2007 a 11 de fevereiro de 2012, matrícula 91308-04.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

DILCE LURDES GEHLEN
Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 11 de abril de 2012.

ELISETTE MARIA PEDOTT
Diretora Administrativa

Decreto Nº 425/2012, de 11 de Abril de 2012

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 425/2012, DE 11 DE ABRIL DE 2012.

Concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, à servidora SANDRA MARIA SCHALVINSKI LOCATELLI.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 120 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de abril de 2012, à servidora SANDRA MARIA SCHALVINSKI LOCATELLI, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, convertido em pecúnia, equivalente à remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 6 de fevereiro de 2007 a 5 de fevereiro de 2012.



Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

DILCE LURDES GEHLEN

Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 11 de abril de 2012.

ELISETE MARIA PEDOTT

Diretora Administrativa

Decreto Nº 426/2012, de 11 de Abril de 2012

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 426/2012, DE 11 DE ABRIL DE 2012.

Concede licença-prêmio, convertida em pecúnia,
à servidora CRISTIANE TERESINHA MARCHIORO.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 120 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de abril de 2012, à servidora CRISTIANE TERESINHA MARCHIORO, ocupante do cargo de Orientador de Informática, 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, convertido em pecúnia, equivalente à remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 10 de novembro de 2005 a 9 de novembro de 2010.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

DILCE LURDES GEHLEN

Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 11 de abril de 2012.

ELISETE MARIA PEDOTT

Diretora Administrativa

Decreto Nº 427/2012, de 11 de Abril de 2012

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 427/2012, DE 11 DE ABRIL DE 2012.

Dá nova redação à alínea "b" do inciso VII do art. 1º do Decreto nº 709/2011, de 14 de setembro de 2011 e alteração, que designam membros para integrar o Conselho Municipal de Desenvolvimento Agropecuário - COMDEAGRO.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do

Município, art. 63, VI, c/c o disposto na Lei Complementar nº 129, de 24 de abril de 1997 e alterações e no Decreto nº 4.708, de 3 de novembro de 2003.

DECRETA:

Art. 1º A alínea "b" do inciso VII do art. 1º do Decreto nº 709/2011, de 14 de setembro de 2011 e alteração, que designam membros para integrar o Conselho Municipal de Desenvolvimento Agropecuário - COMDEAGRO, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º ()

b) suplente: MOACIR VALCARENGHI;" (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 11 de abril de 2012.

ELISETE MARIA PEDOTT

Diretora Administrativa

Decreto Nº 428/2012, de 11 de Abril de 2012

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 428/2012, DE 11 DE ABRIL DE 2012.

Dá nova redação à alínea "b" do inciso IV do art. 1º do Decreto nº 328/2012, de 12 de março de 2012, que designa membros para integrar o Conselho Gestor do Fundo Municipal de Defesa dos Direitos Difusos - FMDD.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto na Lei Complementar nº 621, de 16 de fevereiro de 2012.

DECRETA:

Art. 1º A alínea "b" do inciso IV do art. 1º do Decreto nº 328/2012, de 12 de março de 2012, que designa membros para integrar o Conselho Gestor do Fundo Municipal de Defesa dos Direitos Difusos - FMDD, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º ()

b) suplente: MOACIR VALCARENGHI;" (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 11 de abril de 2012.

ELISETE MARIA PEDOTT

Diretora Administrativa

Decreto Nº 429/2012, de 11 de Abril de 2012

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 429/2012, DE 11 DE ABRIL DE 2012.

Dá nova redação ao item 1 da alínea "b" do inciso I do art. 1º do Decreto nº 258/2012, de 29 de fevereiro de 2012, que designa membros para integrar o Conselho Municipal de Educação - CME.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto na Lei Complementar nº 159, de 1º de junho de 1999 e alterações e no Decreto nº 4.201, de 3 de março de 2000 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º O item 1 da alínea "b" do inciso I do art. 1º do Decreto nº 258/2012, de 29 de fevereiro de 2012, que designa membros para integrar o Conselho Municipal de Educação - CME, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º ()

1. CIRLEI GIOMBELLI;" (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 11 de abril de 2012.

ELISETE MARIA PEDOTT

Diretora Administrativa

Decreto Nº 430/2012, de 11 de Abril de 2012

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 430/2012, DE 11 DE ABRIL DE 2012.

Exonera, a pedido, a servidora SANDRA OST DA SILVA LESSE.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto nos arts. 41, I e 42 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada, a pedido, a servidora SANDRA OST DA SILVA LESSE, do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Gerais, a partir de 10 de abril de 2012.

Art. 2º Fica declarada a vacância do cargo referido no art. 1º deste Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

(Diretoria Administrativa), em 11 de abril de 2012.

ELISETE MARIA PEDOTT

Diretora Administrativa

Decreto Nº 431/2012, de 12 de Abril de 2012

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 431/2012, DE 12 DE ABRIL DE 2012.

Concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, à servidora SILVANA MARIA VITTO ZACHET.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 120 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de abril de 2012, à servidora SILVANA MARIA VITTO ZACHET, ocupante do cargo de Professor, código 10.12, matrícula 89850-03, 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, convertido em pecúnia, equivalente à remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 12 de fevereiro de 2007 a 11 de fevereiro de 2012.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

DILCE LURDES GEHLEN

Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 12 de abril de 2012.

ELISETE MARIA PEDOTT

Diretora Administrativa

Decreto Nº 432/2012, de 12 de Abril de 2012

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 432/2012, DE 12 DE ABRIL DE 2012.

Averba tempo de contribuição; dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 40, § 10, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988; art. 4º da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998; na Lei Federal nº 9.796, de 5 de maio de 1999 e alterações e no art. 35 da Lei Complementar nº 164, de 27 de julho de 1999 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Ficam averbados 928 dias, ou seja: 2 (dois) anos, 6 (seis) meses e 18 (dezoito) dias de tempo de contribuição, nos assentamentos funcionais da servidora NEUZA MARIA ANTONIOLLI GONÇALVES, ocupante do cargo de Professor, código 10.12, matrícula 88706-08, conforme Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, em 25 de janeiro de 2012.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.



Art. 3º Fica revogado o Decreto nº 301/2007, de 31 de maio de 2007.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 12 de abril de 2012.

ELISETTE MARIA PEDOTT
Diretora Administrativa

Decreto Nº 433/2012, de 13 de Abril de 2012

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
DECRETO Nº 433/2012, DE 13 DE ABRIL DE 2012.
Exonera, a pedido, o servidor VANDERLEI HIRT.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 43, II, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado, a pedido, o servidor VANDERLEI HIRT, do cargo de provimento em comissão de Responsável do Setor de Recepção, a partir de 16 de abril de 2012.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 13 de abril de 2012.

ELISETTE MARIA PEDOTT
Diretora Administrativa

Decreto Nº 434/2012, de 13 de Abril de 2012

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
DECRETO Nº 434/2012, DE 13 DE ABRIL DE 2012.
Nomeia CHAIANA BRUSTOLIN no cargo de Responsável do Setor de Recepção.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto na Lei Complementar nº 212, de 12 de dezembro de 2001 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a senhora CHAIANA BRUSTOLIN, para exercer o cargo de Responsável do Setor de Recepção - Secretaria Municipal de Saúde, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo - Cargos de Provimento em Comissão, percebendo vencimentos próprios do cargo, nível 5, acrescidos da gratificação de 40% (quarenta por cento), a partir de 16 de abril de 2012.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

GENAIR LOURDES BOGONI
Secretária Municipal de Saúde

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 13 de abril de 2012.

ELISETTE MARIA PEDOTT
Diretora Administrativa

Decreto Nº 5.696, de 10 de Abril de 2012

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
DECRETO Nº 5.696, DE 10 DE ABRIL DE 2012.
Aprova o Regimento Interno do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS; dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto na Lei nº 4.384, 15 de dezembro de 2011.

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o Regimento Interno do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, Anexo Único deste Decreto.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica revogado o Decreto nº 3.965, de 5 de maio de 1998.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

CRISTIANE FERNANDA WERLANG
Secretária Municipal de Desenvolvimento Social,
Cidadania e Habitação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 10 de abril de 2012.

ELISETTE MARIA PEDOTT
Diretora Administrativa

ANEXO ÚNICO

REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL
DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

CAPÍTULO I

DA NATUREZA

Art. 1º O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, instituído pela Lei nº 4.384, de 15 de dezembro de 2011, é órgão colegiado de instância deliberativa do sistema descentralizado e participativo da Assistência Social do Município, com caráter deliberativo,

normativo, propositivo, consultivo e fiscalizador.

Parágrafo único. O Conselho é órgão vinculado à Administração Municipal com participação paritária entre governo e sociedade civil, responsável pela Política Municipal de Assistência Social, tendo seu funcionamento regulado por este Regimento Interno.

CAPÍTULO II

DA COMPOSIÇÃO

Art. 2º O CMAS tem composição paritária entre governo e sociedade civil, sendo composto por 16 (dezesesseis) membros efetivos e seus respectivos suplentes, nomeados pelo Chefe do Poder Executivo, respeitando os seguintes critérios:

I - 8 (oito) representantes de entidades governamentais, designados pelos titulares de cada unidade administrativa:

a) 3 (três) representantes da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação, comando único da Assistência Social, sendo:

1. 1 (um) membro da área de proteção social básica;
2. 1 (um) membro da área de proteção social especial de média complexidade;
3. 1 (um) membro da gestão;

b) 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Educação;

c) 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Saúde;

d) 1 (um) representante da Assessoria de Planejamento;

e) 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente;

f) 1 (um) representante da Fundação Municipal de Esportes;

II - 8 (oito) representantes da sociedade civil organizada, na forma abaixo:

a) 4 (quatro) representantes de entidades e organizações de assistência social, devidamente inscritas no CMAS;

b) 1 (um) representante dos usuários da política pública de assistência social;

c) 1 (um) representante de organizações de usuários da assistência social;

d) 1 (um) representante de entidades de trabalhadores;

e) 1 (um) representante das instituições de ensino superior.

Parágrafo único. Os representantes da sociedade civil organizada deverão ser escolhidos na Conferência Municipal de Assistência Social ou foro próprio, pela Assembleia convocada por edital publicado em jornal de circulação local.

CAPÍTULO III

DAS ATRIBUIÇÕES

Seção I

Do Conselho

Art. 3º São atribuições do CMAS:

I - aprovar:

a) e controlar a execução da Política Municipal de Assistência Social, elaborada em consonância com a política nacional e estadual, na perspectiva do Sistema Único de Assistência Social - SUAS e as diretrizes estabelecidas pelas conferências de assistência social;

b) o Plano Anual de Ações da Assistência Social;

c) a proposta orçamentária dos recursos destinados às ações finalísticas de assistência social, alocados no Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS;

d) o plano de aplicação do FMAS e acompanhar a execução orçamentária e financeira anual dos recursos;

e) o relatório anual de gestão e o demonstrativo sintético anual da execução física e financeira;

f) os critérios de transferência de recursos financeiros e fixar os pisos por modalidade e nível de complexidade, considerando os indicadores de monitoramento e avaliação;

g) o plano integrado de capacitação de recursos humanos para a área de assistência social, de acordo com as Normas Operacionais Básicas do SUAS - NOB/SUAS e de Recursos Humanos - NOB RH/SUAS;

II - zelar pela efetivação do sistema descentralizado e participativo de assistência social;

III - convocar a Conferência Municipal de Assistência Social, conforme as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS;

IV - avaliar a situação da assistência social, propor diretrizes para o aperfeiçoamento do sistema, aprovar as normas de funcionamento das mesas, constituir comissão organizadora e o respectivo Regimento Interno;

V - normatizar as ações e regular a prestação de serviços de natureza pública e privada no campo da assistência social, considerando as normas gerais do CNAS, as diretrizes da política de assistência social, as proposições da Conferência Municipal de Assistência Social e os padrões de qualidade para a prestação dos serviços;

VI - exercer a orientação e o controle do FMAS;

VII - inscrever e fiscalizar as entidades e organizações de assistência social e inscrever os programas, projetos, serviços e ações da assistência social, no âmbito municipal, através da elaboração de normatizações;

VIII - informar ao CNAS sobre o cancelamento de inscrição das entidades e organizações de assistência social, isto é, a rede socioassistencial a fim de que este adote as medidas cabíveis;

IX - propor ao CNAS o cancelamento de registro das entidades e organizações de assistência social que incorrerem em descumprimento dos princípios previstos no art. 4º da Lei Federal nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 e alterações - Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS e em irregularidades na aplicação dos recursos que lhes forem repassados pelos poderes públicos;

X - acompanhar o alcance dos resultados dos pactos estabelecidos com a rede prestadora de serviços da assistência social;

XI - receber e encaminhar denúncias que contrariem o adequado desenvolvimento dos serviços e ações da assistência social e ao bom uso dos recursos públicos;

XII - fiscalizar os serviços prestados e a aplicação dos recursos públicos nas entidades e organizações de assistência social;

XIII - estabelecer a forma de participação do idoso no custeio de entidade de longa permanência, observando-se o limite definido em lei de qualquer benefício previdenciário ou de assistência social percebido pelo idoso;

XIV - definir, monitorar e avaliar os programas de assistência social (ações integradas e complementares com objetivos, tempo e área de abrangência definidos para qualificar, incentivar e melhorar os benefícios e os serviços assistenciais), obedecendo aos princípios estabelecidos na LOAS e na legislação pertinente, com prioridade para a inserção profissional e social;

XV - propor ações que favoreçam a interface e superem a sobreposição de programas, projetos, benefícios, rendas e serviços;

XVI - estabelecer e fortalecer a interlocução com os demais conselhos das políticas setoriais;

XVII - acompanhar o processo do pacto de gestão entre as esferas nacional, estadual, do Distrito Federal e municipal, efetivadas na Comissão Intergestores Tripartite - CIT e Comissão Intergestores Bipartite - CIB, estabelecido na NOB/SUAS;

XVIII - regulamentar a forma de concessão e valor dos auxílios natalidade, funeral e outros previstos na legislação pertinente, conforme disposto no art. 22 da LOAS;

XIX - divulgar e promover a defesa dos direitos socioassistenciais;

XX - acionar o Ministério Público como instância de defesa e garantia de suas prerrogativas legais;

XXI - elaborar e aprovar seu regimento interno;

XXII - publicar no órgão oficial de publicação dos atos municipais todas as suas deliberações e pareceres emitidos;

XXIII - apreciar o relatório anual que conterá a relação de entidades e organizações de assistência social inscritas no Conselho.

Seção II

Do Exercício das Atribuições do CMAS

Art. 4º Para o exercício de suas atribuições, o CMAS solicitará os seguintes documentos e informações:

I - da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação:

a) Política Municipal de Assistência Social;

b) Plano Municipal de Assistência Social;

c) plano de ação;

d) proposta orçamentária da assistência social para apreciação e aprovação;

e) plano de ação dos programas, projetos, serviços e benefícios, contendo ações, prazos e metas a serem executadas, articulando-se às ofertas da assistência social e as demais políticas pertinentes;

f) plano de aplicação do FMAS, balancete mensal e prestação de contas ao final do exercício;

g) informações relativas ao volume de recursos transferidos para o FMAS, oriundos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS e do Fundo Estadual de Assistência Social - FEAS;

h) informações relativas aos recursos repassados pelo FMAS; às entidades e organizações de assistência social;

i) relação das contas correntes e demonstrativos das contas bancárias sob gestão do FMAS;

j) relatório anual da gestão e demonstrativo sintético anual da execução física e financeira;

II - das entidades e organizações de assistência social:

a) Estatuto Social;

b) plano de ação;

c) relatório anual de execução;

d) documentos contábeis;

e) declaração de gratuidade;

III - do Conselho Estadual de Assistência Social - CEAS:

a) para conhecimento, os documentos deliberados em Assembleia Geral;

b) quando necessário, o assessoramento na aplicação de normas e resoluções fixadas pelo CNAS;

IV - do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS, a senha de acesso ao Sistema de Informação do Sistema Único de Assistência Social - Rede SUAS;

V - da CIB, para conhecimento, os documentos de pactuações publicadas no Diário Oficial do Estado.

Parágrafo único. Além dos documentos elencados nos incisos I a V deste artigo, o CMAS poderá requisitar outros, que se fizerem necessários para o exercício de suas atribuições.

Seção III

Dos Conselheiros

Art. 5º Os membros do CMAS serão nomeados por ato próprio do Chefe do Poder Executivo Municipal, para o mandato de 2 (dois) anos, sendo permitida sua recondução.

Art. 6º As funções dos membros do CMAS não serão remuneradas, sendo seu desempenho considerado como serviço público relevante e seu exercício prioritário, justificadas as ausências a quaisquer outros serviços quando determinadas pelo comparecimento às sessões do Conselho, reuniões de comissões ou participação em diligências.

Art. 7º O ressarcimento de despesas, adiantamentos ou pagamentos de diárias aos membros do CMAS e aos servidores a seu serviço processam-se nas condições e valores estabelecidos pelas normas usadas pelo Município em atos idênticos ou assemelhados.

Parágrafo único. As despesas, adiantamentos ou diárias dos representantes governamentais serão efetuados pelas respectivas

Secretarias Municipais e dos representantes das entidades não governamentais pelo órgão da Administração Municipal responsável pela Política Municipal de Assistência Social.

Art. 8º Ao membro do CMAS incube:

I - comparecer às Assembleias, justificando as faltas por escrito quando ocorrerem;

II - assinar no livro próprio sua presença na reunião a que comparecer;

III - solicitar à diretoria do CMAS a inclusão, na agenda dos trabalhos, de assuntos que deseja discutir;

IV - propor convocação de sessões extraordinárias;

V - relatar e discutir os processos que lhe forem atribuídos e neles proferir seu voto, emitindo parecer com fundamentação, no prazo máximo de 15 (quinze) dias;

VI - solicitar, justificadamente, prorrogação do prazo regimental para relatar processos;

VII - assinar os atos e pareceres dos processos em que for relator;

VIII - declarar-se impedido de proceder relatoria e participar de comissões, justificando a razão do impedimento;

IX - apresentar, em nome da Comissão, voto, parecer, proposta ou recomendação por ele defendida;

X - proferir declaração de voto, quando assim o desejar;

XI - pedir vistas de processos em discussão, apresentando parecer e devolvendo-os no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis ou requerer adiantamento de votação;

XII - solicitar ao Presidente, quando julgar necessário, a presença em sessão do postulante ou de titular de qualquer órgão informante, para as entrevistas que se fizerem indispensáveis;

XIII - propor emenda ou reforma no Regimento Interno do CMAS;

XIV - votar e ser votado para cargos do Conselho;

XV - requisitar à Secretaria Executiva e solicitar aos demais membros do Conselho todas as informações necessárias para o desempenho de suas atribuições;

XVI - fornecer à Secretaria Executiva do Conselho todos os dados e informações a que tenha acesso ou que se situem nas respectivas áreas de sua competência, sempre que julgar importante para as deliberações do Conselho, ou quando solicitados pelos demais membros;

XVII - requerer votação de matéria em regime de urgência;

XVIII - apresentar moções, requerimentos ou proposições sobre assuntos de interesse da Assistência Social;

XIX - deliberar sobre propostas, pareceres e recomendações emitidas pelas Comissões ou Conselheiros;

XX - propor a criação de Comissões e indicar nomes para sua composição;

XXI - exercer atribuições no âmbito de sua competência ou outras funções designadas pela assembleia;

XXII - participar de eventos de capacitação e aperfeiçoamento na área da Assistência Social, mantendo-se atualizado.

Seção IV

Das Substituições

Art. 9º Os Conselheiros de que tratam os incisos I e II do art. 2º deste Regimento, perderão automaticamente o mandato, mesmo que antes de decorridos os 2 (dois) anos da data da posse, nos seguintes casos:

I - por falecimento;

II - por renúncia;

III - pela ausência imotivada em 3 (três) reuniões consecutivas ou 5 (cinco) alternadas, salvo justificativa escrita e aprovada pelo Plenário;

IV - pela prática de ato incompatível com a função de Conselheiro, por decisão aprovada pela maioria dos membros do CMAS;

V - por requerimento da entidade da sociedade civil representada, em caso de Conselheiro não governamental;

VI - por interesse da unidade administrativa ou órgão público que representa, quando se tratar de Conselheiro por ele indicado.

§ 1º Na perda do mandato, a entidade governamental deverá indicar novo representante, acompanhado do seu suplente e a Entidade representativa da sociedade civil deve ser substituída por outra, a qualquer tempo, mediante nova indicação do órgão representado.

§ 2º O Conselheiro titular que vier a se ausentar ou faltar, deverá comunicar o fato a seu suplente, bem como ao Presidente do CMAS.

§ 3º Independentemente da presença do titular, os suplentes deverão ser convidados a participar das Assembleias.

CAPÍTULO IV

DA ESTRUTURA E DO FUNCIONAMENTO

Art. 10. O CMAS compor-se-á dos seguintes órgãos:

I - Assembleia Geral;

II - Mesa Diretora;

III - Comissões;

IV - Secretaria-Executiva.

Seção I

Da Assembleia Geral

Art. 11. A Assembleia Geral é o órgão deliberativo e soberano do CMAS, constituindo-se pela reunião ordinária ou extraordinária dos seus membros.

Art. 12. O CMAS reunir-se-á ordinariamente, 1 (uma) vez por mês, conforme calendário, ou extraordinariamente, mediante convocação de seu Presidente ou de 1/3 (um terço) de seus membros, observado em ambos os casos, o prazo de, no mínimo, 7 (sete) dias para a realização da reunião.

Art. 13. Compete à Assembleia Geral:

I - deliberar sobre os assuntos de sua competência e os encaminhados à apreciação e deliberação do CMAS;

II - aprovar a criação e dissolução das Comissões Temáticas e Grupos de Trabalho, suas respectivas competências, composição, procedimentos e prazo de duração;

III - acompanhar, avaliar e fiscalizar a gestão dos recursos e os critérios de transferência para as organizações de Assistência Social, conforme disposto na Lei Municipal nº 4.384/2011;

IV - exercer o controle das ações de atendimento desenvolvidas por organizações governamentais e não governamentais, orientando, quando necessário, o reordenamento dos programas, projetos e serviços por normas de cumprimento compulsório;

V - acompanhar a execução do plano de aplicação do FMAS, bem como a aplicação dos recursos existentes nos demais setores públicos, destinados à área da Assistência Social;

VI - alterar ou modificar o Regimento Interno, com quórum de 2/3 (dois terços) dos seus membros, em reunião especialmente convocada, conforme inciso XXI do art. 5º da Lei Municipal nº 4.384/2011;

VII - eleger a Mesa Diretora do CMAS;

VIII - apreciar e deliberar sobre todos os assuntos e matérias de sua competência e atribuições inscritas na Lei Municipal nº 4.384/2011 e na legislação de assistência social vigente.

§ 1º A matéria em pauta não deliberada permanece nas pautas das reuniões subsequentes até a sua deliberação.

§ 2º A Assembleia Geral será presidida pelo Presidente do CMAS, que, em sua falta ou impedimento será substituído pelo Vice-Presidente, 1º Secretário ou 2º Secretário, nesta ordem.

§ 3º As deliberações serão tomadas por maioria simples, salvo no caso disposto no parágrafo 1º deste artigo.

§ 4º A votação será aberta ou secreta, e cada membro titular terá direito a um voto.

§ 5º Os votos divergentes poderão ser expressos na ata da reunião, a pedido do membro que o proferiu.

§ 6º As reuniões do CMAS serão públicas.

Art. 14. As manifestações do CMAS se darão mediante resoluções ou recomendações.

Art. 15. Os trabalhos da Assembleia Geral obedecerão:

I - verificação de quórum para a instalação dos trabalhos;

II - leitura, apreciação e votação da ata da Reunião Plenária anterior;

III - leitura e discussão da agenda;

IV - momento das Comissões e da Mesa Diretora (avisos, comunicações, registros de fatos, apresentação de proposições, correspondência e outros documentos de interesse da Assembleia Geral);

V - relatos de processos;

VI - agenda livre para, a critério do Plenário, serem debatidos ou levados ao conhecimento da Assembleia Geral, assuntos de interesse geral;

VII - encaminhamentos;

VIII - encerramento.

§ 1º A deliberação das matérias sujeitas à votação obedecerá à seguinte ordem:

I - o Presidente dará a palavra ao relator que apresentará seu parecer por escrito;

II - durante a exposição da matéria pelo relator, que não poderá exceder 15 (quinze) minutos, não serão permitidos apartes;

III - encerrada a exposição do relator, a matéria será colocada em discussão, sendo assegurado o tempo de 2 (dois) minutos para cada membro do Conselho inscrito usar a palavra;

IV - o Presidente poderá conceder prorrogação do prazo fixado no inciso III deste parágrafo, por solicitação do debatedor;

V - considerando necessário, o Presidente pode submeter à discussão e votação matéria relevante, sem designar o relator.

§ 2º A leitura do parecer do relator poderá ser dispensada a critério da relatoria, se previamente, com a convocação da reunião, tenha sido distribuída cópia do mesmo a todos os Conselheiros.

Art. 16. A pauta organizada pela Mesa Diretora juntamente com a Secretaria Executiva, será comunicada previamente, a todos os Conselheiros.

§ 1º Em caso de urgência ou relevância, a Assembleia Geral do CMAS, por voto da maioria simples, poderá alterar a pauta.

§ 2º Os itens constantes na pauta deverão ter afinidade com as atribuições do Conselho identificadas no art. 3º deste Regimento Interno.

Art. 17. O Conselheiro que não se julgar suficiente esclarecido poderá pedir vistas da matéria.

Parágrafo único. O prazo de vistas será até a data da próxima reunião, mesmo que mais de 1 (um) Conselheiro o solicite, podendo, a juízo da Assembleia Geral ser prorrogado por mais de 1 (uma) reunião.

Art. 18. A cada reunião será lavrada uma ata com a exposição sucinta dos trabalhos, conclusões e deliberações a qual deverá ser assinada pelo Presidente e Secretário e, posteriormente, arquivada na Secretaria Executiva do CMAS.

Parágrafo único. As assinaturas de todos os Conselheiros do CMAS presentes na reunião deverão constar em livro próprio.

Art. 19. As datas das reuniões ordinárias do CMAS serão estabelecidas em cronograma e sua duração será a julgada necessária, podendo ser interrompida para prosseguimento em data e hora a serem estabelecidas pelos presentes.

Art. 20. É facultado a qualquer interessado, o pedido de reexame, por parte da Assembleia Geral, de qualquer resolução normativa exarada na reunião anterior, justificando possível ilegalidade, incorreção e inadequação técnico/administrativo/financeira.

Seção II

Da Mesa Diretora

Art. 21. A Mesa Diretora do CMAS, eleita pela maioria absoluta dos votos da Assembleia para mandato de 2 (dois) anos, é composta pelos seguintes cargos:

I - Presidente;

II - Vice-Presidente;

III - 1º Secretário;

IV - 2º Secretário.

Art. 22. O CMAS será presidido por 1 (um) de seus integrantes, eleito entre seus membros titulares, em reunião plenária.

Art. 23. A eleição da Mesa Diretora dar-se-á no prazo máximo de 10 (dez) dias após a aprovação do Regimento Interno do CMAS, pelo Prefeito Municipal.

Parágrafo único. A composição da Mesa Diretora deverá obedecer aos princípios da paridade e de alternância entre os Conselheiros governamentais e não governamentais para a eleição dos cargos, conforme previsto no art. 21 deste Regimento.

Art. 24. A apresentação de chapas para a composição da Mesa Diretora é procedimento não obrigatório, podendo ocorrer outra forma de escolha, a critério da Assembleia.

Parágrafo único. Havendo formação de chapas, as mesmas deverão ser entregues ao Presidente ou sucessor, no caso de reeleição, até 24 (vinte e quatro) horas antes da instalação da Assembleia que realizará o processo eleitoral.

Art. 25. A Mesa Diretora, na função de coordenadora das ações político-administrativas do CMAS, compete:

I - dispor sobre as normas e atos relativos ao funcionamento administrativo do CMAS;

II - observar o quórum da maioria simples de seus membros para a realização de suas decisões;

III - tomar decisão, em caráter de urgência, ad referendum da Assembleia;

IV - desenvolver as articulações necessárias para o cumprimento de suas atribuições.

Art. 26. Ao Presidente do CMAS compete:

I - representar judicialmente e extrajudicialmente o Conselho;

II - convocar e presidir as reuniões do Conselho;

III - submeter a pauta à aprovação da Assembleia do Conselho;

IV - baixar os atos necessários ao exercício das tarefas administrativas, assim como as que resultem de deliberação da Assembleia do Conselho;

V - assinar as resoluções do Conselho;

VI - homologar os nomes dos integrantes de Comissões;

VII - delegar competências desde que previamente submetidas à aprovação da Assembleia;

VIII - submeter à aprovação do Conselho a requisição justificada ou o recebimento por cessão de servidores públicos para compor a Secretaria Executiva do mesmo;

IX - submeter à apreciação da Assembleia a programação orçamentária e a execução físico-financeira do Conselho;

X - submeter à Assembleia ou Mesa Diretora os convites para representar o CMAS em eventos municipais, estaduais, nacionais e internacionais, e apresentar formalmente o nome do Conselheiro escolhido;

XI - divulgar assuntos deliberados pelo Conselho;

XII - propiciar as articulações necessárias para o cumprimento das atividades do Conselho;

XIII - publicar em diário de ampla circulação municipal e no órgão oficial de publicação dos atos municipais, o Edital de Convocação da Conferência Municipal de Assistência Social ou de foro próprio;

XIV - encaminhar nominata dos representantes da sociedade civil eleitos na Conferência Municipal de Assistência Social ou no foro próprio, ao Chefe do Poder Executivo Municipal, para nomeação do Conselho.

Parágrafo único. O Presidente do CMAS, no desempenho de suas atribuições, deverá dar cumprimento integral ao contido neste artigo, sob pena de responder pelas cominações legais.

Art. 27. Ao Vice-Presidente compete:

I - substituir o Presidente em seus impedimentos ou ausências;

II - auxiliar o Presidente no cumprimento de suas atribuições;

III - exercer as atribuições que lhe forem conferidas pela Assembleia.

Parágrafo único. O Vice-Presidente completará o mandato do Presidente em caso de vacância.

Art. 28. São atribuições do 1º Secretário:

I - secretariar as reuniões do Conselho;

II - responsabilizar-se pelas atas das sessões e proceder a sua leitura;

III - substituir o Vice-Presidente nos seus impedimentos e o Presidente, na ausência de ambos, ou em caso de vacância até que o Conselho eleja novos titulares;

IV - encaminhar à Secretaria Executiva, a execução das medidas aprovadas pela Assembleia;

V - examinar os processos a serem apreciados pela Assembleia, dando cumprimento aos despachos proferidos;

VI - prestar, em Assembleia, as informações que lhe forem solicitadas pelo Presidente e pelos Conselheiros;

VII - elaborar, em conjunto com a Secretária Executiva, e submeter à Mesa Diretora a pauta das Assembleias;

VIII - orientar os trabalhos da Secretaria Executiva;

IX - assinar, juntamente com o Presidente, a documentação proveniente do Conselho.

Art. 29. São atribuições do 2º Secretário:

- I - auxiliar o 1º Secretário no cumprimento de suas atribuições;
- II - substituir o 1º Secretário em seus impedimentos ou ausências, com todas as atribuições inerentes ao cargo;
- III - substituir o 1º Secretário nos casos em que este venha a substituir o Vice-Presidente ou o Presidente;
- IV - completar o mandato do 1º Secretário em caso de vacância.

Art. 30. As Comissões serão criadas por Resoluções, aprovadas em Assembleia Geral, conforme demanda, integradas por Conselheiros e poderão participar como colaboradores, os representantes de entidades, representantes dos usuários ou de organizações de usuários ou pessoas de notório saber, homologadas pelo CMAS, sem direito a voto, sendo obrigatória a designação das seguintes comissões:

- I - de Inscrição;
- II - de Finanças;
- III - de Políticas Públicas;
- IV - de Divulgação, Comunicação e outras.

Parágrafo único. O CMAS poderá instituir Comissões Temáticas e Grupos de Trabalho de caráter temporário e/ou permanente, destinados ao estudo e elaboração de propostas sobre temas específicos, podendo, inclusive, convidar para participar destas, representantes de órgãos ou entidades públicas e privadas e de outros poderes.

Seção III**Das Comissões**

Art. 31. As Comissões constituem-se órgãos do CMAS.

§ 1º As Comissões poderão ser integradas por entidades ou pessoas de notório saber, homologados pelo CMAS, sem direito a voto.

Art. 32. O CMAS constituirá Comissões por decisão da Assembleia, cujas competências são:

- I - analisar o diagnóstico das condições econômico-sociais do Município de Concórdia;
- II - fornecer subsídios para a formulação e acompanhamento da política de Assistência Social do Município;
- III - subsidiar o Conselho em ação deliberativa na política de Assistência Social e em atos normativos;
- IV - elaborar pareceres sobre assuntos que lhe foram submetidos e auxiliar na elaboração de relatórios solicitados pela Assembleia;
- V - redigir relatórios e avaliar atividades da Comissão;
- VI - subsidiar as organizações governamentais e as organizações não governamentais com vistas ao aprimoramento das ações considerando as deliberações do CMAS.

Art. 33. As Comissões serão dirigidas por coordenador, cujas competências são:

- I - coordenar a reunião da Comissão;

II - assinar as atas das reuniões, proposta, pareceres e recomendações elaboradas pela Comissão encaminhadas ao secretário do Conselho;

III - solicitar à Secretaria Executiva do Conselho o apoio necessário ao funcionamento da respectiva Comissão.

Art. 34. A área de abrangência, estrutura organizacional e o funcionamento de cada Comissão serão estabelecidos por resolução aprovada em Assembleia.

Art. 35. O CMAS poderá convidar entidades, autoridades, cientistas e técnicos para colaborar em estudos e/ou participarem de Comissões instituídas no âmbito do próprio Conselho.

Art. 36. Consideram-se colaboradores do CMAS, entre outros:

- I - as instituições de ensino, pesquisa e cultura;
- II - as organizações não governamentais;
- III - especialistas e profissionais da administração pública e privada;
- IV - prestadores e usuários da Assistência Social.

Art. 37. As Comissões poderão ser convocadas para assessoramento nas reuniões das Assembleias, da Mesa Diretora e a se pronunciarem quando solicitadas pelo Presidente do Conselho.

Seção IV**Da Secretaria Executiva**

Art. 38. Compete à Secretaria Executiva, órgão de apoio técnico administrativo do CMAS, composta por, no mínimo, 2 (dois) técnicos, sendo 1 (um) profissional graduado em serviço social e 1 (um) assistente administrativo, especialmente designados para o assessoramento do CMAS:

- I - manter cadastro atualizado das entidades e organizações de Assistência Social do Município;
- II - preparar e coordenar eventos promovidos pelo CMAS, relacionados à capacitação e atualização de recursos humanos envolvidos na prestação dos serviços de Assistência Social;
- III - fornecer elementos técnico-políticos para a análise do Plano Municipal de Assistência Social e da proposta orçamentária;
- IV - sugerir o estabelecimento de mecanismos de acompanhamento e controle da execução da política de assistência social;
- V - acompanhar e assinar os pareceres da Comissão de Inscrição;
- VI - oferecer suporte técnico e apoio administrativo nas comissões e grupos de trabalho;
- VII - acompanhar a execução das deliberações do Conselho e servir de apoio administrativo às suas atividades;
- VIII - assessorar as reuniões e divulgar as deliberações do CMAS.

Parágrafo único. A Secretaria Executiva subsidiará a Assembleia Geral com assessoria técnica e poderá se valer de consultoria e assessoramento de instituições, órgãos e entidades ligados à área da assistência social, para dar suporte e/ou prestar apoio técnico-logístico ao Conselho.

Art. 39. Decreto do Chefe do Poder Executivo organizará o quadro de pessoal do CMAS dentre os servidores públicos do Município ou colocados à sua disposição, a fim de compor a Secretaria Executiva.

Seção V

Do Funcionamento

Art. 40. O CMAS possui autonomia para estabelecer as datas de suas reuniões, que serão abertas ao público, com pauta e datas previamente divulgadas.

Art. 41. A cada nova gestão será realizado o Planejamento Estratégico do CMAS, com o objetivo de definir metas, ações e estratégias e prazos, envolvendo todos os Conselheiros e técnicos do Conselho.

Art. 42. Deverão ser programadas ações de capacitação dos Conselheiros, visando o fortalecimento e a qualificação de seus espaços de articulação, negociação e deliberação, a ser previsto no orçamento do FMAS.

Art. 43. O CMAS deverá estar atento à interface das políticas sociais, de forma a propiciar significativos avanços, tais como:

I - ampliação do universo de atenção para os segmentos excluídos e vulnerabilizados;

II - demanda e execução de ações próprias focadas nos destinatários em articulação com outras políticas públicas;

III - articulação das ações e otimização dos recursos, evitando a superposição de ações e facilitando a interlocução com a sociedade;

IV - racionalização dos eventos do CMAS, de maneira a garantir a participação dos Conselheiros, principalmente daqueles que fazem parte de outros conselhos;

V - garantia da construção da Política Municipal de Assistência Social.

CAPÍTULO V

DA COORDENAÇÃO E EXECUÇÃO DA POLÍTICA E DO PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art. 44. A coordenação e execução da Política e do Plano Municipal de Assistência Social ficam a cargo da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação, sendo de sua competência:

I - coordenar e executar as ações no campo da assistência social;

II - elaborar o diagnóstico social e propor o Plano de Assistência Social do Município;

III - propor ao CMAS a Política Municipal de Assistência Social, suas normas gerais, bem como os critérios de prioridades e de elegibilidades, além de padrões de qualidade na prestação de benefícios, serviços, programas e projetos;

IV - elaborar a proposta orçamentária da assistência social, em conjunto com as demais áreas governamentais, especialmente a da seguridade social, encaminhando-a ao Chefe do Poder Executivo Municipal, depois de apreciada e aprovada pelo CMAS;

V - encaminhar para apreciação do CMAS, os relatórios semestrais

de atividade desenvolvidas e apresentação dos relatórios mensais e anual de realização financeira dos recursos destinados à assistência social;

VI - prestar assessoramento técnico às entidades e organizações de assistência social;

VII - formular política para a qualificação sistemática e continuada de recursos humanos no campo da assistência social;

VIII - coordenar e manter atualizado o sistema de cadastro da Rede Socioassistencial Governamental e Não Governamental do Município;

IX - articular-se com os órgãos responsáveis pelas políticas de saúde e previdência social, bem como os demais setores afins;

X - expedir atos normativos necessários à gestão do FMAS, observadas as diretrizes estabelecidas pelo CMAS;

XI - elaborar e submeter à deliberação do CMAS os Planos Anuais e Plurianuais de aplicação dos recursos do FMAS;

XII - envidar esforços para a garantia de apoio técnico ao CMAS, bem como a órgãos municipais e entidades não governamentais, no sentido de tornar efetivos os princípios, as diretrizes e os direitos estabelecidos na LOAS;

XIII - criar o Sistema de Informações Sociais;

XIV - destinar recursos financeiros do Município, a título de participação no custeio do pagamento dos auxílios natalidade, funeral, situações de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública estabelecidos pelo CMAS.

CAPÍTULO VI

DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art. 45. O Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS é instrumento de captação e aplicação de recursos que tem por objetivo proporcionar recursos e meios para financiar a execução da política de assistência social, apoiando serviços, programas e projetos específicos de assistência social.

Art. 46. No exercício da orientação e controle do FMAS, o CMAS adotará as seguintes medidas:

I - orientar, controlar e fiscalizar a gestão do Fundo, por meio de resoluções relativas à elaboração da proposta orçamentária, que trata da destinação dos recursos, aos critérios de partilha, ao plano de aplicação e à execução orçamentária e financeira;

II - certificar se a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação divulga amplamente, para a comunidade local, os benefícios, serviços, programas, projetos assistenciais, bem como os recursos disponibilizados pelo poder público;

III - assegurar que o orçamento do Município disponibilize recursos próprios destinados à assistência social, alocados no Fundo, o que constitui condição para os repasses de recursos do FMAS;

IV - apreciar e aprovar a proposta de Lei Orçamentária Municipal, na Função - Assistência Social, por ocasião de sua apreciação, considerando os seguintes aspectos:

a) se contempla a apresentação dos programas e das ações, em coerência com o Plano Municipal de Assistência Social, de acordo com os níveis de complexidade dos serviços, programas, projetos

e benefícios, alocando-os como sendo de proteção social básica e proteção social especial de média e/ou de alta complexidade, conforme a Política Nacional de Assistência Social - PNAS, o SUAS e o CNAS;

b) se os recursos destinados às despesas correntes e de capital relacionadas aos serviços, programas, projetos e benefícios governamentais e não governamentais estão alocados no Fundo, constituído como unidade orçamentária, e se os recursos voltados às atividades meio, estão alocados no orçamento do órgão gestor dessa política;

V - decidir sobre a regularidade do plano de ação anual, indicando se está regular, autorizando o repasse de recursos do FNAS, ou não regular, não autorizando referido repasse;

VI - analisar se foram cumpridas as metas físicas e financeiras constantes do plano de ação, mediante a emissão de parecer indicando se está regular, autorizando o repasse dos recursos do FNAS, ou não regular, não autorizando o repasse dos referidos recursos, fazendo-se constar, ainda, avaliação sobre os seguintes aspectos que envolvem o plano de ação, além de sugestões para melhoria do processo:

a) a análise da documentação recebida do órgão gestor da Assistência Social, bem como de sua capacidade de gestão;

b) relação com o Plano Municipal de Assistência Social;

c) a execução e a aplicação dos recursos financeiros recebidos na conta do respectivo fundo de Assistência Social;

d) regularização no alcance da previsão de atendimento;

e) a qualidade dos serviços prestados;

f) articulação com as demais políticas sociais.

VII - verificar, mediante acesso a Rede SUAS, se o plano de ação está em conformidade com o Plano Municipal de Assistência Social, aprovado pelo próprio Conselho;

VIII - analisar o plano de ação e verificar se as metas de atendimento de usuários estão de acordo com os dados da efetiva demanda local, para os serviços co-financiados pelos pisos de proteção social básica e de proteção social especial;

IX - convocar o Conselho para análise e deliberação das prestações de contas, do co-financiamento federal representada pelo demonstrativo sintético anual da execução físico-financeira do SUAS;

X - certificar se o Município recebe, com regularidade, recursos do FNAS e do FEAS e propor medidas saneadoras para solução do problema, previstas no Regime Interno;

XI - verificar as razões para os eventuais atrasos ou suspensão de repasse dos recursos às entidades de assistência social e propor medidas para solução do problema, previsto no Regime Interno;

XII - aprovar o Regime Interno do FMAS.

Art. 47. Constituirão receitas do FMAS:

I - recursos provenientes da transferência do FNAS e outros legalmente instituídos;

II - dotação consignada anualmente no orçamento do Município e os outros recursos adicionais que lhe sejam destinados;

III - doações, auxílios, contribuições, subvenções e transferências

de entidades nacionais e internacionais, organizações governamentais e não governamentais;

IV - receitas de aplicações financeiras de recursos do Fundo, realizadas na forma da legislação em vigor;

V - as parcelas do produto de arrecadação de outras receitas próprias oriundas de financiamentos das atividades econômicas, de prestação de serviços e de outras transferências previstas em Lei e convênios;

VI - recursos de convênios firmados com outras entidades financiadoras;

VII - doações em espécie;

VIII - recursos captados junto a organismos internacionais, para projetos autofinanciáveis e de interesse estratégico, visando à ampliação, cobertura e melhoria da qualidade de atendimento;

IX - rendimentos e juros provenientes de aplicações financeiras;

X - outras receitas que venham a ser legalmente instituídas.

Parágrafo único. Os recursos previstos nos incisos I a X deste artigo serão automaticamente transferidos para a conta do FMAS, tão logo sejam realizadas as receitas correspondentes, em contas especiais de instituições financeiras oficiais, sob a denominação "FMAS";

Art. 48. O FMAS será gerido pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação e pela Política Municipal, sob orientação e controle do CMAS.

Parágrafo único. O orçamento do FMAS integrará o orçamento da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação.

Art. 49. Os recursos do FMAS serão aplicados em:

I - financiamento total ou parcial de programas, projetos e serviços de Assistência Social desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação ou por órgãos conveniados;

II - pagamento pela prestação de serviços a entidades conveniadas de direito público e privado, para execução de programas e projetos específicos do setor de assistência social;

III - aquisição de material permanente, de consumo e de outros insumos necessários ao desenvolvimento dos programas;

IV - construção, reforma, ampliação, aquisição ou locação de imóveis para prestação de serviços de assistência social;

V - desenvolvimento e aperfeiçoamento dos instrumentos de gestão, planejamento, administração e controle das ações de assistência social;

VI - desenvolvimento de programas de capacitação e aperfeiçoamento de recursos humanos na área de assistência social;

VII - pagamento dos benefícios eventuais, conforme disposto no inciso I do art. 15 da LOAS;

VIII - atendimento das ações socioassistenciais de caráter emergencial;

IX - provimento de recursos às entidades não governamentais

vinculadas aos objetivos da Política Municipal de Assistência Social e inscritas no CMAS competente, conforme disposto no SUAS e na LOAS;

X - custeio das despesas dos Conselheiros em representações e ou participações em seminários, cursos e eventos e outros relevantes à consecução da Política Municipal de Assistência Social.

Parágrafo único. Incluem-se neste artigo os recursos necessários ao atendimento de situações de vulnerabilidade, com prioridade para a criança, a família, ao idoso, a pessoa com deficiência, a gestante, a nutriz e os casos de calamidade pública, conforme disposto nos parágrafos do art. 22 da LOAS.

Art. 50. O repasse de recursos para as entidades e organizações de assistência social, devidamente inscritas no CMAS, será efetivado por intermédio do FMAS, de acordo com critérios estabelecidos pelo CMAS.

Parágrafo único. As transferências de recursos para organizações governamentais e não governamentais de assistência social se processarão mediante convênios, contratos, acordos, ajustes e/ou similares obedecendo à legislação vigente sobre a matéria e de conformidade com os programas, projetos e serviços aprovados pelo CMAS.

Art. 51. As contas e os relatórios do gestor do FMAS serão submetidos à apreciação do CMAS, mensal e anualmente, de forma analítica que, por sua vez, se manifestará sobre a sua aprovação.

§ 1º O FMAS deverá ter contabilidade própria capaz de tornar evidente suas operações e permitir o exercício das funções de controle e avaliação de resultados.

§ 2º A escrituração contábil do FMAS far-se-á com base em documentos hábeis, segundo normas e padrões estabelecidos na legislação pertinente, com elaboração de balancetes mensais e balanços anuais.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 52. Compete ao Poder Executivo Municipal prover a infraestrutura necessária para o funcionamento do CMAS, garantindo recursos materiais, humanos e financeiros.

Art. 53. Será emitido certificado a todos os Conselheiros regularmente nomeados ao término do respectivo mandato, em reconhecimento aos serviços de relevante interesse público e social prestados.

Parágrafo único. Os Conselheiros ativos, nomeados anteriormente a vigência desta Lei, receberão o certificado ao término do seu mandato.

Art. 54. A participação nas atividades do CMAS, das Comissões Temáticas e dos Grupos de Trabalho será considerada função relevante à sociedade e não será remunerada.

Parágrafo único. Será expedido pelo CMAS aos interessados, quando requerido, certificado de participação nas atividades a que se refere o caput deste artigo.

Art. 55. Poderão ser convidados para participar das reuniões do CMAS, sem direito a voto, personalidades e representantes de órgãos e entidades públicas e privadas, bem como técnicos e usuários, quando na pauta constar, temas de suas áreas de atuação e/ou interesse.

Art. 56. Caso a representação de algum setor da sociedade civil não preencha a respectiva vaga, será substituída pela entidade ou organização suplente mais votada.

Art. 57. O presente regimento deverá ser submetido à aprovação da Assembleia Geral do CMAS, especialmente convocada para este fim, submetendo-o posteriormente ao Chefe do Poder Executivo Municipal, para homologação mediante decreto.

Parágrafo único. Qualquer alteração ao Regimento Interno dependerá da deliberação de 2/3 (dois terços) dos membros do CMAS e homologação, por decreto, do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 58. O presente regimento entrará em vigor na data do seu registro no órgão competente e publicado no órgão oficial de publicação dos atos oficiais do Município.

Decreto Nº 5.697, de 13 de Abril de 2012

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 5.697, DE 13 DE ABRIL DE 2012.

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, por via amigável ou judicial, áreas de terras.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, arts. 5º, VIII e 80, I, "e", c/c o disposto no art. 5º, "i", do Decreto-Lei Federal nº 3.365, de 21 de junho de 1941 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Ficam declaradas de utilidade pública, para fins de desapropriação, por via amigável ou judicial, as áreas de terras abaixo descritas, necessárias para o prolongamento da Rua Silvino Ciariani, Bairro dos Industriários, neste Município:

I - área de terras de 581,69m², caracterizada como: parte do lote rural nº 711, do 8º Bloco da Colônia Concórdia, propriedade Rio do Engano, com área de 14.756,00m², de propriedade do ESPORTE CLUBE NACIONAL, registrado no 1º Ofício do Registro de Imóveis desta Comarca sob nº 9681, Livro nº 2 - "AN", tendo a área de 581,69m², as seguintes medidas e confrontações: ao leste, na extensão de 7,24m, com o Lageado Salvador; ao sul, em linhas quebradas, na extensão de 109,34m, com área de propriedade da empresa Reinvest S.A. Participações e Investimentos; ao oeste, na extensão de 5,15m, com o prolongamento da Rua Nossa Senhora de Lourdes; ao norte, na extensão de 110,69m, com área remanescente do proprietário.

II - a área de terras de 843,92m², caracterizada como: parte do lote rural nº 711, do Bloco 08 da Colônia Concórdia, propriedade Rio do Engano, com área de 23.050,00m², de propriedade da empresa REINVEST S.A. PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS, registrado no 1º Ofício do Registro de Imóveis desta Comarca sob nº 15.730, Livro nº 2 - "AAN", tendo a área de 843,92m², as seguintes medidas e confrontações: ao leste, em linhas quebradas, na extensão de 6,21m, com o Lageado Salvador; ao sul, na extensão de 109,39m, com área remanescente do proprietário; ao oeste, na extensão de 7,99m, com o prolongamento da Rua Nossa Senhora de Lourdes; ao norte, em linhas quebradas, na extensão de 109,34m, com área de propriedade do Esporte Clube Nacional.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 13 de abril de 2012.

ELISETE MARIA PEDOTT
Diretora Administrativa

Resolução Nº 006 de 20 de Abril de 2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CONCÓRDIA
Rua Leonel Mosele, 285 fone/fax: 3442-0118 /3442-0119.

cmas@concordia.sc.gov.br

RESOLUÇÃO Nº 006 de 20 de abril de 2012

Altera a Resolução nº 003 de 19 de março de 2012 que dispõe sobre o cofinanciamento dos Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade, entre Fundo Estadual de Assistência Social/FEAS e o Fundo Municipal de Assistência Social de Concórdia/FMAS.

O Conselho Municipal de Assistência Social de Concórdia no uso de suas atribuições e conforme, Art. 18 da Lei 8.742 de 07 de dezembro de 1993 - LOAS e Norma Operacional Básica - NOB/2005, Resolução CIB/SC nº 04 de 15 de fevereiro de 2012 e legislação que rege o Convênio/Proteção Social Especial - Serviço de Média Complexidade.

RESOLVE:

Art. 1º - Alterar a Resolução nº 003 de 19 de março de 2012, passando o art. 1º e parágrafo único do art. 2º de referida resolução a vigorarem com as seguintes redações:

“Art. 1º - Aprovar os recursos que serão destinados aos Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade executados pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS: Serviços de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos - PAEFI; Serviço Especializado em Abordagem Social e Pessoas em Situação de Rua; Serviço de Proteção Social a Adolescente em Cumprimento de Medida Socioeducativas de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços a Comunidade (PSC); Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI, referente ao não cumprimento das condicionalidades e Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosos(as) e suas Famílias”.

“Art. 2º - Deliberar sobre o valor de recursos estabelecido na Resolução da Comissão Intergestora Bipartite - CIB/SC, nº 04 de 15 de fevereiro de 2012.

Parágrafo único: O valor de referência/mês recebidos do Fundo Estadual de Assistência Social é de R\$ 7.920,00 (sete mil novecentos e vinte reais), somando um valor referência/ano de R\$ 95.040,00 (noventa e cinco mil e quarenta reais), sendo que deste valor 60% (sessenta por cento) serão destinados ao custeio e 40% (quarenta por cento) destinados ao investimento e contrapartida do município”.

Art. 2º - Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial, a Resolução nº 003 de 19 de março de 2012.

Art. 3º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Concórdia, 20 de abril de 2012.

TÂNIA APARECIDA PEREIRA DA CUNHA
Presidente CMAS

Resolução Nº 007, de 20 de Abril de 2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CONCÓRDIA - CMAS

Rua Leonel Mosele, 285 fone/fax: 3442-0118 /3442-0119.

cmas@concordia.sc.gov.br

RESOLUÇÃO nº 007, de 20 de abril de 2012.

Dispõe sobre a formação de comissões para proceder à visita as entidades da rede socioassistencial não governamental junto ao Conselho Municipal de Assistência Social.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CONCÓRDIA/SC - CMAS, em reunião extraordinária realizada no dia 20 de abril de 2012, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei 8.742, de 7 de dezembro de 1993 - Lei Orgânica da Assistência Social LOAS, o disposto na Lei Municipal nº 4.384, 15 de dezembro de 2001, a Resolução nº 16, de 5 de maio de 2010, do Conselho Nacional de Assistência Social, que define os parâmetros nacionais para a inscrição das entidades e organizações de assistência social e a Resolução nº 023, de 6 de outubro de 2011, do Conselho Municipal de Assistência Social,

RESOLVE:

Art. 1o. Criar Comissões para realização das visitas in loco às entidades ou organização de assistência social que estão requerendo a inscrição junto ao Conselho, que ficaram assim constituídas:

- I. Neusa Aparecida Dahmer, Claudete Marchesini Comassetto e Cristiane Silvia Batistella, para proceder à visita na Entidade Hospital São Francisco de Concórdia;
- II. Dione Coldebella, Magali Maria Engel Gossenheimer e Melania Polina Argenton, para visitar a entidade União Municipal das Associações de Moradores - UAMMC;
- III. Leonice Parizotto Camargo, Noeli Woloszyn Brum de Oliveira e Ivone Dahmer, para visitar a entidade Cidade Nova Esperança;
- IV. Melania Polina Argenton, Nelsi Dias e Jatir Martini, visitar os programas de Semiliberdade e CASEP, executados pela entidade Associação Betânia;
- V. Dione Coldebella, Soeli Fátima Oliveira e Magali Maria Engel Gossenheimer, visita a entidade Rede Feminina de Combate ao Câncer;
- VI. Tânia Aparecida Pereira da Cunha, Cassia Bortolli Roncaglio e Rosilene Cavassini, visita a entidade Associação de Pais e Amigos dos Surdos;
- VII. Claudete Marchesini Comassetto, Noeli Woloszyn Brum de Oliveira e Rosane Aparecida Sulenta Tochetto, visita entidade Sociedade Condiense de Auxílio Fraternal/SCAF;
- VIII. Lauri Lorenzetti, Luiz Carlos Segala e Isabel Cristina Guedes Piccoli, visita entidade Esporte Clube Canarinho;
- IX. Neusa Poletto Pucci, Dione Coldebella e Ivone Dahmer, visitam a Associação Recanto do Idoso;
- X. Melania Polina Argenton, Jatir Martini e Marilu Matiello, visitam a Associação dos Aposentados e Pensionistas de Concórdia - ASA-PREV;
- XI. Ediane Maria Biasi, Dirce Terezinha Ramos e Rosilene Cavassini, visitar a Associação de Cidadania Frei Lency;
- XII. Igomar Nespolo, Luiz Carlos Segala e Tânia Aparecida Pereira da Cunha, visitam a entidade Serviço Social do Transporte;
- XIII. Neusa Aparecida Dahmer, Jonathan William Zanella, Antônio Lorenzetti e Isabel Cristina Guedes Piccoli, visita entidade Associação de Pais e Amigos dos excepcionais - APAE;
- XIV. Ediane Maria Biasi, Cristiane Silvia Batistella e Claudete Marchesini Comassetto, visita Associação Coral Infante-Juvenil "Canta Canta Minha Gente";
- XV. Neusa Presotto Colombo e Isabel Cristina Guedes Piccoli, para visitar na entidade Voluntários da Solidariedade.

Art. 2o. As comissões serão coordenadas por um conselheiro que

está destacado em negrito e ambos terão como competências:

- I. Realizar a visita em loco nas entidades, as quais escolheram na reunião;
- II. Emitir parecer sobre as condições e funcionamento das mesmas;
- III. Apresentação em reunião plenária do Conselho Municipal de Assistência Social o relatório e parecer sobre a visita.

Art. 3º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Concórdia, 20 de abril de 2012.

TÂNIA APARECIDA PEREIRA DA CUNHA

Presidente do CMAS

Portaria Nº 76/2012, de 16 de Abril de 2012

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 76/2012, DE 16 DE ABRIL DE 2012.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 24/2011, de 13 de janeiro de 2011, c/c o disposto no art. 105 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações e considerando a justificativa apresentada pela Secretaria Municipal de Educação, na CI SEMED 609, de 12 de abril de 2012.

RESOLVE:

Art. 1º Convocar a servidora SAMIRA BRESSAN FERREIRA, ocupante do cargo de Auxiliar de Creche, em gozo de férias, para o exercício de suas funções, por absoluta necessidade do serviço, a partir de 16 de abril de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 77/2012, de 16 de Abril de 2012

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 77/2012, DE 16 DE ABRIL DE 2012.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 24/2011, de 13 de janeiro de 2011, c/c o disposto no art. 41 e seguintes da Lei Complementar nº 602, de 29 de novembro de 2011 e alteração e considerando as avaliações efetuadas pela comissão especialmente designada.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder às servidoras abaixo relacionadas, Promoção por Aperfeiçoamento ou Capacitação, correspondente a 1% (um por cento) do respectivo vencimento-base:

Nº DE ORDEM	MATRÍCULA	NOME DO SERVIDOR	CARGO/CÓDIGO
1	91480-01	Catia Teresinha Favero Biazzi	Professor, código 10.12
2	50490-05	Dilvana Albiero Giacomini	Professor, código 10.12
3	99538-02	Jaqueline Andreia Port Von Dentz	Especialista em Educação, código 11.12

4	97020-01	Sandra Maria Barroni Giacomini	Professor, código 10.12
---	----------	--------------------------------	-------------------------

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos pecuniários retroativos a 1º de abril de 2012.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 78/2012, de 17 de Abril de 2012

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 78/2012, DE 17 DE ABRIL DE 2012.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 24/2011, de 13 de janeiro de 2011, c/c o disposto no art. 27 da Lei Complementar nº 602, de 29 de novembro de 2011 e alteração.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder aos servidores abaixo relacionados, integrantes do Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal, Promoção por Titulação, nos percentuais abaixo, sobre o respectivo vencimento-base, correspondente à nova habilitação na área específica de atuação:

I - com efeitos pecuniários retroativos a 1º de abril de 2012:

Nº DE ORDEM	NOME DO SERVIDOR	CARGO/CÓDIGO	MATRÍCULA	PERCENTUAL/HABILITAÇÃO
1	Ariane Bonatto Munaretto	Professor, código 10.12	950645-02	12% (pós-graduação)
2	Catia Teresinha Favero Biazzi	Professor, código 10.12	91480-01	12% (pós-graduação)
3	Dirce Maria Basseggio Nesi	Professor, código 10.12	943240-00	12% (pós-graduação)
4	Franciele Fantin	Professor, código 10.12	104051-05	12% (pós-graduação)
5	Iara Eliane Saatkamp Wunder	Professor, código 10.12	88161-06	12% (pós-graduação)
6	Sandra Pizzatto	Professor, código 10.12	73830-00	12% (pós-graduação)
7	Tayson Sander Basseggio	Professor, código 10.12	101249-06	12% (pós-graduação)

II - com efeitos pecuniários retroativos a 2 de abril de 2012: ELIZANGELA SALETE CARISSIMI, ocupante do cargo de Professor, código 10.12, matrícula 102750-06, no percentual de 12% (doze por cento), sobre o vencimento-base, pertinente a pós-graduação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 79/2012, de 17 de Abril de 2012

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 79/2012, DE 17 DE ABRIL DE 2012.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 24/2011, de 13 de janeiro de 2011, c/c o disposto nas Leis Complementares nºs. 90, de 27 de junho de 1994 e alterações e 257,



de 9 de dezembro de 2002, e considerando:

- os Adendos nºs. 16/2012 e 20/2012 ao Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho - LTCAT da Secretaria Municipal de Saúde;

- a CI DRH 306/2012, de 16 de abril de 2012, emitida pela Diretoria de Recursos Humanos.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder aos servidores abaixo relacionados, Adicional de Insalubridade, grau médio, correspondente a 20% (vinte por cento) sobre o salário mínimo:

I - IZABEL CRISTINA PAVÃO DALCIN, ocupante do cargo de Médico, matrícula 89915-01, a partir de 4 de abril de 2012;

II - VANDERLEI HIRT, ocupante do cargo de Enfermeiro Comunitário, a partir de 16 de abril de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 80/2012, de 18 de Abril de 2012

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 80/2012, DE 18 DE ABRIL DE 2012.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 24/2011, de 13 de janeiro de 2011, c/c o disposto na Lei nº 1.874, de 2 de dezembro de 1983 e alteração e no Decreto nº 2.040, de 14 de dezembro de 1983 e alteração.

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar o senhor HELIO NERY DA SILVA, a substituir o veículo que utilizava como táxi, no Ponto de Táxi nº 5, localizado na Rua Marechal Deodoro, em frente à edificação nº 919, em cujo local operará com o veículo das seguintes características:

I - marca: Volkswagen;

II - modelo: Gol 1.0;

III - ano/modelo: 2008/2009;

IV - chassi: 9BWAA05U29P006969.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Editais de Pregão Presencial Nº 4/2012 - FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONCÓRDIA - SC

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 4/2012 - FM

Objeto: Contratação de empresa especializada para realização de procedimentos de esterilização de cães e gatos, em atendimento do Programa de Prevenção e Controle de Zoonoses do Fundo Municipal de Saúde, em atendimento da Lei nº 4.373 de 14/12/2011 e Decreto nº 5.682 de 14/02/2012.

Forma de Pregão: Presencial.

Tipo: Menor Preço Por Item.

Recebimento das propostas: até às 16:00 do dia 09/05/2012.

Abertura: dia 10/05/2012, às 08:30.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00, ou pelo fone (0**49) 3444-0627.

Concórdia, SC, 24 de Abril de 2012.

GENAIR LOURDES BOGONI

Gestora do Fundo Municipal de Saúde.

Extrato do Resultado da Habilitação Convite Nº 1/2012 - PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

CONVITE Nº 1/2012 - PMC

Objeto: Contratação de empresa em regime de empreitada global (material, mão de obra e equipamentos) para execução de obra de perfuração de poço artesiano, com licenciamento ambiental, locação, perfuração, testes de vazão e de potabilidade, na comunidade de Linha São Brás, de acordo com as especificações constantes no Anexo "D" do Convite.

EXTRATO DO RESULTADO DA HABILITAÇÃO

Em cumprimento ao disposto no artigo 109, § 1.º da Lei nº 8.666/93, e posteriores alterações, torna-se público o resultado do julgamento da fase de habilitação da licitação em epígrafe, nos seguintes termos: foram julgadas habilitadas as licitantes: LEÃO POÇOS ARTESIANOS LTDA e CRISTAL POÇOS ARTESIANOS LTDA ME. Já a licitante HIDROANI POÇOS ARTESIANOS LTDA deixou de apresentar o documento exigido no subitem 5.1, alínea "f" do Convite, ou seja, "Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF do FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais, instituídos por Lei", dessa forma a licitante foi declarada inabilitada. Outrossim, ficam as licitantes participantes notificadas que dentro do prazo de 02 (dois) dias úteis, contados da data da publicação deste extrato, a Comissão Permanente de Licitações dará vistas ao respectivo processo licitatório a quem se sentir prejudicado, para interposição de recurso. Não havendo interposição de recursos, ficam as licitantes habilitadas, desde já convocadas, a participar da sessão de abertura dos Envelopes nº 02 - Propostas de Preços, no dia 30/04/2011, às 15h30min (quinze horas e trinta minutos), na Sala de Licitações da Prefeitura de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, 62, 1º andar, Centro

Concórdia, SC, 24 de abril de 2011

NAIR KOPPE VOGT

Presidente, em exercício

Cordilheira Alta

PREFEITURA

Portaria Nº 174/2012

PORTARIA N.º 174/2012, DE 23 DE ABRIL DE 2012

"DISPÕE SOBRE A ESTABILIDADE DE SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial o Art. 70 da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º. Declarar estável, o Servidor Municipal, Sr. ENIO LUIZ TECHIO, ocupante do cargo Operador de Maquinas, lotado na Secretaria de Infraestrutura, por ter atingido a média de pontos exigida nas avaliações semestrais durante o período de Estágio Probatório e pelo cumprimento do disposto no art. 20 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e Decreto 102/2010.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 23 de abril de 2012.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra.

Portaria Nº 175/2012

PORTARIA N.º 175/2012, DE 23 DE ABRIL DE 2012

CONCEDE LICENÇA A SERVIDORA MUNICIPAL, PARA ACOMPANHAMENTO DE TRATAMENTO DE SAÚDE DO FILHO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições Legais, em especial o Art. 70 da Lei Orgânica do Município e Art. 70 e 71 da Lei Complementar nº 018/2001.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 05 (cinco) dias de licença, para acompanhamento de tratamento de saúde do filho, a Servidora Municipal, Sra. KELY CRISTINA RANZAN, ocupante do cargo de Agente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento, de acordo com atestado médico em anexo.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 23 de abril de 2012.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

Portaria Nº 176/2012

PORTARIA N.º 176/2012, DE 23 DE ABRIL DE 2012

CONCEDE LICENÇA A SERVIDORA MUNICIPAL, PARA ACOMPANHAMENTO DE TRATAMENTO DE SAÚDE DO CÔNJUGE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições Legais, em especial o Art. 70 da Lei Orgânica do Município e Art. 70 e 71 da Lei Complementar nº 018/2001.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 02 (dois) dias de licença, para acompanhamento de tratamento de saúde do cônjuge, a Servidora Municipal, Sra. CARMEN CASONATO TRESSOLDI, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, de acordo com atestado médico em anexo.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 23 de abril de 2012.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

Portaria Nº 177/2012

PORTARIA N.º 177/2012, DE 23 DE ABRIL DE 2012

"CONCEDE LICENÇA A SERVIDORA MUNICIPAL, PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições Legais, em especial o Art. 70 da Lei Orgânica do Município e o Decreto nº 067/2010:

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder 02 (dois) dias de licença para tratamento de saúde, a Servidora Municipal, Sra. GISSELI ZUCKI SPERANÇA, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Infraestrutura, de acordo com atestado médico em anexo.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 23 de abril de 2012.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra.

Portaria Nº 178/2012

PORTARIA N.º 178/2012, DE 24 DE ABRIL DE 2012

"CONSTITUI COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO PARA FINS DE CONCESSÃO DE PROGRESSÃO POR MÉRITO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, usando de suas competências privativas que lhe confere o artigo 70, da Lei Orgânica Municipal e os artigos 09 e 10, §1º, §2º e §3º da Lei Complementar nº 017/2001.

RESOLVE:

Art. 1º Constituir a Comissão de Avaliação dos Profissionais da Educação para fins de Concessão de Adicional de Progressão por Mérito, se compondo pelos seguintes representantes:

I - Representando a Secretaria Municipal de Educação:

Isadir Osilia da Rosa

II - Representando os Profissionais da Educação:
Noeli Ferrari Tecchio

III - Representando a Secretaria Municipal de Administração:
Flari Rafael Triches

IV - Representando o Conselho Municipal de Educação:
Flavia Perim

V - Representando o Departamento de Pessoal:
Nadia Lanzaolini

Art. 2º A Comissão de avaliação deverá elaborar e encaminhar ao setor de pessoal, até o dia 30 de abril de 2012, o relatório das avaliações de desempenho, contendo entre outras informações a pontuação obtida.

Art. 3º Os trabalhos da Comissão serão considerados relevantes ao Município, não atribuindo qualquer tipo de remuneração.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam as disposições em contrário.

Cordilheira Alta SC, 24 de abril de 2012.
RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

Resultado de Licitação - Pr 8/2012 FMS **EXTRATO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO**

O Fundo Municipal de Saúde do Município de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, torna público o resultado da licitação conforme a baixo especifica:

MODALIDADE: Pregão Presencial 8/2012
JULGAMENTO: Menor preço Unitário por item
PROCESSO: 8/2012 FMS
SOLICITANTE: Secretaria de Saúde e Assistência Social

OBJETO: Aquisição de materiais odontológicos a serem utilizados pela Secretaria de Saúde do Município.

VALOR: R\$ 14.767,05 (quatorze mil setecentos e sessenta e sete reais e cinco centavos)

ADJUDICAÇÃO: Deacido o direito de recorrer e considerada aceitável a melhor proposta, o Pregoeiro declarou vencedoras as empresas CIRURGICA MASTER LTDA EPP, SANTA SUL COMERCIO E IMPORTAÇÃO DE EQUIPAMENTOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA, ODONTOESTE LTDA, OXY DENTAL LTDA EPP e LA DALLA PORTA JUNIOR ME, adjudicado em seu favor o objeto da licitação em epígrafe. Depois de publicado este resultado no órgão oficial de publicação do Município, os autos serão encaminhados para o Ordenador de Despesas para análise e homologação se assim o decidir;

Cordilheira Alta, SC, em 23 de abril de 2012.
RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO
Prefeito Municipal

Forquilha

PREFEITURA

Lei Nº 1.798, de 19 de Abril de 2012.

LEI Nº 1.798, DE 19 DE ABRIL DE 2012.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal DE FORQUILHINHA

Faço saber que a Câmara Municipal de Forquilha, Estado de Santa Catarina, APROVOU, e eu, Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas, SANCIONO a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir créditos adicionais suplementares no orçamento geral da Prefeitura Municipal de Forquilha no montante de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), distribuídos nas seguintes contas:

Órgão 08 - Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo
2.042 - MANUTENÇÃO DA SEÇÃO DE EVENTOS
123 - 3390 - Aplicações Diretas R\$ 120.000,00

2.046 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA
124 - 3390 - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

TOTAL R\$ 150.000,00

Art. 2º Para atender ao crédito de que trata o seu art. 1º, serão utilizadas como fonte de recursos, as anulações de valores de dotações orçamentárias da Prefeitura Municipal de Forquilha das seguintes contas:

Órgão 07 - Secretaria de Obras e Desenvolvimento Urbano
1.029 - CONSTRUÇÃO PÓRTICOS DE ENTRADA NA CIDADE
84 - 4490 - Aplicações Diretas R\$ 150.000,00

TOTAL R\$ 150.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 19 de abril de 2012.
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 19 de abril de 2012.

ELISANDRA COLOMBO DONATO
Chefe do Departamento de Governo

Decreto Nº 046, de 16 de Abril de 2012.

DECRETO Nº 046, DE 16 DE ABRIL DE 2012.

DETERMINA PONTO FACULTATIVO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS NO DIAS 30 DE ABRIL DE 2012.

O Prefeito Municipal DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, XXII e XXIII da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica determinado ponto facultativo nas repartições públicas municipais no dia 30 de abril do corrente ano, tendo em vista as



comemorações alusivas ao dia do trabalhador.

Art. 2º Os serviços públicos municipais ficarão suspensos na data referida no artigo primeiro.

Parágrafo único. Os serviços públicos considerados essenciais permanecerão em funcionamento, cabendo a cada Secretaria viabilizar escala de trabalho para que os serviços públicos não sejam prejudicados.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 16 de abril de 2012.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 16 de abril de 2012.

ELISANDRA COLOMBO DONATO

Chefe do Departamento de Governo

Decreto Nº. 039, de 02 de Abril de 2012.

DECRETO Nº. 039, DE 02 DE ABRIL DE 2012.

NOMEIA JUCEMAR BORGES PARA OCUPAR O CARGO EM COMISSÃO DE SECRETÁRIO DE SAÚDE, NÍVEL DAS-1.

O Prefeito Municipal DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, II, III e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990, combinado com o art. 1º, da Lei Municipal Nº. 005, de 09 de fevereiro de 1990, Lei Municipal Nº. 1.408, de 08 de dezembro de 2008, seus anexos,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado JUCEMAR BORGES para ocupar o Cargo em Comissão de Secretário de Saúde, Nível DAS-1.

Art. 2º O servidor acima nomeado terá o vínculo empregatício pelo regime estatutário estabelecido pela Lei nº 487/98 e contribuirá para o regime Próprio de Previdência do Município, pois é servidor do quadro efetivo deste município.

Art. 3º As despesas decorrentes deste Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, no elemento despesas de pessoal.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 02 de abril de 2012.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 02 de abril de 2012.

ELISANDRA COLOMBO DONATO

Chefe do Departamento de Governo

Decreto Nº. 040, de 02 de Abril de 2012.

DECRETO Nº. 040, DE 02 DE ABRIL DE 2012.

NOMEIA EVANDER EDERCI TOMAZI PARA OCUPAR O CARGO EM COMISSÃO DE SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO, NÍVEL DAS-1.

O Prefeito Municipal DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, II, III e

XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990, combinado com o art. 1º, da Lei Municipal Nº. 005, de 09 de fevereiro de 1990, Lei Municipal Nº. 1.408, de 08 de dezembro de 2008, seus anexos,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado EVANDER EDERCI TOMAZI para ocupar o Cargo em Comissão de Secretário de Planejamento, Nível DAS-1.

Art. 2º O servidor acima nomeado terá o vínculo empregatício pelo regime estatutário estabelecido pela Lei nº 487/98, vinculado ao Regime Geral da Previdência Social, nos termos do art. 40, parágrafo 13 da Constituição Federal.

Art. 3º As despesas decorrentes deste Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, no elemento despesas de pessoal.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 02 de abril de 2012.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 02 de abril de 2012.

ELISANDRA COLOMBO DONATO

Chefe do Departamento de Governo

Decreto Nº. 041, de 02 de Abril de 2012.

DECRETO Nº. 041, DE 02 DE ABRIL DE 2012.

NOMEIA JOSIANE COLOMBO D'AMORIM PARA OCUPAR O CARGO EM COMISSÃO DE SUPERINTENDENTE DA FUNDAÇÃO AMBIENTAL MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, NÍVEL DAS-1.

O Prefeito Municipal DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, II, III e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990, combinado com o art. 1º, da Lei Municipal Nº. 005, de 09 de fevereiro de 1990, Lei Municipal Nº. 1.408, de 08 de dezembro de 2008, seus anexos,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada JOSIANE COLOMBO D'AMORIM para ocupar o Cargo em Comissão de Superintendente da Fundação Ambiental Municipal de Forquilha, Nível DAS-1.

Art. 2º A servidora acima nomeada terá o vínculo empregatício pelo regime estatutário estabelecido pela Lei nº 487/98, vinculada ao Regime Geral da Previdência Social, nos termos do art. 40, parágrafo 13 da Constituição Federal.

Art. 3º As despesas decorrentes deste Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, no elemento despesas de pessoal.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 02 de abril de 2012.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 02 de abril de 2012.

ELISANDRA COLOMBO DONATO
Chefe do Departamento de Governo

Decreto Nº. 042, de 02 de Abril de 2012.

DECRETO Nº. 042, DE 02 DE ABRIL DE 2012.

NOMEIA SILMAR VIEIRA PARA OCUPAR O CARGO EM COMISSÃO DE SECRETÁRIO DE GOVERNO, NÍVEL DAS-1.

O Prefeito Municipal DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, II, III e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990, combinado com o art. 1º, da Lei Municipal Nº. 005, de 09 de fevereiro de 1990, Lei Municipal Nº. 1.408, de 08 de dezembro de 2008, seus anexos,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado SILMAR VIEIRA para ocupar o Cargo em Comissão de Secretário de Governo, Nível DAS-1.

Art. 2º O servidor acima nomeado terá o vínculo empregatício pelo regime estatutário estabelecido pela Lei nº 487/98, vinculado ao Regime Geral da Previdência Social, nos termos do art. 40, parágrafo 13 da Constituição Federal.

Art. 3º As despesas decorrentes deste Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, no elemento despesas de pessoal.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 02 de abril de 2012.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 02 de abril de 2012.

ELISANDRA COLOMBO DONATO
Chefe do Departamento de Governo

Decreto Nº. 043, de 02 de Abril de 2012.

DECRETO Nº. 043, DE 02 DE ABRIL DE 2012.

NOMEIA VALDIR KÜLKAMP PARA OCUPAR O CARGO EM COMISSÃO DE SECRETÁRIO DE CULTURA, ESPORTE E TURISMO, NÍVEL DAS-1.

O Prefeito Municipal DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, II, III e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990, combinado com o art. 1º, da Lei Municipal Nº. 005, de 09 de fevereiro de 1990, Lei Municipal Nº. 1.408, de 08 de dezembro de 2008, seus anexos,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado VALDIR KÜLKAMP para ocupar o Cargo em Comissão de Secretário de Cultura, Esporte e Turismo, Nível DAS-1.

Art. 2º O servidor acima nomeado terá o vínculo empregatício pelo regime estatutário estabelecido pela Lei nº 487/98, vinculado ao Regime Geral da Previdência Social, nos termos do art. 40, parágrafo 13 da Constituição Federal.

Art. 3º As despesas decorrentes deste Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, no elemento despesas de pessoal.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 02 de abril de 2012.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 02 de abril de 2012.

ELISANDRA COLOMBO DONATO
Chefe do Departamento de Governo

Decreto Nº. 044, de 02 de Abril de 2012.

DECRETO Nº. 044, DE 02 DE ABRIL DE 2012.

NOMEIA CRISTIAN NICOSKI NOVACK PARA OCUPAR O CARGO EM COMISSÃO DE SECRETÁRIO DE HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO, NÍVEL DAS-1.

O Prefeito Municipal DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, II, III e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990, combinado com o art. 1º, da Lei Municipal Nº. 005, de 09 de fevereiro de 1990, Lei Municipal Nº. 1.408, de 08 de dezembro de 2008, seus anexos,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado CRISTIAN NOCOSKI NOVACK para ocupar o Cargo em Comissão de Secretário de Habitação e Desenvolvimento Urbano, Nível DAS-1.

Art. 2º O servidor acima nomeado terá o vínculo empregatício pelo regime estatutário estabelecido pela Lei nº 487/98, vinculado ao Regime Geral da Previdência Social, nos termos do art. 40, parágrafo 13 da Constituição Federal.

Art. 3º As despesas decorrentes deste Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, no elemento despesas de pessoal.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 02 de abril de 2012.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 02 de abril de 2012.

ELISANDRA COLOMBO DONATO
Chefe do Departamento de Governo

Extrato de Contrato PMF Nº 120/2012

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 120/2012

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - OS MATEADORES - PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA

OBJETO - contratação da banda "Os Mateadores" para realizar apresentação no dia 26 de abril, no palco externo durante a Festa do Centenário de Colonização do Município de Forquilha, juntamente com a XVIII Festa do Colono e VI Festa do Motorista, que acontecerá de 20 a 29 de abril do exercício corrente.

VALOR - R\$ 3.780,00 (três mil setecentos e oitenta reais)

VIGÊNCIA - 30/06/2012

DOTAÇÃO - 0401.2008.3390 (23), 0801.2041.3390 (118), 0802.2042.3390 (123), 0802.2046.3390 (124).

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Inexigibilidade de Licitação nº. 70/PMF/2012

DATA DA ASSINATURA - 19 de abril de 2012

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato PMF Nº 125/2012
EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 125/2012

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - ADRIANO FERRARI

OBJETO - contratação da atração musical "DJ Adriano Ferrari" para realizar apresentação no dia 29 de abril, no palco externo durante a Festa do Centenário de Colonização do Município de Forquilha, juntamente com a XVIII Festa do Colono e VI Festa do Motorista, que acontecerá de 20 a 29 de abril do exercício corrente.

VALOR - R\$ 470,00 (quatrocentos e setenta reais)

VIGÊNCIA - 30/06/2012

DOTAÇÃO - 0401.2008.3390 (23), 0801.2041.3390 (118), 0802.2042.3390 (123), 0802.2046.3390 (124).

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Inexigibilidade de Licitação nº. 70/PMF/2012

DATA DA ASSINATURA - 19 de abril de 2012

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato PMF Nº 126/2012
EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 126/2012

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - EDI GONÇALVES

OBJETO - contratação de bandas para realizar apresentações no dia 27 de abril no palco externo durante a Festa do Centenário de Colonização do Município de Forquilha, juntamente com a XVIII Festa do Colono e VI Festa do Motorista, que acontecerá de 20 a 29 de abril do exercício corrente.

VALOR - R\$ 8.200,00 (oito mil e duzentos reais)

VIGÊNCIA - 30/06/2012

DOTAÇÃO - 0401.2008.3390 (23), 0801.2041.3390 (118), 0802.2042.3390 (123), 0802.2046.3390 (124).

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Inexigibilidade de Licitação nº. 70/PMF/2012

DATA DA ASSINATURA - 19 de abril de 2012

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato PMF Nº 127/2012
EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 127/2012

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - FRANCIELI FIGUEREDO PASSARELA

OBJETO - contratação da atração musical "Zucky Solo" para realizar apresentações nos dias 26 e 29 de abril, no palco externo durante a Festa do Centenário de Colonização do Município de Forquilha, juntamente com a XVIII Festa do Colono e VI Festa do Motorista, que acontecerá de 20 a 29 de abril do exercício corrente.

VALOR - R\$ 2.950,00 (dois mil e novecentos e cinquenta reais)

VIGÊNCIA - 30/06/2012

DOTAÇÃO - 0401.2008.3390 (23), 0801.2041.3390 (118), 0802.2042.3390 (123), 0802.2046.3390 (124).

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Inexigibilidade de Licitação nº. 70/PMF/2012

DATA DA ASSINATURA - 19 de abril de 2012

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato PMF Nº 128/2012
EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 128/2012

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - ALCIDES DA ROSA

OBJETO - contratação da dupla musical "Pé na Cova e Quase Morto" para realizar apresentação no dia 28 de abril, no palco externo durante a Festa do Centenário de Colonização do Município de Forquilha, juntamente com a XVIII Festa do Colono e VI Festa do Motorista, que acontecerá de 20 a 29 de abril do exercício corrente.

VALOR - R\$ 1.050,00 (hum mil e cinquenta reais)

VIGÊNCIA - 30/06/2012

DOTAÇÃO - 0401.2008.3390 (23), 0801.2041.3390 (118), 0802.2042.3390 (123), 0802.2046.3390 (124).

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Inexigibilidade de Licitação nº. 70/PMF/2012

DATA DA ASSINATURA - 19 de abril de 2012

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato PMF Nº 129/2012
EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 129/2012

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - B&J PRODUÇÕES ARTÍSTICAS E CULTURAIS LTDA ME

OBJETO - contratação da dupla musical "Beto e Júlio" para realizar apresentação no dia 28 de abril, no palco externo durante a Festa do Centenário de Colonização do Município de Forquilha, juntamente com a XVIII Festa do Colono e VI Festa do Motorista, que acontecerá de 20 a 29 de abril do exercício corrente.

VALOR - R\$ 11.835,00 (onze mil oitocentos e trinta e cinco reais)

VIGÊNCIA - 30/06/2012

DOTAÇÃO - 0401.2008.3390 (23), 0801.2041.3390 (118), 0802.2042.3390 (123), 0802.2046.3390 (124).

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Inexigibilidade de Licitação nº. 70/PMF/2012

DATA DA ASSINATURA - 19 de abril de 2012

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato PMF Nº 130/2012

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 130/2012

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - AMARILDO BONFANTE CONTE ME

OBJETO - contratação da atração musical "Clip Som" para realizar apresentação no dia 29 de abril, no palco externo durante a Festa do Centenário de Colonização do Município de Forquilha, juntamente com a XVIII Festa do Colono e VI Festa do Motorista, que acontecerá de 20 a 29 de abril do exercício corrente.

VALOR - R\$ 1.300,00 (hum mil e trezentos reais)

VIGÊNCIA - 30/06/2012

DOTAÇÃO - 0401.2008.3390 (23), 0801.2041.3390 (118), 0802.2042.3390 (123), 0802.2046.3390 (124).

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Inexigibilidade de Licitação nº. 70/PMF/2012

DATA DA ASSINATURA - 19 de abril de 2012

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato PMF Nº 131/2012

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 131/2012

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - GRUPPO MUSICAL ROBA DA CIODI

OBJETO - contratação da banda "Gruppo Musical Roda Da Ciodi" para realizar apresentação no dia 29 de abril, no palco externo durante a Festa do Centenário de Colonização do Município de Forquilha, juntamente com a XVIII Festa do Colono e VI Festa do Motorista, que acontecerá de 20 a 29 de abril do exercício corrente.

VALOR - R\$ 470,00 (quatrocentos e setenta reais)

VIGÊNCIA - 30/06/2012

DOTAÇÃO - 0401.2008.3390 (23), 0801.2041.3390 (118), 0802.2042.3390 (123), 0802.2046.3390 (124).

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Inexigibilidade de Licitação nº. 70/PMF/2012

DATA DA ASSINATURA - 19 de abril de 2012

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato PMF Nº 132/2012

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 132/2012

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - RUDIS FELIX FELISBERTO

OBJETO - contratação da banda "Três & Um" para realizar apresentação no dia 29 de abril, no palco externo durante a Festa do Centenário de Colonização do Município de Forquilha, juntamente com a XVIII Festa do Colono e VI Festa do Motorista, que acontecerá de 20 a 29 de abril do exercício corrente.

VALOR - R\$ 1.200,00 (hum mil e duzentos reais)

VIGÊNCIA - 30/06/2012

DOTAÇÃO - 0401.2008.3390 (23), 0801.2041.3390 (118), 0802.2042.3390 (123), 0802.2046.3390 (124).

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Inexigibilidade de Licitação nº. 70/PMF/2012

DATA DA ASSINATURA - 19 de abril de 2012

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato PMF Nº 134/2012

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 134/2012

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - KELEN SÁ BORGES

OBJETO - contratação da atração musical "Helipe" para realizar apresentação no dia 27 de abril, no palco externo durante a Festa do Centenário de Colonização do Município de Forquilha, juntamente com a XVIII Festa do Colono e VI Festa do Motorista, que acontecerá de 20 a 29 de abril do exercício corrente.

VALOR - R\$ 5.800,00 (cinco mil e oitocentos reais)

VIGÊNCIA - 30/06/2012

DOTAÇÃO - 0401.2008.3390 (23), 0801.2041.3390 (118), 0802.2042.3390 (123), 0802.2046.3390 (124).

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Inexigibilidade de Licitação nº. 70/PMF/2012

DATA DA ASSINATURA - 19 de abril de 2012

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato PMF Nº 46/2012

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 46/2012

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - EXPRESSO COLETIVO SÃO MARCOS LTDA

OBJETO - aquisição de créditos tarifários nos cartões eletrônicos dos sistema de transporte coletivo urbano de Forquilha , para serem utilizados pelos alunos da rede municipal e estadual (convênio), do ensino fundamental e ensino médio do município de Forquilha/SC.

VALOR - R\$ 585.000,00 (quinhentos e oitenta e cinco mil reais)

VIGÊNCIA - 31/12/2012

DOTAÇÃO - 0501.2015.3390 (69), (70), (71)

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Inexigibilidade de Licitação nº. 31/PMF/2012

DATA DA ASSINATURA - 16 de fevereiro de 2012.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Fraiburgo**PREFEITURA****Decreto Nº 0108/2012**

DECRETO Nº 0108, DE 23 DE ABRIL DE 2012.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com o disposto no artigo 17 da Lei Nº 2122, de 07 de dezembro de 2011 e o disposto no item 4,2 da Nota Técnica Nº 509/2006-GEACC/CCONT-STN de 27 de março de 2006, expedida pelo Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional;

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto no orçamento da Prefeitura Municipal de Fraiburgo para o exercício de 2012 crédito adicional suplementar no valor de R\$ 493.100,00 (quatrocentos e noventa e três mil e cem reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

10.00 - Secretaria de Infraestrutura

10.00 - Secretaria de Infraestrutura

15.451.0023.1.033 - Pavimentação e Urbanização de Ruas, Avenidas e Logradouro Públicos

4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.1.9252 (283) R\$ 493.100,00

Total R\$ 493.100,00

Art. 2º Os recursos necessários para a suplementação do artigo anterior correrão a conta do Convênio/Contrato de Repasse: Nº 766647/2010 do Ministério das Cidades, celebrado com o Município de Fraiburgo, tendo como objeto a pavimentação asfáltica de trecho da Rua Fuji, localizada no Bairro Liberata, Loteamento Macieira.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação,

revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

FRAIBURGO, 23 DE ABRIL DE 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Decreto Nº 0109/2012

DECRETO Nº 0109, DE 24 DE ABRIL DE 2012.

DIVULGA A CLASSIFICAÇÃO FINAL DO EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT Nº. 0012, DE 30 DE MARÇO DE 2012.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art. 1º. Fica divulgada a classificação final do processo de seleção para contratação em caráter temporário nº. 0012, de 30 de março de 2012, conforme listas anexas.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

FRAIBURGO, SC, 24 DE ABRIL DE 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT
Nº 0012 DE 30 DE MARÇO DE 2012

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: **Agente Comunitário de** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **1** Área de Atuação: **Geral**

Disciplina: **Agente Comunitário de Saúde – Bairro São José**

Critérios de Desempate

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	1º	2º	3º	4º	5º	6º
				Tempo Serviço	Cursos Área Esp.	Cursos Outras Áreas	Núm. Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
1	19	KATIA APARECIDA DA SILVA	11	0	2	2	0	NÃO	14/11/1969
2	3	STEPHANY BIANCA GHELLER	9	0	0	2	1	NÃO	17/11/1987
3	20	MARLI APARECIDA DOS SANTOS	7	0	0	0	3	NÃO	16/10/1979
4	26	JANAINA DE OLIVEIRA	7	0	0	0	0	NÃO	30/10/1991
5	14	FRANCIELE DA SILVA	0	0	0	0	0	NÃO	20/11/1991



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT
Nº 0012 DE 30 DE MARÇO DE 2012

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: **Agente Comunitário de** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **10** Área de Atuação: **Geral**

Disciplina: **Agente Comunitário de Saúde – Assentamento Chico Mendes**

CrITÉRIOS de Desempate

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	1º	2º	3º	4º	5º	6º
				Tempo Serviço	Cursos Área Esp.	Cursos Outras Áreas	Núm. Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
1	5	SIDNEI BORGES	0	0	0	0	0	NÃO	1/8/1991



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT
Nº 0012 DE 30 DE MARÇO DE 2012

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Cargos
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: **11 - Agente Comunitário de Saúde – Assentamento Campina do Ce**

Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **11** Área de Atuação: **Geral**

Disciplina: **Agente Comunitário de Saúde – Assentamen**

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato
NÃO HOUVE INSCRIÇÕES PARA O CARGO 11 - AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ASSENTAMENTO CAMPINA DO CERRO		



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT
Nº 0012 DE 30 DE MARÇO DE 2012

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: **Agente Comunitário de** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **2** Área de Atuação: **Geral**

Disciplina: **Agente Comunitário de Saúde – Bairro Jardim América**

Critérios de Desempate

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	1º	2º	3º	4º	5º	6º
				Tempo Serviço	Cursos Área Esp.	Cursos Outras Áreas	Núm. Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
1	2	ELAINE DUARTE DOS SANTOS	16	2	2	5	0	NÃO	12/5/1991
2	25	JANAINA ALVES DA SILVA	11	0	0	4	0	NÃO	6/12/1992
3	11	REGIANE BULLOW CAMARGO	7	0	0	0	2	NÃO	6/11/1990
4	10	AILSON DAVI ALVES DA SILVA	7	0	0	0	0	NÃO	8/4/1994
5	4	ZULMIRIA AYRES APPELT	0	0	0	0	1	NÃO	7/1/1983
6	9	ANGÉLICA ANTUNES BRUCH	0	0	0	0	1	NÃO	24/8/1993



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT
Nº 0012 DE 30 DE MARÇO DE 2012

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: **Agente Comunitário de** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **3** Área de Atuação: **Geral**

Disciplina: **Agente Comunitário de Saúde – Bairro Macieira**

Critérios de Desempate

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	1º	2º	3º	4º	5º	6º
				Tempo Serviço	Cursos Área Esp.	Cursos Outras Áreas	Núm. Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
1	18	CARMEM PIASSON	7	0	0	0	2	NÃO	22/8/1988
2	1	SUZANE ANTUNES DE LIMA	7	0	0	0	0	NÃO	16/5/1990



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT
Nº 0012 DE 30 DE MARÇO DE 2012

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: **Agente Comunitário de** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **4** Área de Atuação: **Geral**

Disciplina: **Agente Comunitário de Saúde – Bairro São Sebastião**

Critérios de Desempate

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	1º	2º	3º	4º	5º	6º
				Tempo Serviço	Cursos Área Esp.	Cursos Outras Áreas	Núm. Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
1	15	MARIA APARECIDA BORBA ANTON	17	0	10	0	1	NÃO	23/5/1961
2	22	MARGARIDA LEMES DE BAIRRO	15	0	6	2	0	NÃO	14/11/1988
3	24	NEUSA BASSANI SILVA	12	2	2	1	0	NÃO	9/9/1990
4	7	IVONE RICARDO DA SILVA	7	0	0	0	1	NÃO	11/9/1970
5	6	EDSON ROBERTO OECKSLER	7	0	0	0	1	NÃO	28/3/1979
6	27	ANA PAULA DE ALCANTARA FERNANDES	7	0	0	0	1	NÃO	27/9/1986
7	13	PATRICIA CAVALHEIRO DOS SANTOS	0	0	0	0	2	NÃO	22/12/1990
8	23	VERALUCIA MOREIRA	0	0	0	0	1	NÃO	2/8/1970
9	12	LINDAMAR BARBOSA	0	0	0	0	1	NÃO	25/10/1985



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT
Nº 0012 DE 30 DE MARÇO DE 2012

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Cargos
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: **5 - Agente Comunitário de Saúde – Bairro Santa Monica**

Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **5** Área de Atuação: **Geral**

Disciplina: **Agente Comunitário de Saúde – Bairro Sant**

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato
NÃO HOUVE INSCRIÇÕES PARA O CARGO 5 - AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – BAIRRO SANTA MONICA		



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT
Nº 0012 DE 30 DE MARÇO DE 2012

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: **Agente Comunitário de** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **6** Área de Atuação: **Geral**

Disciplina: **Agente Comunitário de Saúde – Bairro Roland Jean Mayer**

Critérios de Desempate

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	1º	2º	3º	4º	5º	6º
				Tempo Serviço	Cursos Área Esp.	Cursos Outras Áreas	Núm. Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
1	21	ANA CLAUDIA DIAS DELFES	7	0	0	0	1	NÃO	8/9/1990
2	17	ANDREA SONIA BARBOSA	7	0	0	0	0	NÃO	17/12/1987



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT
Nº 0012 DE 30 DE MARÇO DE 2012

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: **Agente Comunitário de** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**
Código: **7** Área de Atuação: **Geral**
Disciplina: **Agente Comunitário de Saúde – Bairro Faxinal dos Carvalhos**

Critérios de Desempate

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	1º	2º	3º	4º	5º	6º
				Tempo Serviço	Cursos Área Esp.	Cursos Outras Áreas	Núm. Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
1	16	PATRICIA DE ALMEIDA	7	0	0	0	2	NÃO	27/5/1978



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT
Nº 0012 DE 30 DE MARÇO DE 2012

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: **Agente Comunitário de** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**
Código: **8** Área de Atuação: **Geral**
Disciplina: **Agente Comunitário de Saúde – Assentamento Rio Mansinho**

CrITÉRIOS de Desempate

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	1º	2º	3º	4º	5º	6º
				Tempo Serviço	Cursos Área Esp.	Cursos Outras Áreas	Núm. Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
1	8	ROSALINA DE JESUS MARTINS DE SOUZA	7	0	0	0	0	NÃO	19/1/1983



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT
Nº 0012 DE 30 DE MARÇO DE 2012

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Cargos
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: **9 - Agente Comunitário de Saúde – Bairro Butiá Verde – Setor I**

Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **9** Área de Atuação: **Geral**

Disciplina: **Agente Comunitário de Saúde – Bairro Butiá**

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato
NÃO HOUVE INSCRIÇÕES PARA O CARGO 9 - AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – BAIRRO BUTIÁ VERDE – SETOR I		

Portaria Nº 1000/2012

PORTARIA Nº 1.000, DE 24 DE ABRIL DE 2012.

Exonera servidor público municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar, a pedido, a servidora ALINE VOSS, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 062.810.569-06, nomeada no cargo de provimento efetivo de ANALISTA EXECUTIVO, com carga horária de 40 horas semanais, em 24 de abril de 2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 24 de abril de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1001/2012

PORTARIA Nº 1.001, DE 24 DE ABRIL DE 2012.

Exonera servidor público municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar, a pedido a servidora MARCIA REGINA CARDOSO, brasileira, divorciada, inscrita no CPF sob o nº 552.341.439-53, nomeada no cargo de provimento em comissão de DIRETOR GERAL DE GESTÃO, com carga horária de 40 horas semanais, em 30 de abril de 2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 24 de abril de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1002/2012

PORTARIA Nº 1.002 DE 24 DE ABRIL DE 2012.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal nº 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0029 de 19 de outubro de 2011 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, para atender excepcional interesse público, na área da Educação;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

Considerando que está substituindo a servidora SIRLEI APARECIDA DE ALMEIDA, que se encontra afastada em Auxílio Doença;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de ANGELA MARIA DIAS GATTI, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 029.597.979-81, contratada em caráter temporário na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de maio de 2012 até 15 de junho de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 24 de abril de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1003/2012

PORTARIA Nº 1.003 DE 24 DE ABRIL DE 2012.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal nº 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0031 de 20 de outubro de 2011 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de GUARDA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, para atender excepcional interesse público, na Sanefrai;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de MARLI APARECIDA XAVIER, brasileira, divorciada, inscrita no CPF sob o n.º 749.866.519-00, contratada em caráter temporário na função de GUARDA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de maio de 2012 até 31 de dezembro de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 24 de abril de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1004/2012

PORTARIA Nº 1.004, DE 24 DE ABRIL DE 2012.

Dispõe sobre prorrogação de contrato por prazo determinado.

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal nº 1220 de 04 de Junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital de Contratação Temporária nº 0013, de 19 de abril de 2010;

Considerando a necessidade de contratação temporária de OPERADOR DE MÁQUINAS, para atender excepcional interesse público, na área da Infra-Estrutura Urbana;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de SEBASTIÃO ALVES MORASKI, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 422.354.809-34, contratado em caráter temporário na função de OPERADOR DE MÁQUINAS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de maio de 2012 até 18 de maio de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 24 de abril de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1005/2012

PORTARIA N.º 1.005 DE 24 DE ABRIL DE 2012.

Nomeia Servidor Municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n.º 0110, de 03 de março de 2010;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear JUCIANE DE FATIMA FERNANDES, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 938.487.579-15, no cargo de provimento em comissão de COORDENADOR DE DEPARTAMENTO, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 25 de abril de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 24 de abril de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Aviso de Dispensa de Licitação Nº 0006/2012-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 0111/2012 - PMF

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0006/2012-PMF

O Município de Fraiburgo (SC), torna público a Dispensa de Licitação nº 0006/2012, para locação de uma sala comercial com área de 130 m², situado na Avenida Curitibaanos nº 366, Centro, nesta cidade de Fraiburgo/SC, em favor da empresa POVOCOM INFORMATICA LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 13.241.639/0001-00. Valor total do contrato: R\$ 8.645,00 (oito mil, seiscentos e quarenta e cinco reais), sendo R\$ 1.050,00 por mês. Vigência: Início, dia 24/04/2012 até o dia 31/12/2012. Fundamento Legal: Art. 24, Inciso X da Lei 8.666/93 e alterações posteriores. Justificativa: Instalações adequadas para atender as finalidades precípua da Administração e o preço compatível com o valor de mercado conforme laudos de avaliações anexo ao processo.

Fraiburgo(SC), 24 de abril de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

Aviso de Retificação da Tomada de Preços Nº 0023/2012

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

AVISO DE RETIFICAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 0110/2012 - PMF

TOMADA DE PREÇOS Nº 0023/2012 - PM

O Prefeito Municipal Fraiburgo (SC) torna público que no PAL em epígrafe cujo objeto é a contratação de empresa do ramo para execução dos serviços de pavimentação asfáltica CAUQ na rua Fuji (parte 2), Loteamento Macieira, Bairro Liberata, nesta cidade de Fraiburgo, foi publicada a área a pavimentar de 6.482,44 m² quando o correto é de 6.647,41 m². Como tal modificação não afeta a formulação das propostas, permanece inalterada a data de abertura do certame, sendo: Protocolo dos Envelopes: até às 09:00 horas do dia 11.05.2012. Abertura do Certame: no mesmo dia às 09:15 horas. O Edital poderá ser retirado na Prefeitura Municipal de Fraiburgo, na Av. Rio das Antas, 185. Informações pelo telefone (49) 3256-3000-ramais 3023/3039/3001. Email: com-pras@fraiburgo.sc.gov.br

Fraiburgo(SC), 24 de abril de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

Resultado do Julgamento da Habilitação - Tomada de Preços Nº 0019/2012-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

RESULTADO DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº 0019/2012 - PM

O Prefeito Municipal de Fraiburgo torna público que na licitação em epígrafe cujo objeto é a contratação de empresa do ramo visando serviços de reforma da edificação em alvenaria do Posto de Saúde São José - Avenida Caçador, nesta cidade de Fraiburgo, de acordo com os Projetos, Memorial Descritivo e Quantitativo (ANEXOS ao PAL), houve a participação da empresa DOCA CASA E JARDIM LTDA ME, a qual, pela apresentação regular de todos os documentos de acordo com o Edital, restou HABILITADA pela Comissão quando da abertura de seu Envelope de Habilitação. Desta forma, está habilitada para a fase subsequente, qual seja, julgamento da fase da PROPOSTA DE PREÇO nesta mesma data, nos termos do Art. 43 Inciso III da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

Fraiburgo (SC), 24 de abril de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

Resultado do Julgamento da Proposta de Preços - Tomada de Preços Nº 0019/2012-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

RESULTADO DO JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇO

TOMADA DE PREÇOS Nº 0019/2012 - PM

O Prefeito Municipal de Fraiburgo torna público que na licitação em epígrafe cujo objeto é a contratação de empresa do ramo visando serviços de reforma da edificação em alvenaria do Posto de Saúde São José - Avenida Caçador, nesta cidade de Fraiburgo, de acordo com os Projetos, Memorial Descritivo e Quantitativo (ANEXOS ao PAL), quando do julgamento da PROPOSTA DE PREÇO, da empresa habilitada, após desistência na interposição de Recursos contra o julgamento da HABILITAÇÃO, nos termos do art. 43, inc. III da Lei nº 8.666/93 e nos termos do item 6.5 do Edital, o que autorizou que este julgamento fosse na mesma data do julgamento da habilitação, restou classificada pela Comissão, sagrando-se vencedora a seguinte licitante: DOCA CASA E JARDIM

LTDA ME, no valor de R\$ 9.898,06 (nove mil, oitocentos e noventa e oito reais e seis centavos), cumprindo regularmente com todas as condições editalícias.

Fraiburgo (SC), 24 de abril de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

10ª Ata Conselho Municipal de Contribuintes

10ª ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES

Aos dezesseis dias do mês de abril do ano de dois mil e doze, às nove horas, reuniram-se no plenário da Câmara Municipal de Vereadores, o Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes Sr. Olides Bertaiolli, a Secretária Geral Adriana Aparecida Savian Kasburg, os Conselheiros Alisson Luiz Soligo, Cladi Ana Frozza Vescovi, Moises Amadeu Patrício e Giovana Oliva De Carli. O Presidente do Conselho começou a sessão pedindo a leitura da ata da sessão anterior para apreciação, a qual foi aprovada. Foi então anunciado os processos a serem julgados, sendo Banco Itauleasing S/A de nº 3570/2011, Dibens Leasing S/A - Arrendamento Mercantil de nº 3588/2011 e BFB Leasing S/A - Arrendamento Mercantil de nº 3569/2011. Perguntado aos presentes acerca da intenção de uso da palavra para sustentação oral, foi requerido pelo Dr. Silvano Pelissaro, na condição de Representante da Fazenda Pública, a inscrição para que pudesse fazer uso da palavra por 15 minutos, como lhe faculta o Regimento Interno, tendo sido deferido. O Sr. Presidente passou então a palavra ao conselheiro Alisson Luiz Soligo, o qual relatou o Processo nº 3570/2011 do Banco Itauleasing S/A. Passada a palavra ao Representante da Fazenda Pública Dr. Silvano Pelissaro, este fez uso da palavra por 5 minutos, renunciando ao tempo restante. Na sequência o Conselheiro Relator proferiu seu voto no sentido de conhecer do Recurso e no mérito negar-lhe provimento, mantendo o Auto de Infração. O Presidente abriu a discussão do voto e em seguida passou para votação dos demais conselheiros, iniciando pela conselheira Giovana Oliva De Carli, Moisés Amadeu Patrício e Cladi Ana Frozza Vescovi os quais manifestaram concordância com o voto do relator. Em seguida, pelo Sr. Presidente, pela unanimidade, foi mantido o Auto de Infração. Dando seguimento a sessão, foi passada a palavra novamente ao conselheiro Alisson Luiz Soligo, o qual relatou o Processo nº 3588/2011 da empresa Dibens Leasing S/A - Arrendamento Mercantil. Na sequência o Conselheiro Relator proferiu seu voto no sentido de conhecer do Recurso e no mérito negar-lhe provimento, mantendo o Auto de Infração. Pelo Sr. Presidente foi aberta discussão acerca do voto. Passou-se então à votação, iniciando pelos Conselheiros Cladi Ana Frozza Vescovi, Moisés Amadeu Patrício e Giovana Oliva De Carli que votaram com o Relator. Após, pelo Sr. Presidente, diante da unanimidade de votos, foi desprovido o Recurso da empresa Dibens Leasing S/A - Arrendamento Mercantil. Dando andamento a sessão, o conselheiro Alisson Luiz Soligo, relatou o Processo de nº 3569/2011 da empresa BFB Leasing S/A - Arrendamento Mercantil. Em seguida o Relator proferiu seu voto no sentido de conhecer do Recurso e no mérito negar-lhe provimento, mantendo o Auto de Infração. O Presidente abriu a discussão do voto e em seguida passou para a votação dos demais conselheiros, iniciando pela conselheira Cladi Ana Frozza Vescovi, Giovana Oliva De Carli e Moisés Amadeu patrício, os quais manifestaram concordância com o voto do relator. Em seguida, pelo Sr. Presidente, pela unanimidade, foi mantido o Auto de Infração. Ao final, aberta a palavra aos Srs. Conselheiros para considerações finais, o Conselheiro Moisés Amadeu Patrício requereu a convocação do seu suplente para a sessão de julgamento do dia 23/04/2012, tendo em vista a impossibilidade de comparecimento. Nada mais. Pelo Sr. Presidente, foi deferido o pedido do Conselheiro Moisés, determinando à Secretaria do Conselho que efetue a convocação do suplente Sr. Sérgio Antonio Gebroski para que

se faça presente na próxima sessão que será no dia 23/04/2012, ficando os demais Conselheiros desde já convocados. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão. Eu, Adriana Aparecida Savian Kasburg, _____ lavrei a presente ata que, após lida e achada conforme, foi aprovada e assinada por todos os presentes.

OLIDES BERTAIOLLI

Presidente Do Conselho

CLADI ANA FROZZA VESCOVI

Conselheira Efetiva

ALISSON LUIZ SOLIGO

Conselheiro Efetivo

MOISÉS AMADEU PATRÍCIO

Conselheiro Efetivo

GIOVANA OLIVA DE CARLI

Conselheira Efetiva

Acórdão - Alfa Arrendamento Mercantil Sa

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 3575/2011

AUTO DE INFRAÇÃO Nº 0017/2011

RELATOR: ALISSON LUIZ SOLIGO (ACIAF)

TRIBUTÁRIO. ISS SOBRE OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL - LEASING. COMPETÊNCIA TERRITORIAL DO LOCAL DA EFETIVA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. BASE DE CÁLCULO. VALOR DO CONTRATO DE ARRENDAMENTO MERCANTIL. MULTA DE 50% DO IMPOSTO DEVIDO. LEGALIDADE. OBSERVÂNCIA DO PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE E DO NÃO CONFISCO.

1. A competência para a fiscalização e a exigibilidade do Imposto Sobre Serviço - ISS relativo aos contratos de arrendamento mercantil (leasing) é do local da efetiva prestação do serviço, no caso, do município de Fraiburgo - SC.
2. A base de cálculo do ISSQN nos arrendamentos mercantis é o valor do contrato, comprovado nos autos pelos documentos obtidos junto ao DETRAN/SC e pelos contratos juntados.
3. O valor da multa em 50% (cinquenta por cento) do imposto devido se demonstra razoável e proporcional, não ferindo o princípio do não confisco.
4. Recurso conhecido e desprovido.

Vistos, relatados e discutidos estes Autos de Ação Fiscal nº 3575/2011 em que figura como Recorrente a empresa Alfa Arrendamento Mercantil S/A:

ACORDAM, por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso interposto.

RELATÓRIO

Trata-se de Recurso Voluntário interposto por ALFA ARRENDAMENTO MERCANTIL S/A, com fundamento no Art. 620 da Lei Complementar Municipal nº 053/2003, contra decisão prolatada em 1ª Instância Administrativa pela Sra. Auditora Fiscal às fls. 152-160, que indeferiu a defesa de fls. 129-143, mantendo na íntegra o auto de infração nº 0017/2011.

Para melhor compreensão por parte dos demais conselheiros, prudente historiar resumidamente os fatos relevantes que ensejaram o presente procedimento administrativo.

Em 03/08/2011 foi protocolizado pelo Sr. Auditor Fiscal (Roberto Miyashiro Junior - Matrícula 8042) Termo de Início de Ação Fiscal - TIAF nº 0017/2011, intimando o contribuinte, ora recorrente, para

que no prazo de 10(dez) dias apresentasse rol de documentos (fl. 03), referente ao período de 01/08/2006 a 30/07/2011.

Em resposta à fls. 036-112, o recorrente, após dilação do prazo e atendendo a solicitação, juntou cópia da documentação relativa aos Contratos de Arrendamento Mercantil celebrados com arrendatários de Fraiburgo - SC, no período em análise.

Assim, após a devida verificação fiscal, em 19/09/2011 foi lavrado o Auto de Infração nº 0017/2011 (fl. 113-125) em razão de eventual infração a Legislação Tributária Municipal. Citam-se pontos relevantes da notificação:

DESCRIÇÃO

Falta de recolhimento do ISSQN, incidente sobre as receitas de Serviços realizados ao setor bancário ou financeiro, inclusive aqueles prestados por instituições financeiras autorizadas a funcionar pela União ou por quem de direito, apurado dentro do período de 01 de agosto de 2006 a 30 de julho de 2011, conforme demonstrativos e planilhas de cálculos em anexo.

DISPOSITIVO INFRINGIDO:

Art. 539 c/c 49, item 15.09 da lista de serviços e anexo específico próprio (alíquota correspondente - ISSQN) da Lei Complementar nº 053/2003.

DEMONSTRATIVO

Base de Cálculo: R\$ 380.486,31
Diferença de Imposto: R\$ 19.024,32
Atualização Monetária: R\$ 3.997,10
Juros e Multas de Mora: R\$ 12.572,77
Multa Moratória - 50%: R\$ 11.510,71
Total da Notificação: R\$ 47.104,90

Devidamente intimado do presente Auto de Infração, em 19/10/2011 o contribuinte, ora recorrente, protocolizou sua DEFESA ADMINISTRATIVA às fls. 129-145, alegando em síntese: a) incompetência e ilegitimidade do município de Fraiburgo para cobrar o ISSQN sobre as operações de leasing, já que o recorrente possui sua sede no município de Barueri/SP; b) ilegalidade da base de cálculo; c) da violação ao princípio do não confisco em razão da multa de 50%. Ao final, requereu o cancelamento do Auto de Infração nº 0017/2011, em razão de tais fundamentos.

Em "contestação" de fls. 149-151, o Sr. Auditor Fiscal (Roberto Miyashiro Junior), fundamentou sua análise e requereu a manutenção do Auto de Infração nº 0017/2011.

Em decisão fundamentada de fls. 152-160, a Sra. Auditora Fiscal (Adélia A. Pierdoná Balestrin - Matrícula 875), indeferiu a defesa administrativa, mantendo intacto o referido auto de infração.

Por derradeiro, inconformado com a decisão prolatada em 1ª Instância Administrativa, o recorrente Alfa Arrendamento Mercantil S/A protocolizou em 09/12/2011, Recurso Voluntário às fls. 166-177, reiterando as alegações trazidas na Defesa Administrativa, requerendo o cancelamento do Auto de Infração nº 0017/2011.

O referido recurso será apreciado por este Conselho Municipal de Contribuinte, nos termos do Art. 650, I da Lei Complementar 053/2003.

É o Relatório.

V O T O

Antes de se adentrar ao mérito do recurso em julgamento, importante se faz registrar algumas considerações acerca da atuação e função do Conselho Municipal de Contribuintes.

No entendimento deste relator, já manifestado em outros processos de sua relatoria, o Conselho Municipal de Contribuinte, ao analisar os recursos que lhe compete tem o dever de promover a mais ampla discussão jurídica, observando os princípios e preceitos constitucionais, leis federais e estaduais, doutrina e jurisprudência, não se limitando à aplicação do Código Tributário Municipal, conforme dispõe o próprio Art. 2º da Lei Complementar Municipal nº 053/2003.

Neste mesmo prisma, as decisões do Conselho devem ser fundamentadas e isentas, a fim de convencer tanto o contribuinte quanto o Fisco Municipal de que tal entendimento é o correto, evitando ações judiciais desnecessárias, o que já vem acontecendo nas esferas Estaduais e Federais.

Se agir de forma diversa, este importante órgão julgador estará fadado ao fracasso, já que não atenderá à sua função legal.

Assim, atentando a tal entendimento, serão analisados todos os fundamentos apresentados pelo recurso em análise.

I - DO SUJEITO ATIVO DA OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA - ESTABELECIMENTO E LOCAL DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO - ART. 3º E 4º DA LC 116/03

Alega o recorrente, em síntese, que possui sua sede somente no município de Barueri/SP, sendo que por tal motivo o Fisco Municipal de Fraiburgo não teria competência para fiscalizar operações atinentes à outra cidade.

Assim, em razão da sede da empresa ser na cidade de Barueri/SP, cabe àquele ente público a fiscalização e cobrança por tal tributo, e não ao Município de Fraiburgo.

Por tais motivos, pugna pela nulidade do presente Auto de Infração, ante a incompetência do município de Fraiburgo para exigir o ISSQN sobre as operações de leasing realizadas pelo recorrente.

Com a máxima vênia, razão não assiste ao recorrente, senão vejamos.

A questão central a ser analisada versa sobre a competência territorial tributária para a cobrança de ISS, quanto à prestação de serviços de arrendamento mercantil - leasing, em veículos arrendados e licenciados no município de Fraiburgo - SC.

Cumprе lembrar que, mesmo após a entrada em vigor da Lei Federal Complementar nº 116/03, que revogou alguns artigos do Decreto-Lei 406/68, a matéria em discussão ainda é bastante controversa.

Importante salientar que a questão fática se encontra devidamente comprovada e incontroversa nos autos, restando apenas a análise da matéria de direito.

Observa-se dos autos que, a documentação acostada às fls. 007-017 demonstra de maneira contumaz a negociação realizada pela recorrente - Alfa Arrendamento Mercantil S/A - no município de Fraiburgo - SC, entre o período em análise.

Assim, neste tópico, a análise acerca da matéria se restringirá na competência de tributar, ou seja, se do município de Fraiburgo - SC, em razão das operações de leasing realizadas no município, ou se tal competência recai sobre o município de Barueri/SP, uma vez que o recorrente possui sua sede lá.

Em síntese, de quem é a competência para cobrar o ISS da empresa ora contribuinte: do município tomador do serviço, no caso em tela, Fraiburgo - SC, ou de Osasco/SP, local do estabelecimento

do prestador.

Nesta análise importante observar a disposição da Lei Complementar nº 116/2003:

Art. 3º O serviço considera-se prestado e o imposto devido no local do estabelecimento prestador ou, na falta do estabelecimento, no local do domicílio do prestador, exceto nas hipóteses previstas nos incisos I a XXII, quando o imposto será devido no local: (grifo nosso)

[]

Art. 4º Considera-se estabelecimento prestador o local onde o contribuinte desenvolva a atividade de prestar serviços, de modo permanente ou temporário, e que configure unidade econômica ou profissional, sendo irrelevantes para caracterizá-lo as denominações de sede, filial, agência, posto de atendimento, sucursal, escritório de representação ou contato ou quaisquer outras que venham a ser utilizadas. (grifo nosso) []

Numa primeira análise, parece que, independentemente de onde o serviço tenha sido prestado, o Imposto sobre Serviço - ISS será devido no local do estabelecimento prestador, ou seja, no caso em tela, o imposto seria devido na cidade de Barueri/SP, já que a empresa contribuinte possui sua sede naquela cidade.

Na maioria dos casos esta análise é a correta, como por exemplo, na prestação de serviço de advocacia, que mesmo que o cliente seja de outro município ou ainda, que a ação seja protocolizada em outra Comarca por força da legislação processual, o serviço técnico é desenvolvido na sede profissional, ou seja, no escritório do advogado, utilizando todos os equipamentos inerentes a profissão.

Assim, ao emitir a Nota Fiscal ao contribuinte de outro município, o imposto é devido no município em que se encontra a sede do escritório.

O mesmo ocorre com outras empresas prestadoras de serviço, como por exemplo, as oficinas mecânicas, que mesmo consertando veículos de Municípios vizinhos deverão recolher o ISS para o município do local de seu estabelecimento, já que o serviço foi prestado efetivamente neste município.

Em todos os casos acima, o que se observa como critério de fixação de competência do Município arrecadador e exigibilidade do crédito tributário é o local onde foi concretizado o fato gerador, ou seja, onde efetivamente se prestou o serviço.

Tal critério também deve ser observado no caso dos autos, levando em conta a natureza e as peculiaridades na prestação do serviço.

Imperioso destacar que, mesmo possuindo sua sede na cidade de Barueri/SP, o recorrente Alfa Arrendamento Mercantil S/A, através de seus agentes comerciais, firmou os contratos de arrendamento - leasing - na cidade de Fraiburgo - SC.

Muito embora os contratos de arrendamento de fls. 042-112 constem a cidade de Barueri/SP como local da assinatura do instrumento, tenho convicção de que se trata de espécie de contrato de adesão pré-impresso com tal referência àquele município já estabelecida previamente no formulário.

Parece-me absurdo imaginar que, os arrendatários, que firmaram o contrato de arrendamento e passaram a pagar as parcelas, realizaram tais operações na cidade de Barueri/SP e não em Fraiburgo/SC. Observa-se ainda que, no momento da contratação, todos os arrendatários residiam na cidade de Fraiburgo - SC.

De mesmo norte, os veículos foram licenciados no município de Fraiburgo - SC, conforme se observa dos documentos juntados pelo DETRAN/SC, o que nos comprova que o contrato de arrendamento vem tendo sua vigência neste município.

Ou seja, não restam dúvidas que o fato gerador do tributo, a prestação do serviço, no caso em tela a assinatura do contrato e a efetivação do objeto do contrato (o arrendamento mercantil - leasing) se deu e teve seus reflexos no município de Fraiburgo - SC.

Este tem sido o entendimento dominante e recente do Egrégio Tribunal de Justiça de Santa Catarina, bem como do Excelso Superior Tribunal de Justiça. Cita-se:

AGRAVO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. TRIBUTÁRIO. ISS. LEASING. COBRANÇA. LOCAL DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO.

- Segundo a jurisprudência pacífica desta Corte, o município competente para a cobrança do ISS é aquele onde efetivamente ocorreu o fato gerador, ou seja, o local da prestação do serviço. Agravo regimental improvido.

(AgRg no Ag 1365195/RS, Rel. Ministro CESAR ASFOR ROCHA, SEGUNDA TURMA, julgado em 05/04/2011, DJe 29/04/2011)

TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. ART. 535 DO CPC. ALEGAÇÕES GENÉRICAS. SÚMULA 284/STF. ARRENDAMENTO MERCANTIL. CONCEITO DE SERVIÇO. TEMA CONSTITUCIONAL.

[]

3. "A jurisprudência desta Corte é no sentido de que a cobrança do ISS norteia-se pelo princípio da territorialidade, nos termos encartados pelo art. 12 do Decreto-lei nº 406/68, sendo determinante a localidade aonde foi efetivamente prestado o serviço e não aonde se encontra a sede da empresa" (AgA 1.173.805/MG, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, DJe 02.06.10).

4. Agravo regimental não provido.

(AgRg no REsp 1102016/RS, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, SEGUNDA TURMA, julgado em 26/10/2010, DJe 10/11/2010)

Apelação cível em mandado de segurança. Imposto sobre serviço - ISS. Arrendamento mercantil.

[]

A competência para a exigência do ISS é do Município em que o serviço foi prestado.

A base de cálculo do ISS é o valor da prestação de serviços. Em se tratando de leasing, é o quantitativo expresso no contrato (EDcl nos EDcl no AgRg no Ag n. 756212, Min. José Delgado, j. 14.08.2007) (TJSC, Ap. Cív. n. 2008.018200-7, de Caçador, rel. Des. Rui Fortes, j. 23.6.2009).

A imposição de multa pelo Fisco visa à punição da infração cometida pelo contribuinte, sendo a graduação da penalidade determinada pela gravidade da conduta praticada. Desse modo, afigura-se possível, em razão da intensidade da violação, a imposição da multa em valor superior ao da obrigação principal (TJSC, Ap. Cív. n. 2009.014737-4, de Caçador, rel. Des. Luiz César Medeiros, j. 29.7.2009)

(Tribunal de Justiça de Santa Catarina, Relator: Pedro Manoel Abreu, Juiz Prolator: Eliane Alfredo Cardoso Luiz, Órgão Julgador: Terceira Câmara de Direito Público, Data: 11/01/2012)

Assim, ante todos os fundamentos elencados e o entendimento pacificado dos Tribunais, entendo que a competência para a exigibilidade do Imposto Sobre Serviço - ISS relativo aos contratos de arrendamento mercantil - leasing - é do local da efetiva prestação do serviço, no caso, do município de Fraiburgo - SC, razão pela qual afasto a tese apresentado pela recorrente, mantenho na íntegra a decisão de Primeiro Grau.

II - DA ALEGADA NULIDADE DA BASE DE CÁLCULO - ART. 7º DA LC 116/2003

Alegou o recorrente que a base de cálculo utilizada para a aplicação da alíquota do tributo é nula, já que foi utilizado o valor do bem para venda, abatido apenas o valor do VRG.

Segundo informa, tal valor não corresponde ao serviço efetivamente prestado, mas tão somente ao preço real de aquisição do veículo pelo arrendatário, o qual não é base de cálculo do tributo.

Razão não assiste ao recorrente, como bem analisou a Sra. Auditora Fiscal em sua decisão de Primeiro Grau.

Conforme muito bem observado pela Sra. Auditora Fiscal em sua decisão, o valor utilizado como base de cálculo foi o expresso no contrato de leasing, e não o valor do veículo, excluindo ainda o valor do VRG, conforme planilha demonstrativa de fl. 158-159.

Desta feita, não restam dúvidas que o valor utilizado pelo Fisco Municipal como base de cálculo para o ISSQN foi o "valor total do contrato de arrendamento mercantil".

O tema não merece maiores delongas argumentativas, pois a matéria encontra-se pacificada nos julgamentos recentes:

TRIBUTÁRIO - ISS - OPERAÇÃO DE LEASING SOBRE BENS MÓVEIS - LEASING FINANCEIRO - INCIDÊNCIA - SÚMULA N. 18 DO TJ/SC - JUÍZO DE RETRATAÇÃO - CPC, ART. 543-B, § 3º - ENTENDIMENTO FIRMADO PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

A teor da Súmula n. 18 deste Pretório, restou pacificado o entendimento de que "o ISS incide na operação de arrendamento mercantil de coisas móveis".

[]
ISS - BASE DE CÁLCULO - VALOR EXPRESSO NO CONTRATO ACRESCIDO DE ENCARGOS PRESUMIDOS - IRREGULARIDADE

"A base de cálculo do ISS é o valor da prestação de serviços. Em se tratando de leasing, é o quantitativo expresso no contrato" (EDcl nos EDcl no AgRg no Ag n. 756212, Min. José Delgado), motivo pelo qual há que se reconhecer a manifesta irregularidade da inclusão de encargos "presumivelmente contratados" no quantum arbitrado pelo Fisco municipal. (grifo nosso)

(Tribunal de Justiça de Santa Catarina, Apelação Cível n. 2011.026309-1, de Jaraguá do Sul, Relator: Luiz César Medeiros, Juiz Prolator: Eliane Alfredo Cardoso Luiz, Órgão Julgador: Terceira Câmara de Direito Público, Data: 20/01/2012)

TRIBUTÁRIO - EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL - ISS - ARRENDAMENTO MERCANTIL - NULIDADE NO LANÇAMENTO - AUSÊNCIA DE TERMO DE INÍCIO DE FISCALIZAÇÃO - PREJUÍZO NÃO DEMONSTRADO - CONSTITUCIONALIDADE DA INCIDÊNCIA RECONHECIDA PELO STF - APLICAÇÃO DA SUMULA 138 DO STJ E DA SÚMULA 18 DESTA CORTE - COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA DO MUNICÍPIO EM CUJO TERRITÓRIO SE REALIZOU O FATO GERADOR - PRECEDENTES DO STJ - TRIBUTO DEVIDO - LEGALIDADE DA ELEIÇÃO DA BASE DE CÁLCULO POR ARBITRAMENTO CORRESPONDENTE AO VALOR DA AVENÇA - SENTENÇA REFORMADA - INVERSÃO DOS ÔNUS SUCUMBENCIAIS - RECURSO PROVIDO

[]
2. O Supremo Tribunal Federal, em 2-12-2009, ao julgar os Recursos Extraordinários n. 592.905 e 547.245, confirmou a constitucionalidade da incidência do ISS sobre as operações de leasing e, assim, encerrou a controvérsia sobre o assunto (AC n. 2010.024170-0, rel. Des. Vanderlei Romer, j. 15.7.2010).

[]
4. "A base de cálculo do ISS é o valor da prestação de serviços. Em se tratando de leasing, é o quantitativo expresso no contrato" (EDcl nos EDcl no AgRg no Ag n. 756.212, Min. José Delgado) (Tribunal de Justiça de Santa Catarina, Apelação Cível n. 2008.048667-5, de Capital, Relator: Rodrigo Collaço, Órgão Julgador: Quarta Câmara de Direito Público, Data: 13/01/2012)

Ante todo o exposto, afasto a tese apresentado pela recorrente,

mantenho na íntegra a decisão de Primeiro Grau sobre a base de cálculo na incidência do ISSQN sobre as operações de leasing - arrendamento mercantil.

III - DA ALEGADA VIOLAÇÃO DO PRINCÍPIO DO NÃO CONFISCO - INCONSTITUCIONALIDADE DA MULTA APLICADA

Alega o recorrente que a multa aplicada pelo Fisco Municipal fere o princípio constitucional do "não confisco", consagrado no Art. 150, IV da Constituição Federal de 1988.

Novamente, razão não assiste ao recorrente.

A multa aplicada corresponde a 50% (cinquenta por cento) sobre o valor do imposto devidamente atualizado, sem considerar os juros de mora. Tal medida tem o condão de punir aquele contribuinte que deixou de cumprir com sua obrigação tributária no prazo legal, dando tratamento diferenciado daquele que recolheu em dia o tributo.

Conforme se observa dos entendimentos jurisprudenciais atuais e dominantes, o valor da multa em 50% (cinquenta por cento) se demonstra razoável e proporcional, não possuindo efeito confiscatório. Citam-se alguns exemplos:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. DECISÃO QUE REJEITOU EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE PAUTADA EM TESES JURÍDICAS SABIDAMENTE SUPERADAS. ICMS. TRIBUTO LANÇADO POR HOMOLOGAÇÃO. DESNECESSIDADE DE PROCESSO ADMINISTRATIVO.

[]
MULTA MORATÓRIA. PATAMAR RAZOÁVEL. MANUTENÇÃO.

O valor da MULTA moratória há que ser considerado excessivo e, portanto, desproporcional, se exceder o valor do próprio tributo, em paralelo ao que determina o art. 412 do Código Civil. Assim, mostra-se razoável a MULTA cominada em 50% do imposto devido.

[]
DESPROVIMENTO DO RECURSO.

(Tribunal de Justiça de Santa Catarina, Agravo de Instrumento n. 2011.074085-4, de Indaial, Relator: Vanderlei Romer, Juiz Prolator: Marco Augusto Ghisi Machado, Órgão Julgador: Primeira Câmara de Direito Público, Data: 19/01/2012)

TRIBUTÁRIO. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. ICMS. TRANSPORTADORA. [] MULTA MORATÓRIA FIXADA EM 75% SOBRE O VALOR DO TRIBUTO. NÃO CARACTERIZAÇÃO DE CONFISCO. MULTA FISCAL INCIDE NO PERCENTUAL EXATO PREVISTO NA LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA. ART. 55, CAPUT, LEI N. 10.297/96. REDUÇÃO DO VALOR INVIÁVEL. REFORMA DA SENTENÇA NESSE PONTO.

[]
RECURSO DA EMBARGANTE PROVIDO EM PARTE. RECURSO DO ESTADO DE SANTA CATARINA PROVIDO. REEXAME NECESSÁRIO IMPROVIDO.

(Tribunal de Justiça de Santa Catarina, Apelação Cível n. 2009.034421-5, de Lages, Relator: Sérgio Roberto Baasch Luz, Órgão Julgador: Primeira Câmara de Direito Público, Data: 26/01/2012)

Desta feita, a multa aplicada encontra-se em consonância com o entendimento jurisprudencial e doutrinário atual, devendo ser afastada a tese apresentada, mantendo na íntegra este tópico do Auto de Infração nº 0017/2011.

Diante de todo o exposto, conheço do Recurso Voluntário e negolhe provimento, mantendo na íntegra a r. decisão de fl. 152-160 e o Auto de Infração nº 0017/2011.

É assim que voto.

D E C I S Ã O

Ante o exposto, nos termos do voto do relator, por unanimidade de votos, o Conselho decidiu negar provimento ao recurso.

O conteúdo do presente Acórdão, nos termos do artigo 628 da Lei Complementar Municipal nº 053/2003 deverá ser publicado no Diário Oficial dos Municípios.

O julgamento, realizado no dia 23 de abril de 2012, foi presidido pelo Exmo Senhor Olides Bertaiolli, e dele participaram os Exmos Senhores Conselheiros Cladi Ana Frozza Vescovi, Giovana Oliva De Carli e Sérgio Gebroski, representando a Fazenda Pública, o Procurador Dr. Silvano Pelissaro.

Fraiburgo, 23 de abril de 2012.

ALISSON LUIZ SOLIGO

Conselheiro - Representante da ACIAF

RELATOR

Acórdão - Banco Itaucard Sa

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 3572/2011

AUTO DE INFRAÇÃO Nº 0012/2011

RELATOR: ALISSON LUIZ SOLIGO (ACIAF)

TRIBUTÁRIO. ISS SOBRE OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL - LEASING. COMPETÊNCIA TERRITORIAL DO LOCAL DA EFETIVA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. BASE DE CÁLCULO. VALOR DO CONTRATO DE ARRENDAMENTO MERCANTIL. MULTA DE 50% DO IMPOSTO DEVIDO. LEGALIDADE. OBSERVÂNCIA DO PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE E DO NÃO CONFISCO.

1. A competência para a fiscalização e a exigibilidade do Imposto Sobre Serviço - ISS relativo aos contratos de arrendamento mercantil (leasing) é do local da efetiva prestação do serviço, no caso, do município de Fraiburgo - SC.

2. A base de cálculo do ISSQN nos arrendamentos mercantis é o valor do contrato, comprovado nos autos pelos documentos obtidos junto ao DETRAN/SC.

3. O valor da multa em 50% (cinquenta por cento) do imposto devido se demonstra razoável e proporcional, não ferindo o princípio do não confisco.

4. Recurso conhecido e desprovido.

Vistos, relatados e discutidos estes Autos de Ação Fiscal nº 3572/2011 em que figura como Recorrente a empresa Banco Itaucard S/A:

ACORDAM, por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso interposto.

R E L A T Ó R I O

Trata-se de Recurso Voluntário interposto por BANCO ITAUCARD S/A, com fundamento no Art. 620 da Lei Complementar Municipal nº 053/2003, contra decisão prolatada em 1ª Instância Administrativa pela Sra. Auditora Fiscal às fls. 734-743, que indeferiu a defesa de fls. 711-725, mantendo na íntegra o auto de infração nº 0012/2011.

Para melhor compreensão por parte dos demais conselheiros, prudente historiar resumidamente os fatos relevantes que ensejaram o presente procedimento administrativo.

Em 03/08/2011 foi protocolizado pelo Sr. Auditor Fiscal (Roberto Miyashiro Junior - Matrícula 8042) Termo de Início de Ação Fiscal - TIAF nº 0012/2011, intimando o contribuinte, ora recorrente, para que no prazo de 10(dez) dias apresentasse rol de documentos (fl. 03), referente ao período de 01/08/2006 a 31/07/2011.

O Fisco Municipal, por sua vez, no intuito de compor prova para sua fiscalização oficiou o Dr. Delegado de Polícia da Comarca para que "permitisse o acesso dos Auditores Fiscais aos documentos referentes ao licenciamento dos veículos adquiridos por arrendamento mercantil - leasing", o que foi deferido pela autoridade policial.

Assim, após verificação in loco, juntaram às fls. 006-688 dos autos, cópias dos documentos de transferência de veículos junto ao DETRAN - SC, no período analisado, relativos à modalidade de arrendamento mercantil - leasing.

Em seguida, o Município de Fraiburgo intimou o banco ora recorrente, fl. 866, para que se manifestasse acerca de tal documentação no prazo de 15(quinze) dias.

Em respostas às fl. 692 e 707, o recorrente limitou-se a informar que "o Banco Itauleasing S/A, por não ter neste município de Fraiburgo estabelecimento prestador de serviços, nos termos da Lei, não está obrigado a fornecer quaisquer documentos que possam ensejar "levantamento fiscal" de qualquer natureza, documentos esses regularmente fornecidos ao Município onde ocorre a sua efetiva prestação de serviços, ou seja, Poá/SP", deixando de atender as solicitações de informações do Município de Fraiburgo - SC.

Assim, após a devida verificação fiscal, em 05/10/2011 foi lavrado o Auto de Infração nº 0012/2011 (fls. 694-704) em razão de eventual infração a Legislação Tributária Municipal. Citam-se pontos relevantes da notificação:

DESCRIÇÃO

Falta de recolhimento do ISSQN, incidente sobre as receitas de Serviços realizados ao setor bancário ou financeiro, inclusive aqueles prestados por instituições financeiras autorizadas a funcionar pela União ou por quem de direito, apurado dentro do período de 01 de agosto de 2006 a 31 de julho de 2011, conforme demonstrativos e planilhas de cálculos em anexo.

DISPOSITIVO INFRINGIDO:

Art. 539 c/c 49, item 15.09 da lista de serviços e anexo específico próprio (alíquota correspondente - ISSQN) da Lei Complementar nº 053/2003.

DEMONSTRATIVO

Base de Cálculo: R\$ 7.846.934,82

Diferença de Imposto: R\$ 392.346,76

Atualização Monetária: R\$ 68.998,62

Juros e Multas de Mora: R\$ 228.739,33

Multa Moratória - 50%: R\$ 230.672,69

Total da Notificação: R\$ 920.757,40

O contribuinte foi intimado do referido Auto de Infração em 11/10/2011, conforme "AR" juntado no verso da fl. 694.

Em 31/10/2011 o contribuinte, ora recorrente, protocolizou sua DEFESA ADMINISTRATIVA às fls. 711-725, alegando em síntese: a) incompetência do município de Fraiburgo para cobrar o ISSQN; b) ilegalidade da base de cálculo; c) inconstitucionalidade da cobrança de multa em 50%; Ao final, requereu o cancelamento do Auto de Infração nº 0012/2011, em razão de tais fundamentos.

Em "contestação" de fls. 731-733, o Sr. Auditor Fiscal (Roberto Miyashiro Junior), fundamentou sua análise e requereu a manutenção do Auto de Infração nº 0012/2011.

Em decisão fundamentada de fls. 734-743, a Sra. Auditora Fiscal (Adélia A. Pierdoná Balestrin - Matrícula 875), indeferiu a defesa administrativa, mantendo intacto o referido auto de infração.

Por derradeiro, inconformado com a decisão prolatada em 1ª

Instância Administrativa, o recorrente Banco Itaucard S/A protocolizou em 09/12/2011, Recurso Voluntário às fls. 749-758, reiterando as alegações trazidas na Defesa Administrativa, requerendo o cancelamento do Auto de Infração nº 0012/2011.

O referido recurso será apreciado por este Conselho Municipal de Contribuinte, nos termos do Art. 650, I da Lei Complementar 053/2003.

É o Relatório.

V O T O

Antes de se adentrar ao mérito do recurso em julgamento, importante se faz registrar algumas considerações acerca da atuação e função do Conselho Municipal de Contribuintes.

No entendimento deste relator, já manifestado em outros processos de sua relatoria, o Conselho Municipal de Contribuinte, ao analisar os recursos que lhe compete tem o dever de promover a mais ampla discussão jurídica, observando os princípios e preceitos constitucionais, leis federais e estaduais, doutrina e jurisprudência, não se limitando à aplicação do Código Tributário Municipal, conforme dispõe o próprio Art. 2º da Lei Complementar Municipal nº 053/2003.

Neste mesmo prisma, as decisões do Conselho devem ser fundamentadas e isentas, a fim de convencer tanto o contribuinte quanto o Fisco Municipal de que tal entendimento é o correto, evitando ações judiciais desnecessárias, o que já vem acontecendo nas esferas Estaduais e Federais.

Se agir de forma diversa, este importante órgão julgador estará fadado ao fracasso, já que não atenderá à sua função legal.

Assim, atentando a tal entendimento, serão analisados todos os fundamentos apresentados pelo recurso em análise.

I - DO SUJEITO ATIVO DA OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA - ESTABELECIMENTO E LOCAL DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO - ART. 3º E 4º DA LC 116/03

Alega o recorrente, em síntese, que possui sua sede somente no município de Poá/SP, sendo que por tal motivo o Fisco Municipal de Fraiburgo não teria competência para fiscalizar operações atinentes à outra cidade.

Assim, em razão da sede da empresa ser na cidade de Poá/SP, cabe àquele ente público a fiscalização e cobrança por tal tributo, e não ao Município de Fraiburgo.

Por tais motivos, pugna pela nulidade do presente Auto de Infração, ante a incompetência do município de Fraiburgo para exigir o ISSQN sobre as operações de leasing realizadas pelo recorrente.

Com a máxima vênia, razão não assiste ao recorrente, senão vejamos.

A questão central a ser analisada versa sobre a competência territorial tributária para a cobrança de ISS, quanto à prestação de serviços de arrendamento mercantil - leasing, em veículos arrendados e licenciados no município de Fraiburgo - SC.

Cumprir lembrar que, mesmo após a entrada em vigor da Lei Federal Complementar nº 116/03, que revogou alguns artigos do Decreto-Lei 406/68, a matéria em discussão ainda é bastante controversa.

Importante salientar que a questão fática se encontra devidamente comprovada e incontroversa nos autos, restando apenas a

análise da matéria de direito.

Observa-se dos autos que, a documentação acostada às fls. 006-688 demonstra de maneira contumaz a negociação realizada pela recorrente - Banco Itaucard S/A - no município de Fraiburgo - SC, entre o período em análise.

Assim, neste tópico, a análise acerca da matéria se restringirá na competência de tributar, ou seja, se do município de Fraiburgo - SC, em razão das operações de leasing realizadas no município, ou se tal competência recai sobre o município de Poá/SP, uma vez que o recorrente possui sua sede lá.

Em síntese, de quem é a competência para cobrar o ISS da empresa ora contribuinte: do município tomador do serviço, no caso em tela, Fraiburgo - SC, ou de Poá/SP, local do estabelecimento do prestador.

Nesta análise importante observar a disposição da Lei Complementar nº 116/2003:

Art. 3º O serviço considera-se prestado e o imposto devido no local do estabelecimento prestador ou, na falta do estabelecimento, no local do domicílio do prestador, exceto nas hipóteses previstas nos incisos I a XXII, quando o imposto será devido no local: (grifo nosso)

[]

Art. 4º Considera-se estabelecimento prestador o local onde o contribuinte desenvolva a atividade de prestar serviços, de modo permanente ou temporário, e que configure unidade econômica ou profissional, sendo irrelevantes para caracterizá-lo as denominações de sede, filial, agência, posto de atendimento, sucursal, escritório de representação ou contato ou quaisquer outras que venham a ser utilizadas. (grifo nosso) []

Numa primeira análise, parece que, independentemente de onde o serviço tenha sido prestado, o Imposto sobre Serviço - ISS será devido no local do estabelecimento prestador, ou seja, no caso em tela, o imposto seria devido na cidade de Poá/SP, já que a empresa contribuinte possui sua sede naquela cidade.

Na maioria dos casos esta análise é a correta, como por exemplo, na prestação de serviço de advocacia, que mesmo que o cliente seja de outro município ou ainda, que a ação seja protocolizada em outra Comarca por força da legislação processual, o serviço técnico é desenvolvido na sede profissional, ou seja, no escritório do advogado, utilizando todos os equipamentos inerentes a profissão.

Assim, ao emitir a Nota Fiscal ao contribuinte de outro município, o imposto é devido no município em que se encontra a sede do escritório.

O mesmo ocorre com outras empresas prestadoras de serviço, como por exemplo, as oficinas mecânicas, que mesmo consertando veículos de Municípios vizinhos deverão recolher o ISS para o município do local de seu estabelecimento, já que o serviço foi prestado efetivamente neste município.

Em todos os casos acima, o que se observa como critério de fixação de competência do Município arrecadador e exigibilidade do crédito tributário é o local onde foi concretizado o fato gerador, ou seja, onde efetivamente se prestou o serviço.

Tal critério também deve ser observado no caso dos autos, levando em conta a natureza e as peculiaridades na prestação do serviço.

Imperioso destacar que, mesmo possuindo sua sede na cidade de Poá/SP, o recorrente Banco Itaucard S/A, através de seus agentes comerciais, firmou os contratos de arrendamento - leasing - na

cidade de Fraiburgo - SC.

Parece-me absurdo imaginar que, os arrendatários, que firmaram o contrato de arrendamento e passaram a pagar as parcelas, realizaram tais operações na cidade de Poá/SP e não em Fraiburgo/SC. Observa-se ainda que, no momento da contratação, todos os arrendatários residiam na cidade de Fraiburgo - SC.

De mesmo norte, o veículo foi licenciado no município de Fraiburgo - SC, conforme se observa do dossiê retirado do site eletrônico do DETRAN/SC ora juntado, o que nos comprova que o contrato de arrendamento vem tendo sua vigência neste município.

Ou seja, não restam dúvidas que o fato gerador do tributo, a prestação do serviço, no caso em tela a assinatura do contrato e a efetivação do objeto do contrato (o arrendamento mercantil - leasing) se deu e teve seus reflexos no município de Fraiburgo - SC.

Este tem sido o entendimento dominante e recente do Egrégio Tribunal de Justiça de Santa Catarina, bem como do Excelso Superior Tribunal de Justiça. Cita-se:

AGRAVO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. TRIBUTÁRIO. ISS. LEASING. COBRANÇA. LOCAL DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO.

- Segundo a jurisprudência pacífica desta Corte, o município competente para a cobrança do ISS é aquele onde efetivamente ocorreu o fato gerador, ou seja, o local da prestação do serviço. Agravo regimental improvido. (AgRg no Ag 1365195/RS, Rel. Ministro CESAR ASFOR ROCHA, SEGUNDA TURMA, julgado em 05/04/2011, DJe 29/04/2011)

TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. ART. 535 DO CPC. ALEGAÇÕES GENÉRICAS. SÚMULA 284/STF. ARRENDAMENTO MERCANTIL. CONCEITO DE SERVIÇO. TEMA CONSTITUCIONAL.

[]

3. "A jurisprudência desta Corte é no sentido de que a cobrança do ISS norteia-se pelo princípio da territorialidade, nos termos encartados pelo art. 12 do Decreto-lei nº 406/68, sendo determinante a localidade aonde foi efetivamente prestado o serviço e não aonde se encontra a sede da empresa" (AgA 1.173.805/MG, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, DJe 02.06.10).

4. Agravo regimental não provido. (AgRg no REsp 1102016/RS, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, SEGUNDA TURMA, julgado em 26/10/2010, DJe 10/11/2010)

Apelação cível em mandado de segurança. Imposto sobre serviço - ISS. Arrendamento mercantil.

[]

A competência para a exigência do ISS é do Município em que o serviço foi prestado.

A base de cálculo do ISS é o valor da prestação de serviços. Em se tratando de leasing, é o quantitativo expresso no contrato (EDcl nos EDcl no AgRg no Ag n. 756212, Min. José Delgado, j. 14.08.2007) (TJSC, Ap. Cív. n. 2008.018200-7, de Caçador, rel. Des. Rui Fortes, j. 23.6.2009).

A imposição de multa pelo Fisco visa à punição da infração cometida pelo contribuinte, sendo a graduação da penalidade determinada pela gravidade da conduta praticada. Desse modo, afigura-se possível, em razão da intensidade da violação, a imposição da multa em valor superior ao da obrigação principal (TJSC, Ap. Cív. n. 2009.014737-4, de Caçador, rel. Des. Luiz César Medeiros, j. 29.7.2009) (Tribunal de Justiça de Santa Catarina, Relator: Pedro Manoel Abreu, Juiz Prolator: Eliane Alfredo Cardoso Luiz, Órgão Julgador: Terceira Câmara de Direito Público, Data: 11/01/2012)

Assim, ante todos os fundamentos elencados e o entendimento pacificado dos Tribunais, entendo que a competência para a exigibilidade do Imposto Sobre Serviço - ISS relativo aos contratos de arrendamento mercantil - leasing - é do local da efetiva prestação do serviço, no caso, do município de Fraiburgo - SC, razão pela

qual afasto a tese apresentado pela recorrente, mantenho na íntegra a decisão de Primeiro Grau.

II - DA ALEGADA ILEGALIDADE DA BASE DE CÁLCULO

O recorrente alegou, em seu recurso, a ilegalidade da base de cálculo para a cobrança do tributo, já que o Fisco Municipal teria utilizado "a totalidade do valor do bem objeto do contrato de arrendamento mercantil" firmado entre o arrendatário e a arrendadora, o que seria ilegal.

Com a devida vênia, razão não assiste ao recorrente.

Conforme se observa dos autos, a recorrente restou intimada em 03/08/2011, através do TIAF nº 0012/2011, para que apresentasse a documentação solicitada, a fim de instruir o procedimento de fiscalização. Porém, deixou de observar tal solicitação, razão pela qual o Fisco Municipal solicitou tais informações ao DETRAN/SC, órgão ligado a Secretaria de Segurança Pública responsável pelo controle da circulação dos veículos.

De qualquer sorte, conforme documentação apresentada pela própria recorrente no momento da transferência da documentação do veículo ao arrendatário, os valores lá expressos devem ser considerados como relativos ao contrato de arrendamento, sob pena de falsidade documental.

Importante salientar que, tanto naquele momento processual quanto no próprio recurso, a recorrente deixou de apresentar documentação que contrariasse os documentos juntados pelo FISCO e que comprovassem a tese apresentada. Assim, não passam de meras alegações sem comprovação.

Assim, não restam dúvidas que o valor expresso no cadastro do DETRAN/SC, com base nas notas fiscais apresentadas pela recorrente, constitui o valor do contrato de leasing celebrado. Tal valor deve ser considerado como a base de cálculo do ISSQN, conforme reiteradas decisões de nossos Tribunais, conforme se observa: TRIBUTÁRIO - EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL - ISS - ARRENDAMENTO MERCANTIL - NULIDADE NO LANÇAMENTO - AUSÊNCIA DE TERMO DE INÍCIO DE FISCALIZAÇÃO - PREJUÍZO NÃO DEMONSTRADO - CONSTITUCIONALIDADE DA INCIDÊNCIA RECONHECIDA PELO STF - APLICAÇÃO DA SÚMULA 138 DO STJ E DA SÚMULA 18 DESTA CORTE - COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA DO MUNICÍPIO EM CUJO TERRITÓRIO SE REALIZOU O FATO GERADOR - PRECEDENTES DO STJ - TRIBUTO DEVIDO - LEGALIDADE DA ELEIÇÃO DA BASE DE CÁLCULO POR ARBITRAMENTO CORRESPONDENTE AO VALOR DA AVENÇA - SENTENÇA REFORMADA - INVERSÃO DOS ÔNUS SUCUMBENCIAIS - RECURSO PROVIDO []

2. "O Supremo Tribunal Federal, em 2-12-2009, ao julgar os Recursos Extraordinários n. 592.905 e 547.245, confirmou a constitucionalidade da incidência do ISS sobre as operações de leasing e, assim, encerrou a controvérsia sobre o assunto" (AC n. 2010.024170-0, rel. Des. Vanderlei Romer, j. 15.7.2010).

3. "A jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que competente para a cobrança do ISS é o município em que ocorre a prestação do serviço, ou seja, onde se concretiza o fato gerador" (EDcl no AgRg no Ag 1019143/SC, rel. Min. Herman Benjamin, Segunda Turma, j. 13.10.2009).

4. "A base de cálculo do ISS é o valor da prestação de serviços. Em se tratando de leasing, é o quantitativo expresso no contrato" (EDcl nos EDcl no AgRg no Ag n. 756.212, Min. José Delgado) (grifo nosso)

(Tribunal de Justiça de Santa Catarina, Apelação Cível n. 2008.048667-5, de Capital, Relator: Rodrigo Collaço, Órgão Julgador: Quarta Câmara de Direito Público, Data: 13/01/2012)

Assim, entendo que a base de cálculo do ISSQN nos arrendamentos mercantis é o valor do contrato de arrendamento comprovado

nos autos pelos documentos obtidos no DETRAN/SC, razão pela qual afasto a tese apresentado pela recorrente, mantenho na íntegra a decisão de Primeiro Grau.

III - DA ALEGADA INCONSTITUCIONALIDADE DA MULTA APLICADA EM 50% - PRINCÍPIO DO NÃO CONFISCO

Alega o recorrente que a multa aplicada pelo Fisco Municipal fere o princípio do não confisco, razão pela qual deve ser afastada ou minorada.

Novamente, razão não assiste ao recorrente.

A multa aplicada corresponde a 50% (cinquenta por cento) sobre o valor do imposto devidamente atualizado, sem considerar os juros de mora. Tal medida tem o condão de punir aquele contribuinte que deixou de cumprir com sua obrigação tributária no prazo legal, dando tratamento diferenciado daquele que recolheu em dia o tributo.

Conforme se observa dos entendimentos jurisprudenciais atuais e dominantes, o valor da multa em 50% (cinquenta por cento) se demonstra razoável e proporcional, não sendo considerada confiscatória. Citam-se alguns exemplos:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. DECISÃO QUE REJEITOU EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE PAUTADA EM TESES JURÍDICAS SABIDAMENTE SUPERADAS. ICMS. TRIBUTO LANÇADO POR HOMOLOGAÇÃO. DESNECESSIDADE DE PROCESSO ADMINISTRATIVO.

[]

MULTA MORATÓRIA. PATAMAR RAZOÁVEL. MANUTENÇÃO.

O valor da MULTA moratória há que ser considerado excessivo e, portanto, desproporcional, se exceder o valor do próprio tributo, em paralelo ao que determina o art. 412 do Código Civil. Assim, mostra-se razoável a MULTA cominada em 50% do imposto devido.

[]

DESPROVIMENTO DO RECURSO.

(Tribunal de Justiça de Santa Catarina, Agravo de Instrumento n. 2011.074085-4, de Indaial, Relator: Vanderlei Romer, Juiz Prolator: Marco Augusto Ghisi Machado, Órgão Julgador: Primeira Câmara de Direito Público, Data: 19/01/2012)

TRIBUTÁRIO. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. ICMS. TRANSPORTADORA. [] MULTA MORATÓRIA FIXADA EM 75% SOBRE O VALOR DO TRIBUTO. NÃO CARACTERIZAÇÃO DE CONFISCO. MULTA FISCAL INCIDE NO PERCENTUAL EXATO PREVISTO NA LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA. ART. 55, CAPUT, LEI N. 10.297/96. REDUÇÃO DO VALOR INVIÁVEL. REFORMA DA SENTENÇA NESSE PONTO.

[]

RECURSO DA EMBARGANTE PROVIDO EM PARTE. RECURSO DO ESTADO DE SANTA CATARINA PROVIDO. REEXAME NECESSÁRIO IMPROVIDO.

(Tribunal de Justiça de Santa Catarina, Apelação Cível n. 2009.034421-5, de Lages, Relator: Sérgio Roberto Baasch Luz, Órgão Julgador: Primeira Câmara de Direito Público, Data: 26/01/2012)

Desta feita, a multa aplicada encontra-se em consonância com o entendimento jurisprudencial e doutrinário atual, devendo ser afastada a tese apresentada, mantendo na íntegra este tópico do Auto de Infração nº 0012/2011.

Diante de todo o exposto, conheço do Recurso Voluntário e negolhe provimento, mantendo na íntegra a r. decisão de fl. 734-743 e o Auto de Infração nº 0012/2011.

É assim que voto.

D E C I S Ã O

Ante o exposto, nos termos do voto do relator, por unanimidade de votos, o Conselho decidiu negar provimento ao recurso.

O conteúdo do presente Acórdão, nos termos do artigo 628 da Lei Complementar Municipal nº 053/2003 deverá ser publicado no Diário Oficial dos Municípios.

O julgamento, realizado no dia 23 de abril de 2012, foi presidido pelo Exmo Senhor Olides Bertaiolli, e dele participaram os Exmos Senhores Conselheiros Cladi Ana Frozza Vescovi, Giovana Oliva De Carli e Sérgio Gebroski, representando a Fazenda Pública, o Procurador Dr. Silvano Pelissaro.

Fraiburgo, 23 de abril de 2012.

ALISSON LUIZ SOLIGO

Conselheiro - REPRESENTANTE DA ACIAF

RELATOR

Acórdão - Safra Leasing Sa - Arrendamento Mercantil

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 3574/2011

AUTO DE INFRAÇÃO Nº 0015/2011

RELATOR: ALISSON LUIZ SOLIGO (ACIAF)

TRIBUTÁRIO. ISS SOBRE OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL - LEASING. BASE DE CÁLCULO. VALOR DO CONTRATO DE ARRENDAMENTO MERCANTIL. MULTA DE 50% DO IMPOSTO DEVIDO. LEGALIDADE. OBSERVÂNCIA DO PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE E DO NÃO CONFISCO. COMPETÊNCIA TERRITORIAL DO LOCAL DA EFETIVA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO.

1. A base de cálculo do ISSQN nos arrendamentos mercantis é o valor do contrato, comprovado nos autos pelos documentos obtidos junto ao DETRAN/SC e nos contratos juntados.

2. O valor da multa em 50% (cinquenta por cento) do imposto devido se demonstra razoável e proporcional, não ferindo o princípio do não confisco.

3. A competência para a fiscalização e a exigibilidade do Imposto Sobre Serviço - ISS relativo aos contratos de arrendamento mercantil (leasing) é do local da efetiva prestação do serviço, no caso, do município de Fraiburgo - SC.

4. Recurso conhecido e desprovido.

Vistos, relatados e discutidos estes Autos de Ação Fiscal nº 3574/2011 em que figura como Recorrente a empresa Safra Leasing S/A - Arrendamento Mercantil:

ACORDAM, por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso interposto.

R E L A T Ó R I O

Trata-se de Recurso Voluntário interposto por SAFRA LEASING S/A - ARRENDAMENTO MERCANTIL, com fundamento no Art. 620 da Lei Complementar Municipal nº 053/2003, contra decisão prolatada em 1ª Instância Administrativa pela Sra. Auditora Fiscal às fls. 063-071, que indeferiu a defesa de fls. 043-054, mantendo na íntegra o auto de infração nº 0015/2011.

Para melhor compreensão por parte dos demais conselheiros, prudence historiar resumidamente os fatos relevantes que ensejaram o presente procedimento administrativo.

Em 03/08/2011 foi protocolizado pelo Sr. Auditor Fiscal (Roberto Miyashiro Junior - Matrícula 8042) Termo de Início de Ação Fiscal - TIAF nº 0015/2011, intimando o contribuinte, ora recorrente, para que no prazo de 10(dez) dias apresentasse rol de documentos (fl. 03), referente ao período de 01/08/2006 a 30/07/2011.

Em resposta à fls. 008-031, o recorrente, atendendo a solicitação, juntou cópia da documentação relativa aos Contratos de Arrendamento Mercantil celebrados com arrendatários de Fraiburgo - SC, no período em análise.

Assim, após a devida verificação fiscal, em 12/09/2011 foi lavrado o Auto de Infração nº 0015/2011 (fl. 032-040) em razão de eventual infração a Legislação Tributária Municipal. Citam-se pontos relevantes da notificação:

DESCRIÇÃO

Falta de recolhimento do ISSQN, incidente sobre as receitas de Serviços realizados ao setor bancário ou financeiro, inclusive aqueles prestados por instituições financeiras autorizadas a funcionar pela União ou por quem de direito, apurado dentro do período de 01 de agosto de 2006 a 30 de julho de 2011, conforme demonstrativos e planilhas de cálculos em anexo.

DISPOSITIVO INFRINGIDO:

Art. 539 c/c 49, item 15.09 da lista de serviços e anexo específico próprio (alíquota correspondente - ISSQN) da Lei Complementar nº 053/2003.

DEMONSTRATIVO

Base de Cálculo: R\$ 282.660,37
Diferença de Imposto: R\$ 14.133,02
Atualização Monetária: R\$ 3.271,87
Juros e Multas de Mora: R\$ 9.684,87
Multa Moratória - 50%: R\$ 8.702,45
Total da Notificação: R\$ 35.792,20

Devidamente intimado do presente Auto de Infração, em 14/10/2011 o contribuinte, ora recorrente, protocolizou sua DEFESA ADMINISTRATIVA às fls. 043-059, alegando em síntese: a) da nulidade da base de cálculo; b) da violação ao princípio do não confisco em razão da multa de 50%; c) incompetência e ilegitimidade do município de Fraiburgo para cobrar o ISSQN sobre as operações de leasing, já que o recorrente possui sua sede no município de Poá/SP. Ao final, requereu o cancelamento do Auto de Infração nº 0015/2011, em razão de tais fundamentos.

Em "contestação" de fls. 060-062, o Sr. Auditor Fiscal (Roberto Miyashiro Junior), fundamentou sua análise e requereu a manutenção do Auto de Infração nº 0015/2011.

Em decisão fundamentada de fls. 063-071, a Sra. Auditora Fiscal (Adélia A. Pierdoná Balestrin - Matrícula 875), indeferiu a defesa administrativa, mantendo intacto o referido auto de infração.

Por derradeiro, inconformado com a decisão prolatada em 1ª Instância Administrativa, o recorrente Safrá Leasing S/A Arrendamento Mercantil protocolizou em 16/12/2011, Recurso Voluntário às fls. 078-090, reiterando as alegações trazidas na Defesa Administrativa, requerendo o cancelamento do Auto de Infração nº 0015/2011.

O referido recurso será apreciado por este Conselho Municipal de Contribuinte, nos termos do Art. 650, I da Lei Complementar 053/2003.

É o Relatório.

V O T O

Antes de se adentrar ao mérito do recurso em julgamento, importante se faz registrar algumas considerações acerca da atuação e função do Conselho Municipal de Contribuintes.

No entendimento deste relator, já manifestado em outros processos de sua relatoria, o Conselho Municipal de Contribuinte,

ao analisar os recursos que lhe compete tem o dever de promover a mais ampla discussão jurídica, observando os princípios e preceitos constitucionais, leis federais e estaduais, doutrina e jurisprudência, não se limitando à aplicação do Código Tributário Municipal, conforme dispõe o próprio Art. 2º da Lei Complementar Municipal nº 053/2003.

Neste mesmo prisma, as decisões do Conselho devem ser fundamentadas e isentas, a fim de convencer tanto o contribuinte quanto o Fisco Municipal de que tal entendimento é o correto, evitando ações judiciais desnecessárias, o que já vem acontecendo nas esferas Estaduais e Federais.

Se agir de forma diversa, este importante órgão julgador estará fadado ao fracasso, já que não atenderá à sua função legal.

Assim, atentando a tal entendimento, serão analisados todos os fundamentos apresentados pelo recurso em análise.

I - DA ALEGADA NULIDADE DA BASE DE CÁLCULO - ART. 7º DA LC 116/2003

Alegou o recorrente que a base de cálculo utilizada para a aplicação da alíquota do tributo é nula, já que foi utilizado o valor do bem para venda, não se abatendo o valor do VRG.

Segundo informa, tal valor não corresponde ao serviço efetivamente prestado, mas tão somente ao preço real de aquisição do veículo pelo arrendatário, o qual não é base de cálculo do tributo. Razão não assiste ao recorrente, como bem analisou a Sra. Auditora Fiscal em sua decisão de Primeiro Grau.

Conforme muito bem observado pela Sra. Auditora Fiscal em sua decisão, o valor utilizado como base de cálculo foi o expresso no contrato de leasing, que coincidentemente é o mesmo valor do veículo.

Desta feita, não restam dúvidas que o valor utilizado pelo Fisco Municipal como base de cálculo para o ISSQN foi o "valor total do contrato de arrendamento mercantil".

O tema não merece maiores delongas argumentativas, pois a matéria encontra-se pacificada nos julgamentos recentes:

TRIBUTÁRIO - ISS - OPERAÇÃO DE LEASING SOBRE BENS MÓVEIS - LEASING FINANCEIRO - INCIDÊNCIA - SÚMULA N. 18 DO TJ/SC - JUÍZO DE RETRATAÇÃO - CPC, ART. 543-B, § 3º - ENTENDIMENTO FIRMADO PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

A teor da Súmula n. 18 deste Pretório, restou pacificado o entendimento de que "o ISS incide na operação de arrendamento mercantil de coisas móveis".

[]

ISS - BASE DE CÁLCULO - VALOR EXPRESSO NO CONTRATO ACRESCIDO DE ENCARGOS PRESUMIDOS - IRREGULARIDADE

"A base de cálculo do ISS é o valor da prestação de serviços. Em se tratando de leasing, é o quantitativo expresso no contrato" (EDcl nos EDcl no AgRg no Ag n. 756212, Min. José Delgado), motivo pelo qual há que se reconhecer a manifesta irregularidade da inclusão de encargos "presumivelmente contratados" no quantum arbitrado pelo Fisco municipal. (grifo nosso)

(Tribunal de Justiça de Santa Catarina, Apelação Cível n. 2011.026309-1, de Jaraguá do Sul, Relator: Luiz César Medeiros, Juiz Prolator: Eliane Alfredo Cardoso Luiz, Órgão Julgador: Terceira Câmara de Direito Público, Data: 20/01/2012)

TRIBUTÁRIO - EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL - ISS - ARRENDAMENTO MERCANTIL - NULIDADE NO LANÇAMENTO - AUSÊNCIA DE TERMO DE INÍCIO DE FISCALIZAÇÃO - PREJUÍZO NÃO DEMONSTRADO - CONSTITUCIONALIDADE DA INCIDÊNCIA

RECONHECIDA PELO STF - APLICAÇÃO DA SUMULA 138 DO STJ E DA SÚMULA 18 DESTA CORTE - COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA DO MUNICÍPIO EM CUJO TERRITÓRIO SE REALIZOU O FATO GERADOR - PRECEDENTES DO STJ - TRIBUTO DEVIDO - LEGALIDADE DA ELEIÇÃO DA BASE DE CÁLCULO POR ARBITRAMENTO CORRESPONDENTE AO VALOR DA AVENÇA - SENTENÇA REFORMADA - INVERSÃO DOS ÔNUS SUCUMBENCIAIS - RECURSO PROVIDO

[]

2. O Supremo Tribunal Federal, em 2-12-2009, ao julgar os Recursos Extraordinários n. 592.905 e 547.245, confirmou a constitucionalidade da incidência do ISS sobre as operações de leasing e, assim, encerrou a controvérsia sobre o assunto (AC n. 2010.024170-0, rel. Des. Vanderlei Romer, j. 15.7.2010).

[]

4. "A base de cálculo do ISS é o valor da prestação de serviços. Em se tratando de leasing, é o quantitativo expresso no contrato" (EDcl nos EDcl no AgRg no Ag n. 756.212, Min. José Delgado) (Tribunal de Justiça de Santa Catarina, Apelação Cível n. 2008.048667-5, de Capital, Relator: Rodrigo Collaço, Órgão Julgador: Quarta Câmara de Direito Público, Data: 13/01/2012)

Ante todo o exposto, afasto a tese apresentado pela recorrente, mantenho na íntegra a decisão de Primeiro Grau sobre a base de cálculo na incidência do ISSQN sobre as operações de leasing - arrendamento mercantil.

II - DA ALEGADA VIOLAÇÃO DO PRINCÍPIO DO NÃO CONFISCO - INCONSTITUCIONALIDADE DA MULTA APLICADA

Alega o recorrente que a multa aplicada pelo Fisco Municipal fere o princípio constitucional do "não confisco", consagrado no Art. 150, IV da Constituição Federal de 1988.

Novamente, razão não assiste ao recorrente.

A multa aplicada corresponde a 50% (cinquenta por cento) sobre o valor do imposto devidamente atualizado, sem considerar os juros de mora. Tal medida tem o condão de punir aquele contribuinte que deixou de cumprir com sua obrigação tributária no prazo legal, dando tratamento diferenciado daquele que recolheu em dia o tributo.

Conforme se observa dos entendimentos jurisprudenciais atuais e dominantes, o valor da multa em 50% (cinquenta por cento) se demonstra razoável e proporcional, não possuindo efeito confiscatório. Citam-se alguns exemplos:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. DECISÃO QUE REJEITOU EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE PAUTADA EM TESES JURÍDICAS SABIDAMENTE SUPERADAS. ICMS. TRIBUTO LANÇADO POR HOMOLOGAÇÃO. DESNECESSIDADE DE PROCESSO ADMINISTRATIVO.

[]

MULTA MORATÓRIA. PATAMAR RAZOÁVEL. MANUTENÇÃO.

O valor da MULTA moratória há que ser considerado excessivo e, portanto, desproporcional, se exceder o valor do próprio tributo, em paralelo ao que determina o art. 412 do Código Civil. Assim, mostra-se razoável a MULTA cominada em 50% do imposto devido.

[]

DESPROVIMENTO DO RECURSO.

(Tribunal de Justiça de Santa Catarina, Agravo de Instrumento n. 2011.074085-4, de Indaial, Relator: Vanderlei Romer, Juiz Prolator: Marco Augusto Ghisi Machado, Órgão Julgador: Primeira Câmara de Direito Público, Data: 19/01/2012)

TRIBUTÁRIO. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. ICMS. TRANSPORTADORA. [] MULTA MORATÓRIA FIXADA EM 75% SOBRE O VALOR DO TRIBUTO. NÃO CARACTERIZAÇÃO DE CONFISCO. MULTA FISCAL INCIDE NO PERCENTUAL EXATO PREVISTO NA

LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA. ART. 55, CAPUT, LEI N. 10.297/96. REDUÇÃO DO VALOR INVIÁVEL. REFORMA DA SENTENÇA NESSE PONTO.

[]

RECURSO DA EMBARGANTE PROVIDO EM PARTE. RECURSO DO ESTADO DE SANTA CATARINA PROVIDO. REEXAME NECESSÁRIO IMPROVIDO.

(Tribunal de Justiça de Santa Catarina, Apelação Cível n. 2009.034421-5, de Lages, Relator: Sérgio Roberto Baasch Luz, Órgão Julgador: Primeira Câmara de Direito Público, Data: 26/01/2012)

Desta feita, a multa aplicada encontra-se em consonância com o entendimento jurisprudencial e doutrinário atual, devendo ser afastada a tese apresentada, mantendo na íntegra este tópico do Auto de Infração nº 0017/2011.

III - DO SUJEITO ATIVO DA OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA - ESTABELECIMENTO E LOCAL DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO - ART. 3º E 4º DA LC 116/03

Alega o recorrente, em síntese, que possui sua sede somente no município de Poá/SP, sendo que por tal motivo o Fisco Municipal de Fraiburgo não teria competência para fiscalizar operações atinentes à outra cidade.

Assim, em razão da sede da empresa ser na cidade de Poá/SP, cabe àquele ente público a fiscalização e cobrança por tal tributo, e não ao Município de Fraiburgo.

Por tais motivos, pugna pela nulidade do presente Auto de Infração, ante a incompetência do município de Fraiburgo para exigir o ISSQN sobre as operações de leasing realizadas pelo recorrente.

Com a máxima vênia, razão não assiste ao recorrente, senão vejamos.

A questão central a ser analisada versa sobre a competência territorial tributária para a cobrança de ISS, quanto à prestação de serviços de arrendamento mercantil - leasing, em veículos arrendados e licenciados no município de Fraiburgo - SC.

Cumprir lembrar que, mesmo após a entrada em vigor da Lei Federal Complementar nº 116/03, que revogou alguns artigos do Decreto-Lei 406/68, a matéria em discussão ainda é bastante controversa.

Importante salientar que a questão fática se encontra devidamente comprovada e incontroversa nos autos, restando apenas a análise da matéria de direito.

Observa-se dos autos que, a documentação acostada às fls. 008-031 demonstra de maneira contumaz a negociação realizada pela recorrente - Safra Leasing S/A Arrendamento Mercantil - no município de Fraiburgo - SC, entre o período em análise.

Assim, neste tópico, a análise acerca da matéria se restringirá na competência de tributar, ou seja, se do município de Fraiburgo - SC, em razão das operações de leasing realizadas no município, ou se tal competência recai sobre o município de Poá/SP, uma vez que o recorrente possui sua sede lá.

Em síntese, de quem é a competência para cobrar o ISS da empresa ora contribuinte: do município tomador do serviço, no caso em tela, Fraiburgo - SC, ou de Poá/SP, local do estabelecimento do prestador.

Nesta análise importante observar a disposição da Lei Complementar nº 116/2003:

Art. 3º O serviço considera-se prestado e o imposto devido no local do estabelecimento prestador ou, na falta do estabelecimento, no local do domicílio do prestador, exceto nas hipóteses previstas nos incisos I a XXII, quando o imposto será devido no local: (grifo nosso)

[]

Art. 4º Considera-se estabelecimento prestador o local onde o contribuinte desenvolva a atividade de prestar serviços, de modo permanente ou temporário, e que configure unidade econômica ou profissional, sendo irrelevantes para caracterizá-lo as denominações de sede, filial, agência, posto de atendimento, sucursal, escritório de representação ou contato ou quaisquer outras que venham a ser utilizadas. (grifo nosso) []

Numa primeira análise, parece que, independentemente de onde o serviço tenha sido prestado, o Imposto sobre Serviço - ISS será devido no local do estabelecimento prestador, ou seja, no caso em tela, o imposto seria devido na cidade de Poá/SP, já que a empresa contribuinte possui sua sede naquela cidade.

Na maioria dos casos esta análise é a correta, como por exemplo, na prestação de serviço de advocacia, que mesmo que o cliente seja de outro município ou ainda, que a ação seja protocolizada em outra Comarca por força da legislação processual, o serviço técnico é desenvolvido na sede profissional, ou seja, no escritório do advogado, utilizando todos os equipamentos inerentes a profissão.

Assim, ao emitir a Nota Fiscal ao contribuinte de outro município, o imposto é devido no município em que se encontra a sede do escritório.

O mesmo ocorre com outras empresas prestadoras de serviço, como por exemplo, as oficinas mecânicas, que mesmo consertando veículos de Municípios vizinhos deverão recolher o ISS para o município do local de seu estabelecimento, já que o serviço foi prestado efetivamente neste município.

Em todos os casos acima, o que se observa como critério de fixação de competência do Município arrecadador e exigibilidade do crédito tributário é o local onde foi concretizado o fato gerador, ou seja, onde efetivamente se prestou o serviço.

Tal critério também deve ser observado no caso dos autos, levando em conta a natureza e as peculiaridades na prestação do serviço.

Imperioso destacar que, mesmo possuindo sua sede na cidade de Poá/SP, o recorrente Safra Leasing S/A, através de seus agentes comerciais, firmou os contratos de arrendamento - leasing - na cidade de Fraiburgo - SC.

Muito embora os contratos de arrendamento de constem a cidade de Poá/SP como local da assinatura do instrumento, tenho convicção de que se trata de espécie de contrato de adesão pré-impresso com tal referência àquele município já estabelecida previamente no formulário.

Parece-me absurdo imaginar que, os arrendatários, que firmaram o contrato de arrendamento e passaram a pagar as parcelas, realizaram tais operações na cidade de Poá/SP e não em Fraiburgo/SC. Observa-se ainda que, no momento da contratação, todos os arrendatários residiam na cidade de Fraiburgo - SC.

De mesmo norte, o veículo foi licenciado no município de Fraiburgo - SC, conforme se observa do dossiê retirado do site eletrônico do DETRAN/SC ora juntado, o que nos comprova que o contrato de arrendamento vem tendo sua vigência neste município.

Ou seja, não restam dúvidas que o fato gerador do tributo, a prestação do serviço, no caso em tela a assinatura do contrato e a efetivação do objeto do contrato (o arrendamento mercantil - leasing) se deu e teve seus reflexos no município de Fraiburgo - SC.

Este tem sido o entendimento dominante e recente do Egrégio Tribunal de Justiça de Santa Catarina, bem como do Excelso Superior Tribunal de Justiça. Cita-se:

AGRAVO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. TRIBUTÁRIO. ISS. LEASING. COBRANÇA. LOCAL DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO.

- Segundo a jurisprudência pacífica desta Corte, o município competente para a cobrança do ISS é aquele onde efetivamente ocorreu o fato gerador, ou seja, o local da prestação do serviço. Agravo regimental improvido.

(AgRg no Ag 1365195/RS, Rel. Ministro CESAR ASFOR ROCHA, SEGUNDA TURMA, julgado em 05/04/2011, DJe 29/04/2011)

TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. ART. 535 DO CPC. ALEGAÇÕES GENÉRICAS. SÚMULA 284/STF. ARRENDAMENTO MERCANTIL. CONCEITO DE SERVIÇO. TEMA CONSTITUCIONAL.

[]

3. "A jurisprudência desta Corte é no sentido de que a cobrança do ISS norteia-se pelo princípio da territorialidade, nos termos encartados pelo art. 12 do Decreto-lei nº 406/68, sendo determinante a localidade aonde foi efetivamente prestado o serviço e não aonde se encontra a sede da empresa" (AgA 1.173.805/MG, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, DJe 02.06.10).

4. Agravo regimental não provido.

(AgRg no REsp 1102016/RS, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, SEGUNDA TURMA, julgado em 26/10/2010, DJe 10/11/2010)

Apelação cível em mandado de segurança. Imposto sobre serviço - ISS. Arrendamento mercantil.

[]

A competência para a exigência do ISS é do Município em que o serviço foi prestado.

A base de cálculo do ISS é o valor da prestação de serviços. Em se tratando de leasing, é o quantitativo expresso no contrato (EDcl nos EDcl no AgRg no Ag n. 756212, Min. José Delgado, j. 14.08.2007) (TJSC, Ap. Cív. n. 2008.018200-7, de Caçador, rel. Des. Rui Fortes, j. 23.6.2009).

A imposição de multa pelo Fisco visa à punição da infração cometida pelo contribuinte, sendo a graduação da penalidade determinada pela gravidade da conduta praticada. Desse modo, afigura-se possível, em razão da intensidade da violação, a imposição da multa em valor superior ao da obrigação principal (TJSC, Ap. Cív. n. 2009.014737-4, de Caçador, rel. Des. Luiz César Medeiros, j. 29.7.2009) (Tribunal de Justiça de Santa Catarina, Relator: Pedro Manoel Abreu, Juiz Prolator: Eliane Alfredo Cardoso Luiz, Órgão Julgador: Terceira Câmara de Direito Público, Data: 11/01/2012)

Assim, ante todos os fundamentos elencados e o entendimento pacificado dos Tribunais, entendo que a competência para a exigibilidade do Imposto Sobre Serviço - ISS relativo aos contratos de arrendamento mercantil - leasing - é do local da efetiva prestação do serviço, no caso, do município de Fraiburgo - SC, razão pela qual afasto a tese apresentado pela recorrente, mantenho na íntegra a decisão de Primeiro Grau.

Diante de todo o exposto, conheço do Recurso Voluntário e nego-lhe provimento, mantendo na íntegra a r. decisão de fl. 063-071 e o Auto de Infração nº 0015/2011.

É assim que voto.

D E C I S Ã O

Ante o exposto, nos termos do voto do relator, por unanimidade de

votos, o Conselho decidiu negar provimento ao recurso.

O conteúdo do presente Acórdão, nos termos do artigo 628 da Lei Complementar Municipal nº 053/2003 deverá ser publicado no Diário Oficial dos Municípios.

O julgamento, realizado no dia 23 de abril de 2012, foi presidido pelo Exmo Senhor Olides Bertaiolli, e dele participaram os Exmos Senhores Conselheiros Cladi Ana Frozza Vescovi, Giovana Oliva De Carli e Sérgio Gebroski, representando a Fazenda Pública, o Procurador Dr. Silvano Pelissaro.

Fraiburgo, 23 de abril de 2012.

ALISSON LUIZ SOLIGO

Conselheiro - REPRESENTANTE DA ACIAF

RELATOR

Editais 009/2012 - Município Convocando Lindeiros

EDITAL Nº 009/2012

PROCESSO Nº 3319/2012

O MUNICÍPIO DE FRAIBURGO, nos termos dos Artigos 81 e 82 da Lei Federal 5.172/66 e do disposto no Decreto-Lei 195/67, visando a viabilização de obras públicas, que beneficiarão os imóveis localizados na Rua Costa Rica - Fase II (Bairro Jardim América), NOTIFICA e CONVOCA os interessados e beneficiários, para examinarem o memorial descritivo do projeto, o orçamento do custo do melhoramento, a delimitação da zona beneficiada, o fator de absorção do benefício da valorização, a parcela do custo da obra a ser financiada pela contribuição, o plano de rateio e os valores correspondentes, cujos documentos encontram-se fixados e publicados no mural público da Prefeitura Municipal de Fraiburgo, situada na Av. Rio das Antas nº 185, ficando, nos termos da legislação em vigor, facultado aos interessados, querendo, no prazo de 30 (trinta) dias, procederem às impugnações. O valor da contribuição ficará limitado ao custo da obra e terá como requisito inarredável para sua exigibilidade a valorização dos imóveis, os quais serão avaliados previamente e após a realização da obra pela Comissão Especial designada pela Portaria 0998/2007.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

Editais 009/2012 Comissão Comunicando Dia Avaliação

COMUNICADO / CONVOCAÇÃO

A Comissão Mista de Avaliação nomeada pela Portaria nº 998 de 28 de junho de 2007, composta pelos membros Olides Bertaiolli, Wigand Leonhardt, Silvano Pelissaro, Aldair Moraes e Flávio André de Oliveira, CONVOCA os lindeiros da Rua Costa Rica (Bairro Jardim América), beneficiados pela realização de obra pública, constante do Edital nº 009/2012, cujos documentos encontram-se afixados no mural público da Prefeitura Municipal de Fraiburgo, para que tomem conhecimento dos critérios de avaliação dos imóveis, os quais estão afixados no referido mural, bem como COMUNICA que no dia 27/04/2012 a partir das 08:30 horas estará procedendo à avaliação dos imóveis in loco, podendo ser acompanhada pelos proprietários dos imóveis beneficiados, cujos valores serão publicados no mural público a partir do dia 07/05/2012. A Comissão, através de seus membros, coloca-se à disposição dos proprietários lindeiros para esclarecimentos, bem como para agendamento das avaliações.

A COMISSÃO

Editais 010/2012 - Município Convocando Lindeiros

EDITAL Nº 010/2012

PROCESSO Nº 3318/2012

O MUNICÍPIO DE FRAIBURGO, nos termos dos Artigos 81 e 82 da Lei Federal 5.172/66 e do disposto no Decreto-Lei 195/67, visando a viabilização de obras públicas, que beneficiarão os imóveis localizados na Travessa José Calais (Bairro Centro), NOTIFICA e CONVOCA os interessados e beneficiários, para examinarem o memorial descritivo do projeto, o orçamento do custo do melhoramento, a delimitação da zona beneficiada, o fator de absorção do benefício da valorização, a parcela do custo da obra a ser financiada pela contribuição, o plano de rateio e os valores correspondentes, cujos documentos encontram-se fixados e publicados no mural público da Prefeitura Municipal de Fraiburgo, situada na Av. Rio das Antas nº 185, ficando, nos termos da legislação em vigor, facultado aos interessados, querendo, no prazo de 30 (trinta) dias, procederem às impugnações. O valor da contribuição ficará limitado ao custo da obra e terá como requisito inarredável para sua exigibilidade a valorização dos imóveis, os quais serão avaliados previamente e após a realização da obra pela Comissão Especial designada pela Portaria 0998/2007.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

Editais 010/2012 Comissão Comunicando Dia Avaliação

COMUNICADO / CONVOCAÇÃO

A Comissão Mista de Avaliação nomeada pela Portaria nº 998 de 28 de junho de 2007, composta pelos membros Olides Bertaiolli, Wigand Leonhardt, Silvano Pelissaro, Aldair Moraes e Flávio André de Oliveira, CONVOCA os lindeiros da Travessa José Calais (Bairro Centro), beneficiados pela realização de obra pública, constante do Edital nº 010/2012, cujos documentos encontram-se afixados no mural público da Prefeitura Municipal de Fraiburgo, para que tomem conhecimento dos critérios de avaliação dos imóveis, os quais estão afixados no referido mural, bem como COMUNICA que no dia 27/04/2012 a partir das 09:30 horas estará procedendo à avaliação dos imóveis in loco, podendo ser acompanhada pelos proprietários dos imóveis beneficiados, cujos valores serão publicados no mural público a partir do dia 07/05/2012. A Comissão, através de seus membros, coloca-se à disposição dos proprietários lindeiros para esclarecimentos, bem como para agendamento das avaliações.

A COMISSÃO

Editais 011/2012 - Município Convocando Lindeiros

EDITAL Nº 011/2012

PROCESSO Nº 3333/2012

O MUNICÍPIO DE FRAIBURGO, nos termos dos Artigos 81 e 82 da Lei Federal 5.172/66 e do disposto no Decreto-Lei 195/67, visando a viabilização de obras públicas, que beneficiarão os imóveis localizados na Rua Fuji - Fase II (Bairro Macieira), NOTIFICA e CONVOCA os interessados e beneficiários, para examinarem o memorial descritivo do projeto, o orçamento do custo do melhoramento, a delimitação da zona beneficiada, o fator de absorção do benefício da valorização, a parcela do custo da obra a ser financiada pela contribuição, o plano de rateio e os valores correspondentes, cujos documentos encontram-se fixados e publicados no mural público da Prefeitura Municipal de Fraiburgo, situada na Av. Rio das Antas nº 185, ficando, nos termos da legislação em vigor, facultado aos interessados, querendo, no prazo de 30 (trinta) dias, procederem

às impugnações. O valor da contribuição ficará limitado ao custo da obra e terá como requisito inarredável para sua exigibilidade a valorização dos imóveis, os quais serão avaliados previamente e após a realização da obra pela Comissão Especial designada pela Portaria 0998/2007.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

Edital 011/2012 Comissão Comunicando Dia Avaliação
COMUNICADO / CONVOCAÇÃO

A Comissão Mista de Avaliação nomeada pela Portaria nº 998 de 28 de junho de 2007, composta pelos membros Olides Bertaiolli, Wigand Leonhardt, Silvano Pelissaro, Aldair Moraes e Flávio André de Oliveira, CONVOCA os lindeiros da Rua Fuji (Bairro Macieira), beneficiados pela realização de obra pública, constante do Edital nº 011/2012, cujos documentos encontram-se afixados no mural público da Prefeitura Municipal de Fraiburgo, para que tomem conhecimento dos critérios de avaliação dos imóveis, os quais estão afixados no referido mural, bem como COMUNICA que no dia 27/04/2012 a partir das 11:00 horas estará procedendo à avaliação dos imóveis in loco, podendo ser acompanhada pelos proprietários dos imóveis beneficiados, cujos valores serão publicados no mural público a partir do dia 07/05/2012. A Comissão, através de seus membros, coloca-se à disposição dos proprietários lindeiros para esclarecimentos, bem como para agendamento das avaliações.

A COMISSÃO

Edital de Intimação - Banco J. Safra Sa

EDITAL DE INTIMAÇÃO
Processo Administrativo nº 3586/2011
Recorrente: BANCO J. SAFRA S/A
Procuradores: Fabrício Ribeiro Fernandes - OAB/SP 161.031
Marcela Fernandes M. de Melo - OAB/SP 283.650
Relator: Alisson Luiz Soligo

O Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes de Fraiburgo, nos termos do que dispõe o artigo 20 do Regimento Interno do Conselho Municipal de Contribuintes, intima a empresa BANCO J. SAFRA S/A de que o recurso interposto da decisão de primeira instância inserta no Processo Administrativo nº 3586/2011, será julgado no dia 14/05/2012 às 09:00 horas. A sessão de julgamento ocorrerá no auditório do plenário da Câmara Municipal de Vereadores, situada na Rua Arnoldo Frey nº 179, bairro Centro, na cidade de Fraiburgo (SC).

OLIDES BERTAIOLLI
Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes de Fraiburgo

Edital de Intimação - Banco Volkswagen Sa

EDITAL DE INTIMAÇÃO
Processo Administrativo nº 3584/2011
Recorrente: BANCO VOLKSWAGEM S/A
Procuradores: Reymi Savaris Júnior - OAB/SC 16.842
Fabiano José Deon - OAB/SC 31.961
Relator: Alisson Luiz Soligo

O Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes de Fraiburgo, nos termos do que dispõe o artigo 20 do Regimento Interno do Conselho Municipal de Contribuintes, intima a empresa BANCO VOLKSWAGEM S/A de que o recurso interposto da

decisão de primeira instância inserta no Processo Administrativo nº 3584/2011, será julgado no dia 14/05/2012 às 09:00 horas. A sessão de julgamento ocorrerá no auditório do plenário da Câmara Municipal de Vereadores, situada na Rua Arnoldo Frey nº 179, bairro Centro, na cidade de Fraiburgo (SC).

OLIDES BERTAIOLLI
Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes de Fraiburgo

Edital de Intimação - Bv Leasing -Arrendamento Mercantil Sa

EDITAL DE INTIMAÇÃO
Processo Administrativo nº 3571/2011
Recorrente: BV LEASING - ARRENDAMENTO MERCANTIL S/A
Procuradores: Priscila Luzia Lopes da Silva - OAB/SP 203.976
Viviane de Silvestre Perrucio - OAB/SP 257.191
Relator: Alisson Luiz Soligo

O Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes de Fraiburgo, nos termos do que dispõe o artigo 20 do Regimento Interno do Conselho Municipal de Contribuintes, intima a empresa BV LEASING ARRENDAMENTO MERCANTIL S/A de que o recurso interposto da decisão de primeira instância inserta no Processo Administrativo nº 3571/2011, será julgado no dia 14/05/2012 às 09:00 horas. A sessão de julgamento ocorrerá no auditório do plenário da Câmara Municipal de Vereadores, situada na Rua Arnoldo Frey nº 179, bairro Centro, na cidade de Fraiburgo (SC).

OLIDES BERTAIOLLI
Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes de Fraiburgo

Edital de Intimação - Companhia de Arrendamento Mercantil Rci Brasil

EDITAL DE INTIMAÇÃO
Processo Administrativo nº 3576/2011
Recorrente: COMPANHIA DE ARRENDAMENTO MERCANTIL RCI BRASIL
Procuradores: Lucius Marcus Oliveira - OAB/PR - 19.846
Relator: Alisson Luiz Soligo

O Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes de Fraiburgo, nos termos do que dispõe o artigo 20 do Regimento Interno do Conselho Municipal de Contribuintes, intima a empresa COMPANHIA DE ARRENDAMENTO MERCANTIL RCI BRASIL de que o recurso interposto da decisão de primeira instância inserta no Processo Administrativo nº 3576/2011, será julgado no dia 14/05/2012 às 09:00 horas. A sessão de julgamento ocorrerá no auditório do plenário da Câmara Municipal de Vereadores, situada na Rua Arnoldo Frey nº 179, bairro Centro, na cidade de Fraiburgo (SC).

OLIDES BERTAIOLLI
Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes de Fraiburgo

Extrato do Edital de Seleção Act Nº 0017/2012

EXTRATO DE EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT Nº. 0017 DE 24 DE ABRIL DE 2012.

O Prefeito Municipal DE FRAIBURGO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, FAZ SABER que encontram-se abertas as inscrições para o Processo Seletivo para Contratação em Caráter Temporário - ACT, para atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público, para a função pública de ENGENHEIRO AGRÔNOMO. O preenchimento de vagas será para o ano de 2012, podendo ser prorrogado, em conformidade com a Lei

Municipal nº 1220 de 4 de junho de 1997 e suas alterações. As inscrições serão realizadas no período de 25 de abril de 2012 a 03 de maio de 2012, das 08:30 as 11:30 horas e das 14:00 às 17:00 horas, em dia de expediente (excetuados sábados, domingos, feriados e pontos facultativos), na Secretaria de Administração e Planejamento, Departamento de Gestão de Pessoal, localizado na Av. Rio das Antas, 185, Centro, Município de Fraiburgo, SC. A íntegra do Edital estará disponível na internet no site "www.fraiburgo.sc.gov.br". Outras informações junto a Prefeitura Municipal de Fraiburgo, pelo fone (49) 3256-3013.

Fraiburgo, 24 de abril de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Balancete Março 2012 Cinco

Betha Sistemas

Exercício de 2012

Março

Página: 1/10

Santa Catarina

CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Balancete de Verificação - 2012

Máscara	Sist. Contábil	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
1		ATIVO	4.365.374,89D	558.293,07	389.406,74	4.534.261,22D
1.1		ATIVO CIRCULANTE	21.606,69D	119.432,87	69.979,41	71.060,15D
1.1.1		DISPONÍVEL	21.606,69D	119.432,87	69.979,41	71.060,15D
1.1.1.1		DISPONÍVEL EM MOEDA NACIONAL	21.606,69D	119.432,87	69.979,41	71.060,15D
1.1.1.1.2		BANCOS CONTA MOVIMENTO	21.606,69D	119.432,87	69.979,41	71.060,15D
1.1.1.1.2.99		OUTRAS CONTAS	21.606,69D	119.432,87	69.979,41	71.060,15D
1.1.1.1.2.99.02		BANCO DO BRASIL	21.606,69D	119.432,87	69.979,41	71.060,15D
1.1.1.1.2.99.02.01		BANCO DO BRASIL - MOVIMENTO	21.606,69D	119.432,87	69.979,41	71.060,15D
1.1.1.1.2.99.02.01.00.0001 (9317)	F	B. BRASIL SA CINCO MOVIMENTO 18.520-5	21.606,69D	119.432,87	69.979,41	71.060,15D
1.9		ATIVO COMPENSADO	4.343.768,20D	438.860,20	319.427,33	4.463.201,07D
1.9.1		EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA RECEITA	2.150.000,00D	238.865,74	238.865,74	2.150.000,00D
1.9.1.1		ARRECAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - NATUREZA DA RECEITA	2.150.000,00D	119.432,87	119.432,87	2.150.000,00D
1.9.1.1.1 (425)	O	RECEITA A REALIZAR	2.137.490,95D	0,00	119.432,87	2.018.058,08D
1.9.1.1.4 (426)	O	RECEITA REALIZADA	12.509,05D	119.432,87	0,00	131.941,92D
1.9.1.2		ARRECAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - FONTE DE RECURSOS	0,00	119.432,87	119.432,87	0,00
1.9.1.2.1		CONTROLE POR FONTE DE RECURSOS	0,00	119.432,87	119.432,87	0,00
1.9.1.2.1.01 (429)	O	ARRECAÇÃO REALIZADA POR FONTE	12.509,05D	119.432,87	0,00	131.941,92D
1.9.1.2.1.99 (431)	O	(R) OUTRAS ARRECAÇÕES	12.509,05C	0,00	119.432,87	131.941,92C
1.9.2		FIXAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA	2.150.000,00D	0,00	0,00	2.150.000,00D
1.9.2.1		DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	2.150.000,00D	0,00	0,00	2.150.000,00D
1.9.2.1.1		DOTAÇÃO INICIAL	3.790.000,00D	0,00	0,00	3.790.000,00D
1.9.2.1.1.01		CRÉDITO INICIAL	2.150.000,00D	0,00	0,00	2.150.000,00D
1.9.2.1.1.01.01 (436)	O	ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO	2.150.000,00D	0,00	0,00	2.150.000,00D
1.9.2.1.1.03		CRÉDITO INICIAL - SUPLEMENTAR	1.640.000,00D	0,00	0,00	1.640.000,00D
1.9.2.1.1.03.01 (441)	O	ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO	1.640.000,00D	0,00	0,00	1.640.000,00D
1.9.2.1.9		DOTAÇÃO CANCELADA/REMANEJADA	1.640.000,00C	0,00	0,00	1.640.000,00C
1.9.2.1.9.02		ALTERAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA	1.640.000,00C	0,00	0,00	1.640.000,00C
1.9.2.1.9.02.09 (479)	O	(R) REDUÇÃO	1.640.000,00C	0,00	0,00	1.640.000,00C
1.9.3		EXECUÇÃO DA PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA	41.768,20D	199.994,46	80.561,59	161.201,07D
1.9.3.2		DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS	41.768,20D	199.994,46	80.561,59	161.201,07D
1.9.3.2.9		OUTRAS DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS	41.768,20D	199.994,46	80.561,59	161.201,07D
1.9.3.2.9.02		DISPONIBILIDADES POR FONTE DE RECURSOS	41.768,20D	199.994,46	80.561,59	161.201,07D
1.9.3.2.9.02.01 (9338)	C	DISPONIBILIDADES POR FONTE DE RECURSOS-A UTILIZAR	1.483.548,27C	121.986,58	8.028,47	1.369.590,16C
1.9.3.2.9.02.02 (9339)	C	DISPONIBILIDADES POR FONTE DE RECURSOS-COMPROMETID	1.505.154,96D	8.028,47	72.533,12	1.440.650,31D
1.9.3.2.9.02.03 (9340)	C	DISPONIBILIDADES POR FONTE DE RECURSOS-UTILIZADA	20.161,51D	69.979,41	0,00	90.140,92D
1.9.9		COMPENSAÇÕES ATIVAS DIVERSAS	2.000,00D	0,00	0,00	2.000,00D
1.9.9.1		RESPONSABILIDADES POR VALORES, TÍTULOS E BENS	2.000,00D	0,00	0,00	2.000,00D
1.9.9.1.1		RESPONSABILIDADES DE TERCEIROS	2.000,00D	0,00	0,00	2.000,00D
1.9.9.1.1.99		OUTRAS RESPONSABILIDADES DE TERCEIROS	2.000,00D	0,00	0,00	2.000,00D
1.9.9.1.1.99.00.01		RESPONSÁVEIS POR ADIANTAMENTOS	2.000,00D	0,00	0,00	2.000,00D
1.9.9.1.1.99.00.01.00.0001 (11297)	C	SIMONE APARECIDA SANTIAN RALDI	2.000,00D	0,00	0,00	2.000,00D

Santa Catarina**CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO**

Balancete de Verificação - 2012

Betha Sistemas

Exercício de 2012

Março

Página: 2/10

Máscara	Sist. Contábil	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
2		PASSIVO	4.476.273,73C	456.473,05	804.750,28	4.824.550,96C
2.1		PASSIVO CIRCULANTE	105.616,72C	85.076,63	313.920,99	334.461,08C
2.1.1		DEPÓSITOS	620,94C	7.988,94	15.097,22	7.729,22C
2.1.1.1		CONSIGNAÇÕES	620,94C	7.988,94	15.097,22	7.729,22C
2.1.1.1.1		PREVIDÊNCIA SOCIAL	387,69C	5.675,21	10.712,22	5.424,70C
2.1.1.1.1.02		INSS	387,69C	5.675,21	10.712,22	5.424,70C
2.1.1.1.1.02.00.00.00.0001 (9337)	F	INSS SOBRE FOLHA DE PAGAMENTO	387,69C	387,69	353,00	353,00C
2.1.1.1.1.02.00.00.00.0003 (11365)	F	INSS CONDUVALE	0,00	5.287,52	10.359,22	5.071,70C
2.1.1.1.2		PENSÃO ALIMENTÍCIA	233,25C	233,25	233,25	233,25C
2.1.1.1.2.00.00.00.00.0001 (11335)	F	PENSÃO ALIMENTICIA	233,25C	233,25	233,25	233,25C
2.1.1.1.4		TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	0,00	2.080,48	4.018,12	1.937,64C
2.1.1.1.4.02		ISS	0,00	2.080,48	4.018,12	1.937,64C
2.1.1.1.4.02.00.00.00.0001 (11311)	F	ISS A RECOLHER IOMERÊ	0,00	60,31	112,06	51,75C
2.1.1.1.4.02.00.00.00.0002 (11312)	F	ISS A RECOLHER RIO DAS ANTAS	0,00	119,03	214,44	95,41C
2.1.1.1.4.02.00.00.00.0003 (11313)	F	ISS A RECOLHER LEBON RÉGIS	0,00	110,16	131,87	21,71C
2.1.1.1.4.02.00.00.00.0004 (11314)	F	ISS A RECOLHER FRAIBURGO	0,00	201,07	314,75	113,68C
2.1.1.1.4.02.00.00.00.0005 (11315)	F	ISS A RECOLHER ARROIO TRINTA	0,00	76,53	76,53	0,00
2.1.1.1.4.02.00.00.00.0006 (11316)	F	ISS A RECOLHER VIDEIRA	0,00	539,61	1.219,46	679,85C
2.1.1.1.4.02.00.00.00.0007 (11320)	F	ISS A RECOLHER CAÇADOR	0,00	772,84	1.435,84	663,00C
2.1.1.1.4.02.00.00.00.0008 (11321)	F	ISS A RECOLHER SALTO VELOSO	0,00	12,08	51,44	39,36C
2.1.1.1.4.02.00.00.00.0009 (11322)	F	ISS A RECOLHER MATOS COSTA	0,00	15,62	37,74	22,12C
2.1.1.1.4.02.00.00.00.0010 (11323)	F	ISS A RECOLHER CALMON	0,00	0,00	52,91	52,91C
2.1.1.1.4.02.00.00.00.0011 (11327)	F	ISS A RECOLHER IBIAM	0,00	8,55	37,77	29,22C
2.1.1.1.4.02.00.00.00.0012 (11328)	F	ISS A RECOLHER MACIEIRA	0,00	9,03	33,86	24,83C
2.1.1.1.4.02.00.00.00.0013 (11329)	F	ISS A RECOLHER PINHEIRO PRETO	0,00	32,09	55,20	23,11C
2.1.1.1.4.02.00.00.00.0014 (11330)	F	ISS A RECOLHER TANGARA	0,00	82,49	152,86	70,37C
2.1.1.1.4.02.00.00.00.0015 (11364)	F	ISS A RECOLHER TIMBÓ GRANDE	0,00	41,07	91,39	50,32C
2.1.1.1.9		DIVERSOS CONSIGNATÁRIOS	0,00	0,00	133,63	133,63C
2.1.1.1.9.04		SINDICATOS	0,00	0,00	133,63	133,63C
2.1.1.1.9.04.00.00.00.0001 (16795)	F	SINSER	0,00	0,00	133,63	133,63C
2.1.2		OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	104.995,78C	77.087,69	298.823,77	326.731,86C
2.1.2.1		OBRIGAÇÕES A PAGAR	104.995,78C	77.087,69	298.823,77	326.731,86C
2.1.2.1.1		FORNECEDORES	101.308,91C	71.388,61	292.263,95	322.184,25C
2.1.2.1.1.01		DO EXERCÍCIO	101.308,91C	71.388,61	292.263,95	322.184,25C
2.1.2.1.1.01.00.01		FORNECEDORES DO EXERCÍCIO	101.308,91C	71.388,61	292.263,95	322.184,25C
2.1.2.1.2		PESSOAL A PAGAR	3.686,87C	4.406,75	4.051,93	3.332,05C
2.1.2.1.2.01		PESSOAL A PAGAR DO EXERCÍCIO	3.686,87C	4.406,75	4.051,93	3.332,05C
2.1.2.1.3		ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	0,00	1.292,33	2.507,89	1.215,56C
2.1.2.1.3.01		INSS	0,00	947,71	1.839,12	891,41C
2.1.2.1.3.01.00.01		INSS DO EXERCÍCIO	0,00	947,71	1.839,12	891,41C
2.1.2.1.3.03		FGTS	0,00	344,62	668,77	324,15C
2.1.2.1.3.03.00.01		FGTS DO EXERCÍCIO	0,00	344,62	668,77	324,15C

Santa Catarina
CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO
Balancete de Verificação - 2012

Betha Sistemas

Exercício de 2012

Março

Página: 3/10

Máscara	Sist. Contábil	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
2.4		PATRIMÔNIO LÍQUIDO	26.888,81C	0,00	0,00	26.888,81C
2.4.1		PATRIMONIO/CAPITAL	26.888,81C	0,00	0,00	26.888,81C
2.4.1.1 (1064)	P	PATRIMÔNIO	26.888,81C	0,00	0,00	26.888,81C
2.9		PASSIVO COMPENSADO	4.343.768,20C	371.396,42	490.829,29	4.463.201,07C
2.9.1		PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA DA RECEITA	2.150.000,00C	0,00	0,00	2.150.000,00C
2.9.1.1		PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA - NATUREZA DA RECEITA	2.150.000,00C	0,00	0,00	2.150.000,00C
2.9.1.1.1 (1080)	O	PREVISÃO INICIAL DA RECEITA	2.150.000,00C	0,00	0,00	2.150.000,00C
2.9.1.2.1.01 (1085)	O	PREVISÃO INICIAL POR FONTE DE RECURSOS	2.150.000,00C	0,00	0,00	2.150.000,00C
2.9.1.2.1.99 (1089)	O	(R)OUTROS CONTROLES POR FONTE DE RECURSOS	2.150.000,00D	0,00	0,00	2.150.000,00D
2.9.2		EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA	2.150.000,00C	371.396,42	371.396,42	2.150.000,00C
2.9.2.1		DISPONIBILIDADES DE CRÉDITO	2.132.946,32C	371.396,42	309.405,95	2.070.955,85C
2.9.2.1.1 (1092)	O	CRÉDITO DISPONÍVEL	627.053,87C	8.028,47	2.553,71	621.579,11C
2.9.2.1.3		CRÉDITO UTILIZADO	1.505.892,45C	363.367,95	306.852,24	1.449.376,74C
2.9.2.1.3.01 (1100)	O	CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	1.399.538,24C	301.377,48	8.028,47	1.106.189,23C
2.9.2.1.3.02		CRÉDITO LIQUIDADO	106.354,21C	61.990,47	298.823,77	343.187,51C
2.9.2.1.3.02.01 (1102)	O	CRÉDITO EMPENHADO - LIQUIDADO	106.354,21C	61.990,47	298.823,77	343.187,51C
2.9.2.4		EXECUÇÃO DA DESPESA	17.053,68C	0,00	61.990,47	79.044,15C
2.9.2.4.1		EMIÇÃO DE EMPENHO	17.053,68C	0,00	61.990,47	79.044,15C
2.9.2.4.1.04		EMPENHOS POR CREDOR	17.053,68C	0,00	61.990,47	79.044,15C
2.9.2.4.1.04.03 (1141)	O	VALORES PAGOS	17.053,68C	0,00	61.990,47	79.044,15C
2.9.3		EXECUÇÃO DA PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA	41.768,20C	0,00	119.432,87	161.201,07C
2.9.3.2		DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS	41.768,20C	0,00	119.432,87	161.201,07C
2.9.3.2.9 (9342)	C	Controle das disponibilidades de recursos	41.768,20C	0,00	119.432,87	161.201,07C
2.9.9		COMPENSAÇÕES PASSIVAS DIVERSAS	2.000,00C	0,00	0,00	2.000,00C
2.9.9.1 (1217)	C	VALORES, TÍTULOS E BENS SOB RESPONSABILIDADE	2.000,00C	0,00	0,00	2.000,00C

Santa Catarina
CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO
Balancete de Verificação - 2012

Betha Sistemas

Exercício de 2012

Março

Página: 4/10

Máscara	Sist. Contábil	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
3		DESPESA	123.407,89D	298.823,77	0,00	422.231,66D
3.3		DESPESAS CORRENTES	123.407,89D	298.823,77	0,00	422.231,66D
3.3.1		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	12.865,76D	6.559,82	0,00	19.425,58D
3.3.1.9		Aplicacoes Diretas	12.865,76D	6.559,82	0,00	19.425,58D
3.3.1.9.0.11		Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	10.659,87D	4.051,93	0,00	14.711,80D
3.3.1.9.0.11.01 (11444)	F	Vencimentos e Salários	9.449,19D	4.051,93	0,00	13.501,12D
3.3.1.9.0.11.42 (16787)	F	Férias Indenizadas - Rescisões	1.098,53D	0,00	0,00	1.098,53D
3.3.1.9.0.11.43 (11445)	F	13º Salário	112,15D	0,00	0,00	112,15D
3.3.1.9.0.13		Obrigacoes Patronais	1.721,40D	2.507,89	0,00	4.229,29D
3.3.1.9.0.13.01 (11455)	F	FGTS	459,04D	668,77	0,00	1.127,81D
3.3.1.9.0.13.02 (11456)	F	Contribuições Previdenciárias - INSS	1.262,36D	1.839,12	0,00	3.101,48D
3.3.1.9.0.16		Outras Despesas Variaveis - Pessoal Civil	484,49D	0,00	0,00	484,49D
3.3.1.9.0.16.44 (11467)	F	Serviços Extraordinários	484,49D	0,00	0,00	484,49D
3.3.3		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	110.542,13D	292.263,95	0,00	402.806,08D
3.3.3.9		Aplicacoes Diretas	110.542,13D	292.263,95	0,00	402.806,08D
3.3.3.9.0.30		Material de Consumo	104.038,45D	97.832,11	0,00	201.870,56D
3.3.3.9.0.30.01 (12717)	F	Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	3.371,31D	2.345,65	0,00	5.716,96D
3.3.3.9.0.30.26 (12742)	F	Material Elétrico e Eletrônico	99.933,14D	94.549,98	0,00	194.483,12D
3.3.3.9.0.30.39 (12755)	F	Material para Manutenção de Veículos	734,00D	936,48	0,00	1.670,48D
3.3.3.9.0.33		Passagens e Despesas com Locomocao	0,00	180,00	0,00	180,00D
3.3.3.9.0.33.99 (12790)	F	Outras Despesas com Locomoção	0,00	180,00	0,00	180,00D
3.3.3.9.0.39		Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	6.503,68D	194.251,84	0,00	200.755,52D
3.3.3.9.0.39.08 (12865)	F	Manutenção de Software	0,00	450,00	0,00	450,00D
3.3.3.9.0.39.11 (12868)	F	Locação de Softwares	918,61D	939,98	0,00	1.858,59D
3.3.3.9.0.39.19 (12874)	F	Manutenção e Conservação de Veiculos	1.761,79D	223,50	0,00	1.985,29D
3.3.3.9.0.39.41 (12890)	F	Fornecimento de Alimentação	1.189,30D	926,00	0,00	2.115,30D
3.3.3.9.0.39.58 (12906)	F	Serviços de Telecomunicações	371,21D	348,46	0,00	719,67D
3.3.3.9.0.39.80 (12928)	F	Hospedagens	1.645,00D	760,00	0,00	2.405,00D
3.3.3.9.0.39.81 (12929)	F	Serviços Bancários	2,50D	390,50	0,00	393,00D
3.3.3.9.0.39.97 (12941)	F	Despesas de Teleprocessamento	615,27D	315,27	0,00	930,54D
3.3.3.9.0.39.99 (12942)	F	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0,00	189.898,13	0,00	189.898,13D

Santa Catarina
CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO
Balancete de Verificação - 2012

Betha Sistemas

Exercício de 2012

Março

Página: 5/10

Máscara	Sist. Contábil	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
4		RECEITAS	12.509,05C	0,00	119.432,87	131.941,92C
4.1		RECEITAS CORRENTES	12.509,05C	0,00	119.432,87	131.941,92C
4.1.3		RECEITA PATRIMONIAL	384,45C	0,00	179,20	563,65C
4.1.3.2		RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	384,45C	0,00	179,20	563,65C
4.1.3.2.5		Remuneração de Depósitos Bancários	384,45C	0,00	179,20	563,65C
4.1.3.2.5.01		Remuneração de Dep Banc de Rec Vinculados	384,45C	0,00	179,20	563,65C
4.1.3.2.5.01.99		Remuneração de Outros Dep Banc Recursos Vinculados	384,45C	0,00	179,20	563,65C
4.1.3.2.5.01.99.01 (14904)	F	Remuneração Dep. Bancários - Municípios Consorciad	384,45C	0,00	179,20	563,65C
4.1.6		RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	18.100,00	18.100,00C
4.1.6.0.0.99		Outros Serviços	0,00	0,00	18.100,00	18.100,00C
4.1.6.0.0.99.01 (15289)	F	Outros Serviços - Horas Máquinas	0,00	0,00	18.100,00	18.100,00C
4.1.7		TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	0,00	101.153,67	101.153,67C
4.1.7.2		TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	0,00	0,00	101.153,67	101.153,67C
4.1.7.2.3		TRANSFERÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS	0,00	0,00	101.153,67	101.153,67C
4.1.7.2.3.37		Transferências a Consórcios Públicos	0,00	0,00	101.153,67	101.153,67C
4.1.7.2.3.37.05		ARROIO TRINTA	0,00	0,00	9.706,65	9.706,65C
4.1.7.2.3.37.05.01		GRUPO DE PROGRAMA 01	0,00	0,00	9.706,65	9.706,65C
4.1.7.2.3.37.05.01.01		Manutenção do CINCO	0,00	0,00	2.600,00	2.600,00C
4.1.7.2.3.37.05.01.01.3100 (15389)	F	Pessoal e Encargos Sociais	0,00	0,00	1.476,20	1.476,20C
4.1.7.2.3.37.05.01.01.3300 (15390)	F	Outras Despesas Correntes	0,00	0,00	965,08	965,08C
4.1.7.2.3.37.05.01.01.4400 (15391)	F	Investimentos	0,00	0,00	158,72	158,72C
4.1.7.2.3.37.05.01.03		Iluminação Pública	0,00	0,00	7.106,65	7.106,65C
4.1.7.2.3.37.05.01.03.3100 (15397)	F	Pessoal e Encargos Sociais	0,00	0,00	317,48	317,48C
4.1.7.2.3.37.05.01.03.3300 (15398)	F	Outras Despesas Correntes	0,00	0,00	6.789,17	6.789,17C
4.1.7.2.3.37.19		FRAIBURGO	0,00	0,00	9.000,00	9.000,00C
4.1.7.2.3.37.19.01		GRUPO DE PROGRAMA 01	0,00	0,00	9.000,00	9.000,00C
4.1.7.2.3.37.19.01.01		Manutenção do CINCO	0,00	0,00	5.850,00	5.850,00C
4.1.7.2.3.37.19.01.01.3100 (15431)	F	Pessoal e Encargos Sociais	0,00	0,00	3.321,45	3.321,45C
4.1.7.2.3.37.19.01.01.3300 (15432)	F	Outras Despesas Correntes	0,00	0,00	2.171,40	2.171,40C
4.1.7.2.3.37.19.01.01.4400 (15433)	F	Investimentos	0,00	0,00	357,15	357,15C
4.1.7.2.3.37.19.01.03		Iluminação Pública	0,00	0,00	3.150,00	3.150,00C
4.1.7.2.3.37.19.01.03.3100 (15439)	F	Pessoal e Encargos Sociais	0,00	0,00	714,30	714,30C
4.1.7.2.3.37.19.01.03.3300 (15440)	F	Outras Despesas Correntes	0,00	0,00	2.435,70	2.435,70C
4.1.7.2.3.37.22		IBIAM	0,00	0,00	2.880,96	2.880,96C
4.1.7.2.3.37.22.01		GRUPO DE PROGRAMA 01	0,00	0,00	2.880,96	2.880,96C
4.1.7.2.3.37.22.01.01		Manutenção do CINCO	0,00	0,00	1.830,96	1.830,96C
4.1.7.2.3.37.22.01.01.3100 (15445)	F	Pessoal e Encargos Sociais	0,00	0,00	1.107,15	1.107,15C
4.1.7.2.3.37.22.01.01.3300 (15446)	F	Outras Despesas Correntes	0,00	0,00	723,81	723,81C
4.1.7.2.3.37.22.01.03		Iluminação Pública	0,00	0,00	1.050,00	1.050,00C
4.1.7.2.3.37.22.01.03.3100 (15453)	F	Pessoal e Encargos Sociais	0,00	0,00	238,11	238,11C
4.1.7.2.3.37.22.01.03.3300 (15454)	F	Outras Despesas Correntes	0,00	0,00	811,89	811,89C
4.1.7.2.3.37.24		IOMERÊ	0,00	0,00	11.904,45	11.904,45C

Santa Catarina
CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO
Balancete de Verificação - 2012

Betha Sistemas

Exercício de 2012

Março

Página: 6/10

Máscara	Sist. Contábil	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
4.1.7.2.3.37.24.01		GRUPO DE PROGRAMA 01	0,00	0,00	11.904,45	11.904,45C
4.1.7.2.3.37.24.01.01		Manutenção do CINCO	0,00	0,00	1.950,00	1.950,00C
4.1.7.2.3.37.24.01.01.3100 (15459)	F	Pessoal e Encargos Sociais	0,00	0,00	1.107,15	1.107,15C
4.1.7.2.3.37.24.01.01.3300 (15460)	F	Outras Despesas Correntes	0,00	0,00	723,81	723,81C
4.1.7.2.3.37.24.01.01.4400 (15461)	F	Investimentos	0,00	0,00	119,04	119,04C
4.1.7.2.3.37.24.01.03		Iluminação Pública	0,00	0,00	9.954,45	9.954,45C
4.1.7.2.3.37.24.01.03.3100 (15467)	F	Pessoal e Encargos Sociais	0,00	0,00	238,11	238,11C
4.1.7.2.3.37.24.01.03.3300 (15468)	F	Outras Despesas Correntes	0,00	0,00	9.716,34	9.716,34C
4.1.7.2.3.37.33		LEBON RÉGIS	0,00	0,00	28.916,23	28.916,23C
4.1.7.2.3.37.33.01		GRUPO DE PROGRAMA 01	0,00	0,00	28.916,23	28.916,23C
4.1.7.2.3.37.33.01.01		Manutenção do CINCO	0,00	0,00	1.950,00	1.950,00C
4.1.7.2.3.37.33.01.01.3100 (15473)	F	Pessoal e Encargos Sociais	0,00	0,00	1.107,15	1.107,15C
4.1.7.2.3.37.33.01.01.3300 (15474)	F	Outras Despesas Correntes	0,00	0,00	723,81	723,81C
4.1.7.2.3.37.33.01.01.4400 (15475)	F	Investimentos	0,00	0,00	119,04	119,04C
4.1.7.2.3.37.33.01.02		Serviços de Máquinas	0,00	0,00	13.600,00	13.600,00C
4.1.7.2.3.37.33.01.02.3100 (15477)	F	Pessoal e Encargos Sociais	0,00	0,00	4.420,00	4.420,00C
4.1.7.2.3.37.33.01.02.3300 (15478)	F	Outras Despesas Correntes	0,00	0,00	8.780,00	8.780,00C
4.1.7.2.3.37.33.01.02.4400 (15479)	F	Investimentos	0,00	0,00	400,00	400,00C
4.1.7.2.3.37.33.01.03		Iluminação Pública	0,00	0,00	13.366,23	13.366,23C
4.1.7.2.3.37.33.01.03.3100 (15481)	F	Pessoal e Encargos Sociais	0,00	0,00	238,11	238,11C
4.1.7.2.3.37.33.01.03.3300 (15482)	F	Outras Despesas Correntes	0,00	0,00	13.128,12	13.128,12C
4.1.7.2.3.37.36		MACIEIRA	0,00	0,00	3.813,83	3.813,83C
4.1.7.2.3.37.36.01		GRUPO DE PROGRAMA 01	0,00	0,00	3.813,83	3.813,83C
4.1.7.2.3.37.36.01.01		Manutenção do CINCO	0,00	0,00	729,36	729,36C
4.1.7.2.3.37.36.01.01.3100 (15487)	F	Pessoal e Encargos Sociais	0,00	0,00	369,05	369,05C
4.1.7.2.3.37.36.01.01.3300 (15488)	F	Outras Despesas Correntes	0,00	0,00	241,27	241,27C
4.1.7.2.3.37.36.01.01.4400 (15489)	F	Investimentos	0,00	0,00	119,04	119,04C
4.1.7.2.3.37.36.01.03		Iluminação Pública	0,00	0,00	3.084,47	3.084,47C
4.1.7.2.3.37.36.01.03.3100 (15495)	F	Pessoal e Encargos Sociais	0,00	0,00	238,11	238,11C
4.1.7.2.3.37.36.01.03.3300 (15496)	F	Outras Despesas Correntes	0,00	0,00	2.846,36	2.846,36C
4.1.7.2.3.37.38		MATOS COSTA	0,00	0,00	8.772,24	8.772,24C
4.1.7.2.3.37.38.01		GRUPO DE PROGRAMA 01	0,00	0,00	8.772,24	8.772,24C
4.1.7.2.3.37.38.01.03		Iluminação Pública	0,00	0,00	8.772,24	8.772,24C
4.1.7.2.3.37.38.01.03.3300 (15510)	F	Outras Despesas Correntes	0,00	0,00	8.772,24	8.772,24C
4.1.7.2.3.37.43		PINHEIRO PRETO	0,00	0,00	3.000,00	3.000,00C
4.1.7.2.3.37.43.01		GRUPO DE PROGRAMA 01	0,00	0,00	3.000,00	3.000,00C
4.1.7.2.3.37.43.01.01		Manutenção do CINCO	0,00	0,00	1.950,00	1.950,00C
4.1.7.2.3.37.43.01.01.3100 (15515)	F	Pessoal e Encargos Sociais	0,00	0,00	1.107,15	1.107,15C
4.1.7.2.3.37.43.01.01.3300 (15516)	F	Outras Despesas Correntes	0,00	0,00	723,81	723,81C
4.1.7.2.3.37.43.01.01.4400 (15517)	F	Investimentos	0,00	0,00	119,04	119,04C
4.1.7.2.3.37.43.01.03		Iluminação Pública	0,00	0,00	1.050,00	1.050,00C
4.1.7.2.3.37.43.01.03.3100 (15523)	F	Pessoal e Encargos Sociais	0,00	0,00	238,11	238,11C

Santa Catarina**CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO**

Balancete de Verificação - 2012

Betha Sistemas

Exercício de 2012

Março

Página: 7/10

Máscara	Sist. Contábil	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
4.1.7.2.3.37.43.01.03.3300 (15524)	F	Outras Despesas Correntes	0,00	0,00	811,89	811,89C
4.1.7.2.3.37.49		RIO DAS ANTAS	0,00	0,00	17.159,31	17.159,31C
4.1.7.2.3.37.49.01		GRUPO DE PROGRAMA 01	0,00	0,00	17.159,31	17.159,31C
4.1.7.2.3.37.49.01.01		Manutenção do CINCO	0,00	0,00	842,85	842,85C
4.1.7.2.3.37.49.01.01.3300 (15530)	F	Outras Despesas Correntes	0,00	0,00	723,81	723,81C
4.1.7.2.3.37.49.01.01.4400 (15531)	F	Investimentos	0,00	0,00	119,04	119,04C
4.1.7.2.3.37.49.01.03		Iluminação Pública	0,00	0,00	16.316,46	16.316,46C
4.1.7.2.3.37.49.01.03.3100 (15537)	F	Pessoal e Encargos Sociais	0,00	0,00	238,11	238,11C
4.1.7.2.3.37.49.01.03.3300 (15538)	F	Outras Despesas Correntes	0,00	0,00	16.078,35	16.078,35C
4.1.7.2.3.37.50		SALTO VELOSO	0,00	0,00	3.000,00	3.000,00C
4.1.7.2.3.37.50.01		GRUPO DE PROGRAMA 01	0,00	0,00	3.000,00	3.000,00C
4.1.7.2.3.37.50.01.01		Manutenção do CINCO	0,00	0,00	1.950,00	1.950,00C
4.1.7.2.3.37.50.01.01.3100 (15543)	F	Pessoal e Encargos Sociais	0,00	0,00	1.107,15	1.107,15C
4.1.7.2.3.37.50.01.01.3300 (15544)	F	Outras Despesas Correntes	0,00	0,00	723,81	723,81C
4.1.7.2.3.37.50.01.01.4400 (15545)	F	Investimentos	0,00	0,00	119,04	119,04C
4.1.7.2.3.37.50.01.03		Iluminação Pública	0,00	0,00	1.050,00	1.050,00C
4.1.7.2.3.37.50.01.03.3100 (15551)	F	Pessoal e Encargos Sociais	0,00	0,00	238,11	238,11C
4.1.7.2.3.37.50.01.03.3300 (15552)	F	Outras Despesas Correntes	0,00	0,00	811,89	811,89C
4.1.7.2.3.37.54		TANGARÁ	0,00	0,00	3.000,00	3.000,00C
4.1.7.2.3.37.54.01		GRUPO DE PROGRAMA 01	0,00	0,00	3.000,00	3.000,00C
4.1.7.2.3.37.54.01.01		Manutenção do CINCO	0,00	0,00	1.950,00	1.950,00C
4.1.7.2.3.37.54.01.01.3100 (15557)	F	Pessoal e Encargos Sociais	0,00	0,00	1.107,15	1.107,15C
4.1.7.2.3.37.54.01.01.3300 (15558)	F	Outras Despesas Correntes	0,00	0,00	723,81	723,81C
4.1.7.2.3.37.54.01.01.4400 (15559)	F	Investimentos	0,00	0,00	119,04	119,04C
4.1.7.2.3.37.54.01.03		Iluminação Pública	0,00	0,00	1.050,00	1.050,00C
4.1.7.2.3.37.54.01.03.3100 (15565)	F	Pessoal e Encargos Sociais	0,00	0,00	238,11	238,11C
4.1.7.2.3.37.54.01.03.3300 (15566)	F	Outras Despesas Correntes	0,00	0,00	811,89	811,89C
4.1.9		OUTRAS RECEITAS CORRENTES	12.124,60C	0,00	0,00	12.124,60C
4.1.9.1		Multas e Juros de Mora	12.124,60C	0,00	0,00	12.124,60C
4.1.9.1.9		Multas de Outras Origens	12.124,60C	0,00	0,00	12.124,60C
4.1.9.1.9.27 (16172)	F	Multas e Juros Previstos em Contratos	12.124,60C	0,00	0,00	12.124,60C

Santa Catarina
CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO
Balancete de Verificação - 2012

Betha Sistemas
Exercício de 2012
Março
Página: 8/10

Máscara	Sist. Contábil	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
5		RESULTADO DIMINUTIVO DO EXERCÍCIO	29.259,15D	0,00	0,00	29.259,15D
5.2		RESULTADO EXTRA-ORÇAMENTÁRIO	29.259,15D	0,00	0,00	29.259,15D
5.2.2		INTERFERÊNCIAS PASSIVAS	29.259,15D	0,00	0,00	29.259,15D
5.2.2.3		MOVIMENTOS DE FUNDOS A CRÉDITO	29.259,15D	0,00	0,00	29.259,15D
5.2.2.3.3		MOVIMENTOS DE FUNDOS PRÓPRIOS	29.259,15D	0,00	0,00	29.259,15D
5.2.2.3.3.07		AJUSTE DE SISTEMAS CONTÁBEIS	29.259,15D	0,00	0,00	29.259,15D
5.2.2.3.3.07.03 (1286)	P	AJUSTE DE SISTEMAS CONTÁBEIS - NÃO FINANCEIRO	26.888,81D	0,00	0,00	26.888,81D
5.2.2.3.3.07.04 (1287)	F	AJUSTE DE SISTEMAS CONTÁBEIS - FINANCEIRO	2.370,34D	0,00	0,00	2.370,34D

Santa Catarina
CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO
Balancete de Verificação - 2012

Betha Sistemas

Exercício de 2012

Março

Página: 9/10

Máscara	Sist. Contábil	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
6		RESULTADO AUMENTATIVO DO EXERCÍCIO	29.259,15C	0,00	0,00	29.259,15C
6.2		RESULTADO EXTRA-ORÇAMENTÁRIO	29.259,15C	0,00	0,00	29.259,15C
6.2.2		INTERFERÊNCIAS ATIVAS	29.259,15C	0,00	0,00	29.259,15C
6.2.2.3		MOVIMENTOS DE FUNDOS A DÉBITO	29.259,15C	0,00	0,00	29.259,15C
6.2.2.3.3		MOVIMENTOS DE FUNDOS PRÓPRIOS	29.259,15C	0,00	0,00	29.259,15C
6.2.2.3.3.07		AJUSTES DE SISTEMAS CONTÁBEIS	29.259,15C	0,00	0,00	29.259,15C
6.2.2.3.3.07.04 (1472)	F	AJUSTES DE SISTEMAS CONTÁBEIS - FINANCEIROS	29.259,15C	0,00	0,00	29.259,15C

Santa Catarina
CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO
Balancete de Verificação - 2012

Betha Sistemas

Exercício de 2012

Março

Página: 10/10

Máscara	Sist. Contábil	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
9		DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL:				1.313.589,89	1.313.589,89	

Fraiburgo, 24/04/2012

Nelmar Pinz
Presidente

Elói Ronnau
Diretor Executivo

Moisés Amadeu Patricio
Contador CRC/SC nº 018341/O-7

Betha Sistemas

Exercício de 2012

Março

Santa Catarina**CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO**

Balancete do Razão

Contas	Saldo exercício anterior	Movimento do exercício corrente			Razão
		Até mês anterior	Do mês	Acumulado	Saldos restantes
	Devedor Credor	Devedor Credor	Devedor Credor	Devedor Credor	Devedor Credor
ATIVO	60.518,30	7.560.352,05	558.293,07	8.118.645,12	4.534.261,22
	0,00	3.255.495,46	389.406,74	3.644.902,20	0,00
ATIVO CIRCULANTE	29.259,15	12.509,05	119.432,87	131.941,92	71.060,15
	0,00	20.161,51	69.979,41	90.140,92	0,00
ATIVO COMPENSADO	31.259,15	7.547.843,00	438.860,20	7.986.703,20	4.463.201,07
	0,00	3.235.333,95	319.427,33	3.554.761,28	0,00
PASSIVO	0,00	5.477.617,38	456.473,05	5.934.090,43	0,00
	60.518,30	9.893.372,81	804.750,28	10.698.123,09	4.824.550,96
PASSIVO CIRCULANTE	0,00	23.890,28	85.076,63	108.966,91	0,00
	2.370,34	127.136,66	313.920,99	441.057,65	334.461,08
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	26.888,81	0,00	0,00	0,00	26.888,81
PASSIVO COMPENSADO	0,00	5.453.727,10	371.396,42	5.825.123,52	0,00
	31.259,15	9.766.236,15	490.829,29	10.257.065,44	4.463.201,07
DESPESA	0,00	123.407,89	298.823,77	422.231,66	422.231,66
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	0,00	123.407,89	298.823,77	422.231,66	422.231,66
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	12.509,05	119.432,87	131.941,92	131.941,92
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	12.509,05	119.432,87	131.941,92	131.941,92
RESULTADO DIMINUTIVO DO EXERCÍCIO	29.259,15	0,00	0,00	0,00	29.259,15
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO EXTRA-ORÇAMENTÁRIO	29.259,15	0,00	0,00	0,00	29.259,15
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO AUMENTATIVO DO EXERCÍCIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	29.259,15	0,00	0,00	0,00	29.259,15
RESULTADO EXTRA-ORÇAMENTÁRIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	29.259,15	0,00	0,00	0,00	29.259,15
Totais	89.777,45	13.161.377,32	1.313.589,89	14.474.967,21	4.985.752,03
	89.777,45	13.161.377,32	1.313.589,89	14.474.967,21	4.985.752,03

Fraiburgo, 24/04/2012

Nelmar Pinz
Presidente

Elói Ronnau
Diretor Executivo

Moisés Amadeu Patrício
Contador CRC/SC nº 018341/O-7

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

Santa Catarina**CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO**

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica

Mês/Ano : Março/2012

Receita		Despesa	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
Receita Orçamentária	119.432,87	Despesa Orçamentária	298.823,77
RECEITA PATRIMONIAL	179,20	Despesas exceto Intra-orçamentárias	298.823,77
RECEITA DE SERVIÇOS	18.100,00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	6.559,82
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	101.153,67	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	292.263,95
Receita Extra - Orçamentária	313.920,99	Despesa Extra - Orçamentária	85.076,63
DEPÓSITOS	15.097,22	DEPÓSITOS	7.988,94
CONSIGNAÇÕES	15.097,22	CONSIGNAÇÕES	7.988,94
PREVIDÊNCIA SOCIAL	10.712,22	PREVIDÊNCIA SOCIAL	5.675,21
PENSÃO ALIMENTÍCIA	233,25	PENSÃO ALIMENTÍCIA	233,25
TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	4.018,12	TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	2.080,48
DIVERSOS CONSIGNATÁRIOS	133,63	OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	77.087,69
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	298.823,77	OBRIGAÇÕES A PAGAR	77.087,69
OBRIGAÇÕES A PAGAR	298.823,77	FORNECEDORES	71.388,61
FORNECEDORES	292.263,95	PESSOAL A PAGAR	4.406,75
PESSOAL A PAGAR	4.051,93	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	1.292,33
ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	2.507,89		
Saldos anteriores	21.606,69	Saldos atuais	71.060,15
BANCO C/ MOVIMENTO	21.606,69	BANCO C/ MOVIMENTO	71.060,15
INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00	INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00
Total	454.960,55	Total	454.960,55

Fraiburgo, 24/04/2012

Nelmar Pinz
Presidente

Elói Ronnau
Diretor Executivo

Moisés Amadeu Patricio
Contador CRC/SC nº 018341/O-7

Santa Catarina**CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO**

Comparativo da Despesa Autorizada Com a Empenhada - Anexo TC 08

Betha Sistemas

Exercício de 2012

Período: Março

Página 1 de 4

Entidade : CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Códigos	Especificações	Créditos				Despesa Empenhada		Saldos
		Orçados	Suplementados	Anulados	Total	No Período	Até o Período	
01	CONSORCIO PÚBLICO	2.138.000,00	1.640.000,00	1.640.000,00	2.138.000,00	5.474,76	1.528.420,89	609.579,11
01.01.0	CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO	2.120.000,00	1.640.000,00	1.640.000,00	2.120.000,00	5.474,76	1.528.420,89	591.579,11
01.01.04	Administração	219.000,00	0,00	0,00	219.000,00	0,00	12.069,34	206.930,66
01.01.04.122	Administração Geral	219.000,00	0,00	0,00	219.000,00	0,00	12.069,34	206.930,66
01.01.04.122.0001	Desenvolvimento Regional	219.000,00	0,00	0,00	219.000,00	0,00	12.069,34	206.930,66
04.122.0001.2.001	MANUTENÇÃO DO CINCO	199.000,00	0,00	0,00	199.000,00	0,00	12.069,34	186.930,66
3.1.90.00.00.00.00.00.1200	Aplicacoes Diretas	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00.1300	Aplicacoes Diretas	154.000,00	0,00	0,00	154.000,00	0,00	0,00	154.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.1200	Aplicacoes Diretas	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.1300	Aplicacoes Diretas	15.000,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	12.069,34	2.930,66
4.4.90.00.00.00.00.00.1200	Aplicacoes Diretas	600,00	0,00	0,00	600,00	0,00	0,00	600,00
4.4.90.00.00.00.00.00.1292	Aplicacoes Diretas	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.1300	Aplicacoes Diretas	7.400,00	0,00	0,00	7.400,00	0,00	0,00	7.400,00
04.122.0001.2.002	DESENVOLVIMENTO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.1200	Aplicacoes Diretas	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.1300	Aplicacoes Diretas	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.1200	Aplicacoes Diretas	3.000,00	0,00	0,00	3.000,00	0,00	0,00	3.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.1300	Aplicacoes Diretas	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00
01.01.13	Cultura	15.000,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	15.000,00
01.01.13.392	Difusão Cultural	15.000,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	15.000,00
01.01.13.392.0001	Desenvolvimento Regional	15.000,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	15.000,00
13.392.0001.2.003	DESENVOLVIMENTO DA CULTURA	15.000,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	15.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.1200	Aplicacoes Diretas	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.1300	Aplicacoes Diretas	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00
01.01.15	Urbanismo	1.615.600,00	1.540.000,00	1.540.000,00	1.615.600,00	1.516,02	1.471.676,20	143.923,80
01.01.15.451	Infra-Estrutura Urbana	1.595.600,00	0,00	1.540.000,00	55.600,00	1.516,02	9.763,70	45.836,30
01.01.15.451.0001	Desenvolvimento Regional	1.595.600,00	0,00	1.540.000,00	55.600,00	1.516,02	9.763,70	45.836,30
15.451.0001.2.004	DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA URBANA	1.595.600,00	0,00	1.540.000,00	55.600,00	1.516,02	9.763,70	45.836,30
3.1.90.00.00.00.00.00.1300	Aplicacoes Diretas	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00	1.516,02	4.467,26	15.532,74
3.3.90.00.00.00.00.00.1200	Aplicacoes Diretas	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.1300	Aplicacoes Diretas	1.555.600,00	0,00	1.540.000,00	15.600,00	0,00	5.296,44	10.303,56
4.4.90.00.00.00.00.00.1200	Aplicacoes Diretas	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.1300	Aplicacoes Diretas	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00
01.01.15.452	Serviços Urbanos	20.000,00	1.540.000,00	0,00	1.560.000,00	0,00	1.461.912,50	98.087,50
01.01.15.452.0001	Desenvolvimento Regional	20.000,00	1.540.000,00	0,00	1.560.000,00	0,00	1.461.912,50	98.087,50
15.452.0001.2.005	DESENVOLVIMENTO DOS SERVIÇOS URBANOS	20.000,00	1.540.000,00	0,00	1.560.000,00	0,00	1.461.912,50	98.087,50
3.3.90.00.00.00.00.00.1200	Aplicacoes Diretas	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.1300	Aplicacoes Diretas	15.000,00	1.540.000,00	0,00	1.555.000,00	0,00	1.461.912,50	93.087,50
4.4.90.00.00.00.00.00.1200	Aplicacoes Diretas	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.1300	Aplicacoes Diretas	3.000,00	0,00	0,00	3.000,00	0,00	0,00	3.000,00

Santa Catarina**CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO**

Comparativo da Despesa Autorizada Com a Empenhada - Anexo TC 08

Betha Sistemas

Exercício de 2012

Período: Março

Página 2 de 4

Entidade : CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Códigos	Especificações	Créditos				Despesa Empenhada		Saldos
		Orçados	Suplementados	Anulados	Total	No Período	Até o Período	
01	CONSORCIO PÚBLICO	2.138.000,00	1.640.000,00	1.640.000,00	2.138.000,00	5.474,76	1.528.420,89	609.579,11
01.01.0	CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO	2.120.000,00	1.640.000,00	1.640.000,00	2.120.000,00	5.474,76	1.528.420,89	591.579,11
01.01.17	Saneamento	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00
01.01.17.512	Saneamento Básico Urbano	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00
01.01.17.512.0001	Desenvolvimento Regional	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00
17.512.0001.2.006	DESENVOLVIMENTO DO SANEAMENTO BÁSICO	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.1200	Aplicacoes Diretas	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.1300	Aplicacoes Diretas	15.000,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	15.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.1200	Aplicacoes Diretas	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.1300	Aplicacoes Diretas	3.000,00	0,00	0,00	3.000,00	0,00	0,00	3.000,00
01.01.18	Gestão Ambiental	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00
01.01.18.541	Preservação e Conservação Ambiental	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00
01.01.18.541.0001	Desenvolvimento Regional	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00
18.541.0001.2.007	DESENVOLVIMENTO DA PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.1200	Aplicacoes Diretas	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.1300	Aplicacoes Diretas	15.000,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	15.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.1200	Aplicacoes Diretas	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.1300	Aplicacoes Diretas	3.000,00	0,00	0,00	3.000,00	0,00	0,00	3.000,00
01.01.20	Agricultura	191.000,00	100.000,00	100.000,00	191.000,00	3.958,74	44.675,35	146.324,65
01.01.20.606	Extensão Rural	191.000,00	100.000,00	100.000,00	191.000,00	3.958,74	44.675,35	146.324,65
01.01.20.606.0001	Desenvolvimento Regional	191.000,00	100.000,00	100.000,00	191.000,00	3.958,74	44.675,35	146.324,65
20.606.0001.1.006	AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.1300	Aplicacoes Diretas	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00
20.606.0001.2.008	DESENVOLVIMENTO DA EXTENSÃO RURAL	171.000,00	100.000,00	100.000,00	171.000,00	3.958,74	44.675,35	126.324,65
3.1.90.00.00.00.00.00.1200	Aplicacoes Diretas	5.000,00	100.000,00	0,00	105.000,00	3.751,47	14.958,32	90.041,68
3.1.90.00.00.00.00.00.1300	Aplicacoes Diretas	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.1200	Aplicacoes Diretas	150.000,00	0,00	100.000,00	50.000,00	207,27	28.719,48	21.280,52
3.3.90.00.00.00.00.00.1300	Aplicacoes Diretas	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	997,55	4.002,45
4.4.90.00.00.00.00.00.1200	Aplicacoes Diretas	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.1300	Aplicacoes Diretas	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00
01.01.23	Comércio e Serviços	33.400,00	0,00	0,00	33.400,00	0,00	0,00	33.400,00
01.01.23.691	Promoção Comercial	11.400,00	0,00	0,00	11.400,00	0,00	0,00	11.400,00
01.01.23.691.0001	Desenvolvimento Regional	11.400,00	0,00	0,00	11.400,00	0,00	0,00	11.400,00
23.691.0001.2.009	DESENVOLVIMENTO DA PROMOÇÃO COMERCIAL	11.400,00	0,00	0,00	11.400,00	0,00	0,00	11.400,00
3.3.90.00.00.00.00.00.1200	Aplicacoes Diretas	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.1300	Aplicacoes Diretas	10.400,00	0,00	0,00	10.400,00	0,00	0,00	10.400,00

Santa Catarina**CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO**

Comparativo da Despesa Autorizada Com a Empenhada - Anexo TC 08

Betha Sistemas

Exercício de 2012

Período: Março

Página 3 de 4

Entidade : CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Códigos	Especificações	Créditos				Despesa Empenhada		Saldos
		Orçados	Suplementados	Anulados	Total	No Período	Até o Período	
01	CONSORCIO PÚBLICO	2.138.000,00	1.640.000,00	1.640.000,00	2.138.000,00	5.474,76	1.528.420,89	609.579,11
01.01.0	CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO	2.120.000,00	1.640.000,00	1.640.000,00	2.120.000,00	5.474,76	1.528.420,89	591.579,11
01.01.23	Comércio e Serviços	33.400,00	0,00	0,00	33.400,00	0,00	0,00	33.400,00
01.01.23.695	Turismo	22.000,00	0,00	0,00	22.000,00	0,00	0,00	22.000,00
01.01.23.695.0001	Desenvolvimento Regional	22.000,00	0,00	0,00	22.000,00	0,00	0,00	22.000,00
23.695.0001.2.010	DESENVOLVIMENTO DO TURISMO	16.000,00	0,00	0,00	16.000,00	0,00	0,00	16.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.1200	Aplicacoes Diretas	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.1300	Aplicacoes Diretas	15.000,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	15.000,00
23.695.0001.2.011	DESENVOLVIMENTO DE EVENTOS, FEIRAS E EXPOSIÇÃO:	6.000,00	0,00	0,00	6.000,00	0,00	0,00	6.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.1200	Aplicacoes Diretas	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.1300	Aplicacoes Diretas	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00
01.01.27	Desporto e Lazer	6.000,00	0,00	0,00	6.000,00	0,00	0,00	6.000,00
01.01.27.812	Desporto Comunitário	6.000,00	0,00	0,00	6.000,00	0,00	0,00	6.000,00
01.01.27.812.0001	Desenvolvimento Regional	6.000,00	0,00	0,00	6.000,00	0,00	0,00	6.000,00
27.812.0001.2.012	DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE E LAZER COMUNITÁRIO	6.000,00	0,00	0,00	6.000,00	0,00	0,00	6.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.1200	Aplicacoes Diretas	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.1300	Aplicacoes Diretas	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00
01.02.0	ENCARGOS GERAIS DO CINCO	18.000,00	0,00	0,00	18.000,00	0,00	0,00	18.000,00
01.02.28	Encargos Especiais	18.000,00	0,00	0,00	18.000,00	0,00	0,00	18.000,00
01.02.28.846	Outros Encargos Especiais	18.000,00	0,00	0,00	18.000,00	0,00	0,00	18.000,00
01.02.28.846.0000	Encargos Especiais	18.000,00	0,00	0,00	18.000,00	0,00	0,00	18.000,00
28.846.0000.0.200	PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.1200	Aplicacoes Diretas	500,00	0,00	0,00	500,00	0,00	0,00	500,00
3.3.90.00.00.00.00.00.1300	Aplicacoes Diretas	500,00	0,00	0,00	500,00	0,00	0,00	500,00
28.846.0000.0.300	CONTRIBUIÇÃO AO PASEP	12.000,00	0,00	0,00	12.000,00	0,00	0,00	12.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.1200	Aplicacoes Diretas	7.000,00	0,00	0,00	7.000,00	0,00	0,00	7.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.1300	Aplicacoes Diretas	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00
28.846.0000.0.400	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00.1200	Aplicacoes Diretas	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.1200	Aplicacoes Diretas	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.1300	Aplicacoes Diretas	3.000,00	0,00	0,00	3.000,00	0,00	0,00	3.000,00

Santa Catarina**CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO**

Comparativo da Despesa Autorizada Com a Empenhada - Anexo TC 08

Betha Sistemas

Exercício de 2012

Período: Março

Página 4 de 4

Entidade : CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Códigos	Especificações	Créditos				Despesa Empenhada		Saldos
		Orçados	Suplementados	Anulados	Total	No Período	Até o Período	
99	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	12.000,00	0,00	0,00	12.000,00	0,00	0,00	12.000,00
99.99.0	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	12.000,00	0,00	0,00	12.000,00	0,00	0,00	12.000,00
99.99.99	Reserva de Contingência	12.000,00	0,00	0,00	12.000,00	0,00	0,00	12.000,00
99.99.99.999	Reserva de Contingência	12.000,00	0,00	0,00	12.000,00	0,00	0,00	12.000,00
99.99.99.999.0002	Reserva de Contingência	12.000,00	0,00	0,00	12.000,00	0,00	0,00	12.000,00
99.999.0002.9.999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	12.000,00	0,00	0,00	12.000,00	0,00	0,00	12.000,00
9.9.99.00.00.00.00.00.1200	RESERVA DE CONTINGENCIA	6.000,00	0,00	0,00	6.000,00	0,00	0,00	6.000,00
9.9.99.00.00.00.00.00.1300	RESERVA DE CONTINGENCIA	6.000,00	0,00	0,00	6.000,00	0,00	0,00	6.000,00
Total por Entidade :		2.150.000,00	1.640.000,00	1.640.000,00	2.150.000,00	5.474,76	1.528.420,89	621.579,11
Total Geral :		2.150.000,00	1.640.000,00	1.640.000,00	2.150.000,00	5.474,76	1.528.420,89	621.579,11

Fraiburgo, 24/04/2012

 Nelmar Pinz
 Presidente

 Elói Ronnau
 Diretor Executivo

 Moisés Amadeu Patricio
 Contador CRC/SC nº 018341/O-7

Santa Catarina

Betha Sistemas

CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Exercício de 2012

Comparativo da Receita Orçada Com a Arrecadada

Período: Março

Administração Indireta - CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Títulos		Orçada	Arrecadada		Diferenças	
			No Período	Até o Período	Para (+)	Para (-)
1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES	2.130.000,00	119.432,87	131.941,92	19.483,83	2.017.541,91
1.1.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA TRIBUTARIA	2.500,00	0,00	0,00	0,00	2.500,00
1.1.1.0.00.00.00.00.00	IMPOSTOS	1.500,00	0,00	0,00	0,00	1.500,00
1.1.1.2.00.00.00.00.00	Impostos s/ o Patrimônio e a Renda	1.500,00	0,00	0,00	0,00	1.500,00
1.1.1.2.04.00.00.00.00	Imposto s/ Renda e Proventos de Qualqu	1.500,00	0,00	0,00	0,00	1.500,00
1.1.1.2.04.31.00.00.00	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho	500,00	0,00	0,00	0,00	500,00
1.1.1.2.04.34.00.00.00	IRRF s/ Outros Rendimentos	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
1.1.2.0.00.00.00.00.00	TAXAS	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
1.1.2.2.00.00.00.00.00	Tx pela Prestacao de Servicos	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
1.1.2.2.99.00.00.00.00	Outras Taxas de Prestação de Serviços	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
1.3.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	1.600,00	179,20	563,65	0,00	1.036,35
1.3.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	1.600,00	179,20	563,65	0,00	1.036,35
1.3.2.5.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	1.600,00	179,20	563,65	0,00	1.036,35
1.3.2.5.01.00.00.00.00	Remuneração de Dep Banc de Rec Vincu	1.100,00	179,20	563,65	0,00	536,35
1.3.2.5.01.99.00.00.00	Remuneração de Outros Dep Banc Recu	1.100,00	179,20	563,65	0,00	536,35
1.3.2.5.01.99.01.00.00	Remuneração Dep. Bancários - Municipi	1.000,00	179,20	563,65	0,00	436,35
1.3.2.5.01.99.02.00.00	Remuneração de Dep Bancários - Alienz	100,00	0,00	0,00	0,00	100,00
1.3.2.5.02.00.00.00.00	Remuneração de Dep. Banc. de Rec. Nãc	500,00	0,00	0,00	0,00	500,00
1.3.2.5.02.99.00.00.00	Remuneração de Outros Dep Recursos N	500,00	0,00	0,00	0,00	500,00
1.6.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA DE SERVIÇOS	216.000,00	18.100,00	18.100,00	0,00	197.900,00
1.6.0.0.13.00.00.00.00	Serv. Administrativos	2.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
1.6.0.0.13.02.00.00.00	Serv. de Venda de Editais	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
1.6.0.0.13.99.00.00.00	Outros Serv. Administrativos	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
1.6.0.0.19.00.00.00.00	Serv. Recreativos e Culturais	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
1.6.0.0.20.00.00.00.00	Serv. Consultoria, Assist.Tecnica e Analis	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
1.6.0.0.20.01.00.00.00	Serv. Consultoria, Assist.Tecnica e Analis	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
1.6.0.0.99.00.00.00.00	Outros Servicos	212.000,00	18.100,00	18.100,00	0,00	193.900,00
1.6.0.0.99.01.00.00.00	Outros Serviços - Horas Máquinas	212.000,00	18.100,00	18.100,00	0,00	193.900,00
1.7.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.909.900,00	101.153,67	101.153,67	7.359,23	1.816.105,56
1.7.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	1.909.900,00	101.153,67	101.153,67	7.359,23	1.816.105,56
1.7.2.3.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS	1.909.900,00	101.153,67	101.153,67	7.359,23	1.816.105,56
1.7.2.3.37.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	1.909.900,00	101.153,67	101.153,67	7.359,23	1.816.105,56
1.7.2.3.37.05.00.00.00	ARROIO TRINTA	90.927,14	9.706,65	9.706,65	0,00	81.220,49
1.7.2.3.37.05.01.00.00	GRUPO DE PROGRAMA 01	90.927,14	9.706,65	9.706,65	0,00	81.220,49
1.7.2.3.37.05.01.01.00	Manutenção do CINCO	11.366,00	2.600,00	2.600,00	0,00	8.766,00
1.7.2.3.37.05.01.01.31	Pessoal e Encargos Sociais	8.524,46	1.476,20	1.476,20	0,00	7.048,26
1.7.2.3.37.05.01.01.33	Outras Despesas Correntes	1.420,77	965,08	965,08	0,00	455,69
1.7.2.3.37.05.01.01.44	Investimentos	1.420,77	158,72	158,72	0,00	1.262,05
1.7.2.3.37.05.01.02.00	Serviços de Máquinas	11.366,00	0,00	0,00	0,00	11.366,00
1.7.2.3.37.05.01.02.31	Pessoal e Encargos Sociais	8.524,46	0,00	0,00	0,00	8.524,46
1.7.2.3.37.05.01.02.33	Outras Despesas Correntes	1.420,77	0,00	0,00	0,00	1.420,77
1.7.2.3.37.05.01.02.44	Investimentos	1.420,77	0,00	0,00	0,00	1.420,77
1.7.2.3.37.05.01.03.00	Iluminação Pública	68.195,14	7.106,65	7.106,65	0,00	61.088,49
1.7.2.3.37.05.01.03.31	Pessoal e Encargos Sociais	886,26	317,48	317,48	0,00	568,78
1.7.2.3.37.05.01.03.33	Outras Despesas Correntes	66.490,49	6.789,17	6.789,17	0,00	59.701,32
1.7.2.3.37.05.01.03.44	Investimentos	818,39	0,00	0,00	0,00	818,39
1.7.2.3.37.09.00.00.00	CAÇADOR	272.924,71	0,00	0,00	0,00	272.924,71
1.7.2.3.37.09.01.00.00	GRUPO DE PROGRAMA 01	272.924,71	0,00	0,00	0,00	272.924,71
1.7.2.3.37.09.01.01.00	Manutenção do CINCO	34.187,21	0,00	0,00	0,00	34.187,21
1.7.2.3.37.09.01.01.31	Pessoal e Encargos Sociais	25.783,65	0,00	0,00	0,00	25.783,65
1.7.2.3.37.09.01.01.33	Outras Despesas Correntes	4.201,78	0,00	0,00	0,00	4.201,78
1.7.2.3.37.09.01.01.44	Investimentos	4.201,78	0,00	0,00	0,00	4.201,78
1.7.2.3.37.09.01.02.00	Serviços de Máquinas	34.187,21	0,00	0,00	0,00	34.187,21
1.7.2.3.37.09.01.02.31	Pessoal e Encargos Sociais	25.783,65	0,00	0,00	0,00	25.783,65
1.7.2.3.37.09.01.02.33	Outras Despesas Correntes	4.201,78	0,00	0,00	0,00	4.201,78
1.7.2.3.37.09.01.02.44	Investimentos	4.201,78	0,00	0,00	0,00	4.201,78
1.7.2.3.37.09.01.03.00	Iluminação Pública	204.550,29	0,00	0,00	0,00	204.550,29
1.7.2.3.37.09.01.03.31	Pessoal e Encargos Sociais	2.673,86	0,00	0,00	0,00	2.673,86
1.7.2.3.37.09.01.03.33	Outras Despesas Correntes	199.393,56	0,00	0,00	0,00	199.393,56
1.7.2.3.37.09.01.03.44	Investimentos	2.482,87	0,00	0,00	0,00	2.482,87
1.7.2.3.37.10.00.00.00	CALMON	90.927,14	0,00	0,00	0,00	90.927,14
1.7.2.3.37.10.01.00.00	GRUPO DE PROGRAMA 01	90.927,14	0,00	0,00	0,00	90.927,14
1.7.2.3.37.10.01.01.00	Manutenção do CINCO	11.366,00	0,00	0,00	0,00	11.366,00
1.7.2.3.37.10.01.01.31	Pessoal e Encargos Sociais	8.524,46	0,00	0,00	0,00	8.524,46
1.7.2.3.37.10.01.01.33	Outras Despesas Correntes	1.420,77	0,00	0,00	0,00	1.420,77
1.7.2.3.37.10.01.01.44	Investimentos	1.420,77	0,00	0,00	0,00	1.420,77



Santa Catarina

Betha Sistemas

CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Exercício de 2012

Comparativo da Receita Orçada Com a Arrecadada

Período: Março

Administração Indireta - CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Títulos	Orçada	Arrecadada		Diferenças	
		No Período	Até o Período	Para (+)	Para (-)
1.7.2.3.37.10.01.02.00	Serviços de Máquinas	11.366,00	0,00	0,00	11.366,00
1.7.2.3.37.10.01.02.31	Pessoal e Encargos Sociais	8.524,46	0,00	0,00	8.524,46
1.7.2.3.37.10.01.02.33	Outras Despesas Correntes	1.420,77	0,00	0,00	1.420,77
1.7.2.3.37.10.01.02.44	Investimentos	1.420,77	0,00	0,00	1.420,77
1.7.2.3.37.10.01.03.00	Iluminação Pública	68.195,14	0,00	0,00	68.195,14
1.7.2.3.37.10.01.03.31	Pessoal e Encargos Sociais	886,26	0,00	0,00	886,26
1.7.2.3.37.10.01.03.33	Outras Despesas Correntes	66.490,49	0,00	0,00	66.490,49
1.7.2.3.37.10.01.03.44	Investimentos	818,39	0,00	0,00	818,39
1.7.2.3.37.19.00.00.00	FRAIBURGO	272.924,90	9.000,00	9.000,00	263.924,90
1.7.2.3.37.19.01.00.00	GRUPO DE PROGRAMA 01	272.924,90	9.000,00	9.000,00	263.924,90
1.7.2.3.37.19.01.01.00	Manutenção do CINCO	34.187,40	5.850,00	5.850,00	28.337,40
1.7.2.3.37.19.01.01.31	Pessoal e Encargos Sociais	25.783,84	3.321,45	3.321,45	22.462,39
1.7.2.3.37.19.01.01.33	Outras Despesas Correntes	4.201,78	2.171,40	2.171,40	2.030,38
1.7.2.3.37.19.01.01.44	Investimentos	4.201,78	357,15	357,15	3.844,63
1.7.2.3.37.19.01.02.00	Serviços de Máquinas	34.187,21	0,00	0,00	34.187,21
1.7.2.3.37.19.01.02.31	Pessoal e Encargos Sociais	25.783,65	0,00	0,00	25.783,65
1.7.2.3.37.19.01.02.33	Outras Despesas Correntes	4.201,78	0,00	0,00	4.201,78
1.7.2.3.37.19.01.02.44	Investimentos	4.201,78	0,00	0,00	4.201,78
1.7.2.3.37.19.01.03.00	Iluminação Pública	204.550,29	3.150,00	3.150,00	201.400,29
1.7.2.3.37.19.01.03.31	Pessoal e Encargos Sociais	2.673,86	714,30	714,30	1.959,56
1.7.2.3.37.19.01.03.33	Outras Despesas Correntes	199.393,56	2.435,70	2.435,70	196.957,86
1.7.2.3.37.19.01.03.44	Investimentos	2.482,87	0,00	0,00	2.482,87
1.7.2.3.37.22.00.00.00	BIAM	90.927,14	2.880,96	2.880,96	88.046,18
1.7.2.3.37.22.01.00.00	GRUPO DE PROGRAMA 01	90.927,14	2.880,96	2.880,96	88.046,18
1.7.2.3.37.22.01.01.00	Manutenção do CINCO	11.366,00	1.830,96	1.830,96	9.535,04
1.7.2.3.37.22.01.01.31	Pessoal e Encargos Sociais	8.524,46	1.107,15	1.107,15	7.417,31
1.7.2.3.37.22.01.01.33	Outras Despesas Correntes	1.420,77	723,81	723,81	696,96
1.7.2.3.37.22.01.01.44	Investimentos	1.420,77	0,00	0,00	1.420,77
1.7.2.3.37.22.01.02.00	Serviços de Máquinas	11.366,00	0,00	0,00	11.366,00
1.7.2.3.37.22.01.02.31	Pessoal e Encargos Sociais	8.524,46	0,00	0,00	8.524,46
1.7.2.3.37.22.01.02.33	Outras Despesas Correntes	1.420,77	0,00	0,00	1.420,77
1.7.2.3.37.22.01.02.44	Investimentos	1.420,77	0,00	0,00	1.420,77
1.7.2.3.37.22.01.03.00	Iluminação Pública	68.195,14	1.050,00	1.050,00	67.145,14
1.7.2.3.37.22.01.03.31	Pessoal e Encargos Sociais	886,26	238,11	238,11	648,15
1.7.2.3.37.22.01.03.33	Outras Despesas Correntes	66.490,49	811,89	811,89	65.678,60
1.7.2.3.37.22.01.03.44	Investimentos	818,39	0,00	0,00	818,39
1.7.2.3.37.24.00.00.00	IOMERÊ	90.927,14	11.904,45	11.904,45	79.022,69
1.7.2.3.37.24.01.00.00	GRUPO DE PROGRAMA 01	90.927,14	11.904,45	11.904,45	79.022,69
1.7.2.3.37.24.01.01.00	Manutenção do CINCO	11.366,00	1.950,00	1.950,00	9.416,00
1.7.2.3.37.24.01.01.31	Pessoal e Encargos Sociais	8.524,46	1.107,15	1.107,15	7.417,31
1.7.2.3.37.24.01.01.33	Outras Despesas Correntes	1.420,77	723,81	723,81	696,96
1.7.2.3.37.24.01.01.44	Investimentos	1.420,77	119,04	119,04	1.301,73
1.7.2.3.37.24.01.02.00	Serviços de Máquinas	11.366,00	0,00	0,00	11.366,00
1.7.2.3.37.24.01.02.31	Pessoal e Encargos Sociais	8.524,46	0,00	0,00	8.524,46
1.7.2.3.37.24.01.02.33	Outras Despesas Correntes	1.420,77	0,00	0,00	1.420,77
1.7.2.3.37.24.01.02.44	Investimentos	1.420,77	0,00	0,00	1.420,77
1.7.2.3.37.24.01.03.00	Iluminação Pública	68.195,14	9.954,45	9.954,45	58.240,69
1.7.2.3.37.24.01.03.31	Pessoal e Encargos Sociais	886,26	238,11	238,11	648,15
1.7.2.3.37.24.01.03.33	Outras Despesas Correntes	66.490,49	9.716,34	9.716,34	56.774,15
1.7.2.3.37.24.01.03.44	Investimentos	818,39	0,00	0,00	818,39
1.7.2.3.37.33.00.00.00	LEBON RÉGIS	90.927,14	28.916,23	28.916,23	7.359,23
1.7.2.3.37.33.01.00.00	GRUPO DE PROGRAMA 01	90.927,14	28.916,23	28.916,23	7.359,23
1.7.2.3.37.33.01.01.00	Manutenção do CINCO	11.366,00	1.950,00	1.950,00	9.416,00
1.7.2.3.37.33.01.01.31	Pessoal e Encargos Sociais	8.524,46	1.107,15	1.107,15	7.417,31
1.7.2.3.37.33.01.01.33	Outras Despesas Correntes	1.420,77	723,81	723,81	696,96
1.7.2.3.37.33.01.01.44	Investimentos	1.420,77	119,04	119,04	1.301,73
1.7.2.3.37.33.01.02.00	Serviços de Máquinas	11.366,00	13.600,00	13.600,00	7.359,23
1.7.2.3.37.33.01.02.31	Pessoal e Encargos Sociais	8.524,46	4.420,00	4.420,00	4.104,46
1.7.2.3.37.33.01.02.33	Outras Despesas Correntes	1.420,77	8.780,00	8.780,00	7.359,23
1.7.2.3.37.33.01.02.44	Investimentos	1.420,77	400,00	400,00	1.020,77
1.7.2.3.37.33.01.03.00	Iluminação Pública	68.195,14	13.366,23	13.366,23	54.828,91
1.7.2.3.37.33.01.03.31	Pessoal e Encargos Sociais	886,26	238,11	238,11	648,15
1.7.2.3.37.33.01.03.33	Outras Despesas Correntes	66.490,49	13.128,12	13.128,12	53.362,37
1.7.2.3.37.33.01.03.44	Investimentos	818,39	0,00	0,00	818,39
1.7.2.3.37.36.00.00.00	MACIEIRA	90.927,14	3.813,83	3.813,83	87.113,31
1.7.2.3.37.36.01.00.00	GRUPO DE PROGRAMA 01	90.927,14	3.813,83	3.813,83	87.113,31



Santa Catarina

Betha Sistemas

CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Exercício de 2012

Comparativo da Receita Orçada Com a Arrecadada

Período: Março

Administração Indireta - CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Títulos		Orçada	Arrecadada		Diferenças	
			No Período	Até o Período	Para (+)	Para (-)
1.7.2.3.37.36.01.01.00	Manutenção do CINCO	11.366,00	729,36	729,36	0,00	10.636,64
1.7.2.3.37.36.01.01.31	Pessoal e Encargos Sociais	8.524,46	369,05	369,05	0,00	8.155,41
1.7.2.3.37.36.01.01.33	Outras Despesas Correntes	1.420,77	241,27	241,27	0,00	1.179,50
1.7.2.3.37.36.01.01.44	Investimentos	1.420,77	119,04	119,04	0,00	1.301,73
1.7.2.3.37.36.01.02.00	Serviços de Máquinas	11.366,00	0,00	0,00	0,00	11.366,00
1.7.2.3.37.36.01.02.31	Pessoal e Encargos Sociais	8.524,46	0,00	0,00	0,00	8.524,46
1.7.2.3.37.36.01.02.33	Outras Despesas Correntes	1.420,77	0,00	0,00	0,00	1.420,77
1.7.2.3.37.36.01.02.44	Investimentos	1.420,77	0,00	0,00	0,00	1.420,77
1.7.2.3.37.36.01.03.00	Iluminação Pública	68.195,14	3.084,47	3.084,47	0,00	65.110,67
1.7.2.3.37.36.01.03.31	Pessoal e Encargos Sociais	886,26	238,11	238,11	0,00	648,15
1.7.2.3.37.36.01.03.33	Outras Despesas Correntes	66.490,49	2.846,36	2.846,36	0,00	63.644,13
1.7.2.3.37.36.01.03.44	Investimentos	818,39	0,00	0,00	0,00	818,39
1.7.2.3.37.38.00.00.00	MATOS COSTA	90.927,14	8.772,24	8.772,24	0,00	82.154,90
1.7.2.3.37.38.01.00.00	GRUPO DE PROGRAMA 01	90.927,14	8.772,24	8.772,24	0,00	82.154,90
1.7.2.3.37.38.01.01.00	Manutenção do CINCO	11.366,00	0,00	0,00	0,00	11.366,00
1.7.2.3.37.38.01.01.31	Pessoal e Encargos Sociais	8.524,46	0,00	0,00	0,00	8.524,46
1.7.2.3.37.38.01.01.33	Outras Despesas Correntes	1.420,77	0,00	0,00	0,00	1.420,77
1.7.2.3.37.38.01.01.44	Investimentos	1.420,77	0,00	0,00	0,00	1.420,77
1.7.2.3.37.38.01.02.00	Serviços de Máquinas	11.366,00	0,00	0,00	0,00	11.366,00
1.7.2.3.37.38.01.02.31	Pessoal e Encargos Sociais	8.524,46	0,00	0,00	0,00	8.524,46
1.7.2.3.37.38.01.02.33	Outras Despesas Correntes	1.420,77	0,00	0,00	0,00	1.420,77
1.7.2.3.37.38.01.02.44	Investimentos	1.420,77	0,00	0,00	0,00	1.420,77
1.7.2.3.37.38.01.03.00	Iluminação Pública	68.195,14	8.772,24	8.772,24	0,00	59.422,90
1.7.2.3.37.38.01.03.31	Pessoal e Encargos Sociais	886,26	0,00	0,00	0,00	886,26
1.7.2.3.37.38.01.03.33	Outras Despesas Correntes	66.490,49	8.772,24	8.772,24	0,00	57.718,25
1.7.2.3.37.38.01.03.44	Investimentos	818,39	0,00	0,00	0,00	818,39
1.7.2.3.37.43.00.00.00	PINHEIRO PRETO	90.927,14	3.000,00	3.000,00	0,00	87.927,14
1.7.2.3.37.43.01.00.00	GRUPO DE PROGRAMA 01	90.927,14	3.000,00	3.000,00	0,00	87.927,14
1.7.2.3.37.43.01.01.00	Manutenção do CINCO	11.366,00	1.950,00	1.950,00	0,00	9.416,00
1.7.2.3.37.43.01.01.31	Pessoal e Encargos Sociais	8.524,46	1.107,15	1.107,15	0,00	7.417,31
1.7.2.3.37.43.01.01.33	Outras Despesas Correntes	1.420,77	723,81	723,81	0,00	696,96
1.7.2.3.37.43.01.01.44	Investimentos	1.420,77	119,04	119,04	0,00	1.301,73
1.7.2.3.37.43.01.02.00	Serviços de Máquinas	11.366,00	0,00	0,00	0,00	11.366,00
1.7.2.3.37.43.01.02.31	Pessoal e Encargos Sociais	8.524,46	0,00	0,00	0,00	8.524,46
1.7.2.3.37.43.01.02.33	Outras Despesas Correntes	1.420,77	0,00	0,00	0,00	1.420,77
1.7.2.3.37.43.01.02.44	Investimentos	1.420,77	0,00	0,00	0,00	1.420,77
1.7.2.3.37.43.01.03.00	Iluminação Pública	68.195,14	1.050,00	1.050,00	0,00	67.145,14
1.7.2.3.37.43.01.03.31	Pessoal e Encargos Sociais	886,26	238,11	238,11	0,00	648,15
1.7.2.3.37.43.01.03.33	Outras Despesas Correntes	66.490,49	811,89	811,89	0,00	65.678,60
1.7.2.3.37.43.01.03.44	Investimentos	818,39	0,00	0,00	0,00	818,39
1.7.2.3.37.49.00.00.00	RIO DAS ANTAS	90.927,14	17.159,31	17.159,31	0,00	73.767,83
1.7.2.3.37.49.01.00.00	GRUPO DE PROGRAMA 01	90.927,14	17.159,31	17.159,31	0,00	73.767,83
1.7.2.3.37.49.01.01.00	Manutenção do CINCO	11.366,00	842,85	842,85	0,00	10.523,15
1.7.2.3.37.49.01.01.31	Pessoal e Encargos Sociais	8.524,46	0,00	0,00	0,00	8.524,46
1.7.2.3.37.49.01.01.33	Outras Despesas Correntes	1.420,77	723,81	723,81	0,00	696,96
1.7.2.3.37.49.01.01.44	Investimentos	1.420,77	119,04	119,04	0,00	1.301,73
1.7.2.3.37.49.01.02.00	Serviços de Máquinas	11.366,00	0,00	0,00	0,00	11.366,00
1.7.2.3.37.49.01.02.31	Pessoal e Encargos Sociais	8.524,46	0,00	0,00	0,00	8.524,46
1.7.2.3.37.49.01.02.33	Outras Despesas Correntes	1.420,77	0,00	0,00	0,00	1.420,77
1.7.2.3.37.49.01.02.44	Investimentos	1.420,77	0,00	0,00	0,00	1.420,77
1.7.2.3.37.49.01.03.00	Iluminação Publica	68.195,14	16.316,46	16.316,46	0,00	51.878,68
1.7.2.3.37.49.01.03.31	Pessoal e Encargos Sociais	886,26	238,11	238,11	0,00	648,15
1.7.2.3.37.49.01.03.33	Outras Despesas Correntes	66.490,49	16.078,35	16.078,35	0,00	50.412,14
1.7.2.3.37.49.01.03.44	Investimentos	818,39	0,00	0,00	0,00	818,39
1.7.2.3.37.50.00.00.00	SALTO VELOSO	90.927,14	3.000,00	3.000,00	0,00	87.927,14
1.7.2.3.37.50.01.00.00	GRUPO DE PROGRAMA 01	90.927,14	3.000,00	3.000,00	0,00	87.927,14
1.7.2.3.37.50.01.01.00	Manutenção do CINCO	11.366,00	1.950,00	1.950,00	0,00	9.416,00
1.7.2.3.37.50.01.01.31	Pessoal e Encargos Sociais	8.524,46	1.107,15	1.107,15	0,00	7.417,31
1.7.2.3.37.50.01.01.33	Outras Despesas Correntes	1.420,77	723,81	723,81	0,00	696,96
1.7.2.3.37.50.01.01.44	Investimentos	1.420,77	119,04	119,04	0,00	1.301,73
1.7.2.3.37.50.01.02.00	Serviços de Máquinas	11.366,00	0,00	0,00	0,00	11.366,00
1.7.2.3.37.50.01.02.31	Pessoal e Encargos Sociais	8.524,46	0,00	0,00	0,00	8.524,46
1.7.2.3.37.50.01.02.33	Outras Despesas Correntes	1.420,77	0,00	0,00	0,00	1.420,77
1.7.2.3.37.50.01.02.44	Investimentos	1.420,77	0,00	0,00	0,00	1.420,77
1.7.2.3.37.50.01.03.00	Iluminação Pública	68.195,14	1.050,00	1.050,00	0,00	67.145,14
1.7.2.3.37.50.01.03.31	Pessoal e Encargos Sociais	886,26	238,11	238,11	0,00	648,15

Santa Catarina

Betha Sistemas

CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Exercício de 2012

Comparativo da Receita Orçada Com a Arrecadada

Período: Março

Administração Indireta - CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Títulos		Orçada	Arrecadada		Diferenças	
			No Período	Até o Período	Para (+)	Para (-)
1.7.2.3.37.50.01.03.33	Outras Despesas Correntes	66.490,49	811,89	811,89	0,00	65.678,60
1.7.2.3.37.50.01.03.44	Investimentos	818,39	0,00	0,00	0,00	818,39
1.7.2.3.37.54.00.00.00	TANGARÁ	90.927,14	3.000,00	3.000,00	0,00	87.927,14
1.7.2.3.37.54.01.00.00	GRUPO DE PROGRAMA 01	90.927,14	3.000,00	3.000,00	0,00	87.927,14
1.7.2.3.37.54.01.01.00	Manutenção do CINCO	11.366,00	1.950,00	1.950,00	0,00	9.416,00
1.7.2.3.37.54.01.01.31	Pessoal e Encargos Sociais	8.524,46	1.107,15	1.107,15	0,00	7.417,31
1.7.2.3.37.54.01.01.33	Outras Despesas Correntes	1.420,77	723,81	723,81	0,00	696,96
1.7.2.3.37.54.01.01.44	Investimentos	1.420,77	119,04	119,04	0,00	1.301,73
1.7.2.3.37.54.01.02.00	Serviços de Máquinas	11.366,00	0,00	0,00	0,00	11.366,00
1.7.2.3.37.54.01.02.31	Pessoal e Encargos Sociais	8.524,46	0,00	0,00	0,00	8.524,46
1.7.2.3.37.54.01.02.33	Outras Despesas Correntes	1.420,77	0,00	0,00	0,00	1.420,77
1.7.2.3.37.54.01.02.44	Investimentos	1.420,77	0,00	0,00	0,00	1.420,77
1.7.2.3.37.54.01.03.00	Iluminação Pública	68.195,14	1.050,00	1.050,00	0,00	67.145,14
1.7.2.3.37.54.01.03.31	Pessoal e Encargos Sociais	886,26	238,11	238,11	0,00	648,15
1.7.2.3.37.54.01.03.33	Outras Despesas Correntes	66.490,49	811,89	811,89	0,00	65.678,60
1.7.2.3.37.54.01.03.44	Investimentos	818,39	0,00	0,00	0,00	818,39
1.7.2.3.37.55.00.00.00	TIMBÓ GRANDE	90.927,14	0,00	0,00	0,00	90.927,14
1.7.2.3.37.55.01.00.00	GRUPO DE PROGRAMA 01	90.927,14	0,00	0,00	0,00	90.927,14
1.7.2.3.37.55.01.01.00	Manutenção do CINCO	11.366,00	0,00	0,00	0,00	11.366,00
1.7.2.3.37.55.01.01.31	Pessoal e Encargos Sociais	8.524,46	0,00	0,00	0,00	8.524,46
1.7.2.3.37.55.01.01.33	Outras Despesas Correntes	1.420,77	0,00	0,00	0,00	1.420,77
1.7.2.3.37.55.01.01.44	Investimentos	1.420,77	0,00	0,00	0,00	1.420,77
1.7.2.3.37.55.01.02.00	Serviços de Máquinas	11.366,00	0,00	0,00	0,00	11.366,00
1.7.2.3.37.55.01.02.31	Pessoal e Encargos Sociais	8.524,46	0,00	0,00	0,00	8.524,46
1.7.2.3.37.55.01.02.33	Outras Despesas Correntes	1.420,77	0,00	0,00	0,00	1.420,77
1.7.2.3.37.55.01.02.44	Investimentos	1.420,77	0,00	0,00	0,00	1.420,77
1.7.2.3.37.55.01.03.00	Iluminação Pública	68.195,14	0,00	0,00	0,00	68.195,14
1.7.2.3.37.55.01.03.31	Pessoal e Encargos Sociais	886,26	0,00	0,00	0,00	886,26
1.7.2.3.37.55.01.03.33	Outras Despesas Correntes	66.490,49	0,00	0,00	0,00	66.490,49
1.7.2.3.37.55.01.03.44	Investimentos	818,39	0,00	0,00	0,00	818,39
1.7.2.3.37.60.00.00.00	VIDEIRA	272.924,71	0,00	0,00	0,00	272.924,71
1.7.2.3.37.60.01.00.00	GRUPO DE PROGRAMA 01	272.924,71	0,00	0,00	0,00	272.924,71
1.7.2.3.37.60.01.01.00	Manutenção do CINCO	34.187,21	0,00	0,00	0,00	34.187,21
1.7.2.3.37.60.01.01.31	Pessoal e Encargos Sociais	25.783,65	0,00	0,00	0,00	25.783,65
1.7.2.3.37.60.01.01.33	Outras Despesas Correntes	4.201,78	0,00	0,00	0,00	4.201,78
1.7.2.3.37.60.01.01.44	Investimentos	4.201,78	0,00	0,00	0,00	4.201,78
1.7.2.3.37.60.01.02.00	Serviços de Máquinas	34.187,21	0,00	0,00	0,00	34.187,21
1.7.2.3.37.60.01.02.31	Pessoal e Encargos Sociais	25.783,65	0,00	0,00	0,00	25.783,65
1.7.2.3.37.60.01.02.33	Outras Despesas Correntes	4.201,78	0,00	0,00	0,00	4.201,78
1.7.2.3.37.60.01.02.44	Investimentos	4.201,78	0,00	0,00	0,00	4.201,78
1.7.2.3.37.60.01.03.00	Iluminação Pública	204.550,29	0,00	0,00	0,00	204.550,29
1.7.2.3.37.60.01.03.31	Pessoal e Encargos Sociais	2.673,86	0,00	0,00	0,00	2.673,86
1.7.2.3.37.60.01.03.33	Outras Despesas Correntes	199.393,56	0,00	0,00	0,00	199.393,56
1.7.2.3.37.60.01.03.44	Investimentos	2.482,87	0,00	0,00	0,00	2.482,87
1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	12.124,60	12.124,60	0,00
1.9.1.0.00.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora	0,00	0,00	12.124,60	12.124,60	0,00
1.9.1.9.00.00.00.00.00	Multas de Outras Origens	0,00	0,00	12.124,60	12.124,60	0,00
1.9.1.9.27.00.00.00.00	Multas e Juros Previstos em Contratos	0,00	0,00	12.124,60	12.124,60	0,00
2.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
2.2.0.0.00.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
2.2.1.0.00.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
2.2.1.9.00.00.00.00.00	Alien. de Outros Bens Móveis	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
2.4.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
2.4.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
2.4.2.3.00.00.00.00.00	Transf. dos Municípios	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00



Santa Catarina**Betha Sistemas****CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO**

Exercício de 2012

Comparativo da Receita Orçada Com a Arrecadada

Período: Março

Administração Indireta - CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Títulos	Orçada	Arrecadada		Diferenças	
		No Período	Até o Período	Para (+)	Para (-)
2.4.2.3.37.00.00.00.00 Transferências a Consórcios Públicos	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
Totais Gerais :	2.150.000,00	119.432,87	131.941,92	19.483,83	2.037.541,91

Fraiburgo, 24/04/2012

Nelmar Pinz
Presidente_____
Elói Ronnau
Diretor Executivo_____
Moisés Amadeu Patricio
Contador CRC/SC nº 018341/O-7

Santa Catarina
CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO
Conciliação Bancária

Betha Sistemas

Exercício de 2012

Mês de Março

1.1.1.1.2.99.02.01.00.0001 (9317) - B. BRASIL SA CINCO MOVIMENTO 18.520-5

Banco: 001 - BANCO DO BRASIL SA

Agência: 1387-0 - FRAIBURGO

Conta Nº : 18.520-5

Saldo conforme extrato bancário em: 31/03/2012

R\$ 70.846,39

Data	Documento	Valor R\$	Motivo
Mais (+)			
(+)Aviso de débito não considerado pela contabilidade			
27/12/2011	122706	3,26	
31/03/2012	TARIFAS	390,50	
Total:		393,76	
Menos (-)			
(-)Cheques e bordereaux não considerados pelo banco			
19/03/2012	850228	180,00	
Total:		180,00	

Saldo conforme nosso registro em: 31/03/2012

R\$ 71.060,15

Fraiburgo, 24/04/2012

Nelmar Pinz
Presidente

Elói Ronnau
Diretor Executivo

Moisés Amadeu Patricio
Contador CRC/SC nº 018341/O-7

Betha Sistemas

Exercício de 2012

Março

Santa Catarina**CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO**

Demonstrativo dos Recursos Recebidos a Qualquer Título - Anexo TC 06 - Administração Indireta - CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Espécie	Recebido		
	No Mês	Até o Mês	
Receitas Orçamentárias	Recurso	119.432,87	131.941,92
1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES	119.432,87	131.941,92
1.3.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	179,20	563,65
1.3.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	179,20	563,65
1.3.2.5.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	179,20	563,65
1.3.2.5.01.00.00.00.00	Remuneração de Dep Banc de Rec Vinculados	179,20	563,65
1.3.2.5.01.99.00.00.00	Remuneração de Outros Dep Banc Recursos	179,20	563,65
1.3.2.5.01.99.01.00.00	Remuneração Dep. Bancários - Municípios	1200 179,20	563,65
1.6.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA DE SERVIÇOS	18.100,00	18.100,00
1.6.0.0.99.00.00.00.00	Outros Serviços	18.100,00	18.100,00
1.6.0.0.99.01.00.00.00	Outros Serviços - Horas Máquinas	1200 18.100,00	18.100,00
1.7.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	101.153,67	101.153,67
1.7.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	101.153,67	101.153,67
1.7.2.3.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS	101.153,67	101.153,67
1.7.2.3.37.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	101.153,67	101.153,67
1.7.2.3.37.05.00.00.00	ARROIO TRINTA	9.706,65	9.706,65
1.7.2.3.37.05.01.00.00	GRUPO DE PROGRAMA 01	9.706,65	9.706,65
1.7.2.3.37.05.01.01.00	Manutenção do CINCO	2.600,00	2.600,00
1.7.2.3.37.05.01.01.31	Pessoal e Encargos Sociais	1300 1.476,20	1.476,20
1.7.2.3.37.05.01.01.33	Outras Despesas Correntes	1300 965,08	965,08
1.7.2.3.37.05.01.01.44	Investimentos	1300 158,72	158,72
1.7.2.3.37.05.01.03.00	Iluminação Pública	7.106,65	7.106,65
1.7.2.3.37.05.01.03.31	Pessoal e Encargos Sociais	1300 317,48	317,48
1.7.2.3.37.05.01.03.33	Outras Despesas Correntes	1300 6.789,17	6.789,17
1.7.2.3.37.19.00.00.00.00	FRAIBURGO	9.000,00	9.000,00
1.7.2.3.37.19.01.00.00.00	GRUPO DE PROGRAMA 01	9.000,00	9.000,00
1.7.2.3.37.19.01.01.00.00	Manutenção do CINCO	5.850,00	5.850,00
1.7.2.3.37.19.01.01.01.31	Pessoal e Encargos Sociais	1300 3.321,45	3.321,45
1.7.2.3.37.19.01.01.01.33	Outras Despesas Correntes	1300 2.171,40	2.171,40
1.7.2.3.37.19.01.01.01.44	Investimentos	1300 357,15	357,15
1.7.2.3.37.19.01.01.03.00	Iluminação Pública	3.150,00	3.150,00
1.7.2.3.37.19.01.01.03.31	Pessoal e Encargos Sociais	1300 714,30	714,30
1.7.2.3.37.19.01.01.03.33	Outras Despesas Correntes	1300 2.435,70	2.435,70
1.7.2.3.37.22.00.00.00.00	IBIAM	2.880,96	2.880,96
1.7.2.3.37.22.01.00.00.00	GRUPO DE PROGRAMA 01	2.880,96	2.880,96
1.7.2.3.37.22.01.01.00.00	Manutenção do CINCO	1.830,96	1.830,96
1.7.2.3.37.22.01.01.01.31	Pessoal e Encargos Sociais	1300 1.107,15	1.107,15
1.7.2.3.37.22.01.01.01.33	Outras Despesas Correntes	1300 723,81	723,81
1.7.2.3.37.22.01.01.03.00	Iluminação Pública	1.050,00	1.050,00
1.7.2.3.37.22.01.01.03.31	Pessoal e Encargos Sociais	1300 238,11	238,11
1.7.2.3.37.22.01.01.03.33	Outras Despesas Correntes	1300 811,89	811,89
1.7.2.3.37.24.00.00.00.00	IOMERÊ	11.904,45	11.904,45
1.7.2.3.37.24.01.00.00.00	GRUPO DE PROGRAMA 01	11.904,45	11.904,45
1.7.2.3.37.24.01.01.00.00	Manutenção do CINCO	1.950,00	1.950,00
1.7.2.3.37.24.01.01.01.31	Pessoal e Encargos Sociais	1300 1.107,15	1.107,15
1.7.2.3.37.24.01.01.01.33	Outras Despesas Correntes	1300 723,81	723,81
1.7.2.3.37.24.01.01.01.44	Investimentos	1300 119,04	119,04
1.7.2.3.37.24.01.01.03.00	Iluminação Pública	9.954,45	9.954,45
1.7.2.3.37.24.01.01.03.31	Pessoal e Encargos Sociais	1300 238,11	238,11
1.7.2.3.37.24.01.01.03.33	Outras Despesas Correntes	1300 9.716,34	9.716,34
1.7.2.3.37.33.00.00.00.00	LEBON RÉGIS	28.916,23	28.916,23
1.7.2.3.37.33.01.00.00.00	GRUPO DE PROGRAMA 01	28.916,23	28.916,23
1.7.2.3.37.33.01.01.00.00	Manutenção do CINCO	1.950,00	1.950,00
1.7.2.3.37.33.01.01.01.31	Pessoal e Encargos Sociais	1300 1.107,15	1.107,15
1.7.2.3.37.33.01.01.01.33	Outras Despesas Correntes	1300 723,81	723,81
1.7.2.3.37.33.01.01.01.44	Investimentos	1300 119,04	119,04
1.7.2.3.37.33.01.02.00.00	Serviços de Máquinas	13.600,00	13.600,00
1.7.2.3.37.33.01.02.01.31	Pessoal e Encargos Sociais	1300 4.420,00	4.420,00
1.7.2.3.37.33.01.02.01.33	Outras Despesas Correntes	1300 8.780,00	8.780,00
1.7.2.3.37.33.01.02.01.44	Investimentos	1300 400,00	400,00
1.7.2.3.37.33.01.03.00.00	Iluminação Pública	13.366,23	13.366,23
1.7.2.3.37.33.01.03.01.31	Pessoal e Encargos Sociais	1300 238,11	238,11
1.7.2.3.37.33.01.03.01.33	Outras Despesas Correntes	1300 13.128,12	13.128,12
1.7.2.3.37.36.00.00.00.00	MACIEIRA	3.813,83	3.813,83
1.7.2.3.37.36.01.00.00.00	GRUPO DE PROGRAMA 01	3.813,83	3.813,83



Betha Sistemas

Exercício de 2012

Março

Santa Catarina**CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO**

Demonstrativo dos Recursos Recebidos a Qualquer Título - Anexo TC 06 - Administração Indireta - CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Espécie	Recebido		
	No Mês	Até o Mês	
Receitas Orçamentárias	Recurso	119.432,87	131.941,92
1.7.2.3.37.36.01.01.00 Manutenção do CINCO		729,36	729,36
1.7.2.3.37.36.01.01.31 Pessoal e Encargos Sociais	1300	369,05	369,05
1.7.2.3.37.36.01.01.33 Outras Despesas Correntes	1300	241,27	241,27
1.7.2.3.37.36.01.01.44 Investimentos	1300	119,04	119,04
1.7.2.3.37.36.01.03.00 Iluminação Pública		3.084,47	3.084,47
1.7.2.3.37.36.01.03.31 Pessoal e Encargos Sociais	1300	238,11	238,11
1.7.2.3.37.36.01.03.33 Outras Despesas Correntes	1300	2.846,36	2.846,36
1.7.2.3.37.38.00.00.00 MATOS COSTA		8.772,24	8.772,24
1.7.2.3.37.38.01.00.00 GRUPO DE PROGRAMA 01		8.772,24	8.772,24
1.7.2.3.37.38.01.03.00 Iluminação Pública		8.772,24	8.772,24
1.7.2.3.37.38.01.03.33 Outras Despesas Correntes	1300	8.772,24	8.772,24
1.7.2.3.37.43.00.00.00 PINHEIRO PRETO		3.000,00	3.000,00
1.7.2.3.37.43.01.00.00 GRUPO DE PROGRAMA 01		3.000,00	3.000,00
1.7.2.3.37.43.01.01.00 Manutenção do CINCO		1.950,00	1.950,00
1.7.2.3.37.43.01.01.31 Pessoal e Encargos Sociais	1300	1.107,15	1.107,15
1.7.2.3.37.43.01.01.33 Outras Despesas Correntes	1300	723,81	723,81
1.7.2.3.37.43.01.01.44 Investimentos	1300	119,04	119,04
1.7.2.3.37.43.01.03.00 Iluminação Pública		1.050,00	1.050,00
1.7.2.3.37.43.01.03.31 Pessoal e Encargos Sociais	1300	238,11	238,11
1.7.2.3.37.43.01.03.33 Outras Despesas Correntes	1300	811,89	811,89
1.7.2.3.37.49.00.00.00 RIO DAS ANTAS		17.159,31	17.159,31
1.7.2.3.37.49.01.00.00 GRUPO DE PROGRAMA 01		17.159,31	17.159,31
1.7.2.3.37.49.01.01.00 Manutenção do CINCO		842,85	842,85
1.7.2.3.37.49.01.01.33 Outras Despesas Correntes	1300	723,81	723,81
1.7.2.3.37.49.01.01.44 Investimentos	1300	119,04	119,04
1.7.2.3.37.49.01.03.00 Iluminação Pública		16.316,46	16.316,46
1.7.2.3.37.49.01.03.31 Pessoal e Encargos Sociais	1300	238,11	238,11
1.7.2.3.37.49.01.03.33 Outras Despesas Correntes	1300	16.078,35	16.078,35
1.7.2.3.37.50.00.00.00 SALTO VELOSO		3.000,00	3.000,00
1.7.2.3.37.50.01.00.00 GRUPO DE PROGRAMA 01		3.000,00	3.000,00
1.7.2.3.37.50.01.01.00 Manutenção do CINCO		1.950,00	1.950,00
1.7.2.3.37.50.01.01.31 Pessoal e Encargos Sociais	1300	1.107,15	1.107,15
1.7.2.3.37.50.01.01.33 Outras Despesas Correntes	1300	723,81	723,81
1.7.2.3.37.50.01.01.44 Investimentos	1300	119,04	119,04
1.7.2.3.37.50.01.03.00 Iluminação Pública		1.050,00	1.050,00
1.7.2.3.37.50.01.03.31 Pessoal e Encargos Sociais	1300	238,11	238,11
1.7.2.3.37.50.01.03.33 Outras Despesas Correntes	1300	811,89	811,89
1.7.2.3.37.54.00.00.00 TANGARÁ		3.000,00	3.000,00
1.7.2.3.37.54.01.00.00 GRUPO DE PROGRAMA 01		3.000,00	3.000,00
1.7.2.3.37.54.01.01.00 Manutenção do CINCO		1.950,00	1.950,00
1.7.2.3.37.54.01.01.31 Pessoal e Encargos Sociais	1300	1.107,15	1.107,15
1.7.2.3.37.54.01.01.33 Outras Despesas Correntes	1300	723,81	723,81
1.7.2.3.37.54.01.01.44 Investimentos	1300	119,04	119,04
1.7.2.3.37.54.01.03.00 Iluminação Pública		1.050,00	1.050,00
1.7.2.3.37.54.01.03.31 Pessoal e Encargos Sociais	1300	238,11	238,11
1.7.2.3.37.54.01.03.33 Outras Despesas Correntes	1300	811,89	811,89
1.9.0.0.00.00.00.00 OUTRAS RECEITAS CORRENTES		0,00	12.124,60
1.9.1.0.00.00.00.00 Multas e Juros de Mora		0,00	12.124,60
1.9.1.9.00.00.00.00 Multas de Outras Origens		0,00	12.124,60
1.9.1.9.27.00.00.00.00 Multas e Juros Previstos em Contratos	1200	0,00	12.124,60
Receita Extra Orçamentária	Recurso	15.097,22	16.455,65
9337 INSS SOBRE FOLHA DE PAGAMENTO	1200	353,00	1.244,93
11311 ISS A RECOLHER IOMERÊ		112,06	112,06
11312 ISS A RECOLHER RIO DAS ANTAS		214,44	214,44
11313 ISS A RECOLHER LEBON RÉGIS		131,87	131,87
11314 ISS A RECOLHER FRAIBURGO		314,75	314,75
11315 ISS A RECOLHER ARROIO TRINTA		76,53	76,53
11316 ISS A RECOLHER VIDEIRA		1.219,46	1.219,46
11320 ISS A RECOLHER CAÇADOR		1.435,84	1.435,84
11321 ISS A RECOLHER SALTO VELOSO		51,44	51,44



Betha Sistemas

Exercício de 2012

Março

Santa Catarina**CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO**

Demonstrativo dos Recursos Recebidos a Qualquer Título - Anexo TC 06 - Administração Indireta - CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Espécie	Recebido		
	No Mês	Até o Mês	
Receita Extra Orçamentária	Recurso	15.097,22	16.455,65
11322 ISS A RECOLHER MATOS COSTA		37,74	37,74
11323 ISS A RECOLHER CALMON		52,91	52,91
11327 ISS A RECOLHER IBIAM	1300	37,77	37,77
11328 ISS A RECOLHER MACIEIRA	1300	33,86	33,86
11329 ISS A RECOLHER PINHEIRO PRETO	1300	55,20	55,20
11330 ISS A RECOLHER TANGARA	1300	152,86	152,86
11335 PENSÃO ALIMENTICIA	1300	233,25	699,75
11364 ISS A RECOLHER TIMBÓ GRANDE	1300	91,39	91,39
11365 INSS CONDUVALE	1300	10.359,22	10.359,22
16795 SINER		133,63	133,63
Total Geral :		134.530,09	148.397,57

Fraiburgo, 24/04/2012

Nelmar Pinz
Presidente

Elói Ronnau
Diretor Executivo

Moisés Amadeu Patricio
Contador CRC/SC nº 018341/O-7

Santa Catarina

Betha Sistemas

CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Exercício de 2012

Razão Analítico para Conciliação Bancária - Período de 01/03/2012 até 31/03/2012

Página: 1/2

Data	Empenho Histórico	Contrapartida	Valor
Conta: 9317 - B. BRASIL SA CINCO MOVIMENTO 18.520-5		Conta banco: 18.520-5	
29/02/12	SALDO ANTERIOR		21.606,69 +
01/03/12	Pelo pgto da despesa extra 4, CH: 850219	11335 PENSÃO ALIMENTICIA	233,25 -
01/03/12	43 Pelo pagamento da O.P. 36, CH: 850216, empenho 43	11308 SIMONE APARECIDA SANTIAN RALDI	1.061,21 -
01/03/12	40 Pelo pagamento da O.P. 37, CH: 850217, empenho 40	11334 DIEGO PIRES DA SILVA E OUTROS	1.293,62 -
01/03/12	40 Pelo pagamento da O.P. 37, CH: 850216, empenho 40	11334 DIEGO PIRES DA SILVA E OUTROS	1.332,04 -
01/03/12	16 Pelo pagamento da O.P. 39, OB TARIFAS, NE 16	9336 BANCO DO BRASIL SA	2,50 -
05/03/12	15 Pelo pagamento da O.P. 40, OB TED, NE 15	16786 CASA DAS VEDAÇÕES	101,00 -
05/03/12	44 Pelo pagamento da O.P. 41, OB TED, NE 44	9332 ALFA LIA PRESTADORA DE SERVIÇOS LTI	1.548,00 -
06/03/12	Pelo pgto da despesa extra 5	9337 INSS SOBRE FOLHA DE PAGAMENTO	282,74 -
06/03/12	Pelo pgto da despesa extra 6	9337 INSS SOBRE FOLHA DE PAGAMENTO	104,95 -
06/03/12	39 Pelo pagamento da O.P. 42, OB TED, NE 39	9312 INSS	256,56 -
06/03/12	42 Pelo pagamento da O.P. 43, empenho 42	9312 INSS	691,15 -
06/03/12	38 Pelo pagamento da O.P. 44, OB TED, NE 38	9313 CAIXA ECONOMICA FEDERAL	93,30 -
06/03/12	41 Pelo pagamento da O.P. 45, OB TED, NE 41	9313 CAIXA ECONOMICA FEDERAL	251,32 -
06/03/12	14 Pelo pagamento da O.P. 46, OB TED, NE 14	11293 BETHA SISTEMAS LTDA	498,61 -
09/03/12	Pelo pgto da despesa extra 7	11315 ISS A RECOLHER ARROIO TRINTA	76,53 -
09/03/12	Pelo pgto da despesa extra 8	11314 ISS A RECOLHER FRAIBURGO	201,07 -
09/03/12	Pelo pgto da despesa extra 9	11327 ISS A RECOLHER IBIAM	8,55 -
09/03/12	Pelo pgto da despesa extra 10	11311 ISS A RECOLHER IOMERÊ	60,31 -
09/03/12	Pelo pgto da despesa extra 11, CH: 850220	11320 ISS A RECOLHER CAÇADOR	772,84 -
09/03/12	Pelo pgto da despesa extra 12	11328 ISS A RECOLHER MACIEIRA	9,03 -
09/03/12	Pelo pgto da despesa extra 13	11322 ISS A RECOLHER MATOS COSTA	15,62 -
09/03/12	Pelo pgto da despesa extra 14	11329 ISS A RECOLHER PINHEIRO PRETO	32,09 -
09/03/12	Pelo pgto da despesa extra 15	11312 ISS A RECOLHER RIO DAS ANTAS	119,03 -
09/03/12	Pelo pgto da despesa extra 16	11321 ISS A RECOLHER SALTO VELOSO	12,08 -
09/03/12	Pelo pgto da despesa extra 17	11330 ISS A RECOLHER TANGARA	82,49 -
09/03/12	Pelo pgto da despesa extra 18	11364 ISS A RECOLHER TIMBÓ GRANDE	41,07 -
09/03/12	Pelo pgto da despesa extra 19	11316 ISS A RECOLHER VIDEIRA	539,61 -
09/03/12	Pelo pgto da despesa extra 20	11313 ISS A RECOLHER LEBON RÉGIS	110,16 -
09/03/12	13 Pelo pagamento da O.P. 48, OB TED, NE 13	11296 GEINFO TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO L	441,37 -
12/03/12	8 Pelo pagamento da O.P. 49, OB TED, NE 8	9333 POSTO SERIBA LTDA	945,36 -
12/03/12	49 Pelo pagamento da O.P. 50, OB TED, NE 49	9333 POSTO SERIBA LTDA	222,70 -
12/03/12	12 Pelo pagamento da O.P. 51, OB TED, NE 12	11301 HBINFORMPROVEDOR LTDA ME	315,27 -
12/03/12	32 Pelo pagamento da O.P. 52, OB TED, NE 32	16790 CARMITA DOS SANTOS TIBES E CIA LTDA	258,00 -
12/03/12	7 Pelo pagamento da O.P. 53, OB TED, NE 7	16784 SÍTIO SAN GERMANN LTDA ME	845,00 -
14/03/12	9 Pelo pagamento da O.P. 54, CH: 850221, empenho 9	16785 VOLMIR JOSE PAGLIARI	112,00 -
14/03/12	47 Pelo pagamento da O.P. 55, CH: 850224, empenho 47	11375 COZINHA INDUSTRIAL FISCHE HAUS LTD/	208,00 -
14/03/12	46 Pelo pagamento da O.P. 56, CH: 850223, empenho 46	11374 POUSADA CASAGRANDE LTDA ME	380,00 -
14/03/12	45 Pelo pagamento da O.P. 57, CH: 850222, empenho 45	11373 ANA PAULA SPULDARO PERETTO E CIA L	241,50 -
14/03/12	6 Pelo pagamento da O.P. 58, CH: 850225, empenho 6	11302 REVOLUCION SERVIÇOS DE INFORMATIC	300,00 -
14/03/12	29 Pelo pagamento da O.P. 59, OB TED, NE 29	11309 BRASIL TELECON S.A "OI"	348,46 -
14/03/12	51 Pelo pagamento da O.P. 60, OB TED, NE 51	16793 MH MANUTENÇÃO MECÂNICA E HIDRÁUL	63,50 -
19/03/12	Pelo pgto da despesa extra 21, CH: 850228	11365 INSS CONDUVALE	5.287,52 -
19/03/12	50 Pelo pagamento da O.P. 61, CH: 850228, empenho 50	16792 JOSÉ ADRIANO RIBEIRO	180,00 -
26/03/12	36 Pelo pagamento da O.P. 63, OB TED, NE 36	11331 CONDUVALE ELETRIFICAÇÃO LTDA	50.000,00 -
30/03/12	Pela arrecadação nesta data, lote número 15		3.000,00 +
30/03/12	Pela arrecadação nesta data, lote número 4		9.706,65 +
30/03/12	Pela arrecadação nesta data, lote número 5		18.100,00 +
30/03/12	Pela arrecadação nesta data, lote número 6		9.000,00 +
30/03/12	Pela arrecadação nesta data, lote número 7		2.880,96 +
30/03/12	Pela arrecadação nesta data, lote número 8		11.904,45 +
30/03/12	Pela arrecadação nesta data, lote número 9		28.916,23 +
30/03/12	Pela arrecadação nesta data, lote número 10		3.813,83 +
30/03/12	Pela arrecadação nesta data, lote número 11		8.772,24 +
30/03/12	Pela arrecadação nesta data, lote número 12		3.000,00 +
30/03/12	Pela arrecadação nesta data, lote número 13		17.159,31 +
30/03/12	Pela arrecadação nesta data, lote número 14		3.000,00 +

Santa Catarina**Betha Sistemas****CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO**

Exercício de 2012

Razão Analítico para Conciliação Bancária - Período de 01/03/2012 até 31/03/2012

Página: 2/2

Data	Empenho	Histórico	Contrapartida	Valor
Conta: 9317 - B. BRASIL SA CINCO MOVIMENTO 18.520-5			Conta banco: 18.520-5	
30/03/12		Pela arrecadação nesta data, lote número 16		179,20 +
Total de Débitos:				119.432,87
Total de Créditos:				69.979,41
Saldo Atual:				71.060,15

Fraiburgo, 24/04/2012

Nelmar Pinz
Presidente

Moisés Amadeu Patrício
Contador CRC/SC nº 018341/O-7

Elói Ronnau
Diretor Executivo

Santa Catarina**CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO**

Relação de Empenhos Emitidos

Betha Sistemas

Exercício de 2012

Página: 1/2

Período de 01/03/2012 até 31/03/2012

Empenho	Processo	Data	Vlr. Empenho	Anulado	Liquidado	Pago	A pagar	Conta	Funcional	Recurso	Pro/At	Dot.	Elem.	Credor	Hist.
Entidade: 1 - CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO															
48		01/03	452,01	0,00	452,01	0,00	452,01		20.606.0001	1200		2.008	33 3.3.90.00.00.00.00.00	SHARK MAQUINAS PA	122
			AQUISIÇÃO DE PEÇAS, DENTE DA CAÇAMBA DE AÇO E PONTA DO DENTE DA RETRO PARA MANUTENÇÃO DA RETRO ESCAVADEIRA LB110 E ESCAVADEIRA HIDRÁULICA E135b DO CONSÓRCIO CINCO.												
49		01/03	222,70	0,00	222,70	222,70	0,00	9317	20.606.0001	1200		2.008	33 3.3.90.00.00.00.00.00	POSTO SERIBA LTDA	122
			COMPLEMENTO DO EMPENHO 08, REF AQUISIÇÃO DE OLEO DIESEL PARA ABASTECIMENTO DAS ESCAVADEIRAS HIDRAULICAS DO CONSORCIO DURANTE ATUAÇÃO NO MUNICIPIO DE ARROIO TRINTA.												
50		01/03	180,00	0,00	180,00	180,00	0,00	9317	20.606.0001	1200		2.008	33 3.3.90.00.00.00.00.00	JOSÉ ADRIANO RIBEI	122
			INDENIZAÇÃO POR DESLOCAMENTO DE FRAIBURGO PARA CAÇADOR COM VEÍCULO PRÓPRIO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HORAAS MÁQUINAS DE RETROESCAVADEIRA NA CIDADE DE CAÇADOR/SC. PERMANECENDO DURANTE A SEMANA HOSPEDADO EM LOCAL CONTRATADO PELO CONSÓRCIO. INTINERÁRIO POR LEBON REGIS SC 453.												
51		01/03	63,50	0,00	63,50	63,50	0,00	9317	20.606.0001	1200		2.008	33 3.3.90.00.00.00.00.00	MH MANUTENÇÃO ME	122
			SERVIÇOS MECANICOS PARA MANUTENÇÃO DA ESCAVADEIRA HIDRAULICA DO CONSÓRCIO.												
52		01/03	160,00	0,00	160,00	0,00	160,00		20.606.0001	1200		2.008	33 3.3.90.00.00.00.00.00	MECANICA DE VEICUI	122
			SERVIÇOS MECANICOS PARA MANUTENÇÃO DA ESCAVADEIRA HIDRAULICA DO CONSORCIO												
53		01/03	271,00	0,00	271,00	0,00	271,00		20.606.0001	1200		2.008	33 3.3.90.00.00.00.00.00	MECANICA DE VEICUI	122
			AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DAS ESCAVADEIRAS HIDRAULICAS DO CONSORCIO												
54		01/03	792,30	0,00	792,30	0,00	792,30		20.606.0001	1200		2.008	33 3.3.90.00.00.00.00.00	POSTO SERIBA LTDA	122
			AQUISIÇÃO DE OLEO DIESEL PARA ABASTECIMENTO DAS ESCAVADEIRAS HIDRAULICAS DO CONSORCIO DURANTE ATUAÇÃO NO MUNICIPIO DE ARROIO TRINTA.												
55		20/03	406,00	20,71	385,29	0,00	385,29		20.606.0001	1200		2.008	33 3.3.90.00.00.00.00.00	POSTO SERIBA LTDA	122
			AQUISIÇÃO DE OLEO DIESEL PARA ABASTECIMENTO DAS ESCAVADEIRAS HIDRAULICAS DO CONSORCIO DURANTE ATUAÇÃO NO MUNICIPIO DE ARROIO TRINTA.												
56		23/03	213,47	0,00	213,47	0,00	213,47		20.606.0001	1200		2.008	33 3.3.90.00.00.00.00.00	SHARK MAQUINAS PA	122
			AQUISIÇÃO DE MASTER GOLD HSP 15W40 PARA ESCAVADEIRAS HIDRAULICAS DO CONSÓRCIO.												
57		30/03	2.885,77	0,00	2.885,77	587,72	2.298,05		20.606.0001	1200		2.008	32 3.1.90.00.00.00.00.00	DIEGO PIRES DA SILV	124
			FOLHA DE PAGAMENTO RELATIVO AO MES DE MARÇO/2012												
58		30/03	230,85	0,00	230,85	0,00	230,85		20.606.0001	1200		2.008	32 3.1.90.00.00.00.00.00	CAIXA ECONOMICA FI	122
			FGTS SOBRE FOLHA DE PAGAMENTO RELATIVO AO MES DE MARÇO/2012												
59		30/03	634,85	0,00	634,85	0,00	634,85		20.606.0001	1200		2.008	32 3.1.90.00.00.00.00.00	INSS	122
			INSS SOBRE FOLHA DE PAGAMENTO RELATIVO AO MES DE MARÇO/2012												
60		30/03	1.166,16	0,00	1.166,16	132,16	1.034,00		15.451.0001	1300		2.004	17 3.1.90.00.00.00.00.00	SIMONE APARECIDA :	124
			FOLHA DE PAGAMENTO RELATIVO AO MES DE MARÇO/2012												

Santa Catarina**CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO**

Relação de Empenhos Emitidos

Betha Sistemas

Exercício de 2012

Página: 2/2

Período de 01/03/2012 até 31/03/2012

Empenho	Processo	Data	Vlr. Empenho	Anulado	Liquidado	Pago	A pagar	Conta	Funcional	Recurso	Pro/At	Dot.	Elem.	Credor	Hist.
Entidade: 1 - CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO															
61		30/03	93,30	0,00	93,30	0,00	93,30		15.451.0001	1300	2.004	17	3.1.90.00.00.00.00.00	CAIXA ECONOMICA F	122
			FGTS SOBRE FOLHA DE PAGAMENTO RELATIVO AO MES DE MARÇO/2012												
62		30/03	256,56	0,00	256,56	0,00	256,56		15.451.0001	1300	2.004	17	3.1.90.00.00.00.00.00	INSS	122
			INSS SOBRE FOLHA DE PAGAMENTO RELATIVO AO MES DE MARÇO/2012												
Total da Entidade:			8.028,47	20,71	8.007,76	1.186,08	6.821,68								
Total do Período:			8.028,47	20,71	8.007,76	1.186,08	6.821,68								

Fraiburgo, 24/04/2012

 Nelmar Pinz
 Presidente

 Elói Ronnau
 Diretor Executivo

 Moisés Amadeu Patricio
 Contador CRC/SC nº 018341/O-7

Santa Catarina

Betha Sistemas

CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Exercício de 2012

Relação de Ordens de Pagamentos Emitidas - Período de 01/03/2012 até 31/03/2012

Página: 1/3

Administração Indireta - CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Ordem	Processo	Data Emis.	Vlr. Ordem	Anulado	Saldo	Data Pagto	Descontos	Liq. Pago	Recurso	Conta	Cheque/Docto	Empenho	Funcional	Pro/Atv	Dot.	Elemento	Credor
Entidade: 1 - CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO																	
36		01/03/12	1.061,21	0,00	1.061,21	01/03/12	0,00	1.061,21		1300 9317	850216		43 15.451.0001	2.004	17	3.1.90.00.00.00.00.00	SIMONE APARECIDA
			FOLHA DE PAGAMENTO RELATIVO AO MES DE FEVEREIRO/2012.														
37		01/03/12	2.625,66	0,00	2.625,66	01/03/12	0,00	1.293,62		1200 9317	850217		40 20.606.0001	2.008	32	3.1.90.00.00.00.00.00	DIEGO PIRES DA SIL
			FOLHA DE PAGAMENTO RELATIVO AO MES DE FEVEREIRO/2012.														
								1.332,04		1200 9317	850216		20.606.0001	2.008			
39		01/03/12	2,50	0,00	2,50	01/03/12	0,00	2,50		1300 9317			16 04.122.0001	2.001	6	3.3.90.00.00.00.00.00	BANCO DO BRASIL S
			TARIFAS BANCARIAS PARA O MES DE FEVEREIRO/2012.														
40		05/03/12	101,00	0,00	101,00	05/03/12	0,00	101,00		1200 9317			15 20.606.0001	2.008	33	3.3.90.00.00.00.00.00	CASA DAS VEDAÇÃO
			AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DAS ESCAVADEIRA HIDRAULICAS DO CONSÓRCIO														
41		05/03/12	1.548,00	0,00	1.548,00	05/03/12	0,00	1.548,00		1200 9317			44 20.606.0001	2.008	33	3.3.90.00.00.00.00.00	ALFA LIA PRESTAD
			DESPESAS COM 360 KM DE TRANSPORTE DE MÁQUINASW PARA REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS AOS MUNICIPIOS CONSORCIADOS.														
42		06/03/12	256,56	0,00	256,56	06/03/12	0,00	256,56		1300 9317			39 15.451.0001	2.004	17	3.1.90.00.00.00.00.00	INSS
			INSS SOBRE FOLHA DE PAGAMENTO RELATIVO AO MES DE FEVEREIRO/2012														
43		06/03/12	691,15	0,00	691,15	06/03/12	0,00	691,15		1200 9317			42 20.606.0001	2.008	32	3.1.90.00.00.00.00.00	INSS
			INSS SOBRE FOLHA DE PAGAMENTO RELATIVO AO MES DE FEVEREIRO/2012.														
44		06/03/12	93,30	0,00	93,30	06/03/12	0,00	93,30		1300 9317			38 15.451.0001	2.004	17	3.1.90.00.00.00.00.00	CAIXA ECONOMICA I
			FGTS SOBRE FOLHA DE PAGAMENTO RELATIVO AO MES DE FEVEREIRO/2012.														
45		06/03/12	251,32	0,00	251,32	06/03/12	0,00	251,32		1200 9317			41 20.606.0001	2.008	32	3.1.90.00.00.00.00.00	CAIXA ECONOMICA I
			FGTS SOBRE FOLHA DE PAGAMENTO RELATIVO AO MES DE FEVEREIRO/2012.														
46		06/03/12	498,61	0,00	498,61	06/03/12	0,00	498,61		1300 9317			14 04.122.0001	2.001	6	3.3.90.00.00.00.00.00	BETHA SISTEMAS LT
			LOCAÇÃO DOS SISTEMAS DE CONTABILIDADE PÚBLICA, FOLHA DE PAGAMENTO E COMPRAS E LICITAÇÕES EM AMBIENTE WINDOWS PARA O EXERCÍCIO DE 2012.														
47		05/03/12	7.368,00	0,00	7.368,00	05/03/12	7.368,00	0,00		1300			37 15.452.0001	2.005	22	3.3.90.00.00.00.00.00	CONDUVALE ELETR
			Retenções referentes a liquidação 51 do empenho 37: DESPESAS COM A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA, NOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AO CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO NO EXERCÍCIO DE 2012.														
48		09/03/12	441,37	0,00	441,37	09/03/12	0,00	441,37		1300 9317			13 15.451.0001	2.004	18	3.3.90.00.00.00.00.00	GEINFO TECNOLOG
			FORNECIMENTO DE LICENÇAS DE USO COM ACESSOS SIMULTANEOS PARA DOIS ATENDENTES E USUARIOS ILIMITADOS, MEDIANTE CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE SOFTWARE AQUILA HELP DESK, COM APLICAÇÕES EM HELP DESK, SERVICE DESK, CALL CENTER, 0800 E SAC, PARA O MES DE FEVEREIRO DE 2012.														
49		12/03/12	945,36	0,00	945,36	12/03/12	0,00	945,36		1200 9317			8 20.606.0001	2.008	33	3.3.90.00.00.00.00.00	POSTO SERIBA LTD.
			AQUISIÇÃO DE 465,70 LITROS DE OLEO DIESEL PARA ABASTECIMENTO DAS ESCAVADEIRAS HIDRAULICAS DO CONSORCIO DURANTE ATUAÇÃO NO MUNICIPIO DE ARROIO TRINTA.														
50		12/03/12	222,70	0,00	222,70	12/03/12	0,00	222,70		1200 9317			49 20.606.0001	2.008	33	3.3.90.00.00.00.00.00	POSTO SERIBA LTD.
			COMPLEMENTO DO EMPENHO 08, REF AQUISIÇÃO DE 109,70 LITROS DE OLEO DIESEL PARA ABASTECIMENTO DAS ESCAVADEIRAS HIDRAULICAS DO CONSORCIO DURANTE ATUAÇÃO NO MUNICIPIO DE ARROIO TRINTA.														

Santa Catarina

Betha Sistemas

CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Exercício de 2012

Relação de Ordens de Pagamentos Emitidas - Período de 01/03/2012 até 31/03/2012

Página: 2/3

Administração Indireta - CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Ordem	Processo	Data Emis.	Vlr. Ordem	Anulado	Saldo	Data Pagto	Descontos	Liq. Pago	Recurso	Conta	Cheque/Docto	Empenho	Funcional	Pro/Atv	Dot.	Elemento	Credor
Entidade: 1 - CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO																	
51		12/03/12	315,27	0,00	315,27	12/03/12	0,00	315,27		1300 9317			12 04.122.0001	2.001	6	3.3.90.00.00.00.00.00	HBINFOPROVEDOR
			DESPESAS COM SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE SERVIDOR DE DADOS PARA HOSPEDAGEM DE ARQUIVOS DO CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO RELATIVO AO MES DE FEVEREIRO/2012.														
52		12/03/12	258,00	0,00	258,00	12/03/12	0,00	258,00		1200 9317			32 20.606.0001	2.008	33	3.3.90.00.00.00.00.00	CARMITA DOS SANT
			FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES PARA EMPREGADO PÚBLICO DURANTE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM ESCAVADEIRA DO CONSÓRCIO NO MUNICÍPIO DE MATOS COSTA														
53		12/03/12	845,00	0,00	845,00	12/03/12	0,00	845,00		1200 9317			7 20.606.0001	2.008	33	3.3.90.00.00.00.00.00	SITIO SAN GERMANI
			PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HOSPEDAGENS E FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO PARA EMPREGADO PÚBLICO DURANTE ATUAÇÃO NO MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA.														
54		14/03/12	112,00	0,00	112,00	14/03/12	0,00	112,00		1200 9317	850221		9 20.606.0001	2.008	33	3.3.90.00.00.00.00.00	VOLMIR JOSE PAGLI
			FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO PARA EMPREGADO PÚBLICO DURANTE ATUAÇÃO NO MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA.														
55		14/03/12	208,00	0,00	208,00	14/03/12	0,00	208,00		1200 9317	850224		47 20.606.0001	2.008	33	3.3.90.00.00.00.00.00	COZINHA INDUSTRIA
			ALIMENTAÇÃO DO EMPREGADO PUBLICO DO CONSORCIO DURANTE ATUAÇÃO COMO OPERADOR DE MÁQUINAS NO MUNICÍPIO DE CAÇADOR.														
56		14/03/12	380,00	0,00	380,00	14/03/12	0,00	380,00		1200 9317	850223		46 20.606.0001	2.008	33	3.3.90.00.00.00.00.00	POUSADA CASAGR
			HOSPEDAGEM DO EMPREGADO PUBLICO DO CONSORCIO DURANTE ATUAÇÃO COMO OPERADOR DE MÁQUINAS NO MUNICÍPIO DE CAÇADOR.														
57		14/03/12	241,50	0,00	241,50	14/03/12	0,00	241,50		1200 9317	850222		45 20.606.0001	2.008	33	3.3.90.00.00.00.00.00	ANA PAULA SPULDA
			ALIMENTAÇÃO DO EMPREGADO PUBLICO DO CONSORCIO DURANTE ATUAÇÃO COMO OPERADOR DE MÁQUINAS NO MUNICÍPIO DE CAÇADOR.														
58		14/03/12	300,00	0,00	300,00	14/03/12	0,00	300,00		1300 9317	850225		6 04.122.0001	2.001	6	3.3.90.00.00.00.00.00	REVOLUCION SERVI
			MANUTENÇÃO DO SITE DO CONSORCIO CINCO REFERENTE AOS MESES DE JANEIRO E FEVEREIRO														
59		14/03/12	348,46	0,00	348,46	14/03/12	0,00	348,46		1300 9317			29 15.452.0001	2.005	22	3.3.90.00.00.00.00.00	BRASIL TELECON S.
			SERVIÇOS TELEFONICOS DO CONSÓRCIO PARA O EXERCÍCIO DE 2012.														
60		14/03/12	63,50	0,00	63,50	14/03/12	0,00	63,50		1200 9317			51 20.606.0001	2.008	33	3.3.90.00.00.00.00.00	MH MANUTENÇÃO M
			SERVIÇOS MECANICOS PARA MANUTENÇÃO DA ESCAVADEIRA HIDRAULICA DO CONSÓRCIO.														
61		19/03/12	180,00	0,00	180,00	19/03/12	0,00	180,00		1200 9317	850228		50 20.606.0001	2.008	33	3.3.90.00.00.00.00.00	JOSÉ ADRIANO RIBE
			INDENIZAÇÃO POR DESLOCAMENTO DE FRAIBURGO PARA CAÇADOR COM VEÍCULO PRÓPRIO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HORAS MÁQUINAS DE RETROESCAVADEIRA NA CIDADE DE CAÇADOR/SC. PERMANECENDO DURANTE A SEMANA HOSPEDADO EM LOCAL CONTRATADO PELO CONSÓRCIO. ITINERÁRIO POR LEBON REGIS SC 453.														
62		22/03/12	7.009,34	0,00	7.009,34	22/03/12	7.009,34	0,00		1300			37 15.452.0001	2.005	22	3.3.90.00.00.00.00.00	CONDUVALE ELETR
			Retenções referentes a liquidação 62 do empenho 37: DESPESAS COM A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA, NOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AO CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO NO MES DE MARÇO DO EXERCÍCIO DE 2012.														

Santa Catarina

Betha Sistemas

CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Exercício de 2012

Relação de Ordens de Pagamentos Emitidas - Período de 01/03/2012 até 31/03/2012

Página: 3/3

Administração Indireta - CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Ordem	Processo	Data Emis.	Vlr. Ordem	Anulado	Saldo	Data Pagto	Descontos	Liq. Pago	Recurso	Conta	Cheque/Docto	Empenho	Funcional	Pro/Atv	Dot.	Elemento	Credor
Entidade: 1 - CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO																	
63		26/03/12	50.000,00	0,00	50.000,00	26/03/12	0,00	50.000,00		1300 9317			36 15.452.0001	2.005	22	3.3.90.00.00.00.00.00	CONDUVALE ELETR
			AQUISIÇÃO DE MATERIAL ELETRICO PARA MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA, NOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AO CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO NO MES DE JANEIRO DO EXERCÍCIO DE 2012.														
64		30/03/12	587,72	0,00	587,72	30/03/12	587,72	0,00		1200			57 20.606.0001	2.008	32	3.1.90.00.00.00.00.00	DIEGO PIRES DA SIL
			Retenções referentes a liquidação 66 do empenho 57: FOLHA DE PAGAMENTO RELATIVO AO MES DE MARÇO/2012														
65		30/03/12	132,16	0,00	132,16	30/03/12	132,16	0,00		1300			60 15.451.0001	2.004	17	3.1.90.00.00.00.00.00	SIMONE APARECIDA
			Retenções referentes a liquidação 69 do empenho 60: FOLHA DE PAGAMENTO RELATIVO AO MES DE MARÇO/2012														
Total da Entidade:			77.087,69	0,00	77.087,69		15.097,22	61.990,47									
Total do Período:			77.087,69	0,00	77.087,69		15.097,22	61.990,47									

Fraiburgo, 24/04/2012

 Nelmar Pinz
 Presidente

 Elói Ronnau
 Diretor Executivo

 Moisés Amadeu Patricio
 Contador CRC/SC nº 018341/O-7

Garopaba

PREFEITURA

Decreto Nº. 062/2012

DECRETO Nº. 062, DE 23 DE ABRIL DE 2012.

DISCIPLINA O EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 0014/2012.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Garopaba, considerando o artigo 37, IX, da Constituição Federal, e

Considerando que as atividades da Secretaria Municipal de Saúde são serviços públicos indispensáveis, que exigem pessoal qualificado para seu pleno funcionamento.

Considerando que a Saúde da Família é uma estratégia operacionalizada mediante a implantação de equipes multiprofissionais em unidades básicas de saúde, que atuam com ações de promoção da saúde, prevenção, recuperação, reabilitação de doenças e agravos mais freqüentes, e na manutenção da saúde da comunidade.

Considerando que a Saúde da Família é um serviço proveniente de programa proposto pela União, ao qual o Município de Garopaba aderiu.

DECRETA:

Art. 1º. Este Decreto disciplina o EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 0014/2012, que objetiva a contratação por tempo determinado de servidores, para atuarem na Administração Municipal.

Art. 2º. As dotações orçamentárias, específicas para o atendimento das despesas de pessoal, decorrentes das contratações serão as previstas no Orçamento vigente.

Art. 3º. Os requisitos para a contratação são os previstos no Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais e demais legislação pertinente.

Art. 4º. O registro do contrato e o regime previdenciário obedecerão ao previsto no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Garopaba.

Art. 5º. A Comissão de avaliação será formada por 03 (três) servidores municipais, designados por Ato do Poder Executivo Municipal.

Art. 6º. Após o resultado final do Processo Seletivo Simplificado, a Comissão encaminhará ao Chefe do Poder Executivo todos os atos inerentes ao referido Processo Seletivo Simplificado para conhecimento, apreciação e posterior homologação.

Art. 7º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 23 de Abril de 2012.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 25/04/2012, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

LÉIA C. A. VIEIRA

Secretária de Administração

Edital de Processo Seletivo Simplificado N.º 0014/2012

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 0014/2012

Considerando que as atividades da Secretaria Municipal de Saúde são serviços públicos indispensáveis, que exigem pessoal qualificado para seu pleno funcionamento.

Considerando que a Saúde da Família é uma estratégia operacionalizada mediante a implantação de equipes multiprofissionais em unidades básicas de saúde, que atuam com ações de promoção da saúde, prevenção, recuperação, reabilitação de doenças e agravos mais freqüentes, e na manutenção da saúde da comunidade.

Considerando que a Saúde da Família é um serviço proveniente de programa proposto pela União, ao qual o Município de Garopaba aderiu.

O Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições, com base no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Garopaba e considerando o artigo 37, IX, da Constituição Federal, TORNA PÚBLICO que estão abertas as inscrições do Processo Seletivo Simplificado de contratação de pessoal, por prazo determinado, para reposição de vagas e para formação de Cadastro de Reserva - CR, para atuar na Secretaria Municipal de Saúde de Garopaba/SC.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O Processo Seletivo Simplificado será regido pelo presente Edital, coordenado por Comissão do Processo Seletivo, designada pelo Secretário Municipal de Saúde e nomeada pelo Prefeito Municipal.

1.2. A seleção dos candidatos será publicada no Diário Oficial dos Municípios, DOM/SC, www.diariomunicipal.sc.gov.br, e consistirá no somatório da contagem de títulos e da experiência comprovada.

1.3. O Processo Seletivo Simplificado destina-se à seleção de profissionais para contratação em caráter especial e para formação de Cadastro de Reserva - CR, em contrato temporário.

1.4. O Cadastro de Reserva destina-se a reposição de pessoal para suprir eventual déficit de pessoal no quadro, no caso de férias dos servidores e eventual afastamento por licença saúde e licença maternidade.

1.5. O período do contrato temporário destinado a reposição de pessoal e poderá ser reduzido em virtude do interesse público.

1.6. O chamamento dos candidatos obedecerá à ordem decrescente de classificação.

1.7. No caso da desistência do profissional convocado o mesmo passará ao final da lista de aprovados, mediante pedido expresso.

1.8. O contrato por prazo determinado extinguir-se-á:

I. pelo término do prazo contratual;

II. por iniciativa do contratado;

III. por conveniência e oportunidade do serviço público.

2. DA INSCRIÇÃO

2.1 As inscrições serão recebidas de 25 de abril de 2012 a 11 de maio de 2012, das 14h às 18h, na Secretaria Municipal de Saúde de Garopaba, situada na Rua Antonio José Botelho- Prédio do ESF, Centro, em Garopaba/SC, fone: (48) 3254-8100 (ramal saúde), devendo o servidor responsável, proceder ao devido protocolo e autuação.

2.2 No ato da inscrição o candidato deverá informar dados pessoais e apresentar originais e fornecer cópias dos documentos a seguir:

- Carteira de Identidade;

- CPF;

- Diploma, de formação em Enfermagem, devidamente registrado no MEC;

- Curriculum vitae documentado com todas as folhas rubricadas;
- Registro no órgão de classe do Estado de Santa Catarina;
- Comprovante de Residência;
- Comproverantes de Títulos (ser os possuir);

2.3. **ATENÇÃO:** O candidato, por ocasião da INSCRIÇÃO, deverá comprovar todos os requisitos acima elencados, bem como indicar qual o cargo a que pretende concorrer. A não apresentação dos comprovantes exigidos tornará sem efeito a respectiva inscrição, inviabilizando a avaliação do curriculum vitae apresentado pelo candidato.

3. DAS VAGAS

3.1 Será realizado Cadastro de Reserva - CR para suprir eventual déficit de servidores no quadro, no caso de férias do quadro atual e afastamento por Licença Saúde e Licença Maternidade:

Função	Nº. Vagas	Carga Horária Semanal	Remuneração R\$
Enfermeiro ESF	01 CR	20 h	1.838,60

4. DO PROCESSO SELETIVO

4.1 O processo seletivo dar-se-á mediante somatório de pontos da entrevista, contagem de títulos e da experiência comprovada, os quais deverão constar do curriculum vitae de forma detalhada com a identificação dos títulos e especialmente do conteúdo e da carga horária dos cursos de aperfeiçoamento.

4.2 Para contagem de títulos na área de atuação serão considerados válidos os cursos, seminários, jornadas, treinamentos, oficinas, workshops, simpósios, congressos, voltados para área de atuação, e com data de emissão do comprovante dentro dos últimos 5 (cinco) anos, contados da abertura das inscrições, conforme descritos no Anexo II, devendo os candidatos apresentarem os documentos comprobatórios a estes.

4.3 Entende-se como documentos comprobatórios os certificados, declarações ou atestados, em papel com timbre da entidade promotora, devendo ser expedidos pela mesma. Não serão pontuados documentos sem timbre da entidade promotora.

4.4 O tempo de experiência profissional poderá ser comprovado através de fotocópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS e/ou Certidão de Tempo de Serviço emitida por Entidade Pública, e declaração, em papel com timbre, da instituição hospitalar e/ou empresa em que atuou.

4.5 A Entrevista consistirá na aplicação de entrevista estruturada, visando identificar a postura profissional, o grau de conhecimento e as perspectivas do candidato.

4.6 A aplicação e avaliação da entrevista serão realizadas por banca de três profissionais com experiência na área, na sede da Secretaria Municipal de Saúde, situada Rua Antonio José Botelho - Prédio do ESF, A Centro, em Garopaba/SC, data, horário e local a ser divulgada pela Secretaria Municipal de Saúde no DOM/SC, www.diariomunicipal.sc.gov.br, e em locais de fácil acesso após finalizadas as inscrições.

5. CLASSIFICAÇÃO

5.1 A classificação final dos candidatos consistirá no somatório de pontos da entrevista, da contagem de títulos e da experiência comprovada.

5.2 Serão classificados os candidatos que obtiverem nota igual ou superior à 1,0 (um) ponto, não podendo zerar na entrevista.

5.3 Os candidatos classificados serão chamados obedecendo à ordem decrescente de pontos, conforme conveniência e interesse público.

5.4 Na classificação final, entre candidatos com igual número de pontuação, serão fatores de desempate:

- maior tempo de serviço público vinculado à Saúde;
- maior idade;

- maior número de filhos menores de 14 anos.

6. DA CONTRATAÇÃO

6.1. A contratação e o exercício da função dependerão da comprovação dos seguintes requisitos básicos (documentos originais e cópias):

- Classificação no processo seletivo simplificado;
- Idade mínima de 18 (dezoito) anos completados até a data da contratação;
- Cédula de Identidade;
- Cartão de inscrição no CPF;
- Título de Eleitor, com comprovante de votação na última eleição;
- Certificados de quitação das obrigações relativas ao serviço militar (masculino);
- Carteira de Trabalho;
- Prova de inscrição no PIS/PASEP;
- Certidão de casamento, se for casado (a); ou de nascimento;
- Certidões de nascimento dos filhos, se os tiver;
- Comprovante de Escolaridade e/ou Formação Profissional, devidamente registrado no MEC;
- Carteira Nacional de Habilitação, Categoria "D", na validade (para Motorista);
- Registro na Entidade de Classe de Santa Catarina e Certidão de Regularidade (cargos com exigência);
- Comprovante de residência;
- Folha de antecedentes judiciais (cível e criminal, expedidas pelos cartórios das Varas Cíveis e Criminais ou do Foro da Comarca em que teve residência nos últimos 5 (cinco) anos;
- Uma foto 3X4, de frente e recente;
- Declaração de acumulação ou não de cargos e de proventos de inatividade ;
- Declaração de bens;

7. DOS RECURSOS

7.1. Os recursos poderão ser interpostos em até 48h (quarenta e oito horas), a contar da divulgação por edital das homologações das inscrições e do resultado final.

7.2. Os mesmos deverão ser protocolados junto à Prefeitura Municipal de Garopaba, no setor de Protocolo, no referido prazo, devendo conter os seguintes elementos:

- Nº do Processo Seletivo;
- Cargo a que concorre;
- Sucinta exposição dos motivos, critérios adotados, certificados ou títulos que deveriam ser atribuídos maior grau ou número de pontos;
- Razões do pedido, bem como o objeto pleiteado (revisão e/ou nova classificação).

7.3. Serão desconsiderados os recursos interpostos fora do prazo, ou em desacordo com este Edital.

8. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

8.1. As habilitações necessárias ao exercício das funções objeto deste processo seletivo simplificado são as constantes no Anexo I.

8.2. A homologação das inscrições e do resultado será publicada no www.diariomunicipal.sc.gov.br.

8.3. Os candidatos serão contratados em regime administrativo, ficando vinculado ao Regime Geral da Previdência Social;

8.4. Os casos omissos deste edital e as decisões que se fizerem necessárias serão resolvidas pela Comissão do Processo Seletivo Simplificado.

8.5. Fica eleito o Foro da Comarca de Garopaba para dirimir questões oriundas do presente processo seletivos.

8.6. Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Garopaba (SC), 23 de abril de 2012.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

ANEXO I

FUNÇÃO	ATRIBUIÇÕES	HABILITAÇÃO PROFISSIONAL
Enfermeiro ESF	realizar cuidados diretos de enfermagem nas urgências e emergências clínicas, fazendo a indicação para a continuidade da assistência prestada; realizar consulta de enfermagem, solicitar exames complementares, conforme protocolos estabelecidos nos Programas do Ministério da Saúde e as disposições legais da profissão; planejar, gerenciar, coordenar, executar e avaliar a USF; executar as ações de assistência integral em todas as fases do ciclo de vida: criança, adolescente, mulher, adulto e idoso; no nível de suas competências, executar assistência básica e ações de vigilância epidemiológica e sanitária; realizar ações de saúde em diferentes ambientes, na USF e, quando necessário, no domicílio; realizar as atividades corretamente às áreas prioritárias de intervenção na Atenção Básica, definidas na Norma Operacional da Assistência à Saúde - NOAS; exercer a responsabilidade técnica do Programa Saúde da Família; aliar a atuação clínica à prática da saúde coletiva; organizar e coordenar a criação de grupos de patologias específicas, como de hipertensos, de diabéticos, de saúde mental, etc.; supervisionar e coordenar ações para capacitação dos Agentes Comunitários de Saúde e de auxiliares de enfermagem, com vistas ao desempenho de suas funções; executar outras atividades correlatas à função e/ou determinadas pelo superior imediato.	Graduação em Enfermagem e Registro na entidade de Classe de Santa Catarina

ANEXO II

ENFERMEIRO ESF

Avaliação	Pontuação	Valor Máximo
Experiência no exercício de atividades inerentes a função	0,5 ponto (por ano)	4 pontos
Curso de Especialização	1 ponto	1 ponto
Curso de aperfeiçoamento na área de atuação - Carga Horária Mínima de 20 h.	1 ponto (por curso)	2 ponto
Entrevista	3 pontos	3 pontos
Pontuação Máxima		10 pontos

ANEXO III

FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO

PREFEITURA DE GAROPABA
PROCESSO SELETIVO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO
EDITAL 0014/2012

Formulário de inscrição nº _____

Cargo: _____

Nome: _____

Endereço: _____

Telefone para contato: _____

Doc. de Identidade nº: _____

CPF nº: _____

Documentos necessários para a inscrição, ORIGINAL E CÓPIA:
MÉDICO ESF

() Carteira de Identidade; () CPF;

() Diploma, de formação em Enfermagem, devidamente registrado no MEC;

() Curriculum vitae documentado com todas as folhas rubricadas;

() Registro no órgão de classe do Estado de Santa Catarina

() Comprovante de Residência;

() Títulos

Garopaba - SC, ____/____/2012

Assinatura do Candidato

Assinatura do (a) responsável pela inscrição

Gaspar

CÂMARA MUNICIPAL

Resolução Nº 30/2012

RESOLUÇÃO Nº 30/2012

AUTORIZA CONTRATAÇÃO COM A EMPRESA GRÁFICA E EDITORA METAS LTDA - ME.

A Mesa Diretora da Câmara de Vereadores, com fundamento no art. 39, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Gaspar, faz saber,

CONSIDERANDO a necessidade de divulgação das ações deste Poder Legislativo junto à comunidade local;

CONSIDERANDO o término do Contrato nº 001/2011, firmado em 10/01/2011 com a empresa Cruzeiro do Vale Comunicações Ltda-ME [conforme cópia em anexo];

CONSIDERANDO que [embora conste do item "3.1" daquele Contrato a possibilidade de prorrogação do contrato] não foi possível a prorrogação do Contrato 001/2011, tendo em vista que a Contratada não apresentou todos os documentos solicitados, embora Notificada para tal, conforme documento de Notificação em anexo; CONSIDERANDO que em pesquisa nesta data no endereço eletrônico <http://www010.dataprev.gov.br/CWS/CONTEXTO/PCND1/PCND1.HTML> constou a impossibilidade de emissão da Certidão Negativa de Débito da empresa contratada no Contrato 001/2011 por existência de pendências nos sistemas da Receita Federal do Brasil;

CONSIDERANDO que estamos em ano eleitoral e há legislação especial a ser seguida quanto às vedações aos agentes públicos, notadamente no que dispõe a Lei 9504/1997, no art. 73, inciso VII - realizar, em ano de eleição, antes do prazo fixado no inciso anterior, despesas com publicidade dos órgãos públicos federais, estaduais ou municipais, ou das respectivas entidades da administração indireta, que excedam a média dos gastos nos três últimos anos que antecedem o pleito ou do último ano imediatamente anterior à eleição [nos três meses que antecedem o pleito - inciso VI];

CONSIDERANDO que a Lei 8666/1993 prescreve que a [art. 29



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

caput] documentação relativa à regularidade fiscal consiste também na [inciso IV] prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

CONSIDERANDO que há somente duas empresas jornalísticas no município de Gaspar, as quais atingem os leitores locais em suas publicações e, portanto, vê-se aí a importância de se fazer publicar em pelo menos uma delas os atos e demais ações da Edilidade; e CONSIDERANDO os orçamentos em anexo sobre o valor cobrado pelo centímetro por coluna,

RESOLVE:

Art. 1º Fica autorizada a Câmara de Vereadores a firmar contrato com a empresa Gráfica e Editora Metas Ltda - ME, com vigência a partir desta data e finalizando em 31/12/2012, mas cujos efeitos suspendem-se em 07/07/2012 reiniciando em 08/10/2012, após as eleições municipais.

Art. 2º O valor mensal a ser pago será de R\$ 1.131,52 (um mil, cento e trinta e um reais e cinquenta e dois centavos), correspondendo a duas publicações mensais, em sábados, no total de 64 cm/coluna em cada publicação, de forma que o valor por centímetro/coluna fica definido em R\$ 8,84 (oito reais e oitenta e quatro centavos).

Art. 3º O preço acima foi extraído do valor de R\$ 8,40 (oito reais e quarenta centavos) existente no Contrato 001/2011 atualizado pelo IGP-DI de 10/01/2011 até 20/12/2011, que totalizou 5,1808% (cinco inteiros e mil oitocentos e oito décimos de milésimo por cento) de reajuste.

Art. 4º As despesas decorrentes da presente Resolução correrão por conta do orçamento da Câmara de Vereadores.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor nesta data, quando de sua publicação.

Câmara de Vereadores de Gaspar, 18 de abril de 2012.

ANTÔNIO CARLOS DALSOCHIO

Presidente

RAUL SCHILLER

Vice-Presidente

CLAUDIONOR DA CRUZ SOUZA

1º Secretário

JOSÉ HILÁRIO MELATO

2º Secretário

Extrato de Contrato

CÂMARA MUNICIPAL GASPAR

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato n.º 002/2012

Origem: Presidência da Câmara Municipal de Gaspar

Contratado: Grafica e Editora Metas Ltd

Objeto: serviços de publicidade em jornal com circulação no município de Gaspar.

Valor: R\$ 6.789,12

Dotação: Ação 2.200012 - Divulgação Institucional e Legal

Prazo: até 31/12/2012.

Data: 18/04/2012.

SAMAE

Extrato do Contrato Nº 11/2012 - SAMAE

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

- EXTRATO CONTRATOS / 2012

Número do contrato: 11/2012

Data vigência: 23/04/2012

Data vencimento: 31/12/2012

Número da Licitação: 19/2012 - Modalidade: Pregão

Contratante: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE

Contratado: SUL AR E ÁGUA EQUIPAMENTOS LTDA. - CNPJ/CPF do contratado: 80.706.492/0001-74

Objeto: Aquisição de tubos e conexões em ferro galvanizado e aço, para instalação, manutenção e reparos necessários ao funcionamento dos sistemas de bombeamentos das redes de água.

Valor: R\$ 10.689,00 (dez mil, seiscentos e oitenta e nove reais).

Gaspar (SC), em 23 de abril de 2012.

LOVÍDIO CARLOS BERTOLDI

Diretor Presidente

Extrato do Contrato Nº 12/2012 - SAMAE

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

EXTRATO CONTRATOS / 2012

Número do contrato: 12/2012

Data vigência: 23/04/2012

Data vencimento: 31/12/2012

Número da Licitação: 19/2012 - Modalidade: Pregão

Contratante: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE

Contratado: TREBIAN COMERCIAL LTDA. - ME - CNPJ/CPF do contratado: 04.398.305/0001-54

Objeto: Aquisição de tubos e conexões em ferro galvanizado e aço, para instalação, manutenção e reparos necessários ao funcionamento dos sistemas de bombeamentos das redes de água..

Valor: R\$ 1.401,60 (um mil, quatrocentos e um reais e sessenta centavos).

Gaspar (SC), em 23 de abril de 2012.

LOVÍDIO CARLOS BERTOLDI

Diretor Presidente

Governador Celso Ramos

PREFEITURA

Pregão Presencial Nº 041/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS.

SETOR DE LICITAÇÕES

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 041/201

Objeto: Aquisição de uniformes para distribuição aos alunos da rede municipal de ensino, conforme edital e anexo. Data de Abertura da Documentação e Proposta de Preços: 08 de maio de 2012 às 15:00 horas. Local para obtenção do Edital: Setor de licitações sito à Praça 06 de novembro, 01 Centro - Gov. Celso Ramos/SC. Maiores informações poderão ser obtidas pelo Fone: (48) 3262-0141 Ramal 207.

Governador Celso Ramos, 23 de abril de 2012.

ANÍSIO ANATÓLIO SOARES

Prefeito Municipal.

Extrato do Termo Aditivo Nº 002/2012 ao Contrato Nº 082/2011

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº. 002/2012 AO CONTRATO Nº. 082/2011. CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Gov. Celso Ramos. CONTRATADO: EMPREITEIRA PAVICON LTDA. OBJETO: Contratação de empresa para pavimentação a lajota sextavada de concreto com fornecimento de material, da continuação da Ruas São Pedro, José Francisco dos Santos, Deodora Simas Custódio e Praça Miguel Pedro dos Santos conforme edital, projeto, memorial descritivo e planilha orçamentária. CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR: Fica aditado ao valor do contrato original a quantia de R\$ 797,55 (setecentos e noventa e sete reais e cinquenta e cinco centavos), passando o valor global do contrato a ser de R\$ 102.908,49 (cento e dois mil novecentos e oito reais e quarenta e nove centavos).

Governador Celso Ramos, 23 de abril de 2012.

ANÍSIO ANATÓLIO SOARES.

Prefeito Municipal.

Guaramirim**PREFEITURA****Portaria 82**

DECRETO Nº. 103/2012

Declara de Interesse Social, para fins de desapropriação judicial.

Nilson Bylaardt, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Lei Federal nº. 4.132, de 10 de setembro de 1962;

DECRETA:

Art. 1º. Fica declarado de interesse social, para fins de desapropriação judicial, parte ideal do imóvel de Bauminvest Plantações Ltda, constante da Matrícula nº. 4.095, livro 2 - fl.001, do Registro de Imóveis da Comarca de Guaramirim, conforme memorial descritivo em anexo, descrito da forma a seguir:

“Área de 29.732,55 m², imóvel este sem benfeitorias, localizado no lado par da Rua 204 Herminio Stringari, distante 14,00 metros da Rua 318 Antônio Zomer, Bairro Corticeira, Perímetro Urbano deste Município, fazendo frente em 120,00 metros com a Rua 204 Hermínio Stringari, lado direito em 250,00 com terras de Olívio Scalin (Sítio Asa Branca), fundos em 120,00 metros com terras de Bauminvest Plantações Ltda e lado esquerdo com 250,00 metros com terras de Bauminvest Plantações Ltda, matriculado sob o nº. 4.095, livro 2 - fl.001, do Registro de Imóveis da Comarca de Guaramirim.”

Art. 2º. A área de terra a que se refere o artigo anterior será destinada à construção de casas populares, conforme previsão do artigo 2º, inciso V, da Lei Federal nº. 4.132 de 10 de setembro de 1962.

Art. 3º. As despesas decorrentes da execução deste Decreto correrão por conta de dotação específica do orçamento, conforme Lei Municipal nº. 3.940, de 30 de dezembro de 2011.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 09 de abril de 2012.

NILSON BYLAARDT

Prefeito

ROLF WERNER ANTONIUS JUNIOR

Secretário de Administração e Finanças

Aviso de Licitação Nº 50/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DE FINANÇAS

DIRETORIA DE SUPRIMENTOS

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL: PREGÃO - 50/2012

TIPO : MENOR PREÇO - POR ITE

OBJETO : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAL DE LIMPEZA

ENTREGA DOS ENVELOPES: 09/05/2012 ÀS 14:00H

ABERTURA DOS ENVELOPES: 09/05/2012 ÀS 14:15H

O EDITAL E ESCLARECIMENTOS PODERÃO SER OBTIDOS NO SEGUINTE ENDEREÇO E HORÁRIO: RUA 28 DE AGOSTO, 2042, NOS DIAS ÚTEIS DE SEGUNDA À SEXTA FEIRA, DAS 08:00H ÀS 12:00H E DAS 13:00H ÀS 16:00H, OU PELO FONE (47) 3373-0247

GUARAMIRIM-SC, 24/04/2012

NILSON BYLAARDT

Prefeito Municipal

Termo Aditivo do Contrato Nº05/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DE 2º TERMO ADITIVO

CONTRATO N.º 05/2011 - FMS

PROCESSO LICITAÇÃO 08/201

OBJETO: Locação de Sala para Complemento da Locação do Imóvel (P.S. Caixa D'Água)

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM.

CONTRATADA: JOSE FRITZE

OBJETO DO ADITIVO: Prorrogação de prazo/valor

VALOR: R\$ 3.827,24 (três mil oitocentos e vinte e sete reais e vinte e quatro centavos) divididos em 04 (quatro) parcelas de R\$ 956,81 (novecentos e cinquenta e seis reais e oitenta e um centavos)

VIGÊNCIA: 01/04/2012 até 31/07/2012

DATA ASSINATURA: 29/03/2012.

NILSON BYLAARDT

Prefeito Municipal

Herval do Oeste

PREFEITURA

Portaria Nº 511/2012

PORTARIA Nº 511/2012

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONTRATAR, em caráter Temporário e Emergencial, o Senhor Paulo Sergio Lunardelli (Matr. 3554), para exercer a função de Operador de Máquinas I, Nível 7, Referência "A", 40 horas semanais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, a partir de 23 de abril de . Sendo que seu Contrato de Trabalho será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d' Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d' Oeste - (SC), em 23 de Abril de 2012.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

Portaria Nº 512/2012

PORTARIA Nº 512/2012

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal, e tendo em vista o disposto no artigo 41 caput da Constituição Federal,

RESOLVE:

HOMOLOGAR o Estágio Probatório e DECLARAR estável no Serviço Público Municipal, no cargo de Agente de Serviços Gerais - Nível - 3, Referência "A", do Anexo V da LC Nº. 280/2011, 40 horas semanais, à Servidora SOFIA SOARES (Matr. 3009), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo, haja vista ter cumprido o período de 03 (três) anos de Estágio Probatório de 02 de março de 2009 a 01 de Março de 2012, consoante no que determina o Decreto nº 2570 de 12 de Março de 2009, conforme formulários de avaliação constantes em sua ficha funcional.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 23 de Abril de 2012.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

Portaria Nº 513/2012

PORTARIA Nº 513/2012

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal, e tendo em vista o disposto no artigo 41 caput da Constituição Federal,

RESOLVE:

HOMOLOGAR o Estágio Probatório e DECLARAR estável no Serviço Público Municipal, no cargo de Auxiliar de Serviços de Saúde - Nível - 8, Referência "A", do Anexo V da LC Nº. 280/2011, 40 horas semanais, à Servidora DANIELA CRISTIANE DA SILVA PASQUALI (Matr. 2953), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo, haja vista ter cumprido o período de 03 (três) anos de Estágio Probatório de 05 de fevereiro de 2009 a 04 de fevereiro de 2012, consoante no que determina o Decreto nº 2570 de 12 de Março de 2009, conforme formulários de avaliação constantes em sua ficha funcional.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 23 de Abril de 2012.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

Portaria Nº 514/2012

PORTARIA Nº 514/2012

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal, e tendo em vista o disposto no artigo 41 caput da Constituição Federal,

RESOLVE:

HOMOLOGAR o Estágio Probatório e DECLARAR estável no Serviço Público Municipal, no cargo de Auxiliar de Serviços de Saúde - Nível - 8, Referência "A", do Anexo V da LC Nº. 280/2011, 40 horas semanais, à Servidora DANIELY CRISTINA RATTI (Matr. 2779), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo, haja vista ter cumprido o período de 03 (três) anos de Estágio Probatório de 16 de junho de 2008 a 06 de janeiro de 2012, com interstício de 180 (cento e oitenta) dias, consoante no que determina o Decreto nº 2570 de 12 de Março de 2009, conforme formulários de avaliação constantes em sua ficha funcional.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 23 de Abril de 2012.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

Tomada de Preços Nº 012/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE HERVAL D'OESTE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0063/2012

TOMADA DE PREÇOS Nº 012/2012

UNIDADE GESTORA:

PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE

TIPO: Menor Preço Global

OBJETO

Contratação de empresa especializada para a execução de pavimentação com paralelepípedos e Pedras irregulares em vias públicas do município de Herval d'Oeste com fornecimento de material e mão de obra

ENTREGA DOS ENVELOPES

Até as 14h00min horas do dia 11/05/2012.

LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA

Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste, situada na Rua Nereu Ramos, nº 389, Centro, na cidade de Herval d'Oeste (SC), Sala de Reuniões do Setor de Compras e Licitações.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL



Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, e demais legislação vigente e pertinente à matéria.

VALOR MÁXIMO ESTIMADO R\$ 82.425,13

EDITAL NA ÍNTEGRA

O Edital na íntegra está disponível no site: www.hervaldoeste.sc.gov.br, sem custo adicional, os projetos estão à disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações, situado na Rua Nereu Ramos, nº 389, Centro, na cidade de Herval d'Oeste (SC), ao custo de R\$ 50,00 (cinquenta reais). Outras informações pelo fone (49) 3554 0922.

Herval d'Oeste, 23 de abril de 2012.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

Ibiam

PREFEITURA

Edital de TP 003/2012

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 028/2012

TOMADA DE PREÇO Nº 003/2012

O Município de Ibiam/SC torna publico que fará realizar licitação na modalidade de Tomada de Preço para Contratação de empresa especializada para coleta e destinação final do lixo hospitalar, para o ano de 2012.

Entrega dos envelopes até: 14/05/2012 até 08:15 horas.

Abertura dos envelopes: 14/05/2012 às 08:30 horas

Tipo de Avaliação: Menor Preço Unitário

Base legal: Lei 8666/93 e suas alterações e LC 123/06.

O Edital e seus esclarecimentos poderão ser obtidos na Prefeitura de Ibiam, em dias úteis, de Segunda a Sexta - feira, das 07:30 às 11:30 e das 13:00 as 17:00 horas na Travessa Leoniza Carvalho Agostini, nº 20, Fone (0**49)534-0044 ou no seguinte endereço eletrônico: www.ibiam.sc.gov.br

Ibiam, 24 de Abril de 2012.

NELSON MARIO GRASSI

Prefeito Municipal de Ibiam

Imbituba

PREFEITURA

Portaria Dgp/Seagp N.º 098/2012

PORTARIA DGP/SEAGP N.º 098, de 23 de abril de 2012.

Dispõe sobre a admissão de Auxiliar de Serviços, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art.1º Admitir, o abaixo relacionado, aprovado no Concurso Público Edital - 01/2011, com carga horária de 40 horas semanais, para exercer o cargo/função, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Admissão
Humberto Alexandre Silva de Almeida	Auxiliar de Serviços	070.941.319-09	20/04/2012

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 20 de abril de 2012, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba SC, 23 de abril de 2012.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ANDREZA BARCELOS CARVALHO

Diretora de Gestão de Pessoas

Portaria Dgp/Seagp N.º 099/2012

PORTARIA DGP/SEAGP N.º 099, de 23 de abril de 2012.

Dispõe sobre a admissão de Servente Merendeira, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art.1º Admitir, a abaixo relacionada, aprovada no Processo Seletivo Simplificado Edital - 04/2010, com carga horária de 40 horas semanais, para exercer o cargo/função conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente, em substituição da servidora Débora Pires Custódio, matrícula nº 4780, inscrita no CPF nº 004.079.899-27, que encontra-se de licença-maternidade.

Nome	Cargo	CPF	Admissão
Claudineia Nascimento	Servente Merendeira	041.069.449-52	23/04/2012

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba SC, 23 de abril de 2012.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ANDREZA BARCELOS CARVALHO
Diretora de Gestão de Pessoas

Portaria Dgp/Seagp N.º 100/2012

PORTARIA DGP/SEAGP N.º 100, de 23 de abril de 2012.
Dispõe sobre a admissão de Servente Merendeira, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art.1º Admitir, a abaixo relacionada, aprovada no Concurso Público Edital - 01/2011, com carga horária de 40 horas semanais, para exercer o cargo/função, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Admissão
Débora de Jesus Valentim	Servente Merendeira	061.733.529-07	20/04/2012

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 20 de abril de 2012, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba SC, 23 de abril de 2012.
DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ANDREZA BARCELOS CARVALHO
Diretora de Gestão de Pessoas

Portaria Dgp/Seagp N.º 101/2012

PORTARIA DGP/SEAGP N.º 101, de 23 de abril de 2012.
Dispõe sobre a admissão de Servente Merendeira, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art.1º Admitir, a abaixo relacionada, aprovada no Concurso Público Edital - 01/2011, com carga horária de 40 horas semanais, para exercer o cargo/função, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Admissão
Iolanda Carvalho Pereira	Servente Merendeira	044.127.504-42	18/04/2012

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 18 de abril de 2012, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba SC, 23 de abril de 2012.
DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ANDREZA BARCELOS CARVALHO
Diretora de Gestão de Pessoas

Portaria Dgp/Seagp N.º 102/2012

PORTARIA DGP/SEAGP N.º 102, de 23 de abril de 2012.
Dispõe sobre concessão de licença-prêmio e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença-prêmio a servidora MARIA GORETE DA SILVA CAMPOS, Professora, inscrita no CPF sob o n.º 716.138.389-72, admitida em 17 de março de 1988, contrato n.º 332, referente ao quinquênio devido, com conversão de 1/3 em abono pecuniário e fruição conforme quadro abaixo:

Quinquênio	Período de Fruição	Conversão
2003 a 2008	02.05.2012 a 30.06.2012	Conversão de 1/3 em abono pecuniário no mês de abril de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba SC, 23 de abril de 2012.
JOSÉ ROBERTO MARTINS
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Portaria Dgp/Seagp N.º 103/2012

PORTARIA DGP/SEAGP N.º 103, de 23 de abril de 2012.
Dispõe sobre concessão de licença-prêmio e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença-prêmio ao servidor ASSIS GARCIA ALVES, Agente Administrativo, inscrito no CPF sob o n.º 432.880.659-91, admitido em 03 de março de 1986, contrato n.º 68, referente ao quinquênio devido, com conversão de 1/3 em abono pecuniário e fruição conforme quadro abaixo:

Quinquênio	Período de Fruição	Conversão
2006 a 2011	01.06.2012 a 30.07.2012	Conversão de 1/3 em abono pecuniário no mês de abril de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba SC, 23 de abril de 2012.

JOSÉ ROBERTO MARTINS
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Portaria Dgp/Seagp N.º 104/2012

PORTARIA DGP/SEAGP N.º 104, de 23 de abril de 2012.
Dispõe sobre a retificação do período de fruição de licença-prêmio e, dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Retificar o período de fruição de licença-prêmio fixado na Portaria DGP/SEAGP N.º 232/2010, concedida ao servidor MARNE DA SILVA, Operador de Máquina, inscrito no CPF sob o n.º 560.858.009-59, admitido em 25 de julho de 2002, contrato n.º 1721, referente aos quinquênios dos períodos aquisitivos devidos, com conversão de 1/3 em abono pecuniário e fruição conforme quadro abaixo:

Onde se lê:

Quinquênio	Período de Fruição	Conversão
2002 a 2007	01.02.2012 a 30.04.2012	Conversão de 1/3 em abono pecuniário no mês de junho de 2010.

Leia-se:

Quinquênio	Período de Fruição	Conversão
2002 a 2007	01.08.2011 a 29.09.2011	Conversão de 1/3 em abono pecuniário no mês de junho de 2010.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba SC, 23 de abril de 2012.
JOSÉ ROBERTO MARTINS
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Daniel Vinício Arantes Neto
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Portaria Dgp/Seagp N.º 105/2012

PORTARIA DGP/SEAGP N.º 105, de 23 de abril de 2012.
Dispõe sobre concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença-prêmio ao servidor OZANDIR ELENIO

CAPARICA, Agente Administrativo, inscrito no CPF sob o n.º 289.838.669-34, admitido em 09 de fevereiro de 1981, contrato n.º 442, referente ao quinquênio, conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo	Períodos de Fruição
2006 a 2011	02.04.2012 a 31.05.2012 01.11.2012 a 30.11.2012

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 02 de abril de 2012, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba SC, 23 de abril de 2012.
JOSÉ ROBERTO MARTINS
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Portaria Dgp/Seagp N.º 106/2012

PORTARIA DGP/SEAGP N.º 106, de 23 de abril de 2012.
Dispõe sobre concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença-prêmio a servidora DENISE RIBEIRO, Assistente Social, inscrita no CPF sob o n.º 520.886.009-06, admitida em 21 de agosto de 1998, contrato n.º 113, referente ao quinquênio, conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo	Períodos de Fruição
2003 a 2008	13.03.2012 a 10.06.2012

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 13 de março de 2012, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba SC, 23 de abril de 2012.
JOSÉ ROBERTO MARTINS
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Portaria Dgp/Seagp N.º 107/2012

PORTARIA DGP/SEAGP N.º 107, de 23 de abril de 2012.
Dispõe sobre a admissão de Nutricionista, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art.1º Admitir, o abaixo relacionado, aprovado no Processo Seletivo Público Edital - 01/2010, com carga horária de 40 horas semanais, para exercer o cargo/função, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Admissão
Luiz Henrique Nascimento Michels	Nutricionista	046.615.589-10	24/04/2012

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba SC, 23 de abril de 2012.
DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ANDREZA BARCELOS CARVALHO
Diretora de Gestão de Pessoas

Publicação de Extrato de Dispensa 01/2012 (DEMUTRAN)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
DEMUTRAN
PROCESSO Nº 05/2012
DISPENSA Nº 01/201

Objeto: Manutenção de semáforo.
Empresa: Vogtec Equipamentos Ltda.
Valor Total: R\$ 6.000,00
Fundamento: Artigo 24, II da Lei 8.666/93, e suas alterações.

Imbituba, 25 de abril de 2012.
JOSÉ ROBERTO MARTINS
Prefeito Municipal

Publicação de Extrato de Dispensa 01/2012 (Saúde)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PROCESSO Nº 25/2011
DISPENSA Nº 01/201

Objeto: Locação de um imóvel, não residencial, para instalação da Coordenação da Estratégia de Saúde da Família e Núcleo de Apoio à Saúde da Família da Secretaria Municipal de Saúde.
Locador: Harley Pamplona Dutra.
Valor Mensal: R\$ 980,00 Prazo: 09 meses
Valor Total: 8.820,00
Fundamento: Artigo 24, X da Lei 8.666/93, e suas alterações.

Imbituba, 25 de abril de 2012.
MARIA MADALENA DOMINGOS NUNES
Secretária Municipal de Saúde

Publicação de Extrato de Pregão Presencial 25/2012 (Saúde)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
SAÚDE
PROCESSO Nº 26/2012
PREGÃO PRESENCIAL Nº 25/2012

A Prefeitura Municipal de Imbituba comunica que realizará às 15:00 horas do dia 09 de maio de 2012, licitação na modalidade de

Pregão Presencial do tipo menor preço por item, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006, pelo Decreto 6.204/2007 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, para Contratação de pessoa jurídica para confecção de próteses dentárias para usuários da Secretaria Municipal de Saúde. A íntegra do Edital poderá ser retirada somente no Departamento de Licitações, situado à Av. Dr. João Rimsa, 531, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira.

Imbituba, 25 de abril de 2012.
MICHELLE FRANCINE P. O. DE SOUZA
Pregoeira Oficial

Publicação de Extrato de Pregão Presencial 39/2012 (PMI)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
PROCESSO Nº 60/2012
PREGÃO PRESENCIAL Nº 39/2012

A Prefeitura Municipal de Imbituba comunica que realizará às 14:00 horas do dia 09 de maio de 2012, licitação na modalidade de Pregão Presencial do tipo menor preço por item, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006, pelo Decreto 6.204/2007 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, para Contratação de empresa para fornecimento de alimentação escolar para os Centros de Educação Infantil e Unidades Escolares da Rede Pública Municipal de Ensino da Prefeitura Municipal de Imbituba. A íntegra do Edital poderá ser retirada somente no Departamento de Licitações, situado à Av. Dr. João Rimsa, 531, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira.

Imbituba, 25 de abril de 2012.
MICHELLE FRANCINE P. O. DE SOUZA
Pregoeira Oficial

Publicação de Extrato de Pregão Presencial 40/2012 (PMI)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
PROCESSO Nº 61/2012
PREGÃO PRESENCIAL Nº 40/2012

A Prefeitura Municipal de Imbituba comunica que realizará às 16:00 horas do dia 09 de maio de 2012, licitação na modalidade de Pregão Presencial do tipo menor preço por item, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006, pelo Decreto 6.204/2007 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, para Contratação de empresa para fornecer móveis e equipamentos de cozinha, para as escolas e centros de educação infantil. A íntegra do Edital poderá ser retirada somente no Departamento de Licitações, situado à Av. Dr. João Rimsa, 531, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira.

Imbituba, 25 de abril de 2012.
MICHELLE FRANCINE P. O. DE SOUZA
Pregoeira Oficial

Publicação de Extrato de Suspensão do Pregão Presencial 21/2012 (Saúde)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
SAÚDE

A Prefeitura Municipal de Imbituba comunica que fica suspenso o Processo Licitatório nº 21/2012, na modalidade de Pregão Presencial nº 21/2012, para revisão do edital, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Saúde.

Imbituba, 25 de abril de 2012.
MICHELLE FRANCINE P. O. SOUZA
Pregoeira Oficial

Extrato: PMI Sedurb 69/2011 A/01

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: PMI SEDURB 69/2011 A/01
Contratada: CENTHAURO SEGURANÇA ELETRONICA LTDA ME
C.N.P.J: 04.555.820/0001-0

Objeto: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO CONTRATO ORIGINAL ATÉ 31/12/2012
Fundamento: Processo nº. 69/2011 Dispensa 09/2011

Imbituba, 04 de março de 2012.
JOSÉ ROBERTO MARTINS
Prefeito Municipal
Contratante

CENTHAURO SEGURANÇA ELETRONICA LTDA ME
Representante Legal
Contratada

Extrato: PMI SEINFRA 2011/197 A02

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: PMI SEINFRA 2011/197 A02
Contratada: CONSTRUVILA LTDA
C.N.P.J: 01.885.390/0001-4

Objeto: ACRÉSCIMO DE 10,73%(DEZ VIRGULA SETENTA E TRES POR CENTO) SOBRE O VALOR DO CONTRATO ORIGINAL E A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGENCIA DO CONTRATO ORIGINAL ATÉ 01/07/2012.

Valor: R\$ 6.500,55
Fundamento: Processo nº. 159/2011 Carta Convite 19/2011

Imbituba, 02 de abril de 2012.
JOSÉ ROBERTO MARTINS
Prefeito Municipal
Contratante

CONSTRUVILA LTDA
Representante Legal
Contratada

Extrato: PMI SEINFRA 2012/48 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: PMI SEINFRA 2012/48 A00
Contratada: FAZENDA ITAPEVA LTDA
C.N.P.J: 00.647.391/0001-3

Objeto: AQUISIÇÃO DE SAIBRO QUARTSOZO.

Valor: R\$ 223.600,00
Fundamento: Processo nº. 32/2012 Pregão 25/2012

Imbituba, 09 de abril de 2012.
JOSÉ ROBERTO MARTINS
Prefeito Municipal
Contratante

FAZENDA ITAPEVA
Representante Legal
Contratada

Iomerê

PREFEITURA

Notificação de Recebimento de Recursos

NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS

O Município de Iomerê/SC, nos termos da Lei Federal nº. 9452 de 20 de março de 1997 notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores, entidades empresariais, Conselhos Municipais e a população em geral, a liberação de recursos conforme segue:

Data de crédito	Origem	DESTINAÇÃO	Valor (R\$)
23/04/2012	FNDE	SALARIO EDUCAÇÃO	6.202,75
20/04/2012	SDR - VIDEIRA	INS. POÇOS ARTESIANOS	30.000,00
20/04/2012	SDR - VIDEIRA	ESCAVADEIRA HIDRAULICA	150.000,00
16/04/2012	FNAS	FMA SPB VII	1.000,00
20/04/2012	FES	FARMACIA BASICA	1.028,62
13/04/2012	FNS	ACS	6.097,00
18/04/2012	FNS	PSF	6.700,00
18/04/2012	FNS	SAUDE BICAL	2.100,00
13/04/2012	FNS	MAC/SAMU	12.500,00

Secretaria de Administração e Finanças

Irineópolis

PREFEITURA

Lei Nº 1.621/12

LEI Nº 1.621/12, DE 18 DE ABRIL DE 2012.

"AUTORIZA FIRMAR CONVÊNIO COM A COOPERATIVA-ESCOLA DOS ALUNOS DO COLÉGIO AGRÍCOLA "VIDAL RAMOS" - COOPESA, COM INTERVENIÊNCIA DO CENTRO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - CEDUP VIDAL RAMOS DE CANOINHAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

WANDERLEI LEZAN, Prefeito Municipal de Irineópolis, Estado de Santa Catarina,
Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e Eu sanciono a seguinte,

LEI

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a firmar convênio, através da Secretaria Municipal de Educação, com o Centro de Educação Profissional "Vidal Ramos" - "CEDUP Vidal Ramos", visando a aquisição de 13 (treze vagas) vagas no curso profissionalizante de Técnico Agrícola, sendo 08 (oito) vagas com 100% (cem por cento) e 05 (cinco) vagas com 50%

(cinquenta por cento).

Art. 2º - O valor do Convênio ora autorizado será de até R\$ 2.000,00 (dois mil reais) anuais por vaga, perfazendo um valor total de R\$ 21.000,00 (vinte e um mil reais) anuais, divididos em 04 (quatro) parcelas mensais, iguais, no valor de R\$ 5.250,00 (cinco mil duzentos e cinquenta reais), a serem pagas a partir do mês de abril.

Art. 3º - Caberá à Secretaria Municipal do Desenvolvimento Comunitário realizar o acompanhamento dos adolescentes indicados para as vagas constantes do artigo 1º, com orientação e encaminhamento para estágio nos Programas desenvolvidos pelo Município.

Art. 4º - As vagas de que trata o artigo 1º serão destinadas, preferencialmente, à adolescentes filhos de agricultores do Município de Irineópolis.

Art. 5º - A liberação das parcelas mensais ficará condicionada à prestação de contas da parcela anterior e ao fornecimento de relatório de serviços prestados.

Art. 6º - As despesas advindas da presente autorização, correrão à conta da dotação orçamentária 2009 (56) - 3.3.90.00.00.00.00.0257 - Convênio para Vagas Escolares - Ensino Médio - Aplicações Diretas do orçamento em vigor.

Art. 7º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º - Revogam-se as disposições em contrário.

Irineópolis/SC, em 18 de abril de 2012.

WANDERLEI LEZAN

Prefeito Municipal

Extrato de Processo Licitatorio 35/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 35/2012

CONCORRÊNCIA N.º 01/2012

O Município de Irineópolis, torna público para conhecimento dos interessados que realizará no dia 13 de junho de 2012, às 09:00 horas, Processo Licitatório na Modalidade Concorrência para Obras e Serviços de Engenharia, com critério de adjudicação Menor Preço Global de acordo com a Lei n.º 8.666/93, visando a Execução de serviços de drenagem e canalização de águas pluviais, sinalização viária e pavimentação com lajota sextavada, com fornecimento de materiais, de acordo com projetos, planilha de orçamento, cronograma físico-financeiro e memorial descritivo. O Edital de Licitação encontra-se a disposição dos interessados, no Departamento de Compras e Licitações, no horário das 08:00 às 11:30 e da 13:00 às 16:30h, sita a Rua Paraná, n.º 200, Centro - Irineópolis - SC, Fone (47) 3625-1111/ 3625-1144 e no site www.irineopolis.sc.gov.br.

Irineópolis, 24 de abril de 2012.

WANDERLEI LEZAN

Prefeito Municipal

Extrato de Revogação

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATORIO Nº. 10/2012

TOMADA DE PREÇOS Nº. 03/2012

Conforme solicitado através do Ofício 344/2012, em 10 de abril de 2012, e deferido em 19 de abril de 2012, torna publico a REVOGAÇÃO do processo licitatório em epigrafe.

Irineópolis, 20 de abril de 2012.

WANDERLEI LEZAN

Prefeito Municipal

Extrato Processo Licitatorio 34/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 34/2012

PREGÃO PRESENCIAL N.º 23/2012

O Município de Irineópolis, torna público para conhecimento dos interessados que realizará no dia 09 de maio de 2012, às 09:00 horas, Processo Licitatório na Modalidade Pregão Presencial, com critério de adjudicação Menor Preço por item de acordo com a Lei n.º 10.520/02, visando a aquisição de materiais de expediente e escritório em geral, para uso e manutenção das atividades desenvolvidas nas Secretarias da Administração, Agricultura, Desenvolvimento Comunitário, Fazenda e Infra-Estrutura, com entrega parcelada, para o exercício de 2012. O Edital de Licitação encontra-se a disposição dos interessados, no Departamento de Compras e Licitações, no horário das 08:00 às 11:30 e da 13:00 às 16:30h,, sita a Rua Paraná, n.º 200, Centro - Irineópolis - SC, Fone (47) 3625-1111/ 3625-1144 e no site www.irineopolis.sc.gov.br.

Irineópolis, 23 de abril de 2012.

WANDERLEI LEZAN

Prefeito Municipal

Extrato Processo Licitatório N.º 07/2012 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRINEÓPOLIS

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 07/2012

PREGÃO PRESENCIAL N.º 05/2012

O Município de Irineópolis, torna público para conhecimento dos interessados que realizará no dia 11 de maio de 2012, às 09:00 horas, Processo Licitatório na Modalidade Pregão Presencial, com critério de adjudicação Menor Preço por item de acordo com a Lei n.º 10.520/02, visando a aquisição de 02 (dois) veículos para transporte de pacientes do município. O Edital de Licitação encontra-se a disposição dos interessados, no Departamento de Compras e Licitações, no horário das 08:00 às 11:30, e das 13:00 às 16:30, sita a Rua Paraná, n.º 200, Centro - Irineópolis - SC, Fone (47) 3625-1111/ 3625-1144 e no site www.irineopolis.sc.gov.br.

Irineópolis, 24 de abril de 2012.

EDINILSON BRAND

Gestor do Fundo Municipal de Saúde

Extrato de Contrato 02/2012 - FMAS

MUNICIPIO DE IRINEÓPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO Nº 02/2012

Contratante: Fundo Municipal de Assistência Social de Irineópolis

Contratado: Luis Kaminski-M

Objeto: Aquisição de materiais de expediente e didáticos para manutenção das atividades desenvolvidas com o CRAS- Centro de Referência de Assistência Social e PAIF- Programa de Atenção Integral a Família.

Valor: R\$ 4.292,00 (Quatro mil, duzentos e noventa e dois reais). Vigência: 19/04/2012 à 31/12/2012

Base Legal: Processo Licitatório 01/2012 - Pregão Presencial 01/2012.

Lei 8.666/93 e 10.520/02

WANDERLEI LEZAN

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 03/2012 - FMAS

MUNICIPIO DE IRINEÓPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO Nº 03/2012

Contratante: Fundo Municipal de Assistência Social de Irineópolis

Contratado: Janaina dos Santos Martins Zucco M

Objeto: Aquisição de materiais de expediente e didáticos para manutenção das atividades desenvolvidas com o CRAS- Centro de Referência de Assistência Social e PAIF- Programa de Atenção Integral a Família.

Valor: R\$ 3.966,40 (Três mil, novecentos e sessenta e seis reais, quarenta centavos).

Vigência: 19/04/2012 à 31/12/2012

Base Legal: Processo Licitatório 01/2012 - Pregão Presencial 01/2012.

Lei 8.666/93 e 10.520/02

WANDERLEI LEZAN

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 66/2012

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO Nº 66/2012

Contratante: Prefeitura Municipal de Irineópolis

Contratado: Herbert Materiais Para Construção Ltd

Objeto: Aquisição de materiais de construção para o Centro de Educação Infantil da localidade de Serra Grande.

Valor: R\$ 381,00 (trezentos e oitenta e um reais).

Vigência: 19/04/2012 à 31/12/2012

Base Legal: Processo Licitatório 30/2012 - Pregão Presencial 20/2012.

Lei 8.666/93 e 10.520/02

WANDERLEI LEZAN

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 67/2012

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO Nº 67/2012

Contratante: Prefeitura Municipal de Irineópolis

Contratado: Borini & Cia Ltda M

Objeto: Aquisição de materiais de construção para o Centro de Educação Infantil da localidade de Serra Grande.

Valor: R\$ 3.296,50 (Três mil, duzentos e noventa e seis reais e cinquenta centavos).

Vigência: 19/04/2012 à 31/12/2012

Base Legal: Processo Licitatório 30/2012 - Pregão Presencial 20/2012.

Lei 8.666/93 e 10.520/02

WANDERLEI LEZAN

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 68/2012

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO Nº 68/2012

Contratante: Prefeitura Municipal de Irineópolis

Contratado: RJ Fleith & Cia Ltd

Objeto: Aquisição de materiais de construção para o Centro de Educação Infantil da localidade de Serra Grande.

Valor: R\$ 2.469,30 (Dois mil, quatrocentos e sessenta e nove reais, trinta centavos).

Vigência: 19/04/2012 à 31/12/2012

Base Legal: Processo Licitatório 30/2012 - Pregão Presencial 20/2012.

Lei 8.666/93 e 10.520/02

WANDERLEI LEZAN

Prefeito Municipal

2º Termo Aditivo ao Convênio Nº 01/2011

2º TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 01/2011.

2º TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 01/2011, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS - SC E A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE DE IRINEÓPOLIS”.

O MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa sito à Rua Paraná, 200 - Centro, Irineópolis - SC, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.558/0001-05, representado pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, Wanderlei Lezan, portador do CPF nº 153.546.101-25, RG nº 6.109.615-SSP-SC, residente e domiciliado à Rua Minas Gerais, nº 449 - Centro, Irineópolis - SC, doravante denominado simplesmente de CONCEDENTE, e a ASSOCIAÇÃO DOS PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE, com sede à Rua Guanabara, 320, Centro, inscrita no CNPJ nº 83.800.037/0001-21, representada pela Senhora Maria da Luz Cordeiro, portadora do CPF nº 480.001.409-34, RG nº 1.643.738-1, residente e domiciliada à Rua São Paulo, nº 340, bairro Centro, Irineópolis/SC, doravante denominado simplesmente de CONVENIENTE, amparados pela Lei Municipal nº 1.618/2012, de 13 de abril de 2012, bem como pela cláusula Quarta do instrumento de convênio original, têm, justo e aditado, o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Tem o presente Termo Aditivo o objetivo de alterar a Cláusula Segunda do Convênio nº 01/2011, a qual passa a ter a seguinte redação:

“CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR

Os valores serão repassados em parcelas mensais e sucessivas de até R\$2.000,00 (dois mil reais).”

CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas em todos os seus termos e condições as demais cláusulas do Convênio ora aditado, ficando este Termo fazendo parte integrante e complementar daquele, a fim de que juntos produzam um só efeito.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA PUBLICAÇÃO

O presente Termo Aditivo terá seu extrato publicado no Órgão de Imprensa oficial do Município, pelo CONVENIENTE, dando-se cumprimento ao disposto no Artigo 61, Parágrafo único da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA QUARTA

E, por estarem assim, justas e acordadas, as partes assinam o presente Termo Aditivo em 05 (cinco) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

Irineópolis (SC), 19 de abril de 2012.

WANDERLEI LEZAN



Prefeito Municipal

MARIA DA LUZ CORDEIRO

Presidente da Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE

Testemunhas:

Rosani Rodrigues da Silva Mischka

Maurício Juraszek

HOSPITAL BOM JESUS

Extrato de Homologação

HOSPITAL MUNICIPAL BOM JESUS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 08/2012

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 03/2012

Expirado o prazo recursal, torna público a HOMOLOGAÇÃO do processo licitatório em epígrafe e a adjudicação de: **Ciro José Procrifka Galvão.**

Itineópolis, 24 de ABRIL de 2012.

JULIANA TRUKAN

Presidente HMBJ

Extrato de Homologação

HOSPITAL MUNICIPAL BOM JESUS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 09/2012

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 04/2012

Expirado o prazo recursal, torna público a HOMOLOGAÇÃO do processo licitatório em epígrafe e a adjudicação de: **Andrea Alves de Oliveira.**

Itineópolis, 24 de ABRIL de 2012.

JULIANA TRUKAN

Presidente HMBJ

Extrato de Contrato N.º 04/2012

HOSPITAL MUNICIPAL BOM JESUS

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO Nº 04/2012

Contratante: Hospital Municipal Bom Jesus

Contratada: **Ciro José Procrifka Galvã**

Objeto: credenciamento para prestação de serviços na área médica, para a realização de assistência e acompanhamento nas internações de pacientes do SUS.

Vigência: 24/04/2012 a 24/04/2013

Base Legal - Processo Licitatório 08/2012 - Inexigibilidade de Licitação 03/2012.

Lei nº 8.666/93 consolidada, art. 24, inciso XXIII

JULIANA TRUKAN

Presidente HMBJ

Extrato de Contrato N.º 05/2012

HOSPITAL MUNICIPAL BOM JESUS

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO Nº 05/2012

Contratante: Hospital Municipal Bom Jesus

Contratada: **Andrea Alves de Oliveir**

Objeto: credenciamento para prestação de serviços na área médica, para a realização de assistência e acompanhamento nas internações de pacientes do SUS.

Vigência: 24/04/2012 a 24/04/2013

Base Legal - Processo Licitatório 09/2012 - Inexigibilidade de Licitação 04/2012.

Lei nº 8.666/93 consolidada, art. 24, inciso XXIII

JULIANA TRUKAN

Presidente HMBJ

Itaiópolis

PREFEITURA

Processo Licitatório Nº 30/2012

Pregão Presencial nº 20/2012

Objeto: Registro de Preços para contratação de empresas para prestarem serviços mecânicos, elétricos e de torno, para as máquinas. LOCAL/DATA E HORÁRIO PARA ENTREGA DOS ENVELOPES: Avenida Getúlio Vargas, 308, 2º Piso, Centro, Itaiópolis - SC, no Departamento de Compras e Licitações, junto a Prefeitura Municipal, no dia 09 de Maio de 2012, até às 09hs15min. ABERTURA DOS ENVELOPES: no dia 09 de Maio de 2012, às 09hs30min. O Edital estará à disposição dos interessados, no endereço acima mencionado ou pelo Site www.itaioptolis.sc.gov.br.

Itaiópolis, 23 de Abril de 2012.

HELIO CESAR WENDT

Prefeito Municipal

Processo Licitatório Nº 29/2012

Pregão Eletrônico nº 19/2012.

Objeto: Registro de Preços para aquisição de peças para as máquinas. Recebimento das Propostas: até às 09:00 horas do dia 09/05/2012. Abertura das Propostas: dia 09/05/2012, as 09hs-15min. Início da Sessão de Disputa de Preços: dia 09/05/2012, as 09hs30min. O edital poderá ser obtido nos Sites: www.itaioptolis.sc.gov.br e www.bll.org.br Informações: Departamento de Compras e Licitações, fone: 47 3652 2211, ramal, 203, Itaiópolis 23 de Abril de 2012.

HELIO CÉSAR WENDT

Prefeito Municipal.

Processo Licitatório Nº 31/2012

Pregão Eletrônico nº 21/2012.

Objeto: Registro de Preços para contratação de empresa para fornecimento de Óleo Diesel S-50. Recebimento das Propostas: até às 09:00 horas do dia 10/05/2012. Abertura das Propostas: dia 10/05/2012, as 09hs15min. Início da Sessão de Disputa de Preços: dia 10/05/2012, as 09hs30min. O edital poderá ser obtido nos Sites: www.itaioptolis.sc.gov.br e www.bll.org.br Informações: Departamento de Compras e Licitações, fone: 47 3652 2211, ramal, 203, Itaiópolis 23 de Abril de 2012.

HELIO CÉSAR WENDT

Prefeito Municipal.

Processo Licitatório Nº 32/2012

Pregão Presencial nº 22/2012

Objeto: aquisição de um motor novo para Carregadeira Volvo L 50 S. LOCAL/DATA E HORÁRIO PARA ENTREGA DOS ENVELOPES: Avenida Getúlio Vargas, 308, 2º Piso, Centro, Itaiópolis - SC, no Departamento de Compras e Licitações, junto a Prefeitura Municipal, no dia 10 de Maio de 2012, até às 10:00 horas. ABERTURA DOS ENVELOPES: no dia 10 de Maio de 2012, às 10hs30min. O Edital estará à disposição dos interessados, no endereço acima mencionado ou pelo Site www.itaiopolis.sc.gov.br. Itaiópolis, 23 de Abril de 2012.

HELIO CESAR WENDT
Prefeito Municipal

Itapoá**PREFEITURA****Editais Convite Nº 08/2012**

EDITAL CONVITE Nº 08/2012
PROCESSO Nº 37/2012

O Município de Itapoá-SC torna público que fará realizar no dia 08/05/2012 às 09h:00min, a Sessão Pública de abertura de envelopes de habilitação e propostas, e até as 08h:30m estará recebendo envelopes dos possíveis interessados em participar do certame em epigrafe, o que ocorrerá em sua sede administrativa, sita à Rua Mariana Michels Borges (960), n.º 201, Licitação na modalidade CONVITE nº 08/2012 - PROCESSO Nº 37/2012, para a Contratação de empresa de construção civil com serviço de mão de obra especializada e fornecimento de materiais para execução de 260 m2 de lajotas sextavadas que serão aplicadas no estacionamento da Praça balneário Paese, sita a Av. Dra. Zilda Arns Neumann, conforme especificações constantes no Anexo I do edital, projeto básico, ART, e memorial descrito parte integrante deste edital. O Edital contendo especificações em partes, para averiguação poderá ser retirado no site www.itapoa.sc.gov.br, como também consultado pelo site www.diariomunicipal.sc.gov.br, e para retirada da complementação do edital que se dará na sede da Prefeitura especificamente na Secretaria de Administração e Finanças, Departamento de Licitações e Contratos (DLC), será cobrado uma taxa de R\$ 12,00 (doze reais), no qual estão disponíveis nos horários das 7h:30m às 12h:00m e das 13h:30m às 16h:30m.

Itapoá, 24 de abril de 2012.
MÁRIO ELÓI TAVARES
MUNICÍPIO DE ITAPOÁ/SC
Prefeito Municipal EM EXERCÍCIO

Editais de Pregão Presencial Nº 03/2012

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2012
PROCESSO Nº 11/2012

O Município de Itapoá/SC, no uso de suas atribuições legais TORNA PÚBLICO que, fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo Menor Preço Global, que será redigida pela Lei Federal Nº 10.520, de 17 de julho de 2002, aplicando-se subsidiariamente, no que couber, a Lei Federal Nº 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Complementar nº 123/06 e Leis Municipais, consoante condições e especificações estabelecidas no presente Edital, e para conhecimento dos interessados, que até às 08h:30m estará recebendo o protocolo dos envelopes no órgão tributário, e que às

09h:00m, do dia 10 de maio de 2012, na sala do Departamento de Licitações, a Pregoeira Oficial do Município Sra. Fernanda Cristina Rosa, estará fazendo a abertura dos envelopes devidamente protocolados, juntamente com credenciamento, indispensável para a participação no certame para a Aquisição de veículos tipo passeio popular, para compor a frota municipal em atendimento à diversas Secretarias da Prefeitura Municipal de Itapoá, conforme especificações constantes no Anexo V do Edital. O Edital poderá ser retirado através do site www.itapoa.sc.gov.br no link "pregão", ou extrato no site www.diariomunicipal.sc.gov.br, ou até mesmo na Secretaria de Administração e Finanças - Licitações e Contratos das 08h:00m às 12h:00m, e das 13h:30m das 16h:30m.

Itapoá, 24 de abril de 2012.
MÁRIO ELÓI TAVARES
Município de Itapoá/SC
Prefeito em Exercício

Joaçaba**PREFEITURA****Portaria N.º 4.861**

PORTARIA Nº 4.861 DE 18 DE ABRIL DE 2012

"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. RESCINDIR, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do(a) Senhor(a) ANDREIA PINTO CAMPOS, Assistente Social, com carga horária de 35 (trinta e cinco) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde no Centro de Atenção Psicossocial, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar nº 097 de 18 de março de 2005, e por ter sido classificado no teste seletivo 003/2011/SMS.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 17 de abril de 2012, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 18 de abril de 2012
RAFAEL LASKE

Portaria N.º 4.862

PORTARIA Nº 4.862 DE 18 DE ABRIL DE 2012

"ACATA PEDIDO DE DEMISSÃO DE FUNCIONÁRIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA - SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. ACATAR O PEDIDO DE DEMISSÃO, do(a) Sr.(a) MARIELA FATIMA PAVAN BERNARDI, Agente Comunitário de Saúde, lotado(a) na Secretaria de Saúde, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar nº 059 de 06 de junho de 2002 e Lei Complementar nº 093 de 04 de março de 2005, que instituiu o Quadro de Pessoal, para atendimento do Programa de Saúde da Família-PSF e Programa de Agentes Comunitários de Saúde-PACS e por ter sido classificada em teste para emprego público com base na Lei Complementar n.º 147 de 13 de agosto de 2007.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 18 de abril de 2012
RAFAEL LASKE

Portaria N.º 4.863

PORTARIA Nº 4.863 DE 18 DE ABRIL DE 2012
"NOMEIA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. - NOMEAR, o(a) Sr.(a) ROSILEI BASSO QUAIATTO, para exercer o cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS INTERNOS, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e nº 211 de 05 de dezembro de 2011.

Art. 2º. - Diante da necessidade dos serviços e tendo em vista a aprovação no Concurso Público de que trata o Edital n.º 001/2011, fica convocado a comparecer ao Setor de Recursos Humanos do Município de Joaçaba, no prazo de 30 dias a contar da data da publicação desta convocação, para tomar posse no cargo para o qual prestou concurso, conforme disposição do art. 13, § 1º da Lei Complementar n.º 76 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 3º. - Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 13 de abril de 2012, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 18 de abril de 2012.
RAFAEL LASKE

Portaria N.º 4.864

PORTARIA Nº 4.864 DE 18 DE ABRIL DE 2012
"NOMEIA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. - NOMEAR, o(a) Sr.(a) FRANCIANI ALICE RIZZI SCHMIDKE, para exercer o cargo de TÉCNICO DE ADMINISTRAÇÃO, com carga horária de 35 (trinta e cinco) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Finanças, sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e nº 211 de 05 de dezembro de 2011.

Art. 2º. - Diante da necessidade dos serviços e tendo em vista a aprovação no Concurso Público de que trata o Edital n.º 001/2011, fica convocado a comparecer ao Setor de Recursos Humanos do Município de Joaçaba, no prazo de 30 dias a contar da data da publicação desta convocação, para tomar posse no cargo para o qual prestou concurso, conforme disposição do art. 13, § 1º da Lei Complementar n.º 76 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 3º. - Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 16 de abril de 2012, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 18 de abril de 2012.
RAFAEL LASKE

Portaria N.º 4.865

PORTARIA Nº 4.865 DE 18 DE ABRIL DE 2012
"NOMEIA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. - NOMEAR, o(a) Sr.(a) JULIANO GRISNER BISPO, para exercer o cargo de MOTORISTA, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e nº 211 de 05 de dezembro de 2011.

Art. 2º. - Diante da necessidade dos serviços e tendo em vista a aprovação no Concurso Público de que trata o Edital n.º 001/2011, fica convocado a comparecer ao Setor de Recursos Humanos do Município de Joaçaba, no prazo de 30 dias a contar da data da assinatura desta convocação, para tomar posse no cargo para o qual prestou concurso, conforme disposição do art. 13, § 1º da Lei Complementar n.º 76 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 3º. - Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 16 de abril de 2012, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 18 de abril de 2012.
RAFAEL LASKE

Portaria N.º 4.866

PORTARIA Nº 4.866 DE 18 DE ABRIL DE 2012
"NOMEIA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. - NOMEAR, o(a) Sr.(a) ALINE APARECIDA SCHMIDT DAMBROS, para exercer o cargo de ASSISTENTE SOCIAL, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Ação Social, sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e nº 211 de 05 de dezembro de 2011.

Art. 2º. - Diante da necessidade dos serviços e tendo em vista a aprovação no Concurso Público de que trata o Edital n.º 001/2011, fica convocado a comparecer ao Setor de Recursos Humanos do Município de Joaçaba, no prazo de 30 dias a contar da data da publicação desta convocação, para tomar posse no cargo para o qual prestou concurso, conforme disposição do art. 13, § 1º da Lei Complementar n.º 76 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 3º. - Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 18 de abril de 2012.
RAFAEL LASKE

Portaria N.º 4.867

PORTARIA Nº 4.867 DE 18 DE ABRIL DE 2012
"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

CONCEDER a(o) Servidor(a) NEIVETE ANTUNES DE OLIVEIRA, Professor, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, pedido protocolado através do processo n.º 124.234 de 28 de março de 2012, referente aos períodos de 01 de janeiro de 2009 a 31 de dezembro de 2009 (12 dias), 01 de janeiro de 2010 a 31 de fevereiro de 2010 (12 dias) e 01 de janeiro de 2011 a 31 de dezembro de 2011 (12 dias), por um período de 36 (trinta e seis) dias, a partir de 09 de abril de 2012 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos desde 09 de abril de 2012, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 18 de abril de 2012.
RAFAEL LASKE

Portaria N.º 4.868

PORTARIA Nº 4.868 DE 18 DE ABRIL DE 2012

“CONCEDE LICENÇA SEM VENCIMENTOS A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA”

O Prefeito Municipal de Joaçaba-SC., no uso das atribuições que lhe são conferidas por LEI,
RESOLVE

Art. 1º - CONCEDER ao Servidor JAIR TREVISOL, Professor, LICENÇA SEM VENCIMENTOS, de acordo com o Art. 81, IV, da Lei Complementar 76 de 11 de dezembro de 2003 e Lei Complementar 165 de 07 de abril de 2008, conforme requerimento protocolado sob o nº 124.358 de 09 de abril de 2012, por um período de 24 (vinte e quatro) meses, podendo ser prorrogado por igual período, a contar do dia 09 de abril de 2012, devendo reassumir suas funções em 09 de abril de 2014.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 09 de abril de 2012, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba - SC, em 18 de abril de 2012
RAFAEL LASKE

Portaria N.º 4.869

PORTARIA Nº 4.869 DE 18 DE ABRIL DE 2012

“CONTRATA POR PRAZO DETERMINADO FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA - SC, no uso das atribuições legais e em especial o Art. 37, inciso IX da Constituição Federal,

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR POR PRAZO DETERMINADO, o(a) Sr(a) MAIRA GALDINO, durante o período de 02 de abril de 2012 a 14 de dezembro de 2012, para exercer as funções de Professor ACT-SH, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificada no edital n.º 001/2012 chamada pública de profissionais da educação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 02 de abril de 2012, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba - SC, em 18 de abril de 2012
RAFAEL LASKE

Portaria N.º 4.870

PORTARIA Nº 4.870 DE 18 DE ABRIL DE 2012

“ALTERA CARGA HORÁRIA DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. ALTERAR A CARGA HORÁRIA do(a) Servidor(a) Sr(a) ZULEICA DE DEUS E SILVA BROETTO, Professor ACT-CM, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT e Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 de 20 (trinta) para 40 (quarenta) horas semanais até 14 de dezembro de 2012.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 16 de abril de 2012, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 18 de abril de 2012
RAFAEL LASKE

Portaria N.º 4.871

PORTARIA Nº 4.871 DE 18 DE ABRIL DE 2012

“CONTRATA POR PRAZO DETERMINADO FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA - SC, no uso das atribuições legais e em especial o Art. 37, inciso IX da Constituição Federal,

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR POR PRAZO DETERMINADO, o(a) Sr(a) BRUNA MARIA BARANCELLI ALVES, durante o período de 02 de abril de 2012 a 14 de dezembro de 2012, para exercer as funções de Professor ACT-LP, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificada no edital n.º 001/2012 chamada pública de profissionais da educação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 02 de abril de 2012, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba - SC, em 18 de abril de 2012
RAFAEL LASKE

Portaria N.º 4.872

PORTARIA Nº 4.872 DE 18 DE ABRIL DE 2012

“DESIGNAR SERVIDOR QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC), no uso de atribuições legais,

RESOLVE,

Art. 1º - DESIGNAR o Sr. IRINEU PAROLIN para acompanhar e fiscalizar o objeto (Seguros dos Veículos da Secretaria Municipal de Saúde) proveniente do Processo Licitatório n.º 13/2012/SMS - PP

Pregão Presencial n.º 05/2012/SMS de acordo com o estabelecido no artigo 67 da Lei n.º 8666/93.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 28 de março de 2012, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 18 de abril de 2012.
RAFAEL LASKE

Portaria N.º 4.873

PORTARIA Nº 4.873 DE 18 DE ABRIL DE 2012

"DESIGNAR SERVIDOR QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC), no uso de atribuições legais,

RESOLVE,

Art. 1º - DESIGNAR o Sr. IRINEU PAROLIN para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato n.º 287/2012/SMS de 02 de abril de 2012 proveniente do Processo Licitatório n.º 06/2012/SMS - PP Pregão Presencial n.º 02/2012/SMS de acordo com o estabelecido no artigo 67 da Lei n.º 8666/93.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 02 de abril de 2012, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 18 de abril de 2012.
RAFAEL LASKE

Portaria N.º 4.874

PORTARIA Nº 4.874 DE 18 DE ABRIL DE 2012

"DESIGNAR SERVIDOR QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC), no uso de atribuições legais,

RESOLVE,

Art. 1º - DESIGNAR o Sr. LUIZ FERNANDO VACCARI para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato n.º 288/2012/SMS de 18 de abril de 2012 proveniente do Processo Licitatório n.º 18/2012/SMS - Processo de Inexigibilidade de Licitação n.º 03/2012/SMS de acordo com o estabelecido no artigo 67 da Lei n.º 8666/93.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 18 de abril de 2012.
RAFAEL LASKE

Portaria N.º 4.875

PORTARIA Nº 4.875 DE 18 DE ABRIL DE 2012

"PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 76/2003, resolve:

Art. 1º - PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO do(a) Servidor(a) Sr.(a) CARLOS ALEXANDRE ROMERO DE SOUZA, Médico - ESF, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais,

lotado na Secretaria Municipal de Saúde, sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares n.º 97 de 18 de março de 2005 e por ter sido classificado em teste seletivo edital n.º 005/2011, até a data de 10 de julho de 2012.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 10 de abril de 2012, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 18 de abril de 2012
RAFAEL LASKE

Portaria N.º 4.876

PORTARIA Nº 4.876 DE 18 DE ABRIL DE 2012

"ALTERA CARGA HORÁRIA DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. ALTERAR A CARGA HORÁRIA do(a) Servidor(a) Sr.(a) PATRICIA DALLA COSTA, Professor ACT-LP, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT e Lei Complementar n.º 080 de 12 de março de 2004 de 20 (trinta) para 30 (trinta) horas semanais a partir de 18 de abril de 2012.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 18 de abril de 2012
RAFAEL LASKE

Aviso Adjudicação PI9 FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA
AVISO DE ADJUDICAÇÃO 2 -HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 09/2012/FMS

O Prefeito, RAFAEL LASKE, no uso de suas atribuições, resolve:

1) TERMO DE ADJUDICAÇÃO- SEQ. 02 PL nº 09/2012/FMS,
- Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL NR. 04/2012/FMS-HOMOLOGADO EM 21/03/2011

Objeto a aquisição, de forma parcelada, de medicamentos destinados à manutenção da Farmácia Básica, dos programas e dos serviços da Secretaria Municipal de Saúde, durante o exercício financeiro de 2012.

- Empresas Vencedoras:

DIMACI/MG MAT. CIRURGICO LTDA

VALOR R\$ 5.626,00

DIMASTER COM DE PROD HOSP LTDA

VALOR R\$ 875,00

DIMERIOS MAT. CIRURGICOS LTDA

VALOR R\$ 2.160,00

S&R DISTRIBUIDORA LTDA

VALOR R\$ 34,00

WERBRAN DISTRIB. DE MEDICAMENTOS LTDA

VALOR R\$ 4.556,00

2) AUTORIZAR a emissão das notas de empenhos correspondentes.

Joaçaba (SC), 23 de abril de 2012.
RAFAEL LASKE
Prefeito

Extrato Alteração PP 3/2012/Fmce - PL 4/2012/Fmce

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA E ESPORTES
JOAÇABA - SC
AVISO DE ALTERAÇÃO DE EDITAL
PREGÃO PRESENCIAL Nº 3/2012/FMCE
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 4/2012/FMCE

O Município de Joaçaba, por intermédio da Fundação Municipal de Cultura e Esporte, torna pública a ALTERAÇÃO efetuada no Edital Pregão Presencial nº 3/2012/FMCE (publicado no DOM em 16/04/2012), cujo objeto é a "Contratação de empresa especializada para a realização de serviços de arbitragem para eventos e campeonatos esportivos promovidos pela Fundação Municipal de Cultura e Esporte - FMCE, durante o exercício financeiro de 2012."

ONDE SE LÊ:

"Data da abertura: Dia 03/05/2012, a partir das 14 h, na sala do Setor de Compras e Licitações, no endereço abaixo citado. Credenciamento e entrega dos envelopes: até as 14 h, do dia 03/05/2012, no Setor de Compras e Licitações".

LEIA-SE:

"Data da abertura: Dia 03/05/2012, a partir das 17 h, na sala do Setor de Compras e Licitações, no endereço abaixo citado. Credenciamento e entrega dos envelopes: até as 17 h, do dia 03/05/2012, no Setor de Compras e Licitações".

As demais disposições do edital permanecem inalteradas.

O Edital na íntegra e devidamente alterado encontra-se disponível junto à Secretaria de Gestão Administrativa do Município, Setor de Licitações, à Avenida XV de Novembro, 378 - Telefones 0xx49 3527-8828 e 3527-8805, em dias úteis de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas, ou pelo site www.joacaba.sc.gov.br a partir da data de publicação deste aviso.

Joaçaba (SC), 20 de abril de 2012.

RAFAEL LASKE
Prefeito

MIRIAN DOLZAN
Superintendente da FMCE

Extrato Alteração PP 9/2012/FMS - PL 16/2012/FMS

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
AVISO DE ALTERAÇÃO Nº 1
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 16/2012/FMS
EDITAL PP Nº 9/2012/FMS

O Fundo Municipal de Saúde de Joaçaba torna pública a alteração efetuada no Edital de Pregão Presencial Nº 9/2012/FMS (publicado no DOM em 12/04/2012), cujo objeto é a "aquisição, de forma parcelada, de materiais e equipamentos de enfermagem destinados à manutenção dos programas e serviços do Fundo Municipal de Saúde, até o mês de dezembro 2012."

1) No ANEXO I - 1.ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO / MODELO DA PROPOSTA / VALOR DE REFERÊNCIA:

Onde se lê:

[]

Item 20 - Aparelho eletrocardiograma portátil. Alimentação 110/220 Volts. Garantia Mínima de 12 Meses. Manual em

Português. Com visor de LCD e/ou Tela Sensível ao Toque para configuração de parâmetros.

[]

Item 196 - Seladora Modelo XG-35 - Controle da temperatura através de termostato;Acionamento através de pedal;Mesa de apoio com controle de altura;Comprimento da solda 350 mm(sem limitações laterais);Largura da solda 12 mm;Estrutura em chapa de aço 18 ;Pintura epóxi;Voltagem: 110V ou 220V;Dimensões: 350x250x940;Garantia: 12 meses para defeito de fabricação. Assistência técnica: Permanente pelo fabricante.

[]

Leia-se:

[]

Item 20 - Aparelho Eletrocardiógrafo com aquisição simultânea de 12 derivações. Impressora térmica de alta resolução integrada ao equipamento, para papel termo-reativo no formato A4. Múltiplos formatos de impressão em 12 canais e todas configuráveis para melhor legibilidade gráfica. Alimentação AC 100 a 240V automático e através de bateria interna recarregável, com autonomia aproximada para 100 exames. O equipamento deve ser compacto e de fácil manuseio, com peso aproximado de 3 kg com a bateria. Tela de LCD para visualização da sensibilidade, velocidade, filtros, frequência cardíaca, formas de impressão e derivações. Teclado de membrana alfa numérico para acesso rápido das funções e entrada das informações do paciente como nome, idade, sexo, altura, peso. Circuito de proteção contra desfibrilador. Detecção de eletrodo solto. Software interno de interpretação automática do ECG na língua portuguesa e medida da frequência cardíaca, intervalo PR, duração do QRS QT/QTc, eixos P-R-T. Porta RS232 e para comunicação com PC e LAN e possibilitar os registros de ECG via fax. Deve acompanhar os seguintes acessórios: 01 cabo de alimentação; 1 cabo paciente de 10 vias; 4 eletrodos de membros tipo clipe; 6 eletrodos precordiais de sucção; 1 tubo de gel para eletrodos; 1 rolo de papel termo-reativo e manual de instruções em português.

Item 196 - Seladora com controle da temperatura através de termostato; Acionamento através de pedal; Mesa de apoio com controle de altura;Comprimento da solda 350 mm(sem limitações laterais);Largura da solda 12 mm;Estrutura em chapa de aço 18; Pintura epóxi; Voltagem: 110V ou 220V; Dimensões: 350x250x940; Garantia: 12 meses para defeito de fabricação. Assistência técnica: Permanente pelo fabricante.

2) Diante das alterações efetuadas a data de abertura fica alterada do dia 08/05/2012, a partir das 14 horas, para o dia 10/05/2012, a partir das 14 horas;
O prazo para o credenciamento fica alterado de até as 14 horas do dia 08/05/2012, para até as 14 horas do dia 10/05/2012.

As demais disposições do edital permanecem inalteradas.

O Edital na íntegra e devidamente alterado encontra-se disponível junto à Secretaria de Gestão Administrativa do Município, Setor de Licitações, à Avenida XV de Novembro, 378 - Telefones 0xx49 3527-8828 e 3527-8805, em dias úteis de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas, ou pelo site www.joacaba.sc.gov.br a partir da data de publicação deste aviso.

Joaçaba (SC), 20 de abril de 2012.
RAFAEL LASKE
Prefeito/FMS

Extrato Cc 6/2012/PMJ - PL 41/2012/PMJ

PREFEITURA DE JOAÇABA (SC)

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 41/2012/PMJ

CONCORRÊNCIA Nº 6/2012/PMJ

Objeto: Permissão de uso de salas comerciais localizadas em imóveis de propriedade do Município de Joaçaba, em conformidade com as especificações descritas no Anexo I deste Edital. Forma de Julgamento: Maior oferta por item. Data da abertura: Dia 29/05/2012, a partir das 15h, na Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, no endereço abaixo citado. Credenciamento e entrega dos envelopes: até as 14h30min, do dia 29/05/2012 no Setor de Protocolo da Prefeitura. Local para aquisição do Edital: Secretaria Municipal de Gestão Administrativa - Setor de Compras e Licitações, situada na Avenida XV de Novembro, 378, Centro, em dias úteis, de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas ou no site www.joacaba.sc.gov.br, a partir da publicação deste aviso.

Joaçaba, 20 de abril de 2012.

RAFAEL LASKE

Prefeito

Extrato DI 1/2012/Fas - PL 4/2012/Fas

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO Nº 4/2012/FAS - D.L. 1/2012/FAS

O Poder Público Municipal torna pública a Dispensa de Licitação referente à aquisição de três terrenos urbanos, situados na Rua Adair Gasparino Zílio, Bairro Nossa Senhora de Lórdes, Município de Joaçaba, designados pelos lotes números 08, 17 e 18, matrículas números 9.047, 9.050 e 9.051 - Registro de Imóveis do 1º Ofício de Joaçaba, com área de 330,00m², 407,00m² e 467,50m², respectivamente, de propriedade de CELESC DISTRIBUIÇÃO S/A. DO PROPRIETÁRIO DOS TERRENOS: CELESC DISTRIBUIÇÃO S/A, subsidiária integral de economia mista estadual, concessionária de distribuição de energia elétrica, inscrita no CNPJ/MF nº 08.336.783/0001-90, com sede na Avenida Itamarati nº 160, blocos A1, B1 e B2, Itacorubí, na cidade de Florianópolis, SC. DO VALOR: O valor relativo à aquisição de que trata o objeto desta Dispensa, importa a quantia total de R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais), que será pago em 03 (três) parcelas, da seguinte forma:

-1ª parcela, no valor de R\$ 110.000,00 (cento e dez mil reais), que será paga à vista, após a homologação do presente processo.

-2ª parcela, no valor de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais), que será paga até o dia 30/04/2012;

-3ª parcela, no valor de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais), que será paga até o dia 31/05/2012.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

1.064 - AQUISIÇÃO DE ESPAÇO PARA AÇÕES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

45 - 4.5.90.00.00.00.00.0.1.001.0 - INVERSÕES FINANCEIRAS - Aplicações diretas

46 - 4.5.90.00.00.00.00.0.3.000.0 - INVERSÕES FINANCEIRAS - Aplicações diretas

JUSTIFICATIVA: O imóvel de que trata o objeto desta Dispensa tem por finalidade a implantação do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos e outros serviços sócios assistenciais, destinados aos usuários da assistência, preferencialmente às crianças e adolescentes e suas famílias residentes no Bairro Nossa Senhora de Lourdes e entorno, haja vista que naquele território ainda não há espaço destinado para a realização das atividades que devem ser ofertadas pelos serviços da assistência social. Até o momento este serviço é ofertado junto à Escola Municipal Nossa Senhora de

Lourdes, em espaço pouco adequado para os usuários, sendo importante a aquisição de um imóvel próprio no Município, visando melhores condições físicas, tanto para a realização dos trabalhos, quanto para conforto do usuário.

Cabe ressaltar que os referidos terrenos estão estrategicamente localizados para atender a população vulnerável daquele território e seu entorno, e ainda, são os únicos disponíveis dentro do raio admissível para a prestação do referido serviço, haja vista já existirem instalações que podem ser reformadas, facilitando assim a implantação do serviço, uma vez que as partes principais da estrutura já estão edificadas. Por fim deve ser frisado que a metragem dos imóveis é compatível com o espaço físico necessário para a implantação e prestação do serviço de forma eficiente e adequada.

Os terrenos localizam-se no centro de um território vulnerável, com um número considerável de famílias que precisam de atendimento sistemático para preservar e fortalecer os vínculos familiares e comunitários, o que viabilizará o acesso dos usuários ao local.

Com relação aos valores dos terrenos, de acordo com a avaliação feita pelo responsável do município, os mesmos estão de acordo com os praticados no mercado.

FUNDAMENTO LEGAL:

Atendimento aos pressupostos da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações introduzidas pela Lei 8.883/94, em especial o disposto no art. 24, inciso X.

Atendimento ao disposto na Lei Municipal nº 4.239 de 10 de abril de 2012.

Joaçaba (SC), 24 de abril de 2012.

RAFAEL LASKE

Prefeito

Extrato PP 11/2012/FMS - PL 19/2012/FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS

JOAÇABA (SC)

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 19/2012/FMS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2012/FMS

Objeto: Aquisição de leites especiais destinados à manutenção do Serviço Social da Secretaria Municipal de Saúde. Forma de Julgamento: Menor preço por item. Data da abertura: Dia 09/05/2012, a partir das 14 horas, na sala do Setor de Compras e Licitações, no endereço abaixo citado. Credenciamento e entrega dos envelopes: até as 14 horas do dia 09/05/2012, no Setor de Compras e Licitações. Local para aquisição do Edital: Secretaria Municipal de Gestão Administrativa - Setor de Compras e Licitações, na Avenida XV de Novembro, 378, Centro, em dias úteis, de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas ou no site www.joacaba.sc.gov.br, a partir da publicação deste aviso. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone 049 3527-8805 / 3527-8828 ou pelo e-mail comprasjba@joacaba.sc.gov.br.

Joaçaba, 20 de abril de 2012.

RAFAEL LASKE

Prefeito/ Fundo Municipal de Saúde

Extrato TP 2/2012/FMS - PL 20/2012/FMS

MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC)

FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE - FMS/AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 20/2012/FMS

TOMADA DE PREÇO Nº 2/2012/FM

Objeto: Contratação de empresa(s) especializada(s) para a execução dos serviços e o fornecimento dos materiais e equipamentos

necessários para adequações dos prédios do ESF Nossa Senhora de Lourdes (Avenida Santa Luzia, Bairro Nossa Senhora de Lourdes) e do ESF Frei Bruno (Avenida Caetano Natal Branco, Bairro Frei Bruno), neste Município. Tipo: Empreitada por preço unitário. Forma de julgamento: Menor preço por item. Data da abertura: Dia 10/05/2012, a partir das 15h, na Secretaria Municipal de Gestão Administrativa - Setor de Compras e Licitações, na Av. XV de Novembro, 378, Centro, Joaçaba (SC). Entrega dos envelopes: até as 14h30min do dia 10/05/2012, no Setor de Protocolo da Prefeitura de Joaçaba. Local para aquisição do Edital: O edital estará disponível para consulta no site da Prefeitura (www.joacaba.sc.gov.br) e no Setor de Compras e Licitações. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone (049)3527-8805/3527-8828 ou pelo e-mail comprasjba@joacaba.sc.gov.br.

Joaçaba, 20 de abril de 2012.

RAFAEL LASKE

Prefeito/ - Gestor do FMS

Contrato 289/2012 FMS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 289/2012/FMS

PL 09/2012 FMS - PP 04/2012 FMS.

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS.

CONTRATADA: DIMACI/MG MAT CIRURGICO LTD

OBJETO: o fornecimento pela CONTRATRADA, de forma parcelada, de medicamentos, destinados à manutenção da Farmácia Básica, dos programas e dos serviços da Secretaria Municipal de Saúde, durante o exercício financeiro de 2012.

DOTAÇÃO:

2.075 - MANUTENÇÃO DA FARMÁCIA BÁSICA

16 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.002.0 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES - Aplicações Diretas

17 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.067.0 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES - Aplicações Diretas

19 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.167.13 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES - Aplicações Diretas

40 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.067.0 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES - Aplicações Diretas

41 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.167.13 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES - Aplicações Diretas

2.015 - MANUTENÇÃO DO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL - CAPS

28 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0065.0 - Aplicações Diretas

VALOR TOTAL CONTRATADO: R\$ 5.626,00

VIGÊNCIA DO CONTRATO: 31/12/2012.

DATA DE ASSINATURA: 23/04/2012.

Extrato Contrato 290/2012 FMS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 290/2012/FMS

PL 09/2012 FMS - PP 04/2012 FMS.

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS.

CONTRATADA: S&R DISTRIBUIDORA LTD

OBJETO: o fornecimento pela CONTRATRADA, de forma parcelada, de medicamentos, destinados à manutenção da Farmácia Básica, dos programas e dos serviços da Secretaria Municipal de Saúde, durante o exercício financeiro de 2012.

DOTAÇÃO:

2.075 - MANUTENÇÃO DA FARMÁCIA BÁSICA

16 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.002.0 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES - Aplicações Diretas

17 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.067.0 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES - Aplicações Diretas

19 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.167.13 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES - Aplicações Diretas

40 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.067.0 - OUTRAS DESPESAS

CORRENTES - Aplicações Diretas

41 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.167.13 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES - Aplicações Diretas

2.015 - MANUTENÇÃO DO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL - CAPS

28 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0065.0 - Aplicações Diretas

VALOR TOTAL CONTRATADO: R\$ 34,00

VIGÊNCIA DO CONTRATO: 31/12/2012.

DATA DE ASSINATURA: 23/04/2012.

Extrato Contrato 291/2012 FMS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 291/2012/FMS

PL 09/2012 FMS - PP 04/2012 FMS.

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS.

CONTRATADA: DIMERIOS MAT CIRURGICOS LTD

OBJETO: o fornecimento pela CONTRATRADA, de forma parcelada, de medicamentos, destinados à manutenção da Farmácia Básica, dos programas e dos serviços da Secretaria Municipal de Saúde, durante o exercício financeiro de 2012.

DOTAÇÃO:

2.075 - MANUTENÇÃO DA FARMÁCIA BÁSICA

16 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.002.0 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES - Aplicações Diretas

17 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.067.0 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES - Aplicações Diretas

19 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.167.13 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES - Aplicações Diretas

40 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.067.0 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES - Aplicações Diretas

41 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.167.13 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES - Aplicações Diretas

2.015 - MANUTENÇÃO DO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL - CAPS

28 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0065.0 - Aplicações Diretas

VALOR TOTAL CONTRATADO: R\$ 2.160,00

VIGÊNCIA DO CONTRATO: 31/12/2012.

DATA DE ASSINATURA: 23/04/2012.

Extrato Contrato 292/2012 FMS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 292/2012/FMS

PL 09/2012 FMS - PP 04/2012 FMS.

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS.

CONTRATADA: WERBRAN DIST. DE MEDICAMENTOS LTD

OBJETO: o fornecimento pela CONTRATRADA, de forma parcelada, de medicamentos, destinados à manutenção da Farmácia Básica, dos programas e dos serviços da Secretaria Municipal de Saúde, durante o exercício financeiro de 2012.

DOTAÇÃO:

2.075 - MANUTENÇÃO DA FARMÁCIA BÁSICA

16 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.002.0 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES - Aplicações Diretas

17 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.067.0 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES - Aplicações Diretas

19 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.167.13 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES - Aplicações Diretas

40 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.067.0 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES - Aplicações Diretas

41 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.167.13 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES - Aplicações Diretas

2.015 - MANUTENÇÃO DO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL - CAPS

28 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0065.0 - Aplicações Diretas

VALOR TOTAL CONTRATADO: R\$ 4.556,00

VIGÊNCIA DO CONTRATO: 31/12/2012.

DATA DE ASSINATURA: 23/04/2012.

Extrato Contrato 293/2012 FMS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 293/2012/FMS

PL 09/2012 FMS - PP 04/2012 FMS.

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS.

CONTRATADA: DIMASTER COM DE PROD HOSP LTD

OBJETO: o fornecimento pela CONTRATRADA, de forma parcelada, de medicamentos, destinados à manutenção da Farmácia Básica, dos programas e dos serviços da Secretaria Municipal de Saúde, durante o exercício financeiro de 2012.

DOTAÇÃO:

2.075 - MANUTENÇÃO DA FARMÁCIA BÁSICA

16 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.002.0 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES - Aplicações Diretas

17 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.067.0 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES - Aplicações Diretas

19 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.167.13 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES - Aplicações Diretas

40 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.067.0 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES - Aplicações Diretas

41 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.167.13 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES - Aplicações Diretas

2.015 - MANUTENÇÃO DO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL - CAPS

28 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0065.0 - Aplicações Diretas

VALOR TOTAL CONTRATADO: R\$ 875,00

VIGÊNCIA DO CONTRATO: 31/12/2012.

DATA DE ASSINATURA: 23/04/2012.

Balancete Financeiro**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA**

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica

Mês/Ano : Março/2012

Receita		Despesa	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
Receita Orçamentária	625.346,50	Despesa Orçamentária	768.257,70
RECEITA TRIBUTARIA	89.378,80	Despesas exceto Intra-orçamentárias	721.969,52
RECEITA PATRIMONIAL	8.505,77	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	487.794,81
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	527.331,53	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	223.304,71
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	130,40	INVESTIMENTOS	10.870,00
		Despesas Intra-orçamentárias	46.288,18
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	38.486,36
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	7.801,82
Receita Extra - Orçamentária	1.477.044,99	Despesa Extra - Orçamentária	889.008,15
CREDITOS EM CIRCULACAO	5.418,52	CREDITOS EM CIRCULACAO	5.418,52
CREDITOS A RECEBER	5.418,52	CREDITOS A RECEBER	5.418,52
CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	5.418,52	CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	5.418,52
DEPOSITOS	92.768,26	DEPOSITOS	86.468,46
CONSIGNACOES	92.768,26	CONSIGNACOES	86.468,46
PREVIDENCIA SOCIAL	18.246,16	PREVIDENCIA SOCIAL	19.150,28
PENSAO ALIMENTICIA	1.568,06	PENSAO ALIMENTICIA	1.568,06
TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	28.252,91	TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	28.535,18
PLANOS DE PREVIDENCIA E ASSISTENCIA ME	24.547,90	PLANOS DE PREVIDENCIA E ASSISTENCIA I	22.196,84
EMPRESTIMOS	10.735,23	EMPRESTIMOS	11.256,53
OUTROS CONSIGNATARIOS	9.418,00	OUTROS CONSIGNATARIOS	3.761,57
OBRIGACOES EM CIRCULACAO	771.234,00	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	797.121,17
OBRIGACOES A PAGAR	771.234,00	OBRIGACOES A PAGAR	797.121,17
FORNECEDORES	244.413,61	FORNECEDORES	270.528,67
PESSOAL A PAGAR	523.339,11	PESSOAL A PAGAR	521.869,18
ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	3.302,95	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	3.263,11
RECURSOS ESPECIAIS A LIBERAR	178,33	RECURSOS ESPECIAIS A LIBERAR	1.460,21
INTERFERENCIAS ATIVAS	607.624,21		
TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	607.624,21		
REPASSE RECEBIDO	607.624,21		
Saldos anteriores	2.053.714,59	Saldos atuais	2.498.840,23
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	1.721.360,46	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	1.527.035,75
BANCO C/ MOVIMENTO	216.222,90	BANCO C/ MOVIMENTO	634.394,47
BANCOS C/ VINCULADAS	116.131,23	BANCOS C/ VINCULADAS	337.410,01
INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00	INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00
TESOURARIA GERAL	0,00	TESOURARIA GERAL	0,00
Total	4.156.106,08	Total	4.156.106,08

JOACABA , 19/04/2012

VILMAR ZILIO

Ordenador da Despesa - Secretário Saúde

SIMONE MARTINS NISSOLA

Contadora CRC SC 354870-5



ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDAÇÃO DE ESPORTES E EVENTOS DE JOACABA

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica

Mês/Ano : Março/2012

Receita		Despesa	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
Receita Orçamentária	873,01	Despesa Orçamentária	133.550,32
RECEITA PATRIMONIAL	873,01	Despesas exceto Intra-orçamentárias	120.780,41
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	61.268,89
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	51.897,52
		INVESTIMENTOS	7.614,00
		Despesas Intra-orçamentárias	12.769,91
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	12.024,27
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	745,64
Receita Extra - Orçamentária	306.926,33	Despesa Extra - Orçamentária	146.191,60
DEPOSITOS	14.584,45	DEPOSITOS	12.286,84
CONSIGNACOES	14.584,45	CONSIGNACOES	12.286,84
PREVIDENCIA SOCIAL	653,47	PREVIDENCIA SOCIAL	894,54
TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	1.672,67	TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	1.625,39
PLANOS DE PREVIDENCIA E ASSISTENCIA ME	8.024,77	PLANOS DE PREVIDENCIA E ASSISTENCIA I	6.669,98
EMPRESTIMOS	2.195,63	EMPRESTIMOS	2.289,35
OUTROS CONSIGNATARIOS	2.037,91	OUTROS CONSIGNATARIOS	807,58
OBRIGACOES EM CIRCULACAO	134.341,88	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	133.904,76
OBRIGACOES A PAGAR	134.341,88	OBRIGACOES A PAGAR	133.904,76
FORNECEDORES	61.048,72	FORNECEDORES	61.048,72
PESSOAL A PAGAR	72.736,79	PESSOAL A PAGAR	72.299,67
OBRIGACOES TRIBUTARIAS	556,37	OBRIGACOES TRIBUTARIAS	556,37
INTERFERENCIAS ATIVAS	158.000,00		
TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	158.000,00		
REPASSE RECEBIDO	158.000,00		
Saldos anteriores	191.865,08	Saldos atuais	219.922,50
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	191.815,08	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	219.872,50
BANCO C/ MOVIMENTO	50,00	BANCO C/ MOVIMENTO	50,00
BANCOS C/ VINCULADAS	0,00	BANCOS C/ VINCULADAS	0,00
INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00	INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00
TESOURARIA GERAL	0,00	TESOURARIA GERAL	0,00
Total	499.664,42	Total	499.664,42

JOACABA , 18/04/2012

SIMONE MARTINS NISSOLA
Contadora CRC SC 035487/O-5

MIRIAN DOLZAN
Superintendente

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO DE REEQUIPAMENTO BOMBEIROS DE JOACABA

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica

Mês/Ano : Março/2012

Receita		Despesa	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
Receita Orçamentária	35.269,61	Despesa Orçamentária	32.927,54
RECEITA TRIBUTARIA	25.488,20	Despesas exceto Intra-orçamentárias	32.927,54
RECEITA PATRIMONIAL	2.768,67	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.526,26
RECEITA DE SERVIÇOS - INTRA-ORÇAMENTÁRI	7.012,74	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	30.154,28
		INVESTIMENTOS	1.247,00
Receita Extra - Orçamentária	59.967,09	Despesa Extra - Orçamentária	37.315,31
DEPOSITOS	583,88	DEPOSITOS	583,88
CONSIGNACOES	583,88	CONSIGNACOES	583,88
PREVIDENCIA SOCIAL	469,88	PREVIDENCIA SOCIAL	469,88
TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	114,00	TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	114,00
OBRIGACOES EM CIRCULACAO	34.201,54	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	36.731,43
OBRIGACOES A PAGAR	34.201,54	OBRIGACOES A PAGAR	36.731,43
FORNECEDORES	31.401,28	FORNECEDORES	32.657,17
PESSOAL A PAGAR	1.526,26	PESSOAL A PAGAR	1.526,26
RECURSOS ESPECIAIS A LIBERAR	1.274,00	RECURSOS ESPECIAIS A LIBERAR	2.548,00
INTERFERENCIAS ATIVAS	25.181,67		
TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	25.181,67		
REPASSE RECEBIDO	25.181,67		
Saldos anteriores	446.033,77	Saldos atuais	471.027,62
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	428.521,64	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	431.290,31
BANCO C/ MOVIMENTO	17.512,13	BANCO C/ MOVIMENTO	39.737,31
BANCOS C/ VINCULADAS	0,00	BANCOS C/ VINCULADAS	0,00
INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00	INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00
TESOURARIA GERAL	0,00	TESOURARIA GERAL	0,00
Total	541.270,47	Total	541.270,47

JOACABA , 23/04/2012

 RAFAEL LASKE
 Prefeito Municipal

 SIMONE MARTINS NISSOLA
 CONTADORA CRC - 035.487/O-5

 IRIA FLAMIA RODRIGUEZ TORRICO
 Secretária de Gestão Financeira

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE JOACABA

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica

Mês/Ano : Março/2012

Receita		Despesa	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
Receita Orçamentária	64.513,11	Despesa Orçamentária	230.152,90
RECEITA PATRIMONIAL	984,81	Despesas exceto Intra-orçamentárias	214.315,07
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	63.528,30	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	127.037,35
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	86.881,72
		INVESTIMENTOS	396,00
		Despesas Intra-orçamentárias	15.837,83
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	14.683,71
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.154,12
Receita Extra - Orçamentária	460.540,69	Despesa Extra - Orçamentária	257.196,83
CREDITOS EM CIRCULACAO	176,00	CREDITOS EM CIRCULACAO	176,00
CREDITOS A RECEBER	176,00	CREDITOS A RECEBER	176,00
CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	176,00	CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	176,00
DEPOSITOS	29.880,17	DEPOSITOS	27.826,27
CONSIGNACOES	29.880,17	CONSIGNACOES	27.826,27
PREVIDENCIA SOCIAL	3.558,70	PREVIDENCIA SOCIAL	3.680,50
TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	2.949,70	TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	2.931,89
PLANOS DE PREVIDENCIA E ASSISTENCIA M	10.120,11	PLANOS DE PREVIDENCIA E ASSISTENCIA	8.757,57
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	8.926,19	EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	9.625,78
OUTROS CONSIGNATARIOS	4.325,47	OUTROS CONSIGNATARIOS	2.830,53
OBRIGACOES EM CIRCULACAO	230.484,52	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	229.194,56
OBRIGACOES A PAGAR	230.484,52	OBRIGACOES A PAGAR	229.194,56
FORNECEDORES	88.763,46	FORNECEDORES	88.763,46
PESSOAL A PAGAR	140.181,87	PESSOAL A PAGAR	140.431,10
ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	1.539,19		
INTERFERENCIAS ATIVAS	200.000,00		
TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	200.000,00		
REPASSE RECEBIDO	200.000,00		
Saldos anteriores	221.224,66	Saldos atuais	258.928,73
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	196.060,35	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	251.657,87
BANCO C/ MOVIMENTO	100,00	BANCO C/ MOVIMENTO	65,97
BANCOS C/ VINCULADAS	25.064,31	BANCOS C/ VINCULADAS	7.204,89
INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00	INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00
TESOURARIA GERAL	0,00	TESOURARIA GERAL	0,00
Total	746.278,46	Total	746.278,46

JOACABA, 19/04/2012

SIMONE MARTINS NISSOLA
Contadora CRC SC 354870-5

MARIA ELIZA MONTEIRO
Ordenadora de Despesas

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESC.

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica

Mês/Ano : Março/2012

Receita		Despesa	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
Receita Orçamentária	8.934,11		
RECEITA PATRIMONIAL	510,61		
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	8.423,50		
Saldos anteriores	108.430,45	Saldos atuais	117.364,56
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	108.430,45	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	117.364,56
BANCO C/ MOVIMENTO	0,00	BANCO C/ MOVIMENTO	0,00
INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00	INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00
TESOURARIA GERAL	0,00	TESOURARIA GERAL	0,00
Total	117.364,56	Total	117.364,56

JOACABA , 18/04/2012

IRIA F. RODRIGUEZ TORRICO
Secretária de Gestão Financeira_____
SIMONE MARTINS NISSOLA
Contadora CRC SC 354870-5_____
GILDETE POGERE CORADI
Diretora de Finanças

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica

Mês/Ano : Março/2012

Receita		Despesa	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
Receita Orçamentária	4.786.649,57	Despesa Orçamentária	3.815.279,58
RECEITA TRIBUTARIA	1.542.818,78	Despesas exceto Intra-orçamentárias	3.534.515,57
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	90.375,60	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.334.759,94
RECEITA PATRIMONIAL	54.296,04	JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	93.464,03
RECEITA DE SERVIÇOS	13.177,37	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.259.669,58
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	3.460.684,15	INVESTIMENTOS	846.622,02
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	144.032,79		
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	8.862,00	Despesas Intra-orçamentárias	280.764,01
DEDUÇÕES DA RECEITA TRIBUTÁRIA	-2.286,30	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	178.654,88
DEDUÇÃO DA RECEITA DE SERVIÇOS	-75,00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	102.109,13
DEDUÇÕES DAS TRANSFERÊNCIAS CORRENTE	-525.235,86		
Receita Extra - Orçamentária	4.704.026,14	Despesa Extra - Orçamentária	6.376.414,12
CREDITOS EM CIRCULACAO	3.537,24	CREDITOS EM CIRCULACAO	3.537,24
CREDITOS A RECEBER	3.537,24	CREDITOS A RECEBER	3.537,24
CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	3.537,24	CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	3.537,24
DEPOSITOS	384.396,92	DEPOSITOS	370.124,11
CONSIGNACOES	384.396,92	CONSIGNACOES	359.616,01
PREVIDENCIA SOCIAL	71.198,94	PREVIDENCIA SOCIAL	62.140,24
PENSOES ALIMENTICIAS	1.479,59	PENSOES ALIMENTICIAS	1.479,59
TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	60.289,28	TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	74.407,65
PLANOS DE PREVIDENCIA E ASSISTENCIA ME	152.695,29	PLANOS DE PREVIDENCIA E ASSISTENCIA I	145.815,71
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	60.072,37	EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	59.828,87
OUTROS CONSIGNATARIOS	38.661,45	OUTROS CONSIGNATARIOS	15.943,95
OBRIGACOES EM CIRCULACAO	4.315.469,91	DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	10.508,10
OBRIGACOES A PAGAR	4.222.005,88	DEPOSITOS E CAUCOES	10.508,10
FORNECEDORES	2.083.646,35	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	4.744.946,89
PESSOAL A PAGAR	1.512.047,93	OBRIGACOES A PAGAR	4.651.482,86
ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	1.574,33	FORNECEDORES	2.009.508,36
OBRIGACOES TRIBUTARIAS	32.505,46	PESSOAL A PAGAR	1.482.457,54
RECURSOS ESPECIAIS A LIBERAR	499.729,99	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	8.057,80
DEBITOS DIVERSOS A PAGAR	92.501,82	OBRIGACOES TRIBUTARIAS	32.505,46
CREDORES - ENTIDADES E AGENTES	93.464,03	RECURSOS ESPECIAIS A LIBERAR	1.026.451,88
OPERACOES DE CREDITOS EM LIQUIDACAO	93.464,03	DEBITOS DIVERSOS A PAGAR	92.501,82
ACRESCIMOS PATRIMONIAIS	622,07	CREDORES - ENTIDADES E AGENTES	93.464,03
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	622,07	OPERACOES DE CREDITOS EM LIQUIDACAO	93.464,03
DESINCORPORACAO DE OBRIGACOES	622,07	INTERFERENCIAS PASSIVAS	1.257.805,88
		TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDA	1.257.805,88
		REPASSE CONCEDIDO	1.257.805,88
Saldos anteriores	7.906.312,78	Saldos atuais	7.205.294,79
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	7.538.684,90	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	6.946.371,12
BANCO C/ MOVIMENTO	94.900,74	BANCO C/ MOVIMENTO	97.482,56
BANCOS C/ VINCULADAS	109.620,41	BANCOS C/ VINCULADAS	156.949,93
INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00	INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00
POUPANÇA	163.106,73	POUPANÇA	4.491,18
TESOURARIA GERAL	0,00	TESOURARIA GERAL	0,00
Total	17.396.988,49	Total	17.396.988,49



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica

Mês/Ano : Março/2012

Receita		Despesa	
Títulos	Valor	Títulos	Valor

JOACABA , 19/04/2012

IRIA FLAMIA RODRIGUEZ TORRICO
SECRETÁRIA DE GESTÃO FINANCEIRA

GILDETE POGERE CORADI
DIRETORA FINANCEIRA

SIMONE MARTINS NISSOLA
Contadora CRC SC 354870-5

SIMAE**Homologação PP 20/2012 SIMAE**

ESTADO DE SANTA CATARINA SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO CNPJ: 84.591.890/0001-43 Rua Tiradentes, 123 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 20/2012 - PR Processo Administrativo: 29/2012 Processo de Licitação: 29/2012 Data do Processo: 02/04/2012
	Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Diretora Presidente, ELISABET MARIA ZANELA SARTORI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 29/2012
b) Licitação Nr.: 20/2012-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 23/04/2012
e) Data da Adjudicação: 23/04/2012 Sequência: 0
f) Objeto da Licitação AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE PVC PARA LIGAÇÕES DE AGUA REALIZADOS PELO SIMAE NO EXERCÍCIO 2012.

g) Fornecedores e Itens Vencedores:	<u>Qtde de Itens</u>	<u>Média Descto (%)</u>	<u>(em Reais R\$)</u> <u>Total dos Itens</u>
- 006898 - CONEXÕES ESPECIAIS DO BRASIL LTDA	8	0,0000	4.669,60
- 006708 - DOAL PLASTIC IND. E COMERCIO LTDA	13	0,0000	21.837,00
- 006190 - HIDROLUNA MATERIAIS P/SANEAMENTO LTDA	3	0,0000	3.037,60
- 006583 - TIGRE S/A TUBOS E CONEXOES	20	0,0000	25.378,10
	44		54.922,30

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 1.051.4.4.90.00.00.00.00 (3) Saldo: 2.367.364,79

Joaçaba, 23 de Abril de 2012.

Elisabet M. Z. Sartori - Diretora Presidente

Lages

PREFEITURA

Lauda Resultado PP 17-2012

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES
ESTADO DE SANTA CATARINA

Setor de Licitação
RESULTADO FINAL

ASSUNTO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2012- PM

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE HIGIENE E LIMPEZA PARA
USO EM DIVERSOS SETORES DA PREFEITURA.

O Município de Lages, para os devidos fins e efeitos, torna público
aos Interessados, o resultado do presente Processo Licitatório:
VENCEDOR: DIVERSOS
VALOR: R\$ 35.751,80

Lages, 24 de abril de 2012.
ANTÔNIO CESAR ALVES DE ARRUDA
Secretário de Administração

Rerratificação TP 14-2012 PML

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES
ESTADO DE SANTA CATARINA

Setor de Licitação
RERRATIFICAÇÃO

ASSUNTO:EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 14/2012 - PML

OBJETO:CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PINTURA E MANUTENÇÃO DA SI-
NALIZAÇÃO HORIZONTAL VIÁRIA EM VIAS DO MUNICÍPIO, COM
FORNECIMENTO DE MATERIAL.

O Município de Lages, presente a supremacia do interesse públi-
co, em atendimento a pedido de esclarecimentos, com fulcro nos
termos dispostos no § 4º do art. 21 da Lei 8.666/93 e Diplomas
Complementares, torna notório aos interessados as alterações que
se fazem necessárias no Edital em comento:

*ONDE CONSTA BDI= 20,14 PASSAR A CONSIDERAR BDI 20,71.
Em consequência, adia-se a data de abertura da sessão, marcada
para o dia 08/05/2012 às 13:30 horas, para o dia 11/05/2012 às
17:00 horas.

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Lages, 23 de abril de 2012.
ANTÔNIO CESAR ALVES DE ARRUDA
Secretário da Administração

Resultado CV 01-2012 Lagesprevi

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES
ESTADO DE SANTA CATARINA

Setor de Licitação
RESULTADO FINAL

ASSUNTO: CONVITE Nº 01/2012- LAGESPREV

OBJETO:CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL PARA PRESTAÇÃO DE
SERVIÇOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA CONTÁBIL NA ÁREA
PÚBLICA PARA O INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO
DE LAGES - LAGESPREVI.

O Município de Lages, para os devidos fins e efeitos, torna público
aos Interessados, o resultado do presente Processo Licitatório:

VENCEDOR: RODRIGO DILL DA SILVA

VALOR: R\$ 4.300,00 ao mês

Lages, 24 de abril de 2012.
ANTÔNIO CESAR ALVES DE ARRUDA
Secretário de Administração

Resultado PP 10-2012 SMS

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES
ESTADO DE SANTA CATARINA

Setor de Licitação
RESULTADO FINAL

ASSUNTO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2012- SM

OBJETO: AQUISIÇÃO DE FRALDAS DESCARTÁVEIS INFANTIS E
GERIÁTRICAS PARA ATENDER OS PROGRAMAS DA SECRETARIA
MUNICIPAL DE SAÚDE DE LAGES.

O Município de Lages, para os devidos fins e efeitos, torna público
aos Interessados, o resultado do presente Processo Licitatório:
VENCEDOR: DIVERSOS
VALOR: R\$ 101.700,00

Lages, 24 de abril de 2012.
ANTÔNIO CESAR ALVES DE ARRUDA
Secretário de Administração

TP 05-2012 SMS

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES
ESTADO DE SANTA CATARINA

Setor de Licitação
AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: TP 05-2012 SM

Objeto: Construção das Unidades Básicas de Saúde dos Bairros
São Miguel e Guarujá.
Tipo: Menor Preço Por Lote
Abertura: 17/05/2012 às 15:00

A retirada obter-se-á no Setor de Licitações, ao custo de R\$ 10,00.
Maiores informações pelo telefone (49) 3221-1169.

Lages, 23 de abril de 2012.
ANTÔNIO CESAR ALVES DE ARRUDA
Secretário de Administração

Lauro Muller

PREFEITURA

Lei Nº 1.725/2012

LEI Nº 1.725/2012 DE 20 DE ABRIL DE 2012.

Dispõe sobre a criação de vagas no quadro de pessoal do Magis-
tério Público Municipal de Lauro Müller e dá outras providências.

HÉLIO LUIZ BUNN, Prefeito Municipal DE LAURO MÜLLER - SC,
faço saber a todos habitantes deste Município que a Câmara Muni-
cipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:
Art. 1º - Ficam criadas as vagas no Quadro Permanente de Cargos

Públicos, da Lei Municipal nº 1.300/2004 de 30/06/04, conforme Anexo Único desta LEI.

Art. 2º - O provimento das vagas criadas no art. 1º serão mediante Concurso Público, nos termos da LEI.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 20 DE ABRIL DE 2012.

HÉLIO LUIZ BUNN

Prefeito Municipal

Registrada na Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e publicada no Mural Público junto ao átrio municipal na data supra.

MORGANA FERNANDES

Secretária Administração, Fin. Planej.

ANEXO ÚNICO

Nº Vagas	Cargo	Habilitação Profissional	Carga Horária
40	Professor II	Habilitação em curso de nível superior de licenciatura plena, na área específica	10 (dez), 20 (vinte), 30 (trinta) ou 40 (quarenta horas semanais

LAURO MÜLLER, 20 DE ABRIL DE 2012.

HÉLIO LUIZ BUNN

Prefeito Municipal

Registrada na Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e publicada no Mural Público junto ao átrio municipal na data supra.

MORGANA FERNANDES

Secretária Administração, Fin. Planej.

Decreto Nº 017/2012

D E C R E T O Nº 017/2012

CONSTITUI E NOMEIA COMISSÃO MUNICIPAL PERMANENTE DE LICITAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

HÉLIO LUIZ BUNN, Prefeito Municipal DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com as Leis Federais nºs 8.666/93 e 8.883/94, com suas respectivas alterações,

DECRETA:

Art. 1º - Fica constituída e nomeada a COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL, sem ônus para o município, composta por 05 (cinco) membros, que procederá ao recebimento e julgamento dos processos licitatórios da Prefeitura Municipal de Lauro Müller.

Art. 2º - Para compor a Comissão ficam nomeados os seguintes membros:

RENATO CITADIN - PRESIDENTE

JULIANA GONÇALVES MARIOT - SECRETÁRIA

GISELE MARIOT - MEMBRO

JOYCE MARIA VICENTE FERNANDES - MEMBRO

JOSIANE GIRARDI - MEMBRO

Art. 3º - À Comissão de Licitação compete, privativamente:

I - deliberar sobre a conveniência da aquisição de bens e serviços;

II - receber todas as propostas para a participação em licitação pública;

III - proceder ao julgamento das propostas.

Art. 4º - A Comissão de Licitação fará a gerência do processo licitatório nas seguintes modalidades:

I - concorrência;

II - tomada de preço;

III - convite;

IV - concurso;

V - leilão.

Art. 5º - O Presidente, ora nomeado fica autorizado a baixar todos os atos necessários para a fiel execução do processo licitatório, devendo, a Secretária, elaborar atas e relatórios de todas as reuniões e atos praticados.

Art. 6º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 001/2012.

LAURO MÜLLER, 09 DE ABRIL DE 2012.

HÉLIO LUIZ BUNN

Prefeito Municipal

Registrado nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicado no Mural Público junto ao átrio da Prefeitura Municipal na data supra.

MORGANA FERNANDES

Sec. Administração, Fin. Planej.

Decreto Nº 018/2012

D E C R E T O Nº 018/2012.

CONSTITUI E NOMEIA COMISSÃO MUNICIPAL PARA O SISTEMA DE PREGÃO ELETRÔNICO E PRESENCIAL.

HÉLIO LUIZ BUNN, Prefeito Municipal DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com a legislação vigente,

DECRETA:

Art. 1º - Fica constituída e nomeada, sem ônus para o município, conforme especificação abaixo, a Comissão Municipal para Utilização do Sistema de Pregão Eletrônico e Presencial.

REPRESENTANTE DO COMPRADOR : Prefeito Municipal

COORDENADOR/PREGOEIRO : RENATO CITADIN

APOIO : JULIANA GONÇALVES MARIOT

Art. 2º - A função do Coordenador/Pregoeiro é ser responsável pela condução da licitação.

Art. 3º - A função do Apoio é editar as licitações no sistema e auxiliar o Coordenador/Pregoeiro em suas atribuições.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 002/2012.

LAURO MÜLLER, 09 DE ABRIL DE 2012.

HÉLIO LUIZ BUNN

Prefeito Municipal

Registrado nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicado no Mural Público junto ao átrio da Prefeitura Municipal na data supra.

MORGANA FERNANDES
Sec. Administração, Fin. e Planej.

Decreto Nº 019/2012

DECRETO Nº 019/2012.
DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR

HÉLIO LUIZ BUNN, Prefeito Municipal DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI da Lei Orgânica Municipal e conforme autorização Legislativa, dada pela Lei Municipal nº 1.704/2011,

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir crédito suplementar no valor de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

Suplementação

04.00 - Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes
04.01 - Departamento de Apoio Pedagógico
2.010 - Manutenção do Ensino Fundamental
3.3.90 - Aplicação Direta - 0.1.0135 - R\$ 60.000,00

TOTAL - R\$ 60.000,00

Art. 2º - Os recursos para suprir o crédito suplementar de que trata o artigo 1º, correrão por conta da anulação em igual quantia das seguintes dotações orçamentárias

Anulação

04.00 - Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes
04.01 - Departamento de Apoio Pedagógico
2.010 - Manutenção do Ensino Fundamental
4.4.90 - Aplicação Direta - 0.1.0117 - R\$ 25.000,00
4.4.90 - Aplicação Direta - 0.1.0135 - R\$ 25.000,00
4.4.90 - Aplicação Direta - 0.1.0138 - R\$ 10.000,00

TOTAL - R\$ 60.000,00

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 23 DE ABRIL DE 2012.

HÉLIO LUIZ BUNN
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em 23 de abril de 2012.

MORGANA FERNANDES
Sec. Administração, Fin. e Planej.

Portaria Nº 001/2012

PORTARIA Nº 001/2012

PAULO CÉSAR ANTUNES, Prefeito Municipal EM EXERCÍCIO, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal e artigo 36, da Lei Municipal nº 1.553/2009, de 02/02/2009,

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR, ALINE CAMINSKI, do Cargo de Provimento em Comissão de Secretária Municipal junto a Secretaria Municipal da Família e Ação Social, Código/Nível DAS 1.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação produzindo seus efeitos a partir de 02/01/2012.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER, 02 DE JANEIRO DE 2012.

PAULO CÉSAR ANTUNES
Prefeito em Exercício

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Mural Público junto ao átrio da Prefeitura Municipal na data supra.

MORGANA FERNANDES
Sec. Administração, Fin. Planej.

Portaria Nº 002/2012

P O R T A R I A Nº 002/ 2012

PAULO CÉSAR ANTUNES, Prefeito Municipal EM EXERCÍCIO, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com os artigos 63, incisos VI e VIII e 89, inciso II letras "a" e "b", da Lei Orgânica Municipal, combinado com as Leis Municipais nº 1.145/2001, nº 1.349/2005, nº 1.598/2009, nº 1.628/2010 e nº 1.631/2010, e Edital de Concurso Público 001/2010 - Resultado Final das Provas, Homologado em 30/06/2010;

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, ALINE CAMINSKI, aprovada em 4º lugar no Concurso Público, para o Quadro Funcional da Prefeitura Municipal de Lauro Müller, para exercer o Cargo de Psicóloga, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, junto a Secretaria Municipal da Família e Ação Social.

Parágrafo único - Fica a mesma sujeita ao cumprimento do Estágio Probatório, conforme prevê a legislação vigente.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 03/01/2012.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER, 03 DE JANEIRO DE 2012.

PAULO CÉSAR ANTUNES
Prefeito em Exercício

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Mural Público junto ao átrio da Prefeitura Municipal na data supra.

MORGANA FERNANDES
Sec. Administração, Fin. Planej.

Portaria Nº 003/2012

P O R T A R I A Nº 003/ 2012

HÉLIO LUIZ BUNN, Prefeito Municipal DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI e VIII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Demitir a pedido, FERNANDA CROTTI, ocupante do cargo de Conselheira Tutelar, contrato por prazo determinado, do Quadro Funcional junto a Prefeitura Municipal de Lauro Müller.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 12/01/2012.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 12 DE JANEIRO DE 2012.

HÉLIO LUIZ BUNN

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria da Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Mural Público junto ao átrio da Prefeitura Municipal na data supra.

MORGANA FERNANDES

Sec. Administração, Fin. Planej.

Portaria Nº 004/2012

P O R T A R I A Nº 004/ 2012

HÉLIO LUIZ BUNN, Prefeito Municipal DE LAURO MULLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI, da Lei Orgânica Municipal, de 05.04.90, e Lei Municipal nº 968/98, de 18 de abril de 1996 combinado com a Lei Municipal 1.378/2006, de 14 de Junho de 2006,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR, MARIA ALICE MENDES MACHADO, para exercer a função de Conselheira Tutelar, do Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente, do Município de Lauro Müller, eleita do dia 23/07/2009, com carga horária de 20 horas semanais, no período de 16 de janeiro de 2012 à 31 de julho de 2012.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 16/01/2012.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 16 DE JANEIRO DE 2012.

HÉLIO LUIZ BUNN

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria da Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Mural Público junto ao átrio da Prefeitura Municipal na data supra.

MORGANA FERNANDES

Sec. Administração, Fin. Planej.

Portaria Nº 005/2012

P O R T A R I A Nº 005/2012.

HÉLIO LUIZ BUNN, Prefeito Municipal DE LAURO MULLER-SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Em cumprimento ao disposto no artigo 20, da Lei Municipal nº 1.300/2004, de 30/06/2004, efetuar a Progressão por Nova Habilitação, da funcionária pública Professora ADRIANA GONÇALVES PADILHA MELLO, elevando de MAG - LP - 1C para MAG - LP - 4A, seu nível/referência.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER, 01 DE FEVEREIRO DE 2012.

HÉLIO LUIZ BUNN

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Mural Público junto ao átrio da Prefeitura Municipal na data supra.

MORGANA FERNANDES

Sec. Administração, Fin. Planej.

Portaria Nº 006/2012

P O R T A R I A Nº 006/2012.

HÉLIO LUIZ BUNN, Prefeito Municipal DE LAURO MULLER-SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Em cumprimento ao disposto no artigo 20, da Lei Municipal nº 1.300/2004, de 30/06/2004, efetuar a Progressão por Nova Habilitação, da funcionária pública Professora ADRIANA PACHECO BOMBAZARO, elevando de MAG - LP - 1C para MAG - LP - 4A, seu nível/referência.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER, 01 DE FEVEREIRO DE 2012.

HÉLIO LUIZ BUNN

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Mural Público junto ao átrio da Prefeitura Municipal na data supra.

MORGANA FERNANDES

Sec. Administração, Fin. Planej.

Portaria Nº 007/2012

P O R T A R I A Nº 007/2012.

HÉLIO LUIZ BUNN, Prefeito Municipal DE LAURO MULLER-SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Em cumprimento ao disposto no artigo 20, da Lei Municipal nº 1.300/2004, de 30/06/2004, efetuar a Progressão por Nova Habilitação, da funcionária pública Professora JANIELLE MAFIOLETTI, elevando de MAG - LP - 1C para MAG - LP - 4A seu nível/referência.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER, 01 DE FEVEREIRO DE 2012.

HÉLIO LUIZ BUNN

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Mural Público junto ao átrio da Prefeitura Municipal na data supra.

MORGANA FERNANDES
Sec. Administração, Fin. Planej.

Portaria N° 008/2012
P O R T A R I A Nº 008/2012.

HÉLIO LUIZ BUNN, Prefeito Municipal DE LAURO MULLER-SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Em cumprimento ao disposto no artigo 20, da Lei Municipal nº 1.300/2004, de 30/06/2004, efetuar a Progressão por Nova Habilitação, da funcionária pública Professora KARINE CIMOLIN, elevando de MAG - LP - 1C para MAG - LP - 4A, seu nível/referência.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER, 01 DE FEVEREIRO DE 2012.

HÉLIO LUIZ BUNN
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Mural Público junto ao átrio da Prefeitura Municipal na data supra.

MORGANA FERNANDES
Sec. Administração, Fin. Planej.

Portaria N° 009/2012
P O R T A R I A Nº 009/2012.

HÉLIO LUIZ BUNN, Prefeito Municipal DE LAURO MULLER-SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Em cumprimento ao disposto no artigo 20, da Lei Municipal nº 1.300/2004, de 30/06/2004, efetuar a Progressão por Nova Habilitação, da funcionária pública Professora RITA DE CASSIA CITADIN LOCATELLI, elevando de MAG - LP - 1C para MAG - LP - 4A, seu nível/referência.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER, 01 DE FEVEREIRO DE 2012.

HÉLIO LUIZ BUNN
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Mural Público junto ao átrio da Prefeitura Municipal na data supra.

MORGANA FERNANDES
Sec. Administração, Fin. Planej.

Portaria N° 010/2012
P O R T A R I A Nº 010/2012.

HÉLIO LUIZ BUNN, Prefeito Municipal DE LAURO MULLER-SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Em cumprimento ao disposto no artigo 20, da Lei Municipal nº 1.300/2004, de 30/06/2004, efetuar a Progressão por Nova Habilitação, da funcionária pública Professora TEREZINHA APARECIDA WARMLING, elevando de MAG - LP - 1C para MAG - LP - 4A, seu nível/referência.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER, 01 DE FEVEREIRO DE 2012.

HÉLIO LUIZ BUNN
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Mural Público junto ao átrio da Prefeitura Municipal na data supra.

MORGANA FERNANDES
Sec. Administração, Fin. Planej.

Portaria N° 011/2012
P O R T A R I A Nº 011/2012

HÉLIO LUIZ BUNN, Prefeito Municipal DE LAURO MULLER-SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI e VIII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - DEDITIR, a pedido, REGINALDO FORTUNATO, Auxiliar de Serviços Gerais, do Quadro Funcional junto à Secretaria Municipal de Obras, da Prefeitura Municipal de Lauro Müller.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER, 01 DE FEVEREIRO DE 2012.

HÉLIO LUIZ BUNN
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria da Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Mural Público junto ao átrio da Prefeitura Municipal na data supra.

MORGANA FERNANDES
Sec. Administração, Fin. Planej.

Portaria N° 012/2012
P O R T A R I A Nº 012/2012

HÉLIO LUIZ BUNN, Prefeito Municipal DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, de 05.04.1990, artigo 7º, parágrafos 1º, 2º e 3º e anexo VI da Lei Municipal nº 1.145/2001 e Decreto Municipal nº 024/2002, de 08/04/2002,

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER, gratificação de 30% (trinta por cento), por atribuição de função, à funcionária pública do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal, ALINE CAMINSKI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Psicóloga.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação produzindo seus efeitos a partir de 01/02/2012.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER, 01 DE FEVEREIRO DE 2012.

HÉLIO LUIZ BUNN
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Mural Público junto ao átrio da Prefeitura Municipal na data supra.

MORGANA FERNANDES
Sec. Administração, Fin. Planej.

Portaria Nº 013/2012

P O R T A R I A Nº 013/2012

HÉLIO LUIZ BUNN, Prefeito Municipal DE LAURO MULLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal e artigo 36, da Lei Municipal nº 1.553/2009, de 02/02/2009,

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR, DENISE PANDINI, do Cargo de Provimento em Comissão de Coordenador (a) de Setor junto a Secretaria Municipal da Família e Ação Social, Código/Nível DASI 3.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação produzindo seus efeitos a partir de 01/02/2012.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER, 01 DE FEVEREIRO DE 2012.

HÉLIO LUIZ BUNN
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Mural Público junto ao átrio da Prefeitura Municipal na data supra.

MORGANA FERNANDES
Sec. Administração, Fin. Planej.

Portaria Nº 014/2012

P O R T A R I A Nº 014/2012

HÉLIO LUIZ BUNN, Prefeito Municipal DE LAURO MULLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal e artigo 36, da Lei Municipal nº 1.553/2009, de 02/02/2009,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR, DENISE PANDINI, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Coordenador(a) de Setor junto a Secretaria Municipal de Agricultura, Código/Nível DASI 3.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação

produzindo seus efeitos a partir de 02/02/2012.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER, 01 DE FEVEREIRO DE 2012.

HÉLIO LUIZ BUNN
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Mural Público junto ao átrio da Prefeitura Municipal na data supra.

MORGANA FERNANDES
Sec. Administração, Fin. Planej.

Portaria Nº 015/2012

P O R T A R I A Nº 015/2012

HÉLIO LUIZ BUNN, Prefeito Municipal DE LAURO MULLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, de 05.04.1990,

RESOLVE:

Art. 1º - FAZER CESSAR, os efeitos da Portaria nº 018/2011, de 14/02/2011, que alterou a carga horária e concedeu gratificação à servidora pública, RAQUEL SALVADOR CRISTIANO.

Parágrafo único - A funcionária citada acima passará a exercer o cargo de professora com carga horária de 30 (trinta) horas semanais.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação produzindo seus efeitos a partir de 01/02/2012.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER, 01 DE FEVEREIRO DE 2012.

HÉLIO LUIZ BUNN
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Mural Público junto ao átrio da Prefeitura Municipal na data supra.

MORGANA FERNANDES
Sec. Administração, Fin. Planej.

Portaria Nº 016/2012

P O R T A R I A Nº 016/2012

HÉLIO LUIZ BUNN, Prefeito Municipal DE LAURO MULLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, de 05.04.1990,

RESOLVE:

Art. 1º - FAZER CESSAR, os efeitos da Portaria nº 019/2011, de 14/02/2011, que alterou a carga horária e concedeu gratificação à servidora pública, ROSINETE NUNES.

Parágrafo único - A funcionária citada acima passará a exercer o cargo de professora com carga horária de 20 (vinte) horas semanais.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação produzindo seus efeitos a partir de 06/02/2012.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER, 06 DE FEVEREIRO DE 2012.

HÉLIO LUIZ BUNN
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Mural Público junto ao átrio da Prefeitura Municipal na data supra.

MORGANA FERNANDES
Sec. Administração, Fin. Planej.

Portaria Nº 017/2012

PORTARIA Nº 017/2012.

HÉLIO LUIZ BUNN, Prefeito Municipal DE LAURO MULLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal combinado com os dispositivos legais da Lei Municipal nº 1.300/2004,

RESOLVE:

Art. 1º - ALTERAR de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais a jornada de trabalho da professora ZULAMAR DO NASCIMENTO LIMAS CUCOLOOTTO, para que a mesma exerça a função de Diretora Escolar na Escola Municipal Tia Marli.

Art. 2º - CONCEDER gratificação de 40% (quarenta por cento) a referida funcionária, incidente sobre o vencimento correspondente a 20 (vinte) horas, que faz jus conforme prescreve o artigo 38 da Lei Municipal nº 1.300/2004.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 07/02/2012.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER, 07 DE FEVEREIRO DE 2012.

HÉLIO LUIZ BUNN
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Mural Público junto ao átrio da Prefeitura Municipal na data supra.

MORGANA FERNANDES
Sec. Administração, Fin. Planej.

Portaria Nº 018/2012

P O R T A R I A Nº 018/2012

HÉLIO LUIZ BUNN, Prefeito Municipal DE LAURO MULLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal e artigo 36, da Lei Municipal nº 1.553/2009, de 02/02/2009,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR, MARINA SPRICIGO CITADIN, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Coordenador(a) de Setor junto a Secretaria Municipal da Família e Ação Social, Código/Nível DASI 3.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação produzindo seus efeitos a partir de 07/02/2012.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER, 07 DE FEVEREIRO DE 2012.

HÉLIO LUIZ BUNN
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Mural Público junto ao átrio da Prefeitura Municipal na data supra.

MORGANA FERNANDES
Sec. Administração, Fin. Planej.

Portaria Nº 019/2012

PORTARIA Nº 019/2012.

HÉLIO LUIZ BUNN, Prefeito Municipal DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI e VIII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - DEDITIR, LUIZ GONZAGA DE OLIVEIRA, Pedreiro, do Quadro Funcional junto a Secretaria Municipal de Obras, da Prefeitura Municipal de Lauro Müller.

Art. 2º - O motivo da demissão do servidor é em razão de sua aposentadoria por tempo de contribuição.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 16/02/2012.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER, 16 DE FEVEREIRO DE 2012.

HÉLIO LUIZ BUNN
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria da Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Mural Público junto ao átrio da Prefeitura Municipal na data supra.

MORGANA FERNANDES
Sec. Adm, Fin. Planej.

Portaria Nº 020/2012

P O R T A R I A Nº 020/2012

HÉLIO LUIZ BUNN, Prefeito Municipal DE LAURO MULLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal e artigo 36, da Lei Municipal nº 1.553/2009, de 02/02/2009,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR, ANA REGINA GERTRUDES DE CARVALHO, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Coordenador(a) do Departamento de Transportes junto a Secretaria Municipal de Saúde, Código/Nível DASI 2.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação retroagindo seus efeitos a partir de 08/02/2012.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER, 16 DE FEVEREIRO DE 2012.

HÉLIO LUIZ BUNN
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Mural Público junto ao átrio da Prefeitura Municipal na data supra.

MORGANA FERNANDES
Sec. Administração, Fin. Planej.

Portaria N° 021/2012
P O R T A R I A Nº 021/2012

HÉLIO LUIZ BUNN, Prefeito Municipal DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar, ADRIANO ARAÚJO, exercente do Cargo de Assessor de Gabinete, para compor o Comitê de Tecnologia junto a SDR - Secretaria de Desenvolvimento Regional de Criciúma.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER, 16 DE FEVEREIRO DE 2012.

HÉLIO LUIZ BUNN
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Mural Público junto ao átrio da Prefeitura Municipal na data supra.

MORGANA FERNANDES
Sec. Administração, Fin. Planej.

Portaria N° 022/2012
P O R T A R I A Nº 022/2012.

HÉLIO LUIZ BUNN, Prefeito Municipal DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal e artigo 25 da Lei Municipal nº 1.145/2001, de 25/09/2001,

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER, licença sem vencimentos, pelo período de 01.03.2012 a 01.03.2013, à funcionária pública do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Lauro Müller, ELISANGELA MEDEIROS MUZIKANTE, ocupante do cargo de Agente Comunitária de Saúde.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 01/03/2012.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER, 01 DE MARÇO DE 2012.

HÉLIO LUIZ BUNN
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria da Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Mural Público junto ao átrio da Prefeitura Municipal na data supra.

MORGANA FERNANDES
Sec. Administração, Fin. Planej.

Portaria N° 023/2012
PORTARIA Nº 023/2012.

HÉLIO LUIZ BUNN, Prefeito Municipal DE LAURO MULLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004,

RESOLVE:

Art. 1º - Alterar a carga horária da servidora pública CARLA APARECIDA DIAS, Auxiliar de Ensino de Educação Infantil, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Lauro Müller, cumprindo o regime de 40 (quarenta) horas semanais, para desempenhar suas funções laborais na Escola Municipal Lígia Chaves Cabral.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 01/03/2012.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 01 DE MARÇO DE 2012.

HÉLIO LUIZ BUNN
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Mural Público junto ao átrio da Prefeitura Municipal na data supra.

MORGANA FERNANDES
Sec. Administração, Fin. Planej.

Portaria N° 024/2012
P O R T A R I A Nº 024/ 2012

HÉLIO LUIZ BUNN, Prefeito Municipal DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com os artigos 63, incisos VI e VIII e 89, inciso II letras "a" e "b", da Lei Orgânica Municipal, combinado com as Leis Municipais nº 1.145/2001, nº 1.349/2005, nº 1.598/2009, nº 1.628/2010 e nº 1.631/2010, e Edital de Concurso Público 001/2010 - Resultado Final das Provas, Homologado em 30/06/2010;

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, DANIEL DOMINGOS, aprovado em 12º lugar no Concurso Público, para o Quadro Funcional da Prefeitura Municipal de Lauro Müller, para exercer o Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, junto a Secretaria Municipal de Obras.

Parágrafo único - Fica o mesmo sujeito ao cumprimento do Estágio Probatório, conforme prevê a legislação vigente.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 01/03/2012.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 01 DE MARÇO DE 2012.

HÉLIO LUIZ BUNN
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Mural Público junto ao átrio da Prefeitura Municipal na data supra.

MORGANA FERNANDES
Sec. Administração, Fin. Planej.

Portaria Nº 025/2012
P O R T A R I A Nº 025/ 2012.

HÉLIO LUIZ BUNN, Prefeito Municipal DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com os artigos 63, incisos VI e VIII e 89, inciso II letras "a" e "b", da Lei Orgânica Municipal, combinado com as Leis Municipais nº 1.300/2004, nº 1.485/2007, nº1.592/2009, e Edital de Concurso Público 003/2010 - Resultado Final das Provas, Homologado em 15/06/2010;

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, GISELE MIGUEL, aprovada em 3º lugar no Concurso Público, para o Quadro Funcional da Prefeitura Municipal de Lauro Müller, para exercer o Cargo de Auxiliar de Ensino de Educação Infantil, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, junto a Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes.

Parágrafo único - Fica a mesma sujeita ao cumprimento do Estágio Probatório, conforme prevê a legislação vigente.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 01/03/2012.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 01 DE MARÇO DE 2012.
HÉLIO LUIZ BUNN
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Mural Público junto ao átrio da Prefeitura Municipal na data supra.

MORGANA FERNANDES
Sec. Administração, Fin. Planej.

Portaria Nº 026/2012
P O R T A R I A Nº 026/ 2012.

HÉLIO LUIZ BUNN, Prefeito Municipal DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com os artigos 63, incisos VI e VIII e 89, inciso II letras "a" e "b", da Lei Orgânica Municipal, combinado com as Leis Municipais nº 1.300/2004, nº 1.485/2007, nº1.592/2009, e Edital de Concurso Público 003/2010 - Resultado Final das Provas, Homologado em 15/06/2010;

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, DAIANI DA SILVA REDIVO MAZON, aprovada em 1º lugar no Concurso Público, para o Quadro Funcional da Prefeitura Municipal de Lauro Müller, para exercer o Cargo de Professora II - Ensino Fundamental, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, junto a Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes, com lotação na Escola Municipal Rio Capivaras Alto.

Parágrafo único - Fica a mesma sujeita ao cumprimento do Estágio Probatório, conforme prevê a legislação vigente.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 01/03/2012.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 01 DE MARÇO DE 2012.
HÉLIO LUIZ BUNN

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Mural Público junto ao átrio da Prefeitura Municipal na data supra.

MORGANA FERNANDES
Sec. Administração, Fin. Planej.

Portaria Nº 027/2012
P O R T A R I A Nº 027/2012

HÉLIO LUIZ BUNN, Prefeito Municipal DE LAURO MULLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal e artigo 36, da Lei Municipal nº 1.553/2009, de 02/02/2009,

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR, ANA REGINA GERTRUDES DE CARVALHO, do Cargo de Provimento em Comissão de Coordenador(a) do Departamento de Transportes junto a Secretaria Municipal de Saúde, Código/Nível DASI 2.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação retroagindo seus efeitos a partir de 01/03/2012.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 01 DE MARÇO DE 2012.
HÉLIO LUIZ BUNN
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Mural Público junto ao átrio da Prefeitura Municipal na data supra.

MORGANA FERNANDES
Sec. Administração, Fin. Planej.

Portaria Nº 028/2012
P O R T A R I A Nº 028/ 2012.

HÉLIO LUIZ BUNN, Prefeito Municipal DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com os artigos 63, incisos VI e VIII e 89, inciso II letras "a" e "b", da Lei Orgânica Municipal, combinado com as Leis Municipais nº 1.300/2004, nº 1.485/2007, nº1.592/2009, e Edital de Concurso Público 003/2010 - Resultado Final das Provas, Homologado em 15/06/2010;

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, ANA REGINA GERTRUDES DE CARVALHO, aprovada em 2º lugar no Concurso Público, para o Quadro Funcional da Prefeitura Municipal de Lauro Müller, para exercer o Cargo de Professora II - Ensino Fundamental, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, junto a Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes, com lotação na Escola Municipal Lígia Chaves Cabral.

Parágrafo único - Fica a mesma sujeita ao cumprimento do Estágio Probatório, conforme prevê a legislação vigente.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 02/03/2012.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 01 DE MARÇO DE 2012.

HÉLIO LUIZ BUNN
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Mural Público junto ao átrio da Prefeitura Municipal na data supra.

MORGANA FERNANDES
Sec. Administração, Fin. Planej.

Portaria Nº 04/2012
P O R T A R I A Nº 004/2012

HÉLIO LUIZ BUNN, Prefeito Municipal DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos artigos 63 e 78 incisos VI e IX, respectivamente, da Lei Orgânica Municipal, consoante artigo 1º, inciso III da Lei Municipal nº 1.503/2008, considerando ainda, a necessidade temporária de excepcional interesse público e o resultado do processo seletivo para admissão em caráter temporário,

RESOLVE:

Art. 1º - PRORROGAR, até 06 de Março de 2012, os efeitos da Portaria nº 229/2011, de 16/07/11, que estabeleceu o contrato em Caráter Temporário de RAQUEL NUNES MARIOT, para a função de Diretora Escolar.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 16/01/2012.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 16 DE JANEIRO DE 2012.
HÉLIO LUIZ BUNN
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Mural Público junto ao átrio da Prefeitura Municipal na data supra.

MORGANA FERNANDES
Sec. Administração, Fin. Planej

Edital de Convocação Para Escolha dos Conselheiros Tutelares

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ESCOLHA DOS CONSELHEIROS TUTELARES
PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA INSCRIÇÃO

O (a) PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA - de Lauro Müller-SC, no uso de suas atribuições Legais conferidas pela Lei nº 8.0690 de 13/07/1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA - artigos 131 a 135, combinados com as Leis Municipais nºs 968/96, 1.078/01 e 1378/06, e RESOLUÇÃO CMDCA Nº 01/2012, de 01/03/2012, prorroga as inscrições para o cargo de Conselheiros Tutelares até 04 de maio de 2012.

Lauro Müller, 23 de abril de 2012.
MARLIZE SPRICIGO CROTTI
Presidente do CMDCA

Retificação Nº 01 - Concurso Público N 001/2012
RETIFICAÇÃO 01 - EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO e EMPREGO PÚBLICO Nº 001/2012, DE 09 DE ABRIL DE 2012.

1. Fica incluída a Lei 1491/2008 no:

- a) No enunciado do Edital 001/2012 de 09 de abril de 2012 de Concurso Público e Emprego Público;
- b) No item 1.2 do Edital 001/2012 de 09 de abril de 2012 de Concurso Público e Emprego Público;
- c) No Quadro de Vagas do Anexo I do Edital 001/2012 - Emprego Público - Cargos de Médico Clínico Geral e Agentes Comunitários de Saúde.

Lauro Muller, 13 de abril de 2012.
PREFEITO MUNICIPAL
Hélio Luiz Bunn

GYSLENY GYLCEYA GARCIA
Diretora Geral Hospital Municipal Henrique Lage.

Retificação Nº 02 - Concurso Público Nº 002/2012

MUNICÍPIO DE LAURO MULLER

RETIFICAÇÃO 02/2012 do EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO e EMPREGO PÚBLICO N. 001/2012, DE 09 DE ABRIL DE 2012.

Fica alterado o Quadro de Vagas para AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAUDE, do Anexo 01 do Edital 001/2012 Concurso Público e Emprego Público conforme Quadro abaixo;
Para se inscrever o candidato deverá residir na comunidade conforme Lei 1490/2008.

QUADRO DE VAGAS A SEREM PREENCHIDAS EMPREGO PÚBLICO
LEI 1490/2008

Cargo	Vagas Concurso	Vagas Deficiente	Carga horária	Vencimen-to Base	Formação
AGENTES COMUNITÁRIO DE SAÚDE – SETORES:		-	40hs	622,00	Ensino Fundamental Completo
04.02 – Morro da Palha	01	-	40HS	622,00	Ensino Fundamental Completo
05.06 – Rio da Vaca/ Rio Apertado/ Rio Oratório	01	-	40HS	622,00	Ensino Fundamental Completo
01.01 – Rocinha I/ Rocinha II/ Rocinha III	*CR		40HS	622,00	Ensino Fundamental Completo
02.04 – Farroupilha/ Rio Queimado	*CR		40HS	622,00	Ensino Fundamental Completo
04.01 – Km 107	*CR		40HS	622,00	Ensino Fundamental Completo
05.01 – Km 10/ Km 12	*CR		40HS	622,00	Ensino Fundamental Completo
05.03 – Guatá de Baixo/ Coab do Guatá	*CR		40HS	622,00	Ensino Fundamental Completo
05.04 – Barreiro	*CR		40HS	622,00	Ensino Fundamental Completo
05.05 – Lageado	*CR		40HS	622,00	Ensino Fundamental Completo

*CADASTRO RESERVA

Lauro Muller, 23 de abril de 2012.
Prefeito Municipal

HÉLIO LUIZ BUNN

GYSLENY GYLCEYA GARCIA

Diretora Geral Hospital Municipal Henrique Lage.

Lebon Régis

PREFEITURA

Portaria Nº 328/2012

PORTARIA Nº 328 DE 24 DE ABRIL DE 2012

NOMEIA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 03/90 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR ERENITA DO PRADO VEIGA, para o cargo de DIRETOR DE DEPARTAMENTO, com lotação na Secretaria de Serviços Municipais, com carga horária de 20 horas semanais e com vencimentos consignados em Lei, a partir de 19 de abril de 2012.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 24 de abril de 2012.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Portaria Nº 329/2012

PORTARIA Nº 329 DE 24 DE ABRIL DE 2012

CONCEDE PROGRESSÃO A FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 03/90 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais), e de acordo com a Lei Complementar 4/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDE PROGRESSÃO POR TITULAÇÃO OU HABILITAÇÃO, a funcionária ARLINDA SILMARA VIEIRA, lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, passando a mesma a exercer o cargo de Professor com Faculdade, conforme Lei Complementar nº 04/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 24 de abril de 2012.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Portaria Nº 330/2012

PORTARIA Nº 330 DE 24 DE ABRIL DE 2012

CONCEDE PROGRESSÃO A FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da

Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 03/90 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais), e de acordo com a Lei Complementar 4/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDE PROGRESSÃO POR TITULAÇÃO OU HABILITAÇÃO, a funcionária ZILDA DE SOUZA SIMONETTO, lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, passando a mesma a exercer o cargo de Professor com Faculdade, conforme Lei Complementar nº 04/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 24 de abril de 2012.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Portaria Nº 331/2012

PORTARIA Nº 331 DE 24 DE ABRIL DE 2012

CONCEDE PROGRESSÃO A FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 03/90 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais), e de acordo com a Lei Complementar 4/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDE PROGRESSÃO POR TITULAÇÃO OU HABILITAÇÃO, a funcionária JANETE TOSCANINI BINELLO, lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, passando a mesma a exercer o cargo de Professor Pós Graduado, conforme Lei Complementar nº 04/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 24 de abril de 2012.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Portaria Nº 332/2012

PORTARIA Nº 332 DE 24 DE ABRIL DE 2012

CONCEDE PROGRESSÃO A FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 03/90 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais), e de acordo com a Lei Complementar 4/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDE PROGRESSÃO POR TITULAÇÃO OU HABILITAÇÃO, a funcionária IVANI TERESINHA MELO XAVIER, lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, passando a mesma a exercer o cargo de Professor Pós Graduado, conforme Lei Complementar nº 04/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 24 de abril de 2012.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Portaria Nº 333/2012

PORTARIA Nº 333 DE 24 DE ABRIL DE 2012
CONCEDE PROGRESSÃO A FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 03/90 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais), e de acordo com a Lei Complementar 4/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER PROGRESSÃO POR TITULAÇÃO OU HABILITAÇÃO, ao funcionário GEOVANI MACIEL, lotado na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, passando o mesmo a exercer o cargo de Professor Pós Graduado, conforme Lei Complementar nº 04/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 24 de abril de 2012.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Portaria Nº 334/2012

PORTARIA Nº 334 DE 24 DE ABRIL DE 2012
CONCEDE PROGRESSÃO A FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 03/90 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais), e de acordo com a Lei Complementar 4/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER PROGRESSÃO POR TITULAÇÃO OU HABILITAÇÃO, a funcionária JANE ROSE KERN MELLO, lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, passando a mesma a exercer o cargo de Professor Pós Graduado, conforme Lei Complementar nº 04/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 24 de abril de 2012.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Portaria Nº 335/2012

PORTARIA Nº 335 DE 24 DE ABRIL DE 2012
CONCEDE PROGRESSÃO A FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 03/90 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais), e de acordo com a Lei Complementar 4/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER PROGRESSÃO POR TITULAÇÃO OU HABILITAÇÃO, a funcionária MAURITA APARECIDA ABRAO DA SILVA, lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, passando a mesma a exercer o cargo de Professor Pós Graduado, conforme Lei Complementar nº 04/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 24 de abril de 2012.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Portaria Nº 336/2012

PORTARIA Nº 336 DE 24 DE ABRIL DE 2012
CONCEDE PROGRESSÃO A FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 03/90 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais), e de acordo com a Lei Complementar 4/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER PROGRESSÃO POR TITULAÇÃO OU HABILITAÇÃO, a funcionária IVONETE APARECIDA ALVES MOREIRA, lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, passando a mesma a exercer o cargo de Professor Pós Graduado, conforme Lei Complementar nº 04/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 24 de abril de 2012.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Portaria Nº 337/2012

PORTARIA Nº 337 DE 24 DE ABRIL DE 2012
CONCEDE PROGRESSÃO A FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 03/90 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais), e de acordo com a Lei Complementar 4/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER PROGRESSÃO POR TITULAÇÃO OU HABILITAÇÃO, a funcionária SIRLENY DE FATIMA D. SAMPAIO, lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, passando a mesma a exercer o cargo de Professor Pós Graduado, conforme Lei Complementar nº 04/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 24 de abril de 2012.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Portaria Nº 338/2012

PORTARIA Nº 338 DE 24 DE ABRIL DE 2012
CONCEDE PROGRESSÃO A FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar

03/90 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais), e de acordo com a Lei Complementar 4/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER PROGRESSÃO POR TITULAÇÃO OU HABILITAÇÃO, a funcionária SANDRA IARA VIDAL, lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, passando a mesma a exercer o cargo de Professor Pós Graduado, conforme Lei Complementar nº 04/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 24 de abril de 2012.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Portaria Nº 339/2012

PORTARIA Nº 339 DE 24 DE ABRIL DE 2012
CONCEDE PROGRESSÃO A FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 03/90 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais), e de acordo com a Lei Complementar 4/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER PROGRESSÃO POR TITULAÇÃO OU HABILITAÇÃO, a funcionária VERA LUCI DE OLIVEIRA RAMOS DE LIMA, lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, passando a mesma a exercer o cargo de Professor Pós Graduado, conforme Lei Complementar nº 04/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 24 de abril de 2012.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Portaria Nº 340/2012

PORTARIA Nº 340 DE 24 DE ABRIL DE 2012
CONCEDE PROGRESSÃO A FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 03/90 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais), e de acordo com a Lei Complementar 4/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER PROGRESSÃO POR TITULAÇÃO OU HABILITAÇÃO, a funcionária ROSANA MARIA DO PRADO ALONSO, lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, passando a mesma a exercer o cargo de Professor Pós Graduado, conforme Lei Complementar nº 04/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 24 de abril de 2012.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Portaria Nº 341/2012

PORTARIA Nº 341 DE 24 DE ABRIL DE 2012
CONCEDE PROGRESSÃO A FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 03/90 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais), e de acordo com a Lei Complementar 4/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER PROGRESSÃO POR TITULAÇÃO OU HABILITAÇÃO, a funcionária ELIZABETE DE OLIVEIRA LIMA, lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, passando a mesma a exercer o cargo de Professor Pós Graduado, conforme Lei Complementar nº 04/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 24 de abril de 2012.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Portaria Nº 342/2012

PORTARIA Nº 342 DE 24 DE ABRIL DE 2012
CONCEDE PROGRESSÃO A FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 03/90 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais), e de acordo com a Lei Complementar 4/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER PROGRESSÃO POR TITULAÇÃO OU HABILITAÇÃO, a funcionária ELIZ DENISE VIDAL, lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, passando a mesma a exercer o cargo de Professor Pós Graduado, conforme Lei Complementar nº 04/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 24 de abril de 2012.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Portaria Nº 343/2012

PORTARIA Nº 343 DE 24 DE ABRIL DE 2012
CONCEDE PROGRESSÃO A FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 03/90 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais), e de acordo com a Lei Complementar 4/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER PROGRESSÃO POR TITULAÇÃO OU HABILITAÇÃO, ao funcionário JEAN CARLOS SILVEIRA, lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, passando o mesmo a exercer o cargo de Professor Pós Graduado, conforme Lei Complementar nº 04/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 24 de abril de 2012.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Portaria Nº 344/2012

PORTARIA Nº 344 DE 24 DE ABRIL DE 2012

CONTRATA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR ALINE DE OLIVEIRA, para trabalhar no cargo de MÉDICO, com lotação no Fundo Municipal de Saúde, com carga horária de 40 horas semanais, com vencimentos consignados em Lei, a partir de 09/04/2012.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 24 de abril de 2012.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Portaria Nº 345/2012

PORTARIA Nº 345 DE 24 DE ABRIL DE 2012

EXONERA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR A PEDIDO, FLAVIA REGINA CAZAMALLI, do cargo de Bioquímico, com lotação no Fundo Municipal de Saúde, a partir de 24/04/2012.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 24 de abril de 2012.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Leoberto Leal

PREFEITURA

Decreto N.º 42/2012

DECRETO Nº 042 DE 24 DE ABRIL DE 2012.

"ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL VIGENTE"

A Prefeita Municipal de Leoberto Leal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Art. 8º, Inciso II da Lei nº 858 de 28 de Dezembro de 2011.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no Orçamento da Seguridade Social vigente, na dotação com a seguinte classificação, no seguinte valor:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	05	SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTENCIA SOCIAL	8.000,00
Unidade Orçamentária	01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	8.000,00
Função	10	Saúde	8.000,00
Sub-Função	301	Atenção Básica	8.000,00
Programa	6	Saúde com Excelência	8.000,00
Projeto/Atividade	2.016	Atenção Básica	8.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	8.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	8.000,00
Modalidade de Aplicação	91	Aplicações Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social	8.000,00
Fonte de Recursos	0.1.0002	Receita de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde	8.000,00
TOTAL DO CRÉDITO SUPLEMENTAR			8.000,00

Art. 2º Os recursos utilizados para atender o disposto no artigo anterior, correrão por conta da anulação na seguinte, fonte de recursos:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	05	SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTENCIA SOCIAL	8.000,00
Unidade Orçamentária	01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	8.000,00
Função	10	Saúde	8.000,00
Sub-Função	301	Atenção Básica	8.000,00
Programa	6	Saúde com Excelência	8.000,00
Projeto/Atividade	2.016	Atenção Básica	8.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	8.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	8.000,00
Modalidade de Aplicação	90	Aplicações Diretas	8.000,00
Fonte de Recursos	0.1.0002	Receita de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde	8.000,00
TOTAL DO CRÉDITO SUPLEMENTAR			8.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 24 de Abril de 2012.
TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

1ª Retificação Processo Licitatório Nº 048/2012 - PMLL - Pregão Presencial Nº 038/2012 - PMLL

MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL

Divisão de Licitações e Compras

1ª RETIFICAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 048/2012 - PMLL

PREGÃO PRESENCIAL Nº 038/2012 - PMLL

Conforme publicação ocorrida no DOM, Edição nº 975, página 134, publicado no dia 20/04/2012, o Município de Leoberto Leal, Estado de Santa Catarina, através da Prefeita Municipal senhora Tatiane Dutra Alves Cunha, torna pública a Retificação do Processo Licitatório nº 048/2012, da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal.

ONDE SE LÊ: ANEXO I

ITEM	UNIDADE	QUANT.	DESCRIÇÃO	VALOR UNIT. MÁXIMO	VALOR TOTAL MÁXIMO
01	unidade	1	Embreagem 350mm	2.300,00	2.300,00
02	unidade	6	Pistão	263,00	1.578,00
03	unidade	6	Camisa	64,00	384,00
04	Jogo	1	Anéis	420,00	420,00
05	Jogo	1	Bronzina mancal	260,00	260,00
06	Jogo	1	Bronzina biela	180,00	180,00
07	Jogo	1	Bucha e biela	68,00	68,00
08	unidade	1	Bomba d'água	413,00	413,00
09	unidade	1	Bomba de óleo de motor	518,00	518,00
10	unidade	12	Tucho de válvula	11,50	138,00
11	unidade	1	Eixo comando de válvula	530,00	530,00
12	unidade	1	Bomba injetora	1.240,00	1.240,00
13	unidade	6	Bicos injetores	88,00	528,00
14	unidade	6	Válvula de admissão	18,50	111,00
15	unidade	6	Válvula de escape	15,00	90,00
16	unidade	12	Guias de válvula	5,40	64,80
17	Jogo	1	Jogo de motor	190,00	190,00
18	Litros	18	Óleo de motor	7,20	129,60
19	unidade	1	filtro lubrificante	18,00	18,00
20	unidade	2	filtro combustível	9,00	18,00
21	unidade	1	filtro de ar	40,00	40,00
22	unidade	1	Virabrequim novo	2.688,00	2.688,00
23	unidade	6	Bielas motor	183,40	1.100,40
24	unidade	1	Eixo de comando	390,00	390,00
25	unidade	1	Material de limpeza	160,00	160,00
26	unidade	1	Encamisar bloco	320,00	320,00
27	unidade	1	Mandrilhar bloco	280,00	280,00
28	unidade	1	Plainar bloco	240,00	240,00
29	unidade	1	Plainar cabeçote	230,00	230,00
30	unidade	1	Tornear pistão	210,00	210,00
31	unidade	1	Altura de pistão	140,00	140,00
32	unidade	1	Retificar bielas	1.501,00	1.501,00
33	unidade	1	Alinhar bielas	140,00	140,00
34	unidade	1	Mandrilhar bielas	201,00	201,00
35	unidade	1	Retificar assento de válvulas	240,00	240,00
36	unidade	1	Desmontar motor no local	980,00	980,00

37	unidade	1	Montar e Instalar motor no local	1.550,00	1.550,00
VALOR TOTAL MÁXIMO					19.588,80

ABERTURA: Prefeitura Municipal, localizada na Rua Mainolvo Lehmkuhl, 20, Leoberto Leal/SC, às 14:00 (quatorze horas), do dia 04 de maio de 2012.

LEIA-SE: ANEXO I:

ITEM	UNIDADE	QUANT.	DESCRIÇÃO	VALOR UNIT. MÁXIMO	VALOR TOTAL MÁXIMO
01	unidade	1	Embreagem 350mm	2.300,00	2.300,00
02	unidade	6	Pistão	263,00	1.578,00
03	unidade	6	Camisa	64,00	384,00
04	Jogo	1	Anéis	420,00	420,00
05	Jogo	1	Bronzina mancal	260,00	260,00
06	Jogo	1	Bronzina biela	180,00	180,00
07	unidade	1	Bomba d'água	413,00	413,00
08	unidade	1	Bomba de óleo de motor	518,00	518,00
09	unidade	12	Tucho de válvula	11,50	138,00
10	unidade	1	Eixo comando de válvula	530,00	530,00
11	Kit	1	Peças para conserto da Bomba injetora	1.240,00	1.240,00
12	unidade	6	Bicos injetores	88,00	528,00
13	unidade	6	Válvula de admissão	18,50	111,00
14	unidade	6	Válvula de escape	15,00	90,00
15	unidade	12	Guias de válvula	5,40	64,80
16	Jogo	1	Jogo de motor	190,00	190,00
17	Litros	18	Óleo de motor	7,20	129,60
18	unidade	1	filtro lubrificante	18,00	18,00
19	unidade	2	filtro combustível	9,00	18,00
20	unidade	1	filtro de ar	40,00	40,00
21	unidade	1	Virabrequim novo	2.688,00	2.688,00
22	unidade	6	Bielas motor novas	183,40	1.100,40
23	unidade	1	Eixo de comando	390,00	390,00
24	unidade	1	Material de limpeza	160,00	160,00
25	unidade	1	Encamisar bloco	320,00	320,00
26	unidade	1	Mandrilhar bloco	280,00	280,00
27	unidade	1	Plainar bloco	240,00	240,00
28	unidade	1	Plainar cabeçote	230,00	230,00
29	unidade	1	Tornear pistão	210,00	210,00
30	unidade	1	Altura de pistão	140,00	140,00
31	unidade	1	Retificar assento de válvulas	240,00	240,00
32	unidade	1	Desmontar motor no local	980,00	980,00
33	unidade	1	Montar e Instalar motor no local	1.550,00	1.550,00
VALOR TOTAL MÁXIMO					17.678,80

ABERTURA: Prefeitura Municipal, localizada na Rua Mainolvo Lehmkuhl, 20, Leoberto Leal/SC, às 14:00 (quatorze horas), do dia 09 de maio de 2012.

Leoberto Leal/SC, 24 de abril de 2012.
TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

Luzerna

PREFEITURA

Lei 1047

LEI Nº 1047 de 24 de abril de 2012.

“DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

NORIVAL FIORIN, Prefeito Municipal de Luzerna (SC),

Faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte,

LEI:

Art.1º- O Orçamento do Município de Luzerna, para o exercício de 2013, será elaborado e executado observando as diretrizes, prioridades e metas estabelecidas nesta lei, compreendendo:

I - as metas fiscais;

II - as prioridades e metas da administração municipal, extraídas do Plano Plurianual 2010/2013;

III - a estrutura e organização dos orçamentos;

IV - as diretrizes para a elaboração e a execução dos orçamentos do Município e suas alterações;

V - as disposições sobre a dívida pública municipal;

VI - as disposições sobre as despesas com pessoal e seus encargos;

VII - as disposições sobre alterações na legislação tributária; e

VIII - as disposições gerais.

I - DAS METAS FISCAIS

Art.2º - As metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para o exercício de 2013 e outras disposições de que trata o art. 4º da Lei Complementar nº 101/2000, são as identificadas nos Anexos e nos Demonstrativos que integram a presente LEI.

II - DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO

Art.3º - As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2013 são aquelas definidas e demonstradas nos anexos e demonstrativos que fazem parte desta LEI.

Art.4º - Na elaboração da proposta orçamentária para 2013, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas estabelecidas nesta Lei, a fim de compatibilizar a despesa orçada à receita prevista, de forma a assegurar o equilíbrio das contas públicas.

III - DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art.5º - O orçamento para o exercício financeiro de 2013, abrangerá os Poderes Legislativo, Executivo e seus Fundos e Autarquia e será estruturado em conformidade com a configuração Organizacional da Prefeitura.

Art.6º - Para efeito desta Lei, entende-se por:

I - Programa, o instrumento de organização da ação governamental visando a conscientização dos objetivos pretendidos;

II - Ação, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, denominado por projeto, atividade ou operação especial;

III-Atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta em produto necessário à manutenção da atuação governamental;

IV-Projeto, um instrumento de programação para alcançar o

objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da atuação governamental;

V- Operação especial, as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das atuações de governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens e serviços;

VI - Unidade Orçamentária, o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendido estes como os de maior nível da classificação institucional;

VII - Receita Ordinária; aquelas previstas para ingressarem no caixa da unidade gestora de forma regular seja pela competência de tributar e arrecadar, seja por determinação constitucional no partilhamento dos tributos de competência de outras esferas de governo;

VIII- execução física, a autorização para que o contratado realize a obra, forneça o bem ou preste o serviço;

IX - execução orçamentária, o empenho e a liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar;

X - execução financeira, o pagamento da despesa, inclusive dos restos a pagar já inscritos.

§1º- Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de projetos, atividades ou operações especiais e estas com a classificação institucional, funcional programática, categoria econômica, diagnóstico situacional do programa, diretrizes, objetivos e metas físicas e indicação das fontes de financiamento na forma da Portaria Conjunta STN/SOF nº 03/2008.

§2º- A categoria de programação de que trata o art.167, VI da Constituição Federal, serão identificadas por projetos, atividades ou operações especiais.

Art.7º - A Lei Orçamentária para 2013 evidenciará a Receita de cada uma das Unidades Gestoras, identificadas com o código de destinação de recursos e a Despesa de cada Unidade Gestora, desdobradas por função, sub-função, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, com a identificação do código de destinação de recursos, tudo em conformidade com as Portarias MOG nº 42/1999, Interministerial nº 163/2001, e Conjunta STN/SOF nº 03/2008 e alterações posteriores, na forma dos seguintes Anexos:

I - Demonstrativo da Receita e Despesa, segundo as Categorias Econômicas (Anexo I, da Lei 4.320/64 e Adendo II da Portaria SOF nº 8/85);

II - Demonstrativo da Receita, segundo as Categorias Econômicas (Anexo II, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF nº 8/85);

III - Resumo Geral da Despesa, segundo as Categorias Econômicas (Anexo III, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

IV - Demonstrativo da Despesa por Categoria Econômica, Grupos de Natureza de Despesa e Modalidade de Aplicação em cada Unidade Orçamentária (Anexo III, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF nº 8/85);

V - Programa de Trabalho de Governo (Adendo V da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

VI - Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo VI da Lei 4.320/64 e Adendo V da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

VII - Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo 7, da Lei 4.320/64 e Adendo VI da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

VIII - Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções e Programas, conforme o Vínculo com os Recursos (Anexo 8, da Lei 4.320/64 e Adendo VII da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

IX - Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9, da Lei 4.320/64 e Adendo VIII da Portaria SOF/SEPLAN Nº 08/85);

X - Quadro Demonstrativo da Despesa - QDD por Categoria de

Programação, com identificação da Classificação Institucional, Funcional Programática, Categoria Econômica, Diagnóstico situacional do Programa, Diretrizes, Objetivos, Metas Físicas e indicação das fontes de financiamento, denominado QDD;

XI - Demonstrativo da Evolução da Receita por Fontes, conforme disposto no art.12 da Lei de Responsabilidade Fiscal;

XII - Demonstrativo da estimativa e Compensação da Renúncia de Receita, na forma estabelecida no art.14 da LRF; (art.5º, II da LRF);

XIII - Demonstrativo da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado, art.5º, II da LRF);

XIV - Demonstrativo da Evolução da Despesa no mínimo por Categoria Econômica conforme disposto no art.22 da Lei 4.320/64;

XV - Demonstrativo das Receitas e Despesas dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social; (art.165, § 5º da CF);

XVI - Demonstrativo da Compatibilidade da Programação dos Orçamentos com as Metas Fiscais e Físicas estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias; (art.5º, I da LRF);

XVII - Demonstrativo dos Riscos Fiscais considerados para 2013 (art.5º, III da LRF);

XVIII - Demonstrativo da Origem e Aplicação dos Recursos Derivados da Alienação de Bens e Direitos que integram o Patrimônio Público. (art.44 da LRF);

XIX - Demonstrativo da Apuração do Resultado Primário e Nominal previstos para o exercício de 2013. (art.4º, § 1º e 9º da LRF), e §1º-O Orçamento da Autarquia que acompanha o Orçamento Geral do Município, evidenciará suas receitas e despesas conforme disposto no caput deste artigo.

§2º- Para efeito desta lei, entende-se por Unidade Gestora Central, a Prefeitura, e por Unidade Gestora, as Entidades com Orçamento e Contabilidade própria.

§3º- O Quadro Demonstrativo da Despesa - QDD, de que trata o item X deste artigo, fixará a despesa ao nível de Grupo de Natureza de Despesa e por Modalidade de Aplicação, conforme disposto na Portaria STN nº 163/2000, e Portaria Conjunta STN/SOF nº 03/2008, admitido o remanejamento por Decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais, definido por esta lei como categoria de programação.

Art.8º - Acompanhará ainda, o Projeto de Lei Orçamentária:

I - Quadro demonstrativo da evolução da Receita dos exercícios de 2009, 2010 e 2011 e previsão para 2012 e 2013;

II - Quadro demonstrativo da despesa por Unidades Orçamentárias para 2013 e sua participação relativa.

Art.9º- A Reserva de Contingência das Unidades Gestoras será constituída, exclusivamente, de recursos ordinários da Fonte 00, limitado a 1% (um por cento) da Receita Corrente Líquida prevista do orçamento consolidado.

Art.10 - Os orçamentos para o exercício de 2013 e as suas execuções, obedecerão entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas em cada destinação, abrangendo os Poderes Legislativo, Executivo seus Fundos e Autarquia Intermunicipal SIMAE (art.s 1º, § 1º, 4º, I, "a", 50, I e 48 da LRF).

Art.11 - Os Orçamentos dos Fundos Municipais integrarão o orçamento geral do Município, apresentando em destaque suas Receitas as quais são vinculadas às despesas relacionadas a seus objetivos, obedecendo às especificações definidas no art. 7º desta LEI.

Art.12 - Os estudos para definição dos Orçamentos da Receita para 2013 deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos e a sua evolução nos últimos três exercícios. (art.12 da LRF)

Parágrafo Único - Até 30 dias antes do prazo final para o encaminhamento da Proposta Orçamentária ao Poder Legislativo, o Poder Executivo Municipal colocará à disposição da Câmara Municipal, os

estudos e as estimativas de receitas para o exercício subsequente, inclusive da receita corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo. (art.12, § 3º da LRF)

Art.13 - Se a receita estimada para 2013, comprovadamente, não atender ao disposto no artigo anterior quanto aos estudos e as estimativas, o Legislativo, quando da discussão da Proposta Orçamentária, poderá solicitar do Executivo Municipal a sua alteração e a consequente adequação do orçamento da despesa.

Art.14 - Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita ordinária poderá afetar o cumprimento das metas de resultado primário e nominal, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional às suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos no montante necessário para as dotações a seguir: (art.9º da LRF).

I - Obras em geral, desde que ainda não iniciadas;

II - Dotação para combustíveis destinada a frota de veículos dos setores de transportes, obras, serviços públicos e agricultura;

III - Dotação para material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades dos orçamentos da Administração Direta Centralizada e dos Fundos Municipais; e

IV - Contrapartida para projetos ou atividades vinculados a recursos oriundos de fontes extraordinárias como convênios, operações de crédito, alienação de ativos, desde que ainda não comprometidos.

Art.15 - Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior da Unidade Gestora, observada a vinculação da destinação de recursos.

Art.16 - Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do Anexo VII, (desta Lei. (art.4º, § 3º da LRF).

§1º Os riscos fiscais, caso se concretizem, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência, e, também, se houver, do excesso de arrecadação do exercício de 2013 e do superávit financeiro do exercício de 2012.

§2º Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei à Câmara, propondo anulação de recursos ordinários alocados para investimentos, desde que não comprometidos.

Art.17 - Os orçamentos para o exercício de 2013, destinarão recursos para a Reserva de Contingência, não superiores a 1% (um por cento) da Receita Corrente Líquida prevista para o mesmo exercício. (art.5º, III da LRF).

Parágrafo Único - Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos conforme Anexo VII, desta LEI.

Art.18 - Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual. (Art.5º, § 5º da LRF).

Art.19 - O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá até 30 (trinta) dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual: o desdobramento da receita prevista em metas bimestrais de arrecadação, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal para suas Unidades Gestoras, considerando nestas, eventuais déficits financeiros apurados nos Balanços Patrimoniais do exercício anterior, de forma a restabelecer o imediato equilíbrio de caixa. (art.s 8º, 9º e 13 da LRF)

Art.20 - Os projetos e atividades priorizados na Lei Orçamentária para 2013 com dotações vinculadas a destinação de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outros, só serão executados e utilizados a

qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido. (art.s 8º, Parágrafo Único e 50, I da LRF).

Parágrafo Único - A apuração do excesso de arrecadação de que trata o art.43, § 1º, inciso II e § 3º da Lei 4.320/64, se ocorrer, será apurado em cada destinação de recursos para fins de abertura de créditos adicionais suplementares, por atos do Poder Executivo.

Art.21- A renúncia de receita estimada para o exercício financeiro de 2013, não será considerada para efeito de cálculo do orçamento da receita. (art.s 4º, § 2º, V e art.14, I da LRF).

Art.22 - A transferência de recursos do Tesouro Municipal às entidades privadas beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica e voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal e dependerá de autorização em lei específica. (arts. 4º, I, "f" e 26 da LRF).

Parágrafo Único - As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas, no prazo fixado nas leis que as autorizarem e na forma estabelecida pelos serviços de contabilidade. (art.70, Parágrafo Único da CF).

Art.23 - Para efeito do disposto no art.16, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante no exercício financeiro de 2013, em cada evento, não exceda ao valor limite para dispensa de licitação fixado no item I do art.24 da Lei 8.666/93, devidamente atualizado. (art.16, § 3º da LRF).

Art.24 - As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários salvo projetos programados com recursos de transferências voluntárias e operações de crédito. (art.45 da LRF)

Art.25 - Despesas de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados por convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na lei orçamentária. (art.62 da LRF)

Art.26 - A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de um Grupo de Natureza de Despesa/modalidade de aplicação para outro, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operação Especial, poderá ser feita por decretos do Poder Executivo. (art. 167, VI da CF)

Art.27 - A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2013, a preços correntes.

Art.28 - Durante a execução orçamentária de 2013, o Executivo Municipal, autorizado por lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das unidades gestoras na forma de crédito especial.

Art.29 - No decorrer da execução orçamentária de 2013, o Poder Executivo Municipal poderá abrir por decretos, créditos adicionais suplementares nos termos do art. 89, § 2º, da Lei Orgânica do Município, até o limite de 40% (quarenta por cento) do total do orçamento da despesa orçamentária fixada para cada uma das Unidades Gestoras, e criar novas classificações de despesas quanto a sua natureza, fontes de recursos e respectivos valores, utilizando os recursos, desde que não comprometidos:

- I - do excesso ou o provável excesso de arrecadação de cada uma das fontes de recursos, observada a tendência do exercício; e
- II - do superávit financeiro do exercício anterior, apurado em cada uma das fontes de recursos.

Parágrafo Único - Excluem-se deste limite, os créditos adicionais suplementares e especiais decorrentes de leis municipais específicas aprovadas no decorrer do exercício.

Art.30 - Os recursos oriundos de convênios não previstos nos orçamentos da receita, ou seu excesso, poderão ser utilizados como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares de projetos, atividades ou operações especiais, por atos do Poder Executivo.

Art.31 - Os programas priorizados por esta lei, e contemplados na Lei Orçamentária para 2013, serão desdobrados em metas quadrimestrais para avaliação permanente pelos responsáveis e em audiência pública na Comissão de Orçamento e Finanças da Câmara de Vereadores até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios, avaliar gastos e cumprimento das metas físicas estabelecidas. (art.s 4º, I, "e" e 9º, § 4º da LRF).

V - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art.32 - A Lei Orçamentária para 2013 poderá conter autorização para contratação de Operações de Crédito durante o exercício, observado a Lei Complementar nº 101/2000 e em conformidade com o que dispõe o Senado Federal, através de Resolução.

VI - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL

Art.33 - O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante lei autorizativa, poderão em 2013, criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens, admitir pessoal aprovado em concurso público ou em caráter temporário na forma da lei, observados os limites e as regras da Lei de Responsabilidade Fiscal. (art.169, §1º, II da CF).

Parágrafo Único - Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na Lei de orçamento.

Art.34- Nos casos de necessidade temporária, devidamente justificada pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores quando as despesas com pessoal excederem a 95% do limite estabelecido no art.20, III da Lei de Responsabilidade Fiscal. (art.22, Parágrafo Único, V da LRF).

Art.35 - O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal. (ART.19 e 20)

- I - eliminação das despesas com horas extras;
- II - demissão de servidores admitidos em caráter temporário;
- III - exoneração de servidores ocupantes de cargos em comissão;
- IV - Eliminação de Vantagens concedidas aos servidores.

Art.36 - Para efeito desta lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão-de-obra referente substituição de servidores de que trata o art.18, § 1º da LRF, a contratação de mão-de-obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal de Luzerna, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

VII - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art.37 - O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e

renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, conceder anistia para estimular a cobrança da dívida ativa, devendo esses benefícios ser considerados nos cálculos do orçamento da receita e serem objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subseqüentes. (art.14 da LRF)

Art.38 - Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no art.14 da Lei de Responsabilidade Fiscal. (art.14, § 3º da LRF).

Art.39 - O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação, se for o caso.

VIII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art.40 - O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal até 30 de outubro de 2012, conforme estabelecido no art.º 91, inciso III, da Lei Orgânica do Município, que a apreciará e a devolverá para sanção até o dia 15 de dezembro de 2012.

§1º- A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no "caput" deste artigo.

§2º- Se a lei orçamentária anual não for devolvida para sanção até o início do exercício financeiro de 2013, fica o Executivo Municipal autorizado a executar em cada mês, até 1/12 das dotações da proposta orçamentária encaminhada ao Poder Legislativo.

Art.41 - Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivado por insuficiência de tesouraria, conforme disposto no artigo 117 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Art.42- Os créditos especiais e extraordinários abertos nos últimos quatro meses do exercício poderão ser reabertos pelos seus saldos no exercício subseqüente, por decretos do Chefe do Poder Executivo.

Art.43- O Executivo Municipal fica autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta para realização de obras ou serviços de competência do Município ou não, durante o exercício de 2013.

Art.44 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2013.

Luzerna(SC), 24 de abril de 2012.

NORIVAL FIORIN

Prefeito Municipal

Lei 1048

LEI Nº 1048 de 24 de abril de 2012.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte,

LEI:

Art.1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL com a classificação abaixo especificada, até o montante de R\$ 124.000,00 (cento e vinte e quatro mil reais), sendo R\$ 88.000,00 (oitenta e oito mil reais),

à conta dos recursos do EXCESSO DE ARRECADAÇÃO apurado na Fonte 24 - Transferência de Convênios Outros, originário da parcela única do Termo de Convênio nº 2790/2012-1, Processo nº ERO7 2708/11-6, celebrado entre o Governo do Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional de Joaçaba e o Município de Luzerna(SC) e R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais), à conta do excesso de arrecadação apurado na Fonte 89 - Alienação de Bens Destinados a Outros Programas:

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

SECRETARIA DA SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL

Projeto - 07.0701.10.301.0016.1082 - Aquisição de uma Ambulância

Categoria Econômica - 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas - Investimentos

Fonte 24 - Transferência de Convênios outros R\$ 88.000,00

Detalhamento dos Recursos - 000055 - Transferência de Convênios do Estado

Fonte 89 - Alienação de Bens Destinados a Outros Programas R\$ 36.000,00

Detalhamento dos Recursos - 000000 - Sem Detalhamento

Total do Crédito Adicional Especial R\$ 124.000,00

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 24 de abril de 2012.

NORIVAL FIORIN

Prefeito Municipal

Lei Complementar 110

LEI COMPLEMENTAR Nº 110 de 24 de abril de 2012.

"ALTERA DISPOSIÇÕES DA LEI COMPLEMENTAR Nº 050 de 07 de dezembro de 2006 - LEI DE ZONEAMENTO DO MUNICÍPIO DE LUZERNA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

NORIVAL FIORIN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte,

LEI COMPLEMENTAR:

Art.1º- Acrescenta §1º e §2º, alíneas "a" a "e" no art. 108 da Lei Complementar nº 050 de 07 de dezembro de 2006 que passa a vigorar com a redação em anexo.

"Art. 108. A Zona de Conservação Ambiental (ZCA) tem por objetivo coibir a ocupação em áreas com declividade entre 30 e 100%, estando delimitadas no mapa de zoneamento urbano.

§1º. As áreas legalmente parceladas que foram enquadradas como Zona de Conservação Ambiental - ZCA deverão ser consideradas no critério de zoneamento em ZR3.

§2º. Para áreas não parceladas que foram enquadradas como ZCA, porém, não possuam características como tal, o interessado deverá apresentar justificativas técnicas que embasem novo enquadramento na zona adjacente mais favorável, através do encaminhamento ao setor competente da Prefeitura da documentação relacionada abaixo:

a) Consulta Prévia;

b) Requerimento com Justificativa e proposta;

c) Matrícula do terreno;

d) Levantamento planialtimétrico e laudo técnico de profissional habilitado com ART que comprove claramente as áreas que possuem declividades inferiores a 30%, indicando seus limites e metragens;

e) Averbação da área correspondente a Zona de Conservação Ambiental (ZCA) no Registro de Imóveis."

Art.2º- Altera o zoneamento na Rua Benno Dresch de Zona de Expansão Urbana 1 para Zona Residencial 1 - ZR1 conforme mapa anexo.

Art.3º- Altera o zoneamento na Rua Dario Fontana, esquina com a Rua Carlos Dreyer, até o limite da Rua Nelson Cavichão, de Zona Residencial 3 - ZR3 para Zona Residencial 1 - ZR1 conforme mapa anexo.

Art.4º - Os demais artigos e disposições vigentes da Lei Complementar nº 050 de 07 de dezembro de 2006, permanecem inalterados.

Art.5º - Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 24 de abril de 2012.
NORIVAL FIORIN
Prefeito Municipal

Alteração Prazo - Pavimentação Vila Kennedy

AVISO
ALTERAÇÃO DE PRAZO
Pregão Presencial 0017/12
Processo Licitatório nº 0036/12

NORIVAL FIORIN, Prefeito Municipal, comunica aos interessados que o prazo para a apresentação dos envelopes da documentação e propostas do Pregão Presencial em epígrafe fica alterado para o dia 09/05/2012 às 08h, com abertura no dia 09/05/2012 às 08h10min.

Permanecem inalteradas as demais disposições do PREGÃO em referência.

Luzerna (SC), 24 de ABRIL de 2012.
NORIVAL FIORIN
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº FMS.004.12

REPUBLICADO POR INCORREÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº: fms.004.12
MODALIDADE: Dispensa de Licitação nº 0005/2012
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA - FMS
CONTRATADA: EMPREITEIRA DE CONSTRUÇÃO CIVIL OLIVEIRA LTDA

OBJETO: fornecimento de material e mão-de-obra para construção de 19 (dezenove) sapatas destinadas a instalação de equipamentos de ginástica ao ar livre, conforme Projeto, Memorial Descritivo, Orçamento e cronograma.

VALOR: R\$ 7.961,69 (sete mil novecentos e sessenta e um reais e sessenta e nove centavos)

VIGÊNCIA: 30 (trinta) dias, contados da data de emissão da Ordem de Serviço inicial.

DOTAÇÃO:

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Conta: 13.1301.10.301.0016.2017.44900000

Reduzido : 004

Órgão : FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA

Unidade Orçament.: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA
Proj/Atividade : FUNCIONAMENTO E MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Mod. Aplicação : APLICAÇÕES DIRETAS

Fonte : 02 - Recursos de Impostos e Transferências de Impostos de Saúde

Destinação : 000000 - Sem Detalhamento da Destinação de

Recursos

Luzerna(SC), 18 de abril de 2012.
WALMOR S. DRESCH NETO STROHER
Gestor Do Fms
CONTRATANTE

EMPREITEIRA DE CONSTRUÇÃO CIVIL OLIVEIRA LTDA
VILSON DA ROSA
CONTRATADA

Maracajá

PREFEITURA

Extrato de Contrato 37 _2012

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ
Termo de Contrato nº 37/2012
Contratante: Município de Maracajá
Contratado: Rodinei Medeiros ME

Objeto: Aquisição parcelada de pneus, câmaras e protetores para reposição nos veículos e máquinas da administração municipal, para o ano de 2012.

Valor: R\$ 17.874,30 (dezesete mil, oitocentos e setenta e quatro reais e trinta centavos) global estimado.

Vigência: 02/04/2012 a 31/12/2012

Extrato do Contrato 36 _2012

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ
Termo de Contrato nº 36/2012
Contratante: Município de Maracajá
Contratado: Eva Narcizo Gomes Cimicioli ME

Objeto: Aquisição parcelada de pneus, câmaras e protetores para reposição nos veículos e máquinas da administração municipal, para o ano de 2012.

Valor: R\$ 59.627,40 (cinquenta e nove mil, seiscentos e vinte e sete reais e quarenta centavos) global estimado.

Vigência: 02/04/2012 a 31/12/2012

Extrato do Contrato 38/2012

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ
Termo de Contrato nº 38/2012
Contratante: Município de Maracajá
Contratado: Premel Materiais Elétrico Ltd

Objeto: Aquisição parcelada materiais elétricos para suprir o sistema de iluminação pública do município de Maracajá, para o ano de 2012.

Valor: R\$ 78.282,90 (setenta e oito mil, duzentos e oitenta e dois reais e noventa centavos) global estimado.

Vigência: 03/04/2012 a 31/12/2012

Extrato do Contrato 39/2012

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ
Termo de Contrato nº 39/2012
Contratante: Município de Maracajá

Contratado: Melcon Construção Civil Ltd

Objeto: Execução das obras de conclusão da escola de ensino infantil - projeto padrão FNDE/MEC, localizada na Rua Antônio Manoel Farias, esquina com a Rua Antônio Machado - Centro - Maracajá-SC.

Valor: R\$ 719.675,45 (setecentos e dezenove mil e seiscentos e setenta e cinco reais e quarenta e cinco centavos).

Vigência: 180 dias a partir de 11/04/2012

Massaranduba

CÂMARA MUNICIPAL

Resolução Nº038/2012 "Licença de Quinze (15) Dia Para Tratamento de Saúde" ao Vereador Valdir Zapellini

ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA

Rua Paulo Cardoso - 166 - Centro - Fone Fax: (0XX 47) 3379-1571

e-mail: cvm@netuno.com.br - CEP: 89.108-000 - Massaranduba - Santa Catarina

CNPJ: 83.539.668/0001-39 - Site: www.cvmassaranduba.sc.gov.br

RESOLUÇÃO Nº038/2012.

23/04/2012

Autoriza o Licenciamento ao Vereador Valdir Zapellini pelo prazo de quinze (15) dias para tratamento de saúde

Faço saber que a Câmara Municipal de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, através da Mesa Diretora, usando de suas atribuições, que lhes são conferidas pela Legislação em vigor, faz saber a todos os habitantes do Município de Massaranduba que se Promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º. Fica concedido à licença ao Vereador Valdir Zapellini, para tratamento de saúde pelo prazo determinado de quinze (15) dias à contar do dia 23 de abril ao dia 07 de maio de 2012.

Art. 2º. A licença que se refere o artigo anterior é baseada no artigo 24, Inciso II, do Regimento Interno (RI) da Câmara Municipal de Massaranduba.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MASSARANDUBA (SC), 23 DE ABRIL DE 2012.

PIER GUSTAVO BERRI

Presidente

Publicado no expediente na data supra.

JAIR MICHELUZZI

Assistente Legislativo.

Meleiro

PREFEITURA

Portaria N.º 147/2012

PORTARIA n.º 147/2012

TRATA DA CONTRATAÇÃO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS POR TEMPO DETERMINADO.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, Lei nº 809/2000 e suas alterações, Lei Complementar nº 034/2011, de 26 de dezembro de 2011 e Lei n.º 910/2002, de 13 de março de 2002, e Concurso Público 001/2010, resolve:

C O N T R A T A R

Art. 1.º A Senhora LELIANI PERUCHI SCARPARI, para ocupar o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na Escola de Educação Básica Prefeito Luiz de Pelegrini, no Distrito de Saporanga, devido à Municipalização, de acordo com o Convênio nº 17060/2011-7, em substituição à Servidora Márcia Aparecida D. da Rocha, em virtude de Licença Saúde, até o retorno da mesma.

Parágrafo Único: O contrato poderá ser rescindido a qualquer momento em decorrência do interesse público.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 23 de Abril de 2012.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

Navegantes

PREFEITURA

Demonstrativo Financeiro Fev-Março

RESULTADO FINANCEIRO FEVEREIRO-2012

Receitas	843.459,12
Receita Previdenciária	796.434,16
Receita Administrativa	43.110,72
Receita Valores Mobiliários	3.914,24
Despesas	160.939,45
Despesa Previdenciária	160.839,45
Despesa Administrativa	100,00

RESULTADO FINANCEIRO - FEVEREIRO/2012	682.519,67
--	-------------------

RESULTADO FINANCEIRO MARÇO-2012

Receitas	1.211.598,65
Receita Previdenciária	1.159.958,03
Receita Administrativa	43.110,72
Receita Valores Mobiliários	8.529,90
Despesas	300.526,42
Despesa Previdenciária	287.922,75
Despesa Administrativa	12.603,67

RESULTADO FINANCEIRO - MARÇO/2012	911.072,23
--	-------------------

RESULTADO FINANCEIRO ACUMULADO/2012 (FEV-MAR)

Receitas	2.055.057,77
Receita Previdenciária	1.956.392,19
Receita Administrativa	86.221,44
Receita Valores Mobiliários	12.444,14
Despesas	461.465,87
Despesa Previdenciária	448.762,20
Despesa Administrativa	12.703,67

RESULTADO FINANCEIRO - ACUMULADO/2012	1.593.591,90
--	---------------------

Nova Trento

PREFEITURA

Ata de Registro de Preços Nº 020/2012

RESUMO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 010/2012

PROCESSO Nº 041/2012 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 025/2012

Aos 20 dias do mês de abril de 2012, na sede da Prefeitura Municipal de Nova Trento, situada na Praça del Comune, nº 126, Centro, em Nova Trento/SC, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial – Registro de Preços, na Ata de julgamento de preços, homologada em 23/04/2012, RESOLVE registrar os preços das empresas vencedoras do certame citado, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por elas alcançadas, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as seguintes disposições a seguir: OBJETO: Registro de Preços para aquisição parcelada de PNEUS, CÂMARAS DE AR E PROTETORES, para a frota motorizada da Prefeitura de Nova Trento, para fornecimento conforme a necessidade, de acordo com o objeto deste Pregão, tipo menor preço por item, objeto de publicação prévia no Diário Oficial dos Municípios.

As licitantes registradas para os materiais cotados são:

SECRETARIAS MUNICIPAIS

DPASCHOAL COMERCIAL AUTOMOTIVA LTDA.(45.987.005/0068-03)

Item	Produto	Quant.	Marca	Valor Unitário	Valor Total
4	Pneu para Vectra, primeira vida, dimensões 205 / 55 - R 16, pneu radial.	8	GOODYEAR	253,93	2.031,44
5	Pneu para Gol, Saveiro, Palio e Uno Mille, primeira vida, dimensões 175 x 70 R x 13.	20	GOODYEAR	112,58	2.251,60
10	Pneu para trator, modelo 5030, dianteiro, primeira vida, borrachudo, dimensões 750 x 16; com 8 lonas - com frios - convencional.	4	GOODYEAR	279,84	1.119,36
19	Pneu para Retro New Holland, LB 110, pneu dianteiro, modelo 12.5/80-18; com 10 lonas, pneu agrícola; primeira vida.	02	GOODYEAR	717,31	1.434,62
21	Pneu para Micro-ônibus, roda 215/75 R17.5; primeira vida, radial.	12	GOODYEAR	579,00	6.948,00

Valor Total homologado ao Licitante: R\$ 13.785,02

MODELO PNEUS LTDA.(94.510.682/0001-26)

Item	Produto	Quant.	Marca	Valor Unitário	Valor Total
13	Pneu para Trator, modelo TL 80, dianteiro, 14.9-24, com 12 lonas, garra média; primeira vida - convencional.	02	FIRESTONE	1.510,00	3.020,00
16	Pneu Retroescavadeira Maxion 750, traseiro, modelo 16-9-28, R4; com 10 lonas, primeira vida - convencional.	04	FIRESTONE	2.280,00	9.120,00
23	Câmara de ar para pneu com dimensões 1400 x 24.	10	TORTUGA	167,00	1.670,00
24	Câmara de ar (traseira) para pneu com dimensões 18-4-34.	02	TORTUGA	293,00	586,00
26	Câmara de ar para pneu com dimensões 1000 x 20.	38	TORTUGA	98,00	3.724,00
27	Câmara de Ar (traseira) para pneu com dimensões 16-9-28.	04	TORTUGA	224,00	896,00
28	Câmara de Ar (dianteira) para pneu com dimensões 900 x 16.	04	TORTUGA	55,00	220,00
29	Câmara de ar (traseira) para pneu com dimensões 16-9-24.	02	TORTUGA	221,00	442,00
30	Câmara de ar (dianteira) para pneu com dimensões 10-5 / 65-16.	02	TORTUGA	70,00	140,00
31	Câmara de Ar (traseira) para pneu com dimensões 18-4-30.	04	TORTUGA	270,00	1.080,00
32	Câmara de Ar (dianteira) para pneu com dimensões 750 x 16.	04	TORTUGA	51,00	204,00

Valor Total homologado ao Licitante: R\$ 21.102,00

JOAÇABA PNEUS LTDA. (84.587.245/0001-57)

Item	Produto	Quant.	Marca	Valor Unitário	Valor Total
1	Pneu para Patrola 120-B, Carregadeira Michigan 75 III, primeira vida, dimensões 1400 x 24 diagonal, com 12 (doze) lonas; Profundidade de escultura não inferior a 24 (vinte e quatro) milímetros.	10	PIRELLI	1.600,00	16.000,00
2	Pneu para Patrola 120-B, Carregadeira Michigan 75 III, primeira vida, dimensões 1400 x 24 diagonal, com 16 (dezesseis) lonas; Profundidade de escultura não inferior a 24 (vinte e quatro) milímetros.	10	PIRELLI	1.820,00	18.200,00
3	Pneu para Kombi, modelo 185 - R14, com 8 lonas, primeira vida - radial.	12	PIRELLI	224,00	2.688,00
6	Pneu para Fiesta, Clío, primeira vida, dimensões 175/65 R 14.	08	PIRELLI	158,40	1.267,20
7	Pneu para Parati, primeira vida, dimensões 185/60 R 14.	04	PIRELLI	176,00	704,00
8	Pneu novo para Ônibus e Caçambas, primeira vida, liso, dimensões 1000 x 20 ; Com 16 lonas - convencional.	38	PIRELLI	725,00	27.550,00
9	Pneu para Ônibus e Caçambas, primeira vida, borrachudo, dimensões 1000 x 20 ; Com 16 lonas - convencional.	12	PIRELLI	784,00	9.408,00
11	Pneu para Trator, modelo 5030, traseiro, 18.4-30; com 10 lonas – garra média; primeira vida.	4	PIRELLI	1.887,00	7.548,00
12	Pneu para Trator, modelo TL 80, traseiro, 18.4-34; com 18 lonas, garra média; primeira vida - convencional.	02	PIRELLI	2.434,00	4.868,00
14	Pneu Retroescavadeira Case 580L, traseiro, modelo 19.5L-24, com no 12 lonas; primeira vida - convencional.	02	PIRELLI	2.044,00	4.088,00
15	Pneu Retroescavadeira Case 580L, dianteiro, modelo 10.5/65-16; com 10 lonas; primeira vida - convencional.	02	PIRELLI	445,00	890,00
17	Pneu Retroescavadeira Maxion 750, dianteiro, modelo 10-5/80-18, R4; de 10 lonas; primeira vida - convencional.	04	PIRELLI	435,00	1.740,00
18	Pneu para Retro New Holland, LB 110, pneu traseiro, modelo 19.5L-24, com 12 lonas; primeira vida -convencional..	02	PIRELLI	2.044,00	4.088,00
20	Pneu para Ônibus, roda 11R 22.5, primeira vida, radial.	06	PIRELLI	1.214,00	7.284,00

22	Pneu para Micro-ônibus, modelo 225/75 R16; primeira vida; Com 08 lonas - radial.	06	PIRELLI	403,00	2.418,00
33	Protetor para pneu com dimensões 1400 x 24 .	10	CARRETEIRO-IA	36,00	360,00
34	Protetor para pneu com dimensões 1000 x 20.	38	SBN	19,80	752,40

Valor Total homologado ao Licitante: R\$ 109.853,60

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

MODELO PNEUS LTDA.(94.510.682/0001-26)

Item	Produto	Quant.	Marca	Valor Unitário	Valor Total
7	Pneu para Honda Biz 100, traseiro, 80-100-14.	01	RINALDI	81,00	81,00
8	Pneu para Honda Biz 100, dianteiro, 60-100-17;	01	RINALDI	73,00	73,00
9	Pneu para Honda 125 CG, traseiro, 90-90-18.	03	RINALDI	100,00	300,00
10	Pneu para Honda 125 CG, dianteiro 2.75-18.	03	RINALDI	84,00	252,00

Valor Total homologado ao Licitante: r\$ 706,00

DPASCHOAL - COMERCIAL AUTOMOTIVA LTDA.(45.987.005/0068-03)

Item	Produto	Quant.	Marca	Valor Unitário	Valor Total
2	Pneu Uno Mille, primeira vida, dimensões 175 x 70 R x 13.	08	GOODYEAR	112,58	900,64
4	Pneu para Fiat Ducato, modelo 205/75 R16, primeira vida.	08	GOODYEAR	356,06	2.848,48
5	Pneu Ambulância Ford Transit (SAMU), modelo 215/75 R16, primeira vida.	08	GOODYEAR	560,67	4.485,36
6	Pneu Ambulância Mercedes, modelo 225/70 R15, primeira vida.	08	GOODYEAR	351,37	2.810,96

Valor Total homologado ao Licitante: R\$ 11.045,44

JOAÇABA PNEUS LTDA.(84.587.245/0001-57)

Item	Produto	Quant.	Marca	Valor Unitário	Valor Total
1	Pneu para Kombi, primeira vida, dimensões 185 - R14; Com 08 lonas, pneu convencional.	08	PIRELLI	224,00	1.792,00
3	Pneu para Am-bulância, modelo 205/70 R15, primeira vida.	08	PIRELLI	285,00	2.280,00

Valor Total homologado ao Licitante: R\$ 4.072,00

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para o fornecimento, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurado ao detentor do registro preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93; VIGÊNCIA: A presente ATA vigorará por 12 (doze) meses. ENTREGA: Os produtos deverão ser entregues conforme a necessidade da municipalidade. Após efetuada a solicitação, os produtos deverão ser entregues no prazo máximo de 20 (vinte) dias corridos, em horário de expediente, nas condições estipuladas no presente Edital e seus anexos.

Nova Trento/SC,
APRIGIO JOSÉ BOTAMELI
Pregoeiro

Paial

PREFEITURA

Seleção

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PAIAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

EDITAL Nº 003/2012.

ABRE INSCRIÇÕES E BAIXA NORMAS PARA SELEÇÃO DE MONITOR DE MÚSICA VISANDO A ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

ALDAIR ANTONIO RIGO - Prefeito Municipal de Paial, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público para área da Educação no município de Paial, TORNA PÚBLICO, para conhecimento dos interessados, que abre as inscrições de MONITOR DE MÚSICA PARA CORAL, visando admissão em Caráter Temporário para o ano letivo de 2012, estarão abertas de acordo com as normas do presente edital:

I - DAS INSCRIÇÕES

1- Ficam abertas as inscrições para do Processo seletivo para admissão de MONITOR DE MÚSICA, em caráter temporário para o ano letivo 2012 que atuará de acordo com a necessidade de excepcional interesse público.

1.1 DAS VAGAS

1.2 - 01 vaga para monitor de música para Coral

1.3 - Carga horária 8 horas semanais.

1.4 - Vencimento R\$: 916,52

PERÍODO DE INSCRIÇÃO

Dia 24 á 27 de abril 2012, das 08:00hs às 11:30hs e das 13:00 às 17:30hs.

LOCAL:

Secretaria de Educação Cultura e Esporte

Rua Ceará - Centro

PAIAL - SC

REQUISITOS

2- São requisitos básicos para a inscrição:

- a) Ser brasileiro
- b) Ter idade mínima de 18 anos
- c) Graduação em Música, completa ou incompleta, certificação em curso ou técnica instrumental.
- d) Estar em dia com as obrigações militares e eleitorais.

DOCUMENTAÇÃO

3- No ato da inscrição, o candidato devera apresentar os seguintes documentos, além do preenchimento da ficha de inscrição, modelo próprio:

- a) Fotocópia da Carteira de Identidade, acompanhada de original;
- b) Fotocópia da Certidão de nascimento/casamento, conforme o caso;
- c) Fotocópia do título de eleitor - comprovante da última votação
- d) Fotocópia do CPF
- e) Currículo que comprove experiência técnica;
- f) Xerox dos certificados, cursos de horas de aperfeiçoamento na área, ou declaração de frequência.

II - DA CLASSIFICAÇÃO

1- A classificação dar-se-á de acordo com os seguintes critérios:

- a) Graduação em música

b) Horas de aperfeiçoamento e frequência em curso de música

c) Currículo com experiência técnica.

2- Para efeitos de classificação será atribuído o valor de 1,0 (um) ponto para cada hora de curso frequentado ou ministrado, na área música.

3- Havendo empate entre os candidatos após a classificação deverão ser aplicados os seguintes critérios de desempate em ordem decrescente de valores:

- a) ao que possuir maior experiência técnica no currículo;
- b) ao que possuir maior número de horas de aperfeiçoamento/e ou atualização na função;
- c) ao que possuir maior idade
- d) ao que possuir maior número de dependentes.

1- As listas classificatórias serão divulgadas na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte da Prefeitura Municipal de Paial.

2- O chamamento dar-se-á conforme necessidade de interesse público.

3- Será obedecida a tabela de Isonomia Salarial prevista na Lei Complementar 24/2010.

4- O candidato terá prazo de um dia útil a contar da data da divulgação das listagens para entrar com o pedido de reconsideração, na Secretaria Municipal de Educação, mediante requerimento do interessado.

III- DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

1- Para inscrever-se o candidato terá ficha (modelo próprio) á disposição no local da inscrição, na qual deverão ser anexados os documentos exigidos no item 3.

2- Preenchida a ficha, o candidato deverá revisá-la, ficando após a assinatura inteiramente responsável pelas informações contidas.

3- Em hipótese alguma admitir-se-á a inscrição condicional ou por correspondência, admitindo-se, no entanto, por procuração pública ou particular, a qual deverá ser anexada a ficha de inscrição.

4- O candidato que apresentar declaração ou documento falso terá sua inscrição cancelada e anulados todos os atos dela decorrente.

5- Valerá a inscrição para todo e qualquer efeito como forma expressa de aceitação, por parte do candidato, das normas constantes neste edital.

6- O processo seletivo de que trata este Edital será realizado pela Secretaria Municipal de Educação.

7- A convocação dos candidatos será feita obedecendo a ordem de classificação, para preencher as vagas existentes, sendo que o candidato que não quiser a vaga deverá oficializar sua desistência por escrito.

8- O compute de horas de aperfeiçoamento será feito mediante documentos apresentados no ato da inscrição, onde o candidato concordando com o compute realizado, não tendo, portanto nova oportunidade de revisão do mesmo.

9- Caberá a Secretaria Municipal de Educação a responsabilidade de coordenar o presente Processo Seletivo.

10- A seleção de que trata este edital terá validade para o ano de 2012

11- Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação.

12- Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Paial/SC, 20 de abril 2012

ALDAIR ANTONIO RIGO

Prefeito Municipal

LIDACI LOPES CROMIANSKI

Secretária Municipal de Educação

Palhoça

PREFEITURA

Lei Nº 3.655, de 19 de Abril de 2012.

LEI Nº. 3.655, DE 19 DE ABRIL DE 2012.

ORÇAMENTO. Autoriza o Chefe do Executivo a incluir o Projeto/Atividade: "Praça dos Esportes - Lot. Jardins Coqueiros", no PPA/Quadriênio 2010-2013. LDO/LOA/Exercício de 2012. Lei nº 3.577/2011.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a incluir no Plano Plurianual de Investimentos - PPA - Quadriênio 2010-2013, Lei nº 3.046, de 01 de julho de 2009 o Programa/Função/Sub-função/Projeto/Atividade/Elemento/Fonte de Recurso, abaixo discriminado:

Órgão: 12:00 - SECRETARIA INFRAEST. TRANS. DEF. CIVIL ENERG
Unidade: 12:01 - SECRETARIA INFRAEST. TRANS. DEF. CIVIL. ENERG

Projeto/Atividade: 1.157 - Implantação da Praça de Esportes e Lazer -

Rua: Lauro Muller Lot. Jardim Coqueiros

35 - Programa: Infra estrutura Urbana

Função: 27 - Esporte e Lazer

Sub-Função: 812 - Desporto Comunitário

ELEMENTO:

44.90.00.00.00.00.00.00.1.0108 - Aplicações Diretas R\$ 2.020.000,00

44.90.00.00.00.00.00.00.1.0000 - Aplicações Diretas R\$ 11.858,74

Art. 2º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a incluir na Lei de Diretrizes Orçamentária - LDO, do Exercício de 2012, Lei nº 3.576, de 28 de dezembro de 2011, o Programa/Função/Sub-função/Projeto/Atividade/Elemento/Fonte de Recurso, abaixo discriminado:

Órgão: 12:00 - SECRETARIA INFRAEST. TRANS. DEF. CIVIL ENERG
Unidade: 12:01 - SECRETARIA INFRAEST. TRANS. DEF. CIVIL. ENERG

Projeto/Atividade: 1.157 - Implantação da Praça de Esportes e Lazer -

Rua: Lauro Muller Lot. Jardim Coqueiros

35 - Programa: Infra estrutura Urbana

Função: 27 - Esporte e Lazer

Sub-Função: 812 - Desporto Comunitário

ELEMENTO:

44.90.00.00.00.00.00.00.1.0108 - Aplicações Diretas R\$ 2.020.000,00

44.90.00.00.00.00.00.00.1.0000 - Aplicações Diretas R\$ 11.858,74

Art. 3º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Especial no Orçamento da Prefeitura Municipal de Palhoça, até o valor de R\$ 2.031.858,74 (dois milhões, trinta e um mil, oitocentos e cinquenta e oito reais e setenta e quatro centavos), para o exercício de 2012, Lei nº 3.577, de 28 de dezembro de 2011 o Programa/Função/Sub-função/Projeto/Atividade/Elemento/Fonte de Recurso, abaixo discrimina-do:

Órgão: 12:00 - SECRETARIA INFRAEST. TRANS. DEF. CIVIL ENERG
Unidade: 12:01 - SECRETARIA INFRAEST. TRANS. DEF. CIVIL. ENERG

Projeto/Atividade: 1.157 - Implantação da Praça de Esportes e Lazer -

Rua: Lauro Muller Lot. Jardim Coqueiros

35 - Programa: Infra estrutura Urbana

Função: 27 - Esporte e Lazer

Sub-Função: 812 - Desporto Comunitário

ELEMENTO:

44.90.00.00.00.00.00.00.1.0108 - Aplicações Diretas R\$ 2.020.000,00

44.90.00.00.00.00.00.00.1.0000 - Aplicações Diretas R\$ 11.858,74

Art. 4º A suplementação do crédito adicional especial a que se refere o artigo 3º desta Lei, correrá por conta do provável excesso de arrecadação de recursos oriundos do Orçamento da União/OGU, através da Caixa Econômica Federal FR 01.0108, no valor de R\$ 2.020.000,00 (dois milhões e vinte e mil reais) e R\$ 11.858,74 (onze mil, oitocentos e cin-quenta e oito reais e setenta e quatro centavos), por conta da anulação abaixo discriminada:

Órgão: 12:00 - SECRETARIA INFRAEST. TRANS. DEF. CIVIL ENERG
Unidade: 12:01 - SECRETARIA INFRAEST. TRANS. DEF. CIVIL. ENERG

Projeto/Atividade: Funcionamento e Manutenção da Secretaria de Obras

ELEMENTO:

Red. 165 - 33.90.00.00.00.00.00.00.1.0000 - Aplicações Diretas R\$ 11.858,74

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Palhoça, 19 de abril de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

Decreto Nº 1.384, de 17 de Abril de 2012.

DECRETO Nº 1.384, DE 17 DE ABRIL DE 2012.

REMISSÃO. Institui a Comissão de Julgamento para os processos de Remis-são e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

No uso de suas atribuições e,

Considerando a exigência do Banco Interamericano do Desenvolvimento - BID para a existência de uma Unidade Executora Municipal para gerir o Programa, resolve

DECRETAR:

Art. 1º Fica instituída a Comissão de julgamento dos processos de Remissão da Prefeitura Municipal de Palhoça.

Parágrafo único. A Comissão de julgamento dos processos de Remissão deverá realizar reuniões com o objetivo de analisar, discutir e emitir parecer opinativo sobre a concessão da Remissão, com base no parecer da Assistente Social designada para esta função, na Secretaria da Receita e dos documentos apensos ao processo.

Art. 2º A referida Comissão será composta pelos seguintes servidores municipais:

I - Assistente Social - Simone Domingues;

II - Assistente Social - Adriana Fernanda Costa;

III - Técnico da Secretaria da Receita - Elizete Schmitt; e

IV - Representante da Procuradoria Geral do Município - Marco Jacó Fuck.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 17 de abril de 2012.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

Decreto Nº 1.385, de 18 de Abril de 2012.

DECRETO Nº 1.385, DE 18 DE ABRIL DE 2012.

SOLO CRIADO. Regulamenta o art. 3º e 7º da Lei Complementar Municipal nº 109, de 24 de agosto de 2011 e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,
No uso de suas atribuições, resolve

DECRETAR:

Art. 1º Para pleitear o benefício da alínea "a", do inciso II do art. 3º da Lei Complementar nº 109, de 14 de agosto de 2011, o sistema de coleta de águas reaproveitadas deverá estar presente em todos os vasos sanitários do empreendimento.

Art. 2º O imóvel que vier a receber o Solo Criado poderá aumentar em até 50% (cinquenta por cento) o número de pavimentos além do gabarito máximo permitido e ter sua Taxa de Ocupação aumentada em até 20% (vinte por cento) da taxa original, respeitando os afastamentos laterais, fundos e recuos frontais mínimos exigidos conforme leis vigentes;

Art. 3º Fica definida em 75% (setenta e cinco por cento) a Taxa de Ocupação máxima dos pavimentos garagens estabelecida pelo art. 7º da Lei Complementar nº 109, de 24 de agosto de 2011, não incluindo pilotis, pois o mesmo deverá seguir a projeção da Torre;

Parágrafo Único: Os pavimentos garagens "extra" que forem criados e beneficiados pelo Art. 7º da Lei Complementar nº 109, de 24 de agosto de 2011, serão computados no índice de aproveitamento como Solo Criado;

Art. 4º Poderá ser calculado a medida do Afastamento Lateral e fundo, e o Recuo Frontal da Torre independentemente por pavimento ou por conjunto de pavimentos respeitando o mínimo de 1,50 metros para o Afastamento Lateral e Fundos, e a fórmula da Lei Municipal 2.850 de 23 de Abril de 2008, com o mínimo de 4,00 (quatro) metros para os usos residenciais e de 5,00 (cinco) metros para os usos não residenciais para o Recuo Frontal.

Parágrafo Único: Entende-se por Torre o conjunto de pavimentos erguidos acima dos pavimentos garagens ou pilotis.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 18 de abril de 2012.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

Ato Nº. 131/2012.

ATO Nº. 131/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR FÁBIO COELHO, do cargo de Provimento em Comissão de Diretor Geral de Infraestrutura e Urbanismo, Nível AD-DG,

Quadro de Pessoal da Secretaria de Infraestrutura, Transportes e Defesa Civil, da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 05/04/2012.

Palhoça, SC, em 26 de março de 2012.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

Ato Nº. 132/2012.

ATO Nº. 132/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR EDUARDO FRECCIA, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Secretário do Desenvolvimento Regional da Ponte do Imaruim, Turismo, Esportes e Lazer, Nível N/C, Quadro de Pessoal da Secretaria do Desenvolvimento Regional da Ponte do Imaruim, Turismo, Esportes e Lazer, da Administração Direta, de acordo com a Lei Complementar nº. 25 de 14 de fevereiro de 2005, com as alterações das Leis Complementares nº. 28, de 30 de junho de 2005, nº. 37, de 26 de setembro de 2005 e 61, de 31 de janeiro de 2008, com efeitos a contar de 02/04/2012.

Palhoça, SC, em 28 de março de 2012.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

Ato Nº. 133/2012.

ATO Nº. 133/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR MILTON LUIZ ESPINDOLA, para o cargo de Provimento em Comissão de Diretor Executivo, Nível NC, do Quadro de Pessoal do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Palhoça, da Administração Indireta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 102 de 06 de abril de 2011, com efeitos a contar de 02/04/2012.

Palhoça, SC, em 28 de março de 2012.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

Ato Nº. 134/2012.

ATO Nº. 134/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR MIRIAM RAIMUNDO DA SILVA, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Secretária de Assistência Social, Nível NC, Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social, da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 102, de 06 de abril de 2011, com efeitos a contar de 02/04/2012.

Palhoça, SC, em 28 de março de 2012.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

Ato Nº. 135/2012.
ATO Nº. 135/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR GEAN KARLO MEDEIROS, para ocupar o cargo de Pro-
vimento em Comissão de Superintendente de Saúde, Nível NC,
Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde e Medicina Preventiva,
da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei
Complementar nº. 116, de 14 de dezembro de 2011 e Decreto
nº. 1.354, de 01 de fevereiro de 2012, com efeitos a contar de
02/04/2012.

Palhoça, SC, em 29 de março de 2012.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde e Medicina Preventiva.

Ato Nº. 136/2012.
ATO Nº. 136/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso
de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70,
79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR CARLOS ALBERTO ERICKSSON, do cargo de Provimen-
to em Comissão de Assessor III, Nível AD-ASS-3, Quadro de Pes-
soal da Secretaria de Infraestrutura, Transpor-tes e Defesa Civil,
da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de
04/04/2012.

Palhoça, SC, em 29 de março de 2012.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

Ato Nº. 137/2012.
ATO Nº. 137/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso
de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70,
79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR GLEZICA DA ROSA MULLER, para ocupar o cargo de Pro-
vimento em Comissão de Assessor III, Nível AD-ASS-3, Quadro
de Pessoal da Secretaria da Assistência Social, da Administração
Direta, de acordo com a Lei Complementar nº. 102 de 06 de abril
de 2011 e De-creto nº. 1.299, de 01 de agosto de 2011, a contar
de 23/03/2012.

Palhoça, SC, em 29 de março de 2012.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

Ato Nº. 138/2012.
ATO Nº. 138/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso
de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70,

79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR NEREU CAPISTRANO FILHO, para ocupar o cargo de
Provimento em Comissão de Secretário de Desenvolvimento da
Região Sul e Turismo, Nível NC, Quadro de Pessoal da Secretaria
de Desenvolvimento da Região Sul e Turismo, da Administração
Direta, de acordo com a Lei Complementar nº. 102 de 06 de abril
de 2011, com efeitos a contar de 02/04/2012.

Palhoça, SC, em 02 de abril de 2012.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

Ato Nº. 139/2012.
ATO Nº. 139/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso
de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70,
79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR EDILEUSA CRISTINA BORBA, do cargo de Provimento
em Comissão de Assessor III, Nível AD-ASS-3, Quadro de Pes-
soal da Secretaria de Infraestrutura, Transpor-tes e Defesa Civil,
da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de
02/04/2012.

Palhoça, SC, em 02 de abril de 2012.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

Ato Nº. 141/2012.
ATO Nº. 141/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso
de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70,
79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR SIRLEI DE SOUZA DA ROSA, do cargo de Provimento
em Comissão de As-essor V, Nível AD-ASS-5, do Quadro de Pes-
soal da Secretaria de Assistência Social, da Ad-ministração Direta,
com efeitos a contar de 01/04/2012.

Palhoça, SC, em 02 de abril de 2012.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

Ato Nº. 143/2012.
ATO Nº. 143/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso
de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70,
79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR EDILEUSA CRISTINA BORBA, para ocupar o cargo de
Provimento em Comis-são de Assessor V, Nível AD-ASS-5, Quadro
de Pessoal da Secretaria de Infraestrutura, Transportes e Defesa
Civil, da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei
Complementar nº. 102 de 06 de abril de 2011 e Decreto nº. 1.372,
de 12 de março de 2012, com efeitos a contar de 03/04/2012.

Palhoça, SC, em 02 de abril de 2012.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

Ato Nº. 144/2012.
ATO Nº. 144/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR SIRLEI DE SOUZA DA ROSA, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Assessor V, Nível AD-ASS-5, Quadro de Pessoal da Secretaria de Infraestrutura, Trans-portes e Defesa Civil, da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 102 de 06 de abril de 2011 e Decreto nº. 1.372, de 12 de março de 2012, com efeitos a contar de 03/04/2012.

Palhoça, SC, em 02 de abril de 2012.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

Ato Nº. 145/2012.
ATO Nº. 145/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR DAURI BORGES, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Assessor V, Nível AD-ASS-5, Quadro de Pessoal da Secretaria Regional da Ponte de Imaruim, Espor-te e Lazer, da Administração Direta, de acordo com a Lei Complementar nº. 102 de 06 de abril de 2011 e Decreto nº. 1.349, de 10 de janeiro de 2012, com efeitos a contar de 01/03/2012.

Palhoça, SC, em 02 de abril de 2012.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

Ato Nº. 150/2012.
ATO Nº. 150/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO os termos do Ato nº. 470/2011 e por via de consequência Ratifico e Convalido o Ato nº. 025/2010 para que a exoneração de GEOVANI DA SILVEIRA, do cargo de Provimento em Comissão de Assessor IV, Nível AD-ASS-4, Quadro de Pessoal da Secretaria de Infraestrutura, Transportes e Defesa Civil, da Administração Direta desta Prefeitura, surta seus legais efeitos até decisão com trânsito em julgado nos Autos nº. 2001.058223-8, com efeitos a contar de 31/03/2012, data da publicação de Acórdão pelo Tribunal de Justiça de Santa Catarina.

Palhoça, SC, em 04 de abril de 2012.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

Portaria Nº 0602/2012.
PORTARIA Nº 0602/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR MAURICIO LUIS NASCIMENTO, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 005/2011, no cargo de Pro-fessor (ACT), disciplina Educação Física, Habilitado com Graduação, no (a) Programa Sócio Educativo - PETI, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pes-soal da Administração Direta desta Prefeitura, da Secretaria de Educação e Cultura, com regên-cia de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora ativida-de, no período de 01/03/2012 a 14/12/2012.

Palhoça, SC, em 01 de março de 2012.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS
Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº 0762/2012.
PORTARIA Nº 0762/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR OSMAIR CESAR ESPINDOLA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 005/2011, no cargo de Professor (ACT), disciplina Projetos, Não Habilitado sem Magistério, no (a) Programa Sócio Educati-vo - PETI, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Adminis-tração Direta desta Prefei-tura, da Secretaria de Educação e Cultura, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, no período de 01/03/2012 a 14/12/2012.

Palhoça, SC, em 01 de março de 2012.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS
Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº 0766/2012.
PORTARIA Nº 0766/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR TATIANI TEREZINHA FRANCISCO, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 005/2011, no cargo de Professor (ACT), disciplina Projetos, Habilitado com Graduação, no (a) Programa Sócio Educativo - PETI, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, da Secretaria de Educação e Cultura, com regência de

classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, no período de 01/03/2012 a 14/12/2012.

Palhoça, SC, em 01 de março de 2012.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS
Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº 0766/2012.

PORTARIA Nº 0766/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR TATIANI TEREZINHA FRANCISCO, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 005/2011, no cargo de Professor (ACT), disciplina Projetos, Habilitado com Graduação, no (a) Programa Sócio Educativo - PETI, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, da Secretaria de Educação e Cultura, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, no período de 01/03/2012 a 14/12/2012.

Palhoça, SC, em 01 de março de 2012.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS
Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº 0769/2012.

PORTARIA Nº 0769/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

COLOCAR À DISPOSIÇÃO da DELEGACIA DA COMARCA DE PALHOÇA com ônus para origem NILTON CESAR DA SILVA, matrícula nº. 500393, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Administração e Finanças da Administração Direta, de acordo com Convênio nº. 18655/2009-4, até 07/07/2014.

Palhoça, SC, em 01 de março de 2012.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

Portaria Nº. 0721/2012.

PORTARIA Nº. 0721/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO ITALO DOS SANTOS, de acordo com a Lei 080, de 14 de dezembro de 2009, para ocupar o cargo de Médico Radiologista, com 10 (dez) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Administração Direta Desta Prefeitura,

da Secretaria de Saúde e Medicina Preventiva, pelo período de 12/03/2012 a 30/06/2012.

Palhoça, SC, em 01 de março de 2012.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

ARI LEONEL FILHO
Secretário de Saúde e Medicina Preventiva.

Portaria Nº. 0723/2012.

PORTARIA Nº. 0723/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR LEONARDO DUARTE SCOFIELD, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010 e Decreto nº. 1138 de 01 de julho de 2010, para ocupar o cargo de Psicólogo, com 30 (trinta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Equipe de Álcool e Drogas da Secretaria de Saúde e Medicina Preventiva da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 13/03/2012 a 30/06/2012, aguardando concurso público, de acordo com TAC.

Palhoça, SC, em 01 de março de 2012.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

ARI LEONEL FILHO
Secretário de Saúde e Medicina Preventiva.

Portaria Nº. 0729/2012.

PORTARIA Nº. 0729/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

ALTERAR CARGA HORÁRIA de conformidade com o art. 24, da Lei nº. 1683, de 08 de maio de 2003, dos servidores, abaixo relacionados, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura da Administração Direta desta Prefeitura.

Matrícula	Nome	De	Para	Período
128881	Carmem Helena da Silva	20	30	16/02/2012 a 15/12/2012
128879	Delir Scholsser	15	30	29/02/2012 a 15/12/2012
129017	Julia Adriana Geraldi	20	40	13/02/2012 a 15/12/2012
128898	Marcelo Araujo Figueiredo	30	40	07/03/2012 a 15/12/2012
128863	Mirian Moraes Espindola da Silveira	30	40	02/03/2012 a 15/12/2012
800415	Nadia Helena Andrade Ângelo	20	40	02/02/2012 a 15/12/2012
128896	Paula Cristina Kloppel	20	40	13/02/2012 a 15/12/2012
800637	Rosimeri Ana dos Santos da Silva	20	40	02/02/2012 a 15/12/2012

Palhoça, SC, em 01 de março de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS
Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 0730/2012.
PORTARIA Nº. 0730/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Gratificação de Produtividade aos servidores, con-forme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com base no que dispõe a Lei nº. 073, de 17 de agosto de 2009 e Decreto nº. 1.041, de 26 de janeiro de 2010 e Lei nº. 3.002, de 01 de abril de 2009 e Lei 080, de 14 de dezembro de 2009.

Art. 2º. Alterar Gratificação de Produtividade aos servidores, con-forme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação com efeitos a contar de 01/03/2012.

ANEXO I

NOME	CARGO	DE
Ítalo dos Santos	Médico	80%
Regis Chachamovich	Médico	30%
Ana Paula Pioli	Médico	80%
Paulo Felipe Romandini Brito	Médico	80%
Aline Souza Kracik	Médico	80%
Lucas Torres da Cunha Prata	Médico	80%
Person Antunes de Souza	Médico	80%

ANEXO II

NOME	CARGO	DE	PARA
Raquel Ferreira Jose	Médico	60%	80%
Maikon da Costa	Médico	60%	80%

Palhoça, SC, em 01 de março de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

ARI LEONEL FILHO
Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

Portaria Nº. 0731/2012.
PORTARIA Nº. 0731/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CESSAR FUNÇÃO EXECUTIVA DE CONFIANÇA da servidora MARGARETE APA-RECIDA RACHADEL, Nível AD-FEC-3, Secretária da Escola Básica Neri Brasiliano Martins, do Quadro de Pessoal da Secretaria da Educação da Administração Direta desta Prefeitura, de

acordo com a Lei Complementar nº. 102 de 06 de abril de 2011, com efeitos a contar de 01/03/2012.

Palhoça, SC, em 01 de março de 2012.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS
Secretária da Educação.

Portaria Nº. 0732/2012.
PORTARIA Nº. 0732/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONCEDER HORA ATIVIDADE de 20% (vinte por cento), de acordo com o § 1º, II Lei nº.2.559 de 19 de abril de 2007, a servidora JOSIANE ANITA JOÃO BUNN, matrícula nº. 128941, ocupante da categoria funcional de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta, com efeitos a contar de 27/02/2012.

Palhoça, SC, em 01 de março de 2012.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS
Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 0733/2012.
PORTARIA Nº. 0733/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Gratificação de Produtividade ao funcionário, conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º. Alterar Gratificação de Produtividade ao funcionário, conforme anexo II. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 3º. Cessar Gratificação de Produtividade ao funcionário, conforme anexo III. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 4º. Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação a partir de 01 de março de 2012.

ANEXO I

MATRICULA	NOME	DE
200064	Altair Ataides Leal	150,00
401602	Anderson Weiss Seidler	250,00
401460	Bruna da Silva	150,00
500387	Edésia da S. dos Santos	150,00
401545	Gorete Dimon	50,00
401588	Maria Bernadete Pereira	50,00
300048	Maria da Graça de Sá	150,00
200022	Rita de Cássia da S. de Souza	150,00
300505	Sherem Abreu	150,00
401097	Sidnei Davi Carvalho	500,00

ANEXO II

MATRICULA	NOME	DE	PARA
401403	Ednei Hoffmann	400,00	600,00
400848	Monique Nascimento	200,00	300,00

ANEXO III

MATRICULA	NOME	DE
801617	Adriana Pereira de Oliveira	300,00
801553	Sônia Terezinha T. Eusébio	300,00

Palhoça, SC, em 01 de março de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

Portaria Nº. 0734/2012.

PORTARIA Nº. 0734/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para HELENA MARIA SCHMOELER, matrícula nº. 190020, titular do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 24/10/1997 a 24/10/2002, por 03 (três) meses, a com efeitos a contar de 05/03/2012 à 05/06/2012.

Palhoça, SC, em 01 de março de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS

Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 0735/2012.

PORTARIA Nº. 0735/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para VALDIRA SILVA DE ESPINDOLA, matrícula nº. 190033, titular do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 16/03/2003 a 16/03/2008, por 01 (um) mês, a com efeitos a contar de 01/03/2012 à 01/04/2012.

Palhoça, SC, em 01 de março de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS

Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 0736/2012.

PORTARIA Nº. 0736/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONCEDER AGREGAÇÃO PARA CONCLUSÃO DE CURSOS REGULARES - para a servidora abaixo relacionados de acordo com o Inciso I e II, do Artigo nº. 290, da Lei nº. 096 de 15 de dezembro de 2010, conceder progressão aos funcionários relacionados, com efeitos a contar da data abaixo.

Matrícula	Nome	Curso	Percentual	A partir de
160234	Michelle Gastão da Rosa Perdigão	Pós Graduação	15%	07/02/2012

Palhoça, SC, em 01 de março de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

Portaria Nº. 0737/2012.

PORTARIA Nº. 0737/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

AUTORIZAR WANDERSON RODRIGO DIAS, portador da CNH 524317265, do Quadro de Pessoal da Superintendência da Águas de Palhoça da Administração Direta Desta Prefeitura.

Palhoça, SC, em 01 de março de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

Portaria Nº. 0738/2012.

PORTARIA Nº. 0738/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por:

Conceder licença para tratamento de Saúde aos servidores abaixo relacionados:

Nome do Funcionário	Cargo	Dias	Contar de	CID
Alessandra Lidia Vanelli e Silva	Assistente Administrativo	30	09/01/12	I - F 31
Ana Cristina de J. dos Santos	ASG	04	31/01/12	I - M 75
Ana Paula Rangel	Orientador Educacional	60	18/01/12	I - I 83
Andréia Lourdes Macário	ASG	15	01/02/12	I - I 54-0, II - I 83

Andréia Osvaldina Mafra	Professor	180	21/01/12	I - Z 33
Andréia Pauletti Prezotto	ASG	90	03/02/12	I - F 41-9
Ângela Maria Sarmiento	ASG	90	01/02/12	I - G 56-1, II - G 52-2
Anilso Manoel Botelho	Vigia	90	24/02/12	I - I 26
Assunta Barros	Supervisora Educacional	30	01/02/12	I - Z 54-0
Bianca Melo Farias	Pedagogo	10	16/01/12	I - M 54-3
Camila B. Calegari	Médica	15	27/01/12	I - S 62-3
Cleusa da Silva Anselmo	Professor	90	30/01/12	I - F 41
Cristiane de Souza Assunção	Enfermeiro	45	17/01/12	II - S 60-1
Daniela Guedes Mendes	ACE	05	07/02/12	I - F 32
Diego Burigo Sarda	Técnico em Edificações	36	26/01/12	I - S 93-6
Dilamar Augusto Radaelli	ACE	180	20/04/11	I - F 41-1, II - F 10
Dilamar Augusto Radaelli	ACE	120	20/10/11	I - F 41-1, II - F 10
Eliane Dilha de Azevedo Scherer	Professor	60	06/02/12	I - Z 54-0
Erica Rosane L. Cordeiro	Professor	180	30/01/12	I - Z 33
Eunice B. Martins	Fiscal de Tributos	21	24/01/12	I - Z 54-0
Frida Maria Rosar Friesen	Professor	10	31/01/12	I - F 34, II - F 33
Frida Maria Rosar Friesen	Professor	60	02/02/12	I - F 34, II - F 33
Gabriela Blatt Pereira	Médica	180	26/01/12	I - Z 33
Gabriela Oliveira da Costa	ACS	07	18/01/12	I - F 32
Gedelci Quadros de Oliveira	Monitor	120	11/01/12	I - Z 54-0
Geraldo Nascimento	ACE	05	30/01/12	I - S 60-2
Grasielli Peres da Silva	Professor	120	06/02/12	I - C 50
Irene Michaelles Kovalenko	Orientador Educacional	30	01/02/12	I - M 54
Ivana Carvalho Mendes	Professor	60	08/02/12	I - Z 54-0
Ivana Maria Soares	Professor	120	23/12/11	I - F 31-5
Janice Regina Vieira	Técnico em Enfermagem	07	24/01/12	I - Z 76-3
João F. da Silva	Operador de Máquinas	120	01/03/12	I - Z 54-0
João Nicolau de Farias	Professor	120	27/02/12	I - G 20
Josiane Martins	ASG	30	06/02/12	I - Z 76-3

Karine Z. Pereira Abramawiez	ACS	180	08/12/11	I - Z 33
Kasilda de Souza Weingartner	ASG	35	03/02/12	I - M 54-3
Kelly Vivian dos Santos	Professor	180	19/01/12	I - Z 33
Laenio Pescador	Assessor V	04	31/01/12	I - J 15, II - J03
Lenita Ferreira M. Rabelo	Psicóloga	42	01/02/12	I - Z 76-3
Lourdes Neide Martins	Agente Administrativo	60	01/02/12	I - M 19
Luciana Ballmann Lisboa	Orientadora Educacional	08	31/01/12	I - O 12, II - Z 33
Luciana Ballmann Lisboa	Orientadora Educacional	180	08/02/12	I - O 12, II - Z 33
Luciana Lenir Martins	Merendeira	60	06/02/12	I - M 65, II - M 75
Lucilene Velho Cristiano	Professor	180	19/01/12	I - Z 33
Luiz Cesar da Costa	Motorista	30	25/01/12	I - M 20-1
Luiza Helena dos Santos	Assistente Administrativo	30	19/01/12	I - Z 76-3
Maisa Cristina Pierri	Assistente Administrativo	14	17/01/12	I - Z 76-3
Mara Rubia Pierri	ASG	30	01/02/12	I - Z 54-0
Maria aparecida Souza	ACE	30	26/01/12	I - Z 76-3
Maria da Graça Matos Freitas	Professor	120	16/02/12	II - G 56, II - M 25
Maria de Fátima D. da Silva	Professor	15	02/02/12	I - M 52, II - M 54
Maria de Fátima Marega de Valgas	Professor	120	05/12/11	I - M 79-7, II - M 65, III - M 51
Maria de Lourdes Reginaldo	Assistente Administrativo	10	07/02/12	I - M 54-5
Maria Gorete Flores Pereira	ASG	16	11/01/12	I - M 25-5
Maria Lauretina Leal	Merendeira	10	21/11/11	I - M 65-9, II - M 19
Marileia C. V. Ribas	Psicóloga	10	22/02/12	I - J 38
Marilene Cristina V. Ribas	Psicóloga	15	02/02/12	I - J 38
Marilene Cristina V. Ribas	Psicóloga	09	01/03/12	I - J 38
Marisa Cristiane de Souza	ASO	60	01/02/12	I - Z 54-0
Marlete Maria Ferreira	ASG	90	18/01/12	
Mayconei Boaventura	ASG	05	12/01/12	
Medianeira de Castro	Professor	07	02/02/12	I - M 51-1
Nanci Cecília de O. Veras	Psicólogo	15	26/01/12	I - Z 54-0
Nelson Roberto Scheidt	Motorista	25	31/01/12	I - Z 54-0

Renata Paula Garcia L. Jordani	Pedagogo	14	31/01/12	I - I 83-9
Rita de Cássia Lopes da Silva	Fiscal do Meio Ambiente	30	22/01/12	I - F 32, II - F 42
Runia Mora de Andrade	ACS	30	28/11/11	I - F 41-2, II - F 42
Sandra Lucia S. de Souza	Professor	30	04/01/12	I - F 32-1, II - M 90, III - M 81
Sergio Luiz Lehmkuhl	Assistente Administrativo	60	22/02/12	I - M 75, II - M 54, III - F 32
Silvana Adélia Mafra Flor	ACE	60	07/02/12	I - S 22-3
Sonia Clarice da Costa Morales	ACS	15	17/01/12	
Suely da Silva Dias	Professor	60	06/02/12	I - Z 54-0
Vanderleia Souza Dias	Professor	180	16/11/12	I - Z 33
Verginia Bom-bazar	ASG	50	07/02/12	I - O 21
Vitor Sodré Dias	Assistente Administrativo	30	01/02/12	I - Z 54-0

Palhoça, SC, em 01 de março de 2012.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
 Prefeito Municipal

Portaria Nº. 0739/2012.
 PORTARIA Nº. 0739/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, JENECEI SALETE VERUS, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 13/03/2012.

Palhoça, SC, em 01 de março de 2012.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
 Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS
 Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 0740/2012.
 PORTARIA Nº. 0740/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, TAUANA WETPHAL, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 14/03/2012.

Palhoça, SC, em 01 de março de 2012.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
 Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS
 Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 0741/2012.
 PORTARIA Nº. 0741/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por:

Conceder Readaptação Funcional de acordo com os Artigos 63, 64, 65, 66, 67, 68 e 69 da Lei nº. 097/2010 de 15/12/2010, a servidora RUBIA CRISTIANE DEBIAZI, matrícula nº. 800063, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, a Administração Direta desta Prefeitura.

A servidora encontra-se desempenhando a função de acordo com relatório as folhas 01, item 03.

Pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, a contar de 14/02/2012, de acordo com as folhas 12 e 13.

Palhoça, SC, em 01 de março de 2012.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
 Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS
 Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 0742/2012.
 PORTARIA Nº. 0742/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por:

Conceder Readaptação Funcional de acordo com os Artigos 63, 64, 65, 66, 67, 68 e 69 da Lei nº. 097/2010 de 15/12/2010, a servidora SANDRA LUCIA SILVEIRA DE SOUZA, matrícula nº. 800811, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, a Administração Direta desta Prefeitura.

A servidora encontra-se desempenhando a função de acordo com relatório as folhas 06, item 03.

Pelo período de 01 (um) ano, a contar de 05/02/2012, de acordo com as folhas 14 e 15.

Palhoça, SC, em 01 de março de 2012.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
 Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS
 Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 0743/2012.

PORTARIA Nº. 0743/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Muni-cípio, para avaliar capacidade laborativa conclui por:

Conceder Readaptação Funcional de acordo com os Artigos 63, 64,65,66,67,68 e 69 da Lei nº. 097/2010 de 15/12/2010, a servidora ROSINEI MARIA MARTINS, matrícula nº. 800234, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultu-ra, a Administração Direta desta Prefeitura.

A servidora encontra-se desempenhando a função de acordo com relatório as folhas 01, item 03.

Pelo período de 01 (um) ano, a contar de 01/02/2012, de acordo com às folhas 13 e 14.

Palhoça, SC, em 01 de março de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS

Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 0744/2012.

PORTARIA Nº. 0744/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Muni-cípio, para avaliar capacidade laborativa conclui por:

Conceder Readaptação Funcional de acordo com os Artigos 63, 64,65,66,67,68 e 69 da Lei nº. 097/2010 de 15/12/2010, a servidora MEDIANEIRA DE CASTRO, matrícula nº. 800438, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultu-ra, a Administração Direta desta Prefeitura.

A servidora encontra-se desempenhando a função de acordo com relatório as folhas 01, item 03.

Pelo período de 01 (um) ano, a contar de 12/02/2012, de acordo com às folhas 15 e 16.

Palhoça, SC, em 01 de março de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS

Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 0745/2012.

PORTARIA Nº. 0745/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Muni-cípio, para avaliar capacidade laborativa conclui por:

Conceder Readaptação Funcional de acordo com os Artigos 63, 64,65,66,67,68 e 69 da Lei nº. 097/2010 de 15/12/2010, a servidora SUELI SCHUTZ MACHADO, matrícula nº. 800600, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultu-ra, a Administração Direta desta Prefeitura.

A servidora encontra-se desempenhando a função de acordo com relatório as folhas 01, item 03.

Pelo período de 01 (um) ano, a contar de 01/02/2012, de acordo com às folhas 17 e 18.

Palhoça, SC, em 01 de março de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS

Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 0746/2012.

PORTARIA Nº. 0746/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Muni-cípio, para avaliar capacidade laborativa conclui por:

Conceder Readaptação Funcional de acordo com os Artigos 63, 64,65,66,67,68 e 69 da Lei nº. 097/2010 de 15/12/2010, a servidora ADRIANA CAMPOS DE SOUZA, matrícula nº. 800200, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultu-ra, a Administração Direta desta Prefeitura.

A servidora encontra-se desempenhando a função de acordo com relatório as folhas 04, item 03.

Pelo período de 01 (um) ano, a contar de 09/02/2012, de acordo com às folhas 08 e 09.

Palhoça, SC, em 01 de março de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS

Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 0747/2012.

PORTARIA Nº. 0747/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Muni-cípio, para avaliar capacidade laborativa conclui por:

Conceder Readaptação Funcional de acordo com os Artigos 63, 64,65,66,67,68 e 69 da Lei nº. 097/2010 de 15/12/2010, a servidora ANGELA ROSA DA SILVA BEPLER, matrícula nº. 800474, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, a Administração Direta desta Prefeitura.

A servidora encontra-se desempenhando a função de acordo com relatório as folhas 11, item 03.

Pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, a contar de 01/02/2012, de acordo com às fo-lhas 22 e 23.

Palhoça, SC, em 01 de março de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS

Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 0748/2012.

PORTARIA Nº. 0748/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Muni-cípio, para avaliar capacidade laborativa conclui por:

Conceder Readaptação Funcional de acordo com os Artigos 63, 64,65,66,67,68 e 69 da Lei nº. 097/2010 de 15/12/2010, a servidora NELI TEREZINHA FIGUEIREDO, matrícula nº. 800148, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultu-ra, a Administração Direta desta Prefeitura.

A servidora encontra-se desempenhando a função de acordo com relatório as folhas 01, item 03.

Pelo período de 60 (sessenta) dias, a contar de 06/02/2012, de acordo com às folhas 12 e 13.

Palhoça, SC, em 01 de março de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS

Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 0749/2012.

PORTARIA Nº. 0749/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Muni-cípio, para avaliar capacidade laborativa conclui por:

Conceder Readaptação Funcional de acordo com os Artigos 63, 64,65,66,67,68 e 69 da Lei nº. 097/2010 de 15/12/2010, a servidora GIDELE GOMES CARDOSO DIRCKSEN, ma-trícula nº. 800739, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educa-ção e Cultura, a Administração Direta desta Prefeitura.

A servidora encontra-se desempenhando a função de acordo com relatório as folhas 01, item 03.

Pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, a contar de 29/02/2012, de acordo com às fo-lhas 22 e 23.

Palhoça, SC, em 01 de março de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS

Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 0750/2012.

PORTARIA Nº. 0750/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Muni-cípio, para avaliar capacidade laborativa conclui por:

Conceder Readaptação Funcional de acordo com os Artigos 55,56,57,58,59,60,61 da Lei nº. 096/2010 de 15/12/2010, a servidora ANA MARIA DE SOUZA VIEIRA, matrícula nº. 800375, titular do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura.

A servidora encontra-se desempenhando a função de acordo com relatório as folhas 02, item 03.

Pelo período de 01 (um) ano, a contar de 01/02/2012, de acordo com às folhas 14, 15.

Palhoça, SC, em 01 de março de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS

Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 0751/2012.

PORTARIA Nº. 0751/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Muni-cípio, para avaliar capacidade laborativa conclui por:

Conceder Readaptação Funcional de acordo com os Artigos 55,56,57,58,59,60,61 da Lei nº. 096/2010 de 15/12/2010, a servidora ANGELA MARIA DE SOUZA CASTRO, matrícula nº. 800375, titular do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura.

A servidora encontra-se desempenhando a função de acordo com relatório as folhas 08, item 03.

Pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, a contar de 01/02/2012, de acordo com às fo-lhas 26, 27.

Palhoça, SC, em 01 de março de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS

Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 0752/2012.
PORTARIA Nº. 0752/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por:

Conceder Readaptação Funcional Definitiva de acordo com os Artigos 63, 64, 65, 66, 67, 68 e 69 da Lei nº. 097/2010 de 15/12/2010, a servidora CLEIDE LIMA PEREIRA, matrícula nº. 800671, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura.

Palhoça, SC, em 01 de março de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS
Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 0753/2012.
PORTARIA Nº. 0753/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por:

Conceder Readaptação Funcional Definitiva de acordo com os Artigos 63, 64, 65, 66, 67, 68 e 69 da Lei nº. 097/2010 de 15/12/2010, a servidora ADRIANA SALAZAR MATIAS, matrícula nº. 800201, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura.

Palhoça, SC, em 01 de março de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS
Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 0754/2012.
PORTARIA Nº. 0754/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por:

Conceder Readaptação Funcional Definitiva de acordo com os Artigos 63, 64, 65, 66, 67, 68 e 69 da Lei nº. 097/2010 de 15/12/2010, a servidora ROSANA MARIA SCHWINDEN, matrícula nº. 800606, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria

de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura.

Palhoça, SC, em 01 de março de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS
Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 0755/2012.
PORTARIA Nº. 0755/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

RECONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO SIRLENE MELLO, de acordo com a Lei nº. 3335/2010 e Edital nº. 008/SMEC/2010, para ocupar o cargo de Agente de Serviços Operacionais, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do GE Professora Maria Luiza de Souza, da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 01/01/2012 a 31/12/2012, por ser gestante de acordo com processo nº. 4471/2012.

Palhoça, SC, em 01 de março de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS
Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 0756/2012.
PORTARIA Nº. 0756/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

RETIFICAR a data de admissão dos Professores Colaboradores da Faculdade Municipal de Palhoça, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, que deverá ser de 01/02/2012 e não como consta nas portarias anteriores.

Palhoça, SC, em 01 de março de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

Portaria Nº. 0757/2012.
PORTARIA Nº. 0757/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

AVERBAR TEMPO DE SERVIÇO da servidora AUREA ALESSANDRA GERLACH, o-cupante da categoria funcional de Professor, lotado (a) na Secretaria de Educação e Cultura, averbar o período que atuou como Monitor, da Prefeitura Municipal de Palhoça, totalizando 07 (sete) meses e 10 (dez) dias, de acordo com artigo 197, 198 e 199, da Lei nº. 097/2010, com efeitos a 16/02/2012.

Palhoça, SC, em 01 de março de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS

Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 0758/2012.

PORTARIA Nº. 0758/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO a Portaria nº. 2690 de 15 de dezembro de 2008 que Averbou tempo de Serviço da servidora ELOINA CAMARGO DE SOUZA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal de Palhoça.

Palhoça, SC, em 01 de março de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

Portaria Nº. 0759/2012.

PORTARIA Nº. 0759/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

AUTORIZAR os servidores abaixo relacionados, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social da Administração Direta Desta Prefeitura, a dirigir veículos da Prefeitura Municipal de Palhoça.

Nome	Registro
Janaina Pereira da Silva	04368478618
Jeisa Ana da Silva	02503309859
Josias João da Silva	04450239700
Mauricio Roque da Silva	02758840037
Neirlene Martins Ângelo	01847576773
Suzana Cardoso da Silva Wierthorn	01607982390
Vânia Fátima Guareski	04146764912

Palhoça, SC, em 01 de março de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

Portaria Nº. 0760/2012.

PORTARIA Nº. 0760/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

AVERBAR TEMPO DE SERVIÇO - do (a) servidor (a) JOÃO MANOEL MARTINS, matrícula nº. 500163, ocupante da categoria funcional de Operador de Máquinas, lotado (a) na Secretaria de Infraestrutura, Transportes e Defesa Civil, averbar o período que pelo INSS, totalizando 11 (onze) anos, 04 (quatro) meses e 23 (vinte e três) dias, de acordo com artigo 180, 181, 182 da lei nº. 096, de 15 de janeiro 2010, e Declaração do INSS as folhas, 02 à 04, com efeitos

a 01/02/2012.

Palhoça, SC, em 01 de março de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

Portaria Nº. 0761/2012.

PORTARIA Nº. 0761/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, IZABEL CRISTINA DOS SANTOS HELLMANN, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 14/03/2012.

Palhoça, SC, em 01 de março de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS

Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 0763/2012.

PORTARIA Nº. 0763/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

RETIFICAR a Portaria 2283 de 01 de setembro de 2009, que Averbou Tempo de Serviço da servidora BENTA MARIA PIRES, do Quadro de Pessoal do Gabinete do Prefeito, da Administração Direta desta Prefeitura, referente ao tempo que deverá ser de 04 (quatro) anos, 09 (nove) meses e 22 (vinte e dois) dias, e não como consta na portaria anterior.

Palhoça, SC, em 01 de março de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

Portaria Nº. 0764/2012.

PORTARIA Nº. 0764/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

AVERBAR TEMPO DE SERVIÇO da servidora MARIA APARECIDA MARTINS CES-CONETO, matrícula nº. 801175, ocupante da categoria funcional de Agente de Serviços Operacionais, lotado (a) na Secretaria de Educação e Cultura, averbar tempo de contribuição pelo INSS, totalizando 10 (dez) anos, 03 (três) meses e 04 (quatro) dias, de acordo com artigo 180, 181, 182 da lei nº. 096, de 15 de janeiro 2010, certidão do INSS às 02, com efeitos a contar de 31/01/2012.

Palhoça, SC, em 01 de março de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS

Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 0765/2012.

PORTARIA Nº. 0765/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

AVERBAR TEMPO DE SERVIÇO da servidora SUELY DA SILVA DIAS, matrícula nº. 800614, ocupante da categoria funcional de Professor, lotado (a) na Secretaria de Educação e Cultura, averbar tempo de contribuição pelo INSS, totalizando 06 (seis) anos, 10 (dez) meses e 27 (vinte e sete) dias, e pelo Estado totalizando 07 (sete) anos, 06 (seis) meses e 17 (dezesete) dias de acordo com artigo 180, 181, 182 da lei nº. 096, de 15 de janeiro 2010, conforme certi-dão fornecida pelo INSS as folhas 03 a 16, Estado 17, certidão RH 02, com efeitos a contar de 13/01/2012.

Palhoça, SC, em 01 de março de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS

Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 0767/2012.

PORTARIA Nº. 0767/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

AVERBAR TEMPO DE SERVIÇO da servidora ROSE MAGALY MARTINS, matrícula nº. 300152, ocupante da categoria funcional de Assistente Administrativo, lotado (a) na Secretaria de Saúde e Medicina Preventiva, averbar o período que pelo INSS, totalizando 01 (um) ano, 10 (dez) meses e 03 (três) dias e averbar o período que pelo Estado, totalizando 11 (onze) anos, 03 (três) meses e 25 (vinte e cinco) dias, de acordo com artigo 180, 181, 182 da lei nº. 096, de 15 de janeiro 2010, e Declaração do INSS as folhas, 04 e 05, Estado 03, RH 02, com efeitos a 28/02/2012.

Palhoça, SC, em 01 de março de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

ARI LEONEL FILHO

Secretário de Saúde e Medicina preventiva.

Portaria Nº. 0768/2012.

PORTARIA Nº. 0768/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

AVERBAR TEMPO DE SERVIÇO da servidora VERONICA MAURINA PEDRO INA-CIO, matrícula nº. 400314, ocupante da categoria funcional de Auxiliar de Enfermagem, lota-do (a) na Secretaria de Saúde e Medicina Preventiva, averbar o período que pelo INSS, totalizando 08 (oito) anos, 08 (oito) meses e 15 (quinze) dias, de acordo com artigo 180, 181, 182 da lei nº. 096, de 15 de janeiro 2010, e Declaração do INSS as folhas, 04 e 05, Estado 03, RH 02, com efeitos a 27/01/2012.

Palhoça, SC, em 01 de março de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

ARI LEONEL FILHO

Secretário de Saúde e Medicina preventiva.

Portaria Nº. 0770/2012.

PORTARIA Nº. 0770/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO RENATA SILVA DE PINHO PEREIRA, de acordo com a Lei nº. 3335/2010 e Edital nº. 008/SMEC/2010, para ocupar o cargo de Me-rendeira, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do CEI Criança Feliz, da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 13/02/2012 a 30/04/2012.

Palhoça, SC, em 01 de março de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS

Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 0771/2012.

PORTARIA Nº. 0771/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO ELISETE MOREIRA DOS SANTOS PITTA, de acordo com a Lei nº. 3335/2010 e Edital nº. 008/SMEC/2010, para ocupar o cargo de Merendeira, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do CEI Caminho do Saber, da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 13/02/2012 a 30/04/2012.

Palhoça, SC, em 01 de março de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS

Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 0772/2012.

PORTARIA Nº. 0772/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO KATIA REGINA DA SILVA ALBINO, de acordo com a Lei nº. 3335/2010 e Edital nº. 008/SMEC/2010, para ocupar o cargo de Me-rendeira, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do CEI Caminho do Saber, da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 13/02/2012 a 30/04/2012.

Palhoça, SC, em 01 de março de 2012.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS
Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 0773/2012.
PORTARIA Nº. 0773/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:
CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO KARLINE PEREIRA CORREA DE O-LIVEIRA, de acordo com a Lei nº. 3335/2010 e Edital nº. 008/SMEC/2010, para ocupar o cargo de Merendeira, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do CEI Realizar, da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 13/02/2012 a 30/04/2012.

Palhoça, SC, em 01 de março de 2012.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS
Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 0774/2012.
PORTARIA Nº. 0774/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:
CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO CLAUDETE DOS SANTOS, de acordo com a Lei nº. 3335/2010 e Edital nº. 008/SMEC/2010, para ocupar o cargo de Merendeira, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do CEI Realizar, da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 13/02/2012 a 30/04/2012, por ser gestante de acordo com processo nº. 4471/2012.

Palhoça, SC, em 01 de março de 2012.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS
Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 0776/2012.
PORTARIA Nº. 0776/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:
CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO ROSIMERI RAMOS, de acordo com a Lei nº. 3335/2010 e Edital nº. 008/SMEC/2010, para ocupar o cargo de Merendeira, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do CEI Realizar, da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo

período de 13/02/2012 a 30/04/2012, por ser gestante de acordo com processo nº. 4471/2012.

Palhoça, SC, em 01 de março de 2012.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS
Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 0777/2012.
PORTARIA Nº. 0777/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:
CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO VERA REGINA PARANHOS SORIA-NO, de acordo com a Lei nº. 3335/2010 e Edital nº. 008/SMEC/2010, para ocupar o cargo de Merendeira, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do CEI Realizar, da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 13/02/2012 a 30/04/2012.

Palhoça, SC, em 01 de março de 2012.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS
Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 0777/2012.
PORTARIA Nº. 0777/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:
CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO VERA REGINA PARANHOS SORIA-NO, de acordo com a Lei nº. 3335/2010 e Edital nº. 008/SMEC/2010, para ocupar o cargo de Merendeira, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do CEI Realizar, da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 13/02/2012 a 30/04/2012.

Palhoça, SC, em 01 de março de 2012.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS
Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 0778/2012.
PORTARIA Nº. 0778/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:
CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO EDUARDO CAMPOS DE OLIVEIRA, de acordo com a Lei 080, de 14 de dezembro de 2009, para ocupar o cargo de Médica Infectologista, com 10 (dez)

horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Administração Direta Desta Pre-feitura, da Secretaria de Saúde e Medicina Preventiva, pelo período de 01/03/2012 a 31/03/2012.

Palhoça, SC, em 01 de março de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

ARI LEONEL FILHO

Secretário de Saúde e Medicina Preventiva.

Portaria Nº. 0779/2012.

PORTARIA Nº. 0779/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO ANDREZA DEMETRIO, de acordo com a Lei nº. 3335/2010 e Edital nº. 008/SMEC/2010, para ocupar o cargo de Agente de Serviços Operacionais, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do CEI Caminho do Saber, da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 13/02/2012 a 30/04/2012.

Palhoça, SC, em 01 de março de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS

Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 0780/2012.

PORTARIA Nº. 0780/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO NINON ROSE APARECIDA VANINI BAKER, de acordo com a Lei nº. 3335/2010 e Edital nº. 008/SMEC/2010, para ocupar o cargo de Agente de Serviços Operacionais, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do CEI Caminho do Saber, da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 13/02/2012 a 30/04/2012.

Palhoça, SC, em 01 de março de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS

Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 0781/2012.

PORTARIA Nº. 0781/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO ANA LÚCIA DO NASCIMENTO, de acordo com a Lei nº. 3335/2010 e Edital nº. 008/SMEC/2010, para ocupar o cargo de Agente de Serviços Operacionais, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do CEI Vó Laura, da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 13/02/2012 a 30/04/2012.

Palhoça, SC, em 01 de março de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS

Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 0782/2012.

PORTARIA Nº. 0782/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO ELIZABETE RODRIGUES MADALENA, de acordo com a Lei nº. 3335/2010 e Edital nº. 008/SMEC/2010, para ocupar o cargo de Agente de Serviços Operacionais, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do CAIC, da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 13/02/2012 a 30/04/2012.

Palhoça, SC, em 01 de março de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS

Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 0783/2012.

PORTARIA Nº. 0783/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO DIRCE NEIDE DE FREITAS, de acordo com a Lei nº. 3335/2010 e Edital nº. 008/SMEC/2010, para ocupar o cargo de Agente de Serviços Operacionais, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 13/02/2012 a 30/04/2012.

Palhoça, SC, em 01 de março de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS

Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 0784/2012.

PORTARIA Nº. 0784/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

ALTERAR NOMENCLATURA da FUNÇÃO GRATIFICADA da servidora MARLI DE SÁ FEITOSA, para DIRETOR DAS CASAS LARES, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei nº. 100, de 30 de dezembro 2010 e Decreto nº. 1.372, de 12 de março de 2012, com efeitos a contar de 12/03/2012.

Palhoça, SC, em 15 de março de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

Portaria Nº. 0785/2012.

PORTARIA Nº. 0785/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

ALTERAR NOMENCLATURA da FUNÇÃO GRATIFICADA do servidor LUIZ RENA-TO ARAÚJO LEAL MEIRELES, para Assessor Técnico, do Quadro de Pessoal da Fundação Cambirela do Meio Ambiente - FCAM da Administração Indireta desta Prefeitura, de acordo com a Lei nº. 100, de 30 de dezembro 2010 e Decreto nº. 1.372, de 12 de março de 2012, com efeitos a contar de 12/03/2012.

Palhoça, SC, em 15 de março de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

Portaria Nº. 0787/2012.

PORTARIA Nº. 0787/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

AVERBAR TEMPO DE SERVIÇO da servidora ANDREIA LOURDES MACHADO, matrícula nº. 300147, ocupante da categoria funcional de Assistente Administrativo, lotado (a) na Secretaria de Desenvolvimento da Agricultura e da Pesca, averbar tempo de contribuição pelo INSS, totalizando 01 (um) ano, 09 (nove) meses e 15 (quinze) dias, de acordo com artigo 180, 181, 182 da lei nº. 096, de 15 de janeiro 2010, conforme certidão fornecida pelo INSS às folhas 03, 04 e 05 e certidão às folhas 02, com efeitos a contar de 16/01/2012.

Palhoça, SC, em 15 de março de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

Portaria Nº. 0788/2012.

PORTARIA Nº. 0788/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

AVERBAR TEMPO DE SERVIÇO da servidora MARISA MARIA DE MELO, matrícula nº. 800226, ocupante da categoria funcional de Professor, lotado (a) na Secretaria de Educação e Cultura, averbar tempo de contribuição pelo INSS, totalizando 01 (um) ano, 03

(três) meses e 06 (seis) dias, de acordo com artigo 180, 181, 182 da lei nº. 096, de 15 de janeiro 2010, con-forme certidão fornecida pelo INSS as folhas 03 e 04 e certidão RH 02, com efeitos a contar de 10/02/2012.

Palhoça, SC, em 15 de março de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS

Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 0789/2012.

PORTARIA Nº. 0789/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

AVERBAR TEMPO DE SERVIÇO da servidora MARIA DE SLOURDES FONTOURA, matrícula nº. 190023, ocupante da categoria funcional de Professor, lotado (a) na Secretaria de Educação e Cultura, averbar tempo de contribuição pelo INSS, totalizando 06 (seis) anos, 03 (três) meses e 21 (vinte e um) dias, de acordo com artigo 180, 181, 182 da lei nº. 096, de 15 de janeiro 2010, conforme certidão fornecida pelo INSS as folhas 03,04 e 05 e certidão RH 02, com efeitos a contar de 06/02/2012.

Palhoça, SC, em 15 de março de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS

Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 0790/2012.

PORTARIA Nº. 0790/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

AVERBAR TEMPO DE SERVIÇO da servidora ROSANE ONDINA DE QUADROS ES-PINDOLA, matrícula nº. 200024, ocupante da categoria funcional de Assistente Administrativo, lotado (a) na Secretaria de Administração, averbar tempo de contribuição pelo INSS, totalizando 08 (oito) anos e 04 (quatro) meses, de acordo com artigo 180, 181, 182 da lei nº. 096, de 15 de janeiro 2010, conforme certidão fornecida pelo INSS às folhas 02, com efeitos a contar de 16/02/2012.

Palhoça, SC, em 15 de março de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

Portaria Nº. 0791/2012.

PORTARIA Nº. 0791/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

AVERBAR TEMPO DE SERVIÇO da servidora VALERIA CHAVES, matrícula nº. 300078, ocupante da categoria funcional de Assistente Administrativo, lotado (a) na Secretaria de Desenvolvimento da Indústria, Comércio e Serviços, averbar tempo de contribuição pelo INSS, totalizando 08 (oito) anos, 06 (seis) meses e 15 (quinze) dias, de acordo com artigo 180, 181, 182 da lei nº. 096, de 15 de janeiro 2010, conforme certidão fornecida pelo INSS às folhas 03, e certidão RH às folhas 02, com efeitos a contar de 07/03/2012.

Palhoça, SC, em 15 de março de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

Portaria Nº. 0792/2012.

PORTARIA Nº. 0792/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

AVERBAR TEMPO DE SERVIÇO da servidora NILZA EGGER MULLER, matrícula nº. 800089, ocupante da categoria funcional de Auxiliar de Serviços Gerais, lotado (a) na Secretaria de Educação e Cultura, averbar tempo de contribuição pelo INSS, totalizando 06 (seis) anos, 10 (dez) meses e 28 (vinte e oito) dias, de acordo com artigo 180, 181, 182 da lei nº. 096, de 15 de janeiro 2010, certidão do INSS às 03,04 e 05 e certidão do RH às folhas 02, com efeitos a contar de 27/02/2012.

Palhoça, SC, em 15 de março de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS
Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 0793/2012.

PORTARIA Nº. 0793/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR LEANDRO ALVES, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010 e Decreto nº. 1138 de 01 de julho de 2010, para ocupar o cargo de Motorista, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde e Medicina Preventiva da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 01/03/2012 a 30/06/2012, aguardando aprovado no concurso.

Palhoça, SC, em 15 de março de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

ARI LEONEL FILHO
Secretário de Saúde e Medicina Preventiva.

Portaria Nº. 0794/2012.

PORTARIA Nº. 0794/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70,

79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR LUIZ PAULO DE OLIVEIRA DA SILVA, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010 e Decreto nº. 1138 de 01 de julho de 2010, para ocupar o cargo de Motorista, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde e Medicina Preventiva da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 01/03/2012 a 30/06/2012, aguardando aprovado no concurso.

Palhoça, SC, em 15 de março de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

ARI LEONEL FILHO

Secretário de Saúde e Medicina Preventiva.

Portaria Nº. 0795/2012.

PORTARIA Nº. 0795/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR MAURO DO AMARAL, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010 e Decreto nº. 1138 de 01 de julho de 2010, para ocupar o cargo de Motorista, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde e Medicina Preventiva da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 01/03/2012 a 30/06/2012, aguardando aprovado no concurso.

Palhoça, SC, em 15 de março de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

ARI LEONEL FILHO

Secretário de Saúde e Medicina Preventiva.

Portaria Nº. 0796/2012.

PORTARIA Nº. 0796/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONCEDER PROGRESSÃO FUNCIONAL HORIZONTAL - para os servidores a-baixo relacionados de acordo com a Lei nº. 097/2011, conceder progressão aos funcionários relacionados, com efeitos a contar da data abaixo.

Matrícula	Nome	Cargo	Nota	Nível atual	Nível fut	A partir de
800635	Lindauro Rosa Espindola	Profª	10,0	DOC - III - D	DOC - III - G	08/10/2009
800493	Marlucy Silveira de Souza Zacchi	Profª	10,0	DOC - IV - C	DOC - IV - F	04/08/2009

Palhoça, SC, em 15 de março de 2012.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
 Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS
 Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 0797/2012.

PORTARIA Nº. 0797/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO DENISE DE FÁTIMA VARELA MOTA, titular do cargo de Técnico em Enfermagem, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta, com efeitos a partir de 20/03/2012.

Palhoça, SC, em 15 de março de 2012.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
 Prefeito Municipal

ARI LEONEL FILHO
 Secretário de Saúde e Medicina Preventiva.

Portaria Nº. 0798/2012.

PORTARIA Nº. 0798/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO TELIS DOS SANTOS CUSTODIO, de acordo com a Lei nº. 3335/2010 e Edital nº. 008/ SMEC/2010, para ocupar o cargo de Merendeira, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do CEI Criança Feliz, da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 13/02/2012 a 30/04/2012.

Palhoça, SC, em 15 de março de 2012.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
 Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS
 Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 0799/2012.

PORTARIA Nº. 0799/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO de acordo com o decreto nº. 1.066, de 01 de março de 2010, ANTONIA DALGLAN DUARDO COSTA, titular do cargo de Agente de Serviços Operacionais, do Quadro

de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 19/03/2012.

Palhoça, SC, em 15 de março de 2012.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
 Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS
 Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 0800/2012.

PORTARIA Nº. 0800/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO de acordo com o decreto nº. 1.066, de 01 de março de 2010, ESTER HOZANA DE OLIVERIA, titular do cargo de Agente de Serviços Operacionais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 20/03/2012.

Palhoça, SC, em 15 de março de 2012.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
 Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS
 Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 0801/2012.

PORTARIA Nº. 0801/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Gratificação de Produtividade aos servidores, conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com base no que dispõe a Lei nº. 073, de 17 de agosto de 2009 e Decreto nº. 1.041, de 26 de janeiro de 2010 e Lei nº. 3.002, de 01 de abril de 2009 e Lei 080, de 14 de dezembro de 2009.

Art. 2º. Alterar Gratificação de Produtividade aos servidores, conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação com efeitos a contar de 01/03/2012.

ANEXO I

NOME	CARGO	DE
Aline Souza Kracik	Médico	60%

ANEXO II

NOME	CARGO	DE	PARA
Gabriela Stopazzoli	Médico	60%	80%

Palhoça, SC, em 15 de março de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

ARI LEONEL FILHO

Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

Portaria Nº. 0802/2012.

PORTARIA Nº. 0802/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR SONIA VIGARANI, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, para ocupar o cargo de Psicólogo, com 30 (trinta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 02/03/2012 a 31/03/2012.

Palhoça, SC, em 15 de março de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

Portaria Nº. 0803/2012.

PORTARIA Nº. 0803/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES para o (a) servidor (a) INÊS SELONIR VERONEZE BEVILANHA, matrícula nº. 800927, ocupante da categoria funcional de Agente de Serviços Operacionais, lotado na Secretaria de Educação e Cultura, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, nos termos do § 2º e § 3º do artigo 170, da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, por um período de 48 (quarenta e oito) meses, com efeitos a contar de 01/04/2012.

Palhoça, SC, em 15 de março de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS

Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 0804/2012.

PORTARIA Nº. 0804/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR CARELITA RODRIGUES, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010 e Decreto nº. 1138 de 01 de julho de 2010, para ocupar o cargo de Agente de Serviços Operacionais, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde e Medicina Preventiva da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 13/02/2012 a 30/06/2012, aguardando aprovado no concurso tomar posse.

Palhoça, SC, em 15 de março de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

ARI LEONEL FILHO

Secretário de Saúde e Medicina Preventiva.

Portaria Nº. 0804/2012.

PORTARIA Nº. 0804/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR CARMELITA RODRIGUES, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010 e Decreto nº. 1138 de 01 de julho de 2010, para ocupar o cargo de Agente de Serviços Operacionais, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde e Medicina Preventiva da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 13/02/2012 a 30/06/2012, aguardando aprovado no concurso tomar posse.

Palhoça, SC, em 15 de março de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

ARI LEONEL FILHO

Secretário de Saúde e Medicina Preventiva.

Portaria Nº. 0805/2012.

PORTARIA Nº. 0805/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por:

Conceder licença para tratamento de Saúde aos servidores abaixo relacionados:

Nome do Funcionário	Cargo	Dias	Contar de	CID
Adriana Fernanda Costa	Assistente Social	15	06/02/12	I - Z 54-0
Cassiana Lucia da Motta	ACS	15	08/02/12	I - M 65-8
Claionara Maria Coelho	Fiscal de Obras	75	08/02/12	I - F 33-2, II - F 31
Dayana Regina Nickel	Professor	180	07/02/12	I - Z 33
Desdete Enair de Menezes	ASG	60	05/02/11	I - Z 76-3
Elisabete Elza Souza	ASO	30	09/02/12	I - Z 76-3
Evellyn Vieira Motta	Professor	15	13/02/12	I - O 12-2
Evellyn Vieira Motta	Professor	180	28/02/12	I - O 12-2
Glauca Cristina Khall	Enfermeiro	180	06/02/12	I - Z 33

Janaina Damiani R. Rogério	Professor	60	06/02/12	I - M 54, II - M 16
Jaqueline Severiano Amaral	Técnico em Enfermagem	17	05/02/12	I - I 80, II - M 79-6
Jessica Correia S. Correia	Assessor I	22	17/01/12	I - O 16, II - Z 33
Jessica Correia S. Correia	Assessor I	180	07/02/12	I - O 16, II - Z 33
João Claudino Gonçalves	Técnico em Contabilidade	07	08/02/12	I - Z 54-0
João dos Santos	ASO	60	09/02/12	I - I 10, II - I 20
Laurete Maria da Silva	Assistente Administrativo	15	09/02/12	I - M 48, II - M 54
Laurete Maria da Silva	Assistente Administrativo	90	25/02/12	I - M 48, II - M 54
Lenir Geni da Silva Cruz	Professor	40	10/02/12	I - F 33-9
Luciamar Prim Correa	Professor	42	08/02/12	I - F 43, II - F 41
Marcio Osvaldo Moreira	ACS	10	08/02/12	I - S 80, II - S 40
Maria Regina Moreira	ASG	120	11/02/12	I - M 54-5, II - M 52
Nila Maria Coelho	ASG	120	16/02/12	I - F 31-5
Rosemeri da Silva Scheidt	Professor	60	09/02/12	I - M 25-5, II - M 65-8, III - M 23-2
Sebastião Natalino Silveira	ASG	150	19/11/11	I - F 20
Tânia Cruz da Silva	ASG	90	02/02/12	I - Z 54-0
Terezinha Maria da Silva	ASG	05	06/02/12	I - Z 54-0
Thatiana Regis	Técnico em Enfermagem	45	07/03/12	II - F 43

Palhoça, SC, em 15 de março de 2012.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
 Prefeito Municipal

Portaria Nº. 0806/2012.
 PORTARIA Nº. 0806/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

AUTORIZAR KARINE ARRUDA FLORES, portador da CNH 266160300, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde e Medicina Preventiva, da Administração Direta Desta Prefeitura.

Palhoça, SC, em 15 de março de 2012.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
 Prefeito Municipal

Portaria Nº. 0807/2012.
 PORTARIA Nº. 0807/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70,

79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

AVERBAR TEMPO DE SERVIÇO da servidora MARIA ELZI PEREIRA, matrícula nº. 300052, ocupante da categoria funcional de Agente Administrativo Auxiliar, lotado (a) na Secretaria de Administração, averbar tempo de contribuição pelo INSS, totalizando 02 (dois) anos, 07 (sete) meses e 27 (vinte e sete) dias, de acordo com artigo 180, 181, 182 da lei nº. 096, de 15 de janeiro 2010, conforme certidão fornecida pelo INSS às folhas 02, com efeitos a contar de 27/02/2012.

Palhoça, SC, em 15 de março de 2012.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
 Prefeito Municipal

Portaria Nº. 0808/2012.
 PORTARIA Nº. 0808/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONCEDER AGREGAÇÃO PARA CONCLUSÃO DE CURSOS REGULARES - para a servidora abaixo relacionados de acordo com o Inciso I e II, do Artigo nº. 290, da Lei nº. 096 de 15 de dezembro de 2010, conceder progressão aos funcionários relacionados, com efeitos a contar da data abaixo.

Matrícula	Nome	Curso	Percentual	A partir de
401104	Karla Garcia Cortez	Pós Graduação	15%	26/01/2012

Palhoça, SC, em 15 de março de 2012.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
 Prefeito Municipal

Portaria Nº. 0824/2012.
 PORTARIA Nº. 0824/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO de acordo com o Artigo 11, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, o (a) servidor (a) LEONARDO SCHMITZ, matrícula nº. 801709, titular do cargo de A-gente de Serviços Operacionais, nomeado através de Concurso Público, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura da Administração Direta, com efeitos a contar de 01/04/2012.

Palhoça, SC, em 15 de março de 2012.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
 Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS
 Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 0825/2012.
 PORTARIA Nº. 0825/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

PRORROGAR OS EFEITOS DA PORTARIA Nº. 0326/2012 do (a) servidor (a) BI-ANCA MEDEIROS, admitida em Caráter Temporário, em conformidade com a Lei N.º2559, de 19 de abril de 2007, no cargo de Professor ACT, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura da Administração Direta, pelo período de 02/04/2012 a 15/12/2012, em substituição a servidora Sandra S. Wagner, que se encontra exercendo suas funções junto a SMEC.

Palhoça, SC, em 15 de março de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS

Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 0826/2012.

PORTARIA Nº. 0826/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

RETIFICAR a Portaria 0353 de 23 de fevereiro de 2012, que Contratou Por Tempo De-terminado a servidora MARIANE ROSA BARBOSA, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, referente a carga horaria que de-verá ser de 20 (vinte) horas/semanais e não como consta na portaria anterior.

Palhoça, SC, em 15 de março de 2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS

Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 0827/2012.

PORTARIA Nº. 0827/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

RETIFICAR a Portaria 0520 de 01 de março de 2012, que Contratou Por Tempo Deter-minado a servidora EUNICE GERONIMO, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, referente a Habilitação que deverá ser de Ha-bilitado com Magistério e não como consta na portaria anterior.

Palhoça, SC, em 15 de março de 2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS

Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 0828/2012.

PORTARIA Nº. 0828/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70,

79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

RETIFICAR a Portaria 0525 de 01 de março de 2012, que Contratou Por Tempo Deter-minado a servidora ORLANDINA LOURDES DE SOUZA, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, referente a Habilitação que deverá ser de Habilitado com Magistério e não como consta na portaria anterior.

Palhoça, SC, em 15 de março de 2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS

Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 0829/2012.

PORTARIA Nº. 0829/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

RETIFICAR a Portaria 0292 de 23 de fevereiro de 2012, que Contratou Por Tempo De-terminado a servidora MARIA ANGELICA FERREIRA, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, referente a Habilitação que deverá ser de Habilitado com Graduação e não como consta na portaria anterior.

Palhoça, SC, em 15 de março de 2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS

Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 0862/2012.

PORTARIA Nº. 0862/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO de acordo com o Artigo 86, da Lei nº. 096 de 15 de dezembro de 2010, o (a) servidor (a) ELAINE MARIA DA SILVA DOS SANTOS, matrícula nº. 100364, titular do cargo de Pedagoga, nomeado através de Concurso Público, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/04/2012.

Palhoça, SC, em 20 de março de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

Portaria Nº. 0863/2012.

PORTARIA Nº. 0863/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, ROSE MARIA DE CAMPOS, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/04/2012.

Palhoça, SC, em 20 de março de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS

Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 0864/2012.

PORTARIA Nº. 0864/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, GISELY NIENKOETTER, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/04/2012.

Palhoça, SC, em 20 de março de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS

Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 0865/2012.

PORTARIA Nº. 0865/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, QUENIA DA SILVA CUNHA RITTA, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/04/2012.

Palhoça, SC, em 20 de março de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS

Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 0866/2012.

PORTARIA Nº. 0866/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097

de 15 de dezembro de 2010, MARIA GORETTI LACERDA NASCIMENTO, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/04/2012.

Palhoça, SC, em 20 de março de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS

Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 0867/2012.

PORTARIA Nº. 0867/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, ROSIANE ALTIVA DA SILVEIRA, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/04/2012.

Palhoça, SC, em 20 de março de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS

Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 0868/2012.

PORTARIA Nº. 0868/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, VIVIANE ROSAR, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/04/2012.

Palhoça, SC, em 20 de março de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS

Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 0869/2012.

PORTARIA Nº. 0869/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, ANGELA HEIDEMANN DA SILVA, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de

Educação e Cultura da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/04/2012.

Palhoça, SC, em 20 de março de 2012.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS
Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 0870/2012.
PORTARIA Nº. 0870/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:
EXONERAR A PEDIDO de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, MONICA REGINA SELL, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/04/2012.

Palhoça, SC, em 20 de março de 2012.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS
Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 0871/2012.
PORTARIA Nº. 0871/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:
EXONERAR A PEDIDO de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, DULCINEIA ANA MOREIRA, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/04/2012.

Palhoça, SC, em 20 de março de 2012.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS
Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 0872/2012.
PORTARIA Nº. 0872/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:
EXONERAR A PEDIDO de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, CRISTIANE MARA SEIDLER, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/04/2012.

Palhoça, SC, em 20 de março de 2012.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS
Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 0873/2012.
PORTARIA Nº. 0873/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:
EXONERAR A PEDIDO de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, SOLANGE DE ABREU, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/04/2012.

Palhoça, SC, em 20 de março de 2012.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS
Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 0873/2012.
PORTARIA Nº. 0873/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:
EXONERAR A PEDIDO de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, SOLANGE DE ABREU, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/04/2012.

Palhoça, SC, em 20 de março de 2012.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS
Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 0881/2012.
PORTARIA Nº. 0881/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:
NOMEAR POR CONCURSO JANAINA TRUPPEL, para ocupar o cargo da categoria funcional de Professor Educação Infantil, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do (a) CEI Vão Livre, da Secretaria Municipal de Educação e Cultura da Administração, da Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 001/2010, homologado em 15/04/2010, conforme a Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 02/04/2012.

Palhoça, SC, em 20 de março de 2012.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS
Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 0882/2012.
PORTARIA Nº. 0882/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:
NOMEAR POR CONCURSO MARIA GORETTI LACERDA NASCIMENTO, para ocupar o cargo da categoria funcional de Professor Educação Infantil, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do (a) CEI Anjinho da Guarda, da Secretaria Municipal de Educação e Cultura da Administração, da Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 001/2010, homologado em 15/04/2010, conforme a Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 02/04/2012.

Palhoça, SC, em 20 de março de 2012.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS
Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 0883/2012.
PORTARIA Nº. 0883/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:
NOMEAR POR CONCURSO GEOVANNA KRUGER NUNES, para ocupar o cargo da categoria funcional de Professor Educação Infantil, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do (a) CAIC - Centro de Atenção Integral a Criança e ao Adolescente - Profº. Febrônio Tancredo de Oliveira, da Secretaria Municipal de Educação e Cultura da Administração, da Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 001/2010, homologado em 15/04/2010, conforme a Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 02/04/2012.

Palhoça, SC, em 20 de março de 2012.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS
Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 0884/2012.
PORTARIA Nº. 0884/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:
NOMEAR POR CONCURSO JOSIANE APARECIDA DA ROSA, para ocupar o cargo da categoria funcional de Professor Educação Infantil, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do (a) CEI Anjinho da Guarda, da Secretaria Municipal de Educação e Cultura da Administração, da Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 001/2010, homologado em 15/04/2010, conforme a Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 02/04/2012.

Palhoça, SC, em 20 de março de 2012.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS
Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 0885/2012.
PORTARIA Nº. 0885/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:
NOMEAR POR CONCURSO QUENIA DA SILVA CUNHA RITTA, para ocupar o cargo da categoria funcional de Professor Educação Infantil, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do (a) CEI Vôo Livre, da Secretaria Municipal de Educação e Cultura da Administração, da Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 001/2010, homologado em 15/04/2010, conforme a Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 02/04/2012.

Palhoça, SC, em 20 de março de 2012.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS
Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 0886/2012.
PORTARIA Nº. 0886/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:
NOMEAR POR CONCURSO ELIZABETE DE QUADROS ESPINDOLA, para ocupar o cargo da categoria funcional de Professor Educação Infantil, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do (a) CEI Maricota, da Secretaria Municipal de Educação e Cultura da Administração, da Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 001/2010, homologado em 15/04/2010, conforme a Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 02/04/2012.

Palhoça, SC, em 20 de março de 2012.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS
Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 0887/2012.
PORTARIA Nº. 0887/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR POR CONCURSO SIMONE PEREIRA, para ocupar o cargo da categoria funcional de Professor Educação Infantil, com carga horária de 40 (quarenta) ho-ras/semanais, do Quadro de Pessoal do (a) CEI Vão Livre, da Secretaria Municipal de Educação e Cultura da Administração, da Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 001/2010, homologado em 15/04/2010, conforme a Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 02/04/2012.

Palhoça, SC, em 20 de março de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS
Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 0888/2012.
PORTARIA Nº. 0888/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR POR CONCURSO ROSIANE ALTIVA DA SILVEIRA, para ocupar o cargo da categoria funcional de Professor Educação Infantil, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do (a) CEI Maricota, da Secretaria Municipal de Educação e Cultura da Administração, da Direta desta Prefeitura, admitido através de Concur-so Público Edital nº. 001/2010, homologado em 15/04/2010, conforme a Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 02/04/2012.

Palhoça, SC, em 20 de março de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS
Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 0889/2012.
PORTARIA Nº. 0889/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR POR CONCURSO VIVIANE ROSAR, para ocupar o cargo da categoria funcional de Professor Educação Infantil, com carga horária de 40 (quarenta) ho-ras/semanais, do Quadro de Pessoal do (a) CEI Aprender Brincando, da Secretaria Municipal de Educação e Cultura da Administração, da Direta desta Prefeitura, admitido através de Concur-so Público Edital nº. 001/2010, homologado em 15/04/2010, conforme a Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 02/04/2012.

Palhoça, SC, em 20 de março de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS
Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 0890/2012.
PORTARIA Nº. 0890/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR POR CONCURSO MARIA JOSELIA HORSTMANN FE-LIS-BINO, para ocupar o cargo da categoria funcional de Professor Educação Infantil, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do (a) CEI Romeu e Julie-ta, da Secretaria Municipal de Educação e Cultura da Administração, da Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 001/2010, homologado em 15/04/2010, conforme a Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 02/04/2012.

Palhoça, SC, em 20 de março de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS
Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 0891/2012.
PORTARIA Nº. 0891/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR POR CONCURSO LUZIANIA MEURER GERALDO, para ocupar o cargo da categoria funcional de Professor Educação Infantil, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do (a) CEI Ulisses Guimarães, da Secretaria Municipal de Educação e Cultura da Administração, da Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 001/2010, homologado em 15/04/2010, conforme a Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 02/04/2012.

Palhoça, SC, em 20 de março de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS
Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 0892/2012.
PORTARIA Nº. 0892/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR POR CONCURSO ANGELA HEIDEMANN DA SILVA, para ocupar o cargo da categoria funcional de Professor Educação

Infantil, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do (a) CEI Romeu e Julieta, da Secretaria Municipal de Educação e Cultura da Administração, da Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 001/2010, homologado em 15/04/2010, conforme a Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 02/04/2012.

Palhoça, SC, em 20 de março de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS

Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 0893/2012.

PORTARIA Nº. 0893/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR POR CONCURSO MONICA REGINA SELL, para ocupar o cargo da categoria funcional de Professor Educação Infantil, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do (a) CEI Padre Réus, da Secretaria Municipal de Educação e Cultura da Administração, da Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 001/2010, homologado em 15/04/2010, conforme a Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 02/04/2012.

Palhoça, SC, em 20 de março de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS

Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 0894/2012.

PORTARIA Nº. 0894/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR POR CONCURSO SUZANA SEMIENTCOSKI, para ocupar o cargo da categoria funcional de Professor Educação Infantil, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do (a) CEI Criança Feliz, da Secretaria Municipal de Educação e Cultura da Administração, da Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 001/2010, homologado em 15/04/2010, conforme a Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 02/04/2012.

Palhoça, SC, em 20 de março de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS

Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 0895/2012.

PORTARIA Nº. 0895/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR POR CONCURSO DEISE ANA RIOS, para ocupar o cargo da categoria funcional de Professor Educação Infantil, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do (a) CEI Ulisses Guimarães, da Secretaria Municipal de Educação e Cultura da Administração, da Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 001/2010, homologado em 15/04/2010, conforme a Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 02/04/2012.

Palhoça, SC, em 20 de março de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS

Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 0896/2012.

PORTARIA Nº. 0896/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR POR CONCURSO MARINETE BENTA DA SILVEIRA DE SOUZA, para ocupar o cargo da categoria funcional de Professor Educação Infantil, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do (a) CEI Argemira Farias da Silveira, da Secretaria Municipal de Educação e Cultura da Administração, da Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 001/2010, homologado em 15/04/2010, conforme a Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 02/04/2012.

Palhoça, SC, em 20 de março de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS

Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 0897/2012.

PORTARIA Nº. 0897/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR POR CONCURSO MARI A DOS PRAZERES DE MATOS, para ocupar o cargo da categoria funcional de Professor Educação Infantil, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do (a) CAIC - Centro de Atenção Integral a Criança e ao Adolescente - Profº. Febrônio Tancredo de Oliveira, da Secretaria Municipal de Educação e Cultura da Administração, da Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 001/2010, homologado em 15/04/2010, conforme a Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de

02/04/2012.

Palhoça, SC, em 20 de março de 2012.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS
Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 0898/2012.
PORTARIA Nº. 0898/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR POR CONCURSO TACILDA DE FREITAS DE SOUZA, para ocupar o cargo da categoria funcional de Professor Educação Infantil, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do (a) CEI Ulisses Guimarães, da Secretaria Municipal de Educação e Cultura da Administração, da Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 001/2010, homologado em 15/04/2010, conforme a Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 02/04/2012.

Palhoça, SC, em 20 de março de 2012.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS
Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 0899/2012.
PORTARIA Nº. 0899/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR POR CONCURSO ROSE MARIA DE CAMPOS, para ocupar o cargo da categoria funcional de Professor Educação Infantil, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do (a) CEI Anjinho da Guarda, da Secretaria Municipal de Educação e Cultura da Administração, da Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 001/2010, homologado em 15/04/2010, conforme a Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 02/04/2012.

Palhoça, SC, em 20 de março de 2012.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS
Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 0900/2012.
PORTARIA Nº. 0900/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR POR CONCURSO HAGABI JESUS MATTOS, para ocupar o cargo da categoria funcional de Professor Educação Infantil, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do (a) CEI Anjinho da Guarda, da Secretaria Municipal de Educação e Cultura da Administração, da Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 001/2010, homologado em 15/04/2010, conforme a Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 02/04/2012.

Palhoça, SC, em 20 de março de 2012.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS
Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 0901/2012.
PORTARIA Nº. 0901/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR POR CONCURSO ANISIA TRUPPEL, para ocupar o cargo da categoria funcional de Professor Educação Infantil, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do (a) CEI Aprender Brincando, da Secretaria Municipal de Educação e Cultura da Administração, da Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 001/2010, homologado em 15/04/2010, conforme a Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 02/04/2012.

Palhoça, SC, em 20 de março de 2012.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS
Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 0902/2012.
PORTARIA Nº. 0902/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR POR CONCURSO NATAN PAMPLONA GOULART, para ocupar o cargo da categoria funcional de Professor Educação Infantil, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do (a) CEI Vôo Livre, da Secretaria Municipal de Educação e Cultura da Administração, da Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 001/2010, homologado em 15/04/2010, conforme a Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 02/04/2012.

Palhoça, SC, em 20 de março de 2012.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS
Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 0903/2012.

PORTARIA Nº. 0903/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR POR CONCURSO ANDRÉA NAPOLEÃO, para ocupar o cargo da categoria funcional de Professor Educação Infantil, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do (a) CEI Criança Esperança, da Secretaria Municipal de Educação e Cultura da Administração, da Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 001/2010, homologado em 15/04/2010, conforme a Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 02/04/2012.

Palhoça, SC, em 20 de março de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS

Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 0904/2012.

PORTARIA Nº. 0904/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR POR CONCURSO GISELY NIENKOETTER, para ocupar o cargo da categoria funcional de Professor Educação Infantil, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do (a) CEI Criança Feliz, da Secretaria Municipal de Educação e Cultura da Administração, da Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 001/2010, homologado em 15/04/2010, conforme a Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 02/04/2012.

Palhoça, SC, em 20 de março de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS

Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 0905/2012.

PORTARIA Nº. 0905/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR POR CONCURSO MARLETE ROCHA, para ocupar o cargo da categoria funcional de Professor Educação Infantil, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do (a) CEI Padre Réus, da Secretaria Municipal de Educação e Cultura da Administração, da Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 001/2010, homologado em 15/04/2010, conforme a Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 02/04/2012.

Palhoça, SC, em 20 de março de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS

Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 0906/2012.

PORTARIA Nº. 0906/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR POR CONCURSO TATIANA ROSEMAR DE ABREU, para ocupar o cargo da categoria funcional de Professor Educação Infantil, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do (a) CEI Maricota, da Secretaria Municipal de Educação e Cultura da Administração, da Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 001/2010, homologado em 15/04/2010, conforme a Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 02/04/2012.

Palhoça, SC, em 20 de março de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS

Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 0907/2012.

PORTARIA Nº. 0907/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR POR CONCURSO VALDIRENE MARIA DA SILVA RI-GHO, para ocupar o cargo da categoria funcional de Professor Educação Infantil, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do (a) CEI Argemira Farias da Silveira, da Secretaria Municipal de Educação e Cultura da Administração, da Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 001/2010, homologado em 15/04/2010, conforme a Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 02/04/2012.

Palhoça, SC, em 20 de março de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS

Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 0908/2012.

PORTARIA Nº. 0908/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR POR CONCURSO MÁRCIA ELIZA DE SOUZA, para ocupar o cargo da categoria funcional de Professor Educação Infantil, com

carga horária de 40 (qua-renta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do (a) CEI Vão Livre, da Secretaria Municipal de Educação e Cultura da Administração, da Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 001/2010, homologado em 15/04/2010, conforme a Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 02/04/2012.

Palhoça, SC, em 20 de março de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS

Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 0909/2012.

PORTARIA Nº. 0909/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR POR CONCURSO ELISIANE COELHO, para ocupar o cargo da categoria funcional de Professor Educação Infantil, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do (a) CEI Argemira Farias da Silveira, da Secretaria Municipal de Educação e Cultura da Administração, da Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 001/2010, homologado em 15/04/2010, conforme a Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 02/04/2012.

Palhoça, SC, em 20 de março de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS

Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 0910/2012.

PORTARIA Nº. 0910/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR POR CONCURSO ELAINE MARIA DA SILVA DOS SANTOS, para ocupar o cargo da categoria funcional de Professor Educação Infantil, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do (a) CEI Vão Livre, da Secretaria Municipal de Educação e Cultura da Administração, da Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 001/2010, homologado em 15/04/2010, conforme a Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 02/04/2012.

Palhoça, SC, em 20 de março de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS

Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 0911/2012.

PORTARIA Nº. 0911/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR POR CONCURSO CLEINICE APARECIDA WESTPHAL, para ocupar o cargo da categoria funcional de Professor Educação Infantil, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do (a) CEI Realizar, da Secretaria Municipal de Educação e Cultura da Administração, da Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 001/2010, homologado em 15/04/2010, conforme a Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 02/04/2012.

Palhoça, SC, em 20 de março de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS

Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 0912/2012.

PORTARIA Nº. 0912/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR POR CONCURSO LUANA PASSOS PIERRI, para ocupar o cargo da categoria funcional de Professor Educação Infantil, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do (a) CAIC - Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente - Profº. Febrônio Tancredo de Oliveira, da Secretaria Municipal de Educação e Cultura da Administração, da Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 001/2010, homologado em 15/04/2010, conforme a Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 02/04/2012.

Palhoça, SC, em 20 de março de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS

Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 0913/2012.

PORTARIA Nº. 0913/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR POR CONCURSO CRISTIANE MARA SEIDLER, para ocupar o cargo da categoria funcional de Professor Educação Infantil, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do (a) CEI Vão Livre, da Secretaria Municipal de Educação e Cultura da Administração, da Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 001/2010, homologado em 15/04/2010, conforme a Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 02/04/2012.

Palhoça, SC, em 20 de março de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS

Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 0914/2012.

PORTARIA Nº. 0914/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR POR CONCURSO SILVANA DA SILVA GIACOMINI, para ocupar o cargo da categoria funcional de Professor Educação Infantil, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do (a) CEI Aprender Brincando, da Secretaria Municipal de Educação e Cultura da Administração, da Direta desta Prefeitura, admitido a-través de Concurso Público Edital nº. 001/2010, homologado em 15/04/2010, conforme a Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 02/04/2012.

Palhoça, SC, em 20 de março de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS

Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 0915/2012.

PORTARIA Nº. 0915/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR POR CONCURSO DULCINEIA ANA MOREIRA, para ocupar o cargo da categoria funcional de Professor Educação Infantil, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do (a) CEI Maricota, da Secretaria Municipal de Educação e Cultura da Administração, da Direta desta Prefeitura, admitido através de Concur-so Público Edital nº. 001/2010, homologado em 15/04/2010, conforme a Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 02/04/2012.

Palhoça, SC, em 20 de março de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS

Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 0916/2012.

PORTARIA Nº. 0916/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR POR CONCURSO EDILENE IZIDORO SCHUTZ, para ocupar o cargo da categoria funcional de Professor Educação Infantil,

com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do (a) CEI Realizar, da Secretaria Municipal de Educação e Cultura da Administração, da Direta desta Prefeitura, admitido através de Concur-so Público Edital nº. 001/2010, homologado em 15/04/2010, conforme a Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 02/04/2012.

Palhoça, SC, em 20 de março de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS

Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 0917/2012.

PORTARIA Nº. 0917/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO de acordo com o Artigo 86, da Lei nº. 096 de 15 de dezembro de 2010, o (a) servidor (a) JANAINA LESSEI, matrícula nº. 300429, titular do cargo de Assistente Administrativo, nomeado através de Concurso Público, do Quadro de Pessoal da Superinten-dência de Controle Interno da Administração Direta, com efeitos a contar de 01/04/2012.

Palhoça, SC, em 20 de março de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

Portaria Nº. 0919/2012.

PORTARIA Nº. 0919/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO de acordo com o Artigo 86, da Lei nº. 096 de 15 de dezembro de 2010, o (a) servidor (a) AMANDA PATERNO SBISSA, matrícula nº. 300416, titular do cargo de Assistente Administrativo, nomeado através de Concurso Público, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Receita e Regularização Tributária, da Administração Direta, com efeitos a contar de 01/04/2012.

Palhoça, SC, em 20 de março de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

Portaria Nº. 0920/2012.

PORTARIA Nº. 0920/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR POR CONCURSO SANDRA CRISTINA CLARINDO, para ocupar o cargo da categoria funcional de Professor Educação Infantil, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do (a) CEI Vão Livre, da Secretaria Municipal de Educação e Cultura da Administração, da Direta desta Prefeitura,

admitido através de Concur-so Público Edital nº. 001/2010, homologado em 15/04/2010, conforme a Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 02/04/2012.

Palhoça, SC, em 20 de março de 2012.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS
Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 0921/2012.

PORTARIA Nº. 0921/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO MARLISE WAGNER LIMA, de acordo com o Artigo 11, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, titular do cargo de Agente de Serviços Operacionais, do Quadro de Pessoal da Faculdade Municipal de Palhoça da Administração Indireta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/04/2012.

Palhoça, SC, em 20 de março de 2012.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

MARIÁH TEREZINHA DO NASCIMENTO PEREIRA
Diretora Executiva da FMP

Portaria Nº. 0923/2012.

PORTARIA Nº. 0923/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para FABIANA DAVILA DA CUNHA, matrícula nº. 400218, titular do cargo de Odontologa, do Quadro de Pessoal da Secretaria da Saúde e Medicina Preventiva da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 10/08/2003 a 10/08/2008, por 01 (um) mês, com e-feitos a contar de 02/04/2012 à 02/05/2012.

Palhoça, SC, em 20 de março de 2012.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

Portaria Nº. 0924/2012.

PORTARIA Nº. 0924/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para ELIANE VIDAL, matrícula nº. 200042, titular do cargo de Técnico em Contabilidade, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Planejamento, de acordo com o Artigo

175 da Lei 096/2010, referente ao quinquênio de 01/03/2004 a 01/03/2009, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 26/03/2012 à 26/04/2012.

Palhoça, SC, em 20 de março de 2012.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

Portaria Nº. 0925/2012.

PORTARIA Nº. 0925/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR JULIANA ALMEIDA, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010 e Decreto nº. 1138 de 01 de julho de 2010, para ocupar o cargo de Psicólogo, com 30 (trinta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde e Medicina Preventiva da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 02/04/2012 a 30/06/2012.

Palhoça, SC, em 20 de março de 2012.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

ARI LEONEL FILHO
Secretário de Saúde e Medicina Preventiva.

Portaria Nº. 0925/2012.

PORTARIA Nº. 0925/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR JULIANA ALMEIDA, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010 e Decreto nº. 1138 de 01 de julho de 2010, para ocupar o cargo de Psicólogo, com 30 (trinta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde e Medicina Preventiva da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 02/04/2012 a 30/06/2012.

Palhoça, SC, em 20 de março de 2012.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde e Medicina Preventiva.

Portaria Nº. 0926/2012.

PORTARIA Nº. 0926/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR MONIKE VENTURA DE SOUZA, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010 e Decreto nº. 1138 de 01 de julho de 2010, para ocupar o cargo de Enfermeiro, com 30 (trinta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde e Medicina Preventiva da Administração Direta Desta Prefeitura,

pelo período de 23/03/2012 a 30/06/2012.

Palhoça, SC, em 20 de março de 2012.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde e Medicina Preventiva.

Portaria Nº. 0927/2012.

PORTARIA Nº. 0927/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATR POR TEMPO DETERMINADO JOÃO ARTHUR LANGE DE LINS NE-VES, de acordo com a Lei 080, de 14 de dezembro de 2009, para ocupar o cargo de Médico Clínico Geral, com 10 (dez) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Administração Direta Desta Prefeitura, da Secretaria de Saúde e Medicina Preventiva, pelo período de 30/03/2012 a 30/06/2012.

Palhoça, SC, em 20 de março de 2012.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde e Medicina Preventiva.

Portaria Nº. 0952/2012.

PORTARIA Nº. 0952/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

REDISTRIBUIR a servidora ANGELA ROSA DA SILVA BEPLER, Matrícula nº. 800474, ocupante da categoria funcional de Professor, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, para a Secretaria de Educação e Cultura, do Quadro de Pessoal da Administração Direta Desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 115, da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, Parecer Jurídico nº. 026/2012 e decreto nº 1.366/2012.

Palhoça, SC, em 20 de março de 2011.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS
Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 0953/2012.

PORTARIA Nº. 0953/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

REDISTRIBUIR o servidor ALESSANDRO MATOS PEREIRA, Matrícula nº. 800465, ocupante da categoria funcional de Professor, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, para a

Secretaria de Educação e Cultura, do Quadro de Pessoal da Administração Direta Desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 115, da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, Parecer Jurídico nº. 026/2012 e decreto nº 1.366/2012.

Palhoça, SC, em 20 de março de 2011.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS
Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 0954/2012.

PORTARIA Nº. 0954/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

REDISTRIBUIR o servidor ALEXANDRE MATOS, Matrícula nº. 800643, ocupante da categoria funcional de Professor, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, para a Secretaria de Educação e Cultura, do Quadro de Pessoal da Administração Direta Desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 115, da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, Parecer Jurídico nº. 026/2012 e decreto nº 1.366/2012.

Palhoça, SC, em 20 de março de 2011.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS
Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 0955/2012.

PORTARIA Nº. 0955/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

REDISTRIBUIR a servidora ANDREIA MEDEIROS KLOPPPEL, Matrícula nº. 190021, ocupante da categoria funcional de Professor, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, para a Secretaria de Educação e Cultura, do Quadro de Pessoal da Administração Direta Desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 115, da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, Parecer Jurídico nº. 026/2012 e decreto nº 1.366/2012.

Palhoça, SC, em 20 de março de 2011.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS
Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 0956/2012.

PORTARIA Nº. 0956/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

REDISTRIBUIR a servidora ANGELITA BERNARDO, Matrícula nº. 800725, ocupante da categoria funcional de Professor, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, para a Secretaria de Educação e Cultura, do Quadro de Pessoal da Administração Direta Desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 115, da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, Parecer Jurídico nº. 026/2012 e decreto nº 1.366/2012.

Palhoça, SC, em 20 de março de 2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS

Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 0957/2012.

PORTARIA Nº. 0957/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

REDISTRIBUIR a servidora ANGELITA SOURILDA TEODORIMO, Matrícula nº. 800683, ocupante da categoria funcional de Professor, com carga horária de 40 (quarenta) ho-ras/semanais, para a Secretaria de Educação e Cultura, do Quadro de Pessoal da Administração Direta Desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 115, da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, Parecer Jurídico nº. 026/2012 e decreto nº 1.366/2012.

Palhoça, SC, em 20 de março de 2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS

Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 0958/2012.

PORTARIA Nº. 0958/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

REDISTRIBUIR a servidora CÁTIA REGINA SORES DA ROSA, Matrícula nº. 800709, ocupante da categoria funcional de Professor, com carga horária de 40 (quarenta) ho-ras/semanais, para a Secretaria de Educação e Cultura, do Quadro de Pessoal da Administração Direta Desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 115, da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, Parecer Jurídico nº. 026/2012 e decreto nº 1.366/2012.

Palhoça, SC, em 20 de março de 2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS

Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 0959/2012.

PORTARIA Nº. 0959/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

REDISTRIBUIR a servidora CLAUDIA MARTTINI DOS SANTOS, Matrícula nº. 801097, ocupante da categoria funcional de Professor, com carga horária de 40 (quarenta) ho-ras/semanais, para a Secretaria de Educação e Cultura, do Quadro de Pessoal da Administração Direta Desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 115, da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, Parecer Jurídico nº. 026/2012 e decreto nº 1.366/2012.

Palhoça, SC, em 20 de março de 2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS

Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 0960/2012.

PORTARIA Nº. 0960/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

REDISTRIBUIR a servidora DANIELA WEINGARTNER, Matrícula nº. 801033, ocupante da categoria funcional de Orientador Educacional, com carga horária de 40 (quarenta) ho-ras/semanais, para a Secretaria de Educação e Cultura, do Quadro de Pessoal da Administração Direta Desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 115, da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, Parecer Jurídico nº. 026/2012 e decreto nº 1.366/2012.

Palhoça, SC, em 20 de março de 2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS

Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 0961/2012.

PORTARIA Nº. 0961/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

REDISTRIBUIR a servidora FATIMA REGINA DE SOUZA RAMOS, Matrícula nº. 190088, ocupante da categoria funcional de Professor, com carga horária de 40 (quarenta) ho-ras/semanais, para a Secretaria de Educação e Cultura, do Quadro de Pessoal da Administração Direta Desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 115, da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, Parecer Jurídico nº. 026/2012 e decreto nº 1.366/2012.

Palhoça, SC, em 20 de março de 2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS
Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 0962/2012.

PORTARIA Nº. 0962/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

REDISTRIBUIR a servidora FERNANDA CRISTINA ROSAR, Matrícula nº. 800652, o-ocupante da categoria funcional de Professor, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, para a Secretaria de Educação e Cultura, do Quadro de Pessoal da Administração Direta Desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 115, da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, Parecer Jurídico nº. 026/2012 e decreto nº 1.366/2012.

Palhoça, SC, em 20 de março de 2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS
Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 0963/2012.

PORTARIA Nº. 0963/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

REDISTRIBUIR a servidora FRIDA MARIA ROSAR THIESEN, Matrícula nº. 800033, o-ocupante da categoria funcional de Professor, com carga horária de 40 (quarenta) ho-ras/semanais, para a Secretaria de Educação e Cultura, do Quadro de Pessoal da Administração Direta Desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 115, da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, Parecer Jurídico nº. 026/2012 e decreto nº 1.366/2012.

Palhoça, SC, em 20 de março de 2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS
Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 0964/2012.

PORTARIA Nº. 0964/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

REDISTRIBUIR o servidor GERONIMO JUTTEL, Matrícula nº. 800496, ocupante da cate-goria funcional de Professor, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, para a Se-cretaria de Educação e Cultura, do Quadro de Pessoal da Administração Direta Desta Prefeitu-ra, de acordo com o Artigo 115, da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, Parecer Jurídico nº. 026/2012 e decreto nº 1.366/2012.

Palhoça, SC, em 20 de março de 2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS

Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 0965/2012.

PORTARIA Nº. 0965/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

REDISTRIBUIR o servidor GRAZIELA CARDOSO, Matrícula nº. 800398, ocupante da ca-tegoria funcional de Professor, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, para a Secretaria de Educação e Cultura, do Quadro de Pessoal da Administração Direta Desta Pre-feitura, de acordo com o Artigo 115, da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, Parecer Jurídico nº. 026/2012 e decreto nº 1.366/2012.

Palhoça, SC, em 20 de março de 2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS

Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 0966/2012.

PORTARIA Nº. 0966/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

REDISTRIBUIR a servidora HELDINAR MARTINS, Matrícula nº. 801054, ocupante da ca-tegoria funcional de Supervisor Escolar, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, para a Secretaria de Educação e Cultura, do Quadro de Pessoal da Administração Direta Desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 115, da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, Parecer Jurídico nº. 026/2012 e decreto nº 1.366/2012.

Palhoça, SC, em 20 de março de 2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS

Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 0967/2012.

PORTARIA Nº. 0967/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

REDISTRIBUIR o servidor JAIR JOAQUIM PEREIRA, Matrícula nº. 801818, ocupante da categoria funcional de Professor, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, para a Secretaria de Educação e Cultura, do Quadro de Pessoal da Administração

Direta Desta Pre-feitura, de acordo com o Artigo 115, da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, Parecer Jurídico nº. 026/2012 e decreto nº 1.366/2012.

Palhoça, SC, em 20 de março de 2011.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS
Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 0968/2012.

PORTARIA Nº. 0968/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

REDISTRIBUIR a servidora JOSIANE CRISTINA COUTO, Matrícula nº. 800847, ocupante da categoria funcional de Professor, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, para a Secretaria de Educação e Cultura, do Quadro de Pessoal da Administração Direta Desta Pre-feitura, de acordo com o Artigo 115, da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, Parecer Jurídico nº. 026/2012 e decreto nº 1.366/2012.

Palhoça, SC, em 20 de março de 2011.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS
Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 0969/2012.

PORTARIA Nº. 0969/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

REDISTRIBUIR a servidora KARINA ZOLIA JACOMELLI ALVES, Matrícula nº. 801099, ocupante da categoria funcional de Professor, com carga horária de 40 (quarenta) ho-ras/semanais, para a Secretaria de Educação e Cultura, do Quadro de Pessoal da Administração Direta Desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 115, da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, Parecer Jurídico nº. 026/2012 e decreto nº 1.366/2012.

Palhoça, SC, em 20 de março de 2011.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS
Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 0970/2012.

PORTARIA Nº. 0970/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

REDISTRIBUIR a servidora LILIAN REGINA ALVES DA ROSA, Matrícula nº. 800737, ocupante da categoria funcional de Professor, com carga horária de 40 (quarenta) ho-ras/semanais, para a Secretaria de Educação e Cultura, do Quadro de Pessoal da Administração Direta Desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 115, da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, Parecer Jurídico nº. 026/2012 e decreto nº 1.366/2012.

Palhoça, SC, em 20 de março de 2011.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS
Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 0971/2012.

PORTARIA Nº. 0971/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

REDISTRIBUIR o servidor MANOEL DONIZETE VELHO, Matrícula nº. 800445, ocupante da categoria funcional de Professor, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, para a Secretaria de Educação e Cultura, do Quadro de Pessoal da Administração Direta Desta Pre-feitura, de acordo com o Artigo 115, da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, Parecer Jurídico nº. 026/2012 e decreto nº 1.366/2012.

Palhoça, SC, em 20 de março de 2011.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS
Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 0972/2012.

PORTARIA Nº. 0972/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

REDISTRIBUIR a servidora MARCIA BRUGGMANN SPRICIGO, Matrícula nº. 800938, ocupante da categoria funcional de Professor, com carga horária de 40 (quarenta) ho-ras/semanais, para a Secretaria de Educação e Cultura, do Quadro de Pessoal da Administração Direta Desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 115, da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, Parecer Jurídico nº. 026/2012 e decreto nº 1.366/2012.

Palhoça, SC, em 20 de março de 2011.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS
Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 0973/2012.

PORTARIA Nº. 0973/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

REDISTRIBUIR a servidora MARGARETE JOAQUINA DA ROSA, Matrícula nº. 800723, ocupante da categoria funcional de Professor, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, para a Secretaria de Educação e Cultura, do Quadro de Pessoal da Administração Direta Desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 115, da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, Parecer Jurídico nº. 026/2012 e decreto nº 1.366/2012.

Palhoça, SC, em 20 de março de 2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS

Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 0974/2012.

PORTARIA Nº. 0974/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

REDISTRIBUIR a servidora MARIA CRISTINA PIERRI, Matrícula nº. 800289, ocupante da categoria funcional de Professor, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, para a Secretaria de Educação e Cultura, do Quadro de Pessoal da Administração Direta Desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 115, da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, Parecer Jurídico nº. 026/2012 e decreto nº 1.366/2012.

Palhoça, SC, em 20 de março de 2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS

Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 0975/2012.

PORTARIA Nº. 0975/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

REDISTRIBUIR a servidora MARLENE MARIA DA SILVA, Matrícula nº. 800227, ocupante da categoria funcional de Professor, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, para a Secretaria de Educação e Cultura, do Quadro de Pessoal da Administração Direta Desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 115, da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, Parecer Jurídico nº. 026/2012 e decreto nº 1.366/2012.

Palhoça, SC, em 20 de março de 2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS

Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 0976/2012.

PORTARIA Nº. 0976/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

REDISTRIBUIR a servidora MIRIAM RAIMUNDO DA SILVA, Matrícula nº. 800260, ocupante da categoria funcional de Professor, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, para a Secretaria de Educação e Cultura, do Quadro de Pessoal da Administração Direta Desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 115, da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, Parecer Jurídico nº. 026/2012 e decreto nº 1.366/2012.

Palhoça, SC, em 20 de março de 2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS

Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 0978/2012.

PORTARIA Nº. 0978/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

REDISTRIBUIR a servidora NICELINE MARIA SOARES, Matrícula nº. 800228, ocupante da categoria funcional de Professor, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, para a Secretaria de Educação e Cultura, do Quadro de Pessoal da Administração Direta Desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 115, da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, Parecer Jurídico nº. 026/2012 e decreto nº 1.366/2012.

Palhoça, SC, em 20 de março de 2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS

Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 0978/2012.

PORTARIA Nº. 0978/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

REDISTRIBUIR a servidora NICELINE MARIA SOARES, Matrícula nº. 800228, ocupante da categoria funcional de Professor, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, para a Secretaria de Educação e Cultura, do Quadro de Pessoal da Administração Direta Desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 115, da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, Parecer Jurídico nº. 026/2012 e decreto nº 1.366/2012.

Palhoça, SC, em 20 de março de 2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS

Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 0979/2012.

PORTARIA Nº. 0979/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

REDISTRIBUIR a servidora PATRICIA SANTOS CARLOS, Matrícula nº. 800748, ocupante da categoria funcional de Professor, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, para a Secretaria de Educação e Cultura, do Quadro de Pessoal da Administração Direta Desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 115, da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, Parecer Jurídico nº. 026/2012 e decreto nº 1.366/2012.

Palhoça, SC, em 20 de março de 2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS

Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 0980/2012.

PORTARIA Nº. 0980/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

REDISTRIBUIR a servidora PATRICIA ADELAIDE DA SILVA, Matrícula nº. 800230, o-ocupante da categoria funcional de Professor, com carga horária de 40 (quarenta) ho-ras/semanais, para a Secretaria de Educação e Cultura, do Quadro de Pessoal da Administração Direta Desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 115, da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, Parecer Jurídico nº. 026/2012 e decreto nº 1.366/2012.

Palhoça, SC, em 20 de março de 2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS

Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 0981/2012.

PORTARIA Nº. 0981/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

REDISTRIBUIR a servidora PAULA REGINA CRUZ PESSI, Matrícula nº. 800558, ocupan-te da categoria funcional de Professor, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, para a Secretaria de Educação e Cultura, do Quadro de Pessoal da Administração Direta Desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 115, da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, Parecer Ju-rídico nº. 026/2012 e decreto nº 1.366/2012.

Palhoça, SC, em 20 de março de 2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS

Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 0982/2012.

PORTARIA Nº. 0982/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

REDISTRIBUIR o servidor PAULO VALÉRIO MENDONÇA DA SILVA, Matrícula nº. 801066, ocupante da categoria funcional de Professor, com carga horária de 40 (quarenta) ho-ras/semanais, para a Secretaria de Educação e Cultura, do Quadro de Pessoal da Administração Direta Desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 115, da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, Parecer Jurídico nº. 026/2012 e decreto nº 1.366/2012.

Palhoça, SC, em 20 de março de 2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS

Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 0983/2012.

PORTARIA Nº. 0983/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

REDISTRIBUIR a servidora RAFAELA MARIA FREITAS, Matrícula nº. 800393, ocupante da categoria funcional de Professor, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, para a Secretaria de Educação e Cultura, do Quadro de Pessoal da Administração Direta Desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 115, da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, Parecer Jurídico nº. 026/2012 e decreto nº 1.366/2012.

Palhoça, SC, em 20 de março de 2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS

Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 0984/2012.

PORTARIA Nº. 0984/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

REDISTRIBUIR a servidora SANDRA SCHMIDT WAGNER, Matrícula nº. 800506, ocupan-te da categoria funcional de Professor, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, para a Secretaria de Educação e Cultura, do Quadro de Pessoal da Administração Direta Desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 115, da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, Parecer Ju-rídico nº. 026/2012 e decreto nº 1.366/2012.

Palhoça, SC, em 20 de março de 2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS

Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 0985/2012.

PORTARIA Nº. 0985/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

REDISTRIBUIR a servidora SILVIA REGINA CITADIN, Matricula nº. 800626, ocupante da categoria funcional de Professor, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, para a Secretaria de Educação e Cultura, do Quadro de Pessoal da Administração Direta Desta Pre-feitura, de acordo com o Artigo 115, da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, Parecer Jurídico nº. 026/2012 e decreto nº 1.366/2012.

Palhoça, SC, em 20 de março de 2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS

Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 0985/2012.

PORTARIA Nº. 0985/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

REDISTRIBUIR a servidora SILVIA REGINA CITADIN, Matricula nº. 800626, ocupante da categoria funcional de Professor, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, para a Secretaria de Educação e Cultura, do Quadro de Pessoal da Administração Direta Desta Pre-feitura, de acordo com o Artigo 115, da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, Parecer Jurídico nº. 026/2012 e decreto nº 1.366/2012.

Palhoça, SC, em 20 de março de 2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS

Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 0986/2012.

PORTARIA Nº. 0986/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

REDISTRIBUIR a servidora SUELI WEISS LUCHI, Matricula nº. 800696, ocupante da categoria funcional de Professor, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, para a Secretaria de Educação e Cultura, do Quadro de Pessoal da Administração Direta Desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 115, da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, Parecer Jurídico nº. 026/2012 e decreto nº 1.366/2012.

Palhoça, SC, em 20 de março de 2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS

Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 0987/2012.

PORTARIA Nº. 0987/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

REDISTRIBUIR a servidora TAMARA DE SOUZA DELFINO DA ROSA, Matricula nº. 801101, ocupante da categoria funcional de Professor, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, para a Secretaria de Educação e Cultura, do Quadro de Pessoal da Administração Direta Desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 115, da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, Parecer Jurídico nº. 026/2012 e decreto nº 1.366/2012.

Palhoça, SC, em 20 de março de 2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS

Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 0988/2012.

PORTARIA Nº. 0988/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

REDISTRIBUIR a servidora TATIANE GRUN LEMOS, Matricula nº. 800397, ocupante da categoria funcional de Professor, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, para a Secretaria de Educação e Cultura, do Quadro de Pessoal da Administração Direta Desta Pre-feitura, de acordo com o Artigo 115, da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, Parecer Jurídico nº. 026/2012 e decreto nº 1.366/2012.

Palhoça, SC, em 20 de março de 2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS

Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 0989/2012.

PORTARIA Nº. 0989/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR GLÁUCIA DE SOUZA CORREA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 005/2011, no cargo de Professor ACT, Habilitado com Graduada, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no CEI Vovó Dolores, do quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, para o período de 12/03/2012 à 12/07/2012, face ao impedimento da titular Maria Hilda Batista, que se encontra em Licença Prêmio.

Palhoça, SC, em 20 de março de 2012.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS
Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 0991/2012.

PORTARIA Nº. 0991/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR ANA PAULA DA SILVA MOHR, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 005/2011, no cargo de Profes-sor ACT, Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infan-til, no CEI José Miguel Ferreira, do quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, para o período de 29/02/2012 à 01/04/2012, face ao impedimento da titular Roberta Silvano, que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 20 de março de 2012.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS
Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 0992/2012.

PORTARIA Nº. 0992/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR LUCIMARA MARIA DA ROSA TASIOR, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 005/2011, no cargo de Professor ACT, Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no CEI Padre Réus, do quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, para o período de 28/02/2012 à 15/12/2012, face ao impedimento da titular Kris Regina de Souza, que se encontra exercendo suas funções junto ao projeto de cultura.

Palhoça, SC, em 20 de março de 2012.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS
Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 0993/2012.

PORTARIA Nº. 0993/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR GILSEMARA SILVA DA SILVA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 005/2011, no cargo de Profes-sor ACT, Habilitado com Magistério, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infan-til, no CEI Padre Réus, do quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, para o período de 28/02/2012 à 15/12/2012. A presente admissão em Vaga Excedente faz-se necessário, tendo em vista a falta de candidatos aprovados em concurso público.

Palhoça, SC, em 20 de março de 2012.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS
Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 0994/2012.

PORTARIA Nº. 0994/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR TAYNARA CRISTINA VIEIRA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 005/2011, no cargo de Professor ACT, Habilitado com Magistério, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no CEI Padre Réus, do quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, para o período de 15/03/2012 à 27/04/2012, face ao impedimento da titular Maridalva M. Poletti, Estado.

Palhoça, SC, em 20 de março de 2012.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS
Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 0995/2012.

PORTARIA Nº. 0995/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR SILVANIA CLEIDE DA SILVA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 005/2011, no cargo de Professor ACT, Habilitado

com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no CEI Criança Esperança, do quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com re-gência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, para o período de 13/03/2012 à 15/12/2012, face ao impedimento da titular Elisângela Metz, que se encontra respondendo pela direção de escola.

Palhoça, SC, em 20 de março de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS

Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 0996/2012.

PORTARIA Nº. 0996/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR ALEXANDRA CASTRO STOPASSOLI, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 005/2011, no cargo de Professor ACT, Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no CEI Criança Esperança, do quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, para o período de 20/03/2012 à 15/12/2012, face ao impedimento da titular Gisele E. da Silva, que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 20 de março de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS

Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 0997/2012.

PORTARIA Nº. 0997/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR RENATA ELIANE DA SILVA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 005/2011, no cargo de Professor ACT, Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no CEI Dona Maricota, do quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, para o período de 13/03/2012 à 15/12/2012, face ao impedimento da titular Izabel C. S. Hellmann, que pediu exoneração.

Palhoça, SC, em 20 de março de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS

Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 0998/2012.

PORTARIA Nº. 0998/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR EVELYN FERREIRA TELLES, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 005/2011, no cargo de Professor ACT, Habilitado com Magistério, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no CEI Dona Maricota, do quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, para o período de 14/03/2012 à 15/12/2012. A presente admissão em Vaga Excedente faz-se necessário, tendo em vista a falta de candidatos aprovados em concurso público.

Palhoça, SC, em 20 de março de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS

Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 0999/2012.

PORTARIA Nº. 0999/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR TATIANA ROSEMAR DE ABREU DA SILVA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 005/2011, no cargo de Professor ACT, Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no CEI Dona Maricota, do quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, para o período de 15/03/2012 à 01/04/2012. A presente admissão em Vaga Excedente faz-se necessário, tendo em vista a falta de candidatos aprovados em concurso público.

Palhoça, SC, em 20 de março de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS

Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 1000/2012.

PORTARIA Nº. 1000/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR ZOLEIDE DA SILVA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007, bem como Processo Seletivo

Simplificado nº. 005/2011, no cargo de Professor ACT, Habilitado com Magistério, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no CEI Argemira Farias da Silveira, do quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, para o período de 07/02/2012 à 15/12/2012. A presente admissão em Vaga Excedente, faz-se necessário tendo em vista, a falta de candidatos no concurso público.

Palhoça, SC, em 20 de março de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS

Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 1001/2012.

PORTARIA Nº. 1001/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR MARINETE BENTA DA SILVA DE SOUZA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 005/2011, no cargo de Professor ACT, Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no CEI Argemira Farias da Silveira, do quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, para o período de 24/02/2012 à 01/04/2012. A presente admissão em Vaga Excedente, faz-se necessário tendo em vista, a falta de candidatos no concurso público.

Palhoça, SC, em 20 de março de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS

Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 1002/2012.

PORTARIA Nº. 1002/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR MARY OLIVEIRA BRANDÃO CAETANO, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 005/2011, no cargo de Professor ACT, Habilitado com Magistério, na área de Ensino Fundamental, disciplina Educação Infantil, na Escola Reunida Isabel Botelho de Paulo, do quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), para o período de 17/02/2012 à 15/12/2012, face ao impedimento da titular Rosélia Ap. Q. Souza, que se encontra respondendo por direção de escola.

Palhoça, SC, em 20 de março de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS

Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 1003/2012.

PORTARIA Nº. 1003/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR ROBERTA CATIUSCA JAKOBY, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 005/2011, no cargo de Professor ACT, Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Nível II, na Escola Básica Morretes II, na EJA- Educação de Jovens e Adultos, do quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), para o período de 27/02/2012 à 15/12/2012. Vaga Excedente faz-se necessário, tendo em vista a falta de candidatos aprovados em concurso público.

Palhoça, SC, em 20 de março de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS

Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 1004/2012.

PORTARIA Nº. 1004/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR JULIA PETRY SARUBBI, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 005/2011, no cargo de Professor ACT, Não Habilitado sem Magistério, na área de Ensino Fundamental, disciplina Educação Especial, na Escola Básica Morretes II, do quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), para o período de 07/03/2012 à 15/12/2012. Vaga Excedente faz-se necessário, tendo em vista a falta de candidatos aprovados em concurso público.

Palhoça, SC, em 20 de março de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS

Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 1005/2012.

PORTARIA Nº. 1005/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70,

79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR ALEXANDRE JEFFERSON DA SILVA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 005/2011, no cargo de Professor ACT, Não Habilitado sem Magistério, na área de Ensino Fundamental, disciplina Séries Iniciais, na Escola Reunida Olga Cerino, do quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), para o período de 02/03/2012 à 02/05/2012, face ao impedimento da titular Marivone M. Silveira, que se encontra em LTS

Palhoça, SC, em 20 de março de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS

Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 1006/2012.

PORTARIA Nº. 1006/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR CLEUNITA APARECIDA RODRIGUES, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 005/2011, no cargo de Professor ACT, Habilitado com Graduada, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no CEI Ulisses Guimarães, do quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, para o período de 01/03/2012 à 01/04/2012, face ao impedimento da titular Raquel R. R. Schmitz, que se encontra respondendo por direção de escola.

Palhoça, SC, em 20 de março de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS

Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 813/2012.

PORTARIA Nº. 813/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

REMOVER a servidora CRISTIANE DE CORDOVA, Matrícula nº. 802118, ocupante da categoria funcional de Professor, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, para o CAIC - Centro de Atenção Integral a Criança e ao Adolescente - Profº. Febrônio Tancredo de Oliveira, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta Desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 114, da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010.

Palhoça, SC, em 15 de março de 2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS

Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 814/2012.

PORTARIA Nº. 814/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

REMOVER o servidor DENIS PAULO FERRARI, Matrícula nº. 801654, ocupante da categoria funcional de Professor, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, para o CAIC - Centro de Atenção Integral a Criança e ao Adolescente - Profº. Febrônio Tancredo de Oliveira, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta Desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 114, da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010.

Palhoça, SC, em 15 de março de 2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS

Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 814/2012.

PORTARIA Nº. 814/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

REMOVER o servidor DENIS PAULO FERRARI, Matrícula nº. 801654, ocupante da categoria funcional de Professor, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, para o CAIC - Centro de Atenção Integral a Criança e ao Adolescente - Profº. Febrônio Tancredo de Oliveira, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta Desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 114, da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010.

Palhoça, SC, em 15 de março de 2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS

Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 814/2012.

PORTARIA Nº. 814/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

REMOVER o servidor DENIS PAULO FERRARI, Matrícula nº. 801654, ocupante da categoria funcional de Professor, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, para o CAIC - Centro de Atenção Integral a Criança e ao Adolescente - Profº. Febrônio

Tancredo de Oli-veira, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta Desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 114, da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010.

Palhoça, SC, em 15 de março de 2011.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS
Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 815/2012.
PORTARIA Nº. 815/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:
REMOVER a servidora KARLA STEINMETZ, Matrícula nº. 800418, ocupante da categoria funcional de Professor, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, para o Grupo Escolar Profª. Evanda Sueli Juttel Machado, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta Desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 114, da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010.

Palhoça, SC, em 15 de março de 2011.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS
Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 816/2012.
PORTARIA Nº. 816/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:
REMOVER a servidora IRANI SURAMA FREITAS, Matrícula nº. 801636, ocupante da categoria funcional de Professor, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, para o CEI Vão Livre, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta Desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 114, da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010.

Palhoça, SC, em 15 de março de 2011.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS
Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 817/2012.
PORTARIA Nº. 817/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

REMOVER a servidora KÁTIA REGINA GONÇALVES HILLESHEIM, Matrícula nº. 802021, ocupante da categoria funcional de Professor, com carga horária de 40 (quarenta) ho-ras/semanais, para o CEI Romeu e Julieta, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta Desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 114, da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010.

Palhoça, SC, em 15 de março de 2011.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS
Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 818/2012.
PORTARIA Nº. 818/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:
REMOVER a servidora TATIANE ELI SILVEIRA PIERRI, Matrícula nº. 802119, ocupante da categoria funcional de Professor, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, para o CAIC - Centro de Atenção Integral a Criança e ao Adolescente - Profº. Febrônio Tan-credo de Oliveira, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta Desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 114, da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010.

Palhoça, SC, em 15 de março de 2011.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS
Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 819/2012.
PORTARIA Nº. 819/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:
REMOVER a servidora BRUNA GOMES DOS SANTOS COSTA, Matrícula nº. 802020, ocupante da categoria funcional de Professor, com carga horária de 40 (quarenta) ho-ras/semanais, para o Grupo Escolar Najla Carone Guedert, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta Desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 114, da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010.

Palhoça, SC, em 15 de março de 2011.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS
Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 820/2012.
PORTARIA Nº. 820/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

REMOVER o servidor PAULO HENRIQUE PEDROSO DA TRINDADE, Matrícula nº. 801643, ocupante da categoria funcional de Professor, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, para o CAIC - Centro de Atenção Integral a Criança e ao Adolescente - Profº. Febrônio Tancredo de Oliveira e Escola Reunida Manoel da Silva, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta Desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 114, da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010.

Palhoça, SC, em 15 de março de 2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS
Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 821/2012.
PORTARIA Nº. 821/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

REMOVER a servidora ALDALÚCIA CUNHA FELISBINO, Matrícula nº. 802022, ocupante da categoria funcional de Professor, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, para a Escola Básica Nossa Senhora de Fátima, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta Desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 114, da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010.

Palhoça, SC, em 15 de março de 2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS
Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 823/2012.
PORTARIA Nº. 823/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

REMOVER a servidora MARA SILUANDRA RODRIGUES KLOSINSKI, Matrícula nº. 802059, ocupante da categoria funcional de Professor, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, para o CEI Padre Réus, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta Desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 114, da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010.

Palhoça, SC, em 15 de março de 2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS
Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 836/2012.
PORTARIA Nº. 836/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

REMOVER a servidora CRISTIANE HILLESHEIN, Matrícula nº. 800768, ocupante da categoria funcional de Professor, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, para o CEI Padre Réus, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta Desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 114, da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010 e Edital 007/ SMEC/2011.

Palhoça, SC, em 15 de março de 2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS
Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 853/2012.
PORTARIA Nº. 853/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

REMOVER a servidora JUCELENE CONCILIA DA SILVA, Matrícula nº. 800867, ocupante da categoria funcional de Professor, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, para o CEI Vão Livre, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta Desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 114, da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010 e Edital 007/ SMEC/2011.

Palhoça, SC, em 15 de março de 2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS
Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 858/2012.
PORTARIA Nº. 858/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

REMOVER a servidora LAURENI JOÃO ALVES, Matrícula nº. 802045, ocupante da categoria funcional de Professor, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, para o CEI Realizar, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta Desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 114, da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010 e Edital 007/SMEC/2011.

Palhoça, SC, em 15 de março de 2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS
Secretária da Educação e Cultura.

Passo de Torres

PREFEITURA

Lei Nº 818/2012

LEI Nº 818 DE 23 DE ABRIL DE 2012.

"Altera o artigo 1º, 2º e 9º da Lei 788 de 30 de novembro de 2011, e dá outras providências".

Janaina Silveira Scheffer, Prefeita Municipal, de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, faço saber a todos que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art 1º O art. 1º da lei 788 de 30 de novembro de 2011 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º. É fixado o valor das diárias dos servidores e vereadores para indenizar despesas de hotel e alimentação, quando em viagem para fora da sede funcional, à serviço ou para participar de curso de especialização, a qual somente se dará com a devida autorização do Presidente do Poder Legislativo, as quais serão indenizadas de acordo com o Anexo I desta Lei. "

Art 2º O artigo 2º da lei nº 788 de 30 de novembro de 2011 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º O Vereador e ou servidor que viajar para as atividades relacionadas com o exercício do mandato parlamentar ou representação do Poder Legislativo, para Brasília, devidamente autorizado pelo presidente do Poder Legislativo, será assegurado o pagamento de diárias, nesta, entendidas despesas de hotel e alimentação, de acordo com os valores fixados no Anexo I desta Lei."

Parágrafo primeiro – Os valores previstos no anexo I, somente serão pagos diária completa quando o deslocamento for devidamente autorizado num raio superior a 60 KM.

Art. 3º. Fica estabelecido que a liberação dos valores das diárias se dará antecipadamente, porém a antecipação dos valores da diária, não exime o beneficiário da prestação de contas.

Art. 4º. Toda concessão de indenização de transporte e/ou diárias, corresponderá a uma prestação de contas, em prazo fixado de até 24 horas do retorno ao Município, pelo beneficiário, constituindo-se processo onde deverá constar atestado ou certificado de frequência, documento fiscal, ou outro documento que certifique a presença do beneficiário no local de destino, conforme a solicitação prévia da diária.

Art. 5º. Se o beneficiário não prestar contas no prazo fixado no artigo anterior, deverá ressarcir, como penalidade pelo atraso, o equivalente a 100% (cem por cento) do valor recebido, ficando o beneficiário impedido de solicitar novas diárias até a prestação de contas da atual.

Art. 6º. Havendo a necessidade de deslocamento via aérea, esta se dará mediante autorização do Presidente, devendo a Câmara de Vereadores efetuar a compras das respectivas passagens.

Art. 7º. O deslocamento dos funcionários e dos vereadores deste Poder se dará mediante prévia autorização expressa da Presidência, a qual formará o processo de despesa.

Art. 8º. Os valores previstos no anexo I, da presente lei, serão reajustados anualmente pelo IGPM, com autorização da mesa diretora.

Art. 3º O art. 9º da lei nº 788 de 30 de novembro de 2011 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 9º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos desde 01/12/2011, revogando-se os efeitos da Lei 729/2011."

Passo de Torres, 23 de abril de 2012.

JANAINA SILVEIRA SCHEFFER

Prefeita Municipal

Publicada e registrada nesta Secretaria de Administração e Finanças em, 23 de abril de 2012.

EDSON BORBA MARTINS

Secretario de Administração e Finanças

ANEXO I

TABELA DE DIÁRIAS

CARGOS	VALORES EM R\$ (reais) S/ PERNOITE	VALORES EM R\$ (reais) C/ PERNOITE	VALORES EM R\$ PARA BRASILIA	VALORES EM R\$ PARA MEIA DIARIA
VEREADORES, SERVIDORES E CARGO COMISSIONADO	95,00	177,00	400,00	47,50

Dec. N º 172/2012

DECRETO N.º 172 DE 19 DE ABRIL DE 2012.

"ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PASSO DE TORRES POR CONTA DE TRANSPOSIÇÕES DE DOTAÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

Janaina Silveira Scheffer Prefeita Municipal de Passo de Torres Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 53 da Lei Orgânica Municipal combinado com a Lei Nº 813/2012.

Art. 1º - Fica aberto Crédito Suplementar ao Orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Passo de Torres, do exercício de 2012, no valor de R\$ 69.303,15 (sessenta e nove mil, trezentos e três reais e quinze centavos) na dotação orçamentária abaixo discriminada:

Órgão: 15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Proj/Atividade: 2.031 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE SAÚDE PÚBLICA

3.3.90.00.00.00.00.00.02.0100.0 (04) - Aplicações Diretas R\$ 69.303,15

TOTAL R\$ 69.303,15

Art. 2º - A suplementação a que se refere o artigo anterior correrá pela anulação dos elementos de despesa da Prefeitura Municipal de Passo de Torres abaixo relacionados:

Órgão: 04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Proj/Atividade: 2.016: MANUTENÇÃO DE OUTROS NÍVEIS DE ENSINO

3.3.50.00.00.00.00.00.0100 (46) - Trans. Inst. Priv. s/fins Luc. R\$ 20.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0100 (47) - Aplicações Diretas R\$ 8.303,15

Órgão: 06 - SECRETARIA DE CULTURA

Proj/Atividade: 2.025: MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE CULTURA

3.1.90.00.00.00.00.00.0100 (64) - Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0100 (65) - Aplicações Diretas R\$ 18.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0100 (64) - Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

Proj/Atividade: 2.027 - MANUTENÇÃO DOS EVENTOS MUNICIPAIS

3.3.90.00.00.00.00.00.0100 (69) - Aplicações Diretas R\$ 21.000,00

TOTAL R\$ 69.303,30

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 167 de 18 de abril de 2012.

Passo de Torres em 19 de abril de 2012

JANAINA SILVEIRA SCHEFFER

Prefeita Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças em, 19 de abril de 2012.

EDSON BORBA MARTINS

Secretário de Administração e Finanças

Dec. Nº 171/2012

DECRETO Nº. 171, DE 19 DE ABRIL DE 2012.

"NOMEIA SILVANO TUPINAMBÁ DELFIM HERNANDORENA RAMOS PARA EXERCER O CARGO DE MEDICO CLINICO GERAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Janaina Silveira Scheffer, Prefeita Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de competência privativa que lhe confere o Artigo 53, Incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal, e Concurso Público 001/2011.

DECRETA:

Art. 1º. - Fica nomeado, Silvano Tupinambá Delfim Hernandorena Ramos, para exercer o cargo de Médico Clínico Geral (40 horas semanais), Grupo I - Atividade de Nível Superior ANS, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Passo de Torres, aprovada no Concurso Público, Edital Nº 001/2011, e homologado em 06 de outubro de 2011.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 19 de abril de 2012.

JANAINA SILVEIRA SCHEFFER

Prefeita Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 19 de abril de 2012.

EDSON BORBA MARTINS

Secretário de Administração e Finanças.

Dec. Nº 174/2012

DECRETO Nº. 174, DE 20 DE ABRIL DE 2012.

"DESIGNA A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, MARIA DAS GRAÇAS TRAMONTES CLAUDINO PARA OCUPAR A FUNÇÃO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS, FG-7".

Janaina Silveira Scheffer, Prefeita Municipal de Passo de Torres,

Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal, combinado com a Lei Nº 500 de 11 de Maio de 2005;

DECRETA:

Art. 1º - Fica designada, a servidora Maria das Graças Tramontes Claudino, para ocupar a função de Auxiliar de Serviços - FG -7.

Art. 2º - As despesas decorrentes deste Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º -Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 20 de abril de 2012.

JANAINA SILVEIRA SCHEFFER

Prefeita Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 20 de abril de 2012.

EDSON BORBA MARTINS

Secretário de Administração e Finanças

Dec.Nº 173/2012

DECRETO Nº. 173, DE 20 DE ABRIL DE 2012.

"DETERMINA PONTO FACULTATIVO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS DE PASSO DE TORRES, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Janaina Silveira Scheffer, Prefeita Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o Art. 53, incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

Art. 1º - Fica determinado Ponto Facultativo nas Repartições Públicas Municipais de Passo de Torres, o dia 30 de abril de 2012, (Segunda- Feira) .

Art. 2º - Os serviços Públicos Municipais não funcionarão na data referida acima, ficando os servidores dispensados de suas atividades, sem prejuízos de salários.

Parágrafo - Único - Os serviços municipais: coleta de lixo e saúde permanecerão em atividade pelo regime de plantão.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam - se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 20 de abril de 2012.

JANAINA SILVEIRA SCHEFFER

Prefeita Municipal

Publicado e Registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 20 de abril de 2012.

Edson Borba Martins

Secretário de Administração e Finanças

Licitação Nº 034/2012

PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES - SC

LICITAÇÃO Nº 34/2012, MODALIDADE TOMADA DE PREÇO

OBJETO: AQUISIÇÃO DOS SEGUINTE BENS:

1) COLHEDORAS DE FORRAGENS DE UMA LINHA PARA COLHER

MILHO, CANA CAPIM, SORGO E DEMAIS CULTURAS PLANTADAS EM LINHA, EQUIPADA COM CAIXA COM 4 ROLOS COM PENTES ALIMENTADORES REMOVÍVEIS E COM 12 FACAS DE CORTE SERILHADAS INTERCAMBIÁVEIS, ROTOR COM 10 FACAS E CINCO LAÇADORES, SISTEMA DE QUEBRA-GRÃOS INTEGRADO, GIRO DA BICA HIDRAULICO, OPÇÕES DE CORTE VARIANDO DE 2 A 24 MM, CAPACIDADE PRODUTIVA DE 10 A 35 TONELADAS/HORA, ACIONAMENTO COM TRANSMISSÃO VIA CORREIA.

2). TRATOR AGRÍCOLAS DE RODAS, NOVO, EQUIPADO COM MOTOR DE 4 CILINDROS, COM POTÊNCIA MÍNIMA DE 78 CV, TRANSMISSÃO COM 12 MARCHAS À FRENTE E 12 MARCHAS À RE E INVERSOR DE MARCHAS, SISTEMA HIDRAULICO COM CAPACIDADE MÍNIMA DE LEVANTE DE 3.300 KGF, DIREÇÃO HIDRAULICA, PNEUS DIANTEIROS 14.9 X 24 R2 E PNEUS TRASEIROS 23.1 X 26 R2, 4X4, ACIONAMENTO DA TRAÇÃO ELETROHIDRAULICO, EQUIPADO COM CABINE ORIGINAL DE FABRICA, COM AR CONDICIONADO E SISTEMA DE FILTRAGEM DO AR COM FILTRO DE CARVÃO ATIVADO.

3) CARRETA DE MADEIRA, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE CARGA DE 4 TONELADAS, 2 EIXOS, SENDO UM DIRECIONAL E O OUTRO FIXO, COM PNEUS 750 X 16. A INTEGRA DO EDITAL ESTÁ À DISPOSIÇÃO DOS INTERESSADOS A PARTIR DESSA DATA NO ENDEREÇO SEDE DA PREFEITURA MUNICIPAL. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: ATÉ ÀS 14:30 HORAS DO DIA 09 DE MAIO DE 2012, LOCAL: SETOR DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES, AV. BEIRA RIO Nº 20, CÓPIAS DO EDITAL PODERÃO SER OBTIDAS NO ENDEREÇO ACIMA OU INFORMAÇÕES PELO TELEFONE (048) - 35480035. NO HORÁRIO DAS 13:00 ÀS 19:00 HORAS, DE 2ª À 6ª FEIRA.

Passo de Torres, 19 de Abril de 2012.
JANAINA SILVEIRA SCHEFFER
Prefeita Municipal Em Exercício

Paulo Lopes

PREFEITURA

Aviso de Tomada de Preço 43/2012

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES
TOMADA DE PREÇO 43/2012

O MUNICÍPIO DE PAULO LOPES torna público que realizará licitação na modalidade de Tomada de Preços, do tipo menor preço global, para aquisição de uma Sprinter FURGÃO, longa, teto Alto, nacionalizado, ano/modelo 2011/2012, com abertura das propostas às 10:00 horas do dia 11 de maio de 2012. Edital Completo disponível no site www.paulolopes.sc.gov.br. Maiores informações encontram-se à disposição na Secretaria de Administração, no prédio da Prefeitura, no horário das 07:00 às 13:00 horas, de segunda a sexta-feira, no telefone (48) 3253-0161.

Paulo Lopes, 25 de abril de 2012.
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

Decreto Legislativo Nº. 02/2012

DECRETO LEGISLATIVO Nº. 02/2012.

Dispõe sobre a aprovação da prestação de contas do Município de Paulo Lopes, referente ao Exercício de 2010.

JUCINEI DE SOUZA, Presidente da Câmara de Vereadores de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições e de acordo com o aprovado pela COMISSÃO DE FINANÇAS submete à apreciação da Câmara Municipal de Paulo Lopes a seguinte proposição:
DECRETO LEGISLATIVO:

Art. 1º Ficam aprovadas as Contas do Poder Executivo do Município de Paulo Lopes referente ao exercício financeiro de 2010, nos termos de decisão exarada do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, Processo nº PCP-11/00088714.

Art. 2º O presente Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Paulo Lopes, 25 de abril de 2012.
JUCINEI DE SOUZA
Presidente da Câmara Municipal de Paulo Lopes

Publicado o presente Decreto Legislativo no Diário Oficial dos Municípios em 25 de abril de 2012.

Pinheiro Preto

PREFEITURA

Lei Nº 1.602, de 24 de Abril de 2012.

LEI Nº 1.602, DE 24 DE ABRIL DE 2012.

AUTORIZA GASTOS COM A REALIZAÇÃO DA 11ª ENDURO DO TÚNEL DA COPA MOTOCAR E COPA OESTE DE ENDURO DE REGULARIDADE.

EUZÉBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município: Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a efetuar gastos com a prova do "11º Enduro do Túnel, da Copa Motocar e Copa Oeste de Enduro de Regularidade", a realizar-se na cidade de Pinheiro Preto no dia 27 de maio de 2012, fazendo parte das comemorações do cinquentenário de emancipação político-administrativa do Município.

Parágrafo único. Os gastos a que se refere esta lei ficam limitados em R\$ 8.000,00 (oito mil reais), para fins de fazer frente aos dispêndios com compra de troféus, equipamento de som, locutor e aluguel de aparelhos GPS.

Art. 2º As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta de dotação orçamentária prevista na lei de orçamento em vigor.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

EUZÉBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Portaria Nº. 124 de 17 de Abril de 2012.

PORTARIA Nº. 124 DE 17 DE ABRIL DE 2012.

CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL POR DESEMPENHO A SERVIDORA MARIA HELENA MATTANA MARIANI, OCUPANTE DO CARGO DE ASSISTENTE DE COORDENAÇÃO E PLANEJAMENTO.

EUZÉBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais; de acordo com os artigos 25 a 32 da Lei complementar nº. 142/2008, de 25 de março de 2008 e Decreto nº 3.140 de 06 de novembro

de 2009;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER, Progressão Funcional horizontal, por Desempenho , a servidora MARIA HELENA MATTANA MARIANI, ocupante do cargo efetivo de ASSISTENTE DE COORDENAÇÃO E PLANEJAMENTO, nível ATM-07 Referencia "B", carga horária de 40 horas semanais, do quadro de cargos e vencimentos do Poder Executivo, Lotada na Secretaria de Administração, tendo em vista a apresentação pela Comissão de Avaliação do Comprovante de Avaliação e do Termo final de Avaliação, passando para referencia "C", do mesmo nível. Com efeitos a partir de 02 de abril de 2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir de 02 de abril de 2012.

Centro Administrativo Municipal, 20 de abril de 2012.
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Portaria Nº. 119 de 17 de Abril de 2012.

PORTARIA Nº. 119 DE 17 DE ABRIL DE 2012.

CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL POR DESEMPENHO AO SERVIDOR CLAUDIR ZANELLA, OCUPANTE DO CARGO DE TESOUREIRO .

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais; de acordo com os artigos 25 a 32 da Lei complementar nº. 142/2008, de 25 de março de 2008 e Decreto nº 3.140 de 06 de novembro de 2009;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER, Progressão Funcional horizontal, por Desempenho , ao servidor CLAUDIR ZANELLA, ocupante do cargo efetivo de Tesoureiro, nível ATM-08 Referencia "C", carga horária de 40 horas semanais, do quadro de cargos e vencimentos do Poder Executivo, Lotado na Secretaria de Administração, tendo em vista a apresentação pela Comissão de Avaliação do Comprovante de Avaliação e do Termo final de Avaliação, passando para referencia "D", do mesmo nível. Com efeitos a partir de 02 de abril de 2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir de 02 de abril de 2012.

Centro Administrativo Municipal, 20 de abril de 2012.
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Portaria Nº. 120 de 17 de Abril de 2012.

PORTARIA Nº. 120 DE 17 DE ABRIL DE 2012.

CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL POR DESEMPENHO A SERVIDORA ENAIDE PEREIRA DE COSTA, OCUPANTE DO CARGO DE TÉCNICO EM RECURSOS HUMANOS .

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais; de acordo com os artigos 25 a 32 da Lei complementar nº. 142/2008, de 25 de março de 2008 e Decreto nº 3.140 de 06 de novembro de 2009;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER, Progressão Funcional horizontal, por Desempenho , a servidora ENAIDE PEREIRA DE COSTA, ocupante do cargo efetivo de Técnico em Recursos Humanos, nível ATM-07 Referencia "B", carga horária de 40 horas semanais, do quadro de cargos e vencimentos do Poder Executivo, Lotada na Secretaria de

Administração, tendo em vista a apresentação pela Comissão de Avaliação do Comprovante de Avaliação e do Termo final de Avaliação, passando para referencia "C", do mesmo nível. Com efeitos a partir de 02 de abril de 2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir de 02 de abril de 2012.

Centro Administrativo Municipal, 20 de abril de 2012.
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Portaria Nº. 121 de 17 de Abril de 2012.

PORTARIA Nº. 121 DE 17 DE ABRIL DE 2012.

CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL POR DESEMPENHO AO SERVIDOR ERIO PARTYKA, OCUPANTE DO CARGO DE TÉCNICO EM CADASTRO E TRIBUTAÇÃO

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais; de acordo com os artigos 25 a 32 da Lei complementar nº. 142/2008, de 25 de março de 2008 e Decreto nº 3.140 de 06 de novembro de 2009;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER, Progressão Funcional horizontal, por Desempenho , ao servidor ERIO PARTYKA, ocupante do cargo efetivo de TÉCNICO EM CADASTRO E TRIBUTAÇÃO, nível ATM-09 Referencia "C", carga horária de 40 horas semanais, do quadro de cargos e vencimentos do Poder Executivo, Lotado na Secretaria de Administração, tendo em vista a apresentação pela Comissão de Avaliação do Comprovante de Avaliação e do Termo final de Avaliação, passando para referencia "D", do mesmo nível. Com efeitos a partir de 02 de abril de 2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir de 02 de abril de 2012.

Centro Administrativo Municipal, 20 de abril de 2012.
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Portaria Nº. 122 de 17 de Abril de 2012.

PORTARIA Nº. 122 DE 17 DE ABRIL DE 2012.

CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL POR DESEMPENHO A O SERVIDOR HADRIEL DALMOLIN, OCUPANTE DO CARGO DE FISCAL DE RENDAS, TRIBUTOS E OBRAS.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais; de acordo com os artigos 25 a 32 da Lei complementar nº. 142/2008, de 25 de março de 2008 e Decreto nº 3.140 de 06 de novembro de 2009;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER, Progressão Funcional horizontal, por Desempenho , ao servidor HADRIEL DALMOLIN, ocupante do cargo efetivo de FISCAL DE RENDAS, TRIBUTOS E OBRAS, nível ATM-06 Referencia "A", carga horária de 40 horas semanais, do quadro de cargos e vencimentos do Poder Executivo, Lotado na Secretaria de Administração, tendo em vista a apresentação pela Comissão de Avaliação do Comprovante de Avaliação e do Termo final de Avaliação, passando para referencia "B", do mesmo nível. Com efeitos a partir de 02 de abril de 2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir de 02 de abril de 2012.

Centro Administrativo Municipal, 20 de abril de 2012.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

Portaria Nº. 123 de 17 de Abril de 2012.

PORTARIA Nº. 123 DE 17 DE ABRIL DE 2012.

CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL POR DESEMPENHO A SERVIDORA LURDES OLIVO PICCININ, OCUPANTE DO CARGO DE TELEFONISTA

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais; de acordo com os artigos 25 a 32 da Lei complementar nº. 142/2008, de 25 de março de 2008 e Decreto nº 3.140 de 06 de novembro de 2009;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER, Progressão Funcional horizontal, por Desempenho, a servidora LURDES OLIVO PICCININ, ocupante do cargo efetivo de TELEFONISTA, nível ATM-04 Referência "C", carga horária de 40 horas semanais, do quadro de cargos e vencimentos do Poder Executivo, Lotada na Secretaria de Administração, tendo em vista a apresentação pela Comissão de Avaliação do Comprovante de Avaliação e do Termo final de Avaliação, passando para referência "D", do mesmo nível. Com efeitos a partir de 02 de abril de 2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir de 02 de abril de 2012.

Centro Administrativo Municipal, 20 de abril de 2012.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

Portaria Nº. 125 de 17 de Abril de 2012.

PORTARIA Nº. 125 DE 17 DE ABRIL DE 2012.

CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL POR DESEMPENHO AO SERVIDOR NILSON ZANELLA, OCUPANTE DO CARGO DE TESOUREIRO.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais; de acordo com os artigos 25 a 32 da Lei complementar nº. 142/2008, de 25 de março de 2008 e Decreto nº 3.140 de 06 de novembro de 2009;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER, Progressão Funcional horizontal, por Desempenho, ao servidor NILSON ZANELLA, ocupante do cargo efetivo de TESOUREIRO, nível ATM-08 Referência "C", carga horária de 40 horas semanais, do quadro de cargos e vencimentos do Poder Executivo, Lotado na Secretaria de Administração, tendo em vista a apresentação pela Comissão de Avaliação do Comprovante de Avaliação e do Termo final de Avaliação, passando para referência "D", do mesmo nível. Com efeitos a partir de 02 de abril de 2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir de 02 de abril de 2012.

Centro Administrativo Municipal, 20 de abril de 2012.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

Portaria Nº. 126 de 17 de Abril de 2012.

PORTARIA Nº. 126 DE 17 DE ABRIL DE 2012.

CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL POR DESEMPENHO A SERVIDORA SANDRA REGINA PARAVISI BRESSAN, OCUPANTE DO CARGO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais; de acordo com os artigos 25 a 32 da Lei complementar nº. 142/2008, de 25 de março de 2008 e Decreto nº 3.140 de 06 de novembro de 2009;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER, Progressão Funcional horizontal, por Desempenho, a servidora SANDRA REGINA PARAVISI BRESSAN, ocupante do cargo efetivo AUXILIAR DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS, nível ATM-07 Referência "C", carga horária de 40 horas semanais, do quadro de cargos e vencimentos do Poder Executivo, Lotada na Secretaria de Administração, tendo em vista a apresentação pela Comissão de Avaliação do Comprovante de Avaliação e do Termo final de Avaliação, passando para referência "D", do mesmo nível. Com efeitos a partir de 02 de abril de 2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir de 02 de abril de 2012.

Centro Administrativo Municipal, 20 de abril de 2012.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

Portaria Nº. 127 de 17 de Abril de 2012.

PORTARIA Nº. 127 DE 17 DE ABRIL DE 2012.

CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL POR DESEMPENHO AO SERVIDOR ALDIR RECH, OCUPANTE DO CARGO DE TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais; de acordo com os artigos 25 a 32 da Lei complementar nº. 142/2008, de 25 de março de 2008 e Decreto nº 3.140 de 06 de novembro de 2009;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER, Progressão Funcional horizontal, por Desempenho, ao servidor ALDIR RECH, ocupante do cargo efetivo de TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA, nível ATM-07 Referência "B", carga horária de 40 horas semanais, do quadro de cargos e vencimentos do Poder Executivo, Lotado na Secretaria de Agricultura, tendo em vista a apresentação pela Comissão de Avaliação do Comprovante de Avaliação e do Termo final de Avaliação, passando para referência "C", do mesmo nível. Com efeitos a partir de 02 de abril de 2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir de 02 de abril de 2012.

Centro Administrativo Municipal, 20 de abril de 2012.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

Portaria Nº. 128 de 17 de Abril de 2012.

PORTARIA Nº. 128 DE 17 DE ABRIL DE 2012.

CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL POR DESEMPENHO AO SERVIDOR GILMAR PIOVESAN, OCUPANTE DO CARGO DE MÉDICO VETERINÁRIO.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais; de acordo com os artigos 25 a 32 da Lei complementar nº. 142/2008, de 25 de março de 2008 e Decreto nº 3.140 de 06 de novembro de 2009;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER, Progressão Funcional horizontal, por Desempenho, ao servidor GILMAR PIOVESAN, ocupante do cargo efetivo de MÉDICO VETERINÁRIO, nível ANS-03 Referência "B", carga horária de 40 horas semanais, do quadro de cargos e vencimentos do Poder Executivo, Lotado na Secretaria de Agricultura, tendo em vista a apresentação pela Comissão de Avaliação do Comprovante de Avaliação e do Termo final de Avaliação, passando para referência "C", do mesmo nível. Com efeitos a partir de 02 de abril de 2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir de 02 de abril de 2012.

Centro Administrativo Municipal, 20 de abril de 2012.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

Portaria Nº. 129 de 17 de Abril de 2012.

PORTARIA Nº. 129 DE 17 DE ABRIL DE 2012.

CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL POR DESEMPENHO AO SERVIDOR HELIO BROCARDO, OCUPANTE DO CARGO DE MOTORISTA.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais; de acordo com os artigos 25 a 32 da Lei complementar nº. 142/2008, de 25 de março de 2008 e Decreto nº 3.140 de 06 de novembro de 2009;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER, Progressão Funcional horizontal, por Desempenho, ao servidor HELIO BROCARDO, ocupante do cargo efetivo de MOTORISTA, nível TSO-04 Referência "B", carga horária de 40 horas semanais, do quadro de cargos e vencimentos do Poder Executivo, Lotado na Secretaria de Agricultura, tendo em vista a apresentação pela Comissão de Avaliação do Comprovante de Avaliação e do Termo final de Avaliação, passando para referência "C", do mesmo nível. Com efeitos a partir de 02 de abril de 2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir de 02 de abril de 2012.

Centro Administrativo Municipal, 20 de abril de 2012.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

Portaria Nº. 130 de 17 de Abril de 2012.

PORTARIA Nº. 130 DE 17 DE ABRIL DE 2012.

CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL POR DESEMPENHO AO SERVIDOR ADILSON ZUCCO, OCUPANTE DO CARGO DE MOTORISTA.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais; de acordo com os artigos 25 a 32 da Lei complementar nº. 142/2008, de 25 de março de 2008 e Decreto nº 3.140 de 06 de novembro de 2009;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER, Progressão Funcional horizontal, por Desempenho, ao servidor ADILSON ZUCCO, ocupante do cargo efetivo

de MOTORISTA, nível TSO-04 Referência "A", carga horária de 40 horas semanais, do quadro de cargos e vencimentos do Poder Executivo, Lotado na Secretaria de Educação e Cultura, tendo em vista a apresentação pela Comissão de Avaliação do Comprovante de Avaliação e do Termo final de Avaliação, passando para referência "B", do mesmo nível. Com efeitos a partir de 02 de abril de 2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir de 02 de abril de 2012.

Centro Administrativo Municipal, 20 de abril de 2012.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

Portaria Nº. 134 de 17 de Abril de 2012.

PORTARIA Nº. 134 DE 17 DE ABRIL DE 2012.

CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL POR DESEMPENHO A SERVIDORA MARIONICE FRITZEN, OCUPANTE DO CARGO DE SERVENTE.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais; de acordo com os artigos 25 a 32 da Lei complementar nº. 142/2008, de 25 de março de 2008 e Decreto nº 3.140 de 06 de novembro de 2009;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER, Progressão Funcional horizontal, por Desempenho, a servidora MARIONICE FRITZEN, ocupante do cargo efetivo de SERVENTE, nível SEG-01 Referência "A", carga horária de 40 horas semanais, do quadro de cargos e vencimentos do Poder Executivo, Lotada na Secretaria de Educação e Cultura, tendo em vista a apresentação pela Comissão de Avaliação do Comprovante de Avaliação e do Termo final de Avaliação, passando para referência "B", do mesmo nível. Com efeitos a partir de 02 de abril de 2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir de 02 de abril de 2012.

Centro Administrativo Municipal, 20 de abril de 2012.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

Portaria Nº. 135 de 17 de Abril de 2012.

PORTARIA Nº. 135 DE 17 DE ABRIL DE 2012.

CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL POR DESEMPENHO A SERVIDORA NADIA ZORTEA IURKEVICZ, OCUPANTE DO CARGO DE SERVENTE.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais; de acordo com os artigos 25 a 32 da Lei complementar nº. 142/2008, de 25 de março de 2008 e Decreto nº 3.140 de 06 de novembro de 2009;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER, Progressão Funcional horizontal, por Desempenho, a servidora NADIA ZORTEA IURKEVICZ, ocupante do cargo efetivo de SERVENTE, nível SEG-01 Referência "B", carga horária de 40 horas semanais, do quadro de cargos e vencimentos do Poder Executivo, Lotada na Secretaria de Educação e Cultura, tendo em vista a apresentação pela Comissão de Avaliação do Comprovante de Avaliação e do Termo final de Avaliação, passando para referência "C", do mesmo nível. Com efeitos a partir de 02 de abril de 2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir de 02 de abril de 2012.

Centro Administrativo Municipal, 20 de abril de 2012.
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Portaria Nº. 136 de 17 de Abril de 2012.

PORTARIA Nº. 136 DE 17 DE ABRIL DE 2012.
CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL POR DESEMPENHO A SERVIDORA NEILY CARMINATTI GOTTSSELIG, OCUPANTE DO CARGO DE SERVENTE.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais; de acordo com os artigos 25 a 32 da Lei complementar nº. 142/2008, de 25 de março de 2008 e Decreto nº 3.140 de 06 de novembro de 2009;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER, Progressão Funcional horizontal, por Desempenho, a servidora NEILY CARMINATTI GOTTSSELIG, ocupante do cargo efetivo de SERVENTE, nível SEG-01 Referência "B", carga horária de 40 horas semanais, do quadro de cargos e vencimentos do Poder Executivo, Lotada na Secretaria de Educação e Cultura, tendo em vista a apresentação pela Comissão de Avaliação do Comprovante de Avaliação e do Termo final de Avaliação, passando para referência "C", do mesmo nível. Com efeitos a partir de 02 de abril de 2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir de 02 de abril de 2012.

Centro Administrativo Municipal, 20 de abril de 2012.
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Portaria Nº. 137 de 17 de Abril de 2012.

PORTARIA Nº. 137 DE 17 DE ABRIL DE 2012.
CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL POR DESEMPENHO A SERVIDORA NEUZA MARIA LUPATO BONADIMAN, OCUPANTE DO CARGO DE SERVENTE.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais; de acordo com os artigos 25 a 32 da Lei complementar nº. 142/2008, de 25 de março de 2008 e Decreto nº 3.140 de 06 de novembro de 2009;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER, Progressão Funcional horizontal, por Desempenho, a servidora NEUZA MARIA LUPATO BONADIMAN, ocupante do cargo efetivo de SERVENTE, nível SEG-01 Referência "B", carga horária de 40 horas semanais, do quadro de cargos e vencimentos do Poder Executivo, Lotada na Secretaria de Educação e Cultura, tendo em vista a apresentação pela Comissão de Avaliação do Comprovante de Avaliação e do Termo final de Avaliação, passando para referência "C", do mesmo nível. Com efeitos a partir de 02 de abril de 2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir de 02 de abril de 2012.

Centro Administrativo Municipal, 20 de abril de 2012.
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Portaria Nº. 152 de 17 de Abril de 2012.

PORTARIA Nº. 152 DE 17 DE ABRIL DE 2012.
CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL POR DESEMPENHO AO SERVIDOR CELSO ANTONIO BURYK, OCUPANTE DO CARGO DE MOTORISTA.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais; de acordo com os artigos 25 a 32 da Lei complementar nº. 142/2008, de 25 de março de 2008 e Decreto nº 3.140 de 06 de novembro de 2009;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER, Progressão Funcional horizontal, por Desempenho, ao servidor CELSO ANTONIO BURYK, ocupante do cargo efetivo de MOTORISTA, nível TSO-04 Referência "A", carga horária de 40 horas semanais, do quadro de cargos e vencimentos do Poder Executivo, Lotado na Secretaria de Saúde e Bem Estar Social, tendo em vista a apresentação pela Comissão de Avaliação do Comprovante de Avaliação e do Termo final de Avaliação, passando para referência "B", do mesmo nível. Com efeitos a partir de 02 de abril de 2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir de 02 de abril de 2012.

Centro Administrativo Municipal, 20 de abril de 2012.
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Portaria Nº. 153 de 17 de Abril de 2012.

PORTARIA Nº. 153 DE 17 DE ABRIL DE 2012.
CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL POR DESEMPENHO AO SERVIDOR DERLI PIEREZAN, OCUPANTE DO CARGO DE ODONTOLOGO.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais; de acordo com os artigos 25 a 32 da Lei complementar nº. 142/2008, de 25 de março de 2008 e Decreto nº 3.140 de 06 de novembro de 2009;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER, Progressão Funcional horizontal, por Desempenho, ao servidor DERLI PIEREZAN, ocupante do cargo efetivo de ODONTOLOGO, nível ANS-05 Referência "B", carga horária de 10 horas semanais, do quadro de cargos e vencimentos do Poder Executivo, Lotado na Secretaria de Saúde e Bem Estar Social, tendo em vista a apresentação pela Comissão de Avaliação do Comprovante de Avaliação e do Termo final de Avaliação, passando para referência "C", do mesmo nível. Com efeitos a partir de 02 de abril de 2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir de 02 de abril de 2012.

Centro Administrativo Municipal, 20 de abril de 2012.
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Portaria Nº. 154 de 17 de Abril de 2012.

PORTARIA Nº. 154 DE 17 DE ABRIL DE 2012.
CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL POR DESEMPENHO AO SERVIDOR JACINTO FRIEBEL, OCUPANTE DO CARGO DE MOTORISTA.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais; de acordo com os artigos 25 a 32 da Lei complementar nº. 142/2008, de 25 de março de 2008 e Decreto nº 3.140 de 06 de novembro de 2009;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER, Progressão Funcional horizontal, por Desempenho, ao servidor JACINTO FRIEBEL, ocupante do cargo efetivo de MOTORISTA, nível TSO-04 Referência "B", carga horária de 40 horas semanais, do quadro de cargos e vencimentos do Poder Executivo, Lotado na Secretaria de Saúde e Bem estar Social, tendo em vista a apresentação pela Comissão de Avaliação do Comprovante de Avaliação e do Termo final de Avaliação, passando para referência "C", do mesmo nível. Com efeitos a partir de 02 de abril de 2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir de 02 de abril de 2012.

Centro Administrativo Municipal, 20 de abril de 2012.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

Portaria Nº. 155 de 17 de Abril de 2012.

PORTARIA Nº. 155 DE 17 DE ABRIL DE 2012.

CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL POR DESEMPENHO AO SERVIDOR JAIR BOESING, OCUPANTE DO CARGO DE MOTORISTA.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais; de acordo com os artigos 25 a 32 da Lei complementar nº. 142/2008, de 25 de março de 2008 e Decreto nº 3.140 de 06 de novembro de 2009;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER, Progressão Funcional horizontal, por Desempenho, ao servidor JAIR BOESING, ocupante do cargo efetivo de MOTORISTA, nível TSO-04 Referência "B", carga horária de 40 horas semanais, do quadro de cargos e vencimentos do Poder Executivo, Lotado na Secretaria de Educação, tendo em vista a apresentação pela Comissão de Avaliação do Comprovante de Avaliação e do Termo final de Avaliação, passando para referência "C", do mesmo nível. Com efeitos a partir de 02 de abril de 2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir de 02 de abril de 2012.

Centro Administrativo Municipal, 20 de abril de 2012.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

Portaria Nº. 156 de 17 de Abril de 2012.

PORTARIA Nº. 156 DE 17 DE ABRIL DE 2012.

CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL POR DESEMPENHO A SERVIDORA JANETE DE SOUZA, OCUPANTE DO CARGO DE TÉCNICO EM ENFERMAGEM.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais; de acordo com os artigos 25 a 32 da Lei complementar nº. 142/2008, de 25 de março de 2008 e Decreto nº 3.140 de 06 de novembro de 2009;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER, Progressão Funcional horizontal, por Desempenho, a servidora JANETE DE SOUZA, ocupante do cargo efetivo

TÉCNICO EM ENFERMAGEM, nível ATM-05 Referência "A", carga horária de 40 horas semanais, do quadro de cargos e vencimentos do Poder Executivo, Lotada na Secretaria de Saúde e Bem Estar Social, tendo em vista a apresentação pela Comissão de Avaliação do Comprovante de Avaliação e do Termo final de Avaliação, passando para referência "B", do mesmo nível. Com efeitos a partir de 02 de abril de 2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir de 02 de abril de 2012.

Centro Administrativo Municipal, 20 de abril de 2012.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

Portaria Nº. 157 de 17 de Abril de 2012.

PORTARIA Nº. 157 DE 17 DE ABRIL DE 2012.

CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL POR DESEMPENHO A SERVIDORA MADALENA APARECIDA DE BRITO, OCUPANTE DO CARGO DE OPERARIA BRAÇAL.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais; de acordo com os artigos 25 a 32 da Lei complementar nº. 142/2008, de 25 de março de 2008 e Decreto nº 3.140 de 06 de novembro de 2009;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER, Progressão Funcional horizontal, por Desempenho, a servidora MADALENA APARECIDA DE BRITO, ocupante do cargo efetivo OPERARIA BRAÇAL, nível SEG-02 Referência "B", carga horária de 40 horas semanais, do quadro de cargos e vencimentos do Poder Executivo, Lotada na Secretaria de Saúde e Bem Estar Social, tendo em vista a apresentação pela Comissão de Avaliação do Comprovante de Avaliação e do Termo final de Avaliação, passando para referência "C", do mesmo nível. Com efeitos a partir de 02 de abril de 2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir de 02 de abril de 2012.

Centro Administrativo Municipal, 20 de abril de 2012.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

Portaria Nº. 158 de 17 de Abril de 2012.

PORTARIA Nº. 158 DE 17 DE ABRIL DE 2012.

CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL POR DESEMPENHO A SERVIDORA MARIA DE LOURDES RICHETTI PIEREZAN, OCUPANTE DO CARGO DE ODONTOLOGO.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais; de acordo com os artigos 25 a 32 da Lei complementar nº. 142/2008, de 25 de março de 2008 e Decreto nº 3.140 de 06 de novembro de 2009;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER, Progressão Funcional horizontal, por Desempenho, a servidora MARIA DE LOURDES RICHETTI PIEREZAN, ocupante do cargo efetivo de ODONTOLOGA, nível ANS-05 Referência "B", carga horária de 10 horas semanais, do quadro de cargos e vencimentos do Poder Executivo, Lotada na Secretaria de Saúde e Bem Estar Social, tendo em vista a apresentação pela Comissão de Avaliação do Comprovante de Avaliação e do Termo final de Avaliação, passando para referência "C", do mesmo nível. Com efeitos a partir de 02 de abril de 2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir de 02 de abril de 2012.

Centro Administrativo Municipal, 20 de abril de 2012.
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Portaria Nº. 159 de 17 de Abril de 2012.

PORTARIA Nº. 159 DE 17 DE ABRIL DE 2012.
CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL POR DESEMPENHO A SERVIDORA SCHELEY RAAP DO NASCIMENTO, OCUPANTE DO CARGO DE ENFERMEIRA.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais; de acordo com os artigos 25 a 32 da Lei complementar nº. 142/2008, de 25 de março de 2008 e Decreto nº 3.140 de 06 de novembro de 2009;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER, Progressão Funcional horizontal, por Desempenho, a servidora SCHELEY RAAP DO NASCIMENTO, ocupante do cargo efetivo de ENFERMEIRA, nível ANS-04 Referência "A", carga horária de 40 horas semanais, do quadro de cargos e vencimentos do Poder Executivo, Lotada na Secretaria de Saúde e Bem Estar Social, tendo em vista a apresentação pela Comissão de Avaliação do Comprovante de Avaliação e do Termo final de Avaliação, passando para referência "B", do mesmo nível. Com efeitos a partir de 02 de abril de 2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir de 02 de abril de 2012.

Centro Administrativo Municipal, 20 de abril de 2012.
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Portaria Nº. 160 de 17 de Abril de 2012.

PORTARIA Nº. 160 DE 17 DE ABRIL DE 2012.
CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL POR DESEMPENHO A SERVIDORA SONIA TEREZINHA ZAGO MENONCIN, OCUPANTE DO CARGO DE AGENTE DE SAÚDE PÚBLICA.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais; de acordo com os artigos 25 a 32 da Lei complementar nº. 142/2008, de 25 de março de 2008 e Decreto nº 3.140 de 06 de novembro de 2009;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER, Progressão Funcional horizontal, por Desempenho, a servidora SONIA TEREZINHA ZAGO MENONCIN, ocupante do cargo efetivo de AGENTE DE SAÚDE PÚBLICA, nível ATM-03 Referência "B", carga horária de 40 horas semanais, do quadro de cargos e vencimentos do Poder Executivo, Lotada na Secretaria de Saúde e Bem Estar Social, tendo em vista a apresentação pela Comissão de Avaliação do Comprovante de Avaliação e do Termo final de Avaliação, passando para referência "C", do mesmo nível. Com efeitos a partir de 02 de abril de 2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir de 02 de abril de 2012.

Centro Administrativo Municipal, 20 de abril de 2012.
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Portaria Nº. 161 de 17 de Abril de 2012.

PORTARIA Nº. 161 DE 17 DE ABRIL DE 2012.
CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL POR DESEMPENHO AO SERVIDOR VALDIR DOMINGOS BENDER, OCUPANTE DO CARGO DE MOTORISTA DE AMBULÂNCIA.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais; de acordo com os artigos 25 a 32 da Lei complementar nº. 142/2008, de 25 de março de 2008 e Decreto nº 3.140 de 06 de novembro de 2009;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER, Progressão Funcional horizontal, por Desempenho, ao servidor VALDIR DOMINGOS BENDER, ocupante do cargo efetivo de MOTORISTA DE AMBULÂNCIA, nível TSO-07 Referência "B", carga horária de 40 horas semanais, do quadro de cargos e vencimentos do Poder Executivo, Lotado na Secretaria de Saúde e Bem Estar Social, tendo em vista a apresentação pela Comissão de Avaliação do Comprovante de Avaliação e do Termo final de Avaliação, passando para referência "C", do mesmo nível. Com efeitos a partir de 02 de abril de 2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir de 02 de abril de 2012.

Centro Administrativo Municipal, 20 de abril de 2012.
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Portaria Nº. 131 de 17 de Abril de 2012.

PORTARIA Nº. 131 DE 17 DE ABRIL DE 2012.
CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL POR DESEMPENHO AO SERVIDOR ERNESTO PERAZZOLI, OCUPANTE DO CARGO DE MOTORISTA.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais; de acordo com os artigos 25 a 32 da Lei complementar nº. 142/2008, de 25 de março de 2008 e Decreto nº 3.140 de 06 de novembro de 2009;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER, Progressão Funcional horizontal, por Desempenho, ao servidor ERNESTO PERAZZOLI, ocupante do cargo efetivo de MOTORISTA, nível TSO-04 Referência "B", carga horária de 40 horas semanais, do quadro de cargos e vencimentos do Poder Executivo, Lotado na Secretaria de Educação e Cultura, tendo em vista a apresentação pela Comissão de Avaliação do Comprovante de Avaliação e do Termo final de Avaliação, passando para referência "C", do mesmo nível. Com efeitos a partir de 02 de abril de 2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir de 02 de abril de 2012.

Centro Administrativo Municipal, 20 de abril de 2012.
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Portaria Nº. 132 de 17 de Abril de 2012.

PORTARIA Nº. 132 DE 17 DE ABRIL DE 2012.
CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL POR DESEMPENHO AO SERVIDOR EUCLESIO JOSÉ PELICOLI, OCUPANTE DO CARGO DE MOTORISTA.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais; de acordo com os artigos 25 a 32 da Lei complementar nº. 142/2008, de 25 de março de 2008 e Decreto nº 3.140 de 06 de novembro de 2009;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER, Progressão Funcional horizontal, por Desempenho, ao servidor EUCLESIO JOSÉ PELICOLI, ocupante do cargo efetivo de MOTORISTA, nível TSO-04 Referencia "B", carga horária de 40 horas semanais, do quadro de cargos e vencimentos do Poder Executivo, Lotado na Secretaria de Educação e Cultura, tendo em vista a apresentação pela Comissão de Avaliação do Comprovante de Avaliação e do Termo final de Avaliação, passando para referencia "C", do mesmo nível. Com efeitos a partir de 02 de abril de 2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir de 02 de abril de 2012.

Centro Administrativo Municipal, 20 de abril de 2012.
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Portaria Nº. 138 de 17 de Abril de 2012.

PORTARIA Nº. 138 DE 17 DE ABRIL DE 2012.
CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL POR DESEMPENHO AO SERVIDOR AMILTON CIVIDINI, OCUPANTE DO CARGO DE OPERADOR DE ROLO COMPACTADOR.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais; de acordo com os artigos 25 a 32 da Lei complementar nº. 142/2008, de 25 de março de 2008 e Decreto nº 3.140 de 06 de novembro de 2009;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER, Progressão Funcional horizontal, por Desempenho, ao servidor AMILTON CIVIDINI, ocupante do cargo efetivo de OPERADOR DE ROLO COMPACTADOR, nível TSO-03 Referencia "B", carga horária de 40 horas semanais, do quadro de cargos e vencimentos do Poder Executivo, Lotado na Secretaria de Transportes e Obras, tendo em vista a apresentação pela Comissão de Avaliação do Comprovante de Avaliação e do Termo final de Avaliação, passando para referencia "C", do mesmo nível. Com efeitos a partir de 02 de abril de 2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir de 02 de abril de 2012.

Centro Administrativo Municipal, 20 de abril de 2012.
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Portaria Nº. 139 de 17 de Abril de 2012.

PORTARIA Nº. 139 DE 17 DE ABRIL DE 2012.
CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL POR DESEMPENHO AO SERVIDOR AUGUSTINHO CARLOS LOAT, OCUPANTE DO CARGO DE VIGIA.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais; de acordo com os artigos 25 a 32 da Lei complementar nº. 142/2008, de 25 de março de 2008 e Decreto nº 3.140 de 06 de novembro de 2009;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER, Progressão Funcional horizontal, por Desempenho, ao servidor AUGUSTINHO CARLOS LOAT, ocupante do cargo efetivo de VIGIA, nível SEG-03 Referencia "B", carga horária de 40 horas semanais, do quadro de cargos e vencimentos do Poder Executivo, Lotado na Secretaria de Transportes e Obras, tendo em vista a apresentação pela Comissão de Avaliação do Comprovante de Avaliação e do Termo final de Avaliação, passando para referencia "C", do mesmo nível. Com efeitos a partir de 02 de abril de 2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir de 02 de abril de 2012.

Centro Administrativo Municipal, 20 de abril de 2012.
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Portaria Nº. 140 de 17 de Abril de 2012.

PORTARIA Nº. 140 DE 17 DE ABRIL DE 2012.
CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL POR DESEMPENHO AO SERVIDOR DARCI DA SILVA AZEVEDO, OCUPANTE DO CARGO DE CORTADOR DE PEDRAS.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais; de acordo com os artigos 25 a 32 da Lei complementar nº. 142/2008, de 25 de março de 2008 e Decreto nº 3.140 de 06 de novembro de 2009;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER, Progressão Funcional horizontal, por Desempenho, ao servidor DARCI DA SILVA AZEVEDO, ocupante do cargo efetivo de CORTADOR DE PEDRAS, nível UNI-01 Referencia "C", carga horária de 40 horas semanais, do quadro de cargos e vencimentos do Poder Executivo, Lotado na Secretaria de Transportes e Obras, tendo em vista a apresentação pela Comissão de Avaliação do Comprovante de Avaliação e do Termo final de Avaliação, passando para referencia "D", do mesmo nível. Com efeitos a partir de 02 de abril de 2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir de 02 de abril de 2012.

Centro Administrativo Municipal, 20 de abril de 2012.
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Portaria Nº. 141 de 17 de Abril de 2012.

PORTARIA Nº. 141 DE 17 DE ABRIL DE 2012.
CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL POR DESEMPENHO AO SERVIDOR DEJAIR RODRIGUES, OCUPANTE DO CARGO DE OPERARIO BRAÇAL.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais; de acordo com os artigos 25 a 32 da Lei complementar nº. 142/2008, de 25 de março de 2008 e Decreto nº 3.140 de 06 de novembro de 2009;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER, Progressão Funcional horizontal, por Desempenho, ao servidor DEJAIR RODRIGUES, ocupante do cargo efetivo de OPERARIO BRAÇAL, nível SEG-02 Referencia "A", carga horária de 40 horas semanais, do quadro de cargos e vencimentos do Poder Executivo, Lotado na Secretaria de Transportes e Obras, tendo em vista a apresentação pela Comissão de Avaliação do Comprovante de Avaliação e do Termo final de Avaliação,

passando para referencia "B", do mesmo nível. Com efeitos a partir de 02 de abril de 2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir de 02 de abril de 2012.

Centro Administrativo Municipal, 20 de abril de 2012.
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Portaria Nº. 142 de 17 de Abril de 2012.

PORTARIA Nº. 142 DE 17 DE ABRIL DE 2012.

CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL POR DESEMPENHO AO SERVIDOR GUIOMAR JARDIN FERNANDES, OCUPANTE DO CARGO DE OPERADOR DE MARTELETE.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais; de acordo com os artigos 25 a 32 da Lei complementar nº. 142/2008, de 25 de março de 2008 e Decreto nº 3.140 de 06 de novembro de 2009;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER, Progressão Funcional horizontal, por Desempenho, ao servidor GUIOMAR JARDIN FERNANDES, ocupante do cargo efetivo de OPERADOR DE MARTELETE, nível UNI-04 Referencia "C", carga horária de 40 horas semanais, do quadro de cargos e vencimentos do Poder Executivo, Lotado na Secretaria de Transportes e Obras, tendo em vista a apresentação pela Comissão de Avaliação do Comprovante de Avaliação e do Termo final de Avaliação, passando para referencia "D", do mesmo nível. Com efeitos a partir de 02 de abril de 2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir de 02 de abril de 2012.

Centro Administrativo Municipal, 20 de abril de 2012.
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Portaria Nº. 143 de 17 de Abril de 2012.

PORTARIA Nº. 143 DE 17 DE ABRIL DE 2012.

CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL POR DESEMPENHO AO SERVIDOR IZIDORO IRI RUBINI, OCUPANTE DO CARGO DE MOTORISTA.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais; de acordo com os artigos 25 a 32 da Lei complementar nº. 142/2008, de 25 de março de 2008 e Decreto nº 3.140 de 06 de novembro de 2009;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER, Progressão Funcional horizontal, por Desempenho, ao servidor IZIDORO IRI RUBINI, ocupante do cargo efetivo de MOTORISTA, nível TSO-04 Referencia "B", carga horária de 40 horas semanais, do quadro de cargos e vencimentos do Poder Executivo, Lotado na Secretaria de Transportes e Obras, tendo em vista a apresentação pela Comissão de Avaliação do Comprovante de Avaliação e do Termo final de Avaliação, passando para referencia "C", do mesmo nível. Com efeitos a partir de 02 de abril de 2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir de 02 de abril de 2012.

Centro Administrativo Municipal, 20 de abril de 2012.
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Portaria Nº. 144 de 17 de Abril de 2012.

PORTARIA Nº. 144 DE 17 DE ABRIL DE 2012.

CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL POR DESEMPENHO AO SERVIDOR JOÃO DA SILVA, OCUPANTE DO CARGO DE OPERADOR DE TRATOR AGRÍCOLA.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais; de acordo com os artigos 25 a 32 da Lei complementar nº. 142/2008, de 25 de março de 2008 e Decreto nº 3.140 de 06 de novembro de 2009;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER, Progressão Funcional horizontal, por Desempenho, ao servidor JOÃO DA SILVA, ocupante do cargo efetivo de OPERADOR DE TRATOR AGRÍCOLA, nível TSO-03 Referencia "B", carga horária de 40 horas semanais, do quadro de cargos e vencimentos do Poder Executivo, Lotado na Secretaria de Transportes e Obras, tendo em vista a apresentação pela Comissão de Avaliação do Comprovante de Avaliação e do Termo final de Avaliação, passando para referencia "C", do mesmo nível. Com efeitos a partir de 02 de abril de 2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir de 02 de abril de 2012.

Centro Administrativo Municipal, 20 de abril de 2012.
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Portaria Nº. 145 de 17 de Abril de 2012.

PORTARIA Nº. 145 DE 17 DE ABRIL DE 2012.

CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL POR DESEMPENHO AO SERVIDOR JOSÉ ALDAIR DOS SANTOS, OCUPANTE DO CARGO DE OPERADOR DE RETROESCAVADEIRA.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais; de acordo com os artigos 25 a 32 da Lei complementar nº. 142/2008, de 25 de março de 2008 e Decreto nº 3.140 de 06 de novembro de 2009;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER, Progressão Funcional horizontal, por Desempenho, ao servidor JOSÉ ALDAIR DOS SANTOS, ocupante do cargo efetivo de OPERADOR DE RETROESCAVADEIRA, nível TSO-06 Referencia "A", carga horária de 40 horas semanais, do quadro de cargos e vencimentos do Poder Executivo, Lotado na Secretaria de Transportes e Obras, tendo em vista a apresentação pela Comissão de Avaliação do Comprovante de Avaliação e do Termo final de Avaliação, passando para referencia "B", do mesmo nível. Com efeitos a partir de 02 de abril de 2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir de 02 de abril de 2012.

Centro Administrativo Municipal, 20 de abril de 2012.
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Portaria Nº. 146 de 17 de Abril de 2012.

PORTARIA Nº. 146 DE 17 DE ABRIL DE 2012.

CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL POR DESEMPENHO AO SERVIDOR MANOEL TENÓRIO DA SILVA FILHO, OCUPANTE DO CARGO DE OPERADOR DE BRITAGEM.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais; de acordo com os artigos 25 a 32 da Lei complementar nº. 142/2008, de 25 de março de 2008 e Decreto nº 3.140 de 06 de novembro de 2009;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER, Progressão Funcional horizontal, por Desempenho, ao servidor MANOEL TENÓRIO DA SILVA FILHO, ocupante do cargo efetivo de OPERADOR DE BRITAGEM, nível UNI-03 Referência "B", carga horária de 40 horas semanais, do quadro de cargos e vencimentos do Poder Executivo, Lotado na Secretaria de Transportes e Obras, tendo em vista a apresentação pela Comissão de Avaliação do Comprovante de Avaliação e do Termo final de Avaliação, passando para referência "C", do mesmo nível. Com efeitos a partir de 02 de abril de 2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir de 02 de abril de 2012.

Centro Administrativo Municipal, 20 de abril de 2012.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

Portaria Nº. 147 de 17 de Abril de 2012.

PORTARIA Nº. 147 DE 17 DE ABRIL DE 2012.

CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL POR DESEMPENHO AO SERVIDOR OSNILDO ANGELO NEIS, OCUPANTE DO CARGO DE MOTORISTA.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais; de acordo com os artigos 25 a 32 da Lei complementar nº. 142/2008, de 25 de março de 2008 e Decreto nº 3.140 de 06 de novembro de 2009;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER, Progressão Funcional horizontal, por Desempenho, ao servidor OSNILDO ANGELO NEIS, ocupante do cargo efetivo de MOTORISTA, nível TSO-04 Referência "B", carga horária de 40 horas semanais, do quadro de cargos e vencimentos do Poder Executivo, Lotado na Secretaria de Transportes e Obras, tendo em vista a apresentação pela Comissão de Avaliação do Comprovante de Avaliação e do Termo final de Avaliação, passando para referência "C", do mesmo nível. Com efeitos a partir de 02 de abril de 2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir de 02 de abril de 2012.

Centro Administrativo Municipal, 20 de abril de 2012.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

Portaria Nº. 148 de 17 de Abril de 2012.

PORTARIA Nº. 148 DE 17 DE ABRIL DE 2012.

CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL POR DESEMPENHO AO SERVIDOR PAULO EURICO LOAT, OCUPANTE DO CARGO DE VIGIA.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais; de acordo com os artigos 25 a 32 da Lei complementar nº. 142/2008, de 25 de março de 2008 e Decreto nº 3.140 de 06 de novembro de 2009;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER, Progressão Funcional horizontal, por

Desempenho, ao servidor PAULO EURICO LOAT, ocupante do cargo efetivo de VIGIA, nível SEG-03 Referência "B", carga horária de 40 horas semanais, do quadro de cargos e vencimentos do Poder Executivo, Lotado na Secretaria de Transportes e Obras, tendo em vista a apresentação pela Comissão de Avaliação do Comprovante de Avaliação e do Termo final de Avaliação, passando para referência "C", do mesmo nível. Com efeitos a partir de 02 de abril de 2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir de 02 de abril de 2012.

Centro Administrativo Municipal, 20 de abril de 2012.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

Portaria Nº. 149 de 17 de Abril de 2012.

PORTARIA Nº. 149 DE 17 DE ABRIL DE 2012.

CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL POR DESEMPENHO AO SERVIDOR PEDRO DIAS DAS NEVES, OCUPANTE DO CARGO DE OPERADOR DE MOTONIVELADORA.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais; de acordo com os artigos 25 a 32 da Lei complementar nº. 142/2008, de 25 de março de 2008 e Decreto nº 3.140 de 06 de novembro de 2009;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER, Progressão Funcional horizontal, por Desempenho, ao servidor PEDRO DIAS DAS NEVES, ocupante do cargo efetivo de OPERADOR DE MOTONIVELADORA, nível TSO-06 Referência "C", carga horária de 40 horas semanais, do quadro de cargos e vencimentos do Poder Executivo, Lotado na Secretaria de Transportes e Obras, tendo em vista a apresentação pela Comissão de Avaliação do Comprovante de Avaliação e do Termo final de Avaliação, passando para referência "D", do mesmo nível. Com efeitos a partir de 02 de abril de 2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir de 02 de abril de 2012.

Centro Administrativo Municipal, 20 de abril de 2012.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

Portaria Nº. 150 de 17 de Abril de 2012.

PORTARIA Nº. 150 DE 17 DE ABRIL DE 2012.

CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL POR DESEMPENHO AO SERVIDOR VALDIR ANTONIO NEIS, OCUPANTE DO CARGO DE OPERADOR DE TRATOR ESTEIRA II.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais; de acordo com os artigos 25 a 32 da Lei complementar nº. 142/2008, de 25 de março de 2008 e Decreto nº 3.140 de 06 de novembro de 2009;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER, Progressão Funcional horizontal, por Desempenho, ao servidor VALDIR ANTONIO NEIS, ocupante do cargo efetivo de OPERADOR DE TRATOR ESTEIRA II, nível TSO-08 Referência "C", carga horária de 40 horas semanais, do quadro de cargos e vencimentos do Poder Executivo, Lotado na Secretaria de Transportes e Obras, tendo em vista a apresentação pela Comissão de Avaliação do Comprovante de Avaliação e do Termo final de Avaliação, passando para referência "D", do mesmo nível. Com

efeitos a partir de 02 de abril de 2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir de 02 de abril de 2012.

Centro Administrativo Municipal, 20 de abril de 2012.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

Portaria Nº. 151 de 17 de Abril de 2012.

PORTARIA Nº. 151 DE 17 DE ABRIL DE 2012.

CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL POR DESEMPENHO AO SERVIDOR VALDIR BACH, OCUPANTE DO CARGO DE OPERÁRIO BRAÇAL.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais; de acordo com os artigos 25 a 32 da Lei complementar nº. 142/2008, de 25 de março de 2008 e Decreto nº 3.140 de 06 de novembro de 2009;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER, Progressão Funcional horizontal, por Desempenho, ao servidor VALDIR BACH, ocupante do cargo efetivo de OPERÁRIO BRAÇAL, nível SEG-02 Referência "C", carga horária de 40 horas semanais, do quadro de cargos e vencimentos do Poder Executivo, Lotado na Secretaria de Transportes e Obras, tendo em vista a apresentação pela Comissão de Avaliação do Comprovante de Avaliação e do Termo final de Avaliação, passando para referência "D", do mesmo nível. Com efeitos a partir de 02 de abril de 2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir de 02 de abril de 2012.

Centro Administrativo Municipal, 20 de abril de 2012.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

Porto Belo

PREFEITURA

Dispensa de Licitação Nº 017/2012

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 017/2012

Objeto: Contratação, em caráter emergencial, de empresa detentora de capacidade técnica e estrutura operacional para operação e manutenção de serviços de captação, adução, tratamento, reservação e distribuição de água do Município de Porto Belo, em decorrência da retomada dos serviços.

Contratado: CONASA - COMPANHIA NACIONAL DE SANEAMENTO, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.836.557/0001-49, estabelecida na Rua Higienópolis, nº 1601, sala 701, Jardim Higienópolis, Londrina (PR).

Valor global: O valor estimado é de R\$ 2.109.000,00 (dois milhões, cento e nove mil reais), estimados para o período de vigência deste contrato, que é fixado em 180 (cento e oitenta) dias, a partir de 29/04/2012.

Centro Administrativo "Prefeito Antônio Stadler Filho", em Porto Belo - SC, aos 20 dias do mês de abril de 2012.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Porto União

PREFEITURA

Lei Nº 4.006/2012

LEI Nº 4006, de 23 de abril de 2012.

Cria a Coordenadoria Municipal de Defesa Civil - COMDEC do Município de Porto União - SC, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica criada a Coordenadoria Municipal de Defesa Civil - COMDEC do Município de Porto União - SC, diretamente subordinada ao Prefeito ou ao seu eventual substituto, com a finalidade de coordenar, em nível municipal, todas as ações de defesa civil, nos períodos de normalidade e anormalidade.

Art. 2º Para as finalidades desta Lei denomina-se:

I- Defesa Civil: o conjunto de ações preventivas, de socorro, assistencial e reconstrutivas, destinadas a evitar ou minimizar os desastres, preservar o moral da população e restabelecer e normalidade social;

II- Desastre: o resultado de eventos adversos, naturais ou provocados pelo homem, sobre um ecossistema vulnerável, causando danos humanos, materiais ou ambientais e consequentemente prejuízos econômicos e sociais;

III- Situação de Emergência: reconhecimento legal pelo Poder Público de situação anormal, provocada por desastre, causando danos superáveis pela comunidade afetada.

IV- Estado de Calamidade Pública: reconhecimento legal pelo Poder Público de situação anormal, provocada por desastre, causando sérios danos à comunidade afetada, inclusive à incolumidade ou à vida de seus integrantes.

Art. 3º A Coordenadoria Municipal de Defesa Civil - COMDEC manterá com os demais órgãos congêneres municipais, estaduais e federais, estreito intercâmbio com o objetivo de receber e fornecer subsídios técnicos para esclarecimentos relativos à defesa civil.

Art. 4º A Coordenadoria Municipal de Defesa Civil - COMDEC constituirá órgão integrante do Sistema Nacional de Defesa Civil.

Art. 5º A COMDEC compor-se-á de:

- I- Coordenador
- II- Conselho Municipal
- III- Secretaria
- IV- Setor Técnico
- V- Setor Operativo

Art. 6º O Coordenador da COMDEC será indicado pelo Chefe do Executivo Municipal e compete ao mesmo organizar as atividades de defesa civil no município.

Art. 7º Deverão constar dos currículos escolares nos estabelecimentos municipais de ensino, noções gerais sobre procedimentos de Defesa Civil.

Art. 8º O Conselho Municipal será composto pelo Presidente, Vice-Presidente, Grupo Técnico (Secretarias) e Grupo Comunitário.

Art. 9º Os servidores públicos designados para colaborar nas ações emergenciais exercerão essas atividades sem prejuízos das funções que ocupam, e não farão jus a qualquer espécie de gratificação ou remuneração especial.

Parágrafo único. A colaboração referida neste artigo será considerada prestação de serviço relevante e constará dos assentamentos dos respectivos servidores.

Art. 10. A presente Lei será regulamentada pelo Poder Executivo Municipal, no prazo de 60 (sessenta) dias a partir de sua publicação.

Art. 11. Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Art. 12. Revogam-se a Lei Municipal nº 3.984, de 21 de março de 2012, e as demais disposições em contrário.

Porto União (SC), 23 de abril de 2012.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

Decreto Nº 803/2012

DECRETO Nº 803, de 12 de abril de 2012.

Dispõe sobre as condutas vedadas aos Agentes Públicos no período eleitoral do ano de 2012.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64 da Lei Orgânica do Município, tendo em vista a Resolução nº 23.370, Capítulo IX do TSE, que dispõe sobre as condutas vedadas aos agentes públicos no período eleitoral do ano de 2012,

DECRETA:

Art. 1º Para fins eleitorais, nos moldes do Artigo 73, § 1º, da Lei 9.504/97 e Art. 50, § 1º da Instrução TSE nº 131/2009, AGENTE PÚBLICO é todo aquele que exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função nos órgãos ou entidades da administração pública direta, indireta, ou fundacional.

Art. 2º Fica expressamente vedado aos AGENTES PÚBLICOS no ano eleitoral:

I- a prática no horário de expediente, de qualquer ato de natureza político-eleitoral, sujeitando-se o agente às penalidades da Lei Federal nº 9.504, de 30 de setembro de 1997;

II- as manifestações silenciosas, em horário de expediente, de preferência por determinado candidato, tais como a colocação de cartazes, adesivos ou qualquer tipo de peça publicitária nas dependências internas do local de trabalho, em veículos oficiais ou custeados com recursos públicos, bem como a utilização de camisetas, bonés, broches, dísticos, faixas e qualquer outra peça de vestuário que contenha alusão, ainda que indireta, de caráter eleitoral;

III- a menção, divulgação ou qualquer forma de alusão a candidatos, partidos ou coligações no momento da prestação dos serviços ou da distribuição gratuita de bens;

§ 1º A conduta vedada por este artigo deverá ser imediatamente suspensa pela autoridade hierarquicamente superior do

responsável por sua prática, tão logo tenha ciência do fato, sob pena de responsabilidade na forma da lei.

§ 2º A suspensão prevista no parágrafo anterior poderá, conforme a gravidade do caso, ensejar a adoção das medidas cabíveis para esclarecimento, ao público alcançado pela prestação de serviços ou distribuição gratuita de bens, de que essas ações não constituem qualquer tipo de benesse pessoal, mas são apenas dever do Estado.

Art. 3º Ficam os AGENTES PÚBLICOS do Município vinculados às condutas vedadas em campanha eleitoral dispostas nos artigos do Capítulo IX, da Resolução do TSE nº 23.370, em especial o artigo destacado abaixo.

"Art. 50. São proibidas aos agentes públicos, servidores ou não, as seguintes condutas tendentes a afetar a igualdade de oportunidades entre candidatos nos pleitos eleitorais (Lei nº 9.504/97, art. 73, I a VIII):

I- ceder ou usar, em benefício do candidato, partido político ou coligação, bens móveis ou imóveis pertencentes à Administração direta ou indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, ressalvada a realização de convenção partidária;

II- usar materiais ou serviços, custeados pelos governos ou casas legislativas, que excedam as prerrogativas consignadas nos regimentos e normas dos órgãos que integram;

III- ceder servidor público ou empregado da Administração direta ou indireta federal, estadual ou municipal do Poder Executivo, ou usar de seus serviços, para comitês de campanha eleitoral de candidato, partido político ou coligação, durante o horário de expediente normal, salvo se o servidor ou o empregado estiver licenciado;

IV- fazer ou permitir uso promocional em favor de candidato, partido político ou coligação, de distribuição gratuita de bens e serviços de caráter social custeados ou subvencionados pelo poder público;

V- nomear, contratar ou de qualquer forma admitir, demitir sem justa causa, suprimir ou readaptar vantagens ou por outros meios dificultar ou impedir o exercício funcional e ainda, ex officio, remover, transferir ou exonerar servidor público, na circunscrição do pleito, a partir de 7 de julho de 2012 até a posse dos eleitos, sob pena de nulidade de pleno direito, ressalvadas:

- a) a nomeação ou exoneração de cargos em comissão e designação ou dispensa de funções de confiança;
- b) a nomeação dos aprovados em concursos públicos homologados até o início daquele prazo;
- c) a nomeação ou contratação necessária à instalação ou ao funcionamento inadiável de serviços públicos essenciais, com prévia e expressa autorização do Chefe do Poder Executivo;

VI- a partir de 7 de julho de 2012 até a realização do pleito:

- a) realizar transferência voluntária de recursos da União aos Estados e Municípios, e dos Estados aos Municípios, sob pena de nulidade de pleno direito, ressalvados os recursos destinados a cumprir obrigação formal preexistente para a execução de obra ou serviço em andamento e com cronograma prefixado, e os destinados a atender situações de emergência e de calamidade pública;
- b) com exceção da propaganda de produtos e serviços que tenham concorrência no mercado, autorizar publicidade institucional dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos ou das respectivas entidades da Administração indireta, salvo em caso de grave e urgência necessidade pública, assim reconhecida pela Justiça Eleitoral;
- c) fazer pronunciamento em cadeia de rádio e televisão fora do

horário eleitoral gratuito, salvo quando, a critério da Justiça Eleitoral, tratar-se de matéria urgente, relevante e característica das funções de governo;

VII- realizar, em ano de eleição, antes do prazo fixado no inciso anterior, despesas com publicidade dos órgãos públicos ou das respectivas entidades da Administração indireta, que excedam a média dos gastos nos três últimos anos que antecedem o pleito ou do último ano imediatamente anterior à eleição, prevalecendo o que for menor;

VIII- fazer, na circunscrição do pleito, revisão geral da remuneração dos servidores públicos que exceda a recomposição da perda de seu poder aquisitivo ao longo do ano da eleição, a partir de 7 de abril de 2012 até a posse dos eleitos;

§ 1º Reputa-se agente público, para os efeitos deste artigo, quem exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função nos órgãos ou entidades da Administração Pública direta, indireta ou fundacional (Lei nº 9.504/97, art. 73, § 1º).

§ 2º A vedação do inciso I deste artigo não se aplica ao uso, em campanha, pelos candidatos à reeleição de Prefeito e Vice-Prefeito, de suas residências oficiais, com os serviços inerentes à sua utilização normal, para realização de contatos, encontros e reuniões pertinentes à própria campanha, desde que não tenham caráter de ato público (Lei nº 9.504/97, art. 73, § 2º).

§ 3º As vedações do inciso VI, alíneas b e c deste artigo, aplicam-se apenas aos agentes públicos das esferas administrativas cujos cargos estejam em disputa na eleição (Lei nº 9.504/97, art. 73, § 3º).

§ 4º Nos casos de descumprimento dos incisos do caput e do estabelecido no § 9º, o candidato beneficiado, agente público ou não, ficará sujeito à cassação do registro ou do diploma, ressalvadas outras sanções de caráter constitucional, administrativo ou disciplinar fixadas pelas demais leis vigentes (Lei nº 9.504/97, art. 73, § 5º, c.c. o art. 78).

§ 5º No ano em que se realizar eleição, fica proibida a distribuição gratuita de bens, valores ou benefícios por parte da Administração Pública, exceto nos casos de calamidade pública, de estado de emergência ou de programas sociais autorizados em lei e já em execução orçamentária no exercício anterior, casos em que o Ministério público poderá promover o acompanhamento de sua execução financeira e administrativa (Lei nº 9.504/97, art. 73, § 10).

§ 6º Nos anos eleitorais, os programas sociais de que trata o parágrafo anterior, não poderão ser executados por entidade nominalmente vinculada a candidato ou por esse mantida (Lei nº 9.504/97, art. 73, §11)."

Art. 4º Qualquer ato e/ou conduta vedada, praticado por AGENTE PÚBLICO do Município de Porto União, será de inteira responsabilidade do agente, respondendo pelas sanções cabíveis.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 12 de abril de 2012.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

Decreto Nº 812/2012

DECRETO Nº 812, de 24 de abril de 2012.

Institui a reavaliação, redução ao valor recuperável de ativos, depreciação, amortização e exaustão dos bens de propriedade ou sob a responsabilidade da Prefeitura Municipal de Porto União.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64 da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o disposto no Art. 50, § 3º, VI, da Lei Complementar nº 101/2000, que visa garantir a manutenção do Sistema de Custos;

CONSIDERANDO as Normas Brasileiras de Contabilidade N.T. 16.9 e N.T. 16.10, aprovadas pelas Resoluções nºs 1.136/08 e 1.137/08, respectivamente, do Conselho Federal de Contabilidade;

CONSIDERANDO a Portaria nº 828/2011 de 14 de dezembro de 2011; e

CONSIDERANDO ainda o Decreto Municipal nº 786/2012, de 28 de março de 2012,

RESOLVE:

Art. 1º Regulamentar tornando obrigatória, no âmbito do Município de Porto União em sua Administração Direta e Indireta, a adoção dos procedimentos necessários à reavaliação, redução ao valor recuperável de ativos, depreciação, amortização e exaustão dos bens.

Art. 2º Para cumprimento do disposto no Art. 1º deste Decreto, compete ao Prefeito Municipal:

I- disciplinar, em ato próprio, os procedimentos relativos à reavaliação, redução ao valor recuperável de ativos, depreciação, amortização e exaustão para os bens de propriedade ou sob responsabilidade do Município;

II- nomear as comissões responsáveis pelos procedimentos de reavaliação, redução ao valor recuperável de ativos, depreciação, amortização e exaustão dos bens.

§ 1º Os membros que comporão a comissão serão gratificados conforme Artigo 105 da Lei nº 2055, de 20 de outubro de 1994.

§ 2º A comissão a que se refere o inciso II do caput deste artigo deverá elaborar laudo de vistoria contendo, no mínimo, as seguintes informações:

I- descrição detalhada de cada bem avaliado e da correspondente documentação;

II- critérios utilizados para a avaliação e sua respectiva fundamentação técnica, inclusive elementos de comparação adotados;

III- vida útil remanescente do bem;

IV- o valor residual, se houver, e

V- data da avaliação.

§ 3º Quando da necessidade de conhecimentos técnicos e esclarecimentos, o Município nomeará um servidor capacitado na área ou contratará técnico especializado.

§ 4º A comissão responsável pelos procedimentos de que trata o inciso II do caput será composta de 05 (cinco) servidores do Município, devendo um deles, no mínimo, possuir conhecimentos técnicos especializados em relação aos bens objeto da avaliação.

Art. 3º A reavaliação e a redução ao valor recuperável de ativos dos bens do Município de Porto União devem ser feitas até o final do exercício de 2013, conforme cronograma estabelecido pelo Decreto nº 786, de 28 de março de 2012.

Parágrafo único. A depreciação, amortização e exaustão dos bens do Município serão realizadas após a conclusão dos procedimentos previstos no caput deste Artigo.

Art. 4º Os bens adquiridos nos exercícios de 2010 e 2011, ficam dispensados da primeira reavaliação ou redução ao valor recuperável de ativos, aplicando-se a eles apenas a depreciação, amortização e exaustão.

Art. 5º Fica o setor de Informática incumbido de prover as ações necessárias para implantar ou adaptar, até o final do exercício de 2012, sistema informatizado de patrimônio capaz de permitir a adoção dos procedimentos de reavaliação, depreciação, amortização e exaustão dos bens do Município.

Art. 6º Compete à Secretaria de Finanças e Contabilidade, por intermédio do setor de Patrimônio, com o apoio do Departamento de Contabilidade e Execução Orçamentária:

I- proceder ao acompanhamento sistemático e permanente dos procedimentos previstos no Art. 1º e dos resultados obtidos, com o objetivo de editar normas complementares para assegurar o cumprimento deste Decreto;

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 24 de abril de 2012.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

RICARDO DRAGONI

Secretário Municipal de Finanças e Contabilidade

Decreto Nº 813/2012

DECRETO Nº 813, de 24 de abril de 2012.

Disciplina os procedimentos para reavaliação, redução ao valor recuperável de ativos, depreciação, amortização e exaustão dos bens pertencentes ao Município de Porto União.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o item IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Os procedimentos de reavaliação, redução ao valor recuperável de ativos, depreciação, amortização e exaustão dos bens de propriedade do município de Porto União obedecerão às normas estabelecidas no Decreto nº 812, de 24 de abril de 2012, e ao disposto neste decreto.

Parágrafo único. Para os fins deste Decreto, entende-se por:

avaliação patrimonial: atribuição de valor monetário a itens do ativo e do passivo decorrentes de julgamento fundamentado em consenso entre as partes e que traduza, com razoabilidade, a evidência dos atos e dos fatos administrativos;

mensuração: a constatação de valor monetário para itens do ativo e do passivo decorrente da aplicação de procedimentos técnicos suportados em análises qualitativas e quantitativas;

reavaliação: adoção do valor de mercado ou de consenso entre as partes para bens do ativo, quando esse for superior ao valor líquido contábil;

redução do valor recuperável (impairment): ajuste ao valor de mercado ou de consenso entre as partes para bens do ativo, quando esse for inferior ao valor líquido contábil;

valor de reavaliação ou valor da redução do ativo a valor recuperável: diferença entre o valor líquido contábil do bem e o valor de mercado ou de consenso, com base em laudo técnico;

valor de aquisição: soma do preço de compra do bem com os gastos suportados direta ou indiretamente para colocá-lo em condição de uso;

valor de mercado ou valor justo (fair value): valor pelo qual um ativo pode ser intercambiado ou um passivo pode ser liquidado entre as partes interessadas que atuam em condições independentes e isentas ou conhecedoras do mercado;

valor bruto contábil: valor do bem registrado na contabilidade, em determinada data, sem a dedução da correspondente depreciação, amortização ou exaustão acumulada;

valor líquido contábil: o valor do bem registrado na contabilidade, em determinada data, deduzido da correspondente depreciação, amortização ou exaustão acumulada;

valor recuperável: valor de mercado de um ativo menos o custo para a sua alienação, ou o valor que a entidade do setor público espera recuperar pelo uso futuro desse ativo nas suas operações, o que for maior;

amortização: redução do valor aplicado na aquisição de direitos de propriedade e quaisquer outros, inclusive ativos inatingíveis, com existência ou exercício de duração limitada, ou cujo objeto sejam bens de utilização por prazo legal ou contratualmente limitado;

depreciação: redução do valor dos bens tangíveis pelo desgaste ou perda de utilidade por uso, ação da natureza ou obsolescência;

exaustão: redução do valor, decorrente da exploração, dos recursos minerais, florestais e outros recursos naturais esgotáveis;

valor depreciável, amortizável e exaurível: valor original de um ativo deduzido do seu valor residual;

valor residual: montante líquido que a entidade espera, com razoável segurança, obter por um ativo no fim de sua vida útil, deduzidos os gastos esperados para sua alienação;

vida útil:

b) o período de tempo durante o qual a entidade espera utilizar o ativo; ou

o número de unidades de produção ou de unidades semelhantes que a entidade espera obter pela utilização do ativo; e

laudo técnico: documento hábil, conforme padrão definido pelo órgão central do Sistema Administrativo de Gestão Patrimonial, com as informações necessárias ao registro contábil, contendo, ao menos, os dados previsto no Art. 4º deste Decreto.

Art. 2º Os bens adquiridos, incorporados e/ou em condições de uso a partir de janeiro de 2010 serão depreciados ou amortizados de acordo com os prazos de vida útil e taxas de depreciação e amortização previstos no Anexo I, dispensando-se a prévia reavaliação.

Parágrafo único. A depreciação e a amortização dos ativos devem iniciar quando os bens estiverem em condições de uso.

Art. 3º Os bens adquiridos, incorporados e/ou em condições de uso anteriormente a 1º de janeiro de 2010, serão primeiramente reavaliados com base nos critérios constantes do Anexo II, e posteriormente depreciados ou amortizados de acordo com os prazos de vida útil a que se refere o Art. 2º deste Decreto.

Parágrafo único. Os bens recebidos por doação bem como os localizados por ocasião do inventário e que estejam sem identificação patrimonial, serão avaliados e incorporados ao patrimônio do município através de tombamento, aplicando-se os critérios do Art. 5º deste Decreto, iniciando-se a depreciação ou amortização a partir do seu registro no sistema de patrimônio do município.

Art. 4º Para os bens reavaliados, a depreciação ou a amortização devem ser calculadas e registradas sobre o valor reavaliado, tendo início a partir da data do respectivo parecer técnico, observando-se também os critérios estabelecidos no Art. 5º deste Decreto.

Art. 5º A reavaliação e a redução ao valor recuperável devem estimar a vida útil econômica dos bens adquiridos em exercícios anteriores e/ou reavaliados, e serão feitas por meio de parecer técnico, com base nos seguintes parâmetros e índices:

- I- valor de referência de mercado, ou de reposição;
- II- estado físico do bem, de acordo com o disposto no Anexo IV desta Portaria;
- III- capacidade de geração de benefícios futuros, em anos;
- IV- obsolescência tecnológica, em anos;
- V- desgaste físico decorrente de fatores operacionais ou não operacionais.

Parágrafo único. Em caráter excepcional, e formalmente justificado, poderão ser utilizados parâmetros de vida útil e valor residual diferenciados quando se tratar de bens singulares que possuam características de uso peculiares.

Art. 6º Os procedimentos de reavaliação ficam facultados para os bens que, por ocasião da vistoria, atenderem a, pelo menos, um dos requisitos a seguir:

capacidade de vida útil inferior a 02 (dois) anos;
com valor de mercado estimado inferior a R\$ 1.000,00;
Inservíveis por ocasião de excedência, obsolescência ou irrecoverabilidade.

Parágrafo único. Os bens que ao final de sua vida útil estimada não forem baixados, deverão ser reavaliados na forma prevista no Art. 5º deste Decreto, reiniciando-se novo ciclo para depreciação ou amortização.

Art. 7º A reavaliação dos bens móveis poderá ser executada por lotes, quando se tratar de bens similares, com vida útil idêntica e utilizada em condições semelhantes, desde que os bens que compõem este lote tenham sido postos em operação com diferença de no máximo 30 (trinta) dias.

Art. 8º A reavaliação e a redução ao valor recuperável deverão ser realizadas a cada 04 (quatro) anos, de modo a manter o patrimônio do município avaliado a valor justo, cuja referência é o valor de mercado, obedecendo os critérios mencionados no Art. 5º deste Decreto.

§ 1º A reavaliação poderá ocorrer em prazo distinto do previsto no caput, em caráter excepcional, nas seguintes situações:
para os bens cujos valores de mercado variarem significativamente em relação aos valores anteriormente registrados, a reavaliação ocorrerá anualmente;
para os bens móveis que ainda estão em condições de uso, a reavaliação ocorrerá ao final do período de vida útil do bem, estimando-se sua vida útil remanescente;
para os bens recebidos por doação ou transferência, a reavaliação ocorrerá concomitantemente à incorporação ao patrimônio do Município, observando-se o disposto no Art. 3º deste Decreto.

§ 2º Os relatórios contendo reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão dos bens de propriedade ou sob a responsabilidade do município, deverão ser encaminhados ao Departamento de Contabilidade até o 3º (terceiro) dia útil do mês seguinte ao de referência, com as informações constantes do Anexo VI deste Decreto.

Art. 9º Para cada grupo de bens a serem reavaliados, serão emitidos critérios específicos constantes dos anexos deste Decreto, com a finalidade de padronizar e uniformizar parâmetros de avaliação.

Art. 10. A primeira reavaliação ou redução ao valor recuperável dos bens de propriedade ou sob a responsabilidade do município será feita até o final do exercício de 2013, conforme cronograma estabelecido no Anexo VIII, integrante deste Decreto.

Art. 11. As situações não previstas neste Decreto serão analisadas pela Comissão responsável pelos procedimentos relativos à reavaliação, redução ao valor recuperável de ativos, depreciação, amortização e exaustão dos bens de propriedade ou sob responsabilidade do Município.

Art. 12. Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 24 de abril de 2012.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretária Municipal de Administração, Esporte e Cultura

ANEXO I

TABELA DE TAXA DE DEPRECIAÇÃO/AMORTIZAÇÃO, E VIDA ÚTIL DOS BENS MÓVEIS

CONTA	DESCRIÇÃO	TAXA ANUAL DE DEPRECIAÇÃO OU AMORTIZAÇÃO (%)	PRAZO DE VIDA ÚTIL (ANOS)
	APARELHOS DE MEDIÇÃO E ORIENTAÇÃO	10	10
	APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO	20	5
	APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS	10	10
	APARELHOS EQUIP. UTENS. MED. ODONT. LAB. HOSP.	10	10
	COLEÇÕES E MATERIAIS BIBLIOGRÁFICOS	0	
	EQUIP. PROTEÇÃO, SEGURANÇA SOCORRO	10	10
	INSTRUMENTOS MUSICAIS E ARTÍSTICOS	10	10
	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS GRÁFICOS	10	10
	EQUIPAMENTOS PARA ÁUDIO, VÍDEO E FOTO	20	5
	MÁQUINAS, UTENSÍLIOS E EQUIP. DIVERSOS	10	10
	EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	20	5
	MAQ. INSTALAÇÕES. E UTENS. DE ESCRITÓRIO	10	10
	EQUIPAMENTOS HIDRÁULICOS E ELÉTRICOS	10	10
	MOBILIÁRIO EM GERAL	10	10
	OBRAS DE ARTE E PEÇAS PARA MUSEUS	0	
	VEÍCULOS DE TRACÇÃO MECÂNICA	20	5
	ACESSÓRIOS PARA AUTOMÓVEIS	20	5
	OUTROS BENS MÓVEIS	10	10

PEÇAS NÃO INCORPORÁ- VEIS A IMÓVEIS	10	10
--	----	----

Fica estipulado como valor residual o percentual de 5% do valor do bem.

ANEXO II

CRITÉRIOS PARA REAVALIAÇÃO DE BENS MÓVEIS (ART. 3º)

Veículo Automotor:

A Reavaliação será feita com base no valor do mercado, considerando as condições gerais de uso do veículo;
O valor de referência de mercado será obtido por meio da Tabela FIPE, o qual será confrontado com as condições gerais do veículo, através de Laudo de Reavaliação emitido individualmente, que contemplará a avaliação dos itens relevantes do veículo, conforme Tabela do Anexo III.

Equipamentos e Mobiliários em Geral

A Reavaliação necessitará de vistoria, utilizando os critérios do art. 5º deste Decreto, com base na Tabela do Anexo IV.

Equipamentos de Processamento de Dados, Aparelhos, Equipamentos e Utensílios Médicos, Odontológicos, de Comunicação, Medição e Orientação:

A Reavaliação necessitará de Parecer Técnico elaborado por comissão, que será composta por 01 (um) Servidor com formação ou conhecimento na área, ou será assessorado por um técnico especializado.

ANEXO III LAUDO DE REAVALIAÇÃO DE VEÍCULO

Marca/ Modelo/ Ano:				Placa:	
Valor de Mer- cado:		Ano:		Km:	
Percentuais				Avaliação (R\$)	Custo de Recuperação (R\$)
Mecâ- nica	Motor 30%	Funciona	30%		
		Não Funciona	15%		
		Desmontado	10%		
	Caixa 15%	Funciona	15%		
		Não Funciona	7%		
		Desmontado	2%		
	Demais partes 10%	Funciona	10%		
		Não Funciona	5%		
		Desmontado	2%		

Estrutura	Lataria 30%	Boa	30%		
		Razoável	20%		
		Ruim	10%		
		Péssima	5%		
	Vidros Estofamentos Painel Acessórios 12%	Bons	12%		
		Razoáveis	10%		
		Ruins	6%		
		Péssimos	3%		
	Pneus 3%	Bons	3%		
		Ruins	1%		
Valor Veículo					-
Agregado (Acessórios)					
Descrição:		Bons	100%		
		Razoáveis	x 50%		
		Ruins	25%		
Valor de Mercado:	3.000,00	Péssimos	12%		
Valor Agregado					
INDICADOR DANOS DE ACIDENTE:		Total	Parcial		
Parte Mecânica:					
Parte Estrutural:					
DEPRECIAÇÃO DEVIDO AO ACIDENTE					
TOTAIS					
VALOR REAVALIADO					
NOVO PRAZO DE VIDA ÚTIL					
* Valor de mercado atribuído com base na Tabela Fipe					
* Custo de recuperação sobre o valor de mercado obtido pela média de 3 orçamentos.					
Porto União,					
Membro Comissão		Membro Comissão		Membro Comissão	

ANEXO IV

FATORES DE INFLUÊNCIA PARA EFEITO DE REAVALIAÇÃO – EQUIPAMENTOS E MOBILIÁRIO EM GERAL

Estado de Conservação do Bem - EC		Período de Vida Útil do Bem (já utilizado) - PVU		Período de Utilização Futura do Bem - PUB	
Conceito	Pontuação	Conceito	Pontuação	Conceito	Pontuação
Excelente	10	10 anos	1	10 anos	10
Bom	8	9 anos	2	9 anos	9
Regular	5	8 anos	3	8 anos	8
Péssimo	2	7 anos	4	7 anos	7
		6 anos	5	6 anos	6
		5 anos	6	5 anos	5
		4 anos	7	4 anos	4
		3 anos	8	3 anos	3
		2 anos	9	2 anos	2
		1 ano	10	1 ano	1

Fator de reavaliação = 4 EC + 6 PVU – 3 PUB

Valor reavaliado = Valor do bem novo x fator de reavaliação 100

ANEXO V

MODELO DE PARECER TÉCNICO DE AVALIAÇÃO PARA BENS MÓVEIS

1. NR. LAUDO/PARECER TÉCNICO: _____

Código Orçamentário/ Descrição Contábil	
Descrição do Bem	
Localização do Bem	
Data de Aquisição	
Documentação Respectiva	

2. OBJETIVO DA AVALIAÇÃO/PARECER TÉCNICO:

3. PRESSUPOSTOS, RESSALVAS E FATORES LIMITANTES:

4. CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO UTILIZADO:

5. RESULTADO DA AVALIAÇÃO E DATA DE REFERÊNCIA:

6. ESTADO DE CONSERVAÇÃO:

Ótimo ()	Bom ()	Regular ()	Péssimo ()
-----------	---------	-------------	-------------

7. VALORES:

Valor de Aquisição:

Valor de Mercado:

Valor Atribuído:

Vida Útil Remanescente:

8. OBSERVAÇÕES COMPLEMENTARES IMPORTANTES:

Porto União, Data: ____/____/____.

Nome:	Matrícula:	Assinatura:
Nome:	Matrícula:	Assinatura:
Nome:	Matrícula:	Assinatura:

ANEXO VI

MODELO DE PARECER TÉCNICO DE AVALIAÇÃO PARA BENS IMÓVEIS

1. NR. LAUDO/PARECER TÉCNICO: _____

Código Orçamentário/ Descrição Contábil	
Descrição do Bem	
Localização do Bem	
Data de Aquisição/Construção	
Documentação Respectiva	

2. OBJETIVO DA AVALIAÇÃO/PARECER TÉCNICO:

3. PRESSUPOSTOS, RESSALVAS E FATORES LIMITANTES:

4. CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO UTILIZADO:

5. RESULTADO DA AVALIAÇÃO E DATA DE REFERÊNCIA:

6. ESTADO DE CONSERVAÇÃO:

Ótimo ()	Bom ()	Regular ()	Péssimo ()
-----------	---------	-------------	-------------

7. VALORES:

Valor de Aquisição:

Valor de Mercado:

Valor Atribuído:

Vida Útil Remanescente:

8. OBSERVAÇÕES COMPLEMENTARES IMPORTANTES:

ANEXO VII

MODELO DE RELATÓRIO PARA ENCAMINHAMENTO AO SETOR DE CONTABILIDADE

Descrição do Bem (a)	Data Aquisição (b)	Vida Útil do Bem em anos (c)	Valor de Entrada da compra (d)	Percentual Residual % (e)	Valor Residual do bem (f)	Reav. (g)	Nova Vida Útil (h)	Redução a valor Recuperável (i)	Valor atual (j)	Valor depreciável (k)	Depreciação do mês corrente (l)	Depreciação, Amortização ou Exaustão acumulada (m)	Valor líquido do contábil (n)
					d * e					(j - f) / c	k/12		j-m
					d * e					(j - f) / c	k/12		j-m
					d * e					(j / c	k/12		j-m

ANEXO VIII

CRONOGRAMA PARA REAVALIAÇÃO/REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL

Grupos	Título	Prazo Máximo
3	Equipamentos de Processamento de Dados	2012
3	Aparelho, Equipamentos e Utensílios Médicos e Odontológicos	2012
3	Aparelhos e Equipamentos de Comunicação, Medição e Orientação	2012
5	Mobiliário em Geral	2013
6	Bens móveis não especificados nos itens anteriores	2013

Extrato de Edital de Pregão Presencial 001/2012 Fas
 PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO
 ESTADO DE SANTA CATARINA
 Processo Licitatório 012/2012 FAS
 Extrato de Edital de Pregão presencial 001/2012 FA

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Pregão, com adjudicação por item, do tipo presencial, para aquisição de cestas básicas completas e leite em pó. O recebimento dos envelopes se dará até as 10:00 do dia 08 de maio de 2012, na Prefeitura Municipal, com início da sessão pública às 10:15 horas, no mesmo local e dia. Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, email licitoportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br e no site da Prefeitura Municipal de Porto União www.portouniao.sc.gov.br, fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 25 de Abril de 2012.
 RENATO STASIAK
 Prefeito Municipal

Extrato de Edital de Pregão Presencial 015/2012 Educação
 PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO
 ESTADO DE SANTA CATARINA
 Processo Licitatório 023/2012 EDUCAÇÃO
 Extrato de Edital de Pregão presencial 015/2012 EDUCAÇÃO

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Pregão, com adjudicação por item, do tipo presencial, para aquisição de material de higiene e limpeza para manutenção dos núcleos de educação infantil e ensino fundamental. O recebimento dos envelopes se dará até as 14:00 do dia 08 de maio de 2012, na Prefeitura Municipal, com início da sessão pública às 14:15 horas, no mesmo local e dia. Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, email licitoportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br e no site da Prefeitura Municipal de Porto União www.portouniao.sc.gov.br, fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 25 de Abril de 2012.
 RENATO STASIAK
 Prefeito Municipal

Extrato de Edital de Pregão Presencial 041/2012
 PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO
 ESTADO DE SANTA CATARINA
 Processo Licitatório 065/2012
 Extrato de Edital de Pregão presencial 041/201

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Pregão, com adjudicação por item, do tipo presencial, para aquisição de água mineral sem gás. O recebimento dos envelopes se dará até as 10:00 do dia 07 de maio de 2012, na Prefeitura Municipal, com início da sessão pública às 10:15 horas, no mesmo local e dia. Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, email licitoportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br e no site da Prefeitura Municipal de Porto União www.portouniao.sc.gov.br, fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 25 de Abril de 2012.
 RENATO STASIAK
 Prefeito Municipal

Extrato de Retificação do Edital de Concorrência 001/2012
 PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO
 ESTADO DE SANTA CATARINA
 Processo Licitatório 046/2012
 Extrato de Retificação do Edital de Concorrência 001/201

O Prefeito Municipal no uso de suas atribuições, torna pública retificação do Edital de Processo Licitatório nº 046/2012, publicado na Imprensa Oficial em 21/03/2012, conforme consta a seguir,

retificação do edital e alteração da data e hora de abertura para dia 11 de Junho de 2012, às 14:00. Maiores informações e cópia do edital podem ser retiradas a Rua Padre Anchieta, 126, fone 042 3523 1155, email liciteportouniao@yahoo.com.br, site www.portouniao.sc.gov.br, email licitacao@portouniao.sc.gov.br.

Porto União SC, 24 de abril de 2012.
RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

Extrato de Retificação do Edital de Tomada de Preços 002/2012 Educação

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO
ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 018/2012 EDUCAÇÃO

Extrato de Retificação do Edital de Tomada de Preços 002/2012 EDUCAÇÃO

O Prefeito Municipal no uso de suas atribuições, torna pública retificação do Edital de Processo Licitatório nº 018/2012 EDUCAÇÃO, publicado na Imprensa Oficial em 05/04/2012, conforme consta a seguir, retificação do edital e alteração da data e hora de abertura para dia 16 de Maio de 2012, às 14:00. Maiores informações e cópia do edital podem ser retiradas a Rua Padre Anchieta, 126, fone 042 3523 1155, email liciteportouniao@yahoo.com.br, site www.portouniao.sc.gov.br, email licitacao@portouniao.sc.gov.br.

Porto União SC, 24 de abril de 2012.
RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

Extrato de Retificação do Edital de Tomada de Preços 010/2012

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO
ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 051/2012

Extrato de Retificação do Edital de Tomada de Preços 010/2012

O Prefeito Municipal no uso de suas atribuições, torna pública retificação do Edital de Processo Licitatório nº 051/2012, publicado na Imprensa Oficial em 30/03/2012, conforme consta a seguir, retificação do edital e alteração da data e hora de abertura para dia 11 de Maio de 2012, às 14:00. Maiores informações e cópia do edital podem ser retiradas a Rua Padre Anchieta, 126, fone 042 3523 1155, email liciteportouniao@yahoo.com.br, site www.portouniao.sc.gov.br, email licitacao@portouniao.sc.gov.br.

Porto União SC, 24 de abril de 2012.
RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

Extrato de Retificação do Edital de Tomada de Preços 011/2012

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO
ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 056/2012

Extrato de Retificação do Edital de Tomada de Preços 011/2012

O Prefeito Municipal no uso de suas atribuições, torna pública retificação do Edital de Processo Licitatório nº 056/2012, publicado na Imprensa Oficial em 03/04/2012, conforme consta a seguir, retificação do edital e alteração da data e hora de abertura para dia 14 de Maio de 2012, às 14:00. Maiores informações e cópia do edital podem ser retiradas a Rua Padre Anchieta, 126, fone 042 3523 1155, email liciteportouniao@yahoo.com.br, site www.portouniao.sc.gov.br.

sc.gov.br, email licitacao@portouniao.sc.gov.br.

Porto União SC, 24 de abril de 2012.
RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

Extrato de Retificação do Edital de Tomada de Preços 013/2012

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 058/2012

Extrato de Retificação do Edital de Tomada de Preços 013/2012

O Prefeito Municipal no uso de suas atribuições, torna pública retificação do Edital de Processo Licitatório nº 058/2012, publicado na Imprensa Oficial em 10/04/2012, conforme consta a seguir, retificação do edital e alteração da data e hora de abertura para dia 17 de Maio de 2012, às 14:00. Maiores informações e cópia do edital podem ser retiradas a Rua Padre Anchieta, 126, fone 042 3523 1155, email liciteportouniao@yahoo.com.br, site www.portouniao.sc.gov.br, email licitacao@portouniao.sc.gov.br.

Porto União SC, 24 de abril de 2012.
RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

Extrato de Retificação do Edital de Tomada de Preços 014/2012

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 062/2012

Extrato de Retificação do Edital de Tomada de Preços 014/2012

O Prefeito Municipal no uso de suas atribuições, torna pública retificação do Edital de Processo Licitatório nº 062/2012, publicado na Imprensa Oficial em 10/04/2012, conforme consta a seguir, retificação do edital e alteração da data e hora de abertura para dia 15 de Maio de 2012, às 14:00. Maiores informações e cópia do edital podem ser retiradas a Rua Padre Anchieta, 126, fone 042 3523 1155, email liciteportouniao@yahoo.com.br, site www.portouniao.sc.gov.br, email licitacao@portouniao.sc.gov.br.

Porto União SC, 24 de abril de 2012.
RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 031/2012 Educação

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 031/2012 EDUCAÇÃO

Partes: Município de Porto União e Jackiw & Jackiw Ltda

Objeto: Aquisição de Gêneros alimentícios para manutenção do curso Formação Continuada
Valor total R\$ 4351,90 (quatro mil trezentos e cinquenta e um reais e noventa centavos)
Vigência: até 31 de julho de 2012 ou total retirada da quantia licitada
Base legal: pregão presencial 008/2012 Educação e lei 10.520/02.

Porto União SC, 13 de Abril de 2012.
RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

JACKIW & JACKIW LTDA
Contratada

Extrato de Contrato 032/2012 Educação

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 032/2012 EDUCAÇÃO

Partes: Município de Porto União e Mercado Kosera Ltda ME

Objeto: Aquisição de Gêneros alimentícios para manutenção do curso Formação Continuada

Valor total R\$ 4395,48 (quatro mil trezentos e noventa e cinco reais e quarenta e oito centavos)

Vigência: até 31 de julho de 2012 ou total retirada da quantia licitada

Base legal: pregão presencial 008/2012 Educação e lei 10.520/02.

Porto União SC, 13 de Abril de 2012.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

MERCADO KOSERA LTDA ME

Contratada

Extrato de Contrato 033/2012 Educação

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 033/2012 EDUCAÇÃO

Partes: Município de Porto União e Cleide Bahniuk Schwaab M

Objeto: Aquisição de Gêneros alimentícios para manutenção do curso Formação Continuada

Valor total R\$ 2697,70 (dois mil seiscentos e noventa e sete reais e setenta centavos)

Vigência: até 31 de julho de 2012 ou total retirada da quantia licitada

Base legal: pregão presencial 008/2012 Educação e lei 10.520/02.

Porto União SC, 13 de Abril de 2012.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

CLEIDE BAHNIUK SCHWAAB ME

Contratada

Termo de Homologação Pregão Presencial 008/2012 Educação

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Processo Licitatório 013/2012 EDUCAÇÃO

Pregão Presencial 008/2012 EDUCAÇÃO

Termo de Homologação

Homologo o aludido processo licitatório e adjudico as empresas Jackiw & Jackiw Ltda, Mercado Kosera ME e Cleide Bahniuk Schwaab ME.

Porto União SC, 13 de Abril de 2012

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

Termo de Homologação Pregão Presencial 033/2012

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Processo Licitatório 049/2012

Pregão Presencial 033/2012

Termo de Homologação

Homologo o aludido processo licitatório e adjudico a empresa Kerber & Cia Ltda.

Porto União SC, 16 de Abril de 2012

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

Ata de Registro de Preços Nº 002/2012

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2012

Aos 16 (dezesesseis) dias do mês de abril do ano de 2012, autorizado junto ao Processo Licitatório 049/2012, Pregão presencial 033/2012, foi expedida a presente Ata de Registro de Preços, de acordo com o disposto no artigo 15º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações e Decreto Municipal nº 640/2007 que, conjuntamente com as condições a seguir estipuladas, regem o relacionamento obrigacional entre ORGÃO GERENCIADOR, Prefeitura Municipal de Porto União, representada pelo Sr. Renato Stasiak, Prefeito Municipal e o DETENTOR DA ATA Kerber & Cia Ltda.

1 Considerando-se registrados os seguintes preços do Detentor de Ata: Kerber & Cia Ltda, inscrita no CNPJ/MF nº 78.408.960/0001-82, sito a Estrada Velha de Palmas s/nº, no município de Porto União, Estado de Santa Catarina, representado pelo senhor Josmar Kerber.

Registro de Preços para aquisição de Pedras Diversas para manutenção da Secretaria Municipal de Transportes e Obras, conforme segue:

Descrição do Item:

Item	Quantidade estimada 12 meses	Unidade	Discriminação	Preço Unitário R\$	Preço Total 12 meses R\$
01	1.500	TON.	Pó de Pedra 3/16 (pedreira)	19,40	29.100,00
02	1.000	TON.	Pedrisco 3/8 (pedreira)	19,90	19.900,00
03	1.500	TON.	Pedra 4 A (pedreira)	14,90	22.350,00
04	1.000	TON.	Pedra Brita nº 1 ¾ (pedreira)	20,90	20.900,00
05	3.000	TON.	Pedra Pulmão Rachão (pedreira)	16,00	48.000,00
06	15.000	TON.	Pedra Brita Bica Corrida Limpa (pedreira)	15,50	232.500,00
07	1.500	TON.	Pedra Brita Graduada (pedreira)	18,40	27.600,00
08	10.000	TON.	Pedra Saibro (pedreira)	11,40	114.000,00
09	500	TON.	Pó de Pedra 3/16 (obras)	23,20	11.600,00
10	1.500	TON.	Pedra 4 A (obras)	17,90	26.850,00
11	1.000	TON.	Pedra Pulmão Rachão (obras)	18,90	18.900,00
12	5.000	TON.	Pedra Bica Corrida Limpa (obras)	18,70	93.500,00
13	2.000	TON.	Pedra Brita Graduada (obras)	22,90	45.800,00

1.2 Integram e completam a presente ATA de Registro de Preços, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, às condições expressas no Pregão Presencial 033/2012, juntamente com seus anexos e a proposta

1.3 A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12



(doze) meses a contar da sua assinatura.

1.4. O órgão Gerenciador efetuará seus pedidos ao fornecedor, através de requisição, na forma descrita no Edital de Pregão Presencial 033/2012.

1.5 O prazo para entrega dos materiais é o estabelecido no item 9.1 do Edital de Pregão Presencial, ou seja, sua totalidade em até 12 (doze) meses, com entregas conforme a necessidade e requisição da Secretaria Municipal de Transportes e Obras, nas quantidades por ela determinada.

1.6 Os valores devidos pela Prefeitura serão pagos no mês subsequente a entrega dos materiais, conforme Nota Fiscal/Fatura na forma eletrônica, conforme determina a obrigatoriedade prevista em 30.12.2011, onde devera estar mencionada o numero Processo licitatório e a Ata que a deu origem.

1.7 Os preços registrados serão confrontados trimestralmente, com os praticados no mercado e assim controlados pelo ORGÃO GERENCIADOR

1.8 As despesas decorrentes do fornecimento dos materiais relativo ao presente Edital correrão por conta das dotações específicas e determinadas por conta da entrega dos materiais.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2012

1.9 Esta ata de Registro de Preços não obriga a Administração a firmar contratações com o Detentor da Ata, podendo, inclusive, facultada a utilização de outros meios assegurada, nesta hipótese a preferência do beneficiário do registro em igualdade de condições, nos termos do parágrafo quarto, artigo 15 da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

2.0 Pela inexecução total ou parcial do Contrato, a Prefeitura do Município de Porto União poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à contratada as sanções previstas nos artigos 86 e 87 da Lei n.º 8.666/93 e suas posteriores alterações; sendo que em caso de multa esta corresponderá a 2% (dois por cento) sobre o valor total do contrato.

2.1 O registro de preços poderá ser suspenso ou cancelado no interesse da Administração e nas hipóteses dos art 77 e 78 da Lei Federal 8.666/93, ou a pedido justificado do interessado, presente as razões orientadas pela Teoria da Imprevisão.

2.2 O Detentor da Ata deverá manter, enquanto vigorar o registro de preços em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital de Pregão presencial 033/2012.

2.3 – Faz parte integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando-se-lhe todos os dispositivos, o edital de Pregão Presencial 033/2012, com os termos aditados e a proposta detentora da Ata naquilo que contrariar os presentes disposições.

2.4 – As questões oriundas desta ata e do procedimento licitatório que a precedeu, serão dirimidas no Foro da Comarca de Porto União SC, esgotadas as vias administrativas.

2.5 – Para constar que foi lavrado a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada pelo senhor Renato Stasiak, Prefeito Municipal de Porto União, representando o órgão Gerenciador e pelo Senhor Josmar Kerber, qualificado preambulamente, representando a detentora e testemunhas.

PREFEITO MUNICIPAL

EMPRESA DETENTORA DA ATA

Testemunhas:

Rio do Sul

PREFEITURA

Portaria N. 0247/RH

PORTARIA N. 0247/RH

RODRIGO ANTONIO FERREIRA FOSTER SOARES MORATELLI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art.1º Com fundamento ao Art. 48, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010, conceder à servidora SIMONE VARGAS, matrícula n. 11576/02, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar de Enfermagem, o primeiro Adicional por Formação Profissional por ter apresentado o diploma de conclusão do curso de Enfermagem, no processo n. 133142/2012, e ter obtido homologação do Comitê Permanente de Progressão na Carreira conforme disposto no Art. 50, inciso III, da Lei Complementar citada acima.

Art. 2º O efeito financeiro do adicional será devido a partir de 01 de maio de 2012, de acordo com o Art. 49 da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 13 de abril de 2012

RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI

Secretário Municipal de Administração

Mglb

Portaria N. 0248/RH

PORTARIA N. 0248/RH

RODRIGO ANTONIO FERREIRA FOSTER SOARES MORATELLI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art.1º Com fundamento ao Art. 48, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010, conceder à servidora CRISTIANE APARECIDA LEANDRO DE SOUZA, matrícula n. 2755/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar de Agente de Saúde e designada para exercer as atribuições do cargo de Chefe da Divisão de Controle Pessoal, o primeiro Adicional por Formação Profissional por ter apresentado o diploma de conclusão do curso de Psicologia, no processo n. 133180/2012, e ter obtido homologação do Comitê Permanente de Progressão na Carreira conforme disposto no Art. 50, inciso III, da Lei Complementar citada acima.

Art. 2º O efeito financeiro do adicional será devido a partir de 01 de maio de 2012, de acordo com o Art. 49 da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 13 de abril de 2012

RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI

Secretário Municipal de Administração

Mglb

Portaria N. 0253/RH
PORTARIA N. 0253/RH

JAISON FERNANDO DE SOUZA, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, em exercício, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Ordenar a prorrogação do afastamento preventivo da servidora pública municipal GISELE LUZIA GOETTEN ZELINDRO, matrícula n. 21962/02, ocupante do cargo de provimento efetivo Pedagogo, com fundamento no Art. 189, § 1º, da Lei complementar n. 207/2010, pelo prazo de 60 (sessenta) dias, contados a partir de 24 de abril de 2012, com término em 22 de junho de 2012, sem prejuízo da remuneração, em face da instauração do Processo Administrativo Disciplinar n. 002/2012.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 23 de abril de 2012.

JAISON FERNANDO DE SOUZA

Prefeito Municipal de Rio do Sul em exercício

Lsos

Portaria N. 246/RH

PORTARIA N. 246/RH

RODRIGO ANTONIO FERREIRA FOSTER SOARES MORATELLI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art.1º Com fundamento aos Arts. 39 ao 41, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010, conceder ao servidor VALMIR ROCHA DE ALCANTARA, matrícula n. 35390/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Guarda Municipal, o primeiro Adicional Por Capacitação Profissional por ter comprovado no processo n. 132803/2012 a realização de cursos de capacitação/treinamento com carga horária prevista para seu grupo ocupacional e relacionados com a área de atuação e cargo que ocupa, bem como, ter obtido homologação do Comitê Permanente de Progressão na Carreira, conforme disposto no Art. 50, inciso III, da Lei Complementar citada acima.

Art. 2º O efeito financeiro do adicional será devido a partir de 01 de abril de 2012, de acordo com o Art. 46 da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 13 de março de 2012.

RODRIGO ANTONIO F. S. MORATELLI

Secretário Municipal de Administração

Mglb

Portaria N° 0017/RH

PORTARIA N° 0017/RH

MILTON HOBUS, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Com fundamento ao disposto no Art. 22 e §§, da Lei Complementar n. 207, de 28/09/2010, instituir comissão de Avaliação de Desempenho para servidores em Estágio Probatório do Departamento de Assistência Farmacêutica, da Secretaria Municipal de Saúde e, designar como membros: Édia Regina Grah Cardoso De Sá, matrícula 35967/01, designada para exercer as funções do cargo de Diretor do Departamento de Atenção à Saúde, Patrícia Sens de Oliveira, matrícula 35134/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Farmacêutico e Valeska Amorim, matrícula 28860/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Enfermeiro.

Art. 2º Esta comissão será responsável pelo acompanhamento e monitoramento dos servidores lotados no Departamento supracitado, devendo obrigatoriamente manifestarem-se nos prazos e forma estabelecidos na presente lei e regulamento específico.

Art. 3º O mandato da comissão é de 03 (três) anos.

Parágrafo Único - Se antes de findo o prazo do mandato houver mudança da chefia imediata e/ou dos demais membros titulares que integram a comissão ora instituída, deve o secretário da unidade administrativa indicar novo nome para completar o prazo do respectivo mandato.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário e especialmente as Portarias n. 0513/2010 e 1115/2010.

Rio do Sul, 23 de janeiro de 2012

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal de Rio do Sul

Mglb

Edital 01/2012 Cms

Edital N° 001/2012/CMS

Abre Inscrições e Baixa Normas para a Eleição de Novos Membros do Conselho Municipal de Saúde de Rio do Sul, com base na Lei Municipal nº 4020 de 2000.

1 - DAS INSCRIÇÕES E PUBLICAÇÃO DOS RESULTADOS

Período de inscrição de 23/04/2012 à 18/05/2012

Local: Secretaria Municipal de Saúde

Endereço: Rua Tuiuti, 154, Centro - Rio do Sul - SC

Horário: 8h às 12h e das 13h às 16h

Publicação do resultado das inscrições em 22/05/2012 - Mural Oficial - Prefeitura Municipal de Rio do Sul.

Período de Impugnações das Inscrições 23/05/2012 a 25/05/2012

Homologações das inscrições em 28/05/2012

2 - DA COMISSÃO ELEITORAL

A Comissão de Eleição é composta de quatro conselheiros indicados pela plenária do Conselho Municipal de Saúde

a - Os membros da Comissão elegerão entre si o Presidente da Comissão.

b - A Comissão deverá acompanhar o processo eleitoral e julgar impugnações e recursos, podendo para tanto assessorar-se de

profissional técnico, se necessário for ou achar conveniente.

3 - DAS VAGAS

I - Dos Prestadores de Serviços:

a) Dois representantes das Instituições que prestam serviços para o Sistema Único de Saúde - SUS, devidamente contratados;

II - Dos Trabalhadores da Saúde:

a) Quatro representantes indicados por suas categorias, obedecendo os princípios estabelecidos na Lei Municipal que cria o Conselho Municipal de Saúde.

III - Das Organizações dos Usuários:

a) Oito representantes indicados por Organizações não Governamentais legalmente constituídas e com atuação no âmbito do município, que atuem na defesa dos interesses da população obedecendo os princípios estabelecidos na Lei Municipal que cria o Conselho Municipal de Saúde.

4 - DA DOCUMENTAÇÃO A SER APRESENTADA NO ATO DA INSCRIÇÃO

- a) Ofício da Entidade indicando os seus Candidatos;
- b) Atestado de Funcionamento;
- c) Descrição sumária da atividade princípio da Instituição;
- d) Considera-se prestador de serviço, aquele que estiver efetivamente contratado e atendendo aos usuários do SUS.

5 - DOS DELEGADOS

Cada Instituição deverá encaminhar ofício dirigido para o Presidente do Conselho Municipal de Saúde, indicando seu delegado e o seu suplente de delegado, para manifestar a intenção de voto no dia e horário identificado neste Edital.

Cada representante, no ato de votação poderá manifestar sua vontade de voto para o número de candidatos de acordo com as vagas existentes para o segmento ao qual pertence.

6 - DOS CRITÉRIOS DE ESCOLHA

- a) Serão considerados eleitos os candidatos que obtiverem o maior número de votos entre seus pares.
- b) O critério de desempate é o de maior idade do Candidato Titular.

7 - DA ELEIÇÃO

- a) A eleição será realizada no dia 05 de junho de 2012, na Sala de Reuniões da Secretaria Municipal de Saúde, situada à Rua Tuiuti, 154, Centro - Rio do Sul - SC.
- b) O Horário estabelecido para a votação compreende 9h às 16h.
- c) O Ministério Público será cientificado de todo o Processo.

8 - DOS RESULTADOS

- a) O resultado será divulgado no dia 07 de junho de 2012, no Mural Oficial da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, sendo que os candidatos que se sentirem prejudicados terão um prazo de 03 (três) dias úteis para apresentar recurso.
- b) Os novos membros do Conselho Municipal de Saúde serão nomeados por Decreto do Gabinete do Prefeito Municipal.

9 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- a) A lista dos eleitos será fixada no mural Oficial da Prefeitura

Municipal de Rio do Sul, decorrido o prazo de recurso.

b) O Eleito que não assumir sua vaga na 1ª Reunião para a qual for convocada pelo Presidente do Conselho Municipal de Saúde ou dela desistir será substituído pelo candidato que se encontra na situação de suplente, de acordo com o processo de votação.

c) Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Eleitoral e homologados pelo seu Presidente, através de Resolução.

Rio do Sul, abril de 2012.

PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

CÂMARA MUNICIPAL

Resolução Nº 647

RESOLUÇÃO No 647, DE 23 DE ABRIL DE 2012

Autoriza pagamento de 4 e ½ (quatro e meia) diárias, inscrição e indenização de transporte a Vereadores

A Mesa Diretora da Câmara de Vereadores de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições regimentais, etc

Art. 1º Fica autorizado o pagamento de 4 e ½ (quatro e meia) diárias aos Vereadores Amauri dos Santos e Roberto Schulze, no valor de R\$ 1.756,26 (um mil setecentos e cinquenta e seis reais e vinte e seis centavos) cada, para participarem do V Congresso Brasileiro sobre Atualidades Municipais, a ser realizado entre os dias 01 e 04 de maio de 2012, tendo como local o Auditório do Hotel Moura Palace, na cidade de Foz do Iguaçu - PR.

Art. 2º Fica ainda autorizado o pagamento da taxa de inscrição no valor de R\$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais) a cada participante.

Art. 3º A indenização de transporte em veículo particular, no trecho compreendido entre os municípios de Rio do Sul e Foz do Iguaçu, será ressarcida de acordo com o que regulamenta a Resolução nº 588/10.

Art. 4º As despesas decorrentes desta Resolução correrão por conta de dotação própria do orçamento vigente.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Rio do Sul, 23 de abril de 2012.

JOSÉ THOMÉ

Presidente da Mesa

ROBERTO SCHULZE

Vice Presidente da Mesa

DIONÍSIO MAÇANEIRO

1º Secretário

MÁRIO MIGUEL

2º Secretário

Portaria Nº 652/12

PORTARIA Nº 652 DE 23 DE ABRIL DE 2012

"Autoriza o gozo de férias remanescente a Servidora Sandra Regina Orlando."

O Presidente da Câmara Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições regimentais etc

Art. 1º Fica autorizado o gozo de férias, do dia 30 de abril a 19 de maio de 2012, a Servidora Sandra Regina Orlando, ocupante do cargo de Auxiliar Legislativo da Câmara de Vereadores de Rio do Sul, matrícula nº 042, em complemento ao período remanescente

referente a 2011 - 2012, de acordo com a Portaria nº 640, de 16 de fevereiro de 2012.

Art. 2º Referente ao período remanescente não incidirá qualquer vantagem pecuniária, em especial as estabelecidas no art. 110 da Lei Complementar nº 207/2010, combinado com o Artigo 7º, inciso XVII da Constituição da República Federativa do Brasil.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Rio do Sul, 23 de abril de 2012.

JOSÉ THOMÉ

Presidente da Mesa

Salto Veloso

PREFEITURA

Tomada de Preços Nº 004/2012

MUNICÍPIO DE SALTO VELOSO

AVISO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº 004/2012

MUNICÍPIO DE SALTO VELOSO, pessoa jurídica de direito público interno, torna público para conhecimento dos interessados, que na forma da Lei Federal n. 8.666/93, realizará Licitação Pública na Modalidade de TOMADA DE PREÇOS, tipo menor preço unitário, com a finalidade de Contratação de empresa do ramo de engenharia sanitária para a prestação dos serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos de Serviços de Saúde (Lixo). O Edital poderá ser retirado junto ao Setor de Compras e Licitações do Município de Salto Veloso, dependências do Paço Municipal, sito à Travessa das Flores, n. 58, Centro, em Salto Veloso, SC., de 2ª a 6ª feira, das 08:30h às 11:30h. O recebimento e abertura dos envelopes DOCUMENTAÇÃO e PROPOSTA dar-se-á no endereço supra, às 10:00h do dia 14 de Maio de 2012, tendo início pela abertura dos envelopes DOCUMENTAÇÃO.

Salto Veloso, 23 de Abril de 2012.

TANIA DALL PIZZOL

Gestora de saúde

São Bento do Sul

PREFEITURA

Resumo do Pregão Presencial Nº154/2012

PREFEITURA DE SÃO BENTO DO SUL

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº154/2012

MENOR PREÇO POR ITEM

A PREFEITURA DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Secretário de Administração e da Pregoeira Municipal, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam a Lei 8.666/93 de 21/06/93, que receberá até às 09:00 horas do dia 08 de maio de 2012, na sede da Prefeitura Municipal, na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para

Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE PARA O 23º BATALHÃO DE POLICIA MILITAR, E PARA O 21º DRP SÃO BENTO DO SUL POLICIA CIVIL.

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital completo, no Departamento de Suprimentos (Divisão de Compras) da Secretaria de Administração, sede da Prefeitura

Municipal, no endereço acima especificado, no horário das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 16:00 horas. Ou ainda pelo site pelo endereço: www.saobentodosul.sc.gov.br.

São Bento do Sul, 24 de abril de 2012.

RENILDA FURST DREVEK

Secretária De Administração

ROSIELE FENDRICH

Pregoeira Municipal

Edital de Notificação de Imposição de Penalidade Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 124 1426/2012 e 1427/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 124 1426/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AEE2100	55439907C	6912/0	02/12/2011	R\$ 53,20	232
AEM3048	54076239D	6920/0	27/12/2011	R\$ 127,69	233
AHY9924	54076143D	6920/0	15/12/2011	R\$ 127,69	233
AJU3643	54073293D	6920/0	25/01/2012	R\$ 127,69	233
AMK2050	54077210D	6920/0	08/11/2011	R\$ 127,69	233
AUE1400	55439953C	6548/2	11/12/2011	R\$ 85,12	229
BVW7195	54072852D	6920/0	19/01/2012	R\$ 127,69	233
DNE3063	55440851C	6548/2	27/10/2011	R\$ 85,12	229
IJM6663	54073583D	6610/2	13/02/2012	R\$ 127,69	230 * VII
LXG1396	55439976C	5169/1	03/02/2012	R\$ 957,69	165
LZX0022	54077201D	6920/0	07/11/2011	R\$ 127,69	233
MAC9810	55439969C	6599/2	01/02/2012	R\$ 191,53	230 * V
MAM3471	54073288D	6920/0	24/01/2012	R\$ 127,69	233
MBF7750	54072854D	6610/2	27/01/2012	R\$ 127,69	230 * VII
MBF7750	54072855D	6408/0	27/01/2012	R\$ 85,12	221
MBX9009	55439968C	6599/2	01/02/2012	R\$ 191,53	230 * V
MDK0239	54073554D	6670/0	04/02/2012	R\$ 127,69	230 * XIII
MDP7859	55439918C	6599/2	13/12/2011	R\$ 191,53	230 * V
MEO0191	54076122D	6920/0	12/12/2011	R\$ 127,69	233
MFR6147	54072987D	6599/2	31/01/2012	R\$ 191,53	230 * V
MIK3411	54072972D	5010/0	27/01/2012	R\$ 574,61	162 * I
MIM1177	54072841D	6670/0	02/02/2012	R\$ 127,69	230 * XIII
MJK6292	54072988D	5010/0	31/01/2012	R\$ 574,61	162 * I
MJP1299	55440897C	6637/2	08/11/2011	R\$ 127,69	230 * IX
MMD0602	55440617C	6599/2	02/12/2011	R\$ 191,53	230 * V

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	-------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO BENTO DO SUL/SC, 23 DE ABRIL DE 2012

ANGELA TERESA BORK ROESLER

DELEGADA REGIONAL



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 124 1427/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AEG7973	55441046C	5525/0	04/02/2012	R\$ 85,12	181 * XV
AGP6263	54043249D	5541/2	20/01/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
AIL5631	54076817D	5185/1	31/01/2012	R\$ 127,69	167
ANX0577	54043146D	5541/1	05/12/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
BCF1969	55441040C	5185/1	27/01/2012	R\$ 127,69	167
BKC4617	55441622C	7234/0	21/12/2011	R\$ 85,12	250 * I * a
HQW7186	54043092D	5541/2	03/11/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
IDM9948	54043359D	5541/2	19/01/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
LXJ1772	54045013D	5541/2	24/11/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
LXY0166	54072759D	5185/1	27/01/2012	R\$ 127,69	167
LYK8898	54072997D	5193/0	02/02/2012	R\$ 191,53	168
LYS5150	55442363C	5452/1	28/01/2012	R\$ 127,69	181 * VIII
LZZ7256	54043269D	5541/2	23/12/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
MAV4938	55441032C	7366/2	12/12/2011	R\$ 85,12	252 * VI
MBO7093	54043240D	5541/1	30/01/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MCD9097	55442360C	5878/0	24/01/2012	R\$ 85,12	199
MCP1008	55441094C	5185/1	26/01/2012	R\$ 127,69	167
MFH5094	54043529D	5541/6	30/01/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MGJ5961	55439982C	7030/1	05/02/2012	R\$ 191,53	244 * I
MGS2848	54043458D	5541/2	22/12/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
MHW7335	55441097C	5185/1	26/01/2012	R\$ 127,69	167
MIF9744	55441022C	5738/0	04/12/2011	R\$ 191,53	186 * II
MIH6632	55441542C	7030/2	23/01/2012	R\$ 191,53	244 * I
MIM1177	54072842D	5185/1	02/02/2012	R\$ 127,69	167

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	-------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO BENTO DO SUL/SC, 23 DE ABRIL DE 2012

MAURO OSOWSKY

AUTORIDADE DE TRANSITO - DETRU

Edital de Notificação de Imposição de Penalidade Pelo Cometimento de Infração de Transito Nº 492 679/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 3

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 492 679/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ABN4433	8492038134	7455/0	17/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
AGD7541	8492039539	7455/0	15/01/2012	R\$ 85,12	218 * I
AGG7847	8492039507	7455/0	14/01/2012	R\$ 85,12	218 * I
AGG7847	8492039748	7455/0	19/01/2012	R\$ 85,12	218 * I
AGZ0023	8492039642	7455/0	21/01/2012	R\$ 85,12	218 * I
AJF0555	8492038956	7455/0	26/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
ATV2710	8492033089	7455/0	29/08/2011	R\$ 85,12	218 * I
BEF1906	8492039597	7455/0	17/01/2012	R\$ 85,12	218 * I
BUA5612	8492039683	7463/0	21/01/2012	R\$ 127,69	218 * II
BUM7229	8492038719	7455/0	27/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
BWP8508	8492039675	7463/0	21/01/2012	R\$ 127,69	218 * II
BWP8508	8492039676	7455/0	22/01/2012	R\$ 85,12	218 * I
DDY6308	8492037675	7455/0	03/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
DNE3063	8492035072	7455/0	08/10/2011	R\$ 85,12	218 * I
DNE3063	8492036421	7455/0	12/11/2011	R\$ 85,12	218 * I
HCD0004	8492037725	7455/0	10/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
ICT7836	8492038488	7455/0	30/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
IFZ2045	8492037267	6050/3	23/11/2011	R\$ 191,53	208
JHL7823	8492039640	7455/0	19/01/2012	R\$ 85,12	218 * I
LWU4407	8492038981	7455/0	22/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
LWU9244	8492039015	7455/0	30/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
LWY5645	8492037516	7455/0	11/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
LXA6597	8492039714	7455/0	20/01/2012	R\$ 85,12	218 * I
LXE2271	8492038081	7455/0	16/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
LXH3460	8492039784	7455/0	22/01/2012	R\$ 85,12	218 * I
LXM9335	8492037234	7455/0	26/11/2011	R\$ 85,12	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LYJ3895	8492038633	7455/0	23/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
LYV8560	8492038900	7455/0	02/01/2012	R\$ 85,12	218 * I
LZA8676	8492037209	7455/0	26/11/2011	R\$ 85,12	218 * I
LZX7552	8492039388	7455/0	12/01/2012	R\$ 85,12	218 * I
MAI2764	8492037138	7471/0	25/11/2011	R\$ 574,61	218 * III
MAU3795	8492039742	7463/0	21/01/2012	R\$ 127,69	218 * II
MAX7622	8492038579	6050/3	01/01/2012	R\$ 191,53	208
MBC4343	8492037273	7455/0	26/11/2011	R\$ 85,12	218 * I
MBD6146	8492039744	7463/0	21/01/2012	R\$ 127,69	218 * II
MBF2174	8492039829	6050/3	21/01/2012	R\$ 191,53	208
MBF5583	8492039881	7455/0	22/01/2012	R\$ 85,12	218 * I
MBU4951	8492039824	7455/0	24/01/2012	R\$ 85,12	218 * I
MCO9565	8492038539	5673/2	24/12/2011	R\$ 85,12	183
MCV7896	8492039848	7455/0	20/01/2012	R\$ 85,12	218 * I
MCX3986	8492038574	7455/0	27/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
MDH9975	8492039838	7455/0	22/01/2012	R\$ 85,12	218 * I
MDI5159	8492035470	5673/2	15/10/2011	R\$ 85,12	183
MDM5564	8492038965	7455/0	29/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
MDN5761	8492039818	7455/0	23/01/2012	R\$ 85,12	218 * I
MDS3705	8492038607	5673/2	26/12/2011	R\$ 85,12	183
MDY1594	8492038395	7455/0	20/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
MEA5739	8492039631	7455/0	21/01/2012	R\$ 85,12	218 * I
MEI2141	8492039823	7455/0	24/01/2012	R\$ 85,12	218 * I
MEI3146	8492038037	7463/0	20/12/2011	R\$ 127,69	218 * II
MEI3146	8492038220	7455/0	13/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
MEY2068	8492037672	7455/0	09/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
MFY2080	8492039776	7455/0	21/01/2012	R\$ 85,12	218 * I
MGA1011	8492038622	7455/0	01/01/2012	R\$ 85,12	218 * I
MGS2848	8492038988	7455/0	22/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
MGU2456	8492039677	7455/0	22/01/2012	R\$ 85,12	218 * I
MGW2840	8492039647	7463/0	20/01/2012	R\$ 127,69	218 * II
MGW2840	8492039648	7455/0	20/01/2012	R\$ 85,12	218 * I
MHD1732	8492039870	7471/0	19/01/2012	R\$ 574,61	218 * III
MHG9359	8492037054	7455/0	29/11/2011	R\$ 85,12	218 * I
MHN2222	8492039391	7455/0	13/01/2012	R\$ 85,12	218 * I
MHW9508	8492036334	7455/0	08/11/2011	R\$ 85,12	218 * I
MIF5011	8492039867	7455/0	25/01/2012	R\$ 85,12	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MIG6344	8492038028	7463/0	16/12/2011	R\$ 127,69	218 * II
MIK1733	8492037810	7463/0	04/12/2011	R\$ 127,69	218 * II
MIN0016	8492039721	6050/3	22/01/2012	R\$ 191,53	208
MJC8364	8492039604	7455/0	14/01/2012	R\$ 85,12	218 * I
MJM3618	8492037790	5673/2	11/12/2011	R\$ 85,12	183

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO BENTO DO SUL/SC, 23 DE ABRIL DE 2012

MAURO OSOWSKY

AUTORIDADE DE TRANSITO - DETRU

Edital de Notificação por Autuação Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 124 1424/2012 e 1425/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 124 1424/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AHL7144	55442375C	5169/1	04/03/2012	165
ATT3178	54073185D	6920/0	02/03/2012	233
GTG3431	54073196D	6548/2	04/03/2012	229
IAT8837	54073225D	5010/0	23/03/2012	162 * I
IAT8837	54073226D	6726/1	23/03/2012	230 * XVIII
IAT8837	54073227D	6769/3	23/03/2012	230 * XXII
LCF9531	54073173D	6610/2	24/02/2012	230 * VII
LXC4797	54073074D	6920/0	13/03/2012	233
LXO0759	54073686D	6920/0	02/04/2012	233
LYH4693	54075027D	6599/2	11/03/2012	230 * V
LZJ9908	54077501D	5010/0	01/04/2012	162 * I
LZJ9908	54077502D	5118/0	01/04/2012	164 c/c 162 * I
LZR4598	54077265D	6726/1	01/04/2012	230 * XVIII
MBT9308	55442380C	6599/2	20/03/2012	230 * V
MEK7628	54073013D	6599/2	02/03/2012	230 * V
MGJ4135	54073195D	6548/2	02/03/2012	229
MGY2598	54073689D	6920/0	02/04/2012	233
MHQ8652	54075666D	6726/1	05/04/2012	230 * XVIII
MZP3089	54073687D	6920/0	02/04/2012	233

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO BENTO DO SUL/SC, 23 DE ABRIL DE 2012

ANGELA TERESA BORK ROESLER

DELEGADA REGIONAL



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 124 1425/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AKJ8578	54043384D	5541/2	17/02/2012	181 * XVII
DSU2225	54075081D	5738/0	02/03/2012	186 * II
GXP1303	54075555D	5185/1	27/03/2012	167
MHP1295	54075904D	7030/2	25/02/2012	244 * I
MIM2882	54043289D	5541/2	28/02/2012	181 * XVII
MIT1974	54075669D	5452/1	05/04/2012	181 * VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO BENTO DO SUL/SC, 23 DE ABRIL DE 2012

MAURO OSOWSKY

AUTORIDADE DE TRANSITO - DETRU

SAMAE**Convite 23/2012**
AVISO DE LICITAÇÃO

CONVITE Nº. 23/2012. O Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul-SC, torna público que às 09:30h do dia 09/05/2012 realizará em sua sede, abertura de licitação na modalidade Convite, do Tipo Menor Preço Por Item, para: SERVIÇOS DE MELHORIA EM 02 ETE'S (CONSTRUÇÃO DE MURO, PISO CONCRETADO, CERCA, PLANTIO DE GRAMA E REGULARIZAÇÃO DE TERRENO) . O texto integral do Edital e maior esclarecimento poderão ser obtidos na sede do SAMAE, na Rua Marechal Floriano, 214 - Centro, São Bento do Sul-SC, ou solicitado via Internet (www.samaesbs.sc.gov.br).

CLAUDETE STAWNY
Presidente CPL

São Lourenço do Oeste**PREFEITURA****Decreto Nº 4.413, de 23 de Abril de 2012.**
DECRETO Nº 4.413, DE 23 DE ABRIL DE 2012.

Revoga os Decretos nºs 3.035 e 3036, ambos de 04 de janeiro de 2005, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 55, inciso VII da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Ficam revogados os Decretos nºs 3.035 e 3.036, ambos de 04 de janeiro de 2005, e demais disposições em contrário.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 23 de abril de 2012.
TOMÉ FRANCISCO ETGES
Prefeito Municipal

Decreto Nº 4.414, de 23 de Abril de 2012.
DECRETO Nº 4.414, DE 23 DE ABRIL DE 2012.

Nomeia os membros da Comissão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 55, inciso VII da Lei Orgânica Municipal, e de acordo com o Decreto nº 3.969, de 03 de dezembro de 2009,

DECRETA:

Art. 1º Ficam designados os membros, abaixo relacionados, sob a presidência do primeiro, para comporem a Comissão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI, do Município de São Lourenço do Oeste - SC:

I - Representantes Titulares:

- a) 1º Titular: Gilberto Verado Schiavini, advogado, inscrito no CPF sob o nº 410.467.229-72;
- b) 2º Titular: Lauri Alberto Centenaro, servidor público municipal, inscrito no CPF sob o nº 674.402.079-04;

c) 3º Titular: Jucimar José Garbin, empresário, membro da Associação Comercial e Representante da Associação dos Caminhoneiros, inscrito no CPF sob o nº 492.318.479-53.

II - Representantes Suplentes:

- a) 1º Suplente: Neivor Carlos Marin, empresário, membro da Associação Comercial, inscrito no CPF sob o nº 565.679.879-87;
- b) 2º Suplente: Lorenzo Andreoli, empresário, membro da Associação dos Caminhoneiros, inscrito no CPF sob o nº 305.017.689-04;
- c) 3º Suplente: Flávia Thais Leal Batistella, servidora publica municipal, inscrita no CPF sob o nº 038.107.779-94.

Art. 2º Ficam revogados os Decretos nºs 3.970, de 03 de dezembro de 2009, 4.113, de 22 de outubro de 2010 e 4.149, de 21 de dezembro de 2010.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 23 de abril de 2012.
TOMÉ FRANCISCO ETGES
Prefeito Municipal

Decreto Nº 4.415, de 23 de Abril de 2012.

DECRETO Nº 4.415, DE 23 DE ABRIL DE 2012.

Abre crédito adicional suplementar - excesso de arrecadação, no orçamento programa de 2012.

O Prefeito Municipal DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e autorização contida na Lei Municipal nº 1.987, de 15/12/2011 e Lei Federal nº 4.320/1964, art. 43, §1º, inciso II,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional suplementar - excesso de arrecadação, no orçamento vigente, criando-se a modalidade de aplicação necessária, adicionando-se pelo crédito suplementar o valor de R\$ 125.000,00 (cento e vinte e cinco mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

08.00 SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO - SDE

08.01 SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO - SDE

08.01.12.365.4505.2.015.4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0022.557
179 Aplicação Direta R\$ 125.000,00

Art. 2º Para atendimento da suplementação que trata o artigo anterior decorrerão a utilização do provável excesso de arrecadação, em conformidade com o que estabelece a Lei Municipal nº 1.987, de 15/12/2011 e Lei Federal nº 4.320/1964, art. 43, §1º, inciso II.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 23 de abril de 2012.
TOMÉ FRANCISCO ETGES
Prefeito Municipal

Extrato do Convênio Nº 005, de 02 de Abril de 2012.
EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 005, DE 02 DE ABRIL DE 2012.

Origem: Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, de acordo com § 1º e § 2º do art. 389 da Consolidação das Leis do Trabalho. Conveniente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Conveniada: Nutrisul S/A Produtos Alimentícios, CNPJ nº 80.972.078/0001-07

Objeto: O atendimento, pelo Município, a crianças de 02 (dois) a 06 (seis) anos matriculadas nos Centros de Educação Infantil Municipais - CEIMs e nas Escolas Básicas Municipais, filhos(as) de funcionárias da Nutrisul, em turnos de 04 (quatro) e 08 (oito)

horas diárias, proporcionando-lhes: educação, alimentação, recreação, cuidados psicopedagógicos, psicológicos, nutricionais e de fonoaudiologia.

Valor: a Conveniada repassará ao Conveniente mensalmente, em moeda corrente, a importância de R\$ 50,00 (cinquenta reais), para cada criança que frequenta 04 (quatro) horas diárias e R\$ 100,00 (cem reais), por criança da Educação Infantil que frequenta 08 (oito) horas diárias nos CEIMs ou em Escolas Básicas Municipais, sendo que do montante total, 70% (setenta por cento) será retirado em produtos alimentícios, durante o ano letivo de 2012.

Data da assinatura: 02 de abril de 2012.

Vigência: Da data da assinatura até 15/12/2012.

Signatários: Tomé Francisco Etges, Prefeito Municipal - pelo Conveniente e Cezer Amauri Altenhofen - pela Conveniada.

São Pedro de Alcântara

PREFEITURA

Portaria N.º 150/2012

PORTARIA n.º 150/2012

Concede férias ao servidor JONAS JOÃO HOFFMANN.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder ao servidor JONAS JOÃO HOFFMANN, ocupante do cargo de Motorista II, férias por 30 dias que gozará a partir de 17/04/2012 a 16/05/2012, referente ao período aquisitivo de 2010/2011.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 17 de abril de 2012.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2012.

Portaria N.º 151/2012

PORTARIA n.º 151/2012

Concede licença para tratamento de saúde a servidora JUDITH HAMES COELHO, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no Art. 96, da Lei Complementar nº. 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder licença para tratamento de saúde a servidora JUDITH HAMES COELHO, pelo período de 60 (sessenta) dias, a contar da data de 07/04/2012, conforme atestado médico.

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 07/04/2012.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 17 de abril de 2012.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2012.

Portaria N.º 152/2012

PORTARIA n.º 152/2012

Concede licença para tratamento de saúde a servidora ANA CAROLINE DA CUNHA, ocupante do cargo de Professora II, lotada na Secretaria de Educação.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no Art. 96, da Lei Complementar nº. 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder licença para tratamento de saúde a servidora ANA CAROLINE DA CUNHA, pelo período de 09 (nove) dias, a contar da data de 12/04/2012, conforme atestado médico.

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 12/04/2012.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 23 de abril de 2012.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2012.

Portaria N.º 153/2012

PORTARIA n.º 153/2012

Concede licença para tratamento de saúde a servidora ANA CAROLINE DA CUNHA, ocupante do cargo de Professora Auxiliar de Sala, lotada na Secretaria de Educação.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no Art. 96, da Lei Complementar nº. 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder licença para tratamento de saúde a servidora ANA CAROLINE DA CUNHA, pelo período de 14 (quatorze) dias, a contar da data de 12/04/2012, conforme atestado médico.

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 12/04/2012.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 23 de abril de 2012.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2012.

Contrato de Prestação de Serviço N.º 061/2012

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO N.º 061/2012

Contrato de Prestação de Serviço que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, Estado de Santa Catarina, com sede na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o N.º 01.613.101/0001-09, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. ERNEI JOSÉ STAHELIN, doravante denominado simplesmente PREFEITURA, e de outro lado INSTITUTO DE PESQUISA M.E, inscrita no CNPJ sob nº. 07.851.734/0001-23, com sede a Rua Assis Brasil, 221, Ponta de Baixo - São José/SC, doravante denominado CONTRATADO, mediante sujeição mútua às cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO DO CONTRATO:

1.1. Este contrato tem como objeto avaliar o processo de cada atividade, treinar e capacitar o indivíduo para atingir uma melhor qualidade no atendimento prestado aos munícipes. Secretaria de Obras e Secretaria de Saúde

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PAGAMENTO:

2.1. A PREFEITURA pagará ao CONTRATADO pela prestação de serviço definido no objeto do contrato, o valor total de R\$ 7.000,00 (sete mil reais) sendo o pagamento em 2 parcelas.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO REAJUSTAMENTO:

3.1. O preço contratado não será reajustado.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA E DA RESCISÃO:

4.1. O prazo de vigência deste contrato é de 20/04/2012 a 20/06/2012.

4.2. Este contrato poderá ser rescindido pelas partes a qualquer momento, desde que não sejam observadas as exigências acima citadas.

4.2.1. Também poderá ocorrer a rescisão contratual, por iniciativa da PREFEITURA, por conveniência pública, nos termos definidos na Lei n.º 8.666/1993.

CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS:

5.1. As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta do Orçamento Fiscal Vigente.

CLÁUSULA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

6.1. As partes elegem o foro da Comarca de São José/SC para dirimir quaisquer questões atinentes a este contrato, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

6.2. Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, as normas da Lei nº 8.666/93, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

Assim, acordadas e ajustadas PREFEITURA e CONTRATADO assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

São Pedro de Alcântara/SC, 19 de abril de 2012.

Município De São Pedro De Alcântara

ERNEI JOSÉ STÄHELIN

Prefeito Municipal

INSTITUTO DE PESQUISAS M.E

Contratado

Contrato Nº 062/2012

CONTRATO Nº 062/2012

Contrato que entre si celebram a Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. ERNEI JOSÉ STÄHELIN, doravante denominada simplesmente de Prefeitura e de outro lado NOVA OPÇÃO SERRALHERIA LTDA ME, inscrito no CNPJ sob nº. 12.672.290/0001-07, com sede a Rua Antônio José Raulino, nº. 21, Santa Teresa - São Pedro de Alcântara/ SC, doravante denominado contratado sob as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO DO CONTRATO, DESCRIÇÃO E LOCALIZAÇÃO

Este contrato tem como objeto à prestação de serviço a reforma do parque infantil do Centro de Educação Infantil Leonida Vieira Francener e da Escola Reunida Santa Filomena.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PAGAMENTO

O Contratante pagará ao contratado pela prestação de serviço definido no objeto o valor total de R\$ 5.300,00 (cinco mil e trezentos reais).

CLÁUSULA TERCEIRA - DO REAJUSTAMENTO

O preço contratado não será reajustado.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA E DA RESCISÃO

O prazo de vigência deste contrato será de 23/04/2012 a 07/05/2012.

Este contrato poderá ser rescindido pelas partes a qualquer momento, desde que não sejam observadas as exigências acima citadas.

CLÁUSULA QUINTA- DOS RECURSOS

As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta do Orçamento Fiscal Vigente.

CLÁUSULA SEXTA- DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de São José, para dirimir quaisquer dúvidas e questões deste contrato.

E por assim estarem acordes, declaram as partes aceitarem todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente Contrato.

São Pedro de Alcântara, 23 de abril de 2012.

CONTRATANTE

CONTRATADO

Errata do Contrato Nº 055/2012

ERRATA DO CONTRATO Nº 055/2012

CONSIDERANDO o equívoco publicado no DOM/SC Edição nº 975, do dia 20/04/2012, ERNEI JOSÉ STÄHELIN, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, altera:

Onde se lê: Este contrato tem como objeto à prestação de serviço o fornecimento de refeições para autoridades, na solenidade de 18º aniversário do município, a ser realizado no dia 16/04/2012.

Leia-se: Este contrato tem como objeto à prestação de serviço o fornecimento de refeições para a solenidade em comemoração ao 18º aniversário do município, a ser realizado no dia 16/04/2012.

Os demais termos e condições do Contrato 055/2012 permanecem inalterados, revogando-se aquilo que for conflitante com esta errata.

Publique-se, registre-se, cumpra-se.

São Pedro de Alcântara, 23 de abril de 2012

ERNEI JOSÉ STÄHELIN

Prefeito Municipal

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Trabalho Nº. 036/2012,

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE TRABALHO Nº. 036/2012, CELEBRANDO ENTRE O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA E O SENHOR ANDERSON DA SILVA LAURENDO.

O Fundo Municipal de Saúde de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº. 08.971.900/0001-98, cuja Sede se localiza na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, nº. 01, Centro - São Pedro de Alcântara/SC - Cep: 88.125-000, neste ato representado

pelo Prefeito Municipal, Sr. ERNEI JOSÉ STÄHELIN, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº. 342.317.499-49, residente e domiciliado a Rua João Stähelin, nº 115-D, Boa Parada, São Pedro de Alcântara, neste ato denominado MUNICÍPIO, e de outro lado o Senhor ANDERSON DA SILVA LAURINDO, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº. 022.698.379-08, residente a Servidão Fernando Luiz Botelho, nº. 110, Ribeirão da Ilha, Florianópolis/SC, neste ato denominado CONTRATADO, firmam entre si o presente CONTRATO DE TRABALHO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, com fundamento no art. 209 e seguintes da Lei Municipal nº. 05/1997 e suas alterações, bem como em respeito ao Processo Seletivo nº. 001/2011, conforme as disposições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objeto a alteração da cláusula quarta do contrato de trabalho nº. 036/2012, passando a vigorar com a seguinte redação:

Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato de trabalho nº. 036/2012 até o dia 16/05/2012, pela necessidade de profissional para substituir o servidor Jonas João Hoffmann que se encontra afastado de férias.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO

As demais cláusulas constantes do contrato ficam ratificadas de acordo com o contrato original.

São Pedro de Alcântara, 17 de abril de 2012.
MUNICÍPIO

CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Trabalho Nº. 037/2012,

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE TRABALHO Nº. 037/2012, CELEBRANDO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA E O SENHOR DIONISIO NERY BARBOZA.

O Município de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 01.613.101/0001-09, cuja Prefeitura se localiza na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, nº 01, Centro - São Pedro de Alcântara/SC - Cep: 88.125-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. ERNEI JOSÉ STÄHELIN, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 342.317.499-49, residente e domiciliado a Rua João Stähelin, nº 115-D, Boa Parada, São Pedro de Alcântara, neste ato denominado MUNICÍPIO, e de outro lado o Senhor DIONISIO NERY BARBOZA, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob nº. 024.242.619-03, residente a Rua Pedro Guesser Neto, nº.896, Canudos, Antônio Carlos/SC, neste ato denominado CONTRATADO, firmam entre si o presente CONTRATO DE TRABALHO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, com fundamento no art. 209 e seguintes da Lei Municipal nº. 05/1997 e suas alterações, bem como em respeito ao Processo Seletivo nº. 001/2011, conforme as disposições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objeto a alteração da cláusula quarta do contrato de trabalho nº. 037/2012, passando a vigorar com a seguinte redação:

Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato de trabalho nº. 037/2012 até o dia 16/05/2012, pela necessidade de profissional em substituição ao servidor Anderson da Silva Laurindo, que está à disposição ao Fundo Municipal de Saúde.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO

As demais cláusulas constantes do contrato ficam ratificadas de acordo com o contrato original.

São Pedro de Alcântara, 17 de abril de 2012.
MUNICÍPIO

CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

Schroeder

PREFEITURA

Portaria Nº. 4.546/2012, de 24 de Abril de 2012.

PORTARIA Nº. 4.546/2012, de 24 de abril de 2012.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

RESOLVE:

Art. 1º ACEITAR o pedido de afastamento por Auxílio Doença da funcionária, Sra. Joscemara Pasqualli Gesser, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Registre-se. Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 24 de abril de 2012.

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

ARMELINDA WALZ SCHMITT
Secretária de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Registrada e publicada na mesma data.

DENILSON WEISS
Secretário de Planejamento, Gestão e Finanças

Aviso de Licitação Deserta e Repetição Pregão Presencial Registro de Preço Nº. 25/2012-PMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

Rua Marechal Castelo Branco, 3201, CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191

e - mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA E REPETIÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 25/2012-PMS

PROCESSO Nº. 38/2012-PMS

TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE

O Prefeito Municipal no uso de suas atribuições torna público, para conhecimento dos interessados através da Comissão de Licitações, informa que a Sessão Pública para recebimento e abertura dos envelopes e abertura da licitação, realizada em 24 de abril de 2012, na Prefeitura Municipal de Schroeder (SC), Setor de Licitações, localizado no piso térreo da Nova Sede da Prefeitura

Municipal, localizado na Rua Marechal Castelo Branco nº. 3201, Centro, Schroeder/SC, credenciamento e entrega dos envelopes até: às 08h45min e Abertura do processo: às 09h, visando o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva e assistência técnica para os veículos pertencentes a frota das Secretarias de Obras e Serviços Urbanos; Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer; e Secretaria de Saúde e Assistência Social da Prefeitura Municipal de Schroeder/SC, compreendendo: mecânica, com fornecimento não-exclusivo de peças genuínas, originais ou outras peças, e de materiais necessários ao perfeito funcionamento, assim como assistência de socorro mecânico (guincho), conforme especificações constantes deste Edital e seus Anexos, ao longo de 12 (doze) meses

O Prefeito Municipal comunica aos interessados que a nova Sessão de Abertura do Pregão Presencial Registro de Preço nº. 25/2012-PMS, realizar-se-á em 10 de maio de 2012, na Prefeitura Municipal de Schroeder (SC), Setor de Licitações, localizado no piso térreo da Nova Sede da Prefeitura Municipal, localizado na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, Centro, Schroeder/SC, credenciamento e entrega dos envelopes até: às 14h e Abertura do processo: às 14h15min.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site da Prefeitura Municipal (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h. Fone/fax (0xx47)3374-1191 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br.

Schroeder, 24 de abril de 2012.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

Aviso de Licitação Pregão Presencial Nº. 30/2012-PMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191 - CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:<http://www.schroeder.sc.gov.br>

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 30/2012-PMS

PROCESSO Nº. 49/2012-PMS

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: aquisição de geofone eletrônico para detecção de vazamento não visíveis na rede de distribuição de água potável no Município de Schroeder/SC

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 14 de maio de 2012 às 14h.

Abertura do Processo: 14 de maio de 2012 às 14h15min.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no Site da Prefeitura Municipal (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.

Fone/fax (0xx47)3374-1191 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br

Schroeder, 25 de abril de 2012.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

Aviso de Licitação Pregão Presencial Registro de Preços Nº. 31/2012-PMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191 - CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:<http://www.schroeder.sc.gov.br>

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 31/2012-PMS

PROCESSO Nº. 50/2012-PMS

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de lâmpadas e relés para manutenção e ampliação da iluminação pública do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 15 de maio de 2012 às 08h45min.

Abertura do Processo: 15 de maio de 2012 às 09h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no Site da Prefeitura Municipal (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.

Fone/fax (0xx47)3374-1191 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br

Schroeder, 25 de abril de 2012.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

I Errata de Edital Pregão Presencial Registro de Preço Nº. 09/2012-FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (47) 3374-1191

89275-000 – SCHROEDER/SC

e - mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br – site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

I ERRATA DE EDITAL PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 09/2012-FMS

PROCESSO Nº. 16/2012-FMS

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

O Prefeito Municipal no uso de suas atribuições torna público, para conhecimento dos interessados a errata de data e item referente ao Edital de Pregão Presencial Registro de Preço nº. 09/2012-FMS, visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de material odontológico para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde e Assistência Social da Prefeitura de Schroeder/SC, ao longo de 12 (doze) meses, ficando assim determinado:

Leia-se:

Os envelopes nº. 01 - Proposta Comercial, nº. 02 – Habilitação, bem como os documentos necessários para o Credenciamento, deverão ser entregues até a data e horários abaixo determinados, a saber:

Data: 11 de maio de 2012

b) Local: Prefeitura Municipal de Schroeder/SC.

Setor de Licitações, localizado no piso térreo da nova Sede da Prefeitura Municipal, sito à rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, Centro, Schroeder/SC.

c) Credenciamento e entrega dos envelopes até: às 08h45min.

d) Abertura do processo: às 09h.

3.1.3- O recebimento dos envelopes da documentação, proposta comercial e credenciamentos acontecerão até dia 11 de maio de 2012 às 08h45min, devendo os mesmos serem protocolados, diretamente no Setor no Licitações, conforme item 1.2-B.

ANEXO X

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 09/2012-FMS

TERMO DE REFERÊNCIA

ITEM	DESCRIÇÕES	QDTE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO REFERÊN- CIA	VALOR R\$ TOTAL REFERÊNCIA
67	<p>Aparelho de Raio X Odontológico, leveza e precisão nos movimentos, exclusiva tecnologia Greem com 95% menos chumbo, o cabeçote do raios-X Timex70E é confeccionado com um material extremamente leve, com altíssimo grau de isolamento da radiação. Sua movimentação é suave, precisa, de fácil manuseio e excelente estabilidade. Controle digital ergonômico com cabo removível, com controle centesimal de tempo através de microprocessador; seletor em painel lexan de alto-relevo; todas as funções do aparelho são comandadas pelo controle digital, conectado com cabo espiralado de 5 metros. O cabo é removível e conectado através de terminais padrão "RJ" (tipo telefone). 21 intervalos de tempo de exposição padronizados, o raio-X permite inclusive operações com tomadas centesimais a partir de 0,06 segundos. Os tempos padronizados permitem a realização de radiografias conforme estabelecido pela Norma NBR IEC 60.601 -2-7. Escala de angulação do cabeçote, rotação de 300° com indicação na parte traseira e dianteira do cabeçote, novo sistema de articulação do cabeçote, fácil posicionamento do cabeçote sem esforço do operador, grande suavidade e precisão nos movimentos; novo desing do cabeçote, as curvas produzem um desing arrojado com cores neutras e agradáveis, ergonômico e de fácil manuseio. Proteção térmica do cabeçote, evita o super aquecimento do cabeçote aumentando a vida útil e garantindo perfeito funcionamento do aparelho. Cabeçote com câmara de compensação, mantém a pressão interna do cabeçote estável, assegurando um perfeito funcionamento. Ponto focal, com correto dimensionamento, proporciona um feixe de radiação sem distorção. Caixa de comando, em material especial com suporte de fixação do controle, facilita acoplamento do controle, sem riscos de queda. Braços, articulado verticalmente e horizontalmente, coluna, braços e base construídos em aço, com cantos arredondados. Base pendular super estável, com linhas arredondadas e rodízios especiais (freio em dois rodízios). Pintura na cor gelo, com tratamento anticorrosivo. Cabo de alimentação removível segue padrão ABNT, facilita a substituição caso necessário. Produto com certificado INMETRO, norma NBR IEC – 60601-1, NBR IEC – 60601- 2- 7 e NBR IEC – 601- 1 – 1 – 3 assegura que o equipamento seja produzido de acordo com as normas internacionais de segurança. Produto com certificado CE, comprova que o aparelho segue os mais rigorosos padrões europeus de qualidade. O aparelho de raio X acompanha certificado de qualidade, laudo de ensaio, atesta que as radiações de fuga do aparelho estão dentro dos padrões estabelecidos pela portaria SVS 453. Produto pronto para o sistema digital, sensor adquirido separadamente. Colimador retangular, acessório de fácil acoplamento, reduz em 55% a área total irradiada (requer o uso do posicionador – técnica convencional). Cilindro Prolongador – técnica do paralelismo, o cilindro em forma alongada e o colimador retangular permitem a realização de tomadas radiográficas com maior fidelidade dimensional, cilindro prolongador :300mm; Cilindro convencional:200mm.</p> <p>Especificações técnicas: tensão de rede: 127 / 60Hz / 220v/60Hz / 220v / 50Hz / 230v / 50 Hz / 240v / 50Hz; potência de entrada:1200VA; tensão do tubo:70kVp; corrente do tubo:7mA; tempo de exposição: 60ms a 3,2s; comprimento do cilindro:200mm; colimador retangular 30 x 40mm; filtro equivalente em alumínio: 1,5mm; dimensão do foco do tubo: 0,8 x 0,8mm; fator de resfriamento: 1:30s</p>	01	Unidade	5.200,00	5.200,00
TOTAL R\$ REFERÊNCIA					248.189,43

Schroeder, 23 de abril de 2012.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

Termo Aditivo Nº. A08/2012 - FMS

TERMO ADITIVO Nº. A08/2012 – FMS

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 15/2010 – FMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder (SC), neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal, o Senhor Felipe Voigt.

CONTRATADA: BACK SERVIÇOS DE VIGILANCIA E SEGURANÇA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 85.787.737/0001-59, estabelecida na Rua General Osório, nº. 220, Bairro Jardim América, na cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representada pela Senhorita Cristiane Longhi Tortelli, inscrita no CPF sob o nº. 924.808.370-68 e portadora da carteira de Identidade nº. 6.564.264-SESPDC/SC.

Considerando o Contrato Administrativo nº. 15/2010 - FMS, celebrado em 16 de março de 2010, proveniente do Processo de licitação nº. 10/2010 – FMS, Pregão Presencial nº. 07/2010 - FMS, tendo como objeto a contratação de empresa especializada em serviços de locação e monitoramento eletrônico ininterrupto, através de sistema de alarme, tele monitoramento mediante sinais de linha telefônica nos posto de Saúde Schroeder I e III da Secretaria de Saúde e Assistência Social da Prefeitura Municipal de Schroeder/SC.

Considerando a necessidade de se estabelecer novo prazo para continuação do serviço do contrato celebrado com a CONTRATADA. E disposto no disposto no Artigo 57, II, da Lei Federal nº. 8.666/93, bem como na cláusula 14.1 do contrato nº 15/2010-FMS, conforme parecer da Procuradoria Municipal.

Considerando o pedido de aditivo feito pela Secretaria de Saúde e Assistência Social para o período de 1º de maio de 2012 até 31 de dezembro de 2012, no valor total de R\$ 2.931,28 (dois mil, novecentos e trinta e um reais e vinte e oito centavos).

Os recursos orçamentários destinados ao objeto em questão provirão da dotação orçamentária 14 do ano de 2012.

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja o Prefeito Municipal de Schroeder; em comum acordo entra as parte, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª – Fica alterada a partir deste a Cláusula Primeira - do objeto do contrato, e descrição e na Cláusula Quarta - do valor do contrato, passando a vigorar com o valor global de R\$ 2.931,28 (dois mil, novecentos e trinta e um reais e vinte e oito centavos), dividido em 08 (oito) meses, repassados no período de vigência desse contrato, conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÕES	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁ- RIO	VALOR R\$ TOTAL
------	------------	-------	-------	----------------------	-----------------

01	Contratação de empresa especializada em serviços de locação e monitoramento eletrônico ininterrupto, através de sistema de alarme, tele monitoramento mediante sinais de linha telefônica no Posto de Saúde Schroeder I, localizado a Rua Guaramirim, nº. 560, Bairro Schroeder I, do Município de Schroeder/SC, sendo: 01 central de alarme 728, 01 transformador, 01 caixa metálica para central, 01 teclado, 01 bateria, 01 sirene e 20 sensores IVP de movimento.	8	MESES	215,54	1.724,32
02	Contratação de empresa especializada em serviços de locação e monitoramento eletrônico ininterrupto, através de sistema de alarme, tele monitoramento mediante sinais de linha telefônica no Posto de Saúde Schroeder III, localizado a Rua Alphons Maria Schmalz, nº. 150, Centro Norte, do Município de Schroeder/SC, sendo: 01 central de alarme 728, 01 transformador, 01 caixa metálica para central, 01 teclado, 01 bateria, 01 sirene e 11 sensores IVP de movimento.	8	MESES	150,87	1.206,96
VALOR R\$ TOTAL					2.931,28

Cláusula 2ª – Fica alterada a Cláusula Décima Quarta (da vigência) no item 14, prorrogando-se para o período 1º de maio de 2012 até 31 de dezembro de 2012, a vigência do contrato.

Cláusula 3ª - Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 15/2010-FAS, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder/SC, 23 de abril de 2012.

Contratada:

Back Serviços De Vigilância E Segurança Ltda
CRISTIANE LONGHI TORTELLI
Cpf Nº. 924.808.370-68

Contratante:

Prefeitura Municipal De Schroeder
FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

T E S T E M U N H A S:

1ª Nome: ORLANDO TECILLA
CPF nº. 311.753.079-34

2ª Nome: MARILENE BUSCH
CPF nº. 037.813.699-27

Termo Aditivo Nº. A30/2012 - PMS

TERMO ADITIVO Nº. A30/2012 - PMS

5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 68/2011 - PMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder (SC), neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal, o Senhor FELIPE VOIGT.

CONTRATADA: PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 03.620.927/0001-12, estabelecida a rua Anélio Nicocelli, nº. 1720, Bairro Figueirinha, na cidade de Guaramirim, Estado de Santa Catarina, CEP: 89270-000, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representado pelo Senhor Mauricio Vogelsanger, inscrito no CPF sob o nº. 638.924.309-00, e portador da carteira de Identidade nº. 2/R-2.191.067 SSP-SC.

Considerando o Contrato Administrativo nº. 68/2011-PMS, celebrado em 12 de Abril de 2011, proveniente do Processo de licitação nº. 13/2011 - PMS, Modalidade Concorrência nº. 01/2011 - PMS, para contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários) de Pavimentação Asfáltica na Rua 03 de Outubro, extensão de 2.760m, perfazendo uma área total de 28.207,50m², no Município de Schroeder/SC, de acordo com Contratos de repasse nº 329.601-29-2010 e 333.533-71/2010, com o Ministério do Turismo e contratos de repasse nº 330.053-16/2010, 330.013-24-2010 e 329.051-72-2010, com o Ministério das Cidades, projetos, memoriais descritivos, planilhas de quantitativos e demais anexos que fazem parte integrante do instrumento convocatório, regido pela Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1.993, e mediante cláusulas e condições a enunciadas e conforme proposta apresentada.

Considerando o disposto no Artigo 65,§ 1º, da Lei Federal nº. 8.666/93, conforme parecer da Procuradoria Municipal.

Considerando a solicitação feita pela Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, frente ao aditivo no valor de R\$ 146.774,66 (cento e quarenta e seis mil, setecentos e setenta e quatro reais e sessenta e seis centavos), conforme parecer técnico de folha 03 e 04 concordando e atestando os serviços adicionais exigidos da empresa, em função da alteração (retificação e melhoria) do traçado da rua.

Considerando que a referida solicitação passou pela fiscalização do Engenheiro Civil, o Senhor Adilson Gorniack, CREA-SC 027.947-3, da Administração Pública e aprovação do mesmo, conforme anexo a este processo.

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder, em comum acordo entra as parte, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª - Fica a partir deste alterada a Cláusula Quarta - do Valor do Contrato, no item 4.1, sendo aditivado o valor de R\$ 146.774,66 (cento e quarenta e seis mil, setecentos e setenta e quatro reais e sessenta e seis centavos).

Cláusula 2ª - Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 68/2011-PMS, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder/SC, 23 de abril de 2012.

Contratada:

Paviplan Pavimentação Ltda

MAURICIO VOGELSANGER

CPF Sob O No 638.924.309-00

Contratante:

Prefeitura Municipal De Schroeder

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

T E S T E M U N H A S:

1ª Nome: ORLANDO TECILLA

CPF nº. 311.753.079-34

2ª Nome: MARILENE BUSCH

CPF nº. 037.813.699-27

Timbó**PREFEITURA****Decreto No 2684, de 12 de Março de 2012**

DECRETO No 2684, DE 12 DE MARÇO DE 2012

Declara inservíveis para uso do Município, bens móveis registrados no Patrimônio Público, autorizando sua baixa e inutilização.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, Incisos II, VII e XXV, c/c art. 70, Inciso I, da Lei Orgânica do Município, e fundamentado na Lei Federal nº 4.320/64, e

Considerando-se a solicitação de baixa patrimonial expedido pela Unidade responsável pela guarda e conservação de bens móveis, e o Termo de Vistoria expedido pela Comissão Especial, no âmbito do Processo nº DAP-236,

DECRETA:

Art. 1º Ficam declarados inservíveis para o uso do Município, os bens móveis abaixo relacionados, autorizando-se sua baixa do Patrimônio Público Municipal e sua inutilização definitiva:

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, TRÂNSITO E MEIO AMBIENTE

Departamento de Urbanismo:

Nº Tombo	Descrição do Produto	Valor Contábil
14606	01 Micro Computador AMD Athlon XP, 1.8GHZ / Box	R\$ 2.041,00
16313	01 Computador, Processador AMD Sempron 2600 Box	R\$ 2.100,00
19002	01 Microcomputador Core 2 DVO, E6750, Intel 1GB	R\$ 1.695,00

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade de Saúde Vila Germer:

Nº Tombo	Descrição do Produto	Valor Contábil
01706	01 Pia com Tampão de Inox, com Balcão de Fôrmica	R\$ 50,00

CEMUR (SESAS):

Nº Tombo	Descrição do Produto	Valor Contábil
23151	01 Estabilizador 500Va	R\$ 87,00

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade Pré-escolar Hortênsia:

Nº Tombo	Descrição do Produto	Valor Contábil
x-x-x	01 Arquivo de Aço de 4 Gavetas, Marca Celi (sem identificação patrimonial)	x-x-x-x
02814	01 Cadeira em Laminado de Imbuia com Estrutura de Ferro	R\$ 6,00
02974	01 Mesa de Fôrmica Infantil com Estrutura de Ferro	R\$ 6,00
03659	01 Fogão a Gás Industrial, com 04 Bocas – Marca Dako	R\$ 50,00
03688	01 Cadeira em Laminado de Imbuia com Estrutura de Ferro	R\$ 6,00
03715	01 Cadeira em Laminado de Imbuia, com Estrutura de Ferro	R\$ 8,00
13340	01 Banco para Refeitório Infantil, Medidas: 3,00 x 0,45	R\$ 71,83
15594	01 Armário Executivo em MDF na Cor Bege	R\$ 259,00
19090	01 Televisor de 29" – Marca Semp-Toshiba	R\$ 660,00
19176	01 Ventilador de Parede (Tam. 48cm /19)	R\$ 89,50
19731	01 Forno Elétrico Doméstico, Capacidade Mínima de 45L	R\$ 275,00

Escola Municipal São Roque:

Nº Tombo	Descrição do Produto	Valor Contábil
x-x-x-x	01 Tv Marca Samsung de 14" Polegadas, na Cor Preta, com Controle Remoto (antiga)	x-x-x-x

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Casa da Cidadania / PROCON:

Nº Tombo	Descrição do Produto	Valor Contábil
x-x-x-x	01 Saboneteira Líquido, de Plástico na Cor Branca	x-x-x-x

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Nº Tombo	Descrição do Produto	Valor Contábil
x-x-x	01 Estabilizador Eletrônico, Marca Stabilux, na Cor Branca (sem identificação patrimonial)	x-x-x-x
01034	01 Monitor de 14" – Marca Samsung Sync Master 450B	R\$ 150,00
09630	01 Teclado Padrão Windows	R\$ 30,00
11122	01 Micro Computador Pentium 4, 1.6 /S478, 512KB	R\$ 2.399,00
13131	01 Teclado For Windows	R\$ 35,00

FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ

Arquivo Histórico Prof. Gelindo S.Buzzi):

Nº Tombo	Descrição do Produto	Valor Contábil
00492	01 Monitor, Marca Samsung Sync Máster 551v (Modelo Antigo)	x-x-x-x
16138	01 Monitor de 17", Tela 100% Plana	R\$ 600,00

Parágrafo único. Os bens móveis do Município relacionados no "caput" deste artigo, são declarados inservíveis por razões econômicas e sem condições de recuperação e manutenção.

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 12 de março de 2012; 142º ano de Fundação; 77º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

Decreto No 2696, de 30 de Março de 2012

DECRETO No 2696, DE 30 DE MARÇO DE 2012

Declara inservíveis para uso do Município, bens móveis registrados no Patrimônio Público, autorizando sua baixa e inutilização.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, Incisos II, VII e XXV, c/c art. 70, Inciso I, da Lei Orgânica do Município, e fundamentado na Lei Federal nº 4.320/64, e

Considerando-se a solicitação de baixa patrimonial expedido pela Unidade responsável pela guarda e conservação de bens móveis, e o Termo de Vistoria expedido pela Comissão Especial, no âmbito do Processo nº DAP-237,

DECRETA:

Art. 1º Ficam declarados inservíveis para o uso do Município, os bens móveis abaixo relacionados, autorizando-se sua baixa do Patrimônio Público Municipal e sua inutilização definitiva:

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, TRÂNSITO E MEIO AMBIENTE

Departamento de Urbanismo:

Nº Tombo	Descrição do Produto	Valor Contábil
16313	01 Computador, Processador AMD Sempron 2600 Box	R\$ 2.100,00

TELE CENTRO

Nº Tombo	Descrição do Produto	Valor Contábil
17514	01 Aparelho de Telefone Intelbras Premium	R\$ 36,00

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

CEMUR (SESAS):

Nº Tombo	Descrição do Produto	Valor Contábil
x-x-x	01 Monitor de 14" CRT (sem identificação)	x-x-x-x
08261	01 Monitor de 14" – Marca ADC Spectrum 4Vn	R\$ 200,00
09450	01 Teclado padrão Windows	R\$ 50,00
11285	01 Monitor de 15" – Marca SVGA LG	R\$ 405,00
20978	01 Teclado For Windows	R\$ 30,00
23033	01 Teclado USB	R\$ 20,00
23134	01 Teclado PS2	R\$ 13,50

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

Supervisão de Patrimônio:

Nº Tombo	Descrição do Produto	Valor Contábil
00213	01 Suporte para Fita Durex – tamanho Médio	R\$ 1,00

Divisão de Tributos:



Nº Tombo	Descrição do Produto	Valor Contábil
01056	01 Cadeira para Escritório Estofada em Curvim Preto	R\$ 10,00
Contabilidade:		
Nº Tombo	Descrição do Produto	Valor Contábil
14415	01 Cadeira Fixa, Tecido na Cor Azul	R\$ 56,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS		
Nº Tombo	Descrição do Produto	Valor Contábil
07867	01 Escrivania de Madeira com 06 Gavetas	R\$ 50,00
12796	01 Cadeira Fixa, em Corvim	R\$ 34,00
12799	01 Cadeira Fixa, em Corvim	R\$ 34,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
Escola Municipal Tiroleses:		
Nº Tombo	Descrição do Produto	Valor Contábil
15670	01 Nobreak 1KVA	R\$ 400,00
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO		
Nº Tombo	Descrição do Produto	Valor Contábil
19931	01 Cadeira Giratória	R\$ 120,00

Parágrafo único. Os bens móveis do Município relacionados no "caput" deste artigo, são declarados inservíveis por razões econômicas e sem condições de recuperação e manutenção.

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 30 de março de 2012; 142º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Decreto Nº 2704, de 05 de Abril de 2012

DECRETO Nº 2704, DE 05 DE ABRIL DE 2012

Abre Crédito Suplementar por conta do Superávit Financeiro do Exercício anterior, no valor de R\$ 47.281,87.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 2543, de 16/12/2011,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2012, no valor de R\$ 47.281,87 (quarenta e sete mil, duzentos e oitenta e um mil e oitenta e sete centavos) mediante a utilização dos recursos indicados no art.2º deste decreto, conforme segue:

03.05.028.846.0005.0003. SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL
03.05.028.846.0005.0003. ENCARGOS DA ADMINISTRAÇÃO
03.05.028.846.0005.0003. SENTENÇAS JUDICIAS CONTRA O MUNICÍPIO
300000.00 DESPESAS CORRENTES
330000.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES
339000.00 APLICAÇÕES DIRETAS

0.30000 SUPERAVIT FINANCEIRO DO ANO ANTERIOR 4.581,87
TOTAL 4.581,87
08.02.015.451.0052.1071. SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
08.02.015.451.0052.1071. OBRAS MUNICIPAIS
08.02.015.451.0052.1071. ESPAÇOS PÚBLICOS
400000.00 DESPESAS DE CAPITAL
440000.00 INVESTIMENTOS
449000.00 APLICAÇÕES DIRETAS
0.30000 SUPERAVIT FINANCEIRO DO ANO ANTERIOR 42.700,00
TOTAL 42.700,00
TOTAL 47.281,87

Art. 2º O Crédito Suplementar de que trata o artigo anterior, corre à conta do Superávit Financeiro do Exercício anterior.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 05 de abril de 2012; 142º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Decreto Nº 2705, de 05 de Abril de 2012

DECRETO Nº 2705, DE 05 DE ABRIL DE 2012

Abre Crédito Especial por conta do Superávit Financeiro do Exercício anterior, no valor de R\$ 515.000,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 2543, de 16/12/2011 e Lei 2566, de 05/04/2012,,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Especial ao Orçamento-Programa 2012, no valor de R\$ 515.000,00 (quinhentos e quinze mil reais), autorizado pela Lei nº 2566, de 05/04/2012, mediante a utilização dos recursos indicados no art.2º deste decreto, conforme segue:

07.01.015.121.0040.1049. SECR. PLANEJAMENTO, TRANSITO E MEIO AMBIENTE
07.01.015.121.0040.1049. PLANEJAMENTO URBANO
07.01.015.121.0040.1049. IMOVEIS PARA O DESENVOLVIMENTO DE TIMBÓ
400000.00 DESPESAS DE CAPITAL
440000.00 INVESTIMENTOS
449000.00 APLICAÇÕES DIRETAS
0.30000 SUPERAVIT FINANCEIRO DO ANO ANTERIOR 515.000,00
TOTAL 515.000,00

Art. 2º O Crédito Especial de que trata o artigo anterior, corre à conta do Superávit Financeiro do Exercício anterior.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 05 de abril de 2012; 142º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 2753, de 02 de Abril de 2012

PORTARIA No 2753, DE 02 DE ABRIL DE 2012

Dispensa a Servidora Aline Bürger, para exercício de Função Gratificada na Secretaria Municipal de Educação, a contar de 06 de abril do corrente.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, incisos I e X, combinado com o art. 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990,

RESOLVE:

Art.1º DISPENSAR da Função Gratificada a Servidora ALINE BÜRGER, lotada na Secretaria Municipal de Educação, designada pela Portaria nº 1061, de 1º de fevereiro de 2010, a contar de 06 de abril do corrente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 02 de abril de 2012; 142º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 2761, de 02 de Abril de 2012

PORTARIA No 2761, DE 02 DE ABRIL DE 2012

Altera temporariamente a carga horária de servidores efetivos para o cargo de Professor-Educação Infantil e Ensino Fundamental.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos arts.50, Inciso XXV, art.70, Inciso II, alínea "a" da Lei Orgânica do Município, e com base no art.31 e 32 da Lei Complementar no 138, de 02/07/98,

RESOLVE:

Art.1º ALTERAR TEMPORARIAMENTE A CARGA HORÁRIA de Servidores efetivos para o cargo de Professor, lotados na Secretaria Municipal de Educação – Educação Infantil e Ensino Fundamental, para o ano letivo de 2012, ou seja, a contar de 02/04/2012 a 19/12/2012, conforme demonstrativo abaixo:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO			
EDUCAÇÃO INFANTIL			
NOME	CARGA HORÁRIA SEMANAL		TOTAL
	Efetiva	Substituição	
Julio Hilário Arpini	11h	05h	16h
ENSINO FUNDAMENTAL			
NOME	CARGA HORÁRIA SEMANAL		TOTAL
	Efetiva	Substituição	
Eliane Zerbin	20h/a	08h/a	28h/a

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 02 de abril de 2012; 142º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 2662, de 1º de Março de 2012

PORTARIA No 2662, DE 1º DE MARÇO DE 2012

Designa membros para comporem a Comissão de Acompanhamento da Obra, de Recebimento das Etapas e Definitivo da Construção do Pronto Atendimento e Reforma da recepção do Hospital e Maternidade OASE.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições conferidas pelo art.50, c/c art.70, Inciso II, alínea "c", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de abril de 1990, e tendo em vista o que dispõe os arts.67, 69 e 73, I, da Lei Federal no 8.666/93, resolve:

RESOLVE:

Art.1º DESIGNAR, para sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão de Acompanhamento da Obra, de Recebimento das Etapas, e Definitivo da Construção do Pronto Atendimento e Reforma da recepção do Hospital e Maternidade OASE.

- a) DARCIZIO BONA - Vice Prefeito;
- b) ELSON A.A. MARSON JUNIOR - Secretário de Saúde e Assistência Social;
- c) RICHARD DA SILVA CHOSEKI - Diretor Administrativo do Hospital e Maternidade OASE;
- d) EDSON JOSÉ PEDRON - Arquiteto;
- e) LUCIANA HARTMANN - Engenharia Civil

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 1º de março de 2012; 142º ano de Fundação; 77º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria Nº 2750, de 30 de Março de 2012

PORTARIA Nº 2750, DE 30 DE MARÇO DE 2012

Retifica Portarias que autoriza contratação de Servidores lotados na Administração Direta e dá outras providências.

O PREFEITO DE TIMBÓ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterada pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, c/c Decreto nº 2386, de 21/06/2011 e Decreto nº 2530, de 11/11/2011,

Considerando-se o equívoco ocorrido no texto da justificativa da contratação temporária de servidores,

RESOLVE:

Art.1º RETIFICAR as Portarias, excluindo-se o texto: Processo Seletivo nº 01/2010 da justificativa da contratação dos seguintes Servidores:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
NOME	PORTARIA CONTRAT/ALTERAÇÃO
Emerson Roepke	2596/2012
Francine Marta Bianchini	2596/2012
Isabel Maria Beber	2622/2012
Katia Milena Becker Pedroso	2627/2012

Art.2º A justificativa da contratação temporária da servidora ISABEL MARIA BEBER, passa a ser: pelo aumento do número de

alunos.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 30 de março de 2012; 142º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria Nº 2751, de 30 de Março de 2012

PORTARIA Nº 2751, DE 30 DE MARÇO DE 2012

Altera Portarias referente a data do término do período de contratação de Servidores lotados na Administração Direta.

O PREFEITO DE TIMBÓ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterada pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, c/c Decreto nº 2386, de 21/06/2011 e Decreto nº 2530, de 11/11/2011,

RESOLVE:

Art.1º ALTERAR as Portarias referente a data do término do período de contratação de Servidores abaixo relacionados:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL
(Fundo Municipal de Saúde)

NOME	PORTARIA CONTRAT/ ALTERAÇÃO	DATA TÉRMINO
ADRIANA NECKEL SOARES	2582 de 01/02/2012	02.04.2012
ALEXANDRE PASQUALI	2582 de 01/02/2012	30.04.2012
ALINE DOS SANTOS	2582 de 01/02/2012	30.04.2012
ANA LUCIA ZEMUNER GRASSI	2582 de 01/02/2012	30.04.2012
ANDIARA GEELE CRISTOFOLINI PRETTI	2582 de 01/02/2012	30.04.2012
ANNA PAULA BORCHARDT DA PAZ	2582 de 01/02/2012	30.04.2012
AODELINO SLOMP	2582 de 01/02/2012	30.04.2012
ARSENO ADRIANO	2582 de 01/02/2012	30.04.2012
CACIA RODRIGUES MENGARDA	2582 de 01/02/2012	30.04.2012
CELMA SOUZA DA FONSECA PINHEIRO	2582 de 01/02/2012	30.04.2012
CELMO BOAVENTURA DO AMARAL VELHO	2582 de 01/02/2012	02.04.2012
CLAUDETE LUCIA ZUMACH CHISTE	2582 de 01/02/2012	30.04.2012
CRISTIANE RAQUEL WELTER EWALD	2582 de 01/02/2012	30.04.2012
DANIELI MININI DOS SANTOS	2582 de 01/02/2012	30.04.2012
DANIELLE KARINE FIAMONCINI	2582 de 01/02/2012	30.04.2012
DARCIO HABOWSKY	2582 de 01/02/2012	30.04.2012
DESIREE CAROLINE DALLABONA	2582 de 01/02/2012	30.04.2012
DOUGLAS PIETRO FAGGIANI MAFRA	2582 de 01/02/2012	30.04.2012
DYULIANE CRISTINA DE JESUS	2582 de 01/02/2012	30.04.2012
EDERSON JOSE GIRELLI	2582 de 01/02/2012	30.04.2012
EGBERTO JOSE DE FREITAS	2582 de 01/02/2012	30.04.2012
ELIANE MOSER	2582 de 01/02/2012	30.04.2012
ELISIANE GISELA LARGURA	2582 de 01/02/2012	02.04.2012
ELIZIA DE SOUZA	2582 de 01/02/2012	30.04.2012
EUNICE MANOELA DE OLIVEIRA	2582 de 01/02/2012	30.04.2012

FLAVIA DAYANE SIMEONI	2582 de 01/02/2012	30.04.2012
GERSON JAIR KOHLS	2582 de 01/02/2012	30.04.2012
GILBERTO LUIZ GOEDERT	2582 de 01/02/2012	30.04.2012
GILBERTO RHENIUS	2582 de 01/02/2012	30.04.2012
GIOVANA MARIA ROSSI NESI	2582 de 01/02/2012	30.04.2012
GLAUCIE MARA DA SILVA	2582 de 01/02/2012	30.04.2012
HÉLIDA DE OLIVEIRA ROCHA LUTZOW	2582 de 01/02/2012	30.04.2012
HELOISA FRENSCH FAUSTINO NASCIMENTO	2582 de 01/02/2012	30.04.2012
ISABEL TANCON ODA	2582 de 01/02/2012	30.04.2012
IVANILDE LARSEN AFFMANN	2582 de 01/02/2012	30.04.2012
IVONETE DOS SANTOS PORTELA	2582 de 01/02/2012	30.04.2012
JOCELI KAMMER DA SILVA	2582 de 01/02/2012	30.04.2012
JOICE DANIELA SANTANA MURAKA	2582 de 01/02/2012	30.04.2012
JOSE ALBERTO DANTAS	2582 de 01/02/2012	30.04.2012
JOSIANE DAS GRAÇAS DE LIZ PAULO	2582 de 01/02/2012	30.04.2012
JUCELEIA TATIANE SPINDOLA STEF	2582 de 01/02/2012	30.04.2012
JULIANA FERNANDES	2582 de 01/02/2012	30.04.2012
KARIN KOHLER	2582 de 01/02/2012	30.04.2012
KATY CHRISTINE BREMER	2582 de 01/02/2012	30.04.2012
KEILA REJANE ALVES MACEDO	2582 de 01/02/2012	30.04.2012
LENA MORGANA GESSNER DA SILVA	2582 de 01/02/2012	02.04.2012
LIZANDRO FRAINER FURLANI	2582 de 01/02/2012	30.04.2012
LUANA IARA PEREIRA	2582 de 01/02/2012	30.04.2012
LUCIA ELENA CROSSA CASALI	2582 de 01/02/2012	30.04.2012
LUCIANA SCHIAVO	2582 de 01/02/2012	30.04.2012
MAIRA LUCIA CIPRIANI	2582 de 01/02/2012	30.04.2012
MAIRA SILVA DE GODOY	2582 de 01/02/2012	30.04.2012
MARCELA EDME DE SOUZA GALLEGOS	2582 de 01/02/2012	02.04.2012
MARCOS ANTONIO SANCHES	2582 de 01/02/2012	30.04.2012
MARIA GIROLA FELIPPI	2582 de 01/02/2012	30.04.2012
MARIA IDANIR HONES MURAKA	2582 de 01/02/2012	02.04.2012
MARILENE DE MELLO KIPPER	2582 de 01/02/2012	30.04.2012
MARIZE MICHELSON DA ROSA	2582 de 01/02/2012	30.04.2012
MARLY KLUG	2582 de 01/02/2012	30.04.2012
MARY LEA FERRARI	2582 de 01/02/2012	11.04.2012
MERE TERESINHA FAGUNDES WETZEL	2582 de 01/02/2012	02.04.2012
MOACIR DE FREITAS TOLEDO	2582 de 01/02/2012	30.04.2012
NORBERT NEUMAYR	2582 de 01/02/2012	02.04.2012
NORBERT NEUMAYR	2582 de 01/02/2012	03.04.2012
OLIVIA BRAIT	2582 de 01/02/2012	30.04.2012
OTAVIO NICKHORN E SILVA	2582 de 01/02/2012	02.04.2012
PAOLO PIERMARINI	2582 de 01/02/2012	30.04.2012
PAOLO PIERMARINI	2582 de 01/02/2012	30.04.2012
PATRICIA SLOMP	2582 de 01/02/2012	30.04.2012
PRISCILA LENZI ODEBRECHT	2582 de 01/02/2012	30.04.2012
PRISCILLA HERWEG BERTOLDI	2582 de 01/02/2012	30.04.2012
ROSA MARIA BORCHARDT	2582 de 01/02/2012	30.04.2012
ROSANGELA FERREIRA DA SILVA PRIMO	2582 de 01/02/2012	30.04.2012
ROSE MELI STOLF EVARISTO	2582 de 01/02/2012	02.04.2012
RUTH HERWEG JACQUES	2582 de 01/02/2012	30.04.2012
SANDRA PAULA SENEM COLOMBO	2582 de 01/02/2012	30.04.2012
SANDRA REGINA DE LIMA	2582 de 01/02/2012	30.04.2012
SHIRLEI SCHURT VICENTI	2582 de 01/02/2012	30.04.2012
SILVANA LONGO ROEPKE	2582 de 01/02/2012	30.04.2012



SILVIA CECILIA LAEMMEL TEN-CHENA	2582 de 01/02/2012	30.04.2012
SONIA SALETE DA SILVA	2582 de 01/02/2012	30.04.2012
SONJA STUPP GONÇALVES	2582 de 01/02/2012	30.04.2012
SORAIA DIAS ALVES PERSUHN	2582 de 01/02/2012	30.04.2012
SUELY ITTNER HERWEG	2582 de 01/02/2012	30.04.2012
TIAGO GUILHERME DE ARRUDA	2582 de 01/02/2012	30.04.2012
VALMIR MOURA GONÇALVES	2582 de 01/02/2012	30.04.2012
WILMAR SCOZ	2582 de 01/02/2012	02.04.2012

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 30 de março de 2012; 142o ano de Fundação; 78o ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

Portaria N° 2752, de 02 de Abril de 2012

PORTARIA Nº 2752, DE 02 DE ABRIL DE 2012

Designa o Servidor Giscard Ataides Wolter Bertoldi para ocupar, em substituição o Servidor Jean Pierre Bezerra Museka, o cargo em comissão de Procurador Geral do Município, no período de 12/04/2012 a 22/04/2012.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos arts. 50, incisos I e X, e 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, combinado com o disposto nos arts. 44, 45, "caput" e §§ 2º e 3º, e 47 da Lei Complementar nº 01, de 22/10/93,

RESOLVE:

Art.1º DESIGNAR o Servidor GISCARD ATAIDES WOLTER BERTOLDI, ocupante do cargo de provimento em comissão de Assessor Jurídico, Símbolo CC-2, para ocupar em substituição JEAN PIERRE BEZERRA MUSEKA, o cargo em comissão de Procurador Geral do Município, Símbolo DAS-1, por motivo de férias, no período de 12/04/2012 a 22/04/2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 02 de abril de 2012; 142o ano de Fundação; 78o ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

Portaria N° 2760, de 02 de Abril de 2012

PORTARIA Nº 2760, DE 02 DE ABRIL DE 2012

Designa a Servidora Samara Cristiane Lazarini, para ocupar, em substituição o Servidor Fabiano Martins Adriano, por motivo de férias, o cargo em comissão de Assessor Institucional de Trânsito, Símbolo DAS-2, no período de 02 a 22 de abril do corrente.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos arts. 50, incisos I e X, e 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, combinado com o disposto nos arts. 44, 45, "caput" e §§ 2º e 3º, e 47 da Lei Complementar nº 01, de 22/10/93,

RESOLVE:

Art.1º DESIGNAR a Servidora SAMARA CRISTIANE LAZARINI,

ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Administrativos, para ocupar, em substituição Fabiano Martins Adriano, por motivo de férias, o cargo em Comissão de Assessor Institucional de Trânsito, Símbolo DAS-2, com lotação na Secretaria Municipal de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente, no período de 02 a 22 de abril do corrente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 02 de abril de 2012; 142o ano de Fundação; 78o ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

Aviso Carta Convite N.º 01 2012 Aquisição de Trofeus e Medalhas FME

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ - FME

EDITAL CONVITE P/ COMPRAS E SERVIÇOS Nº 000001/2012

AVISO DE LICITAÇÃO

OBJETO: Aquisição de trofeus e medalhas para premiação p/ atender a Fundação Municipal de Esportes.

ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preço até as 09h00min do dia 04 de maio de 2012. ABERTURA: dia 04 de maio de 2012 as 09h05min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente do Departamento de Licitações, localizado na Avenida Getúlio Vargas, 700, Centro, Timbó/SC.

TIMBO (SC), 20/04/2012.

THOMAZ H. N. CAMPREGHER

Diretor de Administração

Extrato da Ata de Registro de Preço N.º 39 2012

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Pregão Presencial n.º 39/2012

ÓRGÃO GESTOR: Prefeitura Municipal de Timbó

OBJETO: Aquisição de vale-transporte destinado aos servidores, estagiários e contratados que utilizam transporte coletivo para deslocamento intermunicipal, sendo de sua respectiva residência ao local de trabalho e vice-versa e para distribuição aos usuários do PAEF (Assistência Social).

EMPRESA FORNECEDORA: Expresso Presidente Getúlio Ltda.

VALOR TOTAL ESTIMADO: R\$ 54.652,50 (cinquenta e quatro mil, seiscentos e cinquenta e dois reais e cinquenta centavos).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 20/04/2013

Timbó, 24/04/2012

LAERCIO SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó

Extrato da Ata de Registro de Preço N.º 44 2012

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Pregão Presencial n.º 44/2012

ÓRGÃO GESTOR: Prefeitura Municipal de Timbó

OBJETO: Registro de preço para aquisição e entrega de grama sempre verde para a manutenção de diversos locais públicos do Município de Timbó.

EMPRESA FORNECEDORA: Pedra Forte Com. Pedras em Geral

Ltda.
VALOR TOTAL ESTIMADO: R\$ 90.000,00 (noventa mil reais).
MODALIDADE: Pregão Presencial
VALIDADE DA ATA: 20/04/2013

Timbó, 24/04/2012
LAERCIO SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó

Extrato de Convênio Nº 2012-05 - 01 FME
MUNICÍPIO DE TIMBÓ
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES
EXTRATO DE CONVÊNIO

CONVÊNIO Nº 2012/05 - 01 FME - CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO
CONVENIENTE: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE TIMBÓ
CONVENIADA: ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA OLÍMPICA DO VALE

OBJETO: o Convênio tem por finalidade a execução, pela CONVENIADA, em regime de cooperação com a CONVENIENTE, de atividades voltadas à prática desportiva, em especial no que tange a manutenção de programas de iniciação e de treinamento de equipes que participarão em competições e campeonatos e auxílio no pagamento de parte das despesas de custeio das escolinhas e das Equipes de Rendimento na modalidade esportiva de atletismo, sem prejuízo do cumprimento das condições estabelecidas na Lei nº. 2558, de 26 de dezembro de 2011, Decreto nº. 2643, de 13 de janeiro de 2012 e demais dispositivos legais aplicáveis à espécie. VALOR TOTAL: R\$ 65.000,00 (sessenta e cinco mil reais). PRAZO: 01/03/2012 até 31/12/2012. Data da assinatura: 01/03/12.

CLÓVIS NAGEL GUTZ
Diretor Presidente

Extrato de Convênio Nº 2012-05 - 02 FME
MUNICÍPIO DE TIMBÓ
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES
EXTRATO DE CONVÊNIO

CONVÊNIO Nº 2012/05 - 02 FME - CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO
CONVENIENTE: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE TIMBÓ
CONVENIADA: ASSOCIAÇÃO SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE TIMBÓ

OBJETO: o Convênio tem por finalidade a execução, pela CONVENIADA, em regime de cooperação com a CONVENIENTE, de atividades voltadas à prática desportiva, em especial no que tange a manutenção de programas de iniciação e de treinamento de equipes que participarão em competições e campeonatos e de auxílio no pagamento de parte das despesas de custeio das equipes de Basquete Masculino e Feminino, Futebol de Campo, Futsal Masculino e Feminino e Vôlei Feminino, sem prejuízo do cumprimento das condições estabelecidas na Lei nº. 2558, de 26 de dezembro de 2011, Decreto nº. 2643, de 13 de janeiro de 2012 e demais dispositivos legais aplicáveis à espécie. VALOR TOTAL: R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais). PRAZO: 01/03/2012 até 31/12/2012. Data da assinatura: 01/03/12.

CLÓVIS NAGEL GUTZ
Diretor Presidente

Extrato de Convênio Nº 2012-05 - 03 FME
MUNICÍPIO DE TIMBÓ
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES
EXTRATO DE CONVÊNIO

CONVÊNIO Nº 2012/05 - 03 FME - CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO
CONVENIENTE: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE TIMBÓ
CONVENIADA: ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO BAIRRO DAS NAÇÕES

OBJETO: o Convênio tem por finalidade a execução, pela CONVENIADA, em regime de cooperação com a CONVENIENTE, de atividades voltadas à prática desportiva, em especial no que tange a manutenção de programas de iniciação e de treinamento de equipes que participarão em competições e campeonatos e de auxílio no pagamento de parte das despesas de custeio das equipes Masculina e Feminina de Bocha, sem prejuízo do cumprimento das condições estabelecidas na Lei nº. 2558, de 26 de dezembro de 2011, Decreto nº. 2643, de 13 de janeiro de 2012 e demais dispositivos legais aplicáveis à espécie. VALOR TOTAL: R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais). PRAZO: 01/03/2012 até 31/12/2012. Data da assinatura: 01/03/12.

CLÓVIS NAGEL GUTZ
Diretor Presidente

Extrato de Convênio Nº 2012-05 - 04 FME
MUNICÍPIO DE TIMBÓ
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES
EXTRATO DE CONVÊNIO

CONVÊNIO Nº 2012/05 - 04 FME - CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO
CONVENIENTE: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE TIMBÓ
CONVENIADA: CLUBE GINÁSTICO GUAIRACÁS

OBJETO: o Convênio tem por finalidade a execução, pela CONVENIADA, em regime de cooperação com a CONVENIENTE, de atividades voltadas à prática desportiva, em especial no que tange a manutenção de programas de iniciação e de treinamento de equipes que participarão em competições e campeonatos e de auxílio no pagamento de parte das despesas de custeio das equipes das modalidades esportivas de Bolão 16 cm Masculino/Feminino, Futevôlei, Judô, Punhobol Masculino/Feminino, Vôlei de Areia Masculino/Feminino e Xadrez Masculino/Feminino, sem prejuízo do cumprimento das condições estabelecidas na Lei nº. 2558, de 26 de dezembro de 2011, Decreto nº. 2643, de 13 de janeiro de 2012 e demais dispositivos legais aplicáveis à espécie. VALOR TOTAL: R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais). PRAZO: 01/03/2012 até 31/12/2012. Data da assinatura: 01/03/12.

CLÓVIS NAGEL GUTZ
Diretor Presidente

Extrato de Convênio Nº 2012-05 - 05 FME
MUNICÍPIO DE TIMBÓ
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES
EXTRATO DE CONVÊNIO

CONVÊNIO Nº 2012/05 - 05 FME - CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO
CONVENIENTE: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE TIMBÓ
CONVENIADA: ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA, RECREATIVA E CULTURAL LIBERDADE DE TIMBÓ

OBJETO: o Convênio tem por finalidade a execução, pela CONVENIADA, em regime de cooperação com a CONVENIENTE, de atividades voltadas à prática desportiva, em especial no que tange a manutenção de programas de iniciação e de treinamento de equipes que participarão em competições e campeonatos e de auxílio no pagamento de parte das despesas de custeio das equipes Masculina e Feminina da modalidade de Bolão 23cm, sem prejuízo do cumprimento das condições estabelecidas na Lei nº. 2558, de 26 de dezembro de 2011, Decreto nº. 2643, de 13 de janeiro de 2012

e demais dispositivos legais aplicáveis à espécie. VALOR TOTAL: R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais). PRAZO: 01/03/2012 até 31/12/2012. Data da assinatura: 01/03/12.

CLÓVIS NAGEL GUTZ
Diretor Presidente

Extrato de Convênio Nº 2012-05 - 06 FME

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES
EXTRATO DE CONVÊNIO

CONVÊNIO Nº 2012/05 - 06 FME - CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO
CONVENIENTE: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE TIMBÓ
CONVENIADA: ASSOCIAÇÃO DOS PAIS E AMIGOS DA GINÁSTICA RÍTMICA DESPORTIVA DE TIMBÓ

OBJETO: o Convênio tem por finalidade a execução, pela CONVENIADA, em regime de cooperação com a CONVENIENTE, de atividades voltadas à prática desportiva, em especial no que tange a manutenção de programas de iniciação e de treinamento de equipes que participarão em competições e campeonatos e de auxílio no pagamento de parte das despesas de custeio das equipes de Ginástica Rítmica Desportiva, sem prejuízo do cumprimento das condições estabelecidas na Lei nº. 2558, de 26 de dezembro de 2011, Decreto nº. 2643, de 13 de janeiro de 2012 e demais dispositivos legais aplicáveis à espécie. VALOR TOTAL: R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais). PRAZO: 01/03/2012 até 31/12/2012. Data da assinatura: 01/03/12.

CLÓVIS NAGEL GUTZ
Diretor Presidente

Extrato de Convênio Nº 2012-05 - 07 FME

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES
EXTRATO DE CONVÊNIO

CONVÊNIO Nº 2012/05 - 07 FME - CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO
CONVENIENTE: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE TIMBÓ
CONVENIADA: ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA CULTURAL VALE DO HANDEBOL

OBJETO: o Convênio tem por finalidade a execução, pela CONVENIADA, em regime de cooperação com a CONVENIENTE, de atividades voltadas à prática desportiva, em especial no que tange a manutenção de programas de iniciação e de treinamento de equipes que participarão em competições e campeonatos e de auxílio no pagamento de parte das despesas de custeio das equipes Masculina e Feminina da modalidade de Handebol, sem prejuízo do cumprimento das condições estabelecidas na Lei nº. 2558, de 26 de dezembro de 2011, Decreto nº. 2643, de 13 de janeiro de 2012 e demais dispositivos legais aplicáveis à espécie. VALOR TOTAL: R\$ 30.000,00 (trinta mil reais). PRAZO: 01/03/2012 até 31/12/2012. Data da assinatura: 01/03/12.

CLÓVIS NAGEL GUTZ
Diretor Presidente

Extrato de Convênio Nº 2012-05 - 08 FME

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES
EXTRATO DE CONVÊNIO

CONVÊNIO Nº 2012/05 - 08 FME - CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO

CONVENIENTE: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE TIMBÓ
CONVENIADA: ASSOCIAÇÃO TIMBOENSE DE TÊNIS DE MESA

OBJETO: o Convênio tem por finalidade a execução, pela CONVENIADA, em regime de cooperação com a CONVENIENTE, de atividades voltadas à prática desportiva, em especial no que tange a manutenção de programas de iniciação e de treinamento de equipes que participarão em competições e campeonatos e de auxílio no pagamento de parte das despesas de custeio das equipes Masculina e Feminina da modalidade de Tênis de Mesa, sem prejuízo do cumprimento das condições estabelecidas na Lei nº. 2558, de 26 de dezembro de 2011, Decreto nº. 2643, de 13 de janeiro de 2012 e demais dispositivos legais aplicáveis à espécie. VALOR TOTAL: R\$ 30.000,00 (trinta mil reais). PRAZO: 01/03/2012 até 31/12/2012. Data da assinatura: 01/03/12.

CLÓVIS NAGEL GUTZ
Diretor Presidente

Extrato de Convênio Nº 2012-05 - 09 FME

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES
EXTRATO DE CONVÊNIO

CONVÊNIO Nº 2012/05 - 09 FME - CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO
CONVENIENTE: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE TIMBÓ
CONVENIADA: CLUBE CAÇA E TIRO FREDERICO DONNER

OBJETO: o Convênio tem por finalidade a execução, pela CONVENIADA, em regime de cooperação com a CONVENIENTE, de atividades voltadas à prática desportiva, em especial no que tange a manutenção de programas de iniciação e de treinamento de equipes que participarão em competições e campeonatos e de auxílio no pagamento de parte das despesas de custeio das equipes de Tiro Esportivo Armas Curtas, Longas, Seta e Escolinha de Tiro, sem prejuízo do cumprimento das condições estabelecidas na Lei nº. 2558, de 26 de dezembro de 2011, Decreto nº. 2643, de 13 de janeiro de 2012 e demais dispositivos legais aplicáveis à espécie. VALOR TOTAL: R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais). PRAZO: 01/03/2012 até 31/12/2012. Data da assinatura: 01/03/12.

CLÓVIS NAGEL GUTZ
Diretor Presidente

Extrato de Convênio Nº 2012-05 - 10 FME

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES
EXTRATO DE CONVÊNIO

CONVÊNIO Nº 2012/05 - 10 FME - CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO
CONVENIENTE: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE TIMBÓ
CONVENIADA: ASSOCIAÇÃO CULTURAL E ESPORTIVA RHINOS

OBJETO: o Convênio tem por finalidade a execução, pela CONVENIADA, em regime de cooperação com a CONVENIENTE, de atividades voltadas à prática desportiva, em especial no que tange a manutenção de programas de iniciação e de treinamento de equipes que participarão em competições e campeonatos e de auxílio no pagamento de parte das despesas de custeio da equipe de Futebol Americano de Timbó, denominada Rhinos, sem prejuízo do cumprimento das condições estabelecidas na Lei nº. 2558, de 26 de dezembro de 2011, Decreto nº. 2643, de 13 de janeiro de 2012 e demais dispositivos legais aplicáveis à espécie. VALOR TOTAL: R\$ 15.000,00 (quinze mil reais). PRAZO: 01/03/2012 até 31/12/2012. Data da assinatura: 01/03/12.

CLÓVIS NAGEL GUTZ
Diretor Presidente

Extrato de Convênio Nº 2012-05 - 11 FME

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES

EXTRATO DE CONVÊNIO

CONVÊNIO Nº 2012/05 - 11 FME - CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO
 CONVENIENTE: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE TIMBÓ
 CONVENIADA: ASSOCIAÇÃO E PAIS E PROFESSORES DA ESCOLA
 MUNICIPAL ERWIN PRADE.

OBJETO: o Convênio tem por finalidade a execução, pela CONVENIADA, em regime de cooperação com a CONVENIENTE, de atividades voltadas à prática desportiva, em especial no que tange a manutenção de programas de iniciação e de treinamento de equipes que participarão em competições e campeonatos e de auxílio no pagamento de parte das despesas de custeio da equipe Masculina e Feminina da modalidade de Vôlei, sem prejuízo do cumprimento das condições estabelecidas na Lei nº. 2558, de 26 de dezembro de 2011, Decreto nº. 2643, de 13 de janeiro de 2012 e demais dispositivos legais aplicáveis à espécie. VALOR TOTAL: R\$ 55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais). PRAZO: 01/03/2012 até 31/12/2012. Data da assinatura: 01/03/12.

CLÓVIS NAGEL GUTZ
 Diretor Presidente

Extrato de Convênio Nº 2012-05 - 12 FME

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES

EXTRATO DE CONVÊNIO

CONVÊNIO Nº 2012/05 - 12 FME - CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO
 CONVENIENTE: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE TIMBÓ
 CONVENIADA: ASSOCIAÇÃO DE ÁRBITROS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ

OBJETO: o Convênio tem por finalidade a execução, pela CONVENIADA, em regime de cooperação com a CONVENIENTE, de atividades voltadas à prática desportiva, em especial no que tange a manutenção de programas de iniciação e de treinamento de equipes que participarão em competições e campeonatos e de auxílio no custo das atividades de capacitação, treinamento, orientação e formação de profissionais árbitros e mesários, bem como a execução das atividades de arbitragem para os campeonatos e demais eventos esportivos promovidos por este último, sem prejuízo do cumprimento das condições estabelecidas na Lei nº. 2558, de 26 de dezembro de 2011, Decreto nº. 2643, de 13 de janeiro de 2012 e demais dispositivos legais aplicáveis à espécie. VALOR TOTAL: R\$ 110.000,00 (cento e dez mil reais). PRAZO: 01/03/2012 até 31/12/2012. Data da assinatura: 01/03/12.

CLÓVIS NAGEL GUTZ
 Diretor Presidente

CÂMARA MUNICIPAL**Extrato de Contrato Nº. 05/2012**

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº. 05/2012.

Contratante: Câmara Municipal de Timbó

Contratada: Arena Informática LTDA M

Objeto: Aquisição de cinco computadores completos (cpu completa, teclado, mouse, caixa de som, monitor), 05 un.softwares:

windows 7 professional e 05 office 2010-business 32/64 bits e dois estabilizadores, conforme especificado nos Itens 01 e 05 do Anexo I (Termo de Referência) do edital de pregão nº. 01/2012. A contratada deverá às suas custas realizar a entrega e instalação dos equipamentos referidos no item 1.1, com as configurações especificadas no Anexo I edital de pregão nº. 01/2012, na Câmara Municipal de Timbó.

Licitação: Processo licitatório 03/2012, Pregão Presencial 01/2012
 Valor total: 9.470,00 (nove mil, quatrocentos e setenta reais).

Assinado: 16/04/2012 pela Câmara Municipal de Timbó (Ismael Maas-Presidente) e Cleverton Roberto Vicentim (Arena Informática Ltda.Me.)

Extrato de Contrato Nº. 06/2012

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº. 06/2012.

Contratante: Câmara Municipal de Timbó

Contratada: Mahatan Informática LTDA

Objeto: Aquisição de uma impressora LASER colorida, conforme especificado no Item 02 do Anexo I (Termo de Referência) do edital de pregão nº. 01/2012. A contratada deverá às suas custas realizar a entrega e instalação do equipamento referido no item 1.1, com as configurações especificadas no Anexo I edital de pregão nº. 01/2012, na Câmara Municipal de Timbó.

Licitação: Processo licitatório 03/2012, Pregão Presencial 01/2012
 Valor total: R\$ 1.142,86,00

Assinado: 16/04/2012 pela Câmara Municipal de Timbó (Ismael Maas-Presidente) e Júlio César Villela (Mahatan Informática LTDA.)

SAMAE**Aviso Leilão 0026-2012 Leilão de Materiais Recicláveis**

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ

SAMAE -SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE TIMBÓ

AVISO DE LEILÃO Nº 000026/2012

O SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto torna público, de acordo com a Lei nº 8.666/93, que fará realizar Leilão do tipo por itens, maior lance ou oferta, objetivando a realização de LEILÃO DE MATERIAIS RECICLÁVEIS PRESENTES E FUTURO S PROCEDENTES DE PROCESSO DE COLETA SELETIVA DE RE SÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES POR UM PERÍODO DE 06 (seis) MESES, CLASSIFICADOS CONFORME DECRETO Nº. 2. 694 DE 28 DE MARÇO DE 2012 .

O edital encontra-se à disposição dos interessados no Departamento de Licitações, Rua Duque de Caxias, 56 - Centro, Timbó/SC das 08:00 às 12:00 e das 14:00 às 17:00 horas, de segunda a sexta-feira, disponível também na Internet, no seguinte endereço www.timbo.sc.gov.br ou poderão ser solicitados para o e-mail be-atris@samaetimbo.com.br.

LOCAL LEILÃO: Sede Administrativa - Rua Duque de Caxias, 56
 Bairro Centro - Timbó/SC CEP: 89120-000

DATA E HORÁRIO: 11/05/2012 as 09:00 horas.

TIMBO (SC), 24/04/2012.

EDSON ADAM

Diretor Presidente

Tunápolis

PREFEITURA

Contrato Administrativo Nº 023/2012 CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 023/2012

CONTRATANTE: Município de Tunápolis, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 78.486.198/0001-52, com endereço na Rua João Castilho, 111, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Senhor Enói Scherer, portador da Carteira de Identidade nº 2.529.279-0 e inscrito no CPF sob nº 656.321.769/91, residente e domiciliado na Rua Santa Maria, neste Município, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE.

CONTRATADO: empresário individual VALDOMIRO MARTINS KEMMERICH, estabelecido na Rua Santa Catarina, 77 - centro, na cidade de São João do Oeste, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob nº 14.839.920/0001-02, neste ato representado pelo proprietário Valdomiro Martins Kemmerich, brasileiro, empresário, residente e domiciliado no endereço acima, inscrito no CPF sob nº. 635.140.100-30, denominado simplesmente CONTRATADO.

FUNDAMENTO LEGAL: Vincula-se o presente contrato às normas previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, em seu artigo 25, inciso III, conforme Processo de Compra nº 42/2012 na Modalidade de Inexigibilidade de Licitação.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente contrato consiste na contratação de banda musical "Os Atuais" para animação da 10ª EFACITUS - Exposição, Feira, Agropecuária, Comercial e Industrial de Tunápolis, a realizar-se no dia 29 de abril de 2012, no Centro Esportivo Municipal, sito a Rua Santa Cruz, na sede do município, com duração aproximada de 03 (três) horas, com início às 19:00 horas, estendendo-se até as 22:00 horas do dia seguinte.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR E FORMA DE PAGAMENTO

Pela contratação da banda musical constante do objeto do presente instrumento o CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO o valor certo e ajustado de R\$ 8.500,00 (Oito mil e quinhentos reais).

Parágrafo primeiro. O pagamento será efetuado através de depósito em conta corrente fornecida pelo CONTRATADO, em até 10 (dez) dias após a realização do evento.

Parágrafo segundo. O valor constante no caput da cláusula segunda não estará sujeito a qualquer espécie de reajuste no período de vigência.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS ENCARGOS, RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

- Comparecer no dia, na hora e local estabelecido neste contrato, fazendo-se acompanhar do grupo Os Atuais".
- Providenciar, por sua inteira responsabilidade, alimentação para os músicos da banda, bem como, camarim para os mesmos;
- Suprir as despesas com encargos fiscais, sociais, previdenciários, trabalhistas, acidente de trabalho e quaisquer outras que se fizerem necessárias ao cumprimento do presente contrato;
- Respeitar e cumprir todas as obrigações convencionadas neste contrato, colaborando em tudo que se fizerem necessário para que o CONTRATANTE alcance os objetivos propostos, com pleno sucesso do evento programado.

CLÁUSULA QUARTA - DAS RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE

- Fornecer local adequado e em condições de realização do

evento.

- Providenciar todos os alvarás e autorizações necessárias para a realização dos eventos, atendendo as regulamentações do âmbito municipal, estadual e federal.

- Efetuar a divulgação do evento.

CLÁUSULA QUINTA - DAS PENALIDADES

O não cumprimento das obrigações assumidas ou dos preceitos legais aplicáveis sujeitará o CONTRATADO às seguintes penalidades:

- Advertência.
- Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor contratual, em caso de não cumprimento do presente instrumento.
- Suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com o município de Tunápolis - SC, por prazo mínimo de dois anos.
- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade, depois do ressarcimento à administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na letra c.

CLÁUSULA SEXTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

Este contrato é celebrado com as cláusulas de irretratabilidade e irrevogabilidade, não admitindo por isso arrependimento ou rescisão unilateral tornando-se intransferível os seus direitos e obrigações.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO FORO

As partes comprometem-se e obrigam-se por si e por sucessores a qualquer título elegendo o foro da Comarca de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, como único competente para decidir quaisquer questões dele emergente ou que dele decorram, com renúncia expressa ou qualquer outro mesmo que privilegiado.

E, para firmeza e como prova de assim haverem, entre si, ajustado e contratado, foi lavrado o presente termo de contrato, que depois de lido, e achado conforme, é assinado em (02) duas vias de igual teor e forma, tudo na presença das duas testemunhas abaixo.

Tunápolis - SC, 23 de março de 2012.

ENOI SCHERER

Prefeito Municipal

Contratante

VALDOMIRO MARTINS KEMMERICH

Contratado

Testemunhas:

1. VOLMIR PEDRO LAWISCH

CPF: 710.744.149-34

2. JACKSON SCHERER

CPF: 037.348.969-24

Turvo

PREFEITURA

Decreto 25/2012

DECRETO Nº 025/12, de 13 de abril de 2012.

DISCIPLINA A LIMITAÇÃO DE EMPENHO E MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA.

RONALDO CARLESSI, Prefeito Municipal de Turvo/SC, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto na Lei Complementar nº 101, de 05/05/2000 e Lei nº 2.107/2011, de 20/10/2011 (LDO para 2012), Art. 10.

CONSIDERANDO, que o comportamento da receita realizada até o 1º bimestre de 2012 está indicando o comprometimento das metas de resultado primário e nominal estabelecidas no anexo de metas fiscais;

CONSIDERANDO, os critérios de limitação de empenho estabelecidos na Lei Municipal nº 2.107/2011, (LDO para 2012),

DECRETA

Art. 1º. Ficam limitados os gastos e investimentos programados, através de bloqueio de dotações, nos valores e especificações abaixo:

11.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

10.301.0003.1.052 - CONSTRUÇÃO E OU MANUTENÇÃO DE UNIDADE DE SAUDE

4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0023.0 (2) - Aplicações Diretas
R\$ 46.816,67

10.301.0046.2.051 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE E SF E ACS

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0064.10 (5) - Aplicações Diretas
R\$ 10.700,00

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0064.12 (6) - Aplicações Diretas
R\$ 8.000,00

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0064.16 (7) - Aplicações Diretas
R\$ 4.666,67

3.3.71.00.00.00.00.00.0.1.0002.0 (10) - Transf. a Consórcios Públicos R\$ 98.497,84

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0064.13 (13) - Aplicações Diretas
R\$ 8.333,33

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0064.11 (14) - Aplicações Diretas
R\$ 4.133,33

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0064.15 (15) - Aplicações Diretas
R\$ 3.639,74

06.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

12.361.0034.2.010 - MANUT. E FUNCIONAMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL

4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0001.0 (36) - Aplicações Diretas
R\$ 164.163,06

12.361.0035.2.011 - MANUT. E FUNCIONAMENTO DO TRANSPORTE ESCOLAR

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0043.0 (38) - Aplicações Diretas
R\$ 50.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0061.0 (40) - Aplicações Diretas
R\$ 62.500,00

12.306.0038.2.014 - AQUISIÇÃO DE MERENDA ESCOLAR

3.3.50.00.00.00.00.00.0.1.0060.0 (26) - Transf.a Inst.Privadas sem Fins Lucr R\$ 4.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0060.0 (28) - Aplicações Diretas
R\$ 12.501,93

13.392.0039.2.015 - MANUTENÇÃO E DIVULGAÇÃO DA CULTURA

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0080.0 (62) - Aplicações Diretas
R\$ 9.315,63

27.812.0015.1.022 - CONSTRUÇÃO DE PRAÇA PARA ESPORTES

4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0024.0 (66) - Aplicações Diretas

R\$ 402.399,70

07.01 - SECRETARIA DE TRANSPORTES OBRAS, E SERVICOS PUBLICOS

15.452.0043.2.018 - MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DA ILUMINAÇÃO PUBLICA

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0017.0 (71) Aplicações Diretas

R\$ 3.883,91

26.782.0044.1.019 - MANUT.E FUNC SÉC TRANSPORTES OBRAS E SERV PUBLICOS

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0016.0 (80) - Aplicações Diretas

R\$ 4.636,72

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0044.0 (81) - Aplicações Diretas

R\$ 3.063,77

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0045.0 (82) - Aplicações Diretas

R\$ 146,26

08.01 - SECRETARIA DE SAUDE E ACAO SOCIAL

08.244.0047.2.027 - MANUT. DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

3.3.50.00.00.00.00.00.0.1.0049.0 (88) - Aplicações Diretas

R\$ 432,40

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0047.0 (90) - Aplicações Diretas

R\$ 1.123,60

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0048.0 (91) - Aplicações Diretas

R\$ 4.681,67

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0050.0 (92) - Aplicações Diretas

R\$ 6.059,93

Art. 2º. Serão desbloqueados os gastos e investimentos discriminados no artigo 1º quando forem restabelecidos os limites previstos da receita ou na substituição por outra dotação orçamentária a ser bloqueada.

Turvo(SC), 13 de abril de 2012.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra

CECILIA LINO FERREIRA CONTI

Secretária de Administração e Finanças - designada

Vidal Ramos

PREFEITURA

Dispensa Licitação Nº. 25/2012 - Agricultura Familiar

EDITAL DE CHAMAMENTO PUBLICO

Processo Licitatório n.º. 25/2012

O Prefeito Municipal de Vidal Ramos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas prerrogativas legais e considerando o disposto no Art. 21, da Resolução/CD/FNDE Nº. 38, de 16 de julho de 2009, convoca agricultores e empreendedores rurais ou suas organizações a comparecer na Prefeitura Municipal na Secretaria da Educação, Cultura e Desporto, durante o período de 23 de abril à 02 de maio, com finalidade de apresentar proposta e habilitação para fornecimento de gêneros alimentícios que serão utilizados na merenda escolar durante os meses de maio à dezembro de 2012.

Item	Unidade	Quantidade
Feijão Preto	Kg	340
Bolacha Caseira	Kg.	510
Pão Caseiro	Und.	1612
Macarrão caseiro para sopa	Kg.	105
Macarrão caseiro para macarrão	Kg.	910
Geléia vidro, 800 gramas	Und.	476
Repolho	Und.	576
Couve-flor	Und.	680
Brócolis	Und.	646
Cenoura	Kg.	768

- A entrega no estabelecimento escolar de consumo em quantidades e em periodicidade previamente estabelecidas em requisição emitida pela contratante, será responsabilidade do fornecedor.

- Somente serão aceitos propostas para fornecimento de hortigranjeiros produzidos sem aplicação de agrotóxicos.

Para a devida habilitação, deverá ser apresentado junto com a proposta de preços comprovante de endereço, cópia do CPF ou CNPJ, documento de identidade, DAP física ou jurídica autenticados em cartório ou por funcionário da repartição apresentando-se o original.

Gabinete do Prefeito Municipal de Vidal Ramos, 23 de abril de 2012.

NABOR JOSÉ SCHMITZ

Prefeito Municipal

Videira

PREFEITURA

Dispensa de Licitação Nº 01/2012 - FIA

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 01/2012 - FIA

O Município de Videira através do Fundo Municipal de Saúde comunica a homologação dos seguintes atos:

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 01/2012 - FIA

HOMOLOGAÇÃO: 23/04/2012

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA PARA REALIZAR A PINTURA NA CASA LAR MENINO JESUS, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO.

CONTRATADA: PINTURAS MORANDO LTDA.

VALOR: R\$ 9.349,00 (nove mil, trezentos e quarenta e nove reais)

FUNDAMENTO: Art. 24, inciso I, da Lei de Licitações.

Videira - SC, 23 de Abril de 2012.

WILMAR CARELLI

Extrato do Contrato N. 0036/2012

Extrato do Contrato n. 0036/2012

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: LUCIMARA APARECIDA LENTES

CPF: 789.097.599-6

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 01 de fevereiro de 2012 a 18 de dezembro de 2012

FUNÇÃO: PROFESSORA DE ENSINO FUNDAMENTAL SÉRIES INICIAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 1.529,77 (um mil, quinhentos e vinte e nove reais e setenta e sete centavos)

Extrato do Contrato N. 0038/2012

Extrato do Contrato n. 0038/2012

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: VALÉRIA PIACENTINI DI DOMENICO

CPF: 049.444.069-4

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 01 de fevereiro de 2012 a 18 de dezembro de 2012

FUNÇÃO: PROFESSORA DE ENSINO FUNDAMENTAL SÉRIES FINAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 1.529,77 (um mil, quinhentos e vinte e nove reais e setenta e sete centavos)

Extrato do Contrato N. 0041/2012

Extrato do Contrato n. 0041/2012

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: SUELI PERAZZOLI TRINDADE

CPF: 944.535.519-9

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 01 de fevereiro de 2012 a 18 de dezembro de 2012

FUNÇÃO: PROFESSORA DE ARTES ENSINO INFANTIL E FUNDAMENTAL

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 30 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 1.147,33 (um mil, cento e quarenta e sete reais e trinta e três centavos)

Extrato do Contrato N. 0045/2012

Extrato do Contrato n. 0045/2012

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: CLAUDIA WALBER NOVELLO

CPF: 692.406.809-0

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 01 de fevereiro de 2012 a 18 de dezembro de 2012

FUNÇÃO: PROFESSORA DE ENSINO FUNDAMENTAL SÉRIES INICIAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 1.529,77 (um mil, quinhentos e vinte e nove reais e setenta e sete centavos)

Extrato do Contrato N. 0047/2012

Extrato do Contrato n. 0047/2012

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: DIRLENE APARECIDA THIBES ALVES LAIDNES

CPF: 007.398.499-0

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA SIRLEY TEREZINHA HAAS

VIGÊNCIA: de 01 de fevereiro de 2012 a 31 de outubro de 2012

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 647,17 (seiscentos e quarenta e sete reais e dezessete centavos)

Extrato do Contrato N. 0050/2012

Extrato do Contrato n. 0050/2012
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: MARTA CADORE BOERIA DE MIRANDA
CPF: 065.437.579-8

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO
VIGÊNCIA: de 01 de fevereiro de 2012 a 31 de outubro de 2012
FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 647,17 (seiscentos e quarenta e sete reais e dezessete centavos)

Extrato do Contrato N. 0054/2012

Extrato do Contrato n. 0054/2012
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: CLASILDE PASOLD MEIRELES
CPF: 008.035.329-0

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO
VIGÊNCIA: de 01 de fevereiro de 2012 a 31 de outubro de 2012
FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 647,17 (seiscentos e quarenta e sete reais e dezessete centavos)

Extrato do Contrato N. 0056/2012

Extrato do Contrato n. 0056/2012
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: CREUSA DAS CHAGAS
CPF: 786.027.009-9

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO
VIGÊNCIA: de 01 de fevereiro de 2012 a 31 de outubro de 2012
FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 647,17 (seiscentos e quarenta e sete reais e dezessete centavos)

Extrato do Contrato N. 0057/2012

Extrato do Contrato n. 0057/2012
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: MARIA ELIZ DIAS
CPF: 480.120.099-0

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO
VIGÊNCIA: de 01 de fevereiro de 2012 a 31 de outubro de 2012
FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 647,17 (seiscentos e quarenta e sete reais e dezessete centavos)

Extrato do Contrato N. 0062/2012

Extrato do Contrato n. 0062/2012
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: GIOVANA MOTTA
CPF: 008.937.029-5

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO
VIGÊNCIA: de 01 de fevereiro de 2012 a 31 de outubro de 2012
FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 647,17 (seiscentos e quarenta e sete reais e dezessete centavos)

Extrato do Contrato N. 0067/2012

Extrato do Contrato n. 0067/2012
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: NOEMI LANZANA
CPF: 940.692.630-0

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO
VIGÊNCIA: de 01 de fevereiro de 2012 a 31 de outubro de 2012
FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 647,17 (seiscentos e quarenta e sete reais e dezessete centavos)

Extrato do Contrato N. 0132/2012

Extrato do Contrato n. 0132/2012
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: ALINE TARUHN GHELLER
CPF: 063.889.469-7

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO
VIGÊNCIA: de 01 de fevereiro de 2012 a 31 de outubro de 2012
FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 647,17 (seiscentos e quarenta e sete reais e dezessete centavos)

Extrato do Contrato N. 0133/2012

Extrato do Contrato n. 0133/2012
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: MISLEINE TEREZINHA POLEZO WEISS
CPF: 005.338.009-6

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO
VIGÊNCIA: de 01 de fevereiro de 2012 a 31 de outubro de 2012
FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 647,17 (seiscentos e quarenta e sete reais e dezessete centavos)

Extrato do Contrato N. 0135/2012

Extrato do Contrato n. 0135/2012
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: NADIR APARECIDA CAPOTE CAMPOS

CPF: 897.411.379-1

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 01 de fevereiro de 2012 a 31 de outubro de 2012

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 647,17 (seiscentos e quarenta e sete reais e dezessete centavos)

Extrato do Contrato N. 0136/2012

Extrato do Contrato n. 0136/2012

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: SILVANA RODRIGUES DA SILVA MULLER

CPF: 787.304.819-5

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 01 de fevereiro de 2012 a 31 de outubro de 2012

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 647,17 (seiscentos e quarenta e sete reais e dezessete centavos)

Anexo V Controle de Gastos - 03 2012**DECRETO Nº 8.766/07****ANEXO V****CONTROLE DO CUMPRIMENTO DOS GASTOS COM ENSINO - MÊS MARÇO/2012**

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE IMPOSTOS E DESPESAS PRÓPRIAS COM ENSINO	
1. BASE DE CÁLCULO DA ORIGEM DOS RECURSOS	
Receitas Oriundas de Impostos	ARRECADAÇÃO ATÉ O MÊS
1.1 - IPTU	1.685,76
1.2 - ITBI	386.936,76
1.3 - ISS	1.486.444,20
1.5 - IRRF	298.785,22
1.6 - Dívida Ativa de Impostos	110.503,07
1.7 - Multas e Juros de Impostos	75.433,09
1.8 SOMA	2.359.788,10
Receitas Base de Cálculo do FUNDEB	Total
1.10 - Cota-Parte do FPM - 20%	4.354.678,16
1.11 - Cota-Parte do ICMS Deson. Export. (LC 87/96) -20%	46.564,63
1.12 - Cota-Parte do ICMS - 20%	8.710.613,52
1.13 - Cota-Parte do IPI Exp. - 20%	122.582,03
1.14 - Cota- Parte do ITR - 20%	269,90
1.15 - Cota- Parte do IPVA - 20%	1.097.843,99
1.16 - Cota- Parte do ITCMD - 20%	0,00
1.17 SOMA	14.332.552,23
1.18 TOTAL	16.692.340,33

2. ORIGEM DOS RECURSOS VINCULADOS AO ENSINO	Até o Mês
Especificação	Acumulado
2.1 - 25% das Receitas Resultantes de Impostos (25% de 1.18)	4.173.085,08
2.1.1 - Cota- parte Transferências do FUNDEB (retorno)	3.904.834,19
2.2 - Rendimento s/ Aplicação FUNDEB	43.379,82
2.3 - Superávit Financeiro Exercício Anterior do 2.2	551.360,46
2.4 - Cota-Parte do Salário Educação	408.125,83
2.5 - Rendimento Aplicação Salário Educação	33.143,85
2.6 - Superávit Financeiro Exercício Anterior do 2.4	1.019.964,68
2.7 - Convênios Vinculados ao Ensino	43.794,00
2.8 - Superávit Financeiro Exercício Anterior do 2.7	121.795,23

3. APLICAÇÃO	Até o mês		
Especificação	Exigência Legal	Liquidada	Diferença
3.1 - 25% das Receitas Resultantes de Impostos (100% de 2.1)	4.173.085,08	3.298.540,73	-874.544,35
3.1.1 - Valor gasto com Ensino Fundamental		1.582.848,75	
3.1.2 - Valor gasto com Educação Infantil		1.715.691,98	
3.2 - Contribuição do FUNDEB (Sub-vinculação contábil)	4.499.574,47	3.183.953,09	-1.315.621,38
3.3 - Remun.Prof Magistério Efetivo Exercício (mínimo 60% de 2.1.1+2.2+2.3)	2.699.744,68	2.175.894,73	-523.849,95
3.4 - Ensino Fundamental e Educação Infantil (máximo 40% de 2.1.1 +2.2+2.3)	1.799.829,79	1.008.058,36	-791.771,43
3.5 - Cota Parte Salário Educação (100% de 2.4+2.5+2.6)	1.461.234,36	66,52	-1.461.167,84
3.6 - Convênios Vinculados ao Ensino (100% de 2.7+2.8)	165.589,23	98.145,12	-67.444,11

4.CONTROLE DO CUMPRIMENTO DOS GASTOS (EM %)	MÍNIMO %	LIQUIDADO %	DIFERENÇA %
4.1 - Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (25% de 1.18)	25,00%	13,28%	-11,72%
4.1 - Remun.Profissionais Magistério Efetivo Exercício (mínimo 60% de 2.1.1)	60,00%	55,72%	-4,28%
4.2 - Ensino Fundamental e Educação Infantil (máximo 40% de 2.1.1)	40% (máximo)	25,82%	-14,58%

5. GANHO/PERDA COM FUNDEB	Valor recebido até o mês	Valor retido até o mês	Diferença
5.1 - Cota-parte - Transferências do FUNDEB	3.904.834,19	2.866.509,73	1.038.324,46

Fonte: Departamento de Contabilidade

Videira-SC, 23 de abril de 2012.

Maria Angélica Vanz Balestieri
Contadora CRC-SC 022532/0-5

Roberto Maraschin Primo
Secretário Municipal de Educação

Wilmar Carelli
Prefeito Municipal

Vitor Meireles

PREFEITURA

Decreto Nº 022/2012

DECRETO DE N.º 022/2012
FIXA PONTO FACULTATIVO

IVANOR BOING, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas na Lei Orgânica Municipal de Vitor Meireles,

DECRETA:

Art. 1º - Fica decretado Ponto Facultativo para repartições públicas da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles no dia 30 de abril de 2012.

Parágrafo único. O Ponto Facultativo é decorrente das comemorações do Dia do Trabalho.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Vitor Meireles (SC), 24 de abril de 2012.

IVANOR BOING

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, ___/___/____.

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

Ata de Registro de Preços Nº 20/2012

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 20/2012 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES

Aos décimo nono dia do mês de abril do ano de 2012, no Departamento de Compras, do município de Vitor Meireles, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial - Registro de Preços nº. 20/2012, na Ata de Julgamento de Preços homologada em 19/04/2012, RESOLVE registrar os preços das empresas, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por elas alcançada, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o selecionar propostas objetivando Registro de Preços para AQUISIÇÃO DE LUBRIFICANTES PARA USO NOS VEÍCULOS DA FROTA PÚBLICA MUNICIPAL, cujas especificações detalhadas encontram-se no Anexo I que acompanha o Edital.

1.2 As licitantes registradas para os itens cotados são as seguintes:

Empresa Vencedora

Item	Nome Empresa	Descrição Produto	Unid.	Marca	Quantidade	Valor Unit.	Valor Total
00004	AUTO POSTO FISTAROL LTDA	OLEO HIDRAULICO 150VG 68 BALDE 20 LITROS	UN	LUBRI-MOTORS	90,00000	114,0000	10.260,00
00005	AUTO POSTO FISTAROL LTDA	OLEO HIDRAULICO 150VG68 GALAO 05 LITROS	UN	LUBRI-MOTORS	15,00000	34,5000	517,50
00006	AUTO POSTO FISTAROL LTDA	OLEO TRANSMISSAO AUTOMATICA DIRECAO HIDRAULICA TIPO ATF-TA BALDE 20LITROS	UN	LUBRAX	15,00000	225,0000	3.375,00
00007	AUTO POSTO FISTAROL LTDA	OLEO TRANSMISSAO AUTOMATICA/DIRECAO HIDRAULICA TIPO ATF-TA EMBALAGEM 01 LITRO	UN	LUBRAX	100,00000	13,5000	1.350,00
00008	AUTO POSTO FISTAROL LTDA	OLEO HIDRAULICO TRANSMISSAO API SAE 10W BALDE 20 LITROS	UN	LUBRAX	40,00000	205,0000	8.200,00
00009	AUTO POSTO FISTAROL LTDA	OLEO HIDRAULICO/TRANSMISSAO APIGL4 SAE30TDH BALDE20 LITROS	UN	LUBRAX	8,00000	197,0000	1.576,00
00010	AUTO POSTO FISTAROL LTDA	OLEO MOTOR/TRANSMISSAO SAE 30APICF-CD BALDEUN 20 LITROS	UN	LUBRAX	10,00000	132,2500	1.322,50
00012	AUTO POSTO FISTAROL LTDA	OLEO TRANSMISSAO DIFERENCIAL API GL-5 SAE 140 BALDE 20 LITROS	UN	LUBRAX	6,00000	189,0000	1.134,00
00013	AUTO POSTO FISTAROL LTDA	OLEO MOTOR ETANOL/ GASOLINA SAE 20W50APISL EMBALAGEM 01 LITRO	UN	PROMAX	100,00000	12,0000	1.200,00
00016	AUTO POSTO FISTAROL LTDA	OLEO TRANSMISSAO DIFERENCIAL SAE 85W140 API GL-5 BALDE 20 LITROS	UN	LUBRAX	5,00000	189,0000	945,00
00017	AUTO POSTO FISTAROL LTDA	OLEO MOTOR ETANOL GASOLINA SEMI-SINTETICO SAE 5W30 API-SM EMBALAGEM 01 LITRO	UN	PETRONAS	150,00000	22,0000	3.300,00

Total do Fornecedor: 33.180,00

00001	MFB COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA	OLEO MOTOR DIESEL SAE15W40 API-CG4 BALDE 20 LITROS	UN	LUBRAX	110,00000	167,0000	18.370,00
00002	MFB COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA	OLEO MOTOR DIESEL SAE 15W40 API CG4 GALAO GALAO03 LITROS	UN	LUBRAX	170,00000	30,0000	5.100,00
00003	MFB COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA	OLEO MOTOR DIESEL SAE 15W40 API CG4 EMB. 01 LITRO	UN	LUBRAX	80,00000	10,0000	800,00
00011	MFB COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA	OLEO TRANSMISSAO/DIFERENCIAL API GL-5 SAE90 BALDE20 LITROS	UN	LUBRAX	20,00000	188,0000	3.760,00
00014	MFB COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA	OLEO MOTOR DIESEL SAE 15W40 API CI-4 BALDE 20 LITROS	UN	TEXACO	15,00000	220,0000	3.300,00
00015	MFB COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA	OLEO MOTOR DIESEL SAE 50API CF-CD BALDE 20 LITROS	UN	LUBRAX	5,00000	155,0000	775,00

Total do Fornecedor: 32.105,00

Total Geral dos Itens: 65.285,00

1.3 Este instrumento não obriga a PMVM a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a aquisição do objeto, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do Artigo 15, Parágrafo 4º. da Lei nº. 8.666/93.

1.4 Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.

1.4.1 Os preços registrados que sofrerem recomposição não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

1.4.2 O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação, nos termos do Artigo 65, Inciso II, Alínea "d" da Lei nº. 8.666/93 e, se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

1.5 Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o FMS solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item 1.4.1.

2. DOCUMENTOS INTEGRANTES

2.1 Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- a) Edital de Pregão Presencial nº. 20/2012 e seus anexos;
- b) Proposta das Licitantes.

3. VIGÊNCIA

3.1 A presente Ata vigorará por 12 (doze) meses, contados de sua assinatura, nos termos do § 3º, Inciso III do Artigo 15 da Lei nº. 8.666/93.

4 DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO

4.1 A entrega dos produtos bem como troca de óleo dos veículos será na sede das empresas vencedoras sendo que a mesma não poderá estar localizada a mais de 01 km, da Secretaria de Obras do Município de Vitor Meireles.

5 DO PAGAMENTO E REAJUSTE

5.1 O Pagamento será realizado de acordo com a quantia dos serviços realizados e apresentação da nota fiscal, sendo que só será realizado o pagamento após todos os itens solicitados ter sido entregues.

5.2 Os preços serão reajustados, com base no índice de variação de preço repassada pela distribuidora, sendo de responsabilidade da empresa vencedora comprovar tal variação mediante apresentação de Notas Fiscais de compras emitidas até 10 dias anteriores a licitação e Nota de Compras com valores reajustados.

6. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

6.1 A PMVM poderá cancelar o Registro de Preços da(s) Empresa(s)

nos casos a seguir especificados:

- a) quando descumprir as exigências do edital ou da respectiva ata;
- b) quando a empresa der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;
- c) quando não aceitar baixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, os materiais decorrentes da Ata de Registro de Preços e o SAMAE não aceitar a sua justificativa;
- e) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial dos serviços;
- f) perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;
- g) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pelo FMS.

7 DAS PENALIDADES

7.1 Pela inexecução total ou parcial das condições estabelecidas nesta ata estará a empresa fornecedora sujeita às seguintes penalidades:

I - Advertência;

II - Multa:

- 1- De 1,0% (um) por dia de atraso, no caso de não cumprimento do prazo de entrega ou de execução do serviço contratado, até o limite de 20% (vinte por cento) do valor global dos objetos registrados nesta Ata (do respectivo fornecedor);
- 2- De até 40% (quarenta por cento) sobre o valor global dos objetos registrados nesta Ata (do respectivo fornecedor), no caso de descumprimento das disposições contidas nesta ata e no edital, ressalvado o disposto no item 1 (um) acima citado;

III - Suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Administração não superior a 05 (cinco) anos, na modalidade Pregão, aplicada segundo a natureza e gravidade da falta cometida, com a consequente rescisão contratual;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso III, com a consequente rescisão contratual.

Parágrafo Único: As sanções previstas nos incisos I, III e IV poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia do interessado no respectivo processo administrativo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da notificação.

7.2 As eventuais multas aplicadas por força do disposto nos subitens precedentes não terão caráter compensatório, mas simplesmente moratório e, portanto, não eximem a empresa fornecedora da reparação de possíveis danos, perdas ou prejuízos que os seus atos venham a acarretar, nem impedem a declaração da rescisão do pacto em apreço.

7.3 Os valores pertinentes às multas aplicadas serão descontados dos créditos a que a fornecedora tiver direito, ou cobrados judicialmente.

8. DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1 A fornecedora não poderá sub-contratar ou transferir a

terceiros os serviços previstos no objeto desta ata, salvo expressa autorização da PMVM.

10.2. Elegem as partes contratantes o Foro desta cidade de Presidente Getúlio - SC, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Vitor Meireles - SC, em 19 de abril de 2012.

COMISSÃO:

IVANDRO ANZINI

Pregoeiro

JEOVANA WINTER

Equipe de Apoio

VALDELI JOSÉ SEBASTIÃO

Equipe de Apoio

AUTO POSTO FISTAROL LTDA

MFB COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA

Aviso de Convite Nº 25

Processo de Licitação 25/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES

Modalidade: Convite

O Município Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que se acha aberto Processo de Licitação, na modalidade de Convite, objetivando a aquisição peças e serviços para recuperação de veículos e equipamentos da frota rodoviária municipal. E que estará recebendo os envelopes contendo a proposta de preços e de documentos de habilitação, até às 09h00min horas, do dia 07 de maio de 2012 em sessão pública, dirigida pelo Presidente da Comissão de Licitações senhor Valdeli José Sebastião, promovendo a seleção da proposta mais vantajosa à Administração Municipal. Íntegra do Edital pelo site www.vitormeireles.sc.gov.br, informações pelo telefone (47) 3258 0211.

Vitor Meireles (SC), em 24 de abril de 2012.

IVANOR BOING

Prefeito Municipal

Inexigibilidade de Licitação 026/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Nº. 26/2012

OBJETO: Celebração de contrato para prestação de serviços profissionais ARTISTICOS para a 23ª FESTA EM COMEMORAÇÃO A EMANCIPAÇÃO POLITICO - ADMINISTRATIVO DO MUNICIPIO DE VITOR MEIRELES, através de empresa exclusiva, e consagrada pela critica especializada e pela opinião pública, conforme determina o artigo 25, Inciso III, da Lei 8.666/93.

Diante do exposto resolve tornar inexigível de licitação por haver inviabilidade de competição.

Empresa Adjudicada: REGINATTO SHOWS E EVENTOS, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ 13.343.019/0001-82, estabelecida à Rua Santo Antonio, 456, Bairro Primavera, Xaxim/SC. Valor: 28.000,00 (vinte e oito mil reais).

Vitor Meireles (SC), 24 de Abril de 2012.

IVANOR BOING

Prefeito Municipal

Contrato Nº 003/2012

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 03/2012

Pelo presente instrumento o Município de Vitor Meireles, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 79.372.520/0001-85, com sede na Rua Santa Catarina, 1.122, Bairro Centro, Cidade de Vitor Meireles/SC, neste ato representado pelo Sr. Ivanor Boing, Prefeito Municipal, inscrito sob CPF nº 861.399.679-53 e RG sob nº 2.624.096, residente e domiciliado na Rua Santa Catarina, 1204, cidade de Vitor Meireles/SC, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE; e, Quark Engenharia Ltda. ME, com sede na Rua XV de Novembro, 3.227, Joinville/SC, com CNPJ sob nº 12.496.490/0001-48, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, representada neste ato pelo seu Representante Legal, Sr. Hoylson Trevisol, inscrito sob CPF nº 028.182.679-00 e RG sob nº 3.746.083-8, residente e domiciliado na Rua Antonio Bischof, 213, Bairro Vila Nova, cidade de Joinville/SC, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações, a celebração do presente contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:

1.1. O presente contrato se regula pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, tendo em vista a adjudicação e homologação do resultado, bem como aos termos da proposta vencedora e da Ata de Registro de Preços da Concorrência Pública nº 01/2011 realizada pelo Consórcio Intermunicipal Multifinalitário dos Municípios da Amavi - CIM-AMAVI.

CLÁUSULA SEGUNDA - REGIME DE EXECUÇÃO:

2.1. O presente contrato tem o regime de execução indireta, empreitada por preço unitário, de acordo com o art. 6ª da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO OBJETO:

Constitui-se como objeto do presente contrato a CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE ENGENHARIA ELÉTRICA PARA MANUTENÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA NO MUNICÍPIO CONTRATANTE de acordo com as especificações previstas no Edital de Concorrência Pública nº 01/2011 realizada pelo Consórcio Intermunicipal Multifinalitário dos Municípios da Amavi - CIM-AMAVI e neste contrato, compreendidos os seguintes itens:

3.1. Serviços técnicos de manutenção da iluminação pública em braço comum:

3.1.1. Substituição de lâmpada;

3.1.2. Substituição de reator e lâmpada.

3.2. Serviços técnicos de manutenção da iluminação pública em braço especial:

3.2.1. Substituição de lâmpada;

3.2.2. Substituição de reator e lâmpada.

3.3. Serviços técnicos de manutenção da iluminação pública em postes com pétalas:

3.3.1. Substituição de lâmpada;

3.3.2. Substituição de reator e lâmpada.

3.4. Serviços técnicos de manutenção da iluminação pública para substituição da chave de iluminação pública.

3.5. A CONTRATADA fornecerá toda a mão de obra, equipamentos e ferramentaria necessários para a execução dos serviços objeto do edital.

3.6. Os serviços serão executados em todo o perímetro do CONTRATANTE atendido pela Rede de Iluminação Pública, ou onde será ampliada a mesma.

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR DO CONTRATO:

4.1. Os valores do presente contrato são:

4.1.1. Serviços técnicos de manutenção da iluminação pública em braço comum:

4.1.1.1. Substituição de lâmpada: R\$ 5,78 (cinco reais e setenta e oito centavos).

4.1.1.2. Substituição de reator e lâmpada: R\$ 17,37 (dezessete reais e trinta e sete centavos).

4.2. Serviços técnicos de manutenção da iluminação pública em

braço especial:

4.2.1. Substituição de lâmpada: R\$ 11,61 (onze reais e sessenta e um centavos).

4.2.2. Substituição de reator e lâmpada: R\$ 23,21 (vinte e três reais e vinte e um centavos).

4.3. Serviços técnicos de manutenção da iluminação pública em postes com pétalas:

4.3.1. Substituição de lâmpada: R\$ 28,98 (vinte e oito reais e noventa e oito centavos).

4.3.2. Substituição de reator e lâmpada: R\$ 40,59 (quarenta reais e cinquenta e nove centavos).

4.4. Serviços técnicos de manutenção da iluminação pública para substituição da chave de iluminação pública: R\$ 20,29 (vinte reais e vinte e nove centavos).

4.5. Nos preços unitários estão incluídos todos os custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução dos serviços, composição do BDI, encargos sociais e inclusive as despesas com materiais e/ou equipamentos, mão de obra especializada ou não, fretes, seguros em geral, equipamentos auxiliares, ferramentas, encargos da legislação social trabalhista e previdenciária, da infortunística do trabalho e responsabilidade civil por quaisquer danos causados a terceiros ou dispêndios resultantes de impostos, taxas, regulamentos e posturas municipais, estaduais e federais, enfim, tudo o que é necessário para a execução total e completo dos serviços, bem como lucro, conforme projetos e especificações constantes do Edital, parte integrante deste contrato.

CLÁUSULA QUINTA - FORMA DE PAGAMENTO:

5.1. Os pagamentos serão periódicos, realizados conforme execução dos serviços, verificada através de medições.

5.1.1. A CONTRATADA apresentará nota fiscal fatura correspondente aos valores dos serviços executados a preços unitários do contrato e relatório de medição dos serviços, até o segundo dia útil do mês subsequente a sua realização.

5.1.2. Os pagamentos decorrentes dos serviços efetivamente executados, serão pagos até o 15º (décimo quinto) dia corrido do mês subsequente a realização dos serviços, desde que o relatório de medição dos serviços seja homologado pelo CONTRATANTE.

5.2. Quando inadimplente, o pagamento será monetariamente atualizado, a partir do dia de seu vencimento e até o de sua liquidação, segundo os mesmos critérios adotados para a atualização de obrigações tributárias do CONTRATANTE, vigente na data de seu pagamento.

5.3. Para recebimento dos pagamentos a CONTRATADA terá que apresentar junto com a nota fiscal, cópia da guia de pagamento do FGTS relativa aos funcionários que atuaram na execução do objeto do contrato.

5.4. Dos pagamentos realizados, serão retidos na fonte o INSS, o IR (Imposto de Renda), e o ISSQN (Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza).

CLÁUSULA SEXTA - REAJUSTAMENTO E REPACTUAÇÃO DE PREÇOS:

6.1. O CONTRATANTE e a CONTRATADA têm direito ao equilíbrio econômico financeiro do contrato, em consonância com disposto no artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, a ser realizado mediante os seguintes critérios:

6.1.1. Reajuste de Preços:

6.1.1.1. Os preços constantes no presente contrato serão reajustados pelo IGP-DI - Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna, da Fundação Getúlio Vargas, após 12 meses da assinatura do contrato.

6.1.2. Repactuação de preços:

6.1.2.1. A Repactuação de Preços, observadas as prescrições da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, poderá ser solicitada, desde que ocorra fato imprevisível ou previsível, porém de consequências incalculáveis que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente Instrumento, sendo que:

6.1.2.1.1. A CONTRATADA deverá formular ao CONTRATANTE requerimento para a revisão do contrato, comprovando a ocorrência

de fato imprevisível ou previsível, porém de consequências incalculáveis, que tenha onerado excessivamente as obrigações por ela contraídas;

6.1.2.1.2. A comprovação será realizada por meio de documentos, tais como lista de preço de fabricantes, publicações de data-base, alteração da legislação, alusivas à época da elaboração da proposta ou da última repactuação e do momento do pedido de revisão do contrato;

6.1.2.1.3. Com o requerimento, a CONTRATADA, deverá apresentar planilhas de custos unitários comparativa entre a data da formulação da proposta ou da última repactuação, e do momento do pedido de revisão do contrato, contemplando os custos unitários envolvidos, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor global pactuado; e

6.1.2.1.4. O CONTRATANTE examinará o requerimento e, após análise e conferência dos valores, informará a CONTRATADA quanto ao atendimento ou não do mesmo, de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

6.1.3. Independentemente de solicitação, o CONTRATANTE poderá convocar a CONTRATADA para negociar a redução dos preços, mantendo o mesmo objeto contratado, na quantidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços de mercado.

6.1.4. Os efeitos financeiros da repactuação de preços serão devidos a contar da data do evento que aumentou/diminuiu os custos do contrato, cabendo à parte interessada a iniciativa e o ônus de demonstrar, de forma analítica, o aumento ou redução do custo, observando-se que não serão devidos juros de mora e/ou atualização monetária.

6.1.5. As alterações decorrentes de repactuações e de reajustes de preços serão formalizadas por meio de Instrumentos Contratuais Aditivos.

CLÁUSULA SÉTIMA - RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

7.1. As despesas provenientes do presente contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária do exercício de 2012: 07.01.15.452.017.2035.3.3.90.00.00

CLÁUSULA OITAVA - PRAZO DE EXECUÇÃO:

8.1. O presente contrato terá vigência a partir de sua assinatura até o dia 31/12/2012.

8.1.1. O contrato poderá ser prorrogado, respeitado o prazo máximo de 60 (sessenta) meses, de acordo com o art. 57, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA NONA - EXECUÇÃO DO CONTRATO:

9.1. Para todos os efeitos a CONTRATADA será a responsável pela execução do contrato de acordo com as disposições na legislação afim.

9.2. A execução do contrato será fiscalizada por preposto do CONTRATANTE especialmente designado, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição.

9.3. A CONTRATADA é responsável pelos danos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

9.4. A CONTRATADA terá que apresentar no prazo de 30 (trinta) dias após a assinatura do contrato, ou junto com a primeira fatura, os seguintes elementos:

9.5. Prova de ter registrado o contrato junto ao CREA, bem como cópia da ART do Estado de Santa Catarina.

9.6. Apresentação da relação com os nomes e registros dos profissionais que acompanharão a execução dos serviços.

9.7. A CONTRATADA terá que respeitar todas as Leis e Normas de execução de obras em vias e logradouros públicos do CONTRATANTE, bem como todas as normas de execução propostas pela ABNT e especificações da CELESC, obedecido o rigor técnico exigido para trabalhos desta natureza.

9.8. Constatado qualquer erro ou imperícia na execução, será de responsabilidade da CONTRATADA a correção, revisão e/ou nova

execução das partes impugnadas.

9.9. Os serviços deverão ser prestados mediante Ordem de Serviço emitida pelo CONTRATANTE observadas as seguintes condições:

9.9.1. O CONTRATANTE emitirá Ordem de Serviço que deverá ser cumprida num prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis após comunicação à CONTRATADA.

9.9.2. Os materiais (componentes elétricos) para manutenção serão entregues pelo CONTRATANTE à CONTRATADA no momento da reposição, devendo os materiais substituídos serem entregues ao CONTRATANTE para os devidos controles de verificação das garantias do fabricante ou fornecedor.

CLÁUSULA DÉCIMA - SUBCONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS:

10.1. É terminantemente proibida a subcontratação dos serviços objeto do presente contrato, sob pena de sua nulidade e aplicação das sanções cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA FISCALIZAÇÃO:

11.1. Sem prejuízo da plena responsabilidade da CONTRATADA perante o CONTRATANTE ou a terceiros, todos os trabalhos contratados estarão sujeitos à mais ampla e irrestrita fiscalização da CONTRATANTE, a qualquer hora, em toda a área da prestação de serviços por seus representantes devidamente credenciados.

11.2. A CONTRATANTE sem prejuízo de suas atribuições de acompanhamento, poderá contratar, com profissionais consultores ou empresas especializadas, os serviços relativos ao controle qualitativo dos serviços, assim como o acompanhamento do desenvolvimento da execução.

11.3. Constatada a inoperância, desleixo, incapacidade ou ato desabonador, praticado pela CONTRATADA a CONTRATANTE poderá determinar o afastamento do preposto ou de qualquer empregado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

12.1. Será o CONTRATANTE responsável por:

12.1.1. Fornecer todos os documentos e informações necessárias ao desenvolvimento dos serviços;

12.1.2. Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA, na forma estabelecida neste contrato;

12.1.3. Garantir à CONTRATADA a fidelidade das informações e acesso à documentação técnica para que os serviços se desenvolvam sem percalços e no prazo acordado.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

13.1. São obrigações da CONTRATADA sem que a elas se limitem:

13.1.1. Respeitar todas as Leis e Normas de execução de obras em vias e logradouros públicos do CONTRATANTE, bem como todas as normas de execução propostas pela ABNT e especificações da CELESC, obedecido o rigor técnico exigido para trabalhos desta natureza;

13.1.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, dentro de prazos viáveis, os eventuais vícios, defeitos ou incorreções encontrados nos serviços efetuados;

13.1.3. Responsabilizar-se por eventuais danos que vier a causar ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato;

13.1.4. Comunicar ao CONTRATANTE o profissional responsável pela execução dos serviços;

13.1.5. Fornecer a pedido do CONTRATANTE, solução técnica alternativa, desde que tecnicamente similar ou superior a solução anteriormente proposta;

13.1.6. Quitação de encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

13.1.7. Realizar todos os serviços constantes deste contrato, bem como respeitar todas as condições descritas no Edital de Concorrência nº 01/2011, que passa a integrar, como anexo, o presente contrato.

13.1.8. A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS CONDIÇÕES DE SEGURANÇA

DO TRABALHO:

14.1. A CONTRATADA deverá manter-se em condições de atender aos requisitos legais relativos a segurança do trabalho.

14.2. A CONTRATADA deverá estar adequada no que se refere a equipamentos e procedimentos de segurança do trabalho, para os serviços a que se propõe.

14.3. A CONTRATADA deverá estar adequada no que se refere a medicina do trabalho atinente as condições exigidas para as atividades que serão desenvolvidas.

14.4. A CONTRATADA deverá estar preparada para prestar informações relativas a acidentes de trabalho com o seu pessoal, de modo a permitir um levantamento confiável destes acidentes.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - ALTERAÇÃO E RESCISÃO CONTRATUAL:

15.1. O presente contrato poderá ser alterado ou rescindido, com as devidas justificativas, nas hipóteses previstas na Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS SANÇÕES:

16.1. Salvo ocorrência de caso fortuito ou de força maior, devidamente justificado e comprovado, o não cumprimento, por parte da CONTRATADA das obrigações assumidas, ou a infringência de preceitos legais pertinentes, ensejarão a aplicação, segundo a gravidade da falta, das penalidades legalmente estabelecidas.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO:

17.1. As partes elegem, em comum acordo, o Foro da Comarca do CONTRATANTE para dirimir quaisquer dúvidas que por ventura persistirem após esgotarem todas as tentativas de composição amigável, renunciando a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL:

18.1. Aplica-se ao presente contrato toda a legislação aplicável, em especial:

18.1.1. Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações - Lei das Licitações e Contratos Administrativos;

18.1.2. Lei Federal nº 4.320/64 e suas alterações - Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal;

18.1.3. Lei Federal nº 8.078/90 e suas alterações - Código de Defesa do Consumidor;

18.1.4. Lei Federal nº 10.406/02 - Código Civil Brasileiro;

18.1.5. Lei Complementar Federal nº 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal;

18.1.6. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;

18.1.7. Lei Orgânica do Município;

18.1.8. Normas Técnicas para Obras e Serviços de Engenharia da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT;

18.1.9. Lei Federal nº 5.194/66. Regula o exercício das profissões de Engenheiro, Arquiteto e Engenheiro-Agrônomo; e,

18.1.10. Lei Federal nº 6.496/77. Institui a "Anotação de Responsabilidade Técnica" na prestação de serviços de Engenharia, de Arquitetura e Agronomia.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DISPOSIÇÕES FINAIS:

19.1. E, por estarem justos e contratados, as partes assinam o presente instrumento em 05 (cinco) vias de igual teor e forma, para um único efeito, com as testemunhas abaixo identificadas e assinadas, para que produzam os jurídicos e legais efeitos, por si e seus sucessores.

Vitor Meireles, 17 de abril de 2012.

IVANOR BOING

Prefeito Municipal

Município de Vitor Meireles

HOYLSO TREVISOL

Quark Engenharia Ltda. ME

Testemunhas:

Assinatura:
Nome Legível:
CPF:

Assinatura:
Nome Legível:
CPF:

Consórcios

ARIS

Portaria/Diretor Geral Nº 020, de 24 de Abril de 2012

PORTARIA/Diretor-geral nº 020, de 24 de abril de 2012

Estabelece o dia 30 de abril de 2012 como ponto facultativo de serviço público na ARIS.

O Diretor-geral da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS), Sr. Marcos Fey Probst, no uso da sua atribuição, **RESOLVE:**

Art. 1º Fica estabelecido como ponto facultativo o dia 30 de abril de 2012, segunda-feira.

Art. 2º Este ato entrará em vigor na data da sua publicação.

Florianópolis, 24 de abril de 2012.
MARCOS FEY PROBST
Diretor Geral

CINCO

Resolução N 0015/2012

Resolução n. 015/2012

Divulga a relação de inscritos e o resultado da classificação do Edital de Processo Seletivo para Contratação em Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público nº. 0004, de 10 de abril de 2012 e Convoca para Prova Prática.

O Presidente do Consórcio Integrado do Contestado – CINCO, Sr. Nelmar Pinz, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, contratuais e estatutárias, em cumprimento as disposições do Protocolo de Intenções, do Contrato de Consórcio Público e do Estatuto do CINCO, CONSIDERANDO as disposições da Lei Federal 11.107/05 e Decreto Federal 6.017/05;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica divulgada a relação de inscritos e o resultado da classificação do Edital de Processo Seletivo para Contratação em Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público nº. 0004, de 10 de abril de 2012, conforme Anexo I.

Art. 2º. Ficam convocadas os candidatos para realização da Prova Prática, a ser realizada no dia 25 de abril de 2012 às 14:00h, na Secretária de Agropecuária e Meio Ambiente do Município de Fraiburgo, localizada na Central de Obras, sito à Rua Adalberto Porto Burda, Centro, Fraiburgo, SC., observadas todas as disposições editalícias.

Art. 3º. Esta resolução entra a vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Fraiburgo, 24 de abril de 2012.

NELMAR PINZ
Presidente do CINCO
Prefeito de Fraiburgo

Resolução n. 015/2012

ANEXO I

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, Nº. 0004, DE 10 DE ABRIL DE 2012.

RELAÇÃO DE INSCRITOS E CLASSIFICAÇÃO

CÓDIGO/FUNÇÃO		1./ OPERADOR DE MÁQUINA – Escavadeira Hidráulica	
Ordem de Classificação	Número Inscrição	Nome	Pontuação
01.	0001	SERGIO LUIZ PAZINI	0
02.	0002	DIOGO CRUZ RAUBER	3

CÓDIGO/FUNÇÃO		2./ OPERADOR DE MÁQUINA – Retroescavadeira	
Ordem de Classificação	Número Inscrição	Nome	Pontuação
xxx	xxx	xxxx	xxx

Crítérios de desempate por ordem de eliminação:

1º) obter maior número de pontos a título de cursos de aperfeiçoamento na área específica de atuação.

2º) obter maior número de pontos a título de tempo de serviço na área específica de atuação.

3º) portador de deficiência física, com capacidade e condições para o exercício da função.

4º) maior idade.

Fraiburgo, 24 de abril de 2012.

NELMAR PINZ
Presidente do CINCO
Prefeito de Fraiburgo

Extrato T.A. N 0011/2012

CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO
EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 0011/2012/CINCO

Contrato: CT0007/2012/CINCO. Contratada: CONDUVALE ELETRIFICAÇÃO LTDA. Objeto: Execução de serviços e fornecimento de materiais para a manutenção de iluminação pública, nos municípios consociados ao CINCO. Objeto do Aditivo: as partes alteram/redizem as quantidades de materiais e serviços ficando alterado o valor total do contrato para R\$ 1.652.983,88 (um milhão, seiscentos e cinqüenta e dois mil e novecentos e oitenta e três reais e oitenta e oito centavos). Data do Aditivo: 18.04.2012. Data do Contrato: 01.02.2012. Vigência do Contrato: 01.02.2012 a 31.01.2013.

NELMAR PINZ
Presidente do CINCO
Prefeito de Fraiburgo

Editais de Convocação N. 0001/2012

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 0001/2012

COLEGIADO DE TURISMO DO CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

O Diretor Executivo do Consórcio Integrado do Contestado - CINCO, Sr. Elói Rönna, no uso de suas atribuições legais, contratuais e estatutárias, com o objetivo de discutir, planejar, construir políticas e desenvolver ações destinadas à promoção do turismo na região do contestado, CONVOCAM todos os Secretários, Diretores ou representantes de turismo dos municípios consorciados ao Consórcio Integrado do Contestado - CINCO, para participarem da REUNIÃO ORDINÁRIA, a ser realizada na sede do Consórcio sito à Avenida Rio das Antas, n. 185, Centro, Fraiburgo, SC., em data de 04 de maio de 2012, às 9h, para tratar dos seguintes assuntos como ordem do dia:

I - Criação do Colegiado de Turismo do Consórcio Integrado do Contestado - CINCO;

II - Credenciamento dos representantes dos municípios consorciados;

III - Apresentação, discussão e aprovação do Regimento Interno do Colegiado;

IV - Eleição e Posse de Diretoria Provisória do Colegiado;

V - Apresentação e Discussão do Invtur - Inventário de Ofertas Turísticas nos municípios;

VI - Aprovação do calendário das reuniões para 2012;

VII - Deliberação de assuntos relacionados com os objetivos e finalidades do Colegiado de Turismo;

VIII - Outros assuntos diversos.

Fraiburgo, 23 de Abril de 2012.

ELÓI RÖNNAU

Diretor Executivo do CINCO

CIS/AMUREL

Extrato de Termo Aditivo Nº 03

EXTRATO DE CONTRATO

Termo Aditivo nº. 03/2012 ao Contrato de Rateio nº. 06/2011

Município: Imbituba

Consórcio: Consórcio Intermunicipal de Saúde dos Municípios da Região da Amure

Objeto: Alteração da cláusula "3" do Contrato de Rateio nº. 06/2011, alterando os valores a serem repassados ao Consórcio para R\$ 240.000,00.

Amparo Legal: Lei Municipal nº. 4.001/2011, de 07/12/2011.

Data da Assinatura: 20/01/2012.

Assinantes: José Roberto Martins e Maria Madalena Domingos Nunes pelo Município, e Leonete Back Loffi e Jaime Wensing pelo Consórcio.

CISAM

Editais de Convocação - Assembléia Geral Ordinária

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental - CISAM Meio Oeste, convoca os representantes dos entes consorciados para Assembléia Geral Ordinária que será realizada no dia 04 de maio de 2012, às 14:30 horas, no auditório da Câmara Municipal de Vereadores, sito a Rua Alexandre Thomazoni, nº 120, Centro, município de Capinzal/SC, a fim de deliberarem

sobre a seguinte ordem do dia:

a) Abertura;

b) Repasse de informações gerais quanto à situação física da obra;

c) Repasse de informações referente à paralização da obra do laboratório (aspectos legais);

d) Repasse de informações quanto ao convênio da unidade móvel e dos kits de equipamentos para laboratório;

e) Esclarecimentos da situação financeira atual do Consórcio;

f) Apresentação de cronograma de planejamento (ações/metast) do consórcio para o exercício corrente e para 2013;

g) Apresentação de proposta para LDO e Orçamento Anual do Consórcio para o exercício 2013;

h) Eleição do Conselho Fiscal do Consórcio;

i) Espaço para moções de censura;

j) Leitura e aprovação da Ata;

k) Encerramento.

Capinzal/SC, 23 de abril de 2012.

LEONIR BOARETTO

Presidente - CISAM Meio Oeste

CONSÓRCIO CISAMA

Receitas e Despesas CISAMA e FUNSERRA

01-Orçamento Cisama Despesa 2012;
 02-Orçamento Cisama Receita 2012;
 03-Orçamento Funserra Despesa 2012;
 04-Orçamento Funserra Receita 2012;

SANTA CATARINA

Exercício de 2012

CISAMA

Página: 1/1

Relação da Despesa Orçada

Código reduzido	Dotação	Descrição elemento	Educação	Pessoal	Valor Orçado
Entidade: 1 - CISAMA					
Órgão:	01	DEPTO DE ADMINISTRAÇÃO DO CISAMA			
Unidade:	01	DEPTO DE ADMINISTRAÇÃO DO CISAMA			
Proj./Ativ.	2.001	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO CISAMA			
1	3.1.90.00.00.00.00.0080	Aplicacoes Diretas	Não	Sim	104.100,00
2	3.3.90.00.00.00.00.0080	Aplicacoes Diretas	Não	Não	24.000,00
3	4.4.90.00.00.00.00.0080	Aplicacoes Diretas	Não	Não	20.000,00
Total do Projeto/Atividade:					148.100,00
Proj./Ativ.	2.002	PROJETOS PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE SANEAMENTO			
4	3.3.90.00.00.00.00.0090	Aplicacoes Diretas	Não	Não	1.800.000,00
5	4.4.90.00.00.00.00.0090	Aplicacoes Diretas	Não	Não	15.040.000,00
Total do Projeto/Atividade:					16.840.000,00
Total da Unidade:					16.988.100,00
Total do Órgão:					16.988.100,00
Total da Entidade:					16.988.100,00
Total Geral:					16.988.100,00

SANTA CATARINA

Exercício de 2012

CISAMA

Página: 1/1

Relação do Orçamento da Receita

Código	Rubricas	Especificação	Valor Estimado
0001	1.7.2.3.37.01.00.00.00	ANITA GARIBALDI	8.700,00
0002	1.7.2.3.37.02.00.00.00	BOCAINA DO SUL	8.700,00
0003	1.7.2.3.37.03.00.00.00	BOM JARDIM DA SERRA	8.700,00
0004	1.7.2.3.37.04.00.00.00	BOM RETIRO	8.700,00
0005	1.7.2.3.37.05.00.00.00	CAMPO BELO DO SUL	8.700,00
0006	1.7.2.3.37.06.00.00.00	CAPÃO ALTO	8.700,00
0007	1.7.2.3.37.07.00.00.00	CERRO NEGRO	8.700,00
0008	1.7.2.3.37.08.00.00.00	CORREIA PINTO	8.700,00
0009	1.7.2.3.37.09.00.00.00	LAGES	8.700,00
0010	1.7.2.3.37.10.00.00.00	OTACILIO COSTA	8.700,00
0011	1.7.2.3.37.11.00.00.00	PAINEL	8.700,00
0012	1.7.2.3.37.12.00.00.00	PALMEIRA	8.700,00
0013	1.7.2.3.37.13.00.00.00	PONTE ALTA	8.700,00
0014	1.7.2.3.37.14.00.00.00	RIO RUFINO	8.700,00
0015	1.7.2.3.37.15.00.00.00	SÃO JOAQUIM	8.700,00
0016	1.7.2.3.37.16.00.00.00	SÃO JOSÉ DO CERRITO	8.700,00
0017	1.7.2.3.37.17.00.00.00	URUBICI	8.700,00
0018	1.7.2.3.37.18.00.00.00	URUPEMA	8.700,00
0019	1.1.2.2.99.01.00.00.00	Outras Taxas de Prest de Serv de Inspeção e Fiscal	18.900,00
0020	1.3.2.5.01.11.00.00.00	Remuneração de Dep Banc de Rec Vinculados	1.050,00
0021	1.9.9.0.99.00.00.00.00	Outras Receitas	1.050,00
0022	2.4.7.1.04.00.00.00.00	Transf. Convênios da União Destin. Prog. Meio Ambi	16.800.000,00
0023	2.4.7.2.04.00.00.00.00	Transf. Conv. do Estado Dest. Prog Meio ambiente	10.500,00
Total da Receita:			16.988.100,00

SANTA CATARINA

Exercício de 2012

FUNSERRA

Página: 1/1

Relação da Despesa Orçada

Código reduzido	Dotação	Descrição elemento	Educação	Pessoal	Valor Orçado
Entidade: 1 - FUNSERRA					
Órgão:	01	DEPTO DE ADMINISTRAÇÃO DO FUNSERRA			
Unidade:	01	DEPTO DE ADMINISTRAÇÃO DO FUNSERRA			
Proj./Ativ.	2.001	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNSERRA			
1	3.3.50.00.00.00.00.00.0090	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	Não	Não	200.000,00
2	3.3.90.00.00.00.00.00.0090	Aplicacoes Diretas	Não	Não	5.000,00
Total do Projeto/Atividade:					205.000,00
Proj./Ativ.	2.002	DEPTO DE PROJETOS - PRESERVAÇÃO AMBIENTAL			
3	3.3.50.00.00.00.00.00.0090	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	Não	Não	50.000,00
4	3.3.90.00.00.00.00.00.0090	Aplicacoes Diretas	Não	Não	62.700,00
5	4.4.50.00.00.00.00.00.0090	Transf. a Instituicoes Privadas s/ Fins Lucrativos	Não	Não	75.000,00
Total do Projeto/Atividade:					187.700,00
Total da Unidade:					392.700,00
Total do Órgão:					392.700,00
Total da Entidade:					392.700,00
Total Geral:					392.700,00

SANTA CATARINA

Exercício de 2012

FUNSERRA

Página: 1/1

Relação do Orçamento da Receita

Código	Rubricas	Especificação	Valor Estimado
0001	1.3.2.5.01.11.00.00.00	Remuneração de Dep Banc de Rec Vinculados Meio Amb	2.700,00
0002	1.9.9.0.99.00.00.00.00	Outras Receitas	390.000,00
Total da Receita:			392.700,00